ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 172

Brasília - DF, terça-feira, 6 de setembro de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cultura 2
Ministério da Educação 6
Ministério da Fazenda 10
Ministério da Integração Nacional 28
Ministério da Justiça 28
Ministério da Pesca e Aquicultura 32
Ministério da Previdência Social 32
Ministério da Saúde 32
Ministério das Cidades 46
Ministério das Comunicações 50
Ministério das Relações Exteriores 59
Ministério de Minas e Energia 59
Ministério do Desenvolvimento Agrário 72
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 72
Ministério do Esporte 73
Ministério do Meio Ambiente 73
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 74
Ministério dos Transportes 77
Conselho Nacional do Ministério Público 80
Ministério Público da União 80
Tribunal de Contas da União 96
Poder Judiciário 159
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 171

Presidência da República

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 383, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga a suspensão de concessão e prorrogação de licença para tratar de assuntos particulares e de licença incentivada sem remuneração, e dá outras providências.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII, do art. 4º, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando que se mantêm as razões que ensejaram a edição da Portaria n° 231, de 30 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de novembro de 2011, a suspensão da concessão e prorrogação de licença para tratar de interesses particulares, a que se refere o art. 91, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de licença incentivada sem remuneração, a que se refere o art. 8°, da Medida Provisória n° 2.174-28, de 24 de agosto de 2001, em relação a:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

I - Advogados da União;

II - integrantes do quadro suplementar, a que se refere o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - servidores do Quadro de Pessoal da AGU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 1.789, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição e do disposto no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar ao Senhor Chefe da Controladoria-Regional da União no Estado de Roraima competência específica e singular para firmar, nos termos propostos no processo administrativo nº 00190.024860/2011-18, Termo de Compromisso de Cooperação entre esta Controladoria-Geral da União, e o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Roraima, o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal, a Advocacia Geral da União, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Receita Federal do Brasil e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima com o objetivo de estabelecer rotinas de cooperação técnica entre os órgãos citados e a CGU.

JORGE HAGE SOBRINHO

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 2.105, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Altera o artigo 14 do Regimento Interno da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto de 1º de junho de 2011, que convoca a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, resolve:

Art. 1º O art 14 do Regimento Interno da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, publicado por meio da Portaria nº 1.484, de 22 de julho de 2011, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14. A III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa terá como tema "O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil".

§ 1º As discussões temáticas terão por base o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento proposto pela Organização das Nações Unidas, a Política Nacional do Idoso (Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996), o Estatuto do Idoso e as deliberações da I e II Conferências Nacionais de Direitos do Idoso, o PNDH-3, além da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos e outros instrumentos legais referentes à implementação da Política Nacional do Idoso.

§ 2º O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas que tratam do envelhecimento e dos direitos das pessoas idosas, assegurando-se ao longo dos debates a sua diversidade, especificidade e transversalidade.

§ 3º A discussão do tema visará construir possibilidades de ações integradas, tanto do poder público como da sociedade civil, para efetivação dos direitos das pessoas idosas por meio de eixos temáticos que contemplem:

I - envelhecimento e Políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais;

II - pessoa idosa: protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos;

III - fortalecimento e integração dos Conselhos: existir, participar, estar ao alcance, comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos; e

IV - diretrizes Orçamentárias, Plano Integrado e Orçamento Público da União, Estados, Distrito Federal e Municípios: conhecer para exigir; exigir para incluir; fiscalizar.

§ 4º Outros subeixos poderão ser definidos pela respectiva Comissão Organizadora buscando a efetivação dos direitos dos brasileiros da cidade, do campo, das comunidades tradicionais a envelhecer com justiça, saúde, previdência social, assistência social, educação, cultura, esporte, lazer, habitação, transporte, acessibilidade, bem como de ações de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 12, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETARIA EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), em reunião realizada no dia 31 de agosto de 2011, com fulcro no inciso XIV do art. 6º, da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução nº. 3, de 29 de julho de 2003, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, decidiu:

• Acolher o Relatório nº 35/2011/SE/CMED, de 31 de agosto de 2011, nos autos do Processo Administrativo n° 25351.594565/2008-51, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ: 26.921.908/0001-21, ao pagamento de multa no valor de R$ 1.656,05 (um mil seiscentos e cinqüenta e seis reais e cinco centavos), por infringir os arts. 2°, 4° e 8° *caput* da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003, combinado com a Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006.

IVO BUCARESKY
Secretário Executivo

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE SALVADOR E ARATU-CANDEIAS

DELIBERAÇÃO Nº 6, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

Delibera, na 217ª reunião extraordinária, do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Salvador e Aratu - Candeias pela aprovação, por unanimidade, da modificação do PDZ do Porto de Salvador, incorporação a Área I-B/Armazém 2 e a área da Administração do Porto para utilização pelo Terminal de Navios de Turismo do Porto de Salvador.

A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP DOS PORTOS DE SALVADOR ARATU - CANDEIAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, inciso XXIV, do Regimento Interno, e de acordo com a decisão unânime do conselho, na 217ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/08/2011, delibera

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - Aprovar por unanimidade a proposta da Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA para modificação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Salvador - PDZ, incorporando a Área I B do PDZ/Armazém 2 e a área do Prédio da Administração do Porto de Salvador para a utilização pelo Terminal de Navios de Turismo do porto.

II - Determinar que a presente deliberação seja publicada no Diário Oficial da União -D.O.U. e divulgada no sítio da CODEBA na internet.

III - Esta deliberação entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

CARLA BORGES DE ARAÚJO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 151, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, o contido no Parecer nº 209, de 22 de agosto de 2011, da Comissão Técnica nomeada pela Portaria nº 1132, de 19 de novembro de 2008, e o que consta do Processo nº 21043.000057/2010-62, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do J.M. Laboratório Veterinário Ltda., CNPJ nº 09.324.398/0001-96, situado na Av. Souza Naves, nº 3303, Jardim Sabará, CEP 84.062-000, Ponta Grossa/PR, credenciado para realizar Análises na Área de Diagnóstico Animal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 156, de 10 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 110, de 12 de junho de 2009, Seção 1, pág.: 09.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

PORTARIA Nº 152, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, o contido no Parecer nº 210, de 22 de agosto de 2011, da Comissão Técnica nomeada pela Portaria nº 1132, de 19 de novembro de 2008, e o que consta do Processo nº 21024.002968/2004-12, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do Laboratório Sindicato Rural de Barra do Bugres, CNPJ nº 03.335.684/0001-70, situado na Av. Marechal Rondon, nº 504, Centro, Barra do Bugres/MT, credenciado para realizar diagnóstico de Anemia Infecciosa Eqüina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 06, de 11 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 10, de 14 de janeiro de 2005, Seção 1, pág.: 16.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 153, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21052.021729/2008-40, resolve:

Art. 1º Credenciar o Claudia Santos Acedo Vieira - Laboratório, CNPJ nº 12.068.827/0001-16, situado na Praça 9 de Julho, nº 103, Taboão, CEP 12.900-280, Bragança Paulista/SP, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SDA nº 113, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 108, de 07 de junho de 2011, Seção 1, pág.: 03.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 45, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao inciso V do Art. 3º da Lei 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público aos interessados que tramitou neste Serviço e INDEFERIR o pedido de proteção da cultivar de cevada (Hordeum vulgare L.), denominada Conchita, protocolizado sob o número 21806.000209/2011-39 apresentado pela empresa alemã KWS LOCHOW GMBH Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 188, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 e através do art. 39, inciso X, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, introduzido pelo art. 14 da Lei nº. 10.454 de 13/05/ 2002.

10-0589 - Operação Condor
Processo: 01580.055123/2010-47
Proponente: Radar Cinema e Televisão Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 02.947.857/0001-49
Valor total do orçamento aprovado: R$ 768.108,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 286.766,60
Banco: 001- agência: 3336-7 conta corrente: 5848-3
Valor aprovado no artigo 39 da MP 2.228/01: R$ 442.936,00
Banco: 001- agência: 3336-7 conta corrente: 5868-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 405, realizada em 23/08/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 19 DE ABRIL DE 2011

Dispõe sobre os procedimentos para cálculo de atualização de débitos junto à ANCINE, de juros de mora e multas decorrentes de irregularidades nas prestações de contas dos recursos públicos aplicados em projetos de competência da ANCINE, por meio de recursos orçamentários da ANCINE, dos mecanismos de incentivo criados pelas leis nº. 8.313/91, 8.685/93, 10.179/01 e 11.437/06 e pela Medida Provisória nº 2.228-1/01, e subsidiariamente dos recursos provenientes do FSA - Fundo Setorial do Audiovisual.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, em atendimento ao artigo 70 da Constituição Federal de 1988, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos V, IX e XI do artigo 7º e o inciso II do artigo 9º da Medida Provisória nº. 2.228-1/2001 e tendo em vista o disposto nas Leis e dispositivos citados na ementa, bem como a Decisão de Diretoria Colegiada nº 325/2011 de 30 de agosto de 2011, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução de Diretoria Colegiada dispõe sobre os procedimentos para cálculo de atualização de débitos, incluindo juros de mora e multas sancionatórias, decorrentes de irregularidades nas prestações de contas dos recursos públicos aplicados em projetos de competência da ANCINE, por meio de ações de recursos orçamentários da ANCINE, e dos mecanismos de incentivo criados pelas leis nº 8.313/91, 8.685/93, 10.179/01 e 11.437/06 e pela Medida Provisória nº 2.228-1/01.

Parágrafo único. O projeto que utilize recursos provenientes do FSA- Fundo Setorial do Audiovisual sujeitar-se-á a esta Resolução, observando-se as diretrizes exaradas pelo Comitê Gestor do FSA.

Art. 1º Para os fins desta Resolução de Diretoria Colegiada, sem prejuízo das definições constantes na Medida Provisória n° 2.228/2001 ou das normas que disponham sobre prestação de contas, considerar-se-á:

I.Glosa: recusa, parcial ou total, de despesas irregulares do projeto.

II.Indexador: índice utilizado para atualização de valores.

III.Irregularidade: Ato praticado em desacordo com as instruções normativas referentes à prestação de contas.

IV.Débito inicial: Valor do débito apurado de acordo com a irregularidade cometida, observando-se os marcos temporais iniciais dispostos no artigo 4º desta Resolução.

V.Valor atualizado: Valor resultante da atualização monetária do débito inicial por meio de metodologia definida nesta Resolução.

VI.Débito final: Valor atualizado, acrescido de juros e multas incidentes.

Art. 3º Nas prestações de contas dos projetos audiovisuais, a verificação de irregularidade relativa à correta aplicação dos recursos públicos, devidamente constatada, ensejará na devolução do valor atualizado nos termos desta Resolução de Diretoria Colegiada.

§ 1º Entende-se por irregularidade a prática de ato em desacordo com o previsto na legislação e normas da ANCINE e que configure situação geradora de débito financeiro.

§ 2º As seguintes situações, sem prejuízo de outras, são geradoras de débito financeiro perante a ANCINE:

a)não apresentação da prestação de contas de projetos que receberam recursos públicos federais;

b)não cumprimento do objeto pactuado no projeto, inclusive a não entrega do Depósito Legal;

c)despesas glosadas pela ANCINE;

d)não aplicação da logomarca conforme estipulado na Instrução Normativa vigente.

§ 3º As situações previstas nas alíneas "a" e "b" do parágrafo 2º deste artigo ensejarão a devolução integral dos recursos públicos disponibilizados, devidamente atualizados conforme artigo 11 desta resolução.

§ 4º Caso os débitos gerados pelas situações previstas nas alíneas "a" a "c" do parágrafo 2º deste artigo não sejam quitados antes do envio do relatório final de prestação de contas pela Superintendência de Fomento para deliberação da Diretoria Colegiada, aquela Superintendência submeterá proposta de não aprovação da prestação de contas do projeto a esta Diretoria, que poderá decidir pela obrigatoriedade de devolução integral ou parcial dos recursos disponibilizados

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 5º As multas previstas no artigo 9º serão imputadas quando da não aprovação da prestação de contas por parte da Diretoria Colegiada, sendo calculadas sobre o montante a ser devolvido, devidamente corrigido conforme artigo 10º desta resolução.

§6º Os débitos gerados pelas situações previstas nas alíneas "a" a "c" do parágrafo 2º deste artigo, devidamente corrigidos conforme artigo 10º desta Resolução, que forem pagos antes da análise por parte da Diretoria Colegiada do relatório conclusivo de prestação de contas do projeto, não sofrerão a incidência da multa prevista no artigo 9º.

CAPÍTULO II

DOS PRAZOS

Art. 4º Para efeito de atualização monetária do débito e aplicação de juros, ficam estabelecidos os seguintes marcos temporais:

I - no caso de devolução de recursos decorrentes da reprovação parcial ou total de contas, será considerada a data de disponibilização de crédito na conta corrente de movimentação;

II - no caso de glosa, será considerada a data de execução do débito na conta corrente;

III - no caso de número de itens glosados superior a 100 (cem) itens será considerada como data de execução do débito aquela que fique equidistante da data da despesa mais recente e da despesa mais antiga a serem glosadas;

IV - nos demais casos, será considerada a data da ciência do fato irregular por parte da ANCINE.

Parágrafo Primeiro. Os juros de mora incidirão sobre o débito atualizado a partir do primeiro dia do mês subsequente a data da irregularidade até o mês de pagamento do valor devido.

Parágrafo Segundo - O prazo para pagamento do débito final será de 30 dias, contados da data da emissão da Guia de Recolhimento da União - GRU.

CAPÍTULO III

DA METODOLOGIA DE CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, JUROS E MULTA

Art. 5o No projeto beneficiado com recursos orçamentários da ANCINE, o cálculo da atualização monetária do débito inicial deverá utilizar o indexador determinado no Termo de Concessão de Apoio Financeiro ou instrumento congênere, firmado para o projeto.

§ 1º O índice utilizado como indexador deverá ser proveniente de fontes oficiais federais.

§ 2º No projeto que utilize recursos provenientes do FSA - Fundo Setorial do Audiovisual, o cálculo da atualização monetária do débito inicial deverá utilizar o indexador determinado em seu Contrato ou instrumento congênere, firmado para o projeto.

Art. 6º Para o cálculo dos juros incidentes sobre o débito inicial deverá ser adotada a taxa determinada no Termo de Concessão de Apoio Financeiro ou instrumento congênere, firmada para o projeto.

Art. 7º Caso o indexador da atualização monetária ou a taxa de juros de mora não estejam previstos no Termo de Concessão de Apoio Financeiro ou instrumento congênere, utilizar-se-á em substituição, única e exclusivamente, a Taxa Referencial do Sistema de Liquidação e Custódia- SELIC, para ambos os acréscimos, aplicando-se subsidiariamente o previsto na Lei n.º 10.406/2002.

§ 1º Para efeito de atualização monetária, a SELIC será aplicada a partir do primeiro dia do mês subsequente à data da ocorrência da irregularidade, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao cálculo do débito, e no valor de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 2º A interpretação e aplicação das cláusulas estabelecidas nos Termos de Concessão de Apoio Financeiro ou instrumento congênere respeitarão o previsto no caput deste artigo.

Art. 8º No projeto beneficiado com recursos de mecanismos de incentivo criados pelas leis nº. 8.313/91, 8.685/93, 10.179/01 e 11.437/06 e pela Medida Provisória nº 2.228-1/01, o cálculo da atualização monetária e juros incidentes sobre o débito inicial deverá adotar unicamente a Taxa Referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC para ambos os acréscimos.

Parágrafo único. Para efeito de atualização monetária, a SELIC será aplicada a partir do primeiro dia do mês subsequente à data da ocorrência da irregularidade, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao cálculo do débito, e no valor de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

Art. 9º Após a não aprovação da prestação de contas, a multa sancionatória sobre o valor atualizado dos débitos financeiros gerados conforme alíneas "a" a "c" do parágrafo 2º do artigo 3º desta Resolução, oriundos de projetos cuja fonte de financiamento seja gerida pela ANCINE, incidirá no caso de:

I - recursos orçamentários da ANCINE, em que o percentual será o estipulado no Termo de Concessão de Apoio Financeiro ou instrumento congênere, firmado para o projeto.

II - recursos oriundos de mecanismos de incentivo criados pelas leis nº. 8.313/91, 8.685/93, 10.179/01 e 11.437/06 e pela Medida Provisória nº 2.228-1/01, e do FSA, em que o percentual será o estipulado no diploma legal que estabeleceu o mecanismo de financiamento.

§ 1º - No caso de recursos oriundos dos mecanismos de incentivo previstos na Lei 8.685/93, a alíquota estabelecida em lei é de 50% (cinquenta por cento). Para recursos oriundos de FUNCINE ou do FSA, a alíquota estabelecida em lei é de 20% (vinte por cento).

§ 2º - Caso o débito final, acrescido da multa prevista nos incisos I e II, não seja quitado, esse montante passará a configurar o novo saldo devedor do projeto que será utilizado para fins de novas atualizações, conforme artigo 11 desta Resolução.

Art. 10º Os métodos de cálculo da atualização monetária, juros e multas dos projetos de fomento oriundos de recursos orçamentários da ANCINE, dos mecanismos de incentivo criados pelas leis nº. 8.313/91, 8.685/93, 10.179/01 e 11.437/06 e pela Medida Provisória nº 2.228-1/01 e, subsidiariamente, recursos provenientes do FSA, com ou sem indexador previamente definidos, devem obedecer às fórmulas apresentadas no Anexo I desta Resolução.

CAPÍTULO IV

CÁLCULOS DE PARCELAMENTO

Art. 11. O valor do débito final a ser parcelado será obtido por meio de atualização monetária e incidência de juros e multa conforme explicitado no Anexo I, de acordo com o mecanismo utilizado, podendo ser dividido para fins de pagamento em até 60 (sessenta) prestações mensais.

Parágrafo único. A proponente deverá solicitar e justificar o número de parcelas para pagamento do débito final, cabendo à Diretoria Colegiada deliberar sobre o pleito.

Art. 12. A primeira parcela será obtida dividindo-se o valor do débito final pelo número de parcelas totais.

Art. 13. A segunda parcela, que será paga após a celebração do termo de parcelamento, terá seu valor obtido por meio da atualização do débito final subtraindo-se o valor da parcela paga e dividindo-se pelo número de parcelas restantes. A forma de atualização será aquela adotada no item I do Anexo I.

Parágrafo único. O valor mínimo de cada prestação será de R$ 200,00 (duzentos reais), para pessoas jurídicas, e de R$ 50,00 (cinquenta reais), para pessoas físicas.

Art. 14. As parcelas seguintes, pagas mensalmente, serão atualizadas tomando-se o valor da parcela anterior, multiplicada pela taxa SELIC referente ao mês anterior de pagamento das parcelas.

§ 1º A solicitação de antecipação de pagamento da(s) parcela(s) poderá implicar a redução do prazo total pactuado ou a repactuação do valor das parcelas.

§ 2º A antecipação do pagamento de parcelas ensejará na redução do saldo devedor, e por conseguinte no resultado da atualização sobre ele incidente.

Art. 15. Caso as parcelas não sejam pagas na data de vencimento, o valor da parcela em aberto deverá ser atualizado conforme o item I, Anexo I, e aplicar-se-á a multa moratória calculada a 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do débito inicial até o dia em que ocorrer o seu pagamento. O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a 20%.

Parágrafo único. A falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, implicará a imediata rescisão do parcelamento e o prosseguimento da cobrança do débito restante.

CAPÍTULO V

DA DISPENSA DE JUROS E MULTA

Art. 16. A critério da Administração, poderão ser suspensas as cobranças de juros e/ou multas, no todo ou em parte, quando a situação geradora do débito for devidamente justificada pela proponente, conforme o caso, e aceita pela Diretoria Colegiada.

CAPÍTULO VI

DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Os recolhimentos de débitos serão efetuados por meio de Guia de Recolhimento da União- GRU - Simples.

Art. 18. Nos processos de Tomada de Contas Especial, a atualização dos débitos será realizada com base nos indexadores e métodos de cálculo definidos pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 19. Os casos omissos e excepcionais serão decididos pela Diretoria Colegiada.

Art. 20. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

ANEXO I

MÉTODOS DE CÁLCULO

I- O cálculo da atualização monetária e juros para os projetos oriundos de recursos orçamentários da ANCINE, dos mecanismos de incentivo criados pelas leis nº. 8.313/91, 8.685/93, 10.179/01 e 11.437/06 e pela Medida Provisória nº 2.228-1/01 e, subsidiariamente, recursos provenientes do FSA, nos casos em que não tenha sido estipulado o indexador e/ou taxa de juros, será feito da seguinte forma:

1.Definição da data inicial para início da atualização, e do valor do débito inicial, de acordo com o artigo 4° desta Resolução.

2.A data final para a qual o débito deve ser atualizado é o mês do pagamento do débito;

3.Multiplicação do débito inicial a ser atualizado pelo somatório das taxas SELIC do período compreendido entre o mês seguinte ao termo inicial até o mês anterior à atualização.

4.No mês de atualização do débito será considerado o percentual de 1 (um) por cento.

Dessa forma, o valor atualizado será dado pela seguinte fórmula.

$$V_a = V_i \left(\sum_{i=1}^{n} Si + 1{,}01 \right)$$

Onde:

V_a= valor atualizado

V_i = Valor do débito inicial a ser atualizado

$\sum_{i=1}^{n} Si$ somatório das taxas SELIC do período compreendido entre o mês seguinte ao termo inicial até o mês anterior à atualização.

II- O cálculo do débito final para os projetos oriundos de recursos orçamentários da ANCINE, dos mecanismos de incentivo criados pelas leis nº. 8.313/91, 8.685/93, 10.179/01 e 11.437/06 e pela Medida Provisória nº 2.228-1/01 e, subsidiariamente, recursos provenientes do FSA, nos casos em que não tenha sido estipulado o indexador e/ou taxa de juros, será realizado obedecendo às seguintes etapas:

1. Atualização do valor do débito inicial conforme descrito no anexo I, item I;

2. Cálculo da multa incidente sobre o saldo devedor atualizado, conforme artigo 9º.

3. Somatório dos itens 1 e 2.

Dessa forma, o débito final será dado pela seguinte fórmula:

D= Va + M

Onde a multa é calculada conforme abaixo

M = Va x p

Onde:

D= Débito final

Va= Valor atualizado

M= Multa, a ser estipulada de acordo com o mecanismo de fomento utilizado.

p = percentual previsto no diploma legal que estabeleceu a fonte de financiamento utilizada ou o Termo de Concessão

III- O cálculo da atualização de débito para os projetos de fomento oriundos de recursos orçamentários da ANCINE e, subsidiariamente, de recursos provenientes do FSA, para os quais tenha sido fixado indexador, será feito da seguinte forma:

1. Definição da data inicial para início da atualização e do valor do débito inicial, de acordo com o artigo 4º desta Resolução.

2. A data final para a qual o débito deve ser atualizado é o mês do pagamento;

3. Multiplicação do débito inicial a ser atualizado pelo somatório das taxas do indexador compreendidos entre o mês seguinte ao termo inicial até o de atualização.

Dessa forma, o valor atualizado será dado pela seguinte fórmula.

$$V_a = V_i \left(\sum_{i=1}^{n} Ii + 1 \right)$$

Onde:

V_a= valor atualizado

V_i = Valor do débito inicial a ser atualizado

$\sum_{i=1}^{n} Ii$ = Somatório das taxas do indexador do período compreendido entre o mês seguinte ao termo inicial até o mês de atualização.

IV- O cálculo do débito final para os projetos de fomento oriundos de recursos orçamentários da ANCINE e, subsidiariamente, de recursos provenientes do FSA, para os quais tenha sido fixado indexador será realizado obedecendo às seguintes etapas:

1. Atualização do valor do débito inicial conforme descrito neste anexo, item III;

2. Multiplicação do valor atualizado pela taxa de juros estipulada no Termo de Concessão de Apoio Financeiro ou instrumento congênere;

3. Cálculo da multa incidente sobre o saldo devedor atualizado conforme artigo 9º. A multa também é computada de maneira simples, sem capitalização;

4. Somatório dos itens 1, 2 e 3.

Dessa forma, o débito final será dado pela seguinte fórmula:

D= Va + J + M

Onde juros e multa são calculados conforme abaixo

J= Va (j x n),

M = (Va + J) x p

Onde:

D= Débito Final

Va= Valor atualizado

J= Juros

n= número de meses

M= Multa, a ser estipulada de acordo com o mecanismo de fomento utilizado.

p = percentual previsto no diploma legal que estabeleceu a fonte de financiamento utilizada ou o Termo de Concessão

j = Taxa de Juros estipulada no Termo de Concessão de Apoio Financeiro ou instrumento congênere

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 189, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 101 de 17 de março de 2008 e Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes com revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93 e através do Art. 39, inciso X, Medida Provisória nº 2.228-1/01

09-0037 - Pólvora Negra
Processo: 01580.038827/2010-55
Proponente: Quintal Digital Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 09.506.070/0001-90
Valor total do orçamento aprovado: R$ 973.439,22
Valor aprovado no artigo 1º A - da Lei nº. 8.685/93: de R$ 257.371,47 para R$ 222.902,28
Banco: 001- agência: 1526-1 conta corrente: 1.9874-9
Valor aprovado no artigo 3º - da Lei nº. 8.685/93: de R$ 665.140,41 para R$696.335,03
Banco: 001- agência: 1526-1 conta corrente: 1.9873-0
Prazo de captação: até 31/12/2011

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 101, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no ANEXO I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no ANEXO II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 6213 - Tela negra: o cinema do Blaxploitation
Round Zipper Produções Editoriais e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 08.422.273/0001-36
Processo: 01400.025789/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 306.335,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Realização da mostra que reunirá 15 dos mais representativos filmes norte-americanos desenvolvido na década de 1970, de 01 a 13/11/2011 nos CCBBs do Rio e São Paulo.
11 7367 - II MUSA - Mostra Universitária Sulamericana de Audiovisual
Cristiane Santana Ferreira Vilas Boas
CNPJ/CPF: 019.061.105-73
Processo: 01400.026950/20-11
BA - Itabuna
Valor do Apoio R$: 75.010,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Realização da 2ª edição da mostra que promove e premia o Audiovisual produzido por universitários da América do sul, de 24 a 28/10/2011 em Ilhéus/BA.
11 6128 - 2 Festival de Cinema Universitário
Fernanda Maria de Freitas Bezerra
CNPJ/CPF: 018.773.225-63
Processo: 01400.025664/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 51.440,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Realização da 2ª edição do festival, de 03 a 07/11/2011 no Cinema do Museu, Salvador/BA.
11 7368 - 1ª Mostra de Cinema Nacional 3D - Cinemagia 3D
Exato Segundo (ES)
CNPJ/CPF: 05.205.988/0001-49
Processo: 01400.026951/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 484.080,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Realização da mostra itinerante em uma estrutura inflável, voltada a crianças de escolas públicas, de 06/01 a 26/06/2012.
11 7345 - Cine Escola
Ricardo Carvalho de Azevedo Santana
CNPJ/CPF: 458.152.245-53
Processo: 01400.026932/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 47.630,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Realização de sessões de cinema brasileiro para estudantes da rede pública de ensino, no Cinema do Itaigara em Salvador, de outubro de 2011 a abril de 2012.

ANEXO II

11 4843 - Kausos
Fundação Cultural João Falcão
CNPJ/CPF: 01.062.961/0001-93
Processo: 01400.020464/20-11
SP - Barretos
Valor do Apoio R$: 432.330,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Produção de um programa de TV com mensagens positivas que possam transformar comportamentos, fazendo um resgate da cultura de raiz da região.
10 10183 - Circuito Animado
COPA STUDIO PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA EPP
CNPJ/CPF: 09.551.826/0001-13
Processo: 01400.020393/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 695.196,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Produção de oficina de animação expositiva e interativa, que visa capacitar alunos de escolas públicas na criação de animações.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 502, DE 2 DE SETEMBO DE 2011(*)

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto cultural, relacionado no anexo à esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
097364-Festival Internacional de Jazz e Blues de Paraty
Mississipi Produções Ltda
CNPJ/CPF:01.221.439/0001-07
SP-São Paulo
Período de captação:01/09/2011a31/12/2011

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 171, de 5-9-2011, Seção 1, pág. 17, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 503, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 4466 - Circuito Ordinário (RJ / DF / MG)
Enjoy Arts Produções Culturais Ltda ME
CNPJ/CPF: 07.292.885/0001-99
Processo: 01400.020013/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 501.732,94
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Trata-se da primeira fase de circulação do espetáculo teatral "Circuito Ordinário", escrito pelo premiadíssimo roteirista francês Jean-Claude Carrière, com Denise Del Vecchio e Henrique Benjamin no elenco, e direção de Otávio Martins. A produção é de São Paulo e, após sua temporada paulistana, o espetáculo segue para temporada de 8 semanas no Rio de Janeiro (RJ), 4 semanas em Belo Horizonte (MG) e 4 semanas em Brasília (DF), de quinta a domingo, sempre a preços populares.
11 4325 - Um amor de retalhos
FLUXOS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.307.068/0001-34
Processo: 01400.019835/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 422.650,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Um amor de retalhos é um musical infantil que pretende misturar, em cena, 1 ator e bonecos. Conta com a direção do experiente diretor de teatro: Miguel Vellinho. Pretende estreiar no sábados e domingos, 17h. Totalizando: 16 apresentações.
11 3937 - AGUA PARA VIDA AGUA PARA TODOS
KS Eventos
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
Processo: 01400.018362/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 221.490,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O EVENTO SERÁ GRATUITO E REALIZADO NA PRAÇA DE BARRETOS ZONA NORTE DE NITERÓI. SERÁ RELAIZADO NO DIA DO MEIO AMBIENTE. HAVERÁ DRAMATIZAÇÃO TEATRAL INFANTIL SOBRE O MEIO AMBIENTE E SHOW COM O CORAL DAS PRINCESAS DE PETROPOLIS. INTERPRETANTO CANÇÕES COMO ÁGUAS DE MARÇO , SOBRADINHO E OUTRAS..EM NITEROI PRAÇA A DEFINIR.
11 4355 - A Vítima Dolorosa do Mundo Cruel
Tapejara Tatala Não Para Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.662.668/0001-55
Processo: 01400.019872/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 205.930,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto visa a montagem, estréia e turnê de um novo espetáculo do Circo Teatro Udi Grudi. O espetáculo será um solo de um dos fundadores do grupo, o palhaço Marcelo Beré, e fará parte das celebrações de 30 anos do grupo. O espetáculo ficará em cartaz um mês no DF realizando 12 e um mês no Rio de Janeiro. O espetáculo será apresentado um total de 34 vezes: 10 vezes gratuitamente no DF, 12 vezes em Brasília e 12 vezes no Rio de Janeiro.
11 4402 - No Quarto ao Lado
Latinamerica Entretenimento Internacional Ltda.
CNPJ/CPF: 09.416.289/0001-07
Processo: 01400.019941/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 831.210,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Apresentação da peça teatral "No quarto ao lado", comédia indicada a três prêmios "Tony Awards" (considerado o "Oscar" do teatro americano). O espetáculo tem estreia prevista na cidade de São Paulo, com temporada inicial de 6 (seis) meses e possibilidade de temporada também na cidade do Rio de Janeiro, com o total de 62 (sessenta e duas) apresentações.
11 4478 - PRIMEIRA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO SAMBA-CANÇÃO
CAVALO MARINHO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.089.737/0001-74
Processo: 01400.020027/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 601.090,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização da montagem e temporada do espetáculo musical PRIMEIRA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO SAMBA-CANÇÃO, texto e direção de Anderson Cunha, direção musical de Leandro Muniz, com temporada de 2 meses na cidade do Rio de Janeiro totalizando 32 apresentações. O espetáculo contará com 14 atores no elenco.
11 4780 - VIAJANDO COM MONTEIRO LOBATO
Instituto All
CNPJ/CPF: 08.674.412/0001-19
Processo: 01400.020376/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 1.156.719,98
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Viajando com Monteiro Lobato, é um projeto do Instituto ALL de Educação e Cultura, cujo objetivo é incentivar a leitura no público infanto-juvenil. Seu foco é levar conhecimento sobre a obra de Monteiro Lobato, de maneira atrativa e lúdica, de forma a despertar a o interesse pela leitura por onde passar. Serão realizadas 220 apresentações teatrais durante o ano , 100 participantes por apresentação, uma turma a tarde e uma pela manhã, atingindo 22000 espectadores ao término do projeto
11 4358 - Geração 80
E. A. L. COELHO ROBERTO - ME
CNPJ/CPF: 05.622.129/0001-55

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 01400.019875/20-11
RJ - Campos dos Goytacazes
Valor do Apoio R$: 388.340,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto "Geração 80" será realizado em parceria com 18 Universidades/Faculdades do Estado do Rio de Janeiro, onde será apresentado um espetáculo lítero-musical envolvente, onde 04 atores, 20 figurantes e uma banda pretendem resgatar a cultura dos anos 80 contando com a interação do público presente.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 4333 - Exposição Pessoas da Arte
Elo3 Integração Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 06.791.257/0001-95
Processo: 01400.019849/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.280.980,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto pretende a criação, produção e circulação da Exposição Pessoas da Arte por oito cidades desfavorecidas de atividades culturais. Faremos a reprodução de 40 obras de arte, de renomados artistas do mundo, onde buscaremos mapear uma cartografia da pessoa humana, recontada de maneiras singulares na história da civilização ocidental.
11 3260 - Exposição As Cidades Bifurcadas
Frida Produções e Serviços Culturais e Artísticos LTDA.
CNPJ/CPF: 12.667.530/0001-77
Processo: 01400.008214/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 245.412,70
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto As Cidades Bifurcadas propõe a realização de uma exposição de arte contemporânea, formada por obras de artistas brasileiros e italianos que investiguem um repertório de questões comuns a cidades destes dois países. Também será realizado um ciclo de palestras, ministrado por intelectuais, críticos e estudiosos brasileiros e italianos, com o intuito de promover uma reflexão sobre os temas trabalhados e despertar uma postura crítica do indivíduo frente as transformações contemporâneas.
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 1031 - Crônica para a Cidade Amada Pernambuco
Instituto Antares
CNPJ/CPF: 01.498.051/0001-58
Processo: 01400.002151/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 286.978,62
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Recolher uma crônica de cada uma das 185 cidades de Pernambuco, publicar em formato de livro, e retornar a todas elas, com o volume de 780 páginas. De cada cidade obter as seguintes informações culturais: principais vultos históricos, principais instituições culturais e principais eventos culturais. Para cada cidade será destinada uma tiragem de 50 exemplares, personalizados na folha de rosto, com mensagem justificando a participação, mais 1.000 exemplares para outras instituições.
11 4784 - Memórias de Belo Horizonte
Sílvia Rubião Resende
CNPJ/CPF: 175.660.536-04
Processo: 01400.020383/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 323.609,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto consiste em pesquisar, editar e publicar cinco livretos sobre pontos históricos significativos de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os pontos que serão contemplados neste projeto são : Bairro Funcionários , Serra do Curral , Bairro Padre Eustáquio, Campus da UFMG , Minas Tênis Clube
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 4799 - O MENOR DOS ANJOS: UM CONTO DE NATAL AÇORIANO
Associação Cultural Brasil - Santa Catarina
CNPJ/CPF: 03.680.305/0001-80
Processo: 01400.020404/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 271.215,69
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Espetáculo artístico que une a música, o canto, a dança e o teatro para representar um conto de natal imerso na cultura de base açoriana, contribuindo para a divulgação desses saberes e fortalecimento da identidade cultural dos descendentes de açorianos; com realização em São José e Florianópolis.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 2281 - TRIO GABIRÚ - GRAVAÇÃO E LANÇAMENTO DO 1ºCD
JOSAFA OLIVEIRA COSTA
CNPJ/CPF: 010.510.365-93
Processo: 01400.006409/20-11
BA - Teixeira de Freitas
Valor do Apoio R$: 224.455,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O PRESENTE PROJETO VISA REALIZAR A GRAVAÇÃO E LANÇAMENTO E PRIMEIRO CD DA BANDA TRIO GABIRÚ COM 10 MÚSICAS INÉDITAS COMPOSTAS DE RITMOS E LETRAS REGIONAIS, MISTURANDO TENDÊNCIAS COMO O CHORO, SAMBA, COCO, REGGAE E MÚSICA CLÁSSICA. SERÃO PRENSADAS 2.000 CÓPIAS E REALIZADOS TRÊS SHOWS DE LANÇAMENTO SENDO 01 EM TEIXEIRA DE FREITAS (BA), 01 EM CARAVELAS (BA) E 01 EM ILHÉUS (BA). O PROJETO SERÁ EXECUTADO NA CIDADE DE TEIXEIRA DE FREITAS (BA).
11 1565 - Turnê Ana Clara Horta
BAZE PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 11.927.733/0001-92
Processo: 01400.003055/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 714.940,32
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto em epigrafe constará de uma turnê da cantora e compositora Ana Clara Horta nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasilia, Salvador, Curitiba, Recife e Florianopolis, no ano de 2011.
11 4467 - Gravação do CD, DVD e turnê Grupo Tradição
Wagner Braga Hildebrand ME
CNPJ/CPF: 00.214.947/0001-03
Processo: 01400.020014/20-11
MS - Campo Grande
Valor do Apoio R$: 1.257.200,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar a gravação do CD & DVD em Campo Grande-MS e Turnê do Grupo Tradição nas seguintes cidades: Campo Grande – MS, São Paulo - SP, Porto Alegre - RS, Curitiba - PR, Florianópolis - SC e Goiânia - GO. Serão realizados 6 eventos.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 4311 - CCBB Educativo São Paulo 2012
Sapoti Projetos Culturais S/S Ltda
CNPJ/CPF: 05.039.840/0001-81
Processo: 01400.019817/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.340.220,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
CCBB Educativo é o nome do programa educativo do Centro Cultural Banco do Brasil que atende ao público escolar (níveis fundamental, médio e universitário), famílias, educadores, terceira idade, ONGs e pessoas com deficiência, por meio de diversas ações educativas - visitas mediadas, visita sensorial, visita em LIBRAS, laboratórios, encontros com educadores, contação de história, música etc. 100% de ingressos gratuitos. Média de público 90 mil ingressos gratuitos/ano.
11 0845 - DEMOCRATIZAÇÃO E RESGATE CULTURAL: Gente Junta Faz Cultura.
Rondinei dos Anjos Novaes
CNPJ/CPF: 028.656.925-66
Processo: 01400.001762/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 23.216,00
Prazo de Captação: 06/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto almeja a democratização cultural do município de Mucugê, através da interação entre comunidade estudantil e sociedade civil para garantir o acesso, ampliar e resgatar as práticas culturais. Propondo atividades dinâmicas, expositivas, oficinas, culinária, esportiva shows musicais com grupos locais e estilo regional preponderante durante uma semana demonstrativa da produção cultural local.

PORTARIA Nº 504, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor dos projetos culturais relacionados nos ANEXOs I e II a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 10335 - Programa de Cultura - Estação Conhecimento de Serra
Fundação Vale do Rio Doce de Hab. e Desen. Social
CNPJ/CPF: 33.896.291/0001-05
MG - Belo Horizonte
Valor Complementar em R$: 28.760,00
10 10336 - Programa de Cultura - Estação Conhecimento de Brumadinho
Fundação Vale do Rio Doce de Hab. e Desen. Social
CNPJ/CPF: 33.896.291/0001-05
MG - Belo Horizonte
Valor Complementar em R$: 60.000,00
10 10380 - Programa de Cultura - Estação Conhecimento de Curionópolis
Fundação Vale do Rio Doce de Hab. e Desen. Social
CNPJ/CPF: 33.896.291/0001-05
MG - Belo Horizonte
Valor Complementar em R$: 86.160,00
10 10379 - Programa de Cultura - Estação Conhecimento de Arari
Fundação Vale do Rio Doce de Hab. e Desen. Social
CNPJ/CPF: 33.896.291/0001-05
MG - Belo Horizonte
Valor Complementar em R$: 86.160,00
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
08 9323 - Restauração da Igreja Matriz de São Domingos de Araxá
Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá
CNPJ/CPF: 20.054.268/0001-13
MG - Araxá
Valor Complementar em R$: 1.066.769,33

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 0450 - Shows Nacionais em Não-Me-Toque Edição II
Júlio Cesar Glenzel-ME
CNPJ/CPF: 03.958.438/0001-75
RS - Pelotas
Valor Complementar em R$: 60.000,00

PORTARIA Nº 505, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 1585 - São Luís 400 Anos
Asa Foto LTDA
CNPJ/CPF: 14.816.359/0001-46
BA - Salvador
Período de captação: 05/09/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 506, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de Valor em favor dos projetos culturais relacionados nos anexos I e II a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
09 0504 - Antologia Revista de Cinema (1954-1957 / 1962-1964)
Marcelo Miranda da Silva
CNPJ/CPF: 044.412.186-21
MG - Belo Horizonte
Valor reduzido em R$: 19.110,00

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
07 11679 - Praia Lírica
Brazilbizz MPA Ltda ME
CNPJ/CPF: 05.382.018/0001-19
SP - São Paulo
Valor reduzido em R$: 119.957,01

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 625, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 557/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.091047/2009-69 , resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação Lar das Filhas de São José, inscrita no CNPJ Nº 33.617.416/0001-02, com sede no Rio de Janeiro-RJ em função de descumprimento, nos anos de 2007 e 2008, do art. 3º, inciso VI, do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 627, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 560/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.077386/2009-32, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação Pestalozzi de Rio Novo do Sul, inscrita no CNPJ Nº 00.872.227/0001-27, com sede em Rio Novo do Sul/ES, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 629, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 562/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.066667/2009-60, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maranguape, inscrita no CNPJ Nº 01.623.817/0001-89, com sede em Maranguape-CE, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 631, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 564/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71000.090025/2009-81, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação das Senhoras dos Rotarianos de Paraíso do Norte, inscrita no CNPJ Nº 76.721.711/0001-17, com sede em Paraíso do Norte-PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 17/11/2009 a 16/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 632, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 565/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71000.102539/2009-97, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Creche Berçário Dionísia A. Zucchi, inscrita no CNPJ Nº 45.924.727/0001-01, com sede em Cafelândia-SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 28/11/2009 a 27/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 633, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 566/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71000.104695/2009-92, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Creche Santa Luzia, inscrita no CNPJ Nº 23.374.283/0001-37, com sede em Belo Horizonte-MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/12/2009 a 30/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 634, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 567/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.050607/2009-25, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação Pró-Criança, inscrita no CNPJ Nº 80.507.593/0001-16, com sede em Londrina-PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 640, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 574/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71000.036797/2009-78, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o Grupo de Desenvolvimento Comunitário, inscrito no CNPJ Nº 21.516.315/0001-66, com sede em Belo Horizonte-MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social pelo período de 22/04/2009 a 21/04/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 641, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 573/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.114176/2009-32, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campos do Jordão, inscrita no CNPJ Nº 45.193.943/0001-16, com sede em Campos do Jordão/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 643, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 577/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71010.004268/2009-96, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Miracatu, inscrita no CNPJ Nº 57.740.359/0001-12, com sede em Miracatu-SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 644, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 578/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71000.059613/2009-48, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas, inscrita no CNPJ Nº 46.079.281/0001-10, com sede em Campinas/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 645, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 579/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.065055/2009-50, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação,resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família de Santa Cruz do Monte Castelo, inscrita no CNPJ Nº 77.366.888/0001-05, com sede em Santa Cruz do Monte Castelo - PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 646, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 580/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.101776/2009-31, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sobradinho, inscrita no CNPJ Nº 93.297.570/0001-76, com sede em Sobradinho - RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/12/2009 a 30/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 647, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 581/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.051552/2009-71, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação Casa da Criança de Santos, inscrita no CNPJ Nº 58.218.215/0001-63, com sede em Santos - SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 651, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 585/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.064235/2009-14, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o SERVIÇO SOCIAL NOVA JERUSALÉM, inscrito no CNPJ Nº 67.170.993/0001-10, com sede em Campinas/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 24/08/2009 a 23/08/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 649, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 583/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.091011/2009-85, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MOGI GUAÇU, inscrita no CNPJ Nº 46.400.180/0001-08, com sede em Mogi Guaçu - SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 650, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 584/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.102777/2009-01, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação,resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar o CENTRO CULTURAL LOUIS BRAILLE DE CAMPINAS, inscrito no CNPJ Nº 46.102.000/0001-01, com sede em Campinas/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 651, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 585/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71000.064235/2009-14, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar o Serviço Social Nova Jerusalém, inscrita no CNPJ Nº 67.170.993/0001-10, com sede em Campinas/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 24/08/2009 a 23/08/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 652, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 575/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.051342/2009-82, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araras, inscrita no CNPJ Nº 44.698.595/0001-76, com sede em Araras - SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria Nº 437, de 15 de julho de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 654, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 588/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.058512/2009-50, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação,resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRIUNFO, inscrita no CNPJ Nº 90.259.508/0001-00, com sede em Triunfo/RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 655, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 589/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.037640/2009-60, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação,resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOIS CÓRREGOS, inscrita no CNPJ Nº 49.114.192/0001-56, com sede em Dois Córregos/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 656, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 587/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71000.090019/2009-24, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lençóis Paulista, inscrita no CNPJ Nº 44.526.812/0001-40, com sede em Lençóis Paulista-SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 02/10/2009 a 01/10/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 657, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 590/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71010.005097/2009-12, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, inscrita no CNPJ Nº 75.411.579/0001-84, com sede em Arapongas - PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 658, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica Nº 732/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo Nº 71010.002774/2007-89, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindoeste, inscrita no CNPJ Nº 00.572.863/0001-33, com sede em Lindoeste/PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria Nº 360, de 20 de junho de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 659, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica Nº 731/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.089584/2009-49, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação Mantenedora Santa Terezinha, inscrita no CNPJ Nº 02.374.518/0001-10, com sede em Paranavaí/PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 26/10/2009 a 25/10/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria Nº 384, de 20 de junho de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 660, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica Nº 734/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.076097/2009-16, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Arroio dos Ratos, inscrita no CNPJ Nº 91.900.001/0001-48, com sede em Arroio dos Ratos/RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 12/09/2009 a 11/09/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria Nº 269, de 15 de julho de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 661, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 591/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71010.004250/2009-94, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraí, inscrita no CNPJ Nº 38.150.371/0001-22, com sede em Guaraí-TO, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 662, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 592/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.102516/2009-82, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Passos, inscrita no CNPJ Nº 98.112.063/0001-34, com sede em Três Passos-RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 663, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 593/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71000.091040/2009-47, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Leopoldo, inscrita no CNPJ Nº 96.743.893/0001-34, com sede em São Leopoldo-RS, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 664, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, §1º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica Nº 736/2011/GAB/SEB/MEC, exarada nos autos do processo Nº 71000.088925/2009-69, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Casa da Criança Feliz, inscrita no CNPJ Nº 00.296.242/0001-74, com sede em São Paulo/SP, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º O pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e torna sem efeito a Portaria Nº 464, de 15 de julho de 2011.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 670, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 599/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.051499/2009-16, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Planalto, inscrita no CNPJ Nº 80.884.315/0001-88, com sede em Planalto-PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 671, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 600/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do Processo Nº 71010.004281/2009-45, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Baependi, inscrita no CNPJ Nº 17.895.640/0001-00, com sede em Baependi-MG, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 04/11/2009 a 03/11/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 678, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 607/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.104337/2009-80, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da AFA - Associação Filantrópica Adolfense, inscrita no CNPJ Nº 49.066.905/0001-53, com sede em Adolfo - SP, em função do descumprimento das NBC T 3.3.1.2 e T 10.19.2.1, nos termos da Resolução CNAS Nº 66, de 16 de abril de 2003; e do art. 3º, inciso VI, do Decreto Nº 2.536, de 06 de abril de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

PORTARIA Nº 679, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no uso de suas atribuições e com base nos fundamentos constantes no Parecer Técnico Nº 609/2011/GAB/SEB/MEC, exarado nos autos do processo Nº 71000.088425/2009-27, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto Nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e considerando a intempestividade do pedido de renovação, resolve:

Art. 1º Receber o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e certificar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Saudade do Iguaçu, inscrita no CNPJ Nº 01.392.357/0001-25, com sede em Saudade do Iguaçu-PR, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º Novo pedido de renovação do CEBAS deverá ser apresentado em conformidade com a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 312, DE 1º DE AGOSTO DE 2011

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, a Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, Portaria SETEC nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008 e suas posteriores alterações, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ações 6358, 6380, 1H10, 8650, 20AW, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.6380.0001 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional - PTRES: 001744, Fonte de Recursos: 0112915016.
Funcional Programática: 12.363.1062.6358.0001 - Capacitação dos Profissionais da EPT - PTRES: 020883, Fonte de Recursos: 0112915023.
Funcional Programática: 12.363.1062.1h10.0001 - Expansão da Rede Federal da EPT - PTRES: 013838, Fonte de Recursos: 0112915021.
Funcional Programática: 12.363.1062.20AW.0001 - Implantação e Manutenção do Sistema Informação da EP - PTRES: 020882, Fonte de Recursos: 0112915022.
Funcional Programática: 12.363.1062.8650.0001 - Reestruturação da Rede EPT - PTRES: 020884, Fonte de Recursos: 0112915024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO

INSTITUIÇÃO	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	VALOR
FUB- Mestrado Profissional	23000.009635/2011-39	387 e 423	660.080,00
IF Sul MG - Reitoria - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E LABORATÓRIOS.	23343.000378/2011-99	389	782.964,19
UFRN - REITORIA - RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE PRÉDIOS	23000.007800/2011-18	390	672.380,55
UFRN - REITORIA - ADEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS DOS ANIMAIS	23000.007802/2011-15	391	810.000,00
IF CATARINENSE - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PROJETO CÃO GUIA	23348.001111/2011-79	392	436.749,97
IFB - REITORIA - PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO	23000.010293/2011-08	393	25.000,00
IF FARROUPILHA - REITORIA - AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	23243.000420/2011-08	394	28.817,20
IFPB - CAMPUS PICUÍ - NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	23000.010582/2010-18	395	12.250,00
IF FLUMINENSE - REITORIA - ENGORDA DA TILÁPIA-DO-NILO EM TANQUES-REDE	23000.006972/2010-93	396	22.498,46
IF FLUMINENSE - REITORIA - IMPLANTAÇÃO DE BIOMARCADORES BIOQUÍMICOS EM ORGANISMOS AQUÁTICOS	23000.006973/2010-38	397	27.638,08
IFAM - REITORIA - NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	23000.011918/2009-26	398	47.800,00
UFV-VICOSA - CAMPUS:FLORESTAL - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE CONSUMO	23000.008792/2011-27	399	795.000,00
FUFUB - REITORIA - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇAO DE REDE SEM FIO	23000.010140/2011-52	400	251.930,00
UFSM - REITORIA - ATUALIZAÇAO DOS LABORATÓRIOS	23000.011884/2010-11	401	250.000,00
UFSM - REITORIA - ATUALIZAÇAO TECNOLOGICA DOS LABORATÓRIOS DE REFRIGERAÇÃO	23000.003809/2010-79	402	400.000,00
UFAL - REITORIA - ATUALIZAÇAO DOS MEIOS DE ENSINO DA ESCOLA TÉCNICA DE ARTES	23000.009012/2011-66	403	190.000,00
IFPI - REITORIA - PROJETO MULHERES MIL	23000.009356/2011-75	404	74.100,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IFMT - REITORIA - PROJETO DE CURTIMENTO DE PELES DE PEIXE E PRODUÇÃO DE ARTESANATO	23000.006775/2010-74	405	20.760,00
IFRO - REITORIA - PROEJA FIC	23000.010722/2011-39	406	57.126,00
IFRS - REITORIA - CONFECÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	23419.000717/2011-14	408	34.400,00
FUFUB - REITORIA - ASSISTÊNCIA PROEJA	23000.010626/2011-91	409	18.000,00
ITO - REITORIA - PROJETO BRASIL-FRANÇA	23000.010836/2011-89	410	33.319,00
ITO - REITORIA - PROJETO BRASIL-FRANÇA	23000.010829/2011-87	411	7.000,00
IFSP - REITORIA - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS NAPNES	23000.010131/2011-61	412	127.090,00
UFPB - COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS - MELHORIAS DA INFRAESTRUTURA ESTUDANTIL	23000.008871/2011-38	414 e 433	898.000,00
IF FLUMINENSE - REITORIA - PROEJA FIC	23000.009186/2010-48	415	205.120,00
IFRS - CAMPUS BENTO GONÇALVES - IMPLANTAÇAO DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLOGICA-NIT	23000.087203/2009-44	416	35.380,00
CEFET MG / IMPLANTAÇÃO DO NIT	23000.011686/2009-14	417	13.706,90
IF NORTE MG - CAMPUS JANUÁRIA - PROEJA FIC	23000.006290/2009-47	418	20.766,50
IFRN - REITORIA - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	23000.009280/2010-05	419	1.720.000,00
IF FLUMINENSE - REITORIA - IMPLANTAÇAO SUPORTE E MANUTENÇAO DO SIGA-EPT	23000.002419/2011-62.	420	11.300,00
IFMT -REITORIA - IMPLANTAÇAO SUPORTE E MANUTENÇAO DO SIGA-EPT	23000.011058/2011-45	421	32.000,00
IFCATARINENSE - CAMPUS ARAQUARI - LEVANTAMENTO DO STATUS SANITÁRIO E EPIDEMIOLÓGICO CAMARÕES NATIVOS NO NORTE CATARINENSE	23000.095198/2010-87	425	59.700,00
IFTO - CAMPUS ARAGUATINS - PROJETO DE PESQUISA - CRIAÇÃO DE TAMBAQUI	23000.007003/2010-50	426	31.810,00
IFB - REITORIA - REALIZAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO	23000.011120/2011-07	427	388.260,56
IFPR - REITORIA - NUCLEIO DE INOVAÇÃO TECNOLOGICA	23000.012294/2009-64	428	47.002,59
IF FARROUPILHA - CAMPUS SANTA ROSA - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA NAPNE	23242.000233/2011-26	429	7.000,00
IF NORTE MG - CAMPUS MONTE CLAROS - IMPLANTAÇÃO DO NAPNE	23000.010119/2011-57	430	5.019,00
IFAM - CAMPUS MANAUS ZONA LESTE - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O NAPNE	23000.010118/2011-11	431	12.647,00
IFSC - REITORIA - FOMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSãO	23000.008874/2011-71	432	1.231.312,40
IF SUDESTE MG - CAMPUS BARBACENA - PROJETO SIGA - EPT	23355.000088/2011-14	434	7.800,00
UFRN - ESCOLA DE MÚSICA - AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	23000.008600/2011/82	435	235.000,00
IF CATARINENSE - CAMPUS BLUMENAU - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	23348.000984/2011-64	436	77.620,03
IFPR - REITORIA - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	23000.011103/2011-61	437	14.049,00
IF FARROUPILHA - CAMPUS PANAMBI - IMPLEMENTAÇÃO DO NAPNE	23243.000517/2011-11	438	12.500,00
IFGO - CAMPUS URUTAÍ - IMPLANTAÇÃO DO ESTUDO EM AGROECOLOGIA	23216.000118/2010-98	439	33.600,00
IFRS - REITORIA - ENCONTRO REGIONAL SUL DE NAPNE	23419.000714/2011-72	441	20.000,00
IFMT - CAMPUS SÃO VICENTE - ESTUDO E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO PARA O SETOR DE PISCICULTURA	23000.006771/2010-96	444	41.856,10
IF FARROUPILHA - REITORIA - PROJETO RENAPI - SIGA - EPT	23000.003242/2011-11	445	5.200,00
IFCE - REITORIA - PROJETO MERCADO E PERFIL CONSUMIDOR DE PESCADO CULTIVADO NO ESTADO DO CEARÁ	23045.011186/2010-91	446	25.972,50
UFRN - ESCOLA DE ENFERMAGEM - MELHORAMENTO E ACESSIBILIDADE DO PRÉDIO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM	23000.008602/2011-71	447	238.000,00
IF CATARINENSE -REITORIA - II ENCONTRO ESTADUAL DE NAPNE	23348.001260/2011-38	448	19.992,00
CEFET RJ - IMPLANTAÇÃO DO NUCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLOGICA	23000.012299/2009-97	450	6.000,00
IF SUL MG - CAMPUS POÇOS DE CALDAS - CONSTRUÇÃO DE VARANDA EM POLICARBONATO E RAMPA PARA PNE	23343.000394/2011-81	451	159.960,89
IFPA - REITORIA - IMPLANTAÇÃO DO NAPNE	23000.011348/2011-99	457	20.000,00
IFBA - CAMPUS EUNÁPOLIS - PROJETO SEGUNDO TEMPO	23000.009566/2010-82	458	300.000,00
IF CATARINENSE - CAMPUS AVANÇADO DE LUZERNA - CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULAS E LABORATÓRIOS	23348.001120/2011-60	459	1.824.978,74
IFPR - REITORIA - ESPECIALIZAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS	23000.011632/2011-65	460	1.393.935,60
TOTAL			14.940.393,26

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 144, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 03/2011, publicado no DOU de 27/05/2011.

Unidade: INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE-CAMPUS ANÍSIO TEIXEIRA - VITÓRIA DA CONQUISTA
Área de Conhecimento: Biofísica/Física/Fisiologia Animal
Vagas: 1
Classe: ASSISTENTE
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.036767/11-06
1º VINICIUS CUNHA GONZALEZ

ANTÔNIO EDUARDO MOTA PORTELA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 709, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas competências, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o item C. 4 - Depto. de Transportes e Geotecnia, da Portaria nº 1021, de 12/11/2010, DOU de 16/11/2010, referente à homologação do Concurso 100 - Processo nº 23071.001621/2010-52, em função de decisão relativa a recurso interposto conforme processo 23071.013926/2010-15.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE LETRAS

PORTARIA Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 5083, de 14/12/2009, publicada no DOU nº 239, Seção 2, de 15/12/2009, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 84, de 10/08/2011, publicado no DOU nº 156, de 15/08/2011, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Letras Vernáculas
Setorização: Língua Portuguesa
1 - Caio César Castro da Silva
2 - Michelle Gomes Alonso Dominguez
3 - Juliana Barbosa de Segadas Vianna
4 - Elaine Alves Santos Melo
5 - Mayara Nicolau de Paula
6 - João Carlos Tavares da Silva
7 - André Gabrich Tesch
8 - Janaína Pedreira Fernandes de Souza

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

CENTRO DE TECNOLOGIA
ESCOLA POLITÉCNICA

PORTARIA Nº 6.220, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Escola Politécnica, Professor Ericksson Rocha e Almendra, do Centro de Tecnologia da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 576 de 08/02/10, publicada no DOU nº 31, Seção 2, de 17/02/10, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto referente ao edital nº 84 de 10/08/11 publicado no DOU nº 156, Seção 3 de 15/08/11, divulgando o nome do candidato aprovado.

Departamento de Engenharia Elétrica
Setorização: Sistemas de Potência
1 - Mamour Sop Ndiaye

ERICKSSON ROCHA E ALMENDRA

PORTARIA Nº 6.221, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Escola Politécnica, Professor Ericksson Rocha e Almendra, do Centro de Tecnologia da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 576 de 08/02/10, publicada no DOU nº 31, Seção 2, de 17/02/10, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto referente ao edital nº 84 de 10/08/11 publicado no DOU nº 156, Seção 3 de 15/08/11, divulgando o nome do candidato aprovado.

Departamento de Engenharia Elétrica
Setorização: Sistemas Industriais
1 - Alexandre Coelho

ERICKSSON ROCHA E ALMENDRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 944, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretora, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.025449/2011-02 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Metodologia de Ensino - MEN/CED, instituído pelo Edital nº 98/DDPP/2011, de 18 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 137, Seção 3, de 19/07/2011.

Campo de Conhecimento: Metodologia e Prática de Ensino de Letras Alemão.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).
NÃO HOUVE CANDIDATOS APROVADOS

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No art. 3º da Portaria Interministerial nº 420, de 25-8-2011, publicada no DOU de 29-8-2011, Seção 1, pág. 36,

Art. 3º .....

§ 5º onde se lê: "...à competência do mês de junho de 2011...", leia-se: "...às competências dos meses de junho e de julho de 2011...".

.....

§ 9º onde se lê: "...§ 7º...", leia-se: "...§ 8º...".

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO PARANÁ
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO Nº 1, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

A PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL, adiante assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 73/1993, tendo em vista o contido na Lei nº 10.684/2003 e no inciso II do art. 9º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03/2004, resolve:

Art. 1º. Excluir do PARCELAMENTO ESPECIAL - PAES, instituído pela Lei nº 10.684/2003, por motivo de inadimplência, consoante o disposto no parágrafo 4º do artigo 7º do referido diploma legal, as pessoas físicas e jurídicas a seguir relacionadas:

76.230.697/0001-59 RIO CINZA TRASNPORTES LTDA
77.703.809/0001-04 MELLO E MANGONI LTDA
78.901.931/0001-29 INTELEKTRON SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
76.925.858/0001-29 CENTRO EDUCACIONAL LA SALLES S/C LTDA
81.710.774/0001-08 COPERANA COMERCIO DE PERFUMARIAS APUCARANA LTDA
024.446.319-00 ARISTIDES DOS SANTOS
602.821.429-91 GERALDA MONTEIRO ANDRADE

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório, nos termos do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 01/2007, apresentar recurso administrativo dirigido à Procuradora-Seccional da Fazenda Nacional em Londrina/PR, com endereço na sede desta Procuradoria, à Rua Brasil, 865, 1º andar, CEP 86.010-916.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA CARAMASCHI DÊGELO ZANETTI

ATO DECLARATÓRIO Nº 2, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

A PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL, adiante assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 73/1993, tendo em vista o contido no art. 7º, I, da MEDIDA PROVISÓRIA nº 303/2006, resolve:

Art. 1º. Excluir do PARCELAMENTO EXCEPCIONAL - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303/2006, por motivo de inadimplência, consoante o disposto no § 4º do art. 7º do referido diploma legal, a pessoa jurídica a seguir relacionada:

79.703.062/0001-10 FAISAO INDÚSTRIA METALURGICA LTDA ME

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório, nos termos do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 01/2007, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Londrina/PR, com endereço na sede desta Procuradoria, à Rua Brasil, 865, 1º andar, CEP 86.010-916.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA CARAMASCHI DÊGELO ZANETTI

PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO Nº 3, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL, adiante assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 73/1993, tendo em vista o contido na Lei nº 10.684/2003 e no inciso II do art. 9º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03/2004, resolve:

Art. 1º. Excluir do PARCELAMENTO ESPECIAL - PAES, instituído pela Lei nº 10.684/2003, por motivo de inadimplência, consoante o disposto no parágrafo 4º do artigo 7º do referido diploma legal, as pessoas físicas e jurídicas a seguir relacionadas:

00.468.333/0001-40 LONGUINI E CIA LTDA ME
01.048.337/0001-31 SMK EMPACOTADORA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA ME
01.156.549/0001-32 SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ESPUMAS E ESTOFADOS NOBRE ARTE LOVAT LTDA
01.631.101/0001-23 DA SILVA TEODORO & SANTOS LTDA ME
03.810.262/0001-00 JES CALÇADOS LTDA ME
72.295.793/0001/24 VERONEZZI GONÇALVES & CIA LTDA
76.490.069/0001-02 O CASTELINHO SUPERMERCADO LTDA ME
81.037.087/0001-73F PAIVA & CIA
81.099.467/0001-32ESSEPE AGROPECUÁRIA LTDA
81.199.630/0001-39COLEPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICO CON. LTDA ME
81.686.032/0001-94RODRIGUES & TORRES LTDA
82.452.343/0001-51J M COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME
85.478.717/0001-04BATISTA DE ANDRADE E ANDRADE LTDA ME
078.004.378-25 LUIS ALBERTO SIQUEIRA CRISTOVÃO
142.470.979-20 MANOEL FERNANDES MACIEL
388.169.899-04 ANGELA SILVANA ZAUPA

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório, nos termos do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 01/2007, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Maringá/PR, com endereço na sede desta Procuradoria, à Av. XV de Novembro, 527, centro, CEP 87013-210.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

JACOB GONÇALVES MACEDO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Exclui sujeitos passivos do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 7º, inciso I, da Portaria Conjunta PGFN-SRF nº 1, de 25/06/203, no art. 9º, inciso II, da Portaria Conjunta PGFN-SRF nº 3, de 25/08/2004, com a atual redação que lhe foi dada pela Portaria Conjunta PGFN-SRF nº 4, de 20/09/2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684/2003, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis meses alternados em que o sujeito passivo não efetuou recolhimento das parcelas do PAES.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido à Procuradora Seccional da Fazenda Nacional em Santa Cruz do Sul/RS.

Parágrafo único. O recurso administrativo deverá ser protocolado na sede da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Santa Cruz do Sul/RS, localizada na Av. João Pessoa, nº 260, Centro.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES tornar-se-á definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE JACKISCH BIESDORF

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas físicas e jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (PAES). Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento.

NOME	CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO
VINICIUS TROJAN ENGEL	01.795.626/0001-02	15131.000142/2011-10

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.557, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Altera dispositivos relativos ao Redesconto do Banco Central presentes no regulamento anexo à Circular nº 3.105, de 5 de abril de 2002.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 1º de setembro de 2011, com fundamento no art. 10, incisos V e XII, e no art. 12 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, no art. 28, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, e nas Resoluções ns. 2.949, de 4 de abril de 2002, e 4.002, de 25 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º O regulamento anexo à Circular nº 3.105, de 5 de abril de 2002, com as alterações promovidas pela Circular nº 3.153, de 25 de setembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O acesso ao Redesconto do Banco Central é facultado às instituições financeiras titulares de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O acesso das instituições financeiras titulares de Conta de Liquidação ao Redesconto do Banco Central é restrito às operações na modalidade de compra com compromisso de revenda, intradia, de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Art. 2º As operações de Redesconto do Banco Central são concedidas, a exclusivo critério do Banco Central do Brasil, por solicitação da instituição financeira interessada, ressalvada a concessão automática de operação de um dia útil contratada por instituição titular de conta Reservas Bancárias, de que trata o art. 11-A deste regulamento." (NR)

"Art. 7º É admissível, nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), a realização de operações com o mesmo título público federal, nas seguintes hipóteses de associação:

I - operação de compra, pelo Banco Central do Brasil, com compromisso de revenda intradia, associada com:

a) a compra definitiva ou com compromisso de revenda;

b) a liberação, por câmara ou prestador de serviços de compensação e de liquidação, de título anteriormente entregue como garantia por instituição financeira, condicionada à liquidação, por intermédio do Sistema de Transferências de Reservas (STR), de ordem indireta de transferência de fundos de igual valor, emitida pela mesma instituição financeira a favor da câmara ou do prestador de serviços de compensação e de liquidação; ou

c) o resultado multilateral credor em títulos, advindo de negociações ocorridas em câmara ou prestador de serviços de compensação e de liquidação;

II - pagamento da operação, ao Banco Central do Brasil, associado com:

a) a venda definitiva ou com compromisso de recompra;

b) o resultado financeiro multilateral credor, advindo de negociações de títulos ocorridas em câmara ou prestador de serviço de compensação e de liquidação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - operação de Redesconto do Banco Central, exceto intradia, com o pagamento de operação de Redesconto do Banco Central de mesma modalidade, de qualquer prazo.

Parágrafo único. O disposto no inciso III deste artigo não se aplica às operações contratadas por instituição financeira titular de Conta de Liquidação." (NR)

"Art. 11. As operações intradia e de um dia útil são realizadas por intermédio de mensagens específicas constantes do Catálogo de Mensagens e de Arquivos da RSFN.

Art. 11-A. A operação na modalidade de compra com compromisso de revenda intradia contratada por titular de conta Reservas Bancárias, não liquidada ao término do horário de funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR), será liquidada automaticamente pelo Banco Central do Brasil, no mesmo dia, associada com a simultânea concessão de nova operação de mesma natureza e com prazo de um dia útil, observadas as normas relativas à conta Reservas Bancárias.

Parágrafo único. A operação na modalidade de compra com compromisso de revenda intradia, contratada por instituição financeira titular de Conta de Liquidação, não liquidada ao término do horário de funcionamento do STR, seguirá os procedimentos e regras descritos no art. 20-A." (NR)

"Art. 16. A movimentação financeira relativa às operações de Redesconto do Banco Central é realizada na conta Reservas Bancárias ou na Conta de Liquidação mantida pela instituição financeira no Banco Central do Brasil.

Art. 17. A movimentação financeira na conta da instituição caracteriza a liquidação definitiva das obrigações de compra, venda, redesconto ou pagamento de redesconto, previstas neste regulamento." (NR)

"Art. 20. .....

.....

II - .....

Art. 20-A. A operação de Redesconto do Banco Central, cujo compromisso de recompra não seja liquidado pela instituição até o término do horário de funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR) da data de vencimento do compromisso, será considerada inadimplida.

§ 1º Os ativos oriundos de operações inadimplidas, nos termos deste regulamento, serão incorporados à carteira própria do Banco Central do Brasil e vendidos em leilão.

§ 2º O eventual resultado negativo para o Banco Central do Brasil na venda desses ativos, apurado em leilão, deverá ser ressarcido pela instituição contraparte da operação inadimplida." (NR)

Art. 2º Esta Circular entra em vigor em 5 de setembro de 2011.

ALDO LUIZ MENDES
Diretor de Política Monetária

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.913, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RICARDO DE ALMEIDA HORTA BARBOSA, C.P.F. nº 879.567.646-53, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.914, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a EFFECTUA CAPITAL GESTÃO DE ATIVOS LTDA, C.N.P.J. nº 13.966.641, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.915, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a J. P. MORGAN ADMINISTRADORA DE CARTEIRAS BRASIL LTDA, C.N.P.J. nº 13.037.786, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 802, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF..

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado..

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

RELATOR: GONÇALO BONET ALLAGE

1 - Processo: 14041.000649/2005-71 - Recorrentes: BRUNO ALEXANDRE BARRETO AMADOR e FAZENDA NACIONAL - 2005-08-22 00:00:00

2 - Processo: 14041.000216/2004-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RAFAEL FRANCO DIAS - 2004-11-29 00:00:00

3 - Processo: 14041.000019/2005-05 - Recorrentes: LUIZ CARLOS FERREIRA e FAZENDA NACIONAL - 2005-01-04 00:00:00

4 - Processo: 14041.000495/2005-18 - Recorrentes: MAGNA LEITE LUDUVICE e FAZENDA NACIONAL - 2005-06-13 00:00:00

5 - Processo: 14041.000109/2006-79 - Recorrentes: FERNANDO JOSE BRASILEIRO DE MELO e FAZENDA NACIONAL - 2006-02-09 00:00:00

6 - Processo: 14041.000276/2004-58 - Recorrente: GUILHERME ALVES BRUNO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-12-08 00:00:00

7 - Processo: 14041.000257/2004-21 - Recorrente: ECIO RODRIGUES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-12-06 00:00:00

8 - Processo: 14041.000129/2006-40 - Recorrentes: MARIA CLARA RILLOS MENDES e FAZENDA NACIONAL - 2006-02-09 00:00:00

9 - Processo: 14041.000765/2005-91 - Recorrente: MARIA DA CONCEIÇÃO PAZ COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-10-04 00:00:00

10 - Processo: 10280.002106/2005-15 - Recorrente: FRANCISCO CARLOS GUEDES DA FONSECA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-05-05 00:00:00

11 - Processo: 14041.000111/2006-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIS HENRIQUE NASCIMENTO RIVERO - 2006-02-09 00:00:00

Relator: MARCELO OLIVEIRA

12 - Processo: 10980.007554/2003-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BLOUNT INDUSTRIAL LTDA. - 2003-08-18 00:00:00

13 - Processo: 10980.008949/2007-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASILSAT LTDA. - 2007-08-01 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

14 - Processo: 14485.000509/2007-46 - Recorrente: ORGANIZAÇÃO SANTAMARENSE DE EDUCAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-24 00:00:00

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

15 - Processo: 10735.001807/2004-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR - 2004-07-02 00:00:00

16 - Processo: 13116.000261/2004-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUÁRIA VALE DO ARAGUAIA LTDA. - 2004-03-22 00:00:00

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

17 - Processo: 35342.000863/2005-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORGANIZAÇÕES FARMACÊUTICAS PICHETTI LTDA. - 2007-07-23 00:00:00

18 - Processo: 12045.000073/2007-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DMM VASCONCELOS E CIA LTDA. - 2007-07-23 00:00:00

19 - Processo: 37322.000934/2007-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIGORÍFICO VANGELIO MONDELLI LTDA. - 2007-07-30 00:00:00

20 - Processo: 35395.001009/2007-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CITROVITA AGRO PECUÁRIA LTDA. - 2007-09-12 00:00:00

21 - Processo: 37311.002947/2004-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROCA BRASIL LTDA. - 2007-10-16 00:00:00

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCELO OLIVEIRA

22 - Processo: 11007.001281/2003-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HAROLDO FRANCA ZABALLA - 2003-12-30 00:00:00

23 - Processo: 11030.000411/2002-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ONORIO LUIZ GAZOLA - 2002-02-20 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

24 - Processo: 15521.000096/2005-17 - Recorrente: REGIANE CRISTINA DIAS PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-12-12 00:00:00

25 - Processo: 10680.012108/2001-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO JOSE GONÇALVES LOURENÇO - 2001-10-22 00:00:00

26 - Processo: 10680.003132/2001-24 - Recorrente: GILBERTO TADEU RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2001-03-30 00:00:00

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

27 - Processo: 13971.000175/2005-02 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ÁLAMO PRENSADOS DO BRASIL S A - 2005-02-18 00:00:00

28 - Processo: 10120.003111/00-48 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CLENON DE BARROS LOYOLA FILHO - 2000-06-30 00:00:00

29 - Processo: 10675.000174/2004-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANOEL LUIZ MENOCHI TUBIO - 2004-01-22 00:00:00

Relator: FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR

30 - Processo: 36216.000055/2006-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BASF SA. - 2007-09-03 00:00:00

31 - Processo: 36216.004474/2006-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BASF SA. - 2007-12-18 00:00:00

32 - Processo: 35405.002793/2006-27 - Recorrentes: COMERCIAL JAUENSE DE FERRAMENTAS LTDA. - EPP e FAZENDA NACIONAL - 2007-07-23 00:00:00

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

33 - Processo: 10640.001933/2005-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - 2005-09-09 00:00:00

34 - Processo: 11924.000002/2001-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE PIRES GAYOSO DE ALMENDRA FREITAS - 2001-01-02 00:00:00

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

35 - Processo: 12045.000374/2007-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARCO ANTONIO DE CASTRO - 2007-09-19 00:00:00

36 - Processo: 35043.002969/2006-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSLOG TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA - 2007-08-29 00:00:00

37 - Processo: 35444.001800/2006-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ - 2007-08-28 00:00:00

38 - Processo: 35380.000172/2007-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ - 2007-09-24 00:00:00

39 - Processo: 12045.000295/2007-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇÁS - 2007-09-03 00:00:00

40 - Processo: 35348.005534/2006-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SEARA ALIMENTOS S/A - 2007-10-25 00:00:00

41 - Processo: 10552.000277/2007-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIO SÁLVIO MEDEIROS & FILHOS LTDA. - 2007-08-17 00:00:00

42 - Processo: 10680.010471/2007-52 - Recorrente: FIAT AUTOMÓVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-03 00:00:00

43 - Processo: 35464.001770/2004-39 - Recorrente: ADMINISTRAÇÃO REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO GUIMARÃES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-03 00:00:00

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: GONÇALO BONET ALLAGE

44 - Processo: 18471.002113/2004-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA. - 2004-11-30 00:00:00

Relator: MARCELO OLIVEIRA

45 - Processo: 11516.002630/2004-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALI KASSEM NAJMEDDINE - 2004-10-07 00:00:00

46 - Processo: 11610.012010/2001-15 - Recorrente: ROBERTO GEORGES RADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2001-12-28 00:00:00

47 - Processo: 12571.000050/2007-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SEBASTIÃO BARAUSSE - 2007-09-11 00:00:00

48 - Processo: 13558.000394/2004-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CÉSAR RÔMULO RODRIGUES ASSIS - 2004-04-26 00:00:00

49 - Processo: 13839.003628/2003-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAETANO PICCIONI JUNIOR - 2003-12-30 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

50 - Processo: 11543.002616/2004-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BELINE JOSE SALLES RAMOS - 2004-07-30 00:00:00

51 - Processo: 10665.000519/00-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GERALDO MAGELA MARTINS - 2000-07-12 00:00:00

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

52 - Processo: 10768.010559/2001-19 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO IRB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2001-08-29 00:00:00

53 - Processo: 15374.002027/2001-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA HOTÉIS PALACE - 2001-06-06 00:00:00

54 - Processo: 10830.003748/2002-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DOROTHEA MARIA GERARDA SCHREUS DE WIT - 2002-04-24 00:00:00

Relator: FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR

55 - Processo: 36624.002407/2005-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRACOL HOLDING LTDA. - 2007-08-20 00:00:00

56 - Processo: 37017.001558/2006-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DOMINGOS ZEMA VEÍCULOS LTDA. - 2007-07-23 00:00:00

57 - Processo: 37027.002688/2006-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONTABILIDADE SÃO MATHEUS LTDA. - EPP - 2007-07-13 00:00:00

58 - Processo: 37166.000545/2007-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JORLAN SA VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E COMERCIO - 2007-08-06 00:00:00

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

59 - Processo: 10240.001134/2001-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LEME EMPREENDIMENTOS. E PARTICIPAÇÕES.LTDA. - 2001-10-17 00:00:00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

60 - Processo: 10670.001372/2004-56 - Recorrentes: BENEDITO GIONOTTI e FAZENDA NACIONAL - 2004-12-16 00:00:00

61 - Processo: 10108.000585/2001-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAGNO MARTINS COELHO - 2001-08-31 00:00:00

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

62 - Processo: 19740.000001/2005-31 - Embargante: BANCO MODAL SA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2005-01-04 00:00:00

Relator: SUSY GOMES HOFFMANN

63 - Processo: 13830.000200/2002-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EDUARDO DOS SANTOS RODRIGUES - 2002-02-21 00:00:00

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GONÇALO BONET ALLAGE

64 - Processo: 10120.006930/2006-68 - Recorrente: CIPA - INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-10-16 00:00:00

Relator: MARCELO OLIVEIRA

65 - Processo: 19515.000491/2002-97 - Recorrente: MILTON ANTONIO CASQUEL MONTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-08-09 00:00:00

66 - Processo: 19515.001304/2002-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA ANNA BELLI - 2002-10-22 00:00:00

67 - Processo: 10640.000032/2004-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CRISTINA APARECIDA DA COSTA REZENDE - 2004-01-08 00:00:00

68 - Processo: 13971.000176/2001-15 - Recorrente: PEDREIRA VALE DO SELKE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2001-02-16 00:00:00

69 - Processo: 10830.007100/2004-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FELICE AGGIO - 2004-12-06 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

70 - Processo: 10280.001818/2003-55 - Recorrente: ORIEL BORGES PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2003-05-29 00:00:00

71 - Processo: 10940.002544/2004-81 - Recorrente: ROGÉRIO VOSNIKA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-12-02 00:00:00

72 - Processo: 10680.003252/2008-06 - Recorrente: JOÃO AFONSO BAETA COSTA MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-19 00:00:00

73 - Processo: 13433.000116/2006-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA FELICIANO DO REGO TORQUATO - 2006-02-21 00:00:00

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

74 - Processo: 10980.012415/2006-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SIDNEY CATENACI JUNIOR - 2006-11-03 00:00:00

75 - Processo: 10735.004630/99-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO MENEZES DE FREITAS LIMA - 1999-12-07 00:00:00

76 - Processo: 10650.000439/2006-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES - 2006-03-16 00:00:00

Relator: FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR

77 - Processo: 11474.000024/2007-93 - Recorrente: AMANCO BRASIL LTDA - SUCESSORA DE OUTRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-29 00:00:00

78 - Processo: 35331.000834/2005-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRD SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA. - 2008-03-25 00:00:00

79 - Processo: 35346.000031/2005-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SISTEMA ENGENHARIA LTDA. - 2007-07-12 00:00:00

80 - Processo: 35390.002596/2006-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIÁRIO DA FRANCA PUBLICIDADE LTDA. EPP - 2007-08-14 00:00:00

81 - Processo: 37324.004953/2007-89 - Recorrente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-14 00:00:00

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

82 - Processo: 10675.003478/2005-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INÁCIO CARLOS URBAN - 2005-12-09 00:00:00

83 - Processo: 10950.002645/2004-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLOVIS DE CERQUEIRA CÉSAR - 2004-09-03 00:00:00

84 - Processo: 10950.002644/2004-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLOVIS DE CERQUEIRA CÉSAR - 2004-09-03 00:00:00

85 - Processo: 10183.004853/2005-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUÁRIA VALE DO XIMARI LTDA. - 2005-09-29 00:00:00

86 - Processo: 10183.004852/2005-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUÁRIA VALE DO XIMARI LTDA. - 2005-09-29 00:00:00

Relator: SUSY GOMES HOFFMANN

87 - Processo: 10280.001485/2004-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIZA FERREIRA RAMOS - 2004-04-22 00:00:00

88 - Processo: 10835.000474/2001-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARCOS LOPEZ CERVANTES DE AZEVEDO - 2001-04-03 00:00:00

89 - Processo: 10680.018179/2003-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOÃO NATAL CERQUEIRA - 2003-12-12 00:00:00

90 - Processo: 10805.003204/98-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PIRELLI PNEUS SA. - 1998-12-29 00:00:00

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO OLIVEIRA

91 - Processo: 35301.008000/2006-41 - Recorrente: ARAÚJO ABREU ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-21 00:00:00

92 - Processo: 37367.001498/2006-82 - Recorrente: ARAÚJO ABREU ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-13 00:00:00

93 - Processo: 37367.001499/2006-27 - Recorrente: ARAÚJO ABREU ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-22 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

94 - Processo: 10120.005574/2006-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLAYTON JULIO GONÇALVES - 2006-08-21 00:00:00

95 - Processo: 10865.002062/2006-33 - Recorrente: ELAINE REGINA CARPIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-10-25 00:00:00

96 - Processo: 10980.011491/2004-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DALMY MARGARETE MILLEO - 2004-12-30 00:00:00

97 - Processo: 10670.000720/2007-11 - Recorrente: MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES BENJAMIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-07 00:00:00

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

98 - Processo: 13738.000862/2002-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIBURGO AUTO ÔNIBUS LTDA - 2002-07-09 00:00:00

99 - Processo: 10680.003150/2007-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROGÉRIO LANZA TOLENTINO - 2007-03-23 00:00:00

Relator: FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR

100 - Processo: 10380.010626/2004-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BEACH PARK HOTÉIS E TURISMO LTDA. - 2004-11-23 00:00:00

101 - Processo: 35464.004438/2006-98 - Recorrente: FUNDAÇÃO ITAUBANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-13 00:00:00

102 - Processo: 36402.000091/2004-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CBTU - CIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - 2007-08-30 00:00:00

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

103 - Processo: 13851.000058/2001-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA AGRÍCOLA FAZENDA ALPES - 2001-01-22 00:00:00

104 - Processo: 13161.000972/2002-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AMBROZIO OLEGÁRIO DE LIMA - 2002-11-04 00:00:00

Relator: SUSY GOMES HOFFMANN

105 - Processo: 10950.003029/2005-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COCARI COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDL - 2005-09-08 00:00:00

106 - Processo: 10820.001888/2005-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONCEIÇÃO TORRES LOPES - 2005-10-25 00:00:00

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

107 - Processo: 10850.002941/2003-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AYLTON FERRAZ DA SILVA - 2003-10-28 00:00:00

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

108 - Processo: 13732.000285/2002-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADELINO FERNANDES AUGUSTO - 2002-09-26 00:00:00

109 - Processo: 13983.000270/2002-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PEDRO HARTO HERMES - 2002-09-16 00:00:00

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

110 - Processo: 10120.005296/2005-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AVELINO PEREIRA VILELA - 2005-08-22 00:00:00

111 - Processo: 10980.011493/2003-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALOREM INDUSTRIA COMERCIO DE MADEIRAS E ASSESSORIA FLORESTAL LTDA - 2003-11-28 00:00:00

Relator: SUSY GOMES HOFFMANN

112 - Processo: 10830.009644/2003-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MITSUZI ARAKE - 2003-12-30 00:00:00

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente da 2ª TURMA/CSRF/CARF/MF/DF

AFONSO ANTONIO DA SILVA
Secretário da 2ª TURMA/CSRF/CARF/MF/DF

2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na seguinte distribuição:

LOTE 01 - CONSELHEIRO EDUARDO TADEU FARAH:

19515.000743/2008-73, 10166.001228/2007-62, 19515.003689/2008-18, 10935.007046/2008-28, 10120.013690/2008-10, 13839.003772/2007-77, 18471.001646/2006-27, 10803.000079/2008-42, 18088.000726/2008-51, 10735.002177/2005-22, 10865.000125/2007-06, 10280.720841/2008-57, 10735.003152/2005-46, 16045.000789/2007-05, 16004.001131/2008-70, 19515.000265/2008-00, 10580.014343/2007-14, 18088.000727/2008-03, 19515.001215/2006-70, 10907.000028/2008-52

LOTE 02 - CONSELHEIRO EDUARDO TADEU FARAH:

19515.006655/2008-85, 13830.001629/2005-69, 19515.002529/2004-28, 10540.002438/2007-53, 10865.002318/2005-21, 19515.000181/2006-04, 13864.000001/2005-59, 19515.002554/2006-73, 19515.002763/2004-55, 19515.000616/2008-74, 19515002545/2007-63, 17883.000227/2007-44, 10540.002430/2007-97, 13855002886/2008-82, 19515.001038/2008-93, 19515.001161/2008-12, 10980.017197/2007-68, 19515.003690/2008-42, 19515.004180/2007-10, 10735.002178/2005-77

LOTE 03 - CONSELHEIRO PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA:

16004.001626/2008-07, 15983.000464/2007-51, 10680.015602/2008-79, 10240.003262/2008-12, 19515.003653/2005-91, 19515.002887/2005-11, 19515.002709/2004-18, 19515.002599/2006-48, 13864.000282/2008-94, 18471.000896/2007-21, 10510.001021/2009-92, 19515.001937/2006-24, 10865.000676/2006-81, 11522.000998/2006-73, 19515.000574/2007-91, 10120.012528/2008-84, 19515.003824/2007-44, 10730.006131/2005-22, 10830.006423/2006-18, 13864.000117/2006-79

LOTE 04 - CONSELHEIRO PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA:

15563.000236/2006-41, 19515.002519/2008-16, 19515.001557/2007-71, 10280.720201/2008-47, 19515.001639/2007-15, 15983.000206/2005-11, 18471.000668/2005-99, 10283.720687/2007-11, 10907.000868/2009-04, 11543.004450/2004-92, 15504.013036/2009-04, 18471.000536/2005-67, 18471.001303/2006-62, 10218.000804/2008-82, 10882.000528/2005-77, 19515.001275/2006-92, 19647.006289/2006-05, 15983.000056/2005-38, 19515.001303/2008-33, 19515.001099/2007-70

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

RELATOR: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Recurso nº 165.993 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 10830.003487/2004-03 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS - Embargada: CARF/2ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA - Interessado: MARIA JOSÉ MARTINS - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000 e 2001.

Acórdão nº 2201-00.945

Decisão: Por unanimidade de votos, acolher os embargos para retificar o acórdão 2201-00541, corrigindo seu dispositivo, no sentido de não conhecer do recurso em face à concomitância com ação judicial. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 143.770 - Processo nº: 11040.001440/2003-85 - Recorrente: ELIAS JOÃO BAYNE - ESPÓLIO - Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Es).: 1999, 2000, 2001 (retorno de diligência).

Acórdão nº 2201-00.946

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 168.146 - Processo nº: 13839.005063/2006-45 - Recorrente: VICENZO ANTONIO AMÉRICO ZEZZE - Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP I - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002 (retorno de diligência).

Acórdão nº 2201-00.947

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recurso nº 146.709 - Processo nº: 18471.002785/2003-25 - Recorrente: CLUBE DE REGATAS VASCO DA GAMA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRRF - Ex(s).: 2000 (retorno de diligência).

Decisão: Pedido de vista coletivo.

Fez sustentação oral o advogado Luiz Felipe Krieger Moura Bueno, OAB-RJ 117908.

Recurso nº 173.995 - Processo nº: 18471001327200701 - Recorrente: CRISTIANA MARINI RODRIGUES DA C. BRITO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPF - Ex(s).:1999.

Acórdão nº 2201-00.948

Decisão: Por voto de qualidade, rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Gustavo Lian Haddad e Guilherme Barranco de Souza. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 340.244 - Processo nº: 10735.002822/2004-26 - Recorrente: CID RIBEIRO - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Ex(s).:. 2001.

Acórdão nº 2201-00.949

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

RELATORA: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANÇA

Recurso nº: 164.607 - Processo nº: 10070.000997/2006-21 - Recorrente: PABLO OSCAR PUMA- Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2201-00.950

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, a fim de excluir da base tributável os rendimentos recebidos relativos a complementação de aposentadoria, no valor de R$ 25.916,43, no exercício 2002. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 165.044 - Processo nº: 19515.002226/2005-96 - Recorrente: PAULO RUI DE GODOY FILHO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001, 2002, 2003.

Acórdão nº 2201-00.951

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial tão somente para desqualificar a multa de ofício aplicada sobre o lançamento realizado quanto aos depósitos bancários de origem não comprovada referente ao ano-calendário 2002. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 160.687 - Processo nº: 13808.001229/98-41 - Recorrente: CARLOS GANDOLFO- Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 1993, 1995.

Acórdão nº 2201-00.952

Decisão: Por unanimidade de votos, acolher a preliminar de decadência relativa ao ano-calendário de 1992 e no mérito, DAR provimento ao recurso, desconsiderando a apuração anual do acréscimo patrimonial a descoberto em relação ao ano-calendário de 1994. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 142.511 - Processo nº: 11020.002591/99-13 - Recorrente: SUSIN FRANCESCUTTI LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: ILL.

Acórdão nº 2201-00.953

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para anular a decisão de primeira instância para que o mérito da pretensão do recorrente venha ser devidamente analisado, conforme já determinado pelo antigo Primeiro Conselho de Contribuintes. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 145.563 - Processo nº: 13707.002555/2003-31 - Recorrente: JORGE EDUARDO MENEZES DE MELLO FREYRE - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Acórdão nº 2201-00.954

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 151.907 - Processo nº: 10530.002917/2005-27 - Recorrente: TELMA DAS GRAÇAS ALVES BORGES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Decisão: Retirado de pauta. Processo sobrestado tendo em vista o disposto no artigo 62-A Matéria preliminar em sede de repercussão geral.

RELATOR: EDUARDO TADEU FARAH

Recurso nº: 501.333 - Processo nº: 13896.000756/2005-86 - Recorrente: ALEJANDRO SAYD CODINA FERNANDES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2000.

Decisão: Retirado de pauta a pedido do conselheiro Relator.

Recurso nº: 165.694 - Processo nº: 10070.000240/2004-76- Recorrente: ALTAMIRO ALVERNAZ FILHO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 2003

Acórdão nº 2201-00.955

Decisão: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a dedução a título de despesa médica no valor de R$ 1.559,28 no ano-calendário 2002. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 511.407 - Processo nº: 10830.003668/2008-55- Recorrente: ALVARO SANTUCCI NOVENTA JUNIOR - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 2007.

Acórdão nº 2201-00.956

Decisão: Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Guilherme Barranco de Souza e Gustavo Lian Haddad que davam provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 510.378 - Processo nº: 13731.000501/2007-68 - Recorrente: AUGUSTO THADEU PINTO CARDOSO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Acórdão nº 2201-00.957

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para restabelecer o valor de R$ 23.740,00, relativo à dedução de despesas médicas no ano-calendário 2003. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 514.144 - Processo nº: 10830.003093/2005-28 - Recorrente: CLÓVIS PRADO GALUPPO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2201-00.958

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 511.384 - Processo nº: 10830.001367/2007-14 - Recorrente: DARCY CESPE BARBOSA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão nº 2201-00.959

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 511.408 - Processo nº: 10830.002170/2008-75 - Recorrente: FRANCISCO CARLOS RUIZ - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s): 2004.

Acórdão nº 2201-00.960

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para restabelecer a dedução de despesa médica no montante de R$ 8.638,50 para o ano-calendário 2004. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

RELATOR: GUSTAVO LIAN HADDAD

Recurso nº: 337.940 - Processo nº: 13116.001784/2003-99 - Recorrente: ANUAR MIGUEL ABIB - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ/BSA - Matéria: ITR - Ex(s).: 1999.

Acórdão nº 2201-00.961

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 339.010 - Processo nº: 101873.003824/2006-98 - Recorrente: ARROSSENSAL AGROPECUÁRIA E INDÚSTRIA S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ/CGE - Matéria: ITR - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2201-00.962

Decisão: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso para cancelar o lançamento. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah que negava provimento em relação ao arbitramento do VTN. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 339.026 - Processo nº: 10768.004193/2001-49 - Recorrente: JOSÉ MARIA ROLLAS - ESPÓLIO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ/REC - Matéria: ITR - Ex(s).: 1995.

Acórdão nº 2201-00.963

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar todas as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 339.028 - Processo nº: 10768.004191/2001-50 - Recorrente: JOSÉ MARIA ROLLAS - ESPÓLIO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ/REC - Matéria: ITR - Ex(s).: 1995.

Acórdão nº 2201-00.964

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

RELATOR: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Recurso nº 342.038 - Processo nº: 10865.000022/2005-76 - Recorrente: GERALDO DE ANDRADE OLIVEIRA - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).:.2000.

Acórdão nº 2201-00.965

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade e, no mérito, dar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 339.206 - Processo nº: 10930.004253/2004-47 - Recorrente: AGROPECUÁRIA LUNARDELLI LTDA - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR- Ex(s).: 2000, 2001 e 2003.

Acórdão nº 2201-00.966

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 336.964 - Processo nº: 10950.002333/2004-20 - Recorrente: PAULO DE MORAES BARROS NETO - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).: 2001.

Decisão: Retirado de pauta para elaboração de despacho determinando cientificar o contribuinte em relação ao resultado de diligência.

Recurso nº 338.000 - Processo nº: 10950.002679/2004-28 - Recorrente: PARTICIPAÇÕES E AGROPECUÁRIA M M S.A - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).: 1999.

Acórdão nº 2201-00.967

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para restabelecer a área de preservação permanente declarada de 42,5 há, nos termos da Súmula nº 41 deste CARF. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 343.274 - Processo nº: 10980.013481/2006-84 - Recorrente: ARNOLDO KLAS NETO E OUTROS - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS- Matéria: ITR - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2201-00.968

Decisão: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Eduardo Tadeu Farah e Francisco Assis de Oliveira Júnior que negavam provimento. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 342.008 - Processo nº: 10980.013501/2005-36 - Recorrente: UBIRAJARA KEUTENEDJIAN - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2201-00.969

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

RELATORA: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANÇA

Recurso nº: 157.835 - Processo nº: 10925.001777/2001-11 - Recorrente: IEDA MARIA MARCHETTI MARTELLI - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Decisão: Retirado de pauta. Processo sobrestado tendo em vista o disposto no artigo 62-A Matéria preliminar em sede de repercussão geral.

Recurso nº: 158.461 - Processo nº: 13005.000799/2005-59 - Recorrente: PAULO ADEMIR WEIZENMANN - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Decisão: Retirado de pauta por apresentação de pedido de desistência. Processo encaminhado à origem.

Recurso nº: 165.330 - Processo nº: 13808.000624/00-66 - Recorrente: JOÃO MOREIRA GARCEZ NETO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Acórdão nº 2201-00.970

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares argüidas e no mérito negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 165.006 - Processo nº: 10580.011186/2006-04 - Recorrente: ANDRÉ DE MENEZES MARON - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Resolução nº 2201-00.048

Decisão: Processo convertido em diligência, nos termos do voto da Relatora.

Recurso nº: 165.496 - Processo nº: 19515.004767/2003-97 - Recorrente: VALTER RAIMUNDO DA COSTA JUNIOR - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Decisão: Retirado de pauta. Processo sobrestado tendo em vista o disposto no artigo 62-A Matéria preliminar em sede de repercussão geral.

Recurso nº: 166.218 - Processo nº: 13808.000678/00-95 - Recorrente: ANDREA GOULART ISSA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Acórdão nº 2201-00.971

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para afastar a infração de acréscimo patrimonial a descoberto, exercício 1995. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

RELATOR: EDUARDO TADEU FARAH

Recurso nº: 501.499 - Processo nº: 13748.000242/2006-13 - Recorrente: HELIO MARCIAL DE FARIA PEREIRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - ,Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2201-00.972

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para reconhecer o valor de R$ 17.548,98 a título de despesa médica. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 508.203 - Processo nº: 13771.000447/2006-01 - Recorrente: JOSE CARONE NETO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2201-00.974

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 508.176 - Processo nº: 13771.001046/2007-41 - Recorrente: JOSE CARONE NETO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2004.

Acórdão nº 2201-00.975

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recurso nº: 340.448 - Processo nº: 10675.004437/2004-75 - Recorrente: KATIA REGINA GARCIA JUNQUEIRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: ITR - Ex(s).: 2000.

Acórdão nº 2201-00.973

Decisão: Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a área equivalente a 62,95 ha a título área de preservação permanente, bem como alterar o Valor da Terra Nua para R$ 1.770.000,00 e, finalmente, excluir a multa de ofício. Vencido o conselheiro Gustavo Lian Haddad que também restabelecia a área de reserva legal comprovada mediante averbação na matrícula do imóvel. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 501.300 - Processo nº: 10640.001466/2007-25 - Recorrente: LINA KATIA MESQUITA DE OLIVEIRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2201-00.976

Decisão: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer as deduções das despesas médicas no valor de R$ 8.000,00. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 500.861 - Processo nº: 10980.006253/2007-39 - Recorrente: LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2201-00.977

Decisão: Por maioria de votos, negar provimento ao recurso. Vencida a conselheira Rayana Alves de Oliveira França. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 503.370 - Processo nº: 13642.000292/2006-71 - Recorrente: MARCELO DE ABREU PEDROSA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2201-00.978

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

RELATOR: GUSTAVO LIAN HADDAD

Recurso nº: 339.048 - Processo nº: 10768.004188/2001-36 - Recorrente: JOSÉ MARIA ROLLAS - ESPÓLIO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ/REC - Matéria: ITR - Ex(s).: 1995.

Acórdão nº 2201-00.979

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 333.660 - Processo nº: 10540.001501/2002-20 - Recorrente: EDUARDO BENEVIDES BRITO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ/REC - Matéria: ITR - Ex(s).: 1998.

Acórdão nº 2201-00.980

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 340.474 - Processo nº: 10215.000476/2004-11 - Recorrente: RONDON PROJETOS ECOLÓGICOS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ/REC - Matéria: ITR - Ex(s).: 2000.

Acórdão nº 2201-00.981

Decisão: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento para restabelecer a área de preservação permanente declarada pela Recorrente. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 510.481 - Processo nº: 10120.000178/2007-22 - Recorrente: CASSIANO BORGES NETO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ/BSA - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2201-00.982

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

RELATOR: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Recurso nº 342.140 - Processo nº: 11040.000883/2005-11 - Recorrente: NELLY BARBOSA KARAM - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2201-00.983

Decisão: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 335.516 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 13116.000709/2004-91 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS/GO - Embargada: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessado: GRAVIA INDÚSTRIA DE PERFILADOS DE AÇO LTDA - Matéria: ITR - Ex(s).: 2000.

Acórdão nº 2201-00.984

Decisão: Por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração para re-ratificar o Acórdão nº 301-34160, dar provimento parcial ao recurso para excluir do lançamento as áreas de reserva legal e de preservação permanente e alterar a área total do imóvel para 7.773,39ha, além de esclarecer que o valor a ser considerado como área de pastagem deve ser de 2.927,79ha e que o valor da terra nua deve ser recalculado considerando-se as alterações deliberadas. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 344.016 - Processo nº: 13161.000676/2006-04 - Recorrente: ANTONIO CARLOS MENEZEZ BILECO - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2201-00.985

Decisão: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Eduardo Tadeu Farah e Francisco Assis de Oliveira Júnior. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº 342.996 - Processo nº: 13609.720195/2007-95 - Recorrente: JOSÉ MARCELINO DE ARAÚJO - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Ex(s).: 2003.

Decisão: Retirado de pauta por apresentação de pedido de desistência.

Recurso nº 343.062 - Processo nº: 13851.000092/2005-71 - Recorrente: AURAZIL APARECIDO GIANSANTE - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).: 2000.

Acórdão nº 2201-00.986

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por falta de objeto. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

RELATORA: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANÇA

Recurso nº: 161.571 - Processo nº: 10730.000623/2006-95 - Recorrente: JOSÉ MARIA TIBURCIO BARROSO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Decisão: Retirado de pauta. Processo já julgado em 06/2010. Acórdão 2201-00733.

Recurso nº: 164.127 - Processo nº: 13657.000347/2006-83 - Recorrente: ILDO SOARES DE LIMA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Decisão: Retirado de pauta. Processo já julgado em 05/2010. Acórdão 2201-00663.

Recurso nº: 161.478 - Processo nº: 10880.032481/92-63 - Recorrente: MÁRCIO PINTO PONCIANO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Decisão: Retirado de pauta. Processo julgado em 05/2010. Acórdão 2201-00672.

Recurso nº: 156.356 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 11522.000024/2003-47 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: QUARTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessado: ALERCIO DIAS - Matéria: IRPF.

Acórdão nº 2201-00.987

Decisão: Por maioria de votos, acolher os embargos de declaração para re-ratificar o Acórdão de nº 104-23612, sem, contudo, alterar o resultado do julgamento. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 159.950 - Processo nº: 10240.000383/2004-89- Recorrente: LUIS CARLOS ALVES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF.

Acórdão nº 2201-00.988

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento parcial ao recurso para afastar da base de cálculo dos depósitos de origem não identificada, o valor de R$168.842,94, ano-calendário 1998. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

RELATOR: EDUARDO TADEU FARAH

Recurso nº: 505.176 - Processo nº: 10283.002046/2006-91 - Recorrente: MARDIRENE LUNIERE DE LIMA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2201-00.989

Decisão: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir do total de rendimentos tributáveis no exercício 2001, o valor de R$ 47.877,70. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 164.704 - Processo nº: 10070.002087/2004-11 - Recorrente: NIRO BUENO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 2002.

Acórdão nº 2201-00.990

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Recurso nº: 501.987 - Processo nº: 10825.000045/2007-19- Recorrente: SEBASTIÃO CARLOS GONÇALVES DE LIMA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 2003.

Resolução nº 2201-00.049

Decisão: Processo convertido em diligência.

Recurso nº: 166.108 - Processo nº: 10073.000197/2004-19 - Recorrente: TARCISO ANTONIO MONTEIRO DA GRAÇA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 2003.

Acórdão nº 2201-00.991

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para restabelecer a despesa de instrução no valor de R$ 1.819,20.

Recurso nº: 165.089 - Processo nº: 13839.003594/2003-51 - Recorrente: ROBERTO MOUTRAN - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 1998.

Decisão: Retirado de pauta. Processo sobrestado tendo em vista o disposto no artigo 62-A Matéria preliminar em sede de repercussão geral.

Recurso nº: 159.617 - Processo nº: 13839.002950/2005-81 - Recorrente: ROBERTO MOUTRAN - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPF -Ex(s).: 2000.

Decisão: Retirado de pauta. Processo sobrestado tendo em vista o disposto no artigo 62-A Matéria preliminar em sede de repercussão geral.

Recurso nº: 164.150 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 10980.002165/2007-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: PRIMEIRA TURMA ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA DA SEGUNDA SEÇÃO / CARF - Interessado: ADILSON CARLOS HENRIQUE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº 2201-00.992

Decisão: Por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração para retificar o Acórdão 2201-00513, cujo resultado correto é dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a dedução de despesas médicas no valor de R$ 20,00 referente ao ano-calendário 2004 e R$ 3.041,68 alusiva ao ano-calendário 2005

RELATOR: GUSTAVO LIAN HADDAD

Recurso nº: 503.800 - Processo nº: 10183.005130/2007-76 - Recorrente: LUIZ SOARES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/CGE - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2005.

Acórdão nº 2201-00.993

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Recurso nº: 503.392 - Processo nº: 10730.002509/2006-08 - Recorrente: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ/STM - Matéria: IRPF - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2201-00.994

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para reconhecer a decadência e cancelar o lançamento.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

RELATOR: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Recurso nº 340.920 - Processo nº: 13984.000641/2005-01 - Recorrente: ARY PALMA VELHO - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2201-00.995

Decisão: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso para restabelecer a área de reserva legal. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah.

Recurso nº 342.024 - Processo nº: 13984.000946/2005-12 Recorrente: PAULO VOLNI BROERING FILHO - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).: 2001.

Acórdão nº 2201-00.996

Decisão: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Eduardo Tadeu Farah e Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Recurso nº 343.892 - Processo nº: 15956.000194/2006-25 - Recorrente: USINA SÃO MARTINHO S.A. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Ex(s).: 2002

Acórdão nº 2201-00.997

Decisão: Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer a área de preservação permanente equivalente a 167,3 ha. Vencidos os conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa (relator) que reconhecia apenas 13,5 há e o conselheiro Eduardo Tadeu Farah que negava provimento. Designada para redigir o voto vencedor a conselheira Rayana Alves de Oliveira França. Fez sustentação oral o Dr. José Roberto Martinez de Lima, OAB-SP 220567.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na seguinte distribuição:

LOTES 01 e 02 - CONSELHEIRO EDUARDO TADEU FARAH:

10240.000668/2005-09, 10283.003815/2004-15, 13888.002307/2005-71, 13984.000667/2004-60, 10630.720302/2007-10, 10630.720306/2007-06, 10630.720310/2007-66, 10640.720064/2007-23, 10670.720176/2007-27, 10670.720181/2007-30, 10675.002219/2006-68, 10675.004587/2004-89, 13971.002243/2006-41, 11065.003963/2002-05

LOTE 03 - CONSELHEIRO PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA:

10480.010089/00-85, 10218.000663/2003-93, 10240.000667/2005-56, 10247.000125/2005-13, 10247.000129/2005-00, 10325.001218/2002-42, 10510.002395/2004-11, 10675.003093/2005-68, 10675.004757/2004-25, 11040.00515/2005-72, 13116.000257/2005-29, 13830.001475/2003-43, 17883.000297/2005-31

LOTE 04 - CONSELHEIRO: GUSTAVO LIAN HADDAD
10070.000112/2003-41

LOTE 05 - CONSELHEIRA RAYANA ALVES OLIVEIRA FRANÇA:

10070.000407/2003-18, 10070.000628/2003-96, 10070.000663/2003-13, 10070.000719/2003-21, 10280.001762/2005-09, 10510.000082/2003-47, 10580.720246/2007-56, 10680.013485/2005-66

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 11080.000402/2003-39 - Recorrente: ILTON CARLOS DELLANDREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-00.998

DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 18471.002785/2003-25 - Recorrente: CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-00.999

DECISÃO: Por maioria de votos, rejeitar a preliminar de nulidade de cerceamento de defesa em relação ao atendimento de que a diligência anteriormente solicitada não foi cumprida. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França e Gustavo Lian Haddad. No mérito, por voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, que votou pela não caracterização do fato gerador, e Gustavo Lian Haddad e Guilherme Barranco de Souza que votaram pela ilegitimidade passiva por entenderem que a norma de regência trata-se de ganhos de capital. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza. Acompanhou o julgamento o Dr. Luis Felipe Krieger Moura Bueno OAB RJ 117908.

Processo nº: 10070.000155/2004-16 - Recorrente: EUNICE SANTOS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.000

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a dedução, como despesa médica, de R$ 1.449,00. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10070.002329/2004-77 - Recorrente: ARACY FONSECA DE MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.001

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10183.003094/2005-44 - Recorrente: ANTONIO CARLOS PELEGRINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.002

DECISÃO: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por intempestividade. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10320.000264/2004-36 - Recorrente: JOSE MAX PEREIRA BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.003

DECISÃO: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por intempestividade. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10166.019762/00-51 - Recorrente: TERRACAP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Decisão: Pedido de vista ao conselheiro Eduardo Tadeu Farah.

Processo nº: 10730.004319/2003-74 - Recorrente: MARIO MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.004

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza

Processo nº: 10840.001243/2003-88 - Recorrente: LOURENÇO ROBERTO VALENTIN DE NUCCI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.005

DECISÃO: Por maioria de votos, ar provimento parcial para reconhecer o direito à isenção do IRPF, a partir do mês de março de 1998. Vencidos os conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa e Gustavo Lian Haddad. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 13205.000015/2003-74 - Recorrente: CASSIA DE FATIMA SANTANA MENDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.006

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10410.006306/2004-33 - Recorrente: MARIA JOSE REGO DE MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.007

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza

Processo nº: 10580.000835/2004-71 - Recorrente: RUI OLIMPIO CARNEIRO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.008

DECISÃO: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10675.000402/2006-29 - Recorrente: VIVALDO JOAQUIM DE ASSIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.009

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso, para restabelecer a dedução de despesa médica no valor de R$ 6.000,00. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah (relator). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa.

Processo nº: 10680.002061/2004-95 - Recorrente: WALDIR MARTINS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.010

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira.

Processo nº: 10725.000354/2004-74 - Recorrente: RICARDO NAKED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.011

DECISÃO: Por maioria de votos, negar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah (relator). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

Processo nº: 10183.005839/2005-18 - Recorrente: IRACI LUKENCZUK SAID e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.012

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10240.001579/2005-71 - Recorrente: SONIA MARIA GOMES SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.013

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10665.001451/2005-17 - Recorrente: EDUARDO ANTONIO TEODORO PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.014

DECISÃO: Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Guilherme Barranco de Souza e Gustavo Lian Haddad (relator). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10410.002137/2004-62 - Recorrente: DALMO HENRIQUE GUIMARAES DE PINTO COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.015

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a dedução, como pensão alimentícia, de R$ 24.698,64. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10410.004392/2004-40 - Recorrente: WELLINGTON MONTEIRO DE ANUNCIACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.016

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para reconhecer a dedução como despesa médica do valor de R$ 4.000,00. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10425.001290/2004-11 - Recorrente: LEUCIO BARROS VERAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.017

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, ressaltando que, com relação à glosa da dedução de incentivo, a matéria não foi impugnada. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10425.001334/2004-03 - Recorrente: RICARDO JOSE RAMOS LOUREIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.018

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a dedução como despesas médicas do valor de R$ 4.100,00. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10680.003673/2004-03 - Recorrente: SILVERIO DA SILVA BICALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.019

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial para reduzir o imposto devido a R$ 1.249,85, nos termos do voto do relator. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10725.000355/2004-19 - Recorrente: SIVANA PRAZERES DE AZEVEDO NAKED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.020

DECISÃO: Por maioria de votos, negar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10840.001249/2003-55 - Recorrente: JOSE FERNANDES DE LIMA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.021

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para reconhecer o direito à isenção do IRPF em relação aos rendimentos de aposentadoria. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10183.004605/2006-26 - Recorrente: SELDEN SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.022

DECISÃO: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por intempestividade. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10670.001506/2006-09 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.023

DECISÃO: Por maioria de votos, DAR provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 10860.000481/2004-19 - Recorrente: JOSE MARIA DE CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.024

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº: 11543.002546/2004-16 - Recorrente: RENATO GALEOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.025

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 13706.000733/2004-81 - Recorrente: GERARDO ANTONINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.026

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento do recurso para restabelecer a dedução com dependente pleiteada na DIRPF do exercício de 2003. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 13706.001149/2004-42 - Recorrente: SERGIO DE AGUIAR FIGUEIREDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.027

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para restabelecer o valor de R$ 1.998,00, relativo à dedução de despesas com instrução. Ausência justificada da conselheira.

Processo nº: 13710.000518/2004-11 - Recorrente: CARLOS AUGUSTO RAMOS CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.028

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para restabelecer a despesa de instrução no valor de R$ 1.379,82. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

Processo nº: 10675.002250/2006-07 - Recorrente: YOUSSEF ABDALLAH DAURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.029

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO para restabelecer a dedução do valor de R$ 17.760,00 a título de despesas médicas. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10680.000197/2007-11 - Recorrente: PAULO DARIO MADUREIRA HORTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.030

DECISÃO: Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Guilherme Barranco de Souza e Gustavo Lian Haddad (relator). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10935.003363/2007-94 - Recorrente: BASILIO ADADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.031

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10730.001214/2004-44 - Recorrente: ARISTIDE DA ROSA PINHEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.032

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10805.000300/2004-19 - Recorrente: IVONETE ZAMPIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.033

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10830.004125/2004-21 - Recorrente: MARIA VIRGINIA RODRIGUES FERRAZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.034

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, reconhecendo a decadência do lançamento

Processo nº: 10920.003321/2004-70 - Recorrente: LEOMAR RUDNICK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.035

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10935.001206/2004-00 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DE CASTILHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.036

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10830.002806/2004-55 - Recorrente: ANTHONY DAVID LAMBART SLADEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.037

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer o valor de R$ 4.800,00 a título de pagamento de pensão alimentícia. Ausência justificada da conselheira.

Processo nº: 13150.000103/98-67 - Recorrente: SELDEN SILVATR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Decisão: Retirado de pauta. Processo deve ser apensado ao de nº 10183.004605/2006-26.

Processo nº: 13706.004274/2004-12 - Recorrente: MARIA HELENA BAPTISTA PEREIRA BOKEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.038

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para excluir da base de cálculo do lançamento a omissão de rendimento no ano-calendário 2000 no valor de R$ 28.432,80. Vencidos os conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa e Eduardo Tadeu Farah. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 13710.000711/2004-51 - Recorrente: CARLOS SOARES DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.039

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para restabelecer a despesa de instrução no valor de R$ 1.401,50. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 13851.001345/2004-43 - Recorrente: HELDER DE RIZZO DA MATTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.040

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah (relator). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 13852.000677/2004-09 - Recorrente: MARIA JUNQUEIRA FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.041

DECISÃO: Por maioria de votos, negar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Guilherme Barranco de Souza.

Processo nº: 13857.000045/2004-97 - Recorrente: ARNALDO BIANCHI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.042

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah (relator). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 13857.000073/2004-12 - Recorrente: IRAN RODRIGUES OCANHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.043

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso para restabelecer a dedução das despesas médicas. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah. Designado para elaborar o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

Processo nº: 13607.000256/2005-52 - Recorrente: MARCO ANTONIO DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.044

DECISÃO: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por intempestividade. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 13706.002052/2005-38 - Recorrente: MARIA LUIZA OBINO NIEDERAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.045

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 13896.000756/2005-86 - Recorrente: ALEJANDRO SAYD CODINA FERNANDEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.046

DECISÃO: Por voto de qualidade negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Guilherme Barranco de Souza e Gustavo Lian Haddad. Fará declaração de voto a Conselheira Rayana Alves de Oliveira França. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 10830.001326/2004-77 - Recorrente: LUIS ALBERTO MARINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.047

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Processo nº: 13890.000040/2004-58 - Recorrente: HAROLDO RITTMEISTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.048

DECISÃO: por unanimidade negar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 11962.000211/2004-22 - Recorrente: ATICO ENDLICH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.049

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para restabelecer a dedução da despesa médica no valor de R$ 640,00.

Processo nº: 13707.000160/2004-85 - Recorrente: ELOISA DA SILVA GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.050

DECISÃO: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso.

Processo nº: 13727.000203/2004-94 - Recorrente: MARIA DAS GRACAS RIBEIRO LAZARINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão nº 2201-01.051

DECISÃO: Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para afastar a glosa da dedução com despesa médica. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah que negava provimento.

Processo nº: 13766.000116/2004-71 - Recorrente: ROSSINE DUARTE ANTUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.052

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para acatar as deduções com dependentes e despesa de instrução, conforme demonstrativo constante do voto.

Processo nº: 13855.000197/2004-18 - Recorrente: RICARDO FERNANDES DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.053

DECISÃO: Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Guilherme Barranco de Souza e Gustavo Lian Haddad que davam provimento ao recurso.

Processo nº: 13974.000146/2004-21 - Recorrente: VILMAR JOSE ROSSETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.054

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10140.003674/2003-76 - Embargante: BRADESCO BCN LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL - Embargada: FAZENDA NACIONAL - - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.055

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração para retificar o acórdão recorrido e dar provimento parcial ao recurso para restabelecer a exclusão de área de reserva legal de 1.982,86 há e restabelecer a área declarada como de preservação permanente.

Processo nº: 13227.000600/2004-05 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: NELIO NILTON NIERO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.056

DECISÃO: Por maioria de votos, acolher os embargos para re-rratificar o acórdão nº 392-00.007 e dar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10166.019762/00-51 - Recorrente: TERRACAP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Pedido de vista de vista pelo conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior;

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 18471.002082/2003-05 - Nome do Contribuinte: CAMYLLE APARECIDA DA S. BARBOSA - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.057

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial para excluir a cobrança da multa isolada por concomitância.

Processo nº: 13899.002482/2003-78 - Nome do Contribuinte: CHAN CHI WANG - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.058

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso

Processo nº: 16707.006050/2004-15 - Recorrente: FRANCISCA JACQUELINE CORTEZ INACIO DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.059

DECISÃO: Por voto de qualidade REJEITAR a preliminar de decadência, vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Guilherme Barranco de Souza e Gustavo Lian Haddad e, no mérito, por unanimidade NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 11080.003671/2003-57 - Nome do Contribuinte: HERMINIO GOMES JUNIOR - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.060

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 13411.000591/2004-67 - Nome do Contribuinte: HONDINA GRANJA DE CASTRO ROCHA - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.061

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para considerar como origem de recurso o valor de R$ 9.438,43, relativo a outubro de 2000, bem como o montante de R$ 9.952,20, relativo a dezembro de 2000.

Processo nº: 10909.000563/2004-60 - Nome do Contribuinte: JOSE FORNARI - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.062

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, para considerar como isentos por moléstia grave, os rendimentos recebidos junto ao Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Fazenda e do Instituto Nacional do Seguro Social.

Processo nº: 10909.003260/2002-37 - Nome do Contribuinte: LUIZ ANTONIO FERREIRA - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.063

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para excluir dos rendimentos tributários o montante de R$ 5.067,21, relativo a Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalhador Portuário Avulso do Porto de Itajaí - OGMO.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10283.007039/2003-33 - Nome do Contribuinte: MOACIR ELOY CROCETTA BATISTA & CIA LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.064

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos para, retificando o acórdão recorrido, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a área declarada como reserva legal.

Processo nº: 13448.000118/2005-43 - Embargante: DRF/Campina Grande/PB - Interessado: EDIVALDO VIRGULINO DE MEDEIROS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.065

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos para, retificando o acórdão embargado, julgar procedente em parte o lançamento para, além daquilo que já foi considerado pela decisão de primeira instância reconhecer o direito à dedução, como dependentes, do valor de R$ 9.720,00.

Processo nº: 13227.000580/2004-64 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Interessado: NELIO NILTON NIERO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.066

DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração por não ter sido caracterizada a contradição alegada.

Processo nº: 10240.001225/2003-65 - Embargante: DRJ-Porto Velho - Interessado: AGRO PASTORIL ROSA LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.067

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos para, retificando o acórdão nº 303-35.402, dar provimento parcial ao recurso.

Processo nº: 10120.001251/2007-83 - Embargante: HYPERMARCAS S/A - Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.068

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos para rerratificar o acórdão nº 104-23.639, sanando a omissão e mantendo a conclusão do acórdão embargado.

Processo nº: 10665.720782/2007-11 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.069

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10140.000597/2004-83 - Recorrente: NAJAH ABDUL RAHMAN HIJAZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.070

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10183.000819/2004-61 - Recorrente: SEMY STEPHAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.071

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 11516.000568/2004-79 - Nome do Contribuinte: LUIZ GONZAGA AZEVEDO - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.072

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 18471.002749/2003-61 - Nome do Contribuinte: MARIA FERNANDA DE CAMEIRA MACIEIRA - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.073

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para aplicar o limite de 20% relativo ao desconto simplificado, observado o limite legal, na declaração de ajuste do ano-calendário de 1998. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França e Guilherme Barranco de Souza que davam provimento em maior extensão.

Processo nº: 11080.104499/2004-39 - Nome do Contribuinte: MARIA FORMENTIN FERNANDES - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.074

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 18471.002944/2003-91 - Nome do Contribuinte: MARIO RUBENS DE MELLO FILHO - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.075

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Processo nº: 10140.000938/2004-11 - Nome do Contribuinte: MAURO RENOSTO - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.076

DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, excluir a cobrança da multa isolada por concomitância.

Processo nº: 13971.000945/2004-28 - Nome do Contribuinte: OSCAR JOSE GRAF - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.077

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13411.000585/2004-18 - Nome do Contribuinte: OSMAN TADEU BARROS COIMBRA - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.078

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial para tão somente excluir a cobrança da multa isolada por concomitância.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente sessão ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10425.000167/2004-75 - Recorrente: FRANCISCO CELSON ABILIO DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.079

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento. para acolher a alegação de erro da fonte pagadora.

Processo nº: 10425.001333/2004-51 - Recorrente: RACHEL DE CASTRO COSTA LOUREIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.080

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10882.001924/2004-31 - Recorrente: ELIO MINORU SHIRAZAWA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.081

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10882.001972/2004-29 - Recorrente: ANTHONY MCCARTHY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.082

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10935.004025/2004-27 - Recorrente: LUIZ AMELIO BURGARELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Vista ao Conselheiro Eduardo Tadeu Farah.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 10218.000667/2003-71 - Nome do Contribuinte: PAULISTA S A COMERCIO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.083

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir da tributação a área de 31.363 ha relativa à reserva legal.

Processo nº: 13839.003594/2003-51 - Nome do Contribuinte: ROBERTO MOUTRAN - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Processo retirado de pauta, sobrestado por força do art. 62-A do Regimento Interno do CARF.

Processo nº: 13839.002950/2005-81 - Nome do Contribuinte: ROBERTO MOUTRAN - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Processo retirado de pauta, sobrestado por força do art. 62-A do Regimento Interno do CARF.

Processo nº: 13706.000110/2007-51 - Recorrente: PAULO ROBERTO SOUZA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acórdão nº 2201-01.084

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10675.000767/2007-34 - Nome do Contribuinte: PEDRO ALVES MUNDIM- ESPOLIO - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.085

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe (ao qual o Presidente deu posse, tendo sido designado pela Portaria GMF nº 104, de 31 de março de 2011, publicada no DOU nº 64, de 04 de abril de 2011, Seção 2, pág.28), Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na seguinte distribuição:

LOTE 01 - CONSELHEIRO RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE:

10980.723602/2009-42,10980.723723/2009-94,14120.000340/2007-63,10660.003241/2008-56,10865.000033/2006-37,11060.001107/2009-23,10530.723149/2009-72,10166.722270/2009-82,13884.001382/2005-55,19515.002746/2005-07,19515.002099/2006-14,10166.720104/2008-61,15540.000022/2008-03,10980.723579/2009-96,10980.723447/2009-64,10980.007242/2009-38,10166.721501/2009-31,15868.000347/2009-76,13819.003407/2003-77

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10935.004025/2004-27 - Recorrente: LUIZ AMELIO BURGARELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.086

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13501.000063/2003-18 - Recorrente: JORGE OLIVEIRA GOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.087

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reduzir o valor do imposto devido para R$ 101,26, nos termos do relatório e voto.

Processo nº: 13556.000015/2004-75 - Recorrente: VALNOY FERNANDES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.088

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13710.000491/2004-66 - Recorrente: JOSE CLAUDIO ABUZAID SAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.089

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 13710.000700/2004-71 - Recorrente: JOAO ALVES RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.090

DECISÃO: por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para reconhecer o direito á dedução a título de despesa com instrução no valor de R$ 1.998,00.

Processo nº: 13839.000296/2004-90 - Recorrente: PAULO SERGIO POLLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.091

DECISÃO: Por voto de qualidade, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer o direito à dedução de R$ 2.172,00 referente a uma dependente. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Rodrigo Santos Masset Lacombe e Gustavo Lian Haddad que davam provimento em maior extensão.

Processo nº: 13855.000247/2004-59 - Recorrente: JOSE RUBENS DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.092

DECISÃO: por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade da decisão de primeira instância e, no mérito, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13884.000308/2004-31 - Recorrente: JOAO BAPTISTA DE QUADROS SIMONETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.093

DECISÃO: por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10730.003362/2007-46 - Recorrente: EDUARDO DE CARVALHO GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.094

DECISÃO: por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10950.004157/2004-61 - Recorrente: VALTER JOSE PRIORI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.095

DECISÃO: por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13900.000396/2004-25 - Recorrente: ANTONIO CUSTODIO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.096

DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade.

Processo nº: 16707.000354/2004-79 - Recorrente: RAIMUNDO HELIO FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.097

DECISÃO: Rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10183.004094/2005-61 - Recorrente: RODRIGO PINTO CANABRAVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.098

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento parcial para restabelecer a área de reserva legal equivalente a 8.806,0 ha. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah que negava provimento.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 13893.001339/2003-19 - Recorrente: AFONSO LIGORIO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.099

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13727.000270/2004-17 - Recorrente: VALDEMAR BARROS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.100

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 11020.003113/2004-87 - Recorrente: SELMA NERY DE CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.101

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10380.011698/2004-57 - Recorrente: ROBERTO FIUZA MAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.102

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 13876.001199/2003-97 - Recorrente: ROBERTO VICENTE LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.103

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10183.002281/2004-20 - Recorrente: ANATALICIO VILAMAIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.104

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para excluir o agravamento da multa de ofício. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah (relator). Designado para elaborar o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 16707.005856/2004-96 - Recorrente: CARLOS ROBERTO DE MEDEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.105

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10070.000266/2004-14 - Recorrente: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.106

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10070.000350/2004-38 - Recorrente: DALVINA JANSEN PEREIRA DE VASCONCELLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.107

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial para restabelecer a dedução a título de despesa com instrução no valor de R$ 405,00.

Processo nº: 10320.000277/2004-13 - Recorrente: LUIS CARLOS SOUSA MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.108

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10410.001977/2004-16 - Recorrente: BENEDITO ALFREDO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.109

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10410.002729/2004-84 - Recorrente: JOSE JACKSON DE LIMA FIGUEIREDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.110

DECISÃO: Por voto de qualidade negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Rodrigo Santos Masset Lacombe e Gustavo Lian Haddad que davam provimento ao recurso.

Processo nº: 10530.000513/2004-18 - Recorrente: JUELITON DA SILVA PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.111

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reduzir da base de cálculo do lançamento o valor de R$ 3.000,00 e, proporcionalmente, o valor da multa pelo atraso na entrega da declaração.

Processo nº: 10183.002976/2005-92 - Nome do Contribuinte: MARIO CUSTODIO DE OLIVEIRA PINTO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.112

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos para, retificando o Acórdão de nº 2201-00675, subtrair da base de cálculo do lançamento o valor correspondente a 800ha de área de preservação permanente.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10675.002500/2006-09 - Recorrente: SEBASTIAO ANTONIO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.113

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento parcial para restabelecer a aréa de preservação permanente equivalente a 97,0 ha e considerar a título de arbitramento do VTN do imóvel o valor de R$1.005.622,00. Vencidos os conselheiros Eduardo Tadeu Farah e Francisco Assis de Oliveira Júnior que negavam provimento em relação à exigência do ADA para a área de preservação permanente no exercício de 2002.

Processo nº: 10675.004769/2004-50 - Recorrente: VANESSA ARABE LENZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.114

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial para restabelecer as áreas de preservação permanente, 24,2 há, e de reserva legal, 318,2 há.

Processo nº: 10835.002365/2005-22 - Recorrente: WILSON KOSO KOGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.115

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento para restabelecer as áreas de preservação permanente e reserva legal. Vencidos os conselheiros Eduardo Tadeu Farah e Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10840.001113/2005-15 - Recorrente: VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Pedido de vista ao conselheiro Eduardo Tadeu Farah.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº: 10935.003269/2005-73 - Recorrente: ROVILIO MASCARELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.116

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 10580.009605/2003-97 - Recorrente: ANTONIO JOSE SIMOES DE FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.117

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para reconhecer a dedução de R$ 14.258,81 a título de honorários advocatícios.

Processo nº: 13874.000429/2002-30 - Recorrente: CARLOS ROBERTO DA CONCEICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.118

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 10670.001232/2004-88 - Recorrente: CIA SIDERURGICA VALE DO PARAOPEBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Retirado de pauta para informar questionamento de embargos de declaração.

Processo nº: 13707.000317/2004-72 - Recorrente: EDESIO AZEVEDO GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.119

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10730.003639/2002-26 - Recorrente: EULOGIO CARLOS QUEIROZ DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.120

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso nos termos do voto do relator.

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

Processo nº: 10215.000468/2002-11 - Nome do Contribuinte: SANTA SANTAREM REFRIGERANTES S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DECISÃO: Retirado de pauta por desistência do contribuinte.

Processo nº: 10680.013952/2005-58 - Recorrente: RICARDO AFFONSO JUNQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Processo retirado de pauta sobrestado com fundamento do art. 62-A do RICARF, tendo em vista a matéria estar sob apreciação do STF em sede de repercussão geral.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10730.000176/2004-11 - Recorrente: JERONIMO JOSE DA SILVA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.121

DECISÃO: Por unanimidade de votos, não conhecer por intempestividade.

Processo nº: 10855.001563/2004-50 - Recorrente: LEVI RODRIGUES MUNHOZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.122

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10855.002046/2004-06 - Recorrente: CARLOS ANTONIO FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.123

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10882.002004/2004-30 - Recorrente: JOAO CARLOS NICOLELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.124

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13558.001079/2004-73 - Recorrente: CILMAR MONTEIRO DE ALMEIDA LINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.125

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para reduzir a base de cálculo do lançamento em R$ 7.200,00 e na mesma proporção a multa por atraso na entrega da declaração.

Processo nº: 13706.000652/2004-81 - Recorrente: ODETTE BOUCAS DE SIQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.126

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13707.000270/2004-47 - Recorrente: EDSON DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.127

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13707.001621/2004-37 - Recorrente: PAULO LUCIA E.DE MATTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.128

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para reduzir a multa por atraso na entrega da declaração ao valor mínimo.

Processo nº: 13710.000242/2004-71 - Recorrente: RENATO ROSENBERG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.129

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso nos termos do relatório e voto.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10166.009065/2002-51 - Nome do Contribuinte: INSTITUTO ADVENTISTA DE JUBILACAO E ASSI - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.130

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração para, retificando o Acórdão 104-23471, por unanimidade afastar a multa isolada e, por maioria, dar provimento ao recurso voluntário para considerar inadequada a exigência por meio de auto de infração do crédito tributário informado em DCTF. Vencida a conselheira Rayana Alves de Oliveira França (relatora) e o conselheiro Gustavo Lian Haddad. Designado para elaborar o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa.

Processo nº: 10855.001131/2004-49 - Nome do Contribuinte: KATIA GOMES - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.131

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os Embargos de Declaração, para suprir a contradição contida no Acórdão nº 2201-00.827, de 23/09/2010, re-ratificando a decisão, sem, contudo, produzir efeitos infringentes, vez que mantida a conclusão de reconhecer os efeitos da decadência no lançamento e dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10166.019762/00-51 - Recorrente: TERRACAP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.132

DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e no mérito negar provimento ao recurso.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 19647.002734/2004-98 - Recorrente: GABRIEL MUNIZ DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.133

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 15374.000868/2004-71 - Recorrente: JOAO ANTONIO FRAGOSO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.134

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a título de despesa de instrução o valor de R$ 1.355,00.

Processo nº: 10480.010410/2002-37 - Recorrente: JOAQUIM PINTO LAPA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.135

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares de nulidade e decadência e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 10920.003322/2004-14 - Recorrente: LEOMAR RUDNICK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.136

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 10920.003320/2004-25 - Recorrente: LEOMAR RUDNICK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.137

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 13819.003151/2004-89 - Recorrente: MARILZA PAPAI GAMOEDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.138

DECISÃO: Por unanimidade de votos, não conhecer por intempestividade.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 13855.002254/2004-95 - Recorrente: MARIA DE LOURDES ALARCON PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.139

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10855.004740/2003-79 - Recorrente: MARIA MAGDALENA MENDES SAMPAIO GOES-ESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Pedido de vista conselheiro Gustavo Lian Haddad.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na seguinte distribuição:

LOTE 01 - CONSELHEIRO RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE:

10830.007200/2004-14,10820.002241/2003-44,10768.720167/2006-76,10680.011946/2004-85,10675.002514/2007-03,10675.000975/2003-18,10580.727088/2009-27,10580.726896/2009-77,10580.726643/2009-01,10580.726641/2009-12,10580.726625/2009-11,10580.726623/2009-22,10580.726620/2009-99,10580.726589/2009-96,10580.726542/2009-22,10580.726327/2009-21,10580.726306/2009-14,10580.726269/2009-36,10580.725990/2009-17,10580.725930/2009-96

LOTE 02 - CONSELHEIRO EDUARDO TADEU FARAH:

10580.725823/2009-68,10580.725754/2009-92,10580.725273/2009-87,10580.725157/2009-68,10580.000277/2004-44,10540.000874/2003-64,10435.000241/2004-34,10384.000382/2004-08,10283.003499/2002-10,10183.721918/2010-29

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

LOTE 03 - CONSELHEIRO PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA:

10120.003120/2006-50,10183.720077/2006-56, 10930.000660/2005-66,10945.001931/2008-84,10950.000695/2004-86,10950.002686/2004-20,10950.002994/2005-36,10950.004209/2004-07,10980.001468/2006-82,10980.005387/2005-71,10980.005388/2005-15,10980.006753/2005-17,10980.006755/2005-06,10980.006761/2005-55,10980.006763/2005-44,10980.013702/2005-33,11012.000045/2004-01,11012.000056/2004-83,11020.003313/2005-11,11050.002491/2001-43,11051.000431/2003-48,11060.001191/2005-51

LOTE 04 - CONSELHEIRA RAYANA ALVES OLIVEIRA FRANÇA:

10530.002607/2007-74,10675.000184/2004-61,10675.001071/2007-25,10675.002450/2006-51,10675.002625/2006-21,10675.003359/2005-72,10675.004434/2004-31,10680.012928/2004-11,10730.000476/2006-53,10730.001328/2002-22,10730.005474/2005-70,10746.000993/2006-53,10768.004367/2001-73,10768.004371/2001-31,10805.002986/2002-11,10820.002240/2003-08,10850.001523/97-02,10880.011244/2001-01,10925.002411/2004-01,10925.002611/2004-56, 10183.005831/2005-43

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10410.002255/2004-71 - Recorrente: FLAVIANO MANUEL MELO PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.140

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a dedução a título de despesas médicas, do valor de R$ 2.200,00, nos termos do voto do relator.

Processo nº: 10410.002730/2004-17 - Recorrente: OSVALDO AUGUSTO LEITE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.141

DECISÃO: Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Rodrigo Santos Masset Lacombe e Gustavo Lian Haddad.

Processo nº: 10410.003245/2004-52 - Recorrente: RIVALDO COUTO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.142

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10425.001584/2004-35 - Recorrente: MARIA DAS NEVES COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.143

DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13875.000040/2004-46 - Recorrente: JOSE LUIZ CONTIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.144

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10805.000556/2004-26 - Recorrente: LUIS AIRES DA SILVA SEQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Processo sobrestado por aplicação do art. 62-A do Regimento Interno do CARF.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10735.002515/2005-26 - Recorrente: SERGIO DE REZENDE COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.145

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer a área de 231 ha a título de preservação permanente. Vencidos os conselheiros Eduardo Tadeu Farah e Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10860.000318/2001-11 - Recorrente: YOLANDA CASTRO DE MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.146

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10980.018192/2008-33 - Recorrentes: SECOMIL AGROPECUARIA LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Pedido de vista coletiva.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 19515.001867/2006-12 - Embargante: MELANIE FARKAS e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.147

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso para excluir da exigência, relativa a depósito bancário com origem não comprovada, o valor de R$ 142.358,57, concernente ao ano-calendário de 2001, bem como o montante de R$ 589.162,94, referente ao ano-calendário de 2002, bem como excluir o acréscimo patrimonial a descoberto relativo ao ano calendário de 2003.

Processo nº: 13855.002886/2008-82 - Recorrente: CARLOS ROBERTO ROSSANEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DECISÃO: Processo sobrestado por aplicação do art. 62-A do Regimento Interno do CARF.

Processo nº: 13830.001629/2005-69 - Recorrente: DOCANDIL DELCHIARO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.148

DECISÃO: Por maioria de votos, dar PARCIAL provimento ao recurso para excluir a multa de ofício e isolada. Vencidos os conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa e Francisco Assis de Oliveira Júnior. Fará declaração de voto o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa.

Processo nº: 10980.017197/2007-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMIDIO SANTANA BORGES - RECURSO DE OFÍCIO

Acórdão nº 2201-01.149

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício.

Processo nº: 10735.003152/2005-46 - Recorrente: ERNANI BOLDRIM DE FREITAS LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.150

DECISÃO: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

Processo nº: 13808.004468/00-94 - Nome do Contribuinte: JOAO BATISTA SERGIO MURAD - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.151

DECISÃO: Por unanimidade de votos, ACOLHER os embargos apresentados para RETIFICAR o dispositivo do Acórdão n.º. 104-23.580, de 05 de novembro de 2008 e, sanando a omissão suscitada, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso voluntário para excluir da base de cálculo do imposto de renda o acréscimo patrimonial a descoberto relativamente ao ano-calendário de 1995 e reduzir a multa por atraso na entrega da declaração ao valor de R$ 2.086,84.

Processo nº: 13816.000533/2007-23 - Recorrente: ELVIRA ROMANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.152

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 13707.000177/2006-02 - Recorrente: MANOEL JOSE GOMES FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.153

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial para excluir da exigência o valor do imposto apurado e pago na declaração original e os correspondentes encargos de multa e juros.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10805.002727/2003-71 - Recorrente: ROBERTO GOBBI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.154

DECISÃO: Por maioria de votos, negar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Rodrigo Santos Masset Lacombe.

Processo nº: 10835.002094/2004-24 - Recorrente: OMAR ABOU MURAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.155

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10845.000046/2001-30 - Recorrente: ANA SILVIA DA SILVA GODINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.156

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13884.000582/2004-18 - Recorrente: MARCO ANTONIO MARTINS DE PAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.157

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10860.004416/2003-81 - Recorrente: WALDIR FONSECA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.158

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa (relator) e Francisco Assis de Oliveira Júnior. Designado para elaborar o voto vencedor o conselheiro Eduardo Tadeu Farah.

Processo nº: 13710.000134/2004-06 - Recorrente: CELIO DE MAGALHAES COUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.159

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar PARCIAL provimento ao recurso para restabelecer a dedução, como despesa de instrução, do valor de R$ 1.998,00.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 15563.000202/2006-57 - Recorrente: THEREZINHA KOS RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.160

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento PARCIAL para afastar da base de cálculo a área de 852,30 ha a título de preservação permanente.

Processo nº: 18471.000020/2007-84 - Recorrente: MARIA DAS GRACAS PEREIRA LOPES DO ESPIRITO SANTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.161

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento PARCIAL ao recurso para afastar o acréscimo patrimonial a descoberto. Vencido o conselheiro Eduardo Tadeu Farah que negava provimento.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 10540.002438/2007-53 - Recorrente: HORAZINO RODRIGUES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.162

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10166.001228/2007-62 - Recorrente: JOAO CARLOS BRUNO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.163

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 10540.002430/2007-97 - Recorrente: JUSCELINA DIAS MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.164

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13852.000220/2004-96 - Recorrente: ORLANDO MANSEF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.165

DECISÃO: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 10735.002178/2005-77 - Recorrente: PAULO RICARDO GONCALVES RAUNHEITTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.166

DECISÃO: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por intempestividade.

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

Processo nº: 13450.000099/2006-97 - Recorrente: CICERO CARDOSO DE ALENCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.167

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar PARCIAL provimento ao recurso para restabelecer a compensação do imposto de renda retido na fonte no valor de R$ 2.460,92.

Processo nº: 10950.002702/2006-46 - Recorrente: AIRTON MARQUES PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.168

DECISÃO: Por maioria de votos, negar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Gustavo Lian Haddad (relator). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa.

Processo nº: 10183.003636/2005-89 - Recorrente: JURANDIR FLORENCIO DE CASTILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.169

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 13811.000512/2004-13 - Recorrente: SELMA REGINA GOMES DALL OGLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.170

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 16707.005125/2004-41 - Recorrente: ROBERTO BRANDAO FURTADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.171

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar PARCIAL provimento ao recurso para reduzir o valor do imposto suplementar para R$ 4.680,01.

Processo nº: 18471.000204/2004-00 - Recorrente: VANIA CARLA BARROS LOPEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.172

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 19679.002680/2004-93 - Recorrente: RONALDO RIBEIRO LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.173

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar PARCIAL provimento ao recurso para restabelecer a dedução de dependente.

Processo nº: 11080.009224/2002-21 - Recorrente: DANAPREV - SOCIEDADE DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.174

DECISÃO: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso para afastar a exigência do imposto por meio de auto de infração, podendo a autoridade administrativa prosseguir na cobrança do crédito informado em DCTF, se for o caso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França e Gustavo Lian Haddad que mantinham o lançamento.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 13005.000799/2005-59 - Recorrente: PAULO ADEMIR WEIZENMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Acórdão nº 2201-01.175

DECISÃO: Por unanimidade de votos, dar provimento PARCIAL ao recurso para considerar o acréscimo patrimonial referente ao mês de 03/2001 o valor de R$16.648,08.

Processo nº: 10840.001113/2005-15 - Recorrente: VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.176

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 10875.000709/2004-10 - Recorrente: SERGIO RICARDO ABREU DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.177

DECISÃO: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL para acolher a preliminar de decadência em relação ao ano-calendário 1998.

Processo nº: 13842.000405/2003-39 - Recorrente: SILENE REHDER DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.178

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10855.004740/2003-79 - Recorrente: MARIA MAGDALENA MENDES SAMPAIO GOES-ESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.179

DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

Processo nº: 10670.001232/2004-88 - Nome do Contribuinte: CIA SIDERURGICA VALE DO PARAOPEBA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.180

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração, para retificar o acórdão nº 2201-00.808, de 22/09/2010, negando provimento ao Recurso de Ofício, bem como NEGAR provimento ao Recurso Voluntário.

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

Processo nº: 10283.005354/2007-50 - Recorrente: DARLENE NORBERTO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.181

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10835.001377/2006-11 - Recorrente: PAULO GIMENES ALONSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.182

DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10675.003333/2005-24 - Embargante: MARIA GERALDA CUNHA JUNQUEIRA - Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.183

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos declaratórios para, retificando o acórdão nº 2201-00.696, dar parcial provimento ao recurso reduzindo o VTN do auto de infração para R$ 1.850.000,00.

Processo nº: 18471.002435/2003-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: 1ª TURMA ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA DA 2ª SEÇÃO / CARF - Interessado: ALBER BARBOSA BARBARA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Acórdão nº 2201-01.184

DECISÃO: Por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração para, retificando o acórdão nº 2201-00444, dar provimento parcial ao recurso para excluir a multa isolada sobre os rendimentos de R$ 35.000,00, e manter o item 5 com a redução dos valores relacionados à omissão reconhecida (R$ 35.000,00) e os rendimentos oferecidos à tributação na declaração de ajuste (R$ 66.612,80).

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado) e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Gustavo Lian Haddad.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados, resultando na seguinte distribuição:

LOTE 01 - CONSELHEIRO EDUARDO TADEU FARAH:

10920.002844/2008-22,10865.000742/2006-12,14120.000352/2007-98,19515.002733/2005-20,10850.002945/2003-60,10410.003448/2007-91,11080.010712/2006-12,16095.000270/2006-42,10580.722193/2008-99,15504.013054/2009-88,10950.000702/2008-73,11020.001064/2007-91,10665.000046/2011-20,10675.000903/2007-96,10972.000090/2008-61,10283.720444/2006-93,13839.001160/2005-88,17883.000082/2007-81,10166.722406/2009-54,15586.000637/2008-03,10675.002151/2006-17,10218.000147/2007-92,10640.002587/2007-94,19515.006659/2008-63,14041.001364/2007-10,12898.000967/2009-60,10865.002270/2005-51,13982.001233/2009-10,10235.001650/2007-57,10283.720264/2007-92,18471.000886/2006-12,10580.722435/2008-44,11020.002491/2007-96,11522.001252/2006-87,13433.000236/2006-00,19515.000477/2003-74,10865.001369/2008-89,19515.003466/2007-70,10907.002909/2006-46,10580.722434/2008-08

LOTE 02 - CONSELHEIRO PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA:

10435.002849/2008-27,19515.002904/2007-82,10580.722194/2008-33,10675.003816/2007-91,10580.721314/2009-66,10803.000050/2008-61,10580.722171/2008-29,15540.000209/2007-18,10580.722475/2008-96,15758.000986/2008-06,13899.001047/2006-79,10580.721460/2009-91,10665.000957/2006-90,10830.008038/2002-81,11020.004879/2007-21,18471.001943/2007-53,10580.722478/2008-20,10580.721201/2009-61,10580.722304/2008-67,10580.722438/2008-88,10580.720397/2009-76,10215.720178/2008-74,10580.720765/2009-86,10580.722468/2008-94,10580.722186/2008-97,13851.001323/2006-45,10580.720161/2009-30,10580.722172/2008-73,10580.720845/2009-31,10580.722477/2008-85,10580.720159/2009-61,10580.720768/2009-10,10580.722428/2008-42,10580.722472/2008-52,10580.727129/2009-85,13502.001090/2009-93,11020.003246/2007-04,10680.015571/2005-11,19515.004258/2003-64,10580.721472/2009-16

LOTE 03 - CONSELHEIRA RAYANA ALVES OLIVEIRA FRANÇA:

10280.720007/2009-42,10580.720160/2009-95,10580.720695/2009-66,10580.722473/2008-05,10580.720628/2009-41,10970.000502/2008-82,10580.720162/2009-84,10580.720302/2009-14,10580.722440/2008-57,10580.722190/2008-55,10580.722441/2008-00,10580.720309/2009-36,10580.720261/2009-66,10580.720308/2009-91,10580.720904/2009-71,14041.000374/2006-57,10580.720842/2009-06,10580.720380/2009-19,10580.720303/2009-69,10580.720555/2009-98,10580.720254/2009-64,10580.720346/2009-44,10580.720345/2009-08,10580.720344/2009-55,18471.001434/2006-40,10580.720257/2009-06,10580.720968/2009-72,10580.720940/2009-35,10580.722189/2008-21,10580.722546/2008-51,10580.720966/2009-83,10580.720905/2009-16,10580.721139/2009-15,10580.720306/2009-01,10882.001904/2006-21,10580.720305/2009-58,10580.722510/2008-77,10580.721038/2009-36,10280.004867/2006-92,19515.002218/2008-92

LOTE 04 - CONSELHEIRO RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE:

10580.721203/2009-50,10580.721120/2009-61,10580.722508/2008-06,10580.721030/2009-70,10580.720256/2009-53,10580.720312/2009-50,10580.720347/2009-99,10730.004616/2003-10,10580.721249/2009-79,10580.721247/2009-80,10580.720737/2009-69,10580.720393/2009-98,10580.720315/2009-93,10580.720371/2009-28,10283.006769/2005-89,10580.726307/2009-51,10580.722506/2008-17,10580.720563/2009-34,10580.720843/2009-42,10580.721056/2009-18,10580.720844/2009-97,10580.720394/2009-32,10580.721051/2009-95,10580.720320/2009-04,13433.000217/2006-75,19515.001576/2006-16,10580.721060/2009-86,10580.727478/2009-05,10680.008632/2003-14,10580.720669/2009-38,10530.720235/2009-23,10970.000503/2008-27,10580.721200/2009-16,10580.721251/2009-48,10580.721316/2009-55,10580.721050/2009-41,10580.720766/2009-21,10580.721280/2009-18,10580.722192/2008-44,10580.721281/2009-54

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10280.720201/2008-47 - Recorrente: RICARDO FREITAS SEVERINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Decisão: Pedido de vista ao conselheiro Rodrigo Santos Masset Lacombe. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Participou do julgamento o conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 15504.013036/2009-04 - Recorrente: ANTONIO APARECIDO ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Decisão: Retirado de pauta.

Processo nº: 15563.000236/2006-41 - Recorrente: CRIZAN CESAR DE OLIVEIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Decisão: Pedido de vista à conselheira Rayana Alves de Oliveira França. Fez sustentação oral o Advogado Leonardo Cavalcanti Sá de Gusmão - OAB/RJ 127.082. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Participou do julgamento o conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº: 19515.001639/2007-15 - Recorrente: CLEIDE BRASILINA DOTTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.185

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de decadência e, no mérito, por unanimidade, dar provimento ao recurso voluntário. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa., com a participação do conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 19515.002519/2008-16 - Recorrente: MIGUEL MAURICIO ROITBERG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.186

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa com a participação do conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10283.720687/2007-11 - Recorrente: LUCIO FLAVIO MORAIS DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.187

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa com a participação do conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10882.000528/2005-77 - Recorrente: MARCO ANTONIO CARVALHO DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.188

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial para excluir a multa isolada. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa com a participação do conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 18471.000668/2005-99 - Recorrente: ANTONIO CARLOS BRAGA LEMGRUBER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.189

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e, no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Com a participação do conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10675.001071/2007-25 - Recorrente: MARCOS JOSE VEDOVOTTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.190

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa com a participação do conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10768.004367/2001-73 - Recorrente: JOSE MARIA ROLLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.191

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa com a participação do conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10768.004371/2001-31 - Recorrente: JOSE MARIA ROLLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.192

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, por unanimidade, no mérito, negar provimento ao recurso. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa com a participação do conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 13888.002307/2005-71 - Recorrente: ANTONIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.193

Decisão: Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Guilherme Barranco de Souza. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Participou o conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10630.720302/2007-10 - Recorrentes: ACESITA S.A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.194

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício e, por maioria dar provimento ao recurso voluntário. Vencidos os conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso e Eduardo Tadeu Farah. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Fez Sustentação oral o Dr. Tiago Conde Teixeira, OAB 06352492. Participou o conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior. Designado para elaborar o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa.

Processo nº: 10630.720310/2007-66 - Recorrentes: ACESITA S.A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.195

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício e, por maioria dar provimento ao recurso voluntário. Vencidos os conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso e Eduardo Tadeu Farah. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Fez Sustentação oral o Dr. Tiago Conde Teixeira, OAB 06352492. Participou o conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior. Designado para elaborar o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa.

Processo nº: 10630.720306/2007-06 - Recorrentes: ACESITA S.A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.196

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício e, por maioria dar provimento ao recurso voluntário. Vencidos os conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso e Eduardo Tadeu Farah. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Fez Sustentação oral o Dr. Tiago Conde Teixeira, OAB 06352492. Participou o conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior. Designado para elaborar o voto vencedor o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa.

Processo nº: 16045.000789/2007-05 - Recorrente: FABIO DE CARVALHO JOAQUIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÀRIO -

Acórdão nº 2201-01.197

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Participou o conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10240.000668/2005-09 - Recorrente: FAZENDA RIO MADEIRA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.198

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Presidiu o julgamento o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. Participou o conselheiro Jorge Cláudio Duarte Cardoso. Ausência justificada do conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10280.720841/2008-57 - Recorrente: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.199

Decisão: Por voto de qualidade, REJEITAR as preliminares e, no mérito, DAR parcial provimento ao recurso para reduzir em 50% a exigência, bem como excluir as contas indicadas no voto do relator. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Rodrigo Santos Masset Lacombe e Guilherme Barranco de Souza que anulavam o lançamento por erro de fundamento de legal.

Processo nº: 13501.000048/2004-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Nome do Contribuinte: JOEL PORTUGAL DE JESUS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -

Acórdão nº 2201-01.200

Decisão: Por maioria de votos, afastar a preliminar de decadência em relação ao pedido apresentado em 30/12/2003. Vencidos os conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa e Francisco Assis de Oliveira Júnior. E, no mérito, por unanimidade, acolher os embargos para remeter os autos à 3ª Turma de Julgamento da DRJ em Salvador/BA para julgamento do pedido do contribuinte, bem como adotar as diligências porventura necessárias.

Processo nº: 10675.004587/2004-89 - Recorrente: KLEBER LUIZ FRANCO DE QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.201

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Relator: RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE

Processo nº: 10166.721501/2009-31 - Recorrente: RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.202

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 11060.001107/2009-23 - Recorrente: ANECIO MAFFINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.203

Decisão: Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rodrigo Santos Masset Lacombe (relator), Rayana Alves de Oliveira França, Guilherme Barranco de Souza. Designado para elaborar o conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa.

Processo nº: 13819.003407/2003-77 - Recorrente: VICENTE DO AMARAL GURGEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.204

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de decadência. No mérito, dar provimento parcial ao recurso para restabelecer as deduções relacionadas às despesas com reforma do imóvel e honorários advocatícios, bem como excluir a exigência da multa isolada.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado) e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Gustavo Lian Haddad.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 18471.001303/2006-62 - Recorrente: HANS HENNING FRIEDRICH ADOLF STIER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.205

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por intempestividade.

Processo nº: 13116.000257/2005-29 - Recorrente: ORLANDO VICENTE ANTONIO TAURISANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Decisão: Retirado de pauta por inclusão indevida tendo em vista apreciação de Embargos pendentes.

Processo nº: 10480.010089/00-85 - Recorrente: USINA SAO JOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.206

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10218.000663/2003-93 - Recorrente: GUILHERME PANTANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.207

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para restabelecer a área de 2.200,ha a título de reserva legal.

Processo nº: 10240.000667/2005-56 - Recorrente: ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.208

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10247.000125/2005-13 - Recorrente: ISALTINA COIMBRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.209

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10247.000129/2005-00 - Recorrente: ISALTINA COIMBRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.210

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10325.001218/2002-42 - Recorrente: AGROPECUARIA CARACOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Decisão: Retirado de pauta por inclusão indevida, aguardando apreciação de Embargos de Declaração.

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

Processo nº: 10805.002986/2002-11 - Recorrente: VITOR GIFU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.211

Decisão: Por maioria de votos, afastar a decadência do direito de pleitear a restituição e determinar o retorno dos autos à DRJ de origem, para análise do mérito do pedido, com a tomada de todas as providências necessárias para tanto. Vencido o conselheiro Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 10980.018192/2008-33 - Recorrentes: SECOMIL AGROPECUARIA LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO -

Resolução nº 2201-00.050

Decisão: Converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora.

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

Processo nº: 19515.002554/2006-73 - Recorrente: PAULO ROBERTO DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.212

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por intempestividade.

Processo nº: 19515.000265/2008-00 - Recorrente: PLINIO ZARZUR CURI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.213

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de decadência e, no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº: 19515.000743/2008-73 - Nome do Contribuinte: ROBERTO LUIZ JUSTUS - RECURSO DE OFÍCIO -

Decisão: Pedido de vista coletiva.

Processo nº: 10680.100103/2004-52 - Recorrente: SOLANGE CAMARGOS DE MAGALHAES PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Acórdão nº 2201-01.214

Decisão: Por voto de qualidade, REJEITAR as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Guilherme Barranco de Souza.

Processo nº: 11831.001997/2002-29 - Recorrente: SONIA INACIO NUNES MARIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.215

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por intempestividade.

Processo nº: 10380.001180/2004-13 - Recorrente: UBIRAJARA RAYOL FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.216

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para restabelecer tão somente a despesa com instrução.

Processo nº: 10670.720176/2007-27 - Recorrente: VILLARES METALS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.217

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso

Processo nº: 10670.720181/2007-30 - Recorrente: VILLARES METALS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.218

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, localizada no 3º andar, sala 302 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros:.Pedro Paulo Pereira Barbosa, Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Guilherme Barranco de Souza (Suplente convocado) e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). E eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Gustavo Lian Haddad.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior, que, após posta em discussão, foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Processo nº: 10510.002395/2004-11 - Recorrente: CIA DE CIMENTO PORTLAND POTY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.219

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Processo nº: 10675.003093/2005-68 - Recorrente: V & M FLORESTAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.220

Decisão: Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade do lançamento e, no mérito, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 10675.004757/2004-25 - Recorrente: INACIO CARLOS URBAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.221

Decisão: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a dedução a título de área de preservação permanente.

Processo nº: 11040.000515/2005-72 - Recorrente: MADARCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.222

Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Processo nº: 13830.001475/2003-43 - Recorrente: MARIA CRISTINA BARION BAAKLINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Decisão: Retirado de pauta por inclusão indevida, aguardando apreciação dos Embargos de Declaração.

Processo nº: 17883.000297/2005-31 - Recorrente: ADHEMAR JOAO DE BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO -

Acórdão nº 2201-01.223

Decisão: Por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencidos os conselheiros Eduardo Tadeu Farah e Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Processo nº: 19515.000315/2005-06 - Embargante: REINALDO CLEMENTE KHERLAKIAN e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Decisão: Retirado de pauta por inclusão indevida.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, assinamos.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe da Secretaria

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Declara nula a inscrição nº 700.886.271-79 no Cadastro de Pessoas Físicas.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo nº 33, da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010, e considerando o que consta do processo administrativo nº 13116.720639/2011-11, resolve:

Art.1º- Declarar nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 700.886.271-79, em nome de GILVAN VALADARES DURAES, em razão da constatação de fraude na inscrição, nos termos do disposto no artigo 32, da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010.

Art 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO HENRIQUE SALES PARADA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Declara nula a inscrição nº 700.546.461-38 no Cadastro de Pessoas Físicas

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo nº 33, da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010, e considerando o que consta do processo administrativo nº 13116.720497/2011-91, resolve:

Art.1º- Declarar nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 700.546.461-38, em nome de CÍCERO PEREIRA DAMASCENO, em razão da constatação de fraude na inscrição, nos termos do disposto no artigo 32, da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010.

Art 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO HENRIQUE SALES PARADA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Habilitação para operar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 295, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 1° a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758/2007, alterada pelas IN RFB n.º 778, de 2007, e nº 955, de 2009, e considerando o que consta no processo nº 10120.003654/2010-62, resolve:

Art. 1º - Habilitar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) a pessoa jurídica CELG GERACAO E TRANSMISSAO S.A., CNPJ: 07.779.299/0001-73.

Art. 2º - Vincular o presente ADE aos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica no projeto denominado Subestação Anhanguera, de titularidade da pessoa jurídica supra, constantes no Anexo I da Portaria nº 442, de 18 de novembro de 2009, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU em 20 de novembro de 2009, de acordo com o disposto no art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SÉRGIO SILVEIRA GENU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Habilitação para operar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 295, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 1° a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758/2007, alterada pelas IN RFB n.º 778, de 2007, e nº 955, de 2009, e considerando o que consta no processo nº 10120.003655/2010-15, resolve:

Art. 1º - Habilitar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) a pessoa jurídica CELG GERACAO E TRANSMISSAO S.A., CNPJ: 07.779.299/0001-73.

Art. 2º - Vincular o presente ADE aos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica, no projeto denominado Subestação Carajás, de titularidade da pessoa jurídica supra, constantes no Anexo I da Portaria nº 442, de 18 de novembro de 2009, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU em 20 de novembro de 2009, de acordo com o disposto no art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SÉRGIO SILVEIRA GENU

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 56, DE 27 DE JULHO DE 2011

Assunto: Imposto Sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
ISENÇÃO. DIREITO ADQUIRIDO. NÃO CABIMENTO.

A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, nos termos do art. 178 do Código Tributário Nacional, pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo, sem que gere direito adquirido ao contribuinte.

As vendas de ações efetuadas por pessoas físicas após 1º de janeiro de 1989 estão sujeitas ao imposto de renda sobre o lucro auferido, ainda que, na data da alienação, a participação societária já conte com mais de cinco anos no domínio do alienante, não sendo aplicável a isenção contida no art. 4 do Decreto- lei nº 1.510, de 1976, por se encontrar revogada no momento da ocorrência do fato gerador.

Dispositivos legais: art. 178 da Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN); art. 4º do Decreto - Lei nº 1.510, de 1976; art. 58 da Lei nº 7.713, de 1988.

MIRZA MENDES REIS
Chefe

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Declara canceladas inscrições efetuadas no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), referentes à pessoa física que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JUAZEIRO DO NORTE - CE, no uso da competência de que trata o artigo 295, inciso IX, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 (DOU de 23.12.2010), e de acordo com o disposto nos artigos 30, inciso I, e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010 (DOU de 14.6.2010), e considerando o que consta do processo administrativo n.º 10315.000397/2011-19, declara:

Art. 1.º. CANCELADAS, de ofício, as inscrições no CPF efetuadas sob n.º 561.897.883-00, n.º 596.215.752-49 e n.º 044.269.485-76, tendo em vista que seu titular, Sr. Carlos Raniere Feitosa, também é detentor da inscrição n.º 591.435.682-20, que permanecerá ativa.

Art. 2.º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ERISON FURTADO MATIAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 172, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Habilita no Regime de Suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o artigo 40 da Lei 10.865, de 30 de abril de 2004.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e considerando o que ficou decidido no processo administrativo nº 15504.720682/2011-72, resolve:

Art. 1º - Habilitar a pessoa jurídica MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 28.917.748/0001-72, no Regime de Suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA (MG), no uso da competência prevista no inciso II do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, delegada mediante a Portaria DRF/UBL nº 57, de 07 de junho de 2011, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007 e o que consta do processo 10970.720178/2011-18, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de ser resultante do desmembramento de pessoa jurídica, violando o preceituado no art. 3º, parágrafo 4º, inciso IX da LC nº 123/2006, bem como por realizar prestação de serviço com cessão ou locação de mão de obra, conforme art. 17, inciso XII da mesma Lei.

Nome Empresarial: SANDHYA GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA-EPP

CNPJ: 05.501.072/0001-36

Endereço: Rua Botafogo, 315 - 1º andar - Patrimônio - Uberlândia - MG - 38.411-050

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 01/07/2007, conforme disposto no art. 31, inciso II, da LC nº 123/2006, combinado com o art. 6º, inciso IV, da Resolução CGSN Nº 15/2007.

Art. 3º Somente no caso de exclusão por débitos, tornar-se-á sem efeito a exclusão, caso a totalidade dos débitos da pessoa jurídica sejam pagos ou parcelados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE).

Art. 4º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 5º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o art. 4º, a exclusão tornar-se-á definitiva.

ANDRÉ SUAKI DOS SANTOS

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Defere em caráter precário, pedido de habilitação ao Regime de Entrega de Embalagens no Mercado inter no em razão da Comercialização a Empresa sediada no Exterior- Remicex- perfil embalador, que suspende a exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita auferida na comercialização de material de embalagem a empresa sediada no exterior para entrega em território nacional, instituído pelo art. 49 da Lei nº 11.196/2005, no caso que especifica.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso da atribuição conferida pelo art 6º caput da Instrução Normativa RFB nº 773, de 28 de agosto de 2007, lastreada no Parecer SEORT do processo nº13768.000001/2011-95, declara:

Artigo Único- Fica concedida à empresa CALIMAN AGRÍCOLA S.A, inscrita no CNPJ: sob número 39.267.901/0001-80, a habilitação necessária ao Regime de Entrega de Embalagens no Mercado interno em razão da Comercialização a Empresa sediada no Exterior - REMICEX - perfil embalador, instituído pelo art.49 da Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, que assegura a suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS incidentes sobre a receita auferida na comercialização de material de embalagem a empresa sediada no exterior para entrega em território nacional.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA -SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 2º, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações dadas pela Instrução Normativa RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, e face ao que consta do processo nº 13857.720176/2011-13, declara:

Artigo 1º - Inscrita no Registro Especial instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, sob o número UP-08122/00038 e GP-08122/00037, nos termos do artigo 2º, § 1º da IN RFB nº 976, de 2009, a Sangaletti Editora e Gráfica LTDA - ME, CNPJ 04.001.259/0001-08, com sede na Rua Santa Isabel, 250 - Vila Izabel - São Carlos/SP - CEP: 13.570-790, para a atividade de usuário - empresa jornalística ou editora que explore a indústria de livro, jornal ou periódicos (UP) e Gráfica - impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária (GP).

Artigo 2º - O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 976, de 2009, e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do artigo 7º da referida Instrução Normativa.

Artigo 3º - O presente Ato Declaratório Executivo, de numeração exclusiva da Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT, entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB abaixo identificado, lotado e em exercício no Serviço de Fiscalização - SEFIS, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas (SP), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IV do artigo 6º da Portaria de Delegação de Competência Nº 22, de 21/02/2011, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas (SP), tendo em vista o disposto nos artigo 37, inciso II e 39, inciso II da Instrução Normativa - IN RFB nº 1.183, de 19/08/2011 e o que consta do processo administrativo fiscal n° 10830.004267/2011-18 declara INAPTA a inscrição n° 67.381.780/0001-38 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica D.B.M. ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇO LTDA., por não ter sido a mesma localizada no endereço constante do CNPJ, comprovado mediante Termo de Diligência realizada no local. Assim, a partir da publicação deste Ato Declaratório, é considerado inidôneo, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, o documento emitido por pessoa jurídica cuja inscrição no CNPJ tenha sido declarada inapta, face o disposto no artigo 43 da Instrução Normativa I.N. RFB nº 1.183, de 19/08/2011, ficando a mesma sujeita ao disposto no artigo 42 da citada IN.

PEDRO ALBERTO MARTINS PALMEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Registro Especial para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 296 e 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, face ao disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2009, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13837.720210/2011-98, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, nos termos do art. 1º, § 1º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, o estabelecimento da pessoa jurídica BRAGANÇA JORNAL DIÁRIO LTDA, CNPJ nº 13.042.200/0001-59, localizado à Avenida Antonio Pires Pimentel, 957, Centro, Bragança Paulista, SP, CEP 12914-001, para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nas atividades específicas de:

USUÁRIO: empresa jornalística ou editora que explore a indústria de livro, jornal ou periódicos, sob o nº UP-08124/00121.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO GARCIA VANDERLINDE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Declara nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 e tendo em vista o que consta do processo 10882.721859/2011-92, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 33, inciso I, da IN-RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, a nulidade dos atos praticados nos registros do CNPJ nº 51.452.092/0001-81, em nome do contribuinte ALDO DA SILVA FELIX, em razão da constatação de multiplicidade do número de inscrição no CNPJ para o mesmo contribuinte, mantendo-se a inscrição 73.061.434/0001-75.

Art. 2º. O presente ADE produzirá efeito desde o termo inicial de vigência do ato aqui declarado nulo, que ocorreu em data de 18/07/1979, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 33, da referida IN-RFB nº 1.183/2011.

DIRCEU ALVES DA LOUZA

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, publicado na Seção 1, página 52, do DOU de 1º de setembro de 2011, onde se lê "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 30 DE AGOSTO DE 2011", leia-se "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 29 DE AGOSTO DE 2011".

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa por inexistência de fato dos contribuintes perante o Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 310, publicada no DOU em 19 de maio de 2011, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Declarar BAIXADAS de ofício as inscrições abaixo, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por inexistência de fato, nos termos do inciso II do artigo 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

A declaração de baixa baseia-se na ausência de regularização cadastral e pelo não atendimento do edital de intimação publicado no DOU, nos termos do § 2º do art. 29 da IN supracitada, sendo constatada a inexistência de fato dos contribuintes de acordo com a alínea "a" do inciso II do artigo 27 daquela IN, devido a não comprovação de que disponham de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, inclusive a não comprovação da integralização do capital social.

PROCESSO: 10314.007588/2008-16
CONTRIBUINTE: JIWAY DISTRIBUIDORA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 04.533.542/0001-80
PROCESSO: 19515.003209/2010-33
CONTRIBUINTE: CASARÃO RESTAURANTE LTDA ME
CNPJ: 47.678.214/0001-85
PROCESSO: 19515.002997/2010-41
CONTRIBUINTE: JRB METAIS LTDA
CNPJ: 05.605.345/0001-92
PROCESSO: 19515.004966/2009-91
CONTRIBUINTE: LEANDRO CARLOS RIBEIRO COMPUTER ME
CNPJ: 04.165.284/0001-27

Data de efeito a partir da publicação deste.

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa por inexistência de fato dos contribuintes perante o Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 310, publicada no DOU em 19 de maio de 2011, resolve:

Declarar BAIXADAS de ofício as inscrições abaixo, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por inexistência de fato, nos termos do inciso II do artigo 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

A declaração de baixa baseia-se na ausência de regularização cadastral e pelo não atendimento do edital de intimação publicado no DOU, nos termos do § 2º do art. 29 da IN supracitada, sendo constatada a inexistência de fato dos contribuintes de acordo com a alínea "a" do inciso II do artigo 27 daquela IN, devido a não comprovação de que disponham de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, inclusive a não comprovação da integralização do capital social e de acordo com a alínea "b" do inciso II do artigo 27 da mesma IN, devido a não localização no endereço constante do CNPJ, bem como a não localização dos integrantes do seu QSA, seu representante no CNPJ e seu preposto.

PROCESSO: 11516.001122/2010-18
CONTRIBUINTE: INIPLASA EMBALAGENS LTDA
CNPJ: 83.707.646/0001-30
PROCESSO: 11516.001123/2010-54
CONTRIBUINTE: FLEXA EMBALAGENS LTDA
CNPJ: 02.575.989/0001-97
PROCESSO: 19515.002103/2010-12
CONTRIBUINTE: SAMAR COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 03.051.947/0001-10

Data de efeito a partir da publicação deste.

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa por inexistência de fato dos contribuintes perante o Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 310, publicada no DOU em 19 de maio de 2011, resolve:

Declarar BAIXADAS de ofício as inscrições abaixo, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por inexistência de fato, nos termos do inciso II do artigo 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

A declaração de baixa baseia-se na ausência de regularização cadastral e pelo não atendimento do edital de intimação publicado no DOU, nos termos do § 2º do art. 29 da IN supracitada, sendo constatada a inexistência de fato dos contribuintes de acordo com a alínea "a" do inciso II do artigo 27 daquela IN, devido a não comprovação de que disponham de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, inclusive a não comprovação da integralização do capital social e de acordo com a alínea "c" do inciso II do artigo 27 da mesma IN, devido se encontrarem com as atividades paralisadas, não sendo empresas domiciliadas no Exterior, não tendo solicitado a baixa de sua inscrição e não tendo informado a paralisação temporária de suas atividades.

PROCESSO: 15586.000485/2009-11
CONTRIBUINTE: DAWNSTEC POWER LTDA
CNPJ: 05.351.789/0001-49

Data de efeito a partir da publicação deste.

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa por inexistência de fato dos contribuintes perante o Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 310, publicada no DOU em 19 de maio de 2011, resolve:

Declarar BAIXADAS de ofício as inscrições abaixo, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por inexistência de fato, nos termos do inciso II do artigo 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

A declaração de baixa baseia-se na ausência de regularização cadastral e pelo não atendimento do edital de intimação publicado no DOU, nos termos do § 2º do art. 29 da IN supracitada, sendo constatada a inexistência de fato dos contribuintes de acordo com a alínea "a" do inciso II do artigo 27 daquela IN, devido a não comprovação de que disponham de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, inclusive a não comprovação da integralização do capital social, de acordo com a alínea "b" do inciso II do artigo 27 da IN, devido a não localização no endereço constante do CNPJ, bem como a não localização dos integrantes do seu QSA, seu representante no CNPJ e seu preposto e de acordo com a alínea "c" do inciso II do artigo 27 da mesma IN, devido se encontrarem com as atividades paralisadas, não sendo empresas domiciliadas no Exterior, não tendo solicitado a baixa de sua inscrição e não tendo informado a paralisação temporária de suas atividades.

PROCESSO: 19515.004194/2010-21
CONTRIBUINTE: MULTIPAPER DO BRASIL COMERCIO DE PAPEIS LTDA
CNPJ: 07.777.645/0001-84
PROCESSO: 19515.000484/2010-03
CONTRIBUINTE: SOFT AMERICA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04.992.726/0001-09

Data de efeito a partir da publicação deste.

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa por inexistência de fato dos contribuintes perante o Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 310, publicada no DOU em 19 de maio de 2011, resolve:

Declarar BAIXADAS de ofício as inscrições abaixo, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por inexistência de fato, nos termos do inciso II do artigo 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

A declaração de baixa baseia-se na ausência de regularização cadastral e pelo não atendimento do edital de intimação publicado no DOU, nos termos do § 2º do art. 29 da IN supracitada, sendo constatada a inexistência de fato dos contribuintes de acordo com a alínea "c" do inciso II do artigo 27 daquela IN, devido se encontrarem com as atividades paralisadas, não sendo empresas domiciliadas no Exterior, não tendo solicitado a baixa de sua inscrição e não tendo informado a paralisação temporária de suas atividades.

PROCESSO: 11128.008160/2007-61
CONTRIBUINTE: MADZ COMERCIAL LTDA
CNPJ: 01.573.908/0001-57
PROCESSO: 10880.007028/2006-67
CONTRIBUINTE: EZOX COMPUTER COMERCIAL E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 06.108.566/0001-18
PROCESSO: 19515.002506/2010-61
CONTRIBUINTE: DYNAMIC COMERCIAL LTDA
CNPJ: 54.384.748/0001-64

Data de efeito a partir da publicação deste.

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 218, de 29 de agosto de 2011, publicado no DOU de 31 de agosto de 2011, Seção 1, página 56, que trata de inscrição da contribuinte TOQUE DE VINHO COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA. EPP, CNPJ 07.112.023/0001-37, no Registro Especial de IMPORTADOR sob o número 08190/115, onde se lê como número do Ato Declaratório Executivo: 218, leia-se: 228.

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011, atendendo à SAT n° 341/2011, de 29/07/2011, e ao que consta do Processo 10880.732021/2011-44, em tramitação nesta Inspetoria, declara, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca VOLVO, modelo S80, ano-fabricação 2003, ano-modelo 2003/2004, chassi YV1TS92K541358268, cor preta, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente ao CONSULADO GERAL DA ÁUSTRIA EM SÃO PAULO, desembaraçado com privilégio diplomático, em 05/12/2003, através da declaração de importação nº 03/1046908-7, registrada na Alfândega do Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para LUMA CONSULTORIA E VEÍCULOS LTDA., CNPJ 12.460.344/0001-62, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Declara a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau-SC, usando da competência que lhe confere o artigo 295, do Regimento interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 587 de 21 de Dezembro de 2010, nos termos da Lei nº 9.784/99 que regulamenta processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e nos termos do artigo 80 da Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e dos artigos 27 e 29 da Instrução Normativa RFB Nº 1.183 de 19 de fevereiro de 2010, resolve:

Artigo 1º. Declarar a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade LOM SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA, CNPJ 05.304.772/0001-30, por inexistência de fato, conforme representação formalizada no processo administrativo nº 13971.001594/2011-00.

MÁRIO SUEKI SONOMURA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Declara a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Delegado Adjunto da Receita Federal do Brasil em Blumenau-SC, usando da competência que lhe confere o artigo 295, combinado com o art. 296 do Regimento interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 587 de 21 de Dezembro de 2010, nos termos da Lei nº 9.784/99 que regulamenta processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e nos termos do artigo 80 da Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e dos artigos 27 e 29 da Instrução Normativa RFB Nº 1.183 de 19 de fevereiro de 2010, resolve:

Artigo 1º. Declarar a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES FABIOMAR LTDA -ME, CNPJ 02.611.381/0001-70, por inexistência de fato, conforme representação formalizada no processo administrativo nº 13971.001457/2011-67.

JOSÉ CARLOS DA VEIGA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 305, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica habilitação para aderir ao REPORTO, instituído pela Lei nº 11.033 de 21 de dezembro de 2004.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA-PR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º da Instrução Normativa SRF no 477, de 14 de dezembro de 2004, alterada pela IN SRF nº 709 de 15 de janeiro de 2007, e tendo em vista o que consta do processo administrativo no 10980.724531/2011-10, declara:

Art. 1º Conceder à PASA PARANAGUÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S/A., inscrita no CNPJ sob o no 02.725.300/0001-63, a habilitação, na qualidade de operador portuário, ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) de que trata a Instrução Normativa SRF no 477, de 14 de dezembro de 2004.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 306, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica habilitação para aderir ao REPORTO, instituído pela Lei nº 11.033 de 21 de dezembro de 2004.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA-PR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º da Instrução Normativa SRF no 477, de 14 de dezembro de 2004, alterada pela IN SRF nº 709 de 15 de janeiro de 2007, e tendo em vista o que consta do processo administrativo no 10980.724536/2011-42, declara:

Art. 1º Conceder à TKX OPERAÇÕES PORTUÁRIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 12.989.047/0001-09, a habilitação, na qualidade de operador portuário, ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) de que trata a Instrução Normativa RFB no 879, de 15 de outubro de 2008.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 309, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF nº 504/2005, de 03 de fevereiro de 2005, e o que consta do processo nº 10980.723733/2010-63, resolve:

Art. 1º Autorizar o fornecimento de 21.780 selos de controle tipo Uísque, cor amarela, para selagem pelo fabricante no exterior, à empresa CASA FLORA LTDA, CNPJ nº 62.808.506/0004-21, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 09101/065, na categoria de Importador, conforme discriminado abaixo:

Produto (em garrafas de vidro) Características físicas	MARCA COMERCIAL	QTDE.
Garrafas de 1,0 L Vol. 40% (Blended Scotch Whisky) Caixa c/12	JOHN BARR FINEST RED LABEL	10.800
Garrafas de 1,0 L Vol. 40% (Blended Scotch Whisky) Caixa c/12	JOHN BARR RESERVE BLACK LABEL	4.800
Garrafas de 0,70 L Vol. 40% (Single Malt Scotch Whisky) Caixa c/6	ISLE OF JURA 10YO	2.700
Garrafas de 0,70 L Vol. 40% (Single Malt Scotch Whisky) Caixa c/6	ISLE OF JURA 16YO	1.800
Garrafas de 0,70 L Vol. 40% (Single Malt Scotch Whisky) Caixa c/6	DALMORE 12YO	900
Garrafas de 0,70 L Vol. 40% (Single Malt Scotch Whisky) Caixa c/6	DALMORE 15YO	480
Garrafas de 0,70 L Vol. 40% (Single Malt Scotch Whisky) Caixa c/6	DALMORE 18YO	300

Art. 3º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 187, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União-DOU em 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no inciso I, artigo 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.210 (doze mil duzentos e dez) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Marca Comercial	Quantidade Caixas	Quantidade Unidades	Característica do Produto
Jack Daniel's (JD)	990	11.880	Uísque americano, Blend Whisky, composto de malte de uísque e destilado alcoólico de cereais envelhecidos, graduação alcoólica, 40%, caixa com 12 garrafas de 1.000 ml.
Jack Daniel's Single Barrel (JDSB)	55	330	Uísque americano, Blend Whisky, composto de malte de uísque e destilado alcoólico de cereais envelhecidos, graduação alcoólica: 47%, caixa com 06 garrafas de 750ml.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

Declara excluído do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) o contribuinte que menciona.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SACAT - DE PONTA GROSSA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria DRF/PTG nº 21, de 11.04.2011, publicada no DOU de 12.04.2011, e com base no § 3º do artigo 15 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, incluído pelo artigo 3º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º da Lei nº 9.317, de 1996, com suas alterações posteriores e de acordo com a disciplina da Instrução Normativa SRF nº 608, de 09 de janeiro de 2006, e considerando os elementos integrantes do Processo 10980.002168/2006-11, declara:

Art. 1º Fica o contribuinte, a seguir identificado, excluído do Simples a partir do dia 10/08/1999, pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo.

Nome: ALEXANDRE BARTOSIEVICZ
CNPJ: 03.335.302/0001-09
Data da opção pelo Simples : 10/08/1999
Descrição: Exercício de atividade vedada, conforme inciso XIII, do Art. 9º da Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Art. 2º É facultado ao contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência deste, apresentar Manifestação de Inconformidade à Delegacia da Receita Federal de Julgamento, de acordo com a legislação que rege o Processo Administrativo Fiscal.

Art. 3º Não havendo manifestação no prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

LUIZA HELENA MACHADO DE SOUSA LESSA

10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

PORTARIA Nº 98, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23/12/2010, resolve:

Art. 1° Delegar competência para os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados no Serviço de Orientação e Análise Tributária - Seort desta Delegacia para decidir sobre a inclusão ou exclusão de contribuintes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - Simples e do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

§ 1° As competências ora delegadas não poderão ser objeto de subdelegação.

§ 2° Ao Delegado reserva-se, a qualquer momento e a seu critério, a decisão objeto de delegação, sem que isso implique revogação parcial ou total do presente ato.

Art. 2° Os atos praticados em decorrência da delegação de que trata o art. 1° deverão conter informação na qual conste o número desta Portaria no exercício das competências ora delegada, e serão praticados observando-se estritamente as competências legais da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo, a legislação de regência das matérias delegadas e as normas que disciplinam o sigilo fiscal.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO LORENZI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Declara excluída do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL,a pessoa jurídica que menciona, por motivo de atividade econômica vedada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA - RS, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, e ainda tendo em vista o que consta no processo nº 11060.721071/2011-12, declara:

Art. 1º A exclusão da pessoa jurídica Isotur Transportes Ltda ME, CNPJ 03.255.566/0001-52, do SIMPLES NACIONAL, conforme Processo Administrativo nº 11060.721071/2011-12 em face de exercer atividade econômica vedada de acordo com o Art.17, inciso VI da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.

Art. 2º A exclusão surtirá efeito a partir de 01/07/2007, consoante o disposto no art. 6º, inciso IV da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de trinta dias contados da ciência deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, art. 11 da Resolução CGSN nº 30, de 07 de fevereiro de 2008.

Parágrafo Único. Não havendo a manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

ALEXANDRE RAMPELOTTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 614, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto nas Portarias MF nºs 183 e 102, de 31 de julho de 2003 e 8 de abril de 2010, respectivamente, de acordo também com o disposto na Lei nº. 9.138, de 29 de novembro de 1995, na Resolução CMN nº. 2.471, de 26 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº. 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 6.652 (seis mil, seiscentos e cinquenta e dois) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, no montante de R$ 7.418.639,63 (sete milhões, quatrocentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), observando-se as seguintes características:

Ativo	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário (R$)	*Valor (R$)*
CTN	1º/10/1998	1º/10/2018	1.501	1.410,90	2.117.760,90
CTN	1º/12/1999	1º/12/2019	4.958	1.045,70	5.184.580,60
CTN	1º/03/2000	1º/03/2020	24	982,79	23.586,96
CTN	1º/12/2001	1º/12/2021	40	676,12	27.044,80
CTN	1º/01/2002	1º/01/2022	3	668,28	2.004,84
CTN	1º/10/2002	1º/10/2022	53	555,31	29.431,43
CTN	1º/01/2003	1º/01/2023	41	476,17	19.522,97
CTN	1º/02/2003	1º/02/2023	29	460,96	13.367,84
CTN	1º/03/2003	1º/03/2023	3	446,43	1.339,29
			6.652		**7.418.639,63**

Art. 2º Cancelar 27 (vinte e sete) títulos públicos, no montante de R$ 2.798,82 (dois mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos), observando-se as seguintes características:

Ativo	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Valor (R$)
CTN	1º/01/2002	1º/01/2022	27	103,66	2.798,82
	TOTAL		**27**		**2.798,82**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 618, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 9.871.980 (nove milhões, oitocentos e setenta e um mil, novecentos e oitenta) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 25.034.837,80 (vinte e cinco milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, observadas as seguintes condições:

I - data de emissão: 1º de janeiro de 2010;

II - data de vencimento: 1º de janeiro de 2040;

III - data-base: 1º de julho de 2000;

IV - forma de colocação: direta, em favor do interessado;

V - modalidade: nominativa;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor nominal em 1º de setembro de 2011: R$ 2,535949;

VIII - taxa de juros: não há;

IX - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;

X - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 4.186, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 7º da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo Susep nº 15414.002531/2011-11, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de outubro de 2011, o prazo para atualização dos dados cadastrais de MITSUI SUMITOMO INSURANCE COMPANY, LIMITED.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SUSEP/DIRAT nº 34, de 9 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 16 de agosto de 2011, seção 1, página 25.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 636, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Estado de Pernambuco / PE

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais no Município de Goiana / PE, Processo nº 59050.001207/2011-10.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução de obras e serviços é de 365 dias, a contar da publicação desta portaria.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2011NE000203, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0103, Natureza da Despesa 33.30.41, Fonte 388, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 638, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e antecipação de transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Estado de Santa Catarina/SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, tendo em vista o atendimento do prazo legal estipulado para apresentação do plano de trabalho e da Notificação Preliminar de Desastre/NOPRED resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho de recursos ao Governo do Estado de Santa Catarina/SC, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para a execução de obras de Reconstrução e Recuperação, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000734/2011-15.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 44.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º Diante da urgência na execução das ações antecipo a liberação dos recursos, no montante de R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), conforme art. 10, § 2° do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 4º O repasse das demais parcelas está condicionado à aprovação do Plano de Trabalho apresentado pelo proponente.

Art. 5° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação da 1ª parcela dos recursos.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 5 de setembro de 2011

Nº 59 - PROCESSO nº 03020.001793/99. INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP e MAXVINIL TINTAS E VERNIZES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.523.837/0001-09. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784/99.

Não conheço do Recurso ora em exame, considerando o teor do Despacho nº 667 - DFRP/SFRI/MI, de 16 de junho de 2011 (fls. 519 a 522) e do Parecer CONJUR/MI nº 861, de 17 de agosto de 2011 (fls. 526 a 530). Restitua-se ao DFRP para adoção das providências subsequentes.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO

No item 04 da ata da 498ª Sessão Ordinária de Julgamento, referente ao Processo Administrativo nº 08012.005495/2002-14, em que figura como Representados: Posto Zanini Ltda., Auto Abastecedora Visentin Ltda., JJ - Abastecimento, Lavagens e Lubrificação Ltda., Bresolin Auto Serviço Ltda. (matriz e filial) e seus representantes Adalberto Zanini, Nei Ideraldo Visentin, João Antônio Beninca Bergamini, José Fernando Tedoldi Ortiz e Jorge Bresolin, publicada no DOU nº 170, Seção 1, do dia 02 de setembro de 2011, páginas 84, 85 e 86, onde se lê "Após o voto do Conselheiro Relator pela condenação de todos os Representados" leia-se: "Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do presente processo com referência ao Representado João Antônio Beninca Bergamini e pela condenação de todos os outros Representados".

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.527, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/002576-GESP e 08105.001922/2011-39 CGCSP/DIREX, resolve: Conceder autorização à empresa A.R.G LTDA, CNPJ/MF nº 20.520.862/0001-52, sediada no Estado de MINAS GERAIS, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

-02 (DOIS) REVÓLVERES CALIBRE 38..

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.545, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.026420/2011-19-DELESP/SR/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL ALPHAVILLE ZERO, CNPJ nº 60.553.260/0001-16, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº12.462, DE 26 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001715/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GASPE SEGURANCA PATRIMONIAL E EXECUTIVA LTDA , CNPJ nº 01.785.444/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar na BAHIA , com Certificado de Segurança nº 1305/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.689, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001836/DPF/PTS/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à EMPRESA DE VIGILANCIA COSTA SUL LTDA, CNPJ nº 00.745.970/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL, com Certificado de Segurança nº 1020/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.733, DE 22 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2547 / DPF/XAP/SC,resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINKS SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 60.860.087/0144-00, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir: Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

234 (duzentos e trinta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38,

168 (cento e sessenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.804, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3031 DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa BMC VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 13.349.640/0001-53, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir: Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.818, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2900 DPF/SCS/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa LDR VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.485.903/0001-26, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir: Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

150 (cento e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº12.825, DE 24 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003204/DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa XERIUM TECHNOLOGIES BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, CNPJ nº 58.309.998/0005-14, para atuar na PARAÍBA.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº12.876, DE 25 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002609/DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QUALISEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.495.870/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no PARANA , com Certificado de Segurança nº 1523/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº12.893, DE 25 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003237/DPF/MII/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRUDDEN EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 43.061.654/0001-38, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.926, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3161 / DPF/STS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa TRANSBANK SEGURANCA TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 66.624.792/0002-64, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

2 (dois) Carabina(s) calibre 38,

414 (quatrocentos e quatorze) Cartuchos de Munição calibre 38,

290 (duzentos e noventa) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº12.930, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003239/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VILA ESPERANÇA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 09.533.651/0001-11,para atuar em PERNAMBUCO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.936, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2680 DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa H STERN COMERCIO E INDUSTRIA S.A, CNPJ nº 33.388.943/0001-92, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

4 (quatro) Revólver(es) calibre 38,

72 (setenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº12.947, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003283/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARLINDO FONSECA LINS E CIA LTDA, CNPJ nº 11.601.184/0001-61,para atuar em PERNAMBUCO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.964, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2790 / DELESP/DREX/SR/DPF/PE,resolve: CONCEDER autorização à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0001-75, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

4 (quatro) Pistola(s) calibre 380,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre .380.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº12.979, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002965/DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VISAM CENTRO DE FORMAÇAO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 10.505.963/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar no AMAZONAS , com Certificado de Segurança nº 1532/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.991, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2447 DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa MAX FORTE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.195.862/0001-05, sediada na BAHIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

100 (cem) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº12.998, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002980/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.850.645/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar no RIO DE JANEIRO , com Certificado de Segurança nº 1607/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº12.999, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003266/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO DO CONJUNTO NACIONAL, CNPJ nº 00.719.559/0001-76, para atuar no DISTRITO FEDERAL.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.000, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3296 DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa ARLINDO FONSECA LINS E CIA LTDA , CNPJ nº 11.601.184/0001-61, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1 (um) Revólver(es) calibre 38,

18 (dezoito) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.009, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003011/DPF/UDI/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SPACE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.707.116/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Segurança Pessoal, para atuar em MINAS GERAIS , com Certificado de Segurança nº 1509/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.012, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003015/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EVIK SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.111.567/0003-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO DE JANEIRO , com Certificado de Segurança nº 1610/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.015, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3106 DPF/NRI/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa VIGSTAR ESCOLA ESPECIALIZADA EM FORMAÇÃO DE PROFISSIONAL DE SEGURANÇA, CNPJ nº 73.727.604/0001-08, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,

2 (dois) Pistola(s) calibre 380,

30000 (trinta mil) Cartuchos de Munição Treina calibre 38,

3000 (três mil) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.023, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2925 DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa SEGLINE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 06.184.802/0001-85, sediada no PARANA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3 (três) Pistola(s) calibre 380,

135 (cento e trinta e cinco) Cartuchos de Munição calibre .380.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.024, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002378/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SANTO SEGURANÇA LTDA. , CNPJ nº 04.290.693/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1464/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 1.532, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.026463/2011-02 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio da Portaria nº 16, de 06/02/2002, à empresa MATFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., CNPJ/MF nº 72.875.412/0001-86, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 1.533, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08212.006932/2011-43 - CV/DPF/PCA/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa OWENS-CORNING FIBERGLAS A.S LTDA., CNPJ/MF nº 62.647.052/0002-92, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 1.536, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08295.021566/2011-80 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 408, de 05/06/1992, publicada no D.O.U. de 10/06/1992, à empresa ACADEMIA MODELO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA.,, CNPJ/MF nº 37.334.281/0001-29, localizada no Estado de GOIÁS.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 5 de setembro de 2011

Nº 726. Ref.: Averiguação Preliminar nº 08012.007356/2010-27. Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Representados: Precision Instrumentos e Comércio Ltda, Metrologia Nove Mil Ltda., Iso-Metro Comercial Ltda., Metrolab Calibrações Ltda, Almir Fernandes, Luciano de Aquino, Nelson Siqueira Salgado Filho e André Luis Melo Neves. Acolho a nota técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, integrando suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela instauração de processo administrativo com fulcro no art. 32 da Lei n.° 8.884/94 em desfavor dos Representados e do Sr. Mário Maurício de Paula, com fim de que seja apurada possível existência de conduta infringente à ordem econômica passível de enquadramento no art. 20, inciso I, c/c art. 21, incisos I, III, IV, V e VIII, ambos da Lei nº 8.884/94. Notifiquem-se os Representados para, querendo, apresentar sua defesa, no prazo legal, sob pena de revelia, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 33 da Lei n° 8.884/94.

Nº 727. Ref.: Processo Administrativo nº 08012.002706/2009-25. Representante: Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul. Representada: SERVAN Anestesiologia e Tratamento de Dor de Campo Grande S/S. Advogados: André L. Borges Netto. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do DPDE, Dr. Diogo Thomson Andrade e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Determino a intimação das testemunhas indicadas na Nota Técnica para a realização de oitivas de três testemunhas no dia 21 de setembro de 2011, observando a seguinte ordem: a) de Werner Alfred Gemperli às 10:30; b) Walter Duailibi às 14:30; e de c) Francisco Ilgenfritz às 16:00, ficando, desde já, a representada intimada da referida audiência. Caso seja de interesse da Representada que as informações a serem prestadas pelas pessoas arroladas sejam requeridas por via postal, intimo a Representada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação do presente apresente: i) questionamentos escritos a serem endereçados às pessoas especificadas, ou, facultativamente, ii) declarações das citadas pessoas com as informações fáticas que conhecem a respeito do mérito do Processo Administrativo em epígrafe. Intimo, novamente, a Representada para apresentar a documentação solicitada no momento de sua notificação, a saber: a) Faturamento da empresa em 2009; b) Total de tributos pagos no exercício de 2009; c) Identificação e qualificação das empresas integrantes do mesmo grupo econômico; d) Qualificação dos administradores atuais ao tempo da suposta infração. Saliento que nos termos do art. 26 da Lei 8.884, de 11 de junho de 1994, a recusa, omissão, enganosidade ou retardamento injustificado das informações constitui infração punível com multa diária de 5.000 UFIR.

Nº 728. Ref.: Processo Administrativo nº 08012.007189/2008-08. Representante: Bann Química Ltda. Representadas: DyStar Textilfarben GmbH e DyStar Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do DPDE, Dr. Diogo Thomson de Andrade e, com fulcro no art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pelo arquivamento do presente Processo Administrativo, no âmbito desta SDE, recorrendo de ofício ao CADE, tudo com fulcro nos art. 14, inc. VII, c/c art. 39 da Lei nº 8.884/94 e no art. 49 da Portaria MJ nº 456/2010.

Nº 729. Ref: Procedimento Administrativo n° 08012.005660/2010-30. Representante: Ministério Público do Estado do Ceará. Representados: Associação dos Fabricantes de Placas e Similares do Ceará - AFACE e Serviço Técnico Veicular Ltda - ITV. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no § 1° do art. 50 da Lei n° 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pela instauração de Processo Administrativo em desfavor dos Representados para apurar possíveis condutas infringentes à ordem econômica passíveis de enquadramento no art. 20, inciso I, c/c art. 21, inciso II, da Lei nº 8.884/94. Decido, ainda, pelo encaminhamento da Nota Técnica à Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF para que, querendo, exerça as competências de advocacia da concorrência que julgar cabíveis com relação à regulação de preços máximos de placas e tarjetas de identificação de veículos exercida pelo Detran-CE. Notifiquem-se os Representados para que apresentem defesa no prazo de 15 dias, contados em dobro no caso de serem distintos procuradores (art. 83 da Lei nº 8.884/94 c/c art. 191 do CPC).

Nº 731. Ref.: Processo Administrativo nº 08012.006552/2005-17. Representante: União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS. Representados: Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso, Sindicato dos Médicos do Mato Grosso e Associação Médica do Mato Grosso. Advogados: Arlan de Azevedo Ferreira. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Declaro encerrada a instrução processual, por entender que o feito se encontra satisfatoriamente instruído. Nos termos do art. 39 da Lei n.º 8.884/94 e do art. 49 da Portaria MJ n.º 456/2010, apresentem os Representados, no prazo de 5 (cinco) dias, suas alegações finais, a fim de que, em seguida, esta SDE profira suas conclusões acerca dos fatos.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHO DA DIRETORA

INDEFIRO o recurso, bem assim mantenho o Ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2011, Seção I, pág. 64, tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei 6.815/80 e considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão. Processo N° 08460.034778/2010-97 - ANA LUISA TELLERIA NAVARRO.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º da Portaria nº 1, de 02 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2011, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional peruano HUMBERTO MATTA LIMA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de HUMBERTO MATTA LIMA para FELIX HUMBERTO MATTA LIMA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional cubana BETSY TABOADA VÁZQUEZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seu genitor constante no seu registro, passando de CARLOS MANUEL TABOADA VAZQUEZ para CARLOS MANUEL TABOADA RODRÍGUEZ.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional argentino JULIAN TORRES COLL, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de SILVIA VIVIANA COLL DE TORRES para SILVIA VIVIANA COLL.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional norueguês KOLFINN ROGER WALVAG, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de KAARE WALVAG para KARE ARVID WALVAG e de RUTH WALVAG para RUTH ELISABETH WALVAG.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional cubano ERNESTO ALBERTO BRAVO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de EDITO ALBERTO para EDITO RAMÓN ALBERTO PÉREZ e de OILDA BRAVO para OILDA DE JESUS BRAVO ESCOBAR.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional boliviana ROSA ESTRADA DE SOUZA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de LUIS ESTRADA GUAMAN para LUIS ESTRADA HUAMAN e de ESTHER ESTRADA SEYO para ESTHER SEYO PESSO.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional francês YANN BENECH, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de MICHEL BENECH para MICHEL YVES BÉNECH e de JANINE FAURE BENECH para MONIQUE JEANNE FAURE.

ROBERTA CHAVES OLIVEIRA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08337.002203/2011-10 - NATHALIA RUIZ DIAZ DE JARA

Processo Nº 08354.006732/2010-95 - PHILIPPE HENRI MARIE ANDRE BEGUIN.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08437.000944/2011-20 - NICOLASA CONCEPCION SENA

Processo Nº 08495.003606/2011-55 - JOSE LUIS GARCIA SUAREZ.

Tendo em vista o Relatório do Departamento de Polícia Federal, encartado à fl. 43 dos autos, torno insubsistente o ato Deferitório publicado no DOU de 14/12/2004 para Indeferir, haja vista não mais persistirem as condições que ensejaram a prática do ato. Processo N° 08260.003737/2003-86 - MOHAMAD ALI CHAYTO.

Tendo em vista que o(a) interessado(a) não comprovou a permanência em situação irregular no território nacional antes do dia 1º de fevereiro de 2009, e nem apresentou qualquer outro documento capaz de atestar dita condição, INDEFIRO o pedido formulado pelo(a) nacional chinês, AQUAN QIAN, por não atender ao que dispõe o art. 1º c/c o art. 4º, inc. IV, ambos da Lei 11.961/09. Processo N° 08505.023773/2011-56 - AQUAN QIAN.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08230.010145/2011-88 - DEETTA RENEE CRAVENS, até 05/01/2012

Processo Nº 08230.010153/2011-24 - ALVARO HERRERA CARRILLO, até 05/08/2012

Processo Nº 08230.010163/2011-60 - ISRAEL ROGER MONTOYA MATOS, até 14/08/2012

Processo Nº 08270.017353/2011-31 - LILIETE YOREMA NASCIMENTO DA COSTA CRAVID, até 07/09/2012

Processo Nº 08270.017360/2011-33 - CLESIA QUARESMA AFONSO RIBEIRO, até 07/09/2012

Processo Nº 08270.017361/2011-88 - GINO PEREIRA, até 14/09/2012

Processo Nº 08270.017364/2011-11 - VENICIANO FLUGENCIO INACIO SILVA NOSOLINY, até 07/09/2012

Processo Nº 08270.017369/2011-44 - LESTER RAUL INDEQUE, até 30/08/2012

Processo Nº 08270.017371/2011-13 - AMANCIO FRANCISCO NAPOCAE, até 07/09/2012

Processo Nº 08270.017377/2011-91 - NIDIA ALICE ALEGRE DA COSTA, até 07/09/2012

Processo Nº 08270.017379/2011-80 - BUBACAR DJALO, até 07/09/2012

Processo Nº 08270.017380/2011-12 - ANA ROSA CO, até 21/09/2012

Processo Nº 08270.017384/2011-92 - INDIRA CHICOMA FERNANDO BORGES, até 07/09/2012

Processo Nº 08270.018566/2011-81 - SAMUEL SANHA MANE, até 21/09/2012

Processo Nº 08270.018568/2011-70 - ASCENSIONE AIDLER MENDES, até 21/09/2012

Processo Nº 08270.018579/2011-50 - MIATE BONTE CO, até 21/09/2012

Processo Nº 08270.018596/2011-97 - DIMITRIVNA MARTA BADJANA, até 14/09/2012

Processo Nº 08270.018602/2011-14 - CORNELIO PEREIRA DA COSTA, até 14/09/2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08270.018605/2011-40 - BRUNO ALIU MANE, até 14/09/2012
Processo Nº 08270.018606/2011-94 - EVALDO EDILSON MONTEIRO DOS SANTOS MACEDO, até 14/09/2012
Processo Nº 08270.018614/2011-31 - NISLANDIA INACIO GOMES, até 21/09/2012
Processo Nº 08270.018616/2011-20 - IRINA MENDES, até 21/09/2012
Processo Nº 08270.018621/2011-32 - RUI PAULINO DA SILVA, até 14/09/2012
Processo Nº 08337.002438/2011-01 - JONATHAN ELTER, até 05/03/2012
Processo Nº 08501.012390/2011-92 - IRIS JASMIN SANTOS GERMAN, até 21/08/2012
Processo Nº 08505.043034/2011-81 - ROSARIO ALEJANDRA MEDINA RODRIGUEZ, até 24/07/2012.

MARIA ROSA VILAS BOAS DE ALMEIDA
P/Delegação de Competência

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.
Processo Nº 08000.003011/2011-14 - HALFORD MACKINNON SALDANHA
Processo Nº 08000.003608/2011-69 - FAN LONG
Processo Nº 08000.004123/2011-92 - GERASIMOS ARAVANTINOS
Processo Nº 08000.004551/2011-15 - ROMEO MENDOZA BENCITO
Processo Nº 08000.004912/2011-23 - MARK ANTHONY BELARMINO FAJANILAG
Processo Nº 08000.004913/2011-78 - BARZUN BARRY PLANDO SACLOT
Processo Nº 08000.004925/2011-01 - PETER AMAQUIN BUSTAMANTE
Processo Nº 08000.004926/2011-47 - ALEXANDROS FOUNTOUKOS
Processo Nº 08000.004928/2011-36 - THOMAS III ROJO LOTEYRO
Processo Nº 08000.004978/2011-13 - MARINO LLEMIT TADLIP
Processo Nº 08000.004979/2011-68 - ASHER DATUNGPUTI DUGA
Processo Nº 08000.005001/2011-13 - JEFFREY MOSTERO SAN AGUSTIN
Processo Nº 08000.005033/2011-19 - JAKE ANTHONY AMBION MALAPAJO
Processo Nº 08000.005036/2011-52 - SAMVEL PETROSYAN
Processo Nº 08000.005054/2011-34 - Amiran Grigorievich Koyava
Processo Nº 08000.005089/2011-73 - RICHARD FRANCO FAULVE
Processo Nº 08000.005254/2011-97 - MILENKO GACIC
Processo Nº 08000.007661/2011-39 - NIKOLAOS MATHIOUDAKIS
Processo Nº 08000.014942/2010-67 - ALBERTUS HENDRIKUS MARIA PAARDEKAM e MARIA JOHANNA GERTRUDA SALIMANS.
Diante da manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Emprego, salientando que a empresa não apresentou documentos mínimos e indispensáveis à análise trabalhista, INDEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País. Processo Nº 08260.004973/2011-20 - JOSE ANTONIO CALO DOMINGUEZ.
INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, considerando que não atende o disposto no art. 4º, parágrafo único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do CNIg. Processo N° 08000.012836/2011-20 - JOAQUIM MANUEL PERES DO MONTE.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
P/Delegação de Competência

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NÁVEGÁVEIS

DELIBERAÇÃO Nº 267, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 91ª Reunião Ordinária do Colegiado Nacional, realizada no dia 1º de setembro de 2011, DELIBERARAM:
a. Pela APROVAÇÃO do ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE RISCO da Instalação Portuária abaixo relacionada, ENCAMINHADO pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, conforme consta da Ata s/nº, daquele Colegiado Estadual, realizada no dia 07 de julho de 2011, peça integrante do respectivo processo:

1. NEVES & MARINHEIRO LTDA.
SANTOS/SP
CNPJ: 07.012.228/0001-40

ALEXANDRE ARANTES DE MENEZES
Presidente da Comissão, p/Ministério da Justiça
Em exercício

JOSÉ GUILHERME THOMY
p/Ministério da Defesa-Marinha do Brasil

EDNA ROSI BELTRÃO MORETTO
p/Ministério da Fazenda

EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JÚNIOR
p/Ministério dos Transportes

DELIBERAÇÃO Nº 268, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 91ª Reunião Ordinária do Colegiado Nacional, realizada no dia 1º de setembro de 2011, atendendo à solicitação da Organização de Segurança SEPORT-SECURITY OF PORT TERMINALS LTDA., via Ofício Dir 03/11, de 18 de julho de 2011, DELIBERARAM pelo DESCREDENCIAMENTO de Ricardo Ribeiro Aguilar - CPF nº 184.242.458-06 e Ricardo Aguilar Bernal - CPF nº 178.106.717-15, do rol de Engenheiros Consultores daquela ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA , nos termos da Resolução nº 44/CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada nos Diário Oficial da União, Seção 1, Pág. 39, de 25 de fevereiro de 2009.
DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS a adoção das medidas administrativas decorrentes.

ALEXANDRE ARANTES DE MENEZES
Presidente da Comissão, p/Ministério da Justiça
Em exercício

JOSÉ GUILHERME THOMY
p/Ministério da Defesa-Marinha do Brasil

EDNA ROSI BELTRÃO MORETTO
p/Ministério da Fazenda

EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JÚNIOR
p/Ministério dos Transportes

DELIBERAÇÃO Nº 269, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 91ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2011, após análise dos documentos apresentados pela Empresa que solicitou seu cadastramento e certificação, à luz Resolução nº 44/CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, nº 37, Seção I, de 25 de fevereiro de 2009, DELIBERARAM pelo CREDENCIAMENTO do Engenheiro Consultor, que poderá atuar na elaboração dos Estudos de Avaliações de Risco das Instalações Portuárias e dos Planos de Segurança Pública Portuária, para o exercício das atividades a serem desempenhadas pela ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA, CERTIFICADA pela CONPORTOS, abaixo relacionada, e que, por conseguinte, poderá ter acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.
SEPORT - SECURITY OF PORT TERMINALS LTDA..
Nome CPF
Cláudio Pereira Mendes 534.465.188-00
DELIBERARAM, ainda, que os dirigentes da Organização de Segurança supra nominada responde solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados.

ALEXANDRE ARANTES DE MENEZES
Presidente da Comissão, p/Ministério da Justiça
Em exercício

JOSÉ GUILHERME THOMY
p/Ministério da Defesa-Marinha do Brasil

EDNA ROSI BELTRÃO MORETTO
p/Ministério da Fazenda

EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JÚNIOR
p/Ministério dos Transportes

DELIBERAÇÃO Nº 270, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 91ª Reunião Ordinária do Colegiado Nacional, realizada no dia 1º de setembro de 2011, DELIBERARAM:
a. Pela APROVAÇÃO da EMENDA de ALTERAÇÃO ao PLANO DE SEGURANÇA - PS da Instalação Portuária abaixo mencionada, APROVADA pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado do Pará - CESPORTOS/PA, conforme Ofício nº 03/2011, de 05 de agosto de 2011, daquele Colegiado Estadual, peça integrante do respectivo processo:

1. CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S/A
BARCARENA/PA
CNPJ: 06.013.760/0001-10

b. DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS a adoção das medidas administrativas decorrentes.

ALEXANDRE ARANTES DE MENEZES
Presidente da Comissão, p/Ministério da Justiça
Em exercício

JOSÉ GUILHERME THOMY
p/Ministério da Defesa-Marinha do Brasil

EDNA ROSI BELTRÃO MORETTO
p/Ministério da Fazenda

EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JÚNIOR
p/Ministério dos Transportes

DELIBERAÇÃO Nº 271, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 91ª Reunião Ordinária do Colegiado Nacional, realizada no dia 1º de setembro de 2011, DELIBERARAM:
a. Pela APROVAÇÃO da EMENDA de ALTERAÇÃO ao PLANO DE SEGURANÇA - PS da Instalação Portuária abaixo mencionada, APROVADA pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, conforme Ofício 8411/2011 - SR/DPF/AM, de 11 de agosto de 2011, daquele Colegiado Estadual, peça integrante do respectivo processo:

1. HERMASA - NAVEGAÇÃO DA AMAZÕNIA S/A
TERMINAL GRANELEIRO HERMASA
ITACOATIARA/PA
CNPJ: 84.590.892/0002-07

b. DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS a adoção das medidas administrativas decorrentes.

ALEXANDRE ARANTES DE MENEZES
Presidente da Comissão, p/Ministério da Justiça
Em exercício

JOSÉ GUILHERME THOMY
p/Ministério da Defesa-Marinha do Brasil

EDNA ROSI BELTRÃO MORETTO
p/Ministério da Fazenda

EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JÚNIOR
p/Ministério dos Transportes

DELIBERAÇÃO Nº 272, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 91ª Reunião Ordinária do Colegiado Nacional, realizada no dia 1º de setembro de 2011, DELIBERARAM:
a. Pela APROVAÇÃO da EMENDA de ALTERAÇÃO ao PLANO DE SEGURANÇA - PS da Instalação Portuária abaixo mencionada, APROVADA pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, conforme Ofício 8423/2011 - SR/DPF/AM, de 11 de agosto de 2011, daquele Colegiado Estadual, peça integrante do respectivo processo:

1. EMPRESA DE REVITALIZAÇÃO DO PORTO DE MANAUS S/A
PORTO ORGANIZADO DE MANAUS
MANAUS/AM
CNPJ: 04.487.767/0001-48

b. DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS a adoção das medidas administrativas decorrentes.

ALEXANDRE ARANTES DE MENEZES
Presidente da Comissão, p/Ministério da Justiça
Em exercício

JOSÉ GUILHERME THOMY
p/Ministério da Defesa-Marinha do Brasil

EDNA ROSI BELTRÃO MORETTO
p/Ministério da Fazenda

EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JÚNIOR
p/Ministério dos Transportes

DELIBERAÇÃO Nº 273, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 91ª Reunião Ordinária do Colegiado Nacional, realizada no dia 1º de setembro de 2011, DELIBERARAM:
a. Pela APROVAÇÃO das EMENDAS de ALTERAÇÕES aos PLANOS DE SEGURANÇA - PS das Instalações Portuárias abaixo mencionadas, APROVADAS pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, conforme consta na Ata da Reunião, s/nº, daquele Colegiado Estadual, realizada no dia 07 de julho de 2011, peça integrante do respectivo processo:

1. COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S/A - ARMAZÉNS 19, V,X, XV,XX,XXII e XXIII
SANTOS/SP
CNPJ: 71.550.388/0001-42

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IM

2. TEAÇU ARMAZÉNS GERAIS S/A.
ARMAZÉM IX
SANTOS/
CNPJ: 01.865.099/0001-57

b. DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS a adoção das medidas administrativas decorrentes.

ALEXANDRE ARANTES DE MENEZES
Presidente da Comissão, p/Ministério da Justiça
Em exercício

JOSÉ GUILHERME THOMY
p/Ministério da Defesa-Marinha do Brasil

EDNA ROSI BELTRÃO MORETTO
p/Ministério da Fazenda

EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JÚNIOR
p/Ministério dos Transportes

Ministério da Pesca e Aquicultura

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA SEMOC Nº 29, DE 26 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 937 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 3 de maio de 2011 e a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.784, de 19 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA nº 2, de 25 de janeiro de 2011, e do que consta no processo MPA nº 00350.003672/2011-68, resolve:

Art. 1º Determinar, de oficio, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado do Pará, relacionado nominalmente no Anexo desta Portaria, conforme disposto do inciso II do art. 21 da Instrução Normativa MPA nº 2, de 2011.

Parágrafo único. A relação nominal, de que trata o caput deste artigo, será divulgada no endereço eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado do Pará.

Art. 2º O interessado ou seu representante legal poderá apresentar recurso administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do comunicado de suspensão, via notificação por AR.

Parágrafo único. O recurso administrativo de que trata o caput deverá ser protocolado na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Pará, que deverá analisar os recursos recebidos, sob a coordenação e acompanhamento do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA, desta Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC.

Art. 3º Concluída a fase de análise dos recursos administrativos, serão considerados definitivamente cancelados o registro e a Carteira de Pescador dos recorrentes que tiverem seus recursos indeferidos, assim como daqueles que não apresentaram recurso administrativo na forma estabelecida nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos cancelamentos previstos nesta Portaria, a inscrição do pescador ficará na situação cadastral de "Registro Cancelado", como disposto do inciso IV do art. 22 da Instrução Normativa MPA nº 2, de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA SEMOC Nº 30, DE 26 DE MAIO DE 2011

O O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 937 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 3 de maio de 2011 e a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.784, de 19 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA nº 2, de 25 de janeiro de 2011, e do que consta no processo MPA nº 00350.003671/2011-13, resolve:

Art. 1º Determinar, de oficio, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado do Pará, relacionado nominalmente no Anexo desta Portaria, conforme disposto do inciso II do art. 21 da Instrução Normativa MPA nº 2, de 2011.

Parágrafo único. A relação nominal, de que trata o caput deste artigo, será divulgada no endereço eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado do Pará.

Art. 2º O interessado ou seu representante legal poderá apresentar recurso administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do comunicado de suspensão, via notificação por AR.

Parágrafo único. O recurso administrativo de que trata o caput deverá ser protocolado na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Pará, que deverá analisar os recursos recebidos, sob a coordenação e acompanhamento do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA, desta Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC.

Art. 3º Concluída a fase de análise dos recursos administrativos, serão considerados definitivamente cancelados o registro e a Carteira de Pescador dos recorrentes que tiverem seus recursos indeferidos, assim como daqueles que não apresentaram recurso administrativo na forma estabelecida nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos cancelamentos, previstos nesta Portaria, a inscrição do pescador ficará na situação cadastral de "Registro Cancelados", como disposto do inciso IV do art. 22 da Instrução Normativa MPA nº 2, de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA SEMOC Nº 35, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.784, de 19 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA nº 2, de 25 de janeiro de 2011, e do que consta no processo MPA nº 00350.004844/2011-11, resolve:

Art. 1º Determinar, de oficio, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado do Bahia, relacionado nominalmente no Anexo desta Portaria, conforme disposto do inciso II do art. 21 da Instrução Normativa MPA nº 2, de 2011.

Parágrafo único. A relação nominal, de que trata o caput deste artigo, será divulgada no endereço eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado da Bahia.

Art. 2º O interessado ou seu representante legal poderá apresentar recurso administrativo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do comunicado de suspensão, via notificação por AR.

Parágrafo único. O recurso administrativo de que trata o caput deverá ser protocolado na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado da Bahia, que deverá analisar os recursos recebidos, sob a coordenação e acompanhamento do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA, desta Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC.

Art. 3º Concluída a fase de análise dos recursos administrativos, serão considerados definitivamente cancelados o registro e a Carteira de Pescador dos recorrentes que tiverem seus recursos indeferidos, assim como daqueles que não apresentaram recurso administrativo na forma estabelecida nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos cancelamentos previstos nesta Portaria, a inscrição do pescador ficará na situação cadastral de "Registro Cancelado", como disposto do inciso IV do art. 22 da Instrução Normativa MPA nº 2, de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.010903/96-07, sob o comando nº 345212625 e juntada nº 346699590, resolve:

Nº 487 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os itens 14.5, 14.5.1, 14.5.2, 14.5.3, 14.5.4, 2.8, 2.9, 4.14, 4.14.6, 4.14.11, 6.8.2, 6.19.2 e 8.4.1, dentre outros, do Regulamento do Plano I de Previdência Brasil Foods - CNPB nº 1996.0047-19, administrado pela BFPP - Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º e o inciso II do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.001918/2004-83, comando nº 214135770 e Juntada nº 347489609, resolve:

Nº 488 - Art. 1º Aprovar a fusão dos Planos de Benefícios Visão Telesp, CNPB nº 2000.0054-38; Visão Assist, CNPB nº 2000.0057-56; Visão Atelecom, CNPB nº 2006.0067-38 e Visão Telefônica Empresas, CNPB nº 2001.0013-47.

Art. 2º Autori
zar a aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios Visão Telefônica (denominação a ser dada ao Plano resultante do processo de fusão dos Planos de Benefícios Visão Telesp; Visão Assist; Visão Atelecom e Visão Telefônica Empresas), CNPB nº 2011.0019-19, com as alterações introduzidas decorrentes da fusão dos Regulamentos dos Planos de Benefícios Visão Telesp, CNPB nº 2000.0054-38; Visão Assist, CNPB nº 2000.0057-56; Visão Atelecom, CNPB nº 2006.0067-38 e Visão Telefônica Empresas, CNPB nº 2001.0013-47.

Art. 3º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar e as empresas Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar, Fundação Telefônica, A. Telecom S.A (Atual denominação de Assist Telefônica Ltda.) e Telefônica Data S.A. (atual denominação de Telefônica Empresas S.A.), na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios Visão Telefônica.

Art. 4º Aprovar o "Termo de Fusão dos Planos de Benefícios Visão Telesp; Visão Assist; Visão Telefônica Empresas e Visão Atelecom", administrados pela Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003013/4819-78, sob o comando nº 334564475 e juntadas nº 335064873, nº 335612773, nº 335905175, nº 336271446, nº 336809420, nº 338153800, 338754726, nº 341698523 e nº 348114250, resolve:

Nº 489 - Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo ao convênio de adesão das patrocinadoras NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP; NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL; INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB e ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR ao Plano Básico de Benefícios - PBB - CNPB: 1979.0022-74, administrado pelo NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.771, DE 28 DE JULHO DE 2011 (*)

Habilita Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas) no Município de Caçador (SC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.601/GM/MS, de 07 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 3.767/GM/MS, de 1º de dezembro de 2010, que informa os Municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SC), conforme Deliberação 504/CIB/10 - Retificação de 25 de março de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 11583.495000/1100-03 cadastrada no Sistema de Pagamentos (SISPAG) do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Fundo Municipal de Saúde de Caçador (SC), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no respectivo porte na localidade relacionada no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência, regular e automática, do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Caçador (SC).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, conforme Programa de Trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Caçador	I	01

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 145 de 29-7-2011, Seção 1 pág. 167, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 2.098, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Maranhão e ao Município de São Luís.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.439/GM/MS, de 8 de dezembro de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção Oncológica;

Considerando a Portaria nº 741/SAS/MS, de 19 de dezembro de 2005, que define as Unidades de Assistência da Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), os Centros de Assistência em Alta Complexidade em Oncologia (CACON) e os Centros de Referência em Alta Complexidade Ontológica; e

Considerando a Portaria nº 504/SAS/MS, de 31 de agosto de 2011, que habilita o Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho, no Município de São Luís (MA), como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante de R$ 7.415.173,32 (sete milhões, quatrocentos e quinze mil cento e setenta e três reais e trinta e dois centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Maranhão e do Município de São Luís.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio do Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho - CNES - 2646536.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos), para o Fundo Municipal de Saúde de São Luís (MA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0021 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade do Estado do Maranhão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.099, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa a adesão do Município de Orlândia (SP) no "Projeto Olhar Brasil".

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial MS/MEC nº 15, de 24 de abril de 2007, que institui o "Projeto Olhar Brasil", que tem como objetivo identificar e corrigir problemas visuais relacionados à refração, visando reduzir as taxas de evasão escolar e facilitar o acesso da população à consulta oftalmológica e a aquisição de óculos;

Considerando a Portaria n° 254/SAS/MS, de 24 de julho de 2009, que estabelece os critérios para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao "Projeto Olhar Brasil";

Considerando que o Projeto Olhar Brasil tem como objetivo identificar problemas visuais relacionados à refração nos alunos matriculados na Rede Pública do Ensino Fundamental (1ª a 8ª série), nos alfabetizandos cadastrados no Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação (MEC) e na população com idade igual ou superior a 60 anos de idade; e

Considerando a deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, a qual aprova o Projeto Olhar Brasil relativo ao respectivo Município, resolve:

Art. 1º Homologar a Adesão ao Projeto Olhar Brasil do Município discriminado no Anexo a esta Portaria, informando os seus estabelecimentos que farão parte desta adesão.

Parágrafo único. Este estabelecimento de Saúde poderá a partir da publicação desta Portaria executar os seguintes procedimentos:

I - 02.11.06.027-5 - Triagem Oftalmológica-Projeto Olhar Brasil;

II - 03.03.05.012-8 - Consulta Oftalmológica - Projeto Olhar Brasil;

III -07.01.04.007-6 Óculos Monofocal - Projeto Olhar Brasil; e

IV - 07.01.04.008-4 Óculos Bifocal - Projeto Olhar Brasil.

Art. 2º Definir a inclusão do código 09.08 - Adesão do Estado/Distrito Federal ao Projeto Olhar Brasil e 09.09 - Adesão do Município ao Projeto Olhar Brasil respectivamente, no cadastro dos estabelecimento a seguir relacionado:

UF	Código IBGE	Município	CNES	Nome Fantasia/ Razão Social//Município
SP	353430	Orlândia	2745860	NGA - 32 Orlândia/Prefeitura Municipal de Orlândia

Art. 3º Autorizar a liberação de recursos até o limite descrito no Anexo a esta Portaria para cada Município, que serão destinados ao custeio exclusivo dos procedimentos referentes ao Projeto Olhar Brasil, previstos na Portaria nº 254/SAS/MS, de 2009.

Art. 4º Estabelecer que os recursos de que trata esta Portaria sejam disponibilizados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) aos respectivos Municípios, de acordo com a produção apurada nos Sistemas de Informações Ambulatorial e Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 5º Definir que a conclusão do Projeto deverá ser realizada até a competência dezembro de 2011.

Art. 6º Definir que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar da competência agosto de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

PROJETO OLHAR BRASIL

UF	Código IBGE	Município executor	Município participante	Valor do Projeto (R$ 1,00)
SP	353430	Orlândia	Orlândia	R$ 27.715,38

PORTARIA Nº 2.100, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas no Município de Araguari (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009 que estabelecia diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes locorregionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.601/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 3.767/GM/MS, de 1º de dezembro de 2010, que informa os municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) a serem contemplados com Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) referente ao ano de 2011;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MG), conforme Resolução nº 770/2011, de 16 de fevereiro de 2011, para implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h); e

Considerando a Proposta nº 16829.640000/1100-04 cadastrada no Sistema de Pagamentos - SISPAG do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente: Prefeitura Municipal de Araguari (MG), resolve:

Art. 1º Habilitar a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no respectivo porte na localidade relacionada no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência regular e automática do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Araguari (MG).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de investimentos na rede de serviços de Saúde, conforme programa de trabalho 10.302.1220.12L4.0001 do orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte-UPA	Quantitativo
Araguari	II	01

PORTARIA Nº 2.101, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e ao Município de Marília.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;

Considerando a Deliberação - CIB nº 003/2011, de 8 de fevereiro de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo; e

Considerando a Portaria nº 494/SAS/MS de 26 de agosto de 2011, que habilita a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Marília, como unidade em Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso financeiro anual no montante de R$ 1.359.791,10 (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil setecentos e noventa e um reais e dez centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e ao Município de Marília.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Marília - (CNES) - 2083116.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Marília, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade no Estado de São Paulo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 2.102, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e do Município de Votuporanga (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.601/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que estabelece as diretrizes para a implantação do componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24h da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências,

Considerando que o Município recebeu o repasse das 3 (três) parcelas referentes aos incentivos financeiros para investimento; e

Considerando a visita técnica pela Coordenação-Geral de Urgência e Emergência, do Departamento de Atenção Especializada, da Secretaria de Atenção à Saúde, no Município de Votuporanga (SP), no dia 30 de abril de 2011, resolve:

Art. 1º Estabelecer recursos no montante de R$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil reais) a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e do Município de Votuporanga (SP), na forma do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio e manutenção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Porte I no Município de Votuporanga (SP).

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Municipal de Saúde de Votuporanga (SP).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência maio de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	UPA I	Valor Anual
Votuporanga/SP	1	1.200.000,00
TOTAL		1.200.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.103, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do São Paulo e do Município de Araraquara (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.601/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que estabelece as diretrizes para a implantação do componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24h da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando que o Município recebeu o repasse das 3 (três) parcelas referentes aos incentivos financeiros para investimento; e

Considerando a visita técnica pela Coordenação-Geral de Urgência e Emergência, do Departamento de Atenção Especializada, da Secretaria de Atenção à Saúde, ao Município de Araraquara (SP), no dia 9 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Estabelecer recursos no montante de R$ 1.200.000,00 (um milhão, e duzentos mil reais) a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e do Município de Araraquara (SP), na forma do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio e manutenção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Porte I no Município de Araraquara (SP).

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Municipal de Saúde de Araraquara (SP).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência maio de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	UPA I	Valor Anual
Araraquara/SP	1	1.200.000,00
TOTAL		1.200.000,00

PORTARIA Nº 2.104, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Média e Alta Complexidade do Estado de Pernambuco e do Município de Recife (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 1.601/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que estabelece as diretrizes para a implantação do componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências;

Considerando que o Município recebeu o repasse das 3 (três) parcelas referentes aos incentivos financeiros para investimento; e

Considerando a visita técnica pela Coordenação-Geral de Urgência e Emergência, do Departamento de Atenção Especializada, da Secretaria de Atenção à Saúde, no Município de Recife (PE), no dia 29 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos financeiros, no montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Média e Alta Complexidade do Estado de Pernambuco e do Município de Recife (PE), na forma do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio e à manutenção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Porte III, no Município de Recife (PE).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco.

Art. 3º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	UPA 24h - Porte III	Valor Anual
Recife - UPA 24h	1	3.000.000,00
TOTAL		3.000.000,00

PORTARIA Nº 2.105, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Média e Alta Complexidade dos Estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará, Piauí e São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 495/SAS/MS, de 26 de agosto de 2011, que habilita Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante de R$ 5.313.888,00 (cinco milhões, trezentos e treze mil oitocentos e oitenta e oito reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual da Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, conforme Anexo.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 -Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Código	Município	Gestão	Tipo	Valor anual
AL	270210	Colônia Leopoldina	Municipal	CAPS I	261.648,00
BA	292840	Santa Rita de Cássia	Estadual	CAPS I	261.648,00
CE	230340	Carnaubal	Municipal	CAPS I	261.648,00
GO	521710	Piracanjuba	Municipal	CAPS I	261.648,00
GO	522160	Uruaçu	Municipal	CAPS I	261.648,00
MG	310930	Buritis	Municipal	CAPS I	261.648,00
MG	315080	Piranga	Estadual	CAPS I	261.648,00
PA	150130	Barcarena	Municipal	CAPS II	384.000,00
PA	150210	Cametá	Municipal	CAPS II	384.000,00
PA	150580	Portel	Municipal	CAPS I	261.648,00
PI	220770	Parnaíba	Municipal	CAPS II	384.000,00
SP	352690	Limeira	Municipal	CAPS II	384.000,00
SP	355030	São Paulo	Municipal	CAPSi	384.000,00
SP	355280	Taboão da Serra	Municipal	CAPSi	384.000,00
SP	355030	São Paulo	Municipal	CAPS II	122.352,00
SP	355030	São Paulo	Municipal	CAPS II	122.352,00
SP	354870	São Bernardo do Campo	Municipal	CAPS ad III (adulto)	336.000,00
SP	354870	São Bernardo do Campo	Municipal	CAPS ad III (infantil)	336.000,00
TOTAL GERAL					5.313.888,00

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA EXECUTIVA
DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 119, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde no uso de suas atribuições, consoante delegação que lhe foi conferida pela Portaria SE/MS nº 1.754/2004 e em conformidade com as disposições da IN/STN/MF nº. 1/1997, e suas modificações, observadas as disposições do Processo nº 25000.200256/2006-40, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, até 31/12/2011, o prazo de execução do Plano de Trabalho aprovado pela Portaria SE/MS nº. 588/2006 publicada no DOU nº , Seção 1, de 19/12/2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 120, DE 31 DE AGOSTO 2011

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde no uso de suas atribuições, consoante delegação que lhe foi conferida pela Portaria SE/MS nº 1.754/2004 e em conformidade com as disposições da IN/STN/MF nº. 1/1997, e suas modificações, observadas as disposições do Processo nº 25000.219800/2008-99, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, até 09/04/2014, o prazo de execução do Plano de Trabalho aprovado pela Portaria SE/MS nº. 763/2008 publicada no DOU nº 252, Seção 1, de 29/12/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÕES DE 5 DE AGOSTO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.003935/2010-79	CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA	392804.	00.773.639/0001-00	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	60000 (SESSENTA MIL REAIS)
25785.001121/2010-08	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deix. de garant. as coberts. obrigats. prevs. no art. 12 da Lei 9656 de 98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	80000 (OITENTA MIL REAIS)

ANDRÉ LUIS PEREIRA DUARTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÕES DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.012347/2009-92	SISTEMA GEBEMED DE SAÚDE LTDA	368130.	92.518.257/0001-58	atrasar, por prazo não superior a 30 dias ou encaminhar de forma incorreta as informações periódicas ou eventuais, devidas ou solicitadas, excetuadas as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependen (Art.20, caput da Lei 9.656)	Anulação do A.I nº 33.807. Arquivamento.
25785.009846/2010-36	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	66000 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)

ANDRÉ LUIS PEREIRA DUARTEChefe de

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÕES DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.058629/2010-30	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Impedir a partic. da benef. PSK em plan. de assist. à saúde. Art. 14 da Lei 9.656/98 p/ constat. da cond. prev. no art.62 da RN 124/06.	50.000,00 (Cinquenta mil reais)
25789.055424/2009-69	NOTRE DAME SEGURADORA S/A	006980.	62.498.803/0001-75	Deix. de gar. a cobert. da intern. da benef. EBM, no Prem. Resid. Hospit. Art.12, inc.II, alín. "a", da Lei 9.656/98.	A.I nº 32.340 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.022777/2010-16	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Negar cobert. p/ realiz. de tomogr. comput. de tór. a benef. SMN. Art.35-C da Lei 9.656/98, com penal. prev. no art.79 da RN 124/06.	100.000,00 (Cem mil reais)
25789.025269/2010-90	IRMANDADE DE MISERICORDIA DE AMERICANA	413313.	43.252.758/0001-20	Deix. de gar. cobert. p/ realiz. do proced. fulgur. c/ plas. de argôn. via retossigm., p/ tratam. do benef. AT. Art.12, inc.I, alín. "b' da Lei 9656/98.	48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)
25789.036189/2010-60	MEDICAL HEALTH OPERADORA DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA	337781.	52.565.587/0001-80	Deix. de gar. cobert. p/ realiz. de Resson. Nucl. Magn. da Col. Lomb.-Sacr., sess. de fisiot. e sess. de acupunt. a benef. Sra. ASS. Art.12, inc.I, alín."b", da Lei 9.656/98.	96.000,00 (Noventa e seis mil reais)
25789.067851/2009-90	ADVANCE PLANOS DE SAÚDE LTDA	335657.	02.041.808/0001-42	Deix. de gar. a cobert. p/ o exa. de PSA- antíg. Prostát. Espec. ao benef. PHSG. Art.25, da Lei 9.656/98.	32.000,00 (Trinta e dois mil reais)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.002297/2009-03	UNIMED JUNDIAI - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	303267.	56.727.134/0001-63	Reduzir a capac. de sua rede hosp. c/ a excl. do prest. Santa Casa de Misericórdia de Itatiba p/ atend. Art.17, § 4º da Lei 9.656/98.	A.I nº 29.661 anulado por improcedência. Arquivamento.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO- RDC Nº 39, DE 2 DE SETEMBRO DE 2010

Aprova a Farmacopeia Homeopática Brasileira, terceira edição e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria Nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda o que consta do art. 7º inciso XIX da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, em reunião realizada em 31 de setembro de 2011, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1° Fica aprovada a Farmacopeia Homeopática Brasileira, 3ª edição.

Art. 2° É vedada a impressão, distribuição, reprodução ou venda da Farmacopeia Homeopática Brasileira, 3ª edição sem a prévia e expressa anuência da ANVISA.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, a Anvisa disponibilizará gratuitamente em seu endereço eletrônico cópia da terceira edição da Farmacopeia Homeopática Brasileira e de suas atualizações.

Art. 3º As correções que se fizerem necessárias no conteúdo da Farmacopeia Homeopática Brasileira, 3ª edição serão publicadas por meio de erratas.

Art. 4º As inclusões de novas monografias, métodos gerais e textos na Farmacopeia Homeopática Brasileira, 3ª edição serão publicadas por meio de suplementos.

Art. 5º Ficam revogadas todas as monografias e métodos gerais das edições anteriores da Farmacopeia Homeopática Brasileira.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor noventa (90) dias após a sua publicação.

DIRCEU BRAS APARECIDO BARBANO

RETIFICAÇÃO

No DOU n° 171, de 5 de setembro de 2011, seção 1, pág. 87 e em suplemento,113

ONDE SE LÊ:

"RESOLUÇÃO - RE N° 3.944, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011"

LEIA-SE:

"RESOLUÇÃO - RE N° 3.994, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011"

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E CONTROLE DE INSUMOS, MEDICAMENTOS E PRODUTOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Gerente-Geral, de 18 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 160, de 19 de agosto de 2011, Seção 1 pág. 124.

Onde se lê:

EMPRESA: VIGODENT S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
25351.294915/2007-00 - AIS: 084/2007 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência

Leia-se:

EMPRESA: VIGODENT S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
25351.294915/2007-00 - AIS: 084/2007 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no Valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais)

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 375, DE 27 DE JULHO DE 2011(*)

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 2.073/GM/MS, de 28 de setembro de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, a ser implantada em todas as unidades federadas;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 587, de 07 de outubro de 2004, que trata da organização e definição das Redes Estaduais de Atenção à Saúde Auditiva e estabelece as normas específicas de credenciamento dos serviços;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 589, de 08 de outubro de 2004, que trata dos mecanismos para operacionalização dos procedimentos de atenção à saúde auditiva no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS;

Considerando a Pactuação da Comissão Intergestores Bipartite - Resolução n° 069/10 - CIB/AP, em 03 de setembro de 2010, que homologa o Credenciamento do Serviço de Atenção à Saúde Auditiva do Estado do Amapá no Centro de Reabilitação do Amapá - CREAP; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade/DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º - Habilitar, como Serviço de Atenção à Saúde Auditiva na Média Complexidade, o estabelecimento a seguir relacionado:

CNES	CNPJ	Nome Fantasia/ Razão Social//Município
2019655	23.086.176/0020-76	SES AP CENTRO DE REABILITACAO DO AMAPA/SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO AMAPA/ Macapá - AP

Art. 2º - Estabelecer que o custeio do impacto financeiro gerado por esta alteração corra por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados no teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou Município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 145, de 29-7-2011, seção 1, pág 171, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 508, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 2 11 11 MG 15
II - denominação: Fundação Hilton Rocha/ Soebras;
III - CGC: 19.266.675/0001-05;
IV - CNES: 2200414;
V - endereço: Av. Jose do Patrocinio Pontes nº 1355 - Mangabeiras - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.210-090.

Art. 2º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos à equipe de saúde abaixo identificada:

CÓRNEA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 11 MG 26
II - responsável técnico: Anna Christina Higino Rocha, Oftalmologista, CRM 30953.

Art. 3º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

CÓRNEA: 24.07
GOIÁS

I - Nº do SNT: 2 11 07 GO 04
II - denominação: Hospital e Maternidade Vila Nova
III - CGC: 01.615.319/0001-94
IV - CNES: 2338378;
V- endereço: Rua 225 nº 158 - Vila Nova - Goiânia/GO - CEP: 74.645-170

Art. 4º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:

FÍGADO: 24.09
BAHIA

I - Nº do SNT: 2 02 03 BA 01
II - denominação: Monte Tabor - Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitaria - Hospital São Rafael
III - CGC: 13.926.639/0001-44;
IV - CNES: 0003808;
V- endereço: Av. São Rafael nº 2152 - São Marcos - Salvador/BA - CEP: 41.253-190.

Art. 5º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos às equipes de saúde abaixo identificadas:

CÓRNEA: 24.07
GOIÁS

I - Nº do SNT 1 11 07 GO 04
II - responsável técnico: Rejane Carvalho Aires, Oftalmologista, CRM 10393;
III - membro: Pedro Paulo Caiado Canedo, Oftalmologista, CRM 10273;
IV - membro: Luiz Carlos Assumpção da Costa Gonçalves, Oftalmologista, CRM 8016.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 09 MG 02
II - responsável técnico: Leonardo Rodrigues Pereira, Oftalmologista, CRM 28876;
III - membro: Joel Edmur Boteon, Oftalmologista, CRM 9001;
IV - membro: Wagner Gomes Dias, Oftalmologista, CRM 35655;
IV - membro: Márcia Lopes da Costa Foureaux, Oftalmologista, CRM 42390.

I - Nº do SNT 1 11 02 MG 29
II - responsável técnico: Rogério de Almeida Tárcia, Oftalmologista, CRM 30459.

Art. 6º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos às equipes de saúde abaixo identificadas:

FÍGADO: 24.09
BAHIA

I - Nº do SNT 1 02 03 BA 01
II - responsável técnico: Paulo Cesar Galvão do Amaral, Cirurgião Geral, CRM 8609;
III - membro: André Castro Lyra, Gastrohepatologista, CRM 13345;
IV - membro: Eduardo Lorens Braga, Gastrohepatologista, CRM 12826;
V - membro: Elias Luciano Quinto de Souza, Cirurgião Geral, CRM 10741;
VI - membro: Eric Ettinger Menezes Junior, Cirurgião Geral, CRM 15677;
VII - membro: Euler de Medeiros Ázaro Filho, Cirurgião Geral, CRM 8650;
VIII - membro: Luiz Guilherme Costa Lyra, Gastrohepatologista, CRM 1980;
IX - membro: Paula Marcia Coelho da S. Gomes, Anestesiologista, CRM 11954;
X - membro: Carlos Hohlenwerger Tavares, Anestesiologista, CRM 9105;
XI - membro: Bruno Gusmão de Oliveira, Anestesiologista, CRM 18674;
XII - membro: Daniel Regis, Anestesiologista, CRM 18692;
XIII - membro: Diogo Medeiros Bahia, Anestesiologista, CRM 16575;
XIV - membro: Eduardo Biscarde, Anestesiologista, CRM 17104;
XV - membro: Guilherme Campos, Anestesiologista, CRM 18716;
XVI - membro: Jorge Reis Pinheiro Lemos, Cirurgião Geral, CRM 14013;
XVII - membro: Rodrigo Leal Alves, Anestesiologista, CRM 14068;
XVIII - membro: Rodolfo Carvalho Santana, Cirurgião do Aparelho Digestivo, CRM 15879.

Art. 7º - Estabelecer que as renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta Portaria, em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 8º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 509, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997; e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Incluir na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 756, de 30 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 251 de 31 de dezembro de 2010, Seção 1, página 114, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 02 10 SC 08:

FIGADO: 24.09
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 02 10 SC 08
II - membro: Júlio Cesar Wiederkehr, Cirurgião do aparelho digestivo, CRM 8927.

Art. 2º - Incluir na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 155, de 06 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 65 de 07 de abril de 2010, Seção 1, página 41, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 11 01 PR 22:

CÓRNEA: 24.07
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 01 PR 22
II - membro: Maria Cecilia Duarte Barros, Oftalmologia, CRM 19675;
III - membro: Raquel Nercolini Faoro, Oftalmologia, CRM 22330.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 510, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997; e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 202, de 23 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 77 de 26 de abril de 2010, Seção 1, página 50, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 12 10 MG 02:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.15
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 12 10 MG 02
VII - membro: Marcelo Bueno Pereira, Ortopedista, CRM 32868.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 511, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria n° 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento;

Considerando a Portaria n° 3.043/GM/MS, de 03 de dezembro de 2009, que estabelece recursos a serem disponibilizados aos Estados referentes a revisão da Portaria n° 2.867/GM/MS, de 27 de novembro de 2009; e

Considerando a Resolução CIB/PE nº 1.534, de 19 de outubro de 2010, resolve:

Art. 1º - Alocar nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade - MAC, o valor anual de R$ 382.181,28 nos municípios em gestão plena e na parcela sob gestão estadual do estado de Pernambuco, conforme os montantes relacionados no Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Instruir que a distribuição de recurso, concedido por meio desta Portaria, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 1º da Portaria nº 3.043/GM/MS, de 03 de dezembro de 2009, não acarretará impacto financeiro.

Art. 3º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para os Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585-0026 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade no estado de Pernambuco.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

COD. MUN.	MUNICÍPIO	Valor
260000	GESTÃO ESTADUAL PE	(696.162,62)
260170	BELO JARDIM	2.166,60
260190	BEZERROS	(15.033,30)
260200	BODOCO	(7.328,61)
260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	24.691,60
260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	(30.714,85)
260345	CAMARAGIBE	(8.505,62)
260410	CARUARU	41.660,48
260450	CHA GRANDE	(148,19)
260600	GARANHUNS	28.948,28
260640	GRAVATA	(9.534,60)
260680	IGARASSU	(20.104,58)
260765	ITAMBE	(3.391,60)
260790	JABOATAO DOS GUARARAPES	275.129,72
260860	LAGOA DO OURO	1.569,20
260890	LIMOEIRO	14.124,40
260940	MORENO	12.497,86
260960	OLINDA	45.382,23
261000	PALMARES	(2.539,58)
261070	PAULISTA	43.751,77
261080	PEDRA	120.150,20
261090	PESQUEIRA	7.746,00
261110	PETROLINA	249.209,53
261160	RECIFE	170.303,74
261170	RIACHO DAS ALMAS	(5.662,10)
261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	(661,10)
261320	SAO JOAO	28.604,24
261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	399,73
261450	SURUBIM	114.981,45
261620	VERTENTES	651,00
TOTAL		382.181,28

PORTARIA Nº 512, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria n° 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204 GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pelo Ofício nº. 1.777/2011, da Secretaria de Estado da Saúde do Ceará, de 29 de julho de 2011 e Resolução CIB/CE nº 161, de 29/07/2011, resolve:

Art. 1º Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do estado da Ceará, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$1.045.223.425,68, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	176.147.881,03	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	841.828.543,65	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	27.247.001,00	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas -CEO, no valor de R$8.448.000,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$7.830.000,00.

§ 3º O estado e municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º Instruir que o remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto no teto financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585-0023 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de agosto de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO CEARÁ - AGOSTO/2011

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	74.425.946,03
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	0,00
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	101.721.935,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	176.147.881,03

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO CEARÁ - AGOSTO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
230010	ABAIARA	229.591,97	0,00	143.782,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373.373,97
230015	ACARAPE	154.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.380,00
230020	ACARAU	2.711.755,00	341.748,00	239.265,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.292.768,00
230030	ACOPIARA	3.035.068,00	206.011,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.320.279,00
230040	AIUABA	451.273,00	0,00	51.532,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502.805,00
230050	ALCANTARAS	90.214,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.214,00
230060	ALTANEIRA	98.271,00	1.789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.060,00
230070	ALTO SANTO	738.370,00	22.822,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840.392,00
230075	AMONTADA	1.279.438,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.279.438,00
230080	ANTONINA DO NORTE	158.408,00	4.292,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.700,00
230090	APUIARES	279.345,00	0,00	86.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.345,00
230100	AQUIRAZ	2.232.709,00	829,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.312.738,00
230110	ARACATI	4.292.968,00	624.292,00	357.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.274.597,00
230120	ARACOIABA	1.986.603,70	735.114,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.721.717,70
230125	ARARENDA	314.458,00	9.128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.586,00
230130	ARARIPE	1.186.280,00	24.924,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.290.404,00
230140	ARATUBA	297.332,00	0,00	56.862,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.194,00
230150	ARNEIROZ	251.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251.625,00
230160	ASSARE	938.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	938.058,00
230170	AURORA	1.430.266,00	37.924,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.468.190,00
230180	BAIXIO	288.269,00	16.148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.417,00
230185	BANABUIU	446.240,00	0,00	128.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574.970,00
230190	BARBALHA	13.521.109,00	20.191.050,00	2.828.474,00	156.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.696.633,00
230195	BARREIRA	380.327,00	31.872,00	61.727,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	473.926,00
230200	BARRO	529.351,00	0,00	103.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	633.350,00
230205	BARROQUINHA	342.946,00	0,00	108.379,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	451.325,00
230210	BATURITE	1.800.849,00	864.514,00	375.229,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.040.592,00
230220	BEBERIBE	1.563.512,00	1.602,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.565.114,00
230230	BELA CRUZ	1.232.350,00	0,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.311.550,00
230240	BOA VIAGEM	2.272.903,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.272.903,62
230250	BREJO SANTO	4.636.025,00	3.412.333,00	369.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.417.958,00
230260	CAMOCIM	4.183.599,00	521.837,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.784.636,00
230270	CAMPOS SALES	927.099,00	76.583,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.003.682,00
230280	CANINDE	5.004.521,00	1.909.325,00	797.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.711.376,00
230290	CAPISTRANO	753.544,00	11.896,00	33.397,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	798.837,00
230300	CARIDADE	521.540,00	0,00	91.675,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613.215,95
230310	CARIRE	661.810,00	3.325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	665.135,00
230320	CARIRIACU	1.006.819,00	0,00	181.381,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188.200,00
230330	CARIUS	761.440,00	3.450,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	844.090,00
230340	CARNAUBAL	683.591,00	0,00	48.538,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732.129,00
230350	CASCAVEL	4.006.681,00	588.357,00	199.062,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.794.100,00
230360	CATARINA	708.739,67	0,00	170.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	878.974,67
230365	CATUNDA	364.343,00	0,00	11.764,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376.107,00
230370	CAUCAIA	9.961.632,00	1.556.216,00	359.886,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.877.734,00
230380	CEDRO	1.399.132,13	87.692,00	146.638,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.633.462,13
230390	CHAVAL	541.392,00	8.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	549.442,00
230393	CHORO	383.493,00	0,00	29.196,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	412.689,00
230395	CHOROZINHO	576.765,00	0,00	94.803,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	671.568,00
230400	COREAU	808.687,00	17.134,00	153.407,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	979.228,00
230410	CRATEUS	5.827.956,00	1.653.001,00	290.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.771.357,00
230420	CRATO	12.347.487,00	5.989.579,00	446.078,00	307.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.090.944,00
230423	CROATA	563.682,00	0,00	30.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	594.350,00
230425	CRUZ	1.591.719,07	70.669,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.741.588,07
230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	363.691,00	0,00	19.674,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383.365,00
230427	ERERE	156.635,00	0,00	40.587,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.222,00
230428	EUSEBIO	2.513.216,00	212.229,00	184.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.910.245,00
230430	FARIAS BRITO	941.240,11	2.316,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.022.756,11
230435	FORQUILHA	480.737,00	0,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	586.337,00
230440	FORTALEZA	341.422.415,00	100.306.123,00	48.077.268,00	30.950.558,00	101.721.935,00	0,00	27.247.001,00	0,00	391.787.428,00
230445	FORTIM	462.042,00	0,00	68.901,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530.943,00
230450	FRECHEIRINHA	347.539,00	0,00	28.032,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375.571,00
230460	GENERAL SAMPAIO	105.596,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.596,00
230465	GRACA	59.499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.499,00
230470	GRANJA	1.797.987,00	3.604,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.801.591,00
230480	GRANJEIRO	87.512,00	0,00	139.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.712,00
230490	GROAIRAS	173.826,00	0,00	21.636,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.462,00
230495	GUAIUBA	401.612,00	0,00	190.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	592.202,00
230500	GUARACIABA DO NORTE	1.526.169,00	4.398,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.609.767,00
230510	GUARAMIRANGA	141.771,00	7.045,00	32.937,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.753,00
230520	HIDROLANDIA	465.772,00	0,00	22.637,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	488.409,00
230523	HORIZONTE	2.495.750,00	19.331,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.620.681,00
230526	IBARETAMA	446.229,00	0,00	33.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	479.701,00
230530	IBIAPINA	1.152.021,00	56.943,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208.964,00
230533	IBICUITINGA	282.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282.650,00
230535	ICAPUI	733.535,00	0,00	101.027,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	834.562,00
230540	ICO	4.719.704,00	537.763,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.363.067,00
230550	IGUATU	8.916.263,00	1.796.598,00	309.528,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.022.389,00
230560	INDEPENDENCIA	902.722,00	344.473,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.247.195,00
230565	IPAPORANGA	375.892,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375.892,00
230570	IPAUMIRIM	363.833,00	4.315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	368.148,00
230580	IPU	3.342.715,00	425.590,00	236.692,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.004.997,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

230590	IPUEIRAS	1.774.892,00	6.283,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.781.175,00
230600	IRACEMA	716.959,00	13.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	730.564,00
230610	IRAUCUBA	812.111,00	0,00	46.827,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	858.938,00
230620	ITAICABA	182.903,00	0,00	28.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.711,00
230625	ITAITINGA	903.376,00	21.957,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.030.933,00
230630	ITAPAGE	1.920.398,00	19.067,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.939.465,00
230640	ITAPIPOCA	5.827.472,00	2.030.170,00	1.114.039,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.971.681,00
230650	ITAPIUNA	641.174,00	0,00	37.456,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.630,00
230655	ITAREMA	1.618.386,27	7.391,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.625.777,27
230660	ITATIRA	364.188,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364.188,00
230670	JAGUARETAMA	654.543,00	0,00	43.963,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	698.506,00
230680	JAGUARIBARA	261.858,00	4.658,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266.516,00
230690	JAGUARIBE	1.925.316,00	14.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.939.580,00
230700	JAGUARUANA	1.266.559,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266.559,00
230710	JARDIM	1.232.731,24	34.571,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.267.302,24
230720	JATI	600.190,00	0,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	705.790,00
230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	514.654,00	0,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	593.854,00
230730	JUAZEIRO DO NORTE	16.337.702,00	1.823.231,00	105.600,00	615.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.882.133,00
230740	JUCAS	1.177.488,00	70.535,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.248.023,00
230750	LAVRAS DA MANGABEIRA	1.920.329,00	26.110,00	127.170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.609,00
230760	LIMOEIRO DO NORTE	3.655.439,00	1.357.308,00	213.802,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.226.549,00
230763	MADALENA	489.004,00	0,00	41.819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530.823,00
230765	MARACANAU	17.318.386,00	2.520.309,00	806.373,00	3.240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.885.068,00
230770	MARANGUAPE	5.343.606,00	115.109,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.537.915,00
230780	MARCO	1.384.569,00	29.376,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413.945,00
230790	MARTINOPOLE	296.521,00	0,00	56.342,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352.863,00
230800	MASSAPE	837.246,00	6.635,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	923.081,00
230810	MAURITI	2.262.434,00	0,00	254.619,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.517.053,00
230820	MERUOCA	296.178,00	0,00	43.053,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339.231,00
230830	MILAGRES	912.696,00	0,00	60.268,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	972.964,00
230835	MILHA	424.078,00	0,00	43.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.853,00
230837	MIRAIMA	251.756,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251.756,00
230840	MISSAO VELHA	900.698,00	3.482,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	983.380,00
230850	MOMBACA	1.633.880,00	1.193,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.635.073,00
230860	MONSENHOR TABOSA	906.741,00	23.812,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.009.753,00
230870	MORADA NOVA	4.034.757,00	16.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.051.693,00
230880	MORAUJO	230.264,68	0,00	28.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.164,68
230890	MORRINHOS	513.477,00	732,00	91.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	606.195,00
230900	MUCAMBO	635.167,00	400.916,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036.083,00
230910	MULUNGU	302.589,00	0,00	43.819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.408,00
230920	NOVA OLINDA	295.212,00	0,00	38.732,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	333.944,00
230930	NOVA RUSSAS	1.547.915,00	9.005,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.636.120,00
230940	NOVO ORIENTE	977.848,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	977.848,00
230945	OCARA	739.536,00	0,00	128.459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	867.995,00
230950	OROS	1.289.375,11	8.223,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.297.598,11
230960	PACAJUS	1.596.155,00	88.584,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.684.739,00
230970	PACATUBA	2.153.498,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.153.498,00
230980	PACOTI	358.165,00	12.219,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.384,00
230990	PACUJA	36.213,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.213,00
231000	PALHANO	223.479,00	0,00	42.759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266.238,00
231010	PALMACIA	313.657,00	0,00	10.578,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	324.235,00
231020	PARACURU	1.323.618,00	96.452,00	173.825,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.593.895,00
231025	PARAIPABA	1.106.898,00	0,00	124.313,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.231.211,00
231030	PARAMBU	2.314.991,00	0,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.394.191,00
231040	PARAMOTI	308.746,00	0,00	37.363,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.109,00
231050	PEDRA BRANCA	2.288.975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.288.975,00
231060	PENAFORTE	294.236,27	0,00	165.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	459.836,27
231070	PENTECOSTE	3.586.666,00	49.409,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.636.075,00
231080	PEREIRO	663.137,00	5.527,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668.664,00
231085	PINDORETAMA	558.459,00	2.791,00	72.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	633.930,00
231090	PIQUET CARNEIRO	510.326,00	0,00	34.515,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	544.841,00
231095	PIRES FERREIRA	138.565,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.565,00
231100	PORANGA	513.108,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	513.108,00
231110	PORTEIRAS	438.250,00	0,00	135.283,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.533,00
231120	POTENGI	236.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	236.242,00
231123	POTIRETAMA	165.882,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.882,00
231126	QUITERIANOPOLIS	482.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482.187,00
231130	QUIXADA	6.275.314,00	2.011.806,00	729.064,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.016.184,00
231135	QUIXELO	546.649,00	5.086,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.935,00
231140	QUIXERAMOBIM	4.966.150,00	184.463,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.229.813,00
231150	QUIXERE	500.325,00	0,00	61.328,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	561.653,00
231160	REDENCAO	1.764.413,00	493.244,00	328.511,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.586.168,00
231170	RERIUTABA	526.458,00	0,00	58.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	584.462,00
231180	RUSSAS	4.717.035,00	1.025.899,00	337.415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.080.349,00
231190	SABOEIRO	599.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	599.290,00
231195	SALITRE	509.696,00	0,00	118.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	628.066,00
231200	SANTANA DO ACARAU	1.881.841,44	5.180,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.966.221,44
231210	SANTANA DO CARIRI	318.430,00	1.213,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425.243,00
231220	SANTA QUITERIA	1.993.655,00	25.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.019.641,00
231230	SAO BENEDITO	2.162.654,00	119.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.281.954,00
231240	SAO GONCALO DO AMARANTE	1.412.424,00	13.605,00	184.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.610.829,00
231250	SAO JOAO DO JAGUARIBE	151.633,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.633,00
231260	SAO LUIS DO CURU	381.083,00	0,00	43.473,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424.556,00
231270	SENADOR POMPEU	2.028.009,00	217.301,00	208.413,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.453.723,00
231280	SENADOR SA	10.966,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.966,00
231290	SOBRAL	31.631.495,00	32.399.446,00	6.328.982,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.359.923,00
231300	SOLONOPOLE	637.016,81	0,00	127.437,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	764.453,81
231310	TABULEIRO DO NORTE	1.275.709,00	262.673,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.538.382,00
231320	TAMBORIL	2.482.409,61	1.226,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.562.835,61
231325	TARRAFAS	248.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.187,00
231330	TAUA	3.721.900,00	767.474,00	184.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.674.174,00
231335	TEJUCUOCA	433.359,00	0,00	54.396,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487.755,00
231340	TIANGUA	3.930.980,00	1.241.012,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.171.992,00
231350	TRAIRI	1.752.138,00	1.165,00	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.832.503,00
231355	TURURU	389.556,00	0,00	54.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	443.876,00
231360	UBAJARA	1.367.422,00	23.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.390.525,00
231370	UMARI	296.712,00	0,00	23.008,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.720,00
231375	UMIRIM	382.243,00	0,00	154.459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536.702,00
231380	URUBURETAMA	812.693,00	0,00	107.442,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920.135,00
231390	URUOCA	250.989,00	2.286,00	29.795,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283.070,00
231395	VARJOTA	426.520,00	0,00	56.412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482.932,00
231400	VARZEA ALEGRE	2.603.544,00	24.667,00	95.361,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.723.572,00
231410	VICOSA DO CEARA	2.629.223,00	3.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.632.726,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										841.828.543,65

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO CEARÁ - AGOSTO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	230440 - FORTALEZA	MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	2481286	0	10-01-2006	12.495.873,00
Municipal	230440 - FORTALEZA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO	2561492	0	10-01-2006	14.751.128,00
TOTAL						27.247.001,00

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO CEARÁ - AGOSTO/2011

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS)						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qualserão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL DR. CARLOS ALBERTO STUDART GOMES	2479214	01	05-10-2010	FES	23.211.464,00
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL SAÚDE MENTAL DE MESSEJANA	2480026	01	05-10-2010	FES	2.071.740,00
230440 - FORTALEZA	CENTRO DE SAÚDE ESCOLA MEIRELES	2481472	01	05-10-2010	FES	445.850,00
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	2497654	01	05-10-2010	FES	23.197.785,00
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL DR. CÉSAR CALS	2499363	01	05-10-2010	FES	20.725.345,00
230440 - FORTALEZA	INSTITUTO PREVENÇÃO DO CÂNCER	2561379	01	05-10-2010	FES	2.461.923,00
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL SÃO JOSÉ DE DOENÇAS INFECCIOSAS	2561417	01	05-10-2010	FES	3.848.253,00
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN	2563681	01	05-10-2010	FES	22.280.528,00
230440 - FORTALEZA	CENTRO INTEGRADO DIABETES HIPERTENSÃO	2611775	01	05-10-2010	FES	1.165.212,00
230440 - FORTALEZA	CENTRO ESPECIALIZADO EM ODONTOLOGIA CENTRO	2704404	01	05-10-2010	FES	1.345.267,00
230440 - FORTALEZA	CENTRO ESPECIALIZADO EM DERMATOLOGIA DONA LIBÂNIA	2723158	01	05-10-2010	FES	968.568,00
TOTAL						101.721.935,00

RETIFICAÇÕES

No Art. 1º da Portaria SAS/MS nº 461 de 13 de Setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 177, de 15 de setembro de 2010, Seção 1, página 107,

ONDE SE LÊ:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07/24.06
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 11 01 SC 05
II - denominação: Centro Integrado de Oftalmologia - CIOFT;
III - CGC: 02.145.908/0001-19
IV - CNES: 3321452;
V- endereço: Rua Alves de Brito, nº 209 - Centro - Florianópolis -SC - CEP: 88.015-440

LEIA-SE:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07/24.06
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 11 01 SC 05
II - denominação: Centro Integrado de Oftalmologia - CIOFT;
III - CGC: 02.145.908/0001-19
IV - CNES: 3321452;
V- endereço: Servidão Missão Jovem S/N - Centro - Florianópolis - SC - CEP: 88.020-025

No Art. 8º da Portaria SAS/MS nº 336, de 14 de Julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 135, de 15 de Julho de 2011, Seção 1, página 57,

ONDE SE LÊ:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 1 21 11 DF 03
II - responsável técnico: Rodolfo Hernane Kameo, Hematologista, CRM 15304;
III - membro: Paulo Henrique Alves Soares, Hematologista, CRM 14216.

LEIA-SE:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 1 21 11 DF 03
II - responsável técnico: Rodolfo Ernani Kameo, Hematologista, CRM 15304;
III - membro: Paulo Henrique Alves Soares, Hematologista, CRM 14216.

No Art. 10, da Portaria SAS/MS nº 756 de 30 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 251, de 31 de Dezembro de 2010, Seção 1, pagina 115,

ONDE SE LÊ:

TECIDO MUSCULOESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 10 SP 43
II- responsável técnico: Mário Ferreti, ortopedista, CRM 89990;
III- membro: Mário Ferreti, ortopedista, CRM 89990.

LEIA-SE:

TECIDO MUSCULOESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 10 SP 43
II- responsável técnico: Mário Ferreti, ortopedista, CRM 89990;
III- membro: Amâncio Ramalho Junior, ortopedista, CRM 34182;
VI- membro: Mauricio Pegoraro, ortopedista, CRM 74137.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 5 de setembro de 2011

Processo nº 25000.119237/2011-55
Interessado: MARTOS & MATOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARTOS & MATOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.414.004/0001-68, em UBERABA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118825/2011-71
Interessado: FARMACIA DROGALAR DE BOTUCATU LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DROGALAR DE BOTUCATU LTDA, CNPJ nº 53.205.282/0001-20, em BOTUCATU /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.129485/2011-12
Interessado: ZUNARELLI & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ZUNARELLI & CIA LTDA, CNPJ nº 72.204.456/0001-84, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119956/2011-76
Interessado: A SOARES OLIVEIRA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A SOARES OLIVEIRA, CNPJ nº 12.088.423/0001-94, em CIDELANDIA /MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119097/2011-15
Interessado: VALQUIRIA DONIZETI LEME DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VALQUIRIA DONIZETI LEME DROGARIA - ME, CNPJ nº 13.172.591/0001-26, em IGARAPAVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118836/2011-51
Interessado: FERNANDES & CASTILHO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERNANDES & CASTILHO LTDA - ME, CNPJ nº 09.544.266/0001-70, em CACOAL /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.129493/2011-51
Interessado: DROGARIA REAL DE JACAREPAGUA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA REAL DE JACAREPAGUA LTDA-ME, CNPJ nº 12.445.372/0001-00, em RIO DE JANEIRO /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119205/2011-50
Interessado: FAVERO & ANTONINI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FAVERO & ANTONINI LTDA, CNPJ nº 55.246.847/0001-42, em GUARIBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119248/2011-35
Interessado: REINALDO STEFANI NETO - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REINALDO STEFANI NETO - EPP, CNPJ nº 01.853.857/0001-17, em CONCHAL /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119975/2011-01
Interessado: DROGARIA COLATINA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da do-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cumentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COLATINA LTDA ME, CNPJ nº 13.439.289/0001-91, em COLATINA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119243/2011-11
Interessado: WILSON NOVATO DA SILVA & CIA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WILSON NOVATO DA SILVA & CIA LTDA., CNPJ nº 02.871.906/0001-07, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119034/2011-69
Interessado: CLEITON ROGERIO TONEZE SUMARE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLEITON ROGERIO TONEZE SUMARE - ME, CNPJ nº 03.701.154/0001-07, em SUMARE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118687/2011-21
Interessado: DROGARIA IPIRANGA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IPIRANGA LTDA ME, CNPJ nº 12.987.571/0001-40, em LINHARES /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119849/2011-48
Interessado: FARMACIA OSVALDO CRUZ LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA OSVALDO CRUZ LTDA, CNPJ nº 05.718.218/0001-08, em ICO /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118341/2011-22
Interessado: CRISTIANO C N DA CRUZ E CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CRISTIANO C N DA CRUZ E CIA LTDA, CNPJ nº 71.501.084/0001-95, em CORONEL FABRICIANO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118670/2011-73
Interessado: G. P. SILOTE FARMACIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G. P. SILOTE FARMACIA ME, CNPJ nº 09.186.965/0001-95, em LINHARES /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118285/2011-26
Interessado: FARMACIA MORAES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MORAES LTDA, CNPJ nº 15.042.385/0001-27, em ITAPORANGA D'AJUDA /SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.129501/2011-69
Interessado: DROGARIA LIDERANCA CENTRAL DE NITEROI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LIDERANCA CENTRAL DE NITEROI LTDA ME, CNPJ nº 12.162.222/0001-90, em NITEROI /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119817/2011-42
Interessado: CORREIA E TEODORO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CORREIA E TEODORO LTDA, CNPJ nº 04.286.217/0001-60, em COLORADO DO OESTE /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118725/2011-45
Interessado: LUTZ & LUTZ LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUTZ & LUTZ LTDA ME, CNPJ nº 74.535.311/0001-91, em PORTO FERREIRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118596/2011-95
Interessado: MARIA LUCILEIDE N OLIVEIRA -EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA LUCILEIDE N OLIVEIRA -EPP, CNPJ nº 00.254.258/0001-14, em PETROLINA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118298/2011-03
Interessado: J. MIYAOKA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. MIYAOKA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 01.020.018/0001-18, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119015/2011-32
Interessado: FARMACIA E DROGARIA EDUARDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA EDUARDA LTDA - ME, CNPJ nº 01.803.087/0001-06, em JOINVILLE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119858/2011-39
Interessado: ADRIANA SHIZUKO MIYAHIRA - ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ADRIANA SHIZUKO MIYAHIRA - ME., CNPJ nº 05.461.399/0001-21, em ITAPORANGA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119827/2011-88
Interessado: BATISTA SMANIOTTO & BARBOSA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BATISTA SMANIOTTO & BARBOSA LTDA - ME, CNPJ nº 08.109.695/0001-56, em PLANALTINA DO PARANA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.129515/2011-82
Interessado: MARQUES ANDRADE & OLIVEIRA FERNANDES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARQUES ANDRADE & OLIVEIRA FERNANDES LTDA, CNPJ nº 10.383.110/0001-33, em LUZIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119254/2011-92
Interessado: GAUDENCIO RAMOS DE OLIVEIRA CPF 035.785.806-94 ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GAUDENCIO RAMOS DE OLIVEIRA CPF 035.785.806-94 ME, CNPJ nº 04.999.802/0001-08, em PIRAPORA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119888/2011-45
Interessado: FERRI, HICKMANN & CIA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERRI, HICKMANN & CIA LTDA., CNPJ nº 03.424.898/0001-13, em LAGOA VERMELHA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119087/2011-80
Interessado: DROGARIA HAYDUK LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA HAYDUK LTDA ME, CNPJ nº 11.759.384/0001-47, em SAO MIGUEL DO OESTE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118661/2011-82
Interessado: JOSE FILHO DA SILVA FARMACIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE FILHO DA SILVA FARMACIA, CNPJ nº 11.332.315/0001-52, em COREMAS /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118741/2011-38
Interessado: A & A CENTER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A & A CENTER LTDA - ME, CNPJ nº 05.313.984/0001-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

84, em BOCAINA DO SUL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118843/2011-53
Interessado: A DE MOURA CERQUEIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A DE MOURA CERQUEIRA ME, CNPJ nº 13.036.927/0001-23, em UBAITABA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.129505/2011-47
Interessado: FARMACIA FARMINAS LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA FARMINAS LTDA-ME, CNPJ nº 11.504.554/0001-42, em RIO DAS FLORES /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118332/2011-31
Interessado: FARMACIA VILA OPERARIA DE NOVA IGUACU LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VILA OPERARIA DE NOVA IGUACU LTDA ME, CNPJ nº 13.516.981/0001-76, em NOVA IGUACU /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119810/2011-21
Interessado: SOLUFARMA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOLUFARMA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ nº 12.308.181/0001-05, em MARAU /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119079/2011-33
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA NOROESTE DE ANDRADINA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA NOROESTE DE ANDRADINA LTDA ME, CNPJ nº 54.193.354/0001-29, em ANDRADINA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119986/2011-82
Interessado: DROGARIA CATARINA MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CATARINA MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.283.185/0001-42, em NOVO GAMA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119914/2011-35
Interessado: CRISTIANO ALBERTO FAZOLO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CRISTIANO ALBERTO FAZOLO, CNPJ nº 07.174.157/0001-82, em ITUETA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118692/2011-33
Interessado: PHARMACIA FABIANI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PHARMACIA FABIANI LTDA, CNPJ nº 37.030.293/0001-60, em TRINDADE /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119946/2011-31
Interessado: PRADO & SCUDELETI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRADO & SCUDELETI LTDA - ME, CNPJ nº 04.352.962/0001-60, em IGARACU DO TIETE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119991/2011-95
Interessado: DROGARIA SAO GERALDO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO GERALDO LTDA ME, CNPJ nº 06.294.259/0001-79, em COROMANDEL /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119874/2011-21
Interessado: STRINGARI FARMACIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa STRINGARI FARMACIA LTDA, CNPJ nº 12.086.314/0001-38, em POUSO REDONDO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118679/2011-84
Interessado: EDUARDO DE ANDRADE TURBINO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDUARDO DE ANDRADE TURBINO ME, CNPJ nº 11.784.713/0001-00, em ESTIVA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118603/2011-59
Interessado: FARMACIA PIRES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PIRES LTDA ME, CNPJ nº 02.604.896/0001-43, em BODOCO /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.129510/2011-50
Interessado: DROGARIA BRIGHENTE SALES LTDA.-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BRIGHENTE SALES LTDA.-ME, CNPJ nº 10.818.181/0001-11, em SALES /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118702/2011-31
Interessado: MAIANA SOUZA SANTOS-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAIANA SOUZA SANTOS-ME, CNPJ nº 10.278.923/0001-63, em TANQUE NOVO /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.129498/2011-83
Interessado: LUZ & SLAVEC LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUZ & SLAVEC LTDA-ME, CNPJ nº 73.399.826/0001-49, em CAMPO GRANDE /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119197/2011-41
Interessado: DROGANOVA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGANOVA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 17.733.270/0001-04, em LEOPOLDINA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.118875/2011-59
Interessado: FARMACIA VIVA VIDA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VIVA VIDA LTDA, CNPJ nº 12.992.149/0001-83, em LAGES /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.227733/2007-03
Interessado: M4 FARMACIAS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa M4 FARMACIAS LTDA ME, CNPJ nº 06.878.527/0001-08, em ILHEUS /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

06.878.527/0002-80 ILHEUS BA

Processo nº 25000.101908/2007-45
Interessado: PAULO CESAR MADERS & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa PAULO CESAR MADERS & CIA LTDA, CNPJ nº 07.549.820/0001-86, em SANTO CRISTO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

07.549.820/0002-67 SANTO CRISTO RS

Processo nº 25000.143526/2010-94
Interessado: LUCIANO FONTANA - DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da do-

LEGÍVEL PARA MICROFILMAGEM
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

cumentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa LUCIANO FONTANA - DROGARIA - ME, CNPJ nº 10.992.762/0001-75, em ARARAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

10.992.762/0002-56 ARARAS SP

Processo nº 25000.149796/2010-17
Interessado: DROGARIA DO VALE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa DROGARIA DO VALE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 11.687.549/0001-12, em CORONEL FABRICIANO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

11.687.549/0002-01 CORONEL FABRICIANO MG

Processo nº 25000.044116/2006-85
Interessado: DROGARIA ARAUJO S A
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa DROGARIA ARAUJO S A, CNPJ nº 17.256.512/0001-16, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

17.256.512/0095-04 SETE LAGOAS MG
17.256.512/0096-87 BELO HORIZONTE MG
17.256.512/0098-49 BELO HORIZONTE MG
17.256.512/0099-20 BELO HORIZONTE MG

Processo nº 25000.121387/2011-29
Interessado: VANDERLEI MOCO MICLOS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VANDERLEI MOCO MICLOS ME, CNPJ nº 36.993.566/0001-09, em PALMAS /TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120644/2011-13
Interessado: DROGARIA MILAGROSA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MILAGROSA LTDA EPP, CNPJ nº 08.052.912/0001-19, em AREIA BRANCA /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120522/2011-19
Interessado: MENDES & CARRASCHI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MENDES & CARRASCHI LTDA - ME, CNPJ nº 12.006.249/0001-93, em SAO JOAO DO CAIUA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120379/2011-65
Interessado: PAULO CESAR MANNRICH
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PAULO CESAR MANNRICH, CNPJ nº 83.864.793/0001-14, em GUABIRUBA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120844/2011-68
Interessado: FARMACIA SILVANA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SILVANA LTDA, CNPJ nº 77.629.152/0001-82, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123070/2011-27
Interessado: SANTA BARBARA MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SANTA BARBARA MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 10.668.436/0001-07, em NOVA VENECIA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.124267/2011-83
Interessado: RODRIGO MOZZINI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RODRIGO MOZZINI, CNPJ nº 05.900.721/0001-71, em PASSO FUNDO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123092/2011-97
Interessado: F & R FARMACIA LTDA. ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa F & R FARMACIA LTDA. ME., CNPJ nº 08.981.170/0001-06, em TUBARAO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.124274/2011-85
Interessado: ERMEZINDA DOS REIS MOREIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ERMEZINDA DOS REIS MOREIRA ME, CNPJ nº 12.763.815/0001-01, em LUTECIA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.122892/2011-91
Interessado: FLORAL PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FLORAL PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 04.276.276/0001-58, em MIRASSOL D'OESTE /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120612/2011-18
Interessado: GRAM FARMA DROGARIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GRAM FARMA DROGARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 05.668.183/0001-31, em ITAQUAQUECETUBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121365/2011-69
Interessado: MARIA LEONOR ALBERTON DACOREGIO & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA LEONOR ALBERTON DACOREGIO & CIA LTDA ME, CNPJ nº 10.380.092/0001-36, em TUBARAO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120352/2011-72
Interessado: DROGARIA ZECHINELLI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ZECHINELLI LTDA ME, CNPJ nº 32.488.280/0001-15, em SAO MATEUS /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120975/2011-45
Interessado: JOSIAS LINO ALVES - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSIAS LINO ALVES - EPP, CNPJ nº 53.354.890/0001-04, em IEPE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.122835/2011-10
Interessado: E JORGE JUNIOR & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E JORGE JUNIOR & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.787.659/0001-41, em ARIPUANA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123394/2011-65
Interessado: BORGES MARTINS & MOTTA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BORGES MARTINS & MOTTA LTDA ME, CNPJ nº 10.868.659/0001-18, em JACIARA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120681/2011-13
Interessado: FARMACIA CATIFARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CATIFARMA LTDA, CNPJ nº 02.588.294/0001-40, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120446/2011-41
Interessado: JOAQUINA RODRIGUES DE MOURA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAQUINA RODRIGUES DE MOURA ME, CNPJ nº 06.755.102/0001-01, em PICOS /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 25000.120395/2011-58
Interessado: AMBROFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AMBROFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.698.226/0001-61, em SIDEROPOLIS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123132/2011-09
Interessado: LEONITA GONTIJO BARBOSA BRAGA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LEONITA GONTIJO BARBOSA BRAGA ME, CNPJ nº 11.806.555/0001-41, em PEDRO GOMES /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.124272/2011-96
Interessado: M.A.R. PEREIRA E CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M.A.R. PEREIRA E CIA LTDA, CNPJ nº 01.227.883/0001-30, em MARA ROSA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123817/2011-47
Interessado: SIQUEIRA & BARCELOS LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SIQUEIRA & BARCELOS LTDA-ME, CNPJ nº 19.606.557/0001-07, em CARMO DO PARANAIBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123318/2011-50
Interessado: REI & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REI & CIA LTDA ME, CNPJ nº 10.641.416/0001-42, em ALTA FLORESTA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121380/2011-15
Interessado: MOURA COMERCIAL FARMACEUTICO LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MOURA COMERCIAL FARMACEUTICO LTDA- ME, CNPJ nº 13.039.238/0001-72, em BOM DESPACHO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120800/2011-38
Interessado: JOAO BATISTA LOPES MOREIRA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO BATISTA LOPES MOREIRA, CNPJ nº 02.336.828/0001-40, em VICOSA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.124283/2011-76
Interessado: ABMJ - COMERCIAL DE MEDICAMENTOS - LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ABMJ - COMERCIAL DE MEDICAMENTOS - LTDA ME, CNPJ nº 07.081.892/0001-41, em FORMOSA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121375/2011-02
Interessado: YNGRIDY FARMACIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa YNGRIDY FARMACIA LTDA ME, CNPJ nº 03.156.119/0001-46, em LAGARTO /SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123043/2011-54
Interessado: SUELI DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SUELI DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA, CNPJ nº 16.707.630/0001-30, em POCOS DE CALDAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123291/2011-03
Interessado: LAERTE CARNEIRO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LAERTE CARNEIRO & CIA LTDA, CNPJ nº 16.000.671/0001-92, em BELA VISTA DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120363/2011-52
Interessado: DROGARIA LIBERATO LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LIBERATO LTDA EPP, CNPJ nº 09.290.026/0001-96, em SANTA LEOPOLDINA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121392/2011-31
Interessado: C A DA SILVA E TAVARES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C A DA SILVA E TAVARES LTDA, CNPJ nº 01.202.094/0001-44, em CASCAVEL /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120661/2011-42
Interessado: DROGARIA VITORIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VITORIA LTDA ME, CNPJ nº 37.898.574/0001-39, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121186/2011-21
Interessado: NAKAMURA & CIA LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NAKAMURA & CIA LTDA-EPP, CNPJ nº 79.067.294/0001-29, em ITAMBE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123452/2011-51
Interessado: FARMACIA RODRIGUES, PADILHA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA RODRIGUES, PADILHA LTDA ME, CNPJ nº 72.385.610/0001-61, em CRICIUMA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123851/2011-11
Interessado: N S PINTO & SILVA FARMACIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa N S PINTO & SILVA FARMACIA LTDA, CNPJ nº 12.764.283/0001-27, em GUARATINGUETA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121613/2011-71
Interessado: ALCIR PETEK ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALCIR PETEK ME, CNPJ nº 55.460.299/0001-59, em BIRIGUI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120935/2011-01
Interessado: D J COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D J COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA. ME, CNPJ nº 03.281.767/0001-24, em MADRE DE DEUS /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120368/2011-85
Interessado: M. Z. KILL & CIA. LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. Z. KILL & CIA. LTDA - ME, CNPJ nº 08.584.586/0001-90, em FATIMA DO SUL /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120348/2011-12
Interessado: FARMACIA M R LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA M R LTDA, CNPJ nº 12.087.518/0001-93, em SAO LUIS /MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº 25000.120407/2011-44
Interessado: OLIVEIRA & PAGANI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OLIVEIRA & PAGANI LTDA ME, CNPJ nº 03.594.716/0001-52, em ICARA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123048/2011-87
Interessado: HPC COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HPC COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.950.568/0001-27, em CATANDUVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123282/2011-12
Interessado: DROGARIA CAIXETA & AMARAL LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CAIXETA & AMARAL LTDA ME, CNPJ nº 03.097.725/0001-38, em CRISTALINA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.146919/2011-31
Interessado: DROGARIA VILELA VITOLO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VILELA VITOLO LTDA ME, CNPJ nº 10.711.806/0001-41, em SERITINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120810/2011-73
Interessado: FARMACIA SALVANELI LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SALVANELI LTDA - EPP, CNPJ nº 11.556.950/0001-13, em FLORIANOPOLIS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123822/2011-50
Interessado: FARMACIA DO XANDY LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO XANDY LTDA - ME, CNPJ nº 10.581.443/0001-77, em ROLIM DE MOURA /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121400/2011-40
Interessado: FARMACIA FACCO E BITTENCOURT LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA FACCO E BITTENCOURT LTDA ME, CNPJ nº 07.086.511/0001-17, em BOM JESUS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.130802/2011-35
Interessado: J. R. KILL LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. R. KILL LTDA ME, CNPJ nº 10.773.555/0001-20, em VICENTINA /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121177/2011-31
Interessado: DROGARIA TEM VOCE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TEM VOCE LTDA, CNPJ nº 11.122.106/0001-84, em JUNDIAI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123073/2011-61
Interessado: BARBARA GALHEGO DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BARBARA GALHEGO DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 12.494.569/0001-30, em ARANDU /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121284/2011-69
Interessado: J.M.M. RODRIGUES & CIA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J.M.M. RODRIGUES & CIA LTDA EPP, CNPJ nº 15.946.916/0001-06, em ALTA FLORESTA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120547/2011-12
Interessado: COSTAMED MELLITUS DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COSTAMED MELLITUS DROGARIA LTDA, CNPJ nº 13.025.501/0001-74, em SANTO ANTONIO DA PATRULHA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123384/2011-20
Interessado: LEBOUTTE DA FONSECA & CIA LTDA. EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LEBOUTTE DA FONSECA & CIA LTDA. EPP, CNPJ nº 91.601.567/0001-79, em PORTO ALEGRE /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123369/2011-81
Interessado: ANDRE MENDES DE MATTOS - DROGARIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRE MENDES DE MATTOS - DROGARIA, CNPJ nº 11.837.896/0001-84, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120820/2011-17
Interessado: VANIA MARIA KOCHHANN TRIKEIS & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VANIA MARIA KOCHHANN TRIKEIS & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.266.882/0001-83, em JACINTO MACHADO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119882/2011-78
Interessado: JOSE JUNIOR DAVID DE SOUZA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE JUNIOR DAVID DE SOUZA, CNPJ nº 26.898.478/0001-74, em APARECIDA DE GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123872/2011-37
Interessado: MARTINS FELICIANO DROGARIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARTINS FELICIANO DROGARIA LTDA ME, CNPJ nº 07.745.633/0001-78, em SAO JOSE DOS CAMPOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123408/2011-41
Interessado: VERONICA MAJARAO JANCANTI - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VERONICA MAJARAO JANCANTI - EPP, CNPJ nº 06.011.149/0001-52, em IBITINGA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123861/2011-57
Interessado: FARMACIA SANTA LUZIA D'OESTE LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SANTA LUZIA D'OESTE LTDA - EPP, CNPJ nº 03.184.930/0001-30, em SANTA LUZIA D'OESTE /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123086/2011-30
Interessado: F. BRITO & F. BRITO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa F. BRITO & F. BRITO LTDA, CNPJ nº 13.301.549/0001-68, em SAO MIGUEL DO IGUACU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.130948/2011-81
Interessado: YAGUIU & MODESTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa YAGUIU & MODESTO LTDA - ME, CNPJ nº 03.490.131/0001-92, em URANIA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 25000.121269/2011-11
Interessado: SARRUF & TENEDINI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SARRUF & TENEDINI LTDA - ME, CNPJ nº 06.164.657/0001-70, em DOUTOR CAMARGO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.124296/2011-45
Interessado: W. B. DE FREITAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W. B. DE FREITAS - ME, CNPJ nº 07.688.383/0001-81, em RONDONOPOLIS /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.124324/2011-24
Interessado: FARMICARDIO FARMACIA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMICARDIO FARMACIA LTDA., CNPJ nº 13.350.188/0001-40, em SANTA MARIA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120771/2011-12
Interessado: FARMACIA E DROGARIA FARMAPACIO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA FARMAPACIO LTDA ME, CNPJ nº 01.295.320/0001-89, em PICARRAS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.119877/2011-65
Interessado: IPERFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E COSMETICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IPERFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E COSMETICOS LTDA, CNPJ nº 10.333.495/0001-24, em APARECIDA DE GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123430/2011-91
Interessado: DROGARIA MARISA PHARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARISA PHARMA LTDA, CNPJ nº 12.957.855/0001-94, em ROCA SALES /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120869/2011-61
Interessado: ADRIANA CARMEM ALVES DE SOUSA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ADRIANA CARMEM ALVES DE SOUSA, CNPJ nº 07.608.986/0001-26, em CARUARU /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120622/2011-45
Interessado: M A DA SILVA COELHO-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M A DA SILVA COELHO-ME, CNPJ nº 13.188.419/0001-60, em SANTA LUZIA /MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120340/2011-48
Interessado: PHARMED LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PHARMED LTDA - ME, CNPJ nº 02.553.370/0001-81, em POUSO ALEGRE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.124262/2011-51
Interessado: REBELATTO E MENEGHETTI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REBELATTO E MENEGHETTI LTDA, CNPJ nº 05.093.723/0001-04, em ILOPOLIS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120959/2011-52
Interessado: HELENA MARIA BENINI LARA CAMPOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HELENA MARIA BENINI LARA CAMPOS - ME, CNPJ nº 67.403.832/0001-20, em TAQUARITUBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121394/2011-21
Interessado: VERAS & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VERAS & CIA LTDA, CNPJ nº 05.074.681/0001-56, em BOA VISTA /RR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123828/2011-27
Interessado: RIBEIRO E GUIMARAES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RIBEIRO E GUIMARAES LTDA ME, CNPJ nº 12.693.730/0001-02, em ARAXA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123413/2011-53
Interessado: FABIANO ANTONIO FERREIRA PENAFORTE ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIANO ANTONIO FERREIRA PENAFORTE ME, CNPJ nº 13.134.532/0001-63, em PINDAMONHANGABA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.122824/2011-21
Interessado: RAFAEL PERTILE FELIPE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RAFAEL PERTILE FELIPE - ME, CNPJ nº 07.438.432/0001-28, em CONQUISTA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.130686/2011-54
Interessado: MARCIA SOREIDE DE OLIVEIRA MACEDO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCIA SOREIDE DE OLIVEIRA MACEDO - ME, CNPJ nº 09.292.366/0001-56, em MACAIBA /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123885/2011-14
Interessado: FARMACIA DICKEL LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DICKEL LTDA ME, CNPJ nº 05.037.986/0001-98, em PAVERAMA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.130699/2011-23
Interessado: S M ZANETTI FARMACIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa S M ZANETTI FARMACIA, CNPJ nº 09.534.469/0001-85, em TOLEDO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120674/2011-11
Interessado: DROGARIA SANTOS & MONTEIRO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTOS & MONTEIRO LTDA ME, CNPJ nº 04.705.220/0001-71, em IPATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.121396/2011-10
Interessado: DROGARIA SILVA & BRITO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SILVA & BRITO LTDA - ME, CNPJ nº 07.997.417/0001-10, em RIBEIRAO PRETO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120422/2011-92
Interessado: SABIO E SILVA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SABIO E SILVA LTDA ME, CNPJ nº 09.498.336/0001-09, em SANTA GERTRUDES /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº 25000.123443/2011-60
Interessado: FERNANDO CAVALCANTI & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERNANDO CAVALCANTI & CIA LTDA ME, CNPJ nº 00.494.257/0001-47, em PETROLINA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123361/2011-15
Interessado: DROGARIA PINDORAMA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PINDORAMA LTDA - EPP, CNPJ nº 12.982.628/0001-19, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.124304/2011-53
Interessado: INDIARA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa INDIARA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 05.753.179/0001-71, em INDIARA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123388/2011-16
Interessado: EXCELENCIA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EXCELENCIA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 10.552.348/0001-45, em VITORIA DE SANTO ANTAO /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123419/2011-21
Interessado: DROGARIA CENTRAL DE TAPINAS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CENTRAL DE TAPINAS LTDA ME, CNPJ nº 50.554.070/0001-60, em ITAPOLIS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120944/2011-94
Interessado: GNANN & JORGE LTDA- ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GNANN & JORGE LTDA- ME, CNPJ nº 10.816.100/0001-44, em MIRANDA /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.120313/2011-75
Interessado: FARMACIA PREFERIDA DA VIGA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PREFERIDA DA VIGA LTDA ME, CNPJ nº 13.564.387/0001-50, em NOVA IGUACU /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.122897/2011-13
Interessado: R. DE S. NASCIMENTO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R. DE S. NASCIMENTO, CNPJ nº 09.644.876/0001-45, em SITIO NOVO /MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.124277/2011-19
Interessado: FARMA FORTE DE TAUBATE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA FORTE DE TAUBATE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.485.870/0001-40, em TAUBATE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.123436/2011-68
Interessado: DROGARIA LOURENCINI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LOURENCINI LTDA ME, CNPJ nº 07.515.383/0001-80, em ICONHA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo nº 25000.204416/2008-91
Interessado: DROGAFARMA DE FRANCA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa DROGAFARMA DE FRANCA LTDA, CNPJ nº 49.219.686/0001-03, em FRANCA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

49.219.686/0021-49 BATATAIS SP

Processo nº 25000.203612/2008-49
Interessado: DROGARIA CAPINZAL LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa DROGARIA CAPINZAL LTDA EPP, CNPJ nº 79.512.422/0001-04, em CAPINZAL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

79.512.422/0002-87 CAPINZAL SC

Processo nº 25000.600657/2009-49
Interessado: SE SUPERMERCADOS LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa SE SUPERMERCADOS LTDA., CNPJ nº 01.545.828/0001-98, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

01.545.828/0097-30 SAO PAULO SP

Processo nº 25000.540453/2009-41
Interessado: M. A. BORGES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa M. A. BORGES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 09.085.717/0001-58, em CASCAVEL /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

09.085.717/0002-39 CASCAVEL PR

Processo nº 25000.088900/2011-62
Interessado: S. S. BORGES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa S. S. BORGES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 07.388.844/0001-09, em CASCAVEL /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

07.388.844/0002-81 CASCAVEL PR
07.388.844/0003-62 CASCAVEL PR

Processo nº 25000.209642/2008-69
Interessado: JEHAN PAULO MAIORANO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa JEHAN PAULO MAIORANO ME, CNPJ nº 02.308.444/0001-14, em CATANDUVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

02.308.444/0002-03 CATANDUVA SP

Processo nº 25000.016321/2009-01
Interessado: CALLFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa CALLFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 08.011.373/0001-70, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

08.011.373/0003-31 PONTA GROSSA PR

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 409, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.

OS MINISTROS DE ESTADO DAS CIDADES, FAZENDA E PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o art. 13 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, resolvem:

Art. 1º As operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que tratam a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, ficam regulamentadas nos termos desta Portaria, no que se refere a:

I - valor da subvenção econômica; e

II - remuneração da Caixa Econômica Federal - CEF, na qualidade de Gestor Operacional do PNHU.

Art. 2º A subvenção econômica de que trata o inciso I do art. 1º será concedida exclusivamente a mutuários com renda familiar mensal limitada a R$ 3.100,00 (três mil e cem reais), uma única vez, por imóvel e por beneficiário, e será cumulativa com os descontos habitacionais concedidos nas operações de financiamento realizadas na forma do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com recursos do FGTS, observada a proporção definida no art. 3º.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. A subvenção econômica de que trata o caput poderá ser cumulativa com subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, observadas as normas que regem os programas de aplicação do FGTS, referentes à área orçamentária de Habitação Popular.

Art. 3º A subvenção econômica de que trata o inciso I do art. 1º fica limitada a 17,5% (dezessete e meio por cento) dos valores totais dos descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, definidos em regulamentação específica, e será concedida com o objetivo de:

I - facilitar a aquisição, produção e requalificação do imóvel residencial; ou

II - complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento realizadas pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, compreendendo as despesas de contratação, de administração e cobrança e de custo de alocação, remuneração e perda de capital.

Art. 4º A CEF exercerá a gestão operacional dos recursos de subvenção de que trata o inciso I do art. 1º, ficando responsável:

I - pelo controle e prestação de contas da aplicação dos recursos repassados ao Agente Operador do FGTS e, deste último, às instituições financeiras ou Agentes Financeiros do SFH;

II - pela disponibilização, à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e ao Comitê de Acompanhamento do Programa Minha Casa, Minha Vida - CAPMCMV, de dados e informações, na forma e periodicidade que venham a ser solicitados, que permitam o acompanhamento e avaliação do programa; e

III - por outras atividades que lhe venham a ser atribuídas pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e ao CAPMCMV, no âmbito de suas competências legais.

Art. 5º A CEF receberá, mensalmente, a título de remuneração pelas atividades de gestão operacional, importância correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) de cada parcela das subvenções repassadas.

Art. 6º O Agente Operador do FGTS habilitará os Agentes Financeiros no PNHU, no que se refere às operações regidas por esta Portaria.

Art. 7º Em caso de utilização dos recursos da subvenção econômica em finalidades e condições diversas daquelas definidas na legislação que rege o PMCMV, ou em desconformidade com o disposto nesta Portaria, será exigida a devolução ao Tesouro Nacional do valor da subvenção concedida, acrescida de juros e atualização monetária, com base na remuneração dos recursos que serviram de lastro à sua concessão, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Interministerial nº 325, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União, em 2 de setembro de 2009, Seção 1, páginas 78 e 79.

MÁRIO NEGROMONTE
Ministro de Estado das Cidades

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MÍRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 410, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Regulamenta o prazo de atendimento de pendências técnicas e o de emissão do Laudo de Análise do Empreendimento - LAE para a contratação das operações de Saneamento, Habitação e Encostas selecionadas no PAC 2.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de operacionalizar a deliberação da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, consubstanciada na Portaria nº 401, de 31 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Estabelecer o dia 14 de outubro de 2011 como prazo máximo para que a Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária deste Ministério, emita os Laudos de Análise dos Empreendimentos - LAE, necessários à contratação das operações de Saneamento, Habitação e Encostas selecionadas para receber recursos do Orçamento Geral da União, na primeira seleção de empreendimentos da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

Art. 2º O atendimento, pelos proponentes, de eventuais correções apontadas pela Caixa Econômica Federal na documentação em análise deverá ocorrer impreterivelmente até 30 de setembro de 2011.

Art. 3º O prazo máximo para a celebração dos Termos de Compromisso é o dia 31 de outubro de 2011, conforme estabelece a Portaria nº 401, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2011, Seção 1, página 67.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e onze, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN reuniu-se no Centro de Eventos e Treinamentos - CNTC, localizado na Quadra 902, Bloco 'C', SGAS - Brasília/DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios da Justiça, da Defesa, dos Transportes, da Educação, da Saúde, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e das Cidades, sob a presidência do Senhor Orlando Moreira da Silva, Presidente do CONTRAN, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. ABERTURA DA REUNIÃO: após a confirmação da existência de quorum regulamentar, a reunião foi aberta pelo senhor Presidente. ASSUNTOS GERAIS: 1) Leitura, discussão, deliberação e aprovação da Ata da 100ª Reunião Ordinária de 2011. 2) O Conselheiro representante do Ministério da Justiça registrou a necessidade de se alterar a Resolução -CONTRAN nº 363/2010 para que o infrator possa antecipar pagamento do valor da multa nos casos, por exemplo: em que o veículo envolvido em acidente e for considerado em perda total; quando da venda ou transferência de propriedade, além de outros sendo de interesse do usuário essa prerrogativa. 3) O Presidente fez breve relato da reunião do Comitê Nacional de Mobilização, Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, realizada nos dias 9 e 10 de agosto, dando continuidade a apresentação e discussão das propostas dos grupos de trabalho 'educação para o trânsito' e 'gestão' elaboradas na reunião dos dias 12 e 13 de julho próximos passados, visando a formalização do 'Plano Brasileiro de Ações para Redução de Mortes e Acidentes no Trânsito na Década de 2011 a 2020'. Informando que será criado grupo de trabalho para fechar as propostas como versão final encaminhando a comissão, no Congresso Nacional, que estuda alterações no CTB. 4) O Presidente convidou o Conselho para participar, no autódromo, no final da reunião, de apresentação da IG-Fuel da Green Box, um acessório eletromecânico que acoplado a motores diesel pode reduzir o consumo de combustível entre 15% e 20%: ORDEM DO DIA: 1) Processo nº 80001.013187/2007-15; Interessado: DENATRAN. Assunto: Apresentação pelo Conselheiro representante do Ministério da Justiça do texto final da minuta de resolução sobre a padronização dos procedimentos administrativos na lavratura de auto de infração, na expedição de notificações de autuação e de penalidades por infrações de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas, sem a utilização de veículos. Após a leitura e discussão da minuta, já com correções apresentando o texto final, o Conselho decidiu aprovar a Resolução que recebeu o nº 390/2011, cuja ementa é: 'Dispõe sobre a padronização dos procedimentos administrativos na lavratura de auto de infração, na expedição de notificação de autuação e de notificação de penalidades por infrações de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas, sem a utilização de veículos, expressamente mencionadas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências'. 2) Processo nº 80001.020255/2007-01; Interessado: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF. Assunto: Alteração da Resolução 146/03, que dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização de velocidade de veículos automotores. O Conselho decidiu por vista coletiva. 3) Processo: 08.659.028.429/2004-71; Interessado: Helena Dias Barbar Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 295/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 4) Processo: 08.659.029.345/2005-35; Interessado: Cristina Teixeira Franca; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 296/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 5) Processo: 08.659.025.856/2004-05; Interessado: Felipe Liska; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 297/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 6) Processo: 08.659.013.044/2005-90; Interessado: Herbert Schlossmacher; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 298/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 7) Processo: 08.659.002.883/2004-00; Interessado: Nelson Luiz Kowalski; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 299/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 8) Processo: 08.659.015.372/2005-21; Interessado: José Antonio Dias; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 300/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 9) Processo: 08.659.017.815/2005-18; Interessado: Saint Clair Leoni; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 301/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 10) Processo: 08.659.027.485/2004-90; Interessado: Airton Soares de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 302/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 11) Processo: 50.612.000.057/2007-63; Interessado: Helena dos Reis Cunha Franco; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 303/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 12) Processo: 08.659.015.694/2005-70; Interessado: Emika Sakazaki Teramoto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 304/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela Prescrição. 13) Processo: 08.660.003.190/2007-30; Interessado: João Delciomar Gatelli; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8º SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 305/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 14) Processo: 08.660.015.536/07-42; Interessado: Solono Andre Morschel; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 306/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 15) Processo: 08.666.012.643/2009-21; Interessado: Reginaldo Fanchin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 307/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 16) Processo: 08.660.003.099/2007-14; Interessado: Paulo Renato das Neves Pereira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 308/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 17) Processo: 08.666.003.861/2009-74; Interessado: Vitor Fogaça de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 309/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 18) Processo: 08.660.002.449/2007-25; Interessado: Jairo Luis Glanert; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 310/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 19) Processo: 08.654.000.775/2005; Interessado: João Henrique Almeida de Lemos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 311/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 20) Processo: 08.666.002.092/2010-21; Interessado: Agnaldo Luiz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 312/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 21) Processo: 08.660.017.010/2007-05; Interessado: Luiz Carlos Nascimento de Freitas; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 313/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 22) Processo: 08.660.017.140/2007-30; Interessado: Lourival Vianna da Silva Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 314/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 23) Processo: 08.654.003.806/2005-90; Interessado: Roseana Pinheiro de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 315/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 24) Processo: 08.657.002.912/2009-31; Interessado: Acilene Virginio Campos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 316/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 25) Processo: 08.662.006.025/2009-81; Interessado: Alan Ferreira da Encarnação; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 317/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 26) Processo: 08.660.029.037/2001; Interessado: Aldo Dias de Castro Guedes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 318/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 27) Processo: 08.659.016.552/2005-20; Interessado: Luiz Francisco Gardin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apre-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

sentação do Parecer 319/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 28) Processo: 50604.001.147/2008-51; Interessado: Paulo Luiz da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 320/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 29) Processo: 08.659.029.351/2004-10; Interessado: Anderson Martins de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª UNIT. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 321/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 30) Processo: 50.612.000.649/2007-85; Interessado: Sarita Quadrado de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - 12ª JARI da SR/GO UNIT. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 322/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 31) Processo: 08.653.000.004/2006-19; Interessado: Espedito de Almeida Barbosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF. Relator: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 323/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 32) Processo: 08.666.005.637/2009-17; Interessado: Leocir Antonio Biazzi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 324/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. 33) Processo: 08.653.003.310/2007-98; Interessado: Luiz de Asevedo Correia; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 325/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 34) Processo: 08.658.009.556/2006-42; Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 326/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 35) Processo: 08.660.015.313/2007-85; Interessado: Remi Roberto Menegussi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde . Após apresentação do Parecer 327/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 36) Processo: 08.660.017.502/2008-73; Interessado: Mauricio Cuerda Ferreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 328/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 37) Processo: 08.660.004.761/2007-53; Interessado: Fernando Luis Bernardes Coelho Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde . Após apresentação do Parecer 329/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 38) Processo: 08.660.013.053/2007-11; Interessado: Eroni Izaias Numer; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 330/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 39) Processo: 08.666.006.472/2007-39; Interessado: José Carlos Silva Menezes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 331/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 40) Processo: 08.660.006.622/2008-45; Interessado: Valmor de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 332/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 41) Processo: 08.655.004.615/2008-88; Interessado: Transportadora Binotto S.A; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 10ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 333/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 42) Processo: 08.660.003.186/2007-71; Interessado: Eduardo Mariotti; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 334/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 43) Processo: 08.658.002.964/2008-35; Interessado: Sonia Regina Barbiere Mantoanelli; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 335/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 44) Processo: 08.658.011.571/2005-70; Interessado: Paulo de Tarso Ferreira Carneiro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 336/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 45) Processo: 08.655.004.207/2006-64; Interessado: Ilso Denardi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 10ª SRPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 337/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 46) Processo: 50604.001.944/2010-53; Interessado: Valceli Ramos da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 338/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 47) Processo: 08653.001.166/2009-17; Interessado: Marcos Antonio Almeida Pires; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª UNIT. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 339/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho não Pelo não conhecimento. 48) Processo: 08658.005.363/2006-12; Interessado: Evandro Luiz Giroto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SEPRF. Relator: Luiz Otávio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 340/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento parcial para reformar a decisão da Jarí, restando clara a aplicação do art. 218 inciso II do CTB. 49) Processo: 50617.005.640/2006-30; Interessado: Manoel Trancoso Lira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 17ª UNIT. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 341/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conehcimento. 50) Processo: 08664.003.676/2009-08; Interessado: Angélica Alexsandra de Lima e Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 15ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 342/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 51) Processo: 08659.013.450/2008-03; Interessado: Claudia Débora Schneider; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 343/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 52) Processo: 08658.016.133/2010-65; Interessado: Roberta Rodrigues do Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 344/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 53) Processo: 08664.001.239/2010-85; Interessado: Ítalo Aurélio Fernandes Leite; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 15ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 345/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 54) Processo: 08659.015.537/2008-15; Interessado: Valdeci Alvarenga Soleto Monari; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 346/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 55) Processo: 08658.015.838/2010-65; Interessado: Hermas Pereira de Sousa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 347/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 56) Processo: 08658.016.494/2010-10; Interessado: José Aparecido Campanini; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 348/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 57) Processo: 08675.000.611/2008-92; Interessado: Sergio Luiz Gomes da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 349/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 58) Processo: 08659.019.833/2006-15; Interessado: Gilberto Baumler; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 350/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 59) Processo: 08659.015.449/2005-62; Interessado: João Claudio Salgado Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 351/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 60) Processo: 08660.035.628/00-72; Interessado: Jetson Luis Herter; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 352/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 61) Processo: 08660.035.692/2000-53; Interessado: José Biraja de Bitencourt Vieira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 353/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 62) Processo: 08660.010.891/2001-30; Interessado: Jaimar Elias Acunha Machado; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 354/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 63) Processo: 08660.016.209/2001-12; Interessado: Abreu Osébio Stein; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 355/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 64) Processo: 08660.034.834/2000-65; Interessado: Jorge Niches de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 356/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 65) Processo: 08660.013.257/2003-11; Interessado: Wilmar Ferreira Rosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 357/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 66) Processo: 08656.012.283/2002-18; Interessado: Claudio Valério Fonseca; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 358/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 67) Processo: 08662.003.030/2005-17; Interessado: Renato Alexandre da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 359/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 68) Processo: 08657.015.323/2005-16; Interessado: Fabiana Nóbrega do Rosário; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 15ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 360/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 69) Processo: 08659.017.491/2005-18; Interessado: Zilnei Rodrigues; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 361/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 70) Processo: 08660.029.273/2000-82; Interessado: Nazareno Marchioretto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 362/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 71) Processo: 08659.015.101/2005-75; Interessado: Nivaldo Falca de Polli; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 363/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 72) Processo: 08659.008.169/2004-30; Interessado: Carlos Alberto Andrade; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 364/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 73) Processo: 08659.011.135/2004-18; Interessado: Geci João Schimitz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 365/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 74) Processo: 08659.006.999/2004; Interessado: Cícero Jose da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 366/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 75) Processo: 08660.009.827/2000-25; Interessado: Paulo Roberto C. de Barros; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 367/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 76) Processo: 08660.030.549/2000-75; Interessado: Baur Alimentos Ltda; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 368/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 77) Processo: 08660.014.763/2000-84; Interessado: Loiri Marchesan; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 369/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 78) Processo: 08660.008.984/2000-13; Interessado: Vanderlei Bonés de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 370/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 79) Processo: 08660.022.688/2002-97; Interessado: Sizuo Kuwabara Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 371/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 80) Processo: 08659.016.563/2003-48; Interessado: Vilmar Polati da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 372/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 81) Processo: 08660.009.001/2000-66; Interessado: Orlando Peres Braga; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 373/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 82) Processo: 08659.006.267/2003; Interessado: Rafael de Almeida Basso; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 374/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 83) Processo: 08660.010.129/2000-72; Interessado: Irno Brandalise(Bramar Com de Frutas Ltda - Me); Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 375/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 84) Processo: 50612.000.450/2007-57; Interessado: Jose Antonio Castro Lopes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - 12ª JARI da SR/GO UNIT. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 376/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 85) Processo: 08659.003.114/2004-11; Interessado: Guilherme Hultmann Nieweglowski; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 377/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 86) Processo: 08660.017.766/2001-51; Interessado: Sergio Boeira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 378/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 87) Processo: 08659.016.186/2005-17; Interessado: Constante Bini Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 379/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 88) Processo: 08662.003.798/2004-00; Interessado: Marta Regina de Rezende Morais; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 380/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 89) Processo: 08659.017.549/2006-12; Interessado: Luiz Henrique Scheibe Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 381/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 90) Processo: 08659.012.152/2005-45; Interessado: Lucinéia Carvalho de Araújo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 382/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 91) Processo: 08664.001.879/2009-51; Interessado: Carlos Henrique Wanderley Rocha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 15ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 383/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 92) Processo: 08660.027.208/2000; Interessado: Inês Martini dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 384/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 93) Processo: 08660.025.197/2001-17; Interessado: Inês Martini dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 385/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 94) Processo: 08660.025.197/2001-17; Interessado: Vanda Mariano da Rocha Silla; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 386/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 95) Processo: 08659.005.388/2004-44; Interessado: Joel de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 387/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 96) Processo: 08660.008.335/2000-12; Interessado: Paola Franzoni; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 388/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 97) Processo: 08660.009.099/2000-51; Interessado: Pedro Paulo Farias; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 389/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 98) Processo: 08660.024.189/2002-34; Interessado: Ademar Schneider; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 390/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 99) Processo: 08660.008.688/2000-12; Interessado: Eunice da Silva Ribeiro; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 391/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 100) Processo: 08659.029.699/2004-07; Interessado: Willen Bombana Paes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 392/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 101) Processo: 08659.013.246/2005-31; Interessado: Rogério Eduardo Reksidler; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 393/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 102) Processo: 08659.012.152/2005-45; Interessado: Lucinéia Carvalho de Araújo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 394/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 103) Processo: 08658.009.199/2006-12; Interessado: Pedro Isauro de Quadros Salles; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 395/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. 104) Processo: 50604.003.906/2006-59; Interessado: Fabrícia Germano de Siqueira Sousa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 396/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 105) Processo: 08659.024.250/2005-25; Interessado: Dirceu Simões Coutinho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 397/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 106) Processo: 08666.004.764/2004-94; Interessado: Transportes Roman Ltda; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 398/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 107) Processo: 08654.001.224/2008-11; Interessado: Artur Gomes da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 399/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 108) Processo: 08660.014.091/2008-64; Interessado: Gerezalino Vitt; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF.Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 400/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 109) Processo: 08666.012.941/2009-11; Interessado: Anderson Paniz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 401/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 110) Processo: 08660.017.646/2007-49; Interessado: Andre Antunes Motta; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 402/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 111) Processo: 08660.005.385/2008-03; Interessado: Jairo João Cassol; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 403/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 112) Processo: 08655.001.558/2006-13; Interessado: Henrique Santos Messias de Figueiredo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 10ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 404/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 113) Processo: 08666.004.164/2008-18; Interessado: Gabriel Bender; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 405/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 114) Processo: 08660.014.046/2008-18; Interessado: Monica Alexandra Binsfeld; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 406/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 115) Processo: 08660.001.810/2008-87; Interessado: Deivid Lenon Rocha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 407/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 116) Processo: 08660.004.306/2008-39; Interessado: Osmar Friedrich; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 408/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 117) Processo: 08659.000.924/2006-87; Interessado: Branca Bernardi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 409/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 118) Processo: 08660.009.898/2002-90; Interessado: Eliane Soares Quadros; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 410/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 119) Processo: 08660.012.222/2007-98; Interessado: Sigmar Breno Roloff; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 411/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 120) Processo: 08660.014.439/2007-32; Interessado: Ademir Ribeiro Fonseca; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 412/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 121) Processo: 08660.014.294/2008-51; Interessado: Cledir Egevarth; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 413/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 122) Processo: 08660.017.641/2007-16; Interessado: Nilmar João Heberle; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 414/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 123) Processo: 08660.010.636/2007-82; Interessado: Rodrigo Nicoloso; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 415/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 124) Processo: 08660.020.666/2008-88; Interessado: Joseias Cunha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 416/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 125) Processo: 08666.001.453/2008-05; Interessado: Adelson Marcelino; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 417/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 126) Processo: 08666.003.130/2008-48; Interessado: Luiz Fernando Sirydakis; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda - Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 418/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 127) Processo: 08655.001.984/2008-19; Interessado: Neusa Maria Campos Nunes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 10ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 419/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 128) Processo: 08666.007.055/2007-11; Interessado: Hercílio Pedro Barbosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 420/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 129) Processo: 08660.006.434/2008-17; Interessado: Luiz Carlos Cas-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tiglioni; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 421/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 130) Processo: 08660.017.595/2007-55; Interessado: Sergio Martins de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF. Relator: Luiz Otavio Maciel Miranda- Ministério da Saúde. Após apresentação do Parecer 422/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 131) Processo: 50604.007.417/2003-23; Interessado: Juvenal Assis de Almeida; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 423/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 132) Processo: 50604.001.084/2009-14; Interessado: André Gomes de Melo Medeiros; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 424/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 133) Processo: 50613.000.489/2009-26; Interessado: Carlos Gonzaga Sales de Araújo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da SR/PE UNIT. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 425/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 134) Processo: 50604.001.605/2009-33; Interessado: Edecio Barretto Ferreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 426/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 135) Processo: 50604.001.591/2009-58; Interessado: Maria Lenita Pontes Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 427/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 136) Processo: 50604.001.529/2009-66; Interessado: Ana Claudia de Barros; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 428/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 137) Processo: 50604.001.519/2009-21; Interessado: Ângela Pereira Gomes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 429/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 138) Processo: 50604.001.587/2009-90; Interessado: Aganor Gases e Equipamentos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 430/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 139) Processo: 08.660.008.931/2000-01; Interessado: Alexandre Pedroso Grabher; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 431/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 140) Processo: 50612.000.626/2006-90; Interessado: Sergio Geraldo Alves Martins; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 432/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 141) Processo: 50612.000.146/2006-90; Interessado: Wilson Antonio Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 433/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 142) Processo: 50612.000.421/2007-95; Interessado: Zilda Francisco Dias; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª UNIT. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 434/2011 foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 143) Processo: 50604.001.464/2009-59; Interessado: Ana Maria Bezerra Borges de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 435/2011 foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 144) Processo: 50604.001.560/2009-05; Interessado: Andre Henrique Bandeira de Melo Borges; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 436/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 145) Processo: 50604.001.794/2009-44; Interessado: Antonio do Carmo Costa Lima Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 437/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 146) Processo: 50604.001.556/2009-39; Interessado: Artur da Silva Valente; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 438/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 147) Processo: 50604.001.343/2009-15; Interessado: MECOFRICON S/A; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 439/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 148) Processo: 50604.001.337/2009-50; Interessado: Mauro de Araújo Guerra Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 440/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 149) Processo: 50604.001.497/2009-07; Interessado: Mario Lopes de Sousa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 441/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 150) Processo: 50604.001.604/2009-99; Interessado: Givaldo Martias; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 442/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 151) Processo: 50604.001.590/2009-11; Interessado: Eduardo Antonio Reis Vieira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 443/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 152) Processo: 50604.001.342/2009-62; Interessado: Letícia Mansor de Mattos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 444/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 153) Processo: 50604.001.276/2009-21; Interessado: Roberto Paulo Câmara Salvi; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 445/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 154) Processo: 50604.001.350/2009-17; Interessado: José Luiz do Nascimento; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 446/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 155) Processo: 50604.001.198/2009-64; Interessado: Hamilton José da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 447/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 156) Processo: 50604.001.273/2009-97; Interessado: Francisco Antonio Brayner de Souza Rangel Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 448/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 157) Processo: 50604.000.428/2008-97; Interessado: Carlos Roberto Tadeu Cerqueira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT/PE. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 449/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 158) Processo: 08659.020.644/2005-12; Interessado: Amélio Fófano; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 450/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. 159) Processo: 08659.016.086/2005-82; Interessado: Alberto Mazurek; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SRPRF. Relatora: Luiza Gomide de Faria Vianna - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 451/2011, foi aprovado à unanimidade decidindo o Conselho pela prescrição. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada á lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
p/Ministério da Justiça

RUI CESAR DA SILVEIRA BARBOSA
p/Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
p/Ministério dos Transportes

TÂNIA MARIA F. BAZAN
p/Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
p/Ministério da Saúde

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO
p/Ministério da Ciência e Tecnologia

PAULO CÉSAR DE MACEDO
p/Ministério do Meio Ambiente

JOÃO ALENCAR OLIVEIRA JUNIOR
p/Ministério das Cidades

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 373, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.011718/2007 e nº 53820.000054/1997, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 31 de maio de 2007, a permissão originariamente outorgada à CACIMBA COMUNICAÇÕES LTDA., pela Portaria nº 450, de 24 de março de 1977, publicada no Diário Oficial da União de 31 de maio de 1977, e renovada pela Portaria nº 428, de 29 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Lages, Estado de Santa Catarina

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 384, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Aprova a Norma de Diretrizes para a Padronização da Rede de Unidades de Atendimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011,

Considerando o disposto na Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, na Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, com suas alterações posteriores, e no Decreto nº 6.639, de 7 de novembro de 2008, com suas alterações posteriores,

Considerando a competência do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para fixar a orientação geral dos negócios da empresa e aprovar a correspondente estrutura organizacional, de acordo com o art. 20 do Estatuto Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, e

Considerando a competência da Diretoria Executiva da ECT para exercer a supervisão e o controle das atividades administrativas e operacionais da empresa e propor a correspondente estrutura organizacional, nos termos do art. 23 do Estatuto Social da ECT, resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma de Diretrizes para a Padronização da Rede de Unidades de Atendimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 400, de 22 de junho de 2009, deste Ministério.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

NORMA DE DIRETRIZES PARA A PADRONIZAÇÃO DA REDE DE UNIDADES DE ATENDIMENTO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

1. DO OBJETIVO.

1.1. Estabelecer as diretrizes que deverão nortear a elaboração e a aprovação da estrutura organizacional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT pelos competentes órgãos sociais, de acordo com o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, com o objetivo de padronização da Rede de Unidades de Atendimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

2. DAS DEFINIÇÕES.

2.1. Para efeitos desta Norma, considera-se:

2.1.1. Agência de Correios - AC: Unidade de Atendimento própria destinada à prestação de serviços e à venda de produtos comercializados pela ECT.

2.1.2 Agência Filatélica - AF: Unidade de Atendimento própria destinada, principalmente, a atender à demanda dos clientes da área de selos e produtos filatélicos.

2.1.3. Agência de Correios Franqueada - AGF: Unidade de Atendimento terceirizada operada, mediante contrato de franquia postal, por pessoa jurídica de direito privado selecionada em procedimento de licitação específico, destinada à prestação de serviços e à venda de produtos comercializados pela ECT, conforme definido em edital de licitação, observadas as normas internas da ECT e a legislação em vigor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.1.4. Agência de Correios Comercial - ACC: Unidade de Atendimento terceirizada operada, mediante contrato de permissão, por pessoa jurídica de direito privado selecionada em procedimento de licitação específico, destinada à prestação de serviços e à venda de produtos comercializados pela ECT, compartilhada com negócios compatíveis e não concorrentes com os da ECT, conforme definido em edital de licitação, observadas as normas internas da ECT e a legislação em vigor.

2.1.5. Agência de Correios Comunitária - AGC: Unidade de Atendimento terceirizada operada, mediante convênio celebrado na forma da legislação e da regulamentação federal específica sobre a matéria, por pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que caracterizado o interesse recíproco, destinada a viabilizar, no mínimo, a prestação de serviços postais básicos, nos termos da legislação em vigor, em localidades rurais ou urbanas, quando a exploração de serviços postais não se mostrar economicamente viável para a ECT e houver predominância do interesse social.

2.1.6. Posto de Venda de Produtos - PVP: Unidade de Atendimento terceirizada operada, mediante termo de autorização, por pessoa jurídica, destinada à venda de selos e de produtos comercializados pelas agências da ECT, compartilhada com negócios enquadrados em ramos de atividade de interesse da ECT e instalada em localidade atendida por agência de correios.

3. DAS DIRETRIZES PARA A PADRONIZAÇÃO DAS UNIDADES DA REDE DE UNIDADES DE ATENDIMENTO

3.1. A ECT deverá disciplinar a padronização dos elementos de comunicação visual, do layout, da estrutura e das instalações exigidas, incluindo os correspondentes equipamentos, utensílios e mobiliários, para cada modelo de Unidade de Atendimento.

3.2. A ECT deverá definir os requisitos, os critérios, os prazos e as demais condições para a operação das Unidades de Atendimento e para a prestação do serviço postal, atentando para a garantia da qualidade e continuidade no desempenho das atividades e do atendimento aos clientes.

3.2.1. Na definição das condições para a operação das Unidades de Atendimento e para a prestação do serviço postal, a ECT deverá estabelecer as características das atividades típicas de agência de atendimento.

3.3. A ECT deverá adotar avaliação sistêmica e periódica do desempenho das unidades integrantes da Rede de Unidades de Atendimento, com o objetivo de subsidiar o processo de gestão da Rede.

3.3.1. Na avaliação do desempenho das Unidades Terceirizadas, a ECT deverá verificar sua contribuição para os resultados da Empresa e para a consecução dos objetivos de universalização dos serviços postais.

3.3.2. A sistemática de avaliação e de acompanhamento da operação das Unidades deverá ser baseada em parâmetros mínimos de desempenho, de cumprimento de prazos e de normas que permitam a identificação de oportunidades de melhoria ou de problemas passíveis da adoção de medidas preventivas e corretivas.

3.4. A implantação de Unidade de Atendimento terceirizada, em qualquer ponto do território nacional, não impedirá a livre atuação da ECT, por meio de seus recursos próprios, para o exercício das atribuições outorgadas pela Lei nº 6.538, de 1978, especialmente para o atendimento, a captação de contratos e a manutenção do relacionamento comercial com seus clientes, inclusive com a finalidade de suprir eventuais carências, lacunas ou falhas de atendimento por parte de unidades terceirizadas.

3.5. A ECT poderá decidir pela implantação de ACC ou AGF se identificada condições de oportunidade e interesse estratégico e comercial da Empresa, desde que observadas as seguintes premissas:

a) a existência de estudo demonstrando a viabilidade econômico-financeira do modelo de unidade a ser terceirizada;

b) a remuneração das atividades das ACC e das AGF deverá ser tecnicamente fundamentada pela ECT e se baseará em critérios e parâmetros de mercado, de aferição de vantagem econômica para a ECT, observados, especialmente os relacionados ao custo da prestação dos serviços e da venda dos produtos;

c) se o custo da prestação dos serviços e da venda dos produtos for escolhido como critério de remuneração de uma ACC ou AGF, o valor da remuneração desta não poderá ser superior ao custo que a ECT teria para a realização dos serviços mediante uma unidade própria de mesmo porte e com as mesmas características; e

d) a localização da unidade deverá favorecer a otimização da Rede de Unidades de Atendimento da ECT, a comodidade ao usuário e a viabilidade econômico-financeira do modelo da unidade terceirizada.

3.6. Respeitadas a legislação específica, as disposições contratuais e as orientações normativas da ECT, deverá ser vedado às AGF executar:

a) contratos comerciais celebrados pela ECT com entidades e órgãos públicos e demais entidades cujo regime de contratação se subordine à Lei nº 8.666/93; e

b) atividades relativas aos produtos e serviços postais previstos no art. 9º da Lei nº 6.538, de 1978, contratadas por instrumento próprio celebrado pela ECT com seus clientes, cujas características de volume ou quantidade estejam definidas nas normas internas da ECT como de atacado.

3.6.1 A vedação disposta na alínea a do item 3.6 desta Norma não deve abranger a execução dos contratos comerciais cujo objeto seja o atendimento ao público, tais como o recebimento de inscrições ou formulários e o recadastramento promovido por órgãos públicos.

4. DA FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO

4.1. Cabe à ECT fiscalizar e controlar a operação de suas Unidades de Atendimento.

4.1.1. A fiscalização da ECT sobre sua Rede de Unidades de Atendimento deve corresponder ao conjunto de ações, diretas ou indiretas, cujo objetivo seja verificar a conformidade da operação das Unidades de Atendimento em relação à legislação específica, às disposições contratuais e orientações normativas da ECT, compreendendo o controle ou acompanhamento das atividades, das condições físicas, operacionais e financeiras e da qualidade dos serviços prestados.

4.1.2. A ECT deverá disciplinar e implementar sistemática de fiscalização e controle das unidades integrantes da sua Rede de Unidades de Atendimento, incluindo a previsão de disposições específicas para as Unidades Terceirizadas.

4.1.3. Para fins do disposto no item 4 desta Norma, a ECT deverá ter livre acesso às instalações, livros sociais, documentos e sistemas informatizados das unidades terceirizadas, assim como às operações e informações pertinentes à execução dos serviços terceirizados.

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 5 de setembro de 2011

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALLON em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Assis, Estado de São Paulo, acolho o PARECER N° 538/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2009	SP	ASSIS	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALLON

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO RÁDIO NOVA ONDA FM em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, acolho o PARECER N° 539/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2010	SP	ITAQUAQUECETUBA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO NOVA ONDA FM

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO ARAGUAIA DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE COCALINHO - MT em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Cocalinho, Estado do Mato Grosso, acolho o PARECER N° 540/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2009	MT	COCALINHO	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO ARAGUAIA DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE COCALINHO - MT

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IGUATEMI em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia, acolho o PARECER N° 543/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2009	BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IGUATEMI

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DO DISTRITO DO INGÁ em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Luziânia, Estado de Goiás, acolho o PARECER N° 544/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2009	GO	LUZIÂNIA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DO DISTRITO DO INGÁ

Tendo em vista as manifestações interpostas pelas licitantes PLENITUDE COMUNICAÇÕES LTDA. e TV.COM LTDA. em face dos atos que as julgaram inabilitadas na Concorrência nº 001/2007-CEL/MC, para a localidade abaixo citada, acolho o PARECER Nº 0978/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer das manifestações; no entanto, amparando-se na autotutela administrativa, também adoto as razões do citado parecer jurídico para julgar habilitadas as manifestantes, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	MANIFESTANTES	Nº PROCESSO
001/2007	MG	ARAGUARI	TV	PLENITUDE COMUNICAÇÕES LTDA. e TV.COM LTDA.	53000.017272/2009 e 53000.017273/2009

Acolho o PARECER Nº 0941/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
003/2010	MG	CAMPANHA	TV	RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.	53000.019793/2010

Tendo em vista as manifestações de RÁDIO E TV CALDAS LTDA contra decisão que anulou seu ato de habilitação na Concorrência nº 013/2001-SSR/MCacolho o PARECER Nº 677/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a não conhecer dos recursos, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

RECURSOS NÃO CONHECIDOS

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
013/2001	AL	ATALAIA, MAJOR ISIDORO, PILAR E UNIÃO DOS PALMARES	FM	RÁDIO E TV CALDAS LTDA

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante REDE MUNDIAL DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA contra decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou na Concorrência nº 014/2010-SSR/MC, para a localidade de Sobradinho, no Estado do Rio Grande do Sul, acolho o PARECER Nº 724/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital. Entretanto, invoca-se a autotutela administrativa para manutenção da inabilitação da licitante, respeitados o contraditório e a ampla defesa..

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
014/2010	RS	SOBRADINHO	TV	REDE MUNDIAL DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA-ME na Concorrência nº 014/2010-SSR/MC, para a localidade de Sobradinho, no Estado do Rio Grande do Sul, acolho o PARECER Nº 726/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
014/2010	RS	SOBRADINHO	TV	TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA	SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA ME

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante SISTEMA TV PAULISTA LTDA contra decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou. na Concorrência nº 015/2010-SSR/MC, para a localidade de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 734/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital. Todavia, invoca-se a autotutela para a manutenção da inabilitação de SISTEMA TV PAULISTA LTDA, respeitada a oportunidade de exercício do contraditório e da ampla defesa.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
015/2010	SC	RIO DO SUL	TV	SISTEMA TV PAULISTA LTDA

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante RBA PARTICIPAÇOES LTDA contra decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou. na Concorrência nº 015/2010-SSR/MC, para a localidade de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 729/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a NÃO conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
015/2010	SC	RIO DO SUL	TV	RBA PARTICIPAÇÕES LTDA

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE VILA CELESTE em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais, acolho o PARECER N° 418/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
17/2002	MG	IPATINGA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE VILA CELESTE

Tendo em vista os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência nº 017/2010-CEL/MC, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de São José da Laje, no Estado de Alagoas, acolho o PARECER Nº 0952/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer dos recursos, mas no mérito, negar-lhes provimento, na forma do Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

PROPONENTE RECORRENTE	PROPONENTE RECORRIDA	Nº PROCESSO
BARBOSA E ALEXSANDRO LTDA.	GUARANI RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.025212/2010
SISTEMA ALAGOANO DE RÁDIO LTDA.	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. (*)	53000.025211/2010

(*) O não provimento do presente recurso não implica necessariamente na permanência da recorrida no certame, visto que pende de análise questão outra, conforme exposto no Parecer que fundamenta esta decisão.

Tendo em vista o recurso interposto por ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO ARTÍSTICO E CULTURAL DE CAETÉ em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Caeté, Estado de Minas Gerais, acolho a COTA Nº 452/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU e o PARECER Nº 2368/2009/MGT/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
24/2007	MG	CAETÉ	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO ARTÍSTICO E CULTURAL DE CAETÉ

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DE SÃO LOURENÇO em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Abaetetuba, Estado do Pará, acolho o PARECER N° 537/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a não conhecer o recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - NÃO CONHECIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
28/2009	PA	ABAETETUBA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DE SÃO LOURENÇO

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante R.E COMUNICAÇÃO LTDA. em face da proponente SISTEMA MID DE COMUNICAÇÕES LTDA. na Concorrência nº 034/2009-CEL/MC, para a localidade abaixo citada, acolho o PARECER Nº 0638/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a não conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE RECORRIDA	Nº PROCESSO
034/2009	PE	JUPI	FM	SISTEMA MID DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.006476/2010

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante LOHN SOCIEDADE DE RÁDIO LTDA contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. na Concorrência nº 054/2009-SSR/MC, para a localidade de Campo Belo do Sul, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 746/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
054/2009	SC	CAMPO BELO DO SUL	FM	LOHN SOCIEDADE DE RÁDIO LTDA	LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante LOHN SOCIEDADE DE RÁDIO LTDA contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente MARTINS FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA. na Concorrência nº 054/2009-SSR/MC, para a localidade de Campo Belo do Sul, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 747/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCOR-RÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
054/2009	SC	CAMPO BELO DO SUL	FM	LOHN SOCIEDADE DE RÁDIO LTDA	MARTINS FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante RÁDIO REGIONAL LTDA-ME contra decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou. na Concorrência nº 054/2009-SSR/MC, para a localidade de Campo Belo do Sul, no Estado de Santa Catarina, acolho o PARECER Nº 748/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
054/2009	SC	CAMPO BELO DO SUL	FM	RÁDIO REGIONAL LTDA-ME

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA. em face do ato que a julgou desclassificada após o julgamento da proposta técnica na Concorrência nº 063/2009-CEL/MC, para a localidade abaixo citada, acolho o PARECER Nº 0961/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso, mas no mérito, negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCOR-RÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	Nº PROCESSO
063/2009	BA	MUCUGÊ	TV	SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.001558/2010

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. em face do ato que anulou a homologação da Concorrência nº 099/2001-SSR/MC, para as localidades abaixo citadas, acolho o PARECER Nº 0933/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO ÚNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCOR-RÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	RECORRENTE	Nº PROCESSO
099/2001	ES	ITARANA, MONTANHA, SOORETAMA E VILA VALÉRIO	FM	PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA.	53770.000332/2002

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 1.566, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Processo Nº 53532.002142/2010. Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Radioamador, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei Nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei Nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no art. 16 do Anexo à Resolução Nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.ALBENOR LIMA FILHO	50405019351	691.994.184-87
002.ALEXANDRE GONCALVES DA LUZ	50405062443	009.704.324-96
003.ALTEMIR CESAR DA SILVA	50403923204	029.836.034-90
004.ANDERSON FRANCA NOBREGA	50401594475	036.594.554-40
005.ANDRÉ COUTINHO PINTO	50402511654	043.334.694-90
006.ANDRÉ WILSON AVELLAR DE AQUINO	50402644700	449.975.584-00
007.APOLINARIO JOSE DA SILVA NETO	50403940397	028.673.064-26
008.CAIO JÚLIO CÉSAR DA SILVA MENDONÇA	50402262921	840.493.674-91
009.CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO	50404159400	236.478.504-97
010.CLAUDIO ALMEIDA DO NASCIMENTO	50404372694	266.309.154-53
011.DANIEL DE MEDEIROS SANTOS	50405369093	021.376.804-67
012.DAVID LEONARDO DE SOUSA SANTOS	50404554539	064.629.864-09
013.DEMOSTENES EVANGELISTA DOS SANTOS JUNIOR	50404956505	602.148.484-34
014.EDIVONALDO GOMES DE MOURA	50404380603	033.182.614-32
015.FABIO GILSON SANTOS NORONHA	50404799990	028.527.374-42
016.Francisco Barbosa Bezerra e Silva	50401573044	132.643.974-04
017.FRANCISCO DE ASSIS GUERRA RAMALHO	50404233147	204.005.354-91
018.GILVAN BARBOSA DE FARIAS	50402006259	714.933.444-04
019.GLERISTON KLINGER SANTOS CASTRO	50403186340	554.792.004-53
020.GUSTAVO BEZERRA ALBUQUERQUE PORTO	50404495508	669.610.254-04
021.HIRAM FERRER E SILVA	50404199372	495.348.904-72
022.JAIRO SILVA DE LIMA	50404198210	075.737.704-13
023.JEFFERSON MARQUES DE MORAIS	50403383684	026.909.404-00
024.JOAO BATISTA DE ARAUJO	50405526881	284.295.594-34
025.JOSE CARNEIRO DE CARVALHO NETO	50403958415	486.641.114-72
026.JOSE CICERO MELO DA SILVA	50401321746	011.226.594-40
027.JOSE ELIEL SANTOS DA SILVA	50405039468	062.650.584-44
028.JOSE FABIO FERREIRA PADILHA	50404658075	928.662.984-20
029.JOSE MISSIAS MORAIS DA SILVA	50404160085	052.818.074-63
030.JOSE QUINTILIANO DE SOUZA	50404901867	414.616.904-63
031.JOSÉ WILSON CAMPELO	50403774446	100.480.304-49
032.JOSEVALDO CALADO DE MACEDO	50402448197	504.096.624-53
033.LEONARDO GOMES DOS SANTOS	50405434413	025.720.964-63
034.LEONILDO JOSÉ SOARES	50404637078	463.612.514-20
035.LUCIANO DE BRITO FREIRE	50404245900	796.890.004-20
036.LUCIO MAURO SANTOS DANTAS	50403880394	804.645.804-04
037.LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO SOUSA	50401733505	205.981.574-68
038.LUIZ GONZAGA VALERIANO	07000174293	034.085.314-04
039.MACEDON ALVES BEZERRA DOS ANJOS	50404501923	171.522.084-68
040.MARCELO JUSTINO DE MEDEIROS	50405067089	065.100.204-40
041.MARIA DO CARMO PEREIRA DA ROCHA	50401325067	126.255.744-53
042.PATRICIA DA SILVA FERREIRA	50404378897	012.117.524-37
043.RAMON LOPES FILHO	50401753530	168.384.084-49
044.RENNAN BARROS ALMEIDA SANTOS	50404392105	074.551.024-88
045.ROBERIO ALVES RODRIGUES	50014057425	840.573.354-04
046.UBIRAJARA ALEXANDRE REZENDE	50401810437	327.358.554-49
047.VALDIVAN GALDINO DE OLIVEIRA	50402006410	010.055.414-85
048.WAGNER MAGALHAES DE OLIVEIRA	50404185746	040.750.764-74
049.WALTER SANTOS JUNIOR	50404494021	411.796.684-72

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.567, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Processo n.º 53524.006486/2010 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.ILMAR GONCALVES SANTOS	80106079328	770.245.086-04
002.ILSON FURTADO DE MENDONÇA	80106214985	998.283.406-15
003.IVANILDO DE LIMA OLIVEIRA	80106016750	646.602.737-68
004.IVANIR TRINDADE RODRIGUES	80100768482	449.395.748-49
005.IZAIAS ALVES RODRIGUES	80105823368	971.273.458-72
006.JACI ALVES DA SILVA	80105776777	403.229.046-68
007.JAIR JOSE COSTA	80106326430	262.791.776-53
008.JAIRO CESAR MOREIRA MAIA	80105810118	032.032.116-96
009.JASON JAFE FERNANDES DE ALMEIDA	80105887412	030.310.176-84
010.JAVERT FERNANDES DE ALMEIDA	80105887501	131.067.756-53
011.JEILSON ANTONIO MARINHO	80106764543	014.188.576-96
012.JOAO JOSE SOARES SANTANA	80106013572	740.489.706-82
013.JOAO BATISTA DE ABREU	80106452576	122.289.586-20
014.JOAO BATISTA TEIXEIRA REIS	80106847759	332.522.461-04
015.JOAO GASPAR OLIVEIRA	80102603634	536.585.666-04
016.JOAO MARINHO DE LIMA NETO	80103287310	481.605.206-20
017.JOAQUIM MATEUS RODRIGUES	80106898400	721.606.676-68
018.JOAQUIM SOARES DE SOUZA	80105854409	369.358.671-34
019.JOHNNY HEFREN FERREIRA SANTOS	80106573012	077.815.256-12
020.JONATAS DA SILVA CARDOSO	80106498053	076.996.326-99
021.JORDECI BERTO DO NASCIMENTO	80100470742	747.218.526-49
022.JORGE FRANCISCO FONSECA	80105884235	396.239.806-63
023.JORGE NEY VELOSO MATOS	80106515241	006.005.956-76
024.JOSE ALFREDO DE CARVALHO	80103494375	285.509.786-04
025.JOSE ALTEMAR DE SOUSA TEIXEIRA	80105991406	522.791.386-20
026.JOSE ANTONIO DA SILVA	80105938696	519.360.116-20
027.JOSE ANTONIO DE PAULO	80106194267	054.693.176-68
028.JOSE ANTONIO PEDRO	80105625051	316.904.676-49
029.JOSE APARECIDO SEVERINO DA SILVA	80106821288	733.403.246-20
030.JOSE BENEDITO BORGES	80106260154	771.549.836-04
031.JOSE CARLOS ZEFERINO	80106724240	497.368.256-04
032.JOSE CUSTODIO DE SOUZA	80104209569	529.442.126-72
033.JOSE DE JESUS ALVES REIS	80106568019	959.563.956-72
034.JOSE DE SOUSA XAVIER	80106284924	307.162.331-34
035.JOSE FRANCISCO DA SILVA	80106847830	274.000.426-53
036.JOSE GERALDO FERREIRA DOS SANTOS	80106439391	920.723.306-10
037.JOSE HUMBERTO DE ARAUJO	80101947780	439.795.486-00
038.JOSE LEVINO GONCALVES DA SILVA	80105871761	496.046.866-15
039.JOSE MARCIO CALINCANI	80102422095	861.056.476-20
040.JOSE MARCIO DOS SANTOS	80106557599	711.417.235-49
041.JOSE MOISES PEREIRA SILVA	80106273809	046.932.046-09
042.JOSE MOSAR SOARES	80105892092	280.374.302-78
043.JOSE NILSON GOMES DA SILVA	80106101781	065.076.891-49
044.JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA	80104783931	954.930.508-20
045.JOSÉ OSMAR FREIRE	80104968982	212.988.076-20
046.JOSE RENILSON RAMOS DA SILVA	80106142976	170.871.488-00
047.JOSE SOARES JUNIOR	80106568361	844.954.056-91
048.JOSE TEODORO FERREIRA FILHO	80104656239	026.032.486-85
049.JOSILEI GERONIMO DE ANDRADE	80103299246	052.001.976-86
050.JOSIMAR FERNANDES DE OLIVEIRA	80106894757	080.264.736-71
051.JUCIRLEI MAGELA GONCALVES	80106629417	276.314.356-34
052.JULIANO SOARES RODRIGUES	80106143514	056.537.596-27
053.JULIANO SOUZA	80106755129	042.391.786-22
054.JULIO CESAR CARVALHO	80105775703	708.976.466-49
055.JULIO CESAR DA SILVA	80106633600	046.716.716-89
056.JULIO DE SOUZA CARVALHO	80106322877	397.672.646-04
057.JURANDIR DA LUZ DE CASTRO	04020152900	276.432.806-06
058.KERGINALDO CARLOS DANTAS	80106648209	297.017.324-72
059.LAERTE NASCIMENTO DE OLIVEIRA	80105225541	300.187.906-82
060.LEANDRO TADEU BINDA	80106387901	046.829.106-71
061.LEONARDO TAVARES DA SILVA	80106666371	541.339.126-91
062.LIETE CRISPIM MOURA	80104659688	679.920.806-53
063.LINCOLN NEIVA	80106455400	061.312.416-27
064.LINDOMAR CECILIO ROSA	80100002641	696.766.586-34
065.LUCIANO FRANCISCO DA SILVA	80106227297	933.693.526-72
066.LUCIO ROBERTO FERREIRA	80106720929	443.574.436-87
067.LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA	50010590463	585.438.806-53
068.LUIZ ANTONIO DE SOUZA	80100795889	249.938.658-48
069.LUIZ CARLOS DE ANDRADE	80102896399	524.081.596-87
070.LUIZ CARLOS DE MIRANDA	80106112392	041.694.956-83
071.LUIZ CARLOS DOS REIS	80106393898	881.796.056-04
072.LUIZ CARLOS MARINHO	80106528734	756.011.686-87
073.LUIZ HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA	80106507494	070.066.046-13
074.MAGNO RODRIGUES	50010465308	713.525.036-20
075.MANOEL MARCONDES MARTINS CORREIA	80105991821	917.750.515-87
076.MANOELITO CUSTODIO DE OLIVEIRA	80106010719	840.412.006-44
077.MARCELO AUGUSTO FERRANDES	80105555177	028.527.556-96
078.MARCELO COSTA FIUZA	80106765353	041.353.556-84
079.MARCELO DA COSTA DELAZARI	80104561874	039.237.276-23
080.MARCELO DAS GRACAS ALVES	80106866621	997.521.746-04
081.MARCELO DE SOUZA RAMOS	80103729194	646.790.636-53
082.MARCELO DIAS HENRIQUES	80105116688	044.930.086-28
083.MARCELO FABIANO RODRIGUES	80104403454	832.973.916-34
084.MARCELO JOSE DA SILVA	80106822683	042.229.856-51
085.MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA	80106702602	875.130.566-68
086.MARCO ANTONIO MENDES DOS SANTOS	80106669982	345.842.696-53
087.MARLON BRANDO RAPOSO	80106544853	504.907.026-00
088.MARLON OLIVEIRA DUTRA	80106198840	072.131.066-43
089.MATEUS ALVES DA SILVA	80105714402	754.306.816-87
090.MAX FABIANO LEONEL	80106749234	934.637.906-53
091.MIGUEL DE PAULA VIANA	80105810622	731.515.136-20
092.MILTON VIEIRA FILHO	80100581811	731.308.856-68
093.MOZEAS ELIAS FERREIRA OSORIO	80105735744	450.922.906-25
094.NAURIO RAMOS DA CRUZ	80106117432	859.531.308-30
095.NEUBER GERALDO SILVA MORAIS	80106500210	046.228.646-06
096.NILSON RODRIGUES DA SILVEIRA	80105267970	655.511.926-87
097.NIVALDO ANGELO FERREIRA BENTO	80105582816	365.473.286-00
098.NIVALDO GONÇALVES DAMASCENO	80105203904	315.051.046-53
099.NOE ALVES PEREIRA	80106662465	554.258.876-04
100.ODIR FALCI	80100826512	193.681.786-15
101.OLACI GOMES DA CUNHA	80106649280	665.834.896-00
102.OLAVO SALVIANO FILHO	80100259685	221.438.906-72
103.ORTAGAN VALMIRO DE BARCELOS	80105854913	442.597.436-00
104.OSCAR ANTONIO MACHADO	80106084836	148.001.366-87
105.OSVANDO LUIZ TAVARES	80106152696	917.356.886-49
106.OTACILIO MARCONE COSTA	80104470640	009.510.126-81
107.PEDRO ANTONIO JUSTINO	80101337523	171.031.506-72
108.PEDRO DONIZETI DE OLIVEIRA FREITAS	50010818740	691.877.206-63
109.PEDRO NETO ALVES DOS ANJOS	80106567802	059.613.836-95
110.RAFAEL GOMES DOS SANTOS	80106371495	077.913.426-50
111.RAFAEL MIRANDA LIMA	80106556002	015.182.586-62
112.RAFAEL RIBEIRO DA SILVA	80106436457	051.719.196-23
113.RAIMUNDO FERREIRA DE SOUZA	80100994490	251.268.656-68
114.RAMON CLÉCIO PEREIRA	80105441406	033.189.276-60
115.REGINALDO APARECIDO ROQUE	80105555410	120.470.248-97
116.REINALDO ANTONIO TAVARES CAMPOLINA	80106175637	188.507.076-49
117.REINALDO FERREIRA DO CARMO	80106570188	801.203.856-00

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

118.REINALDO ROBERTO SEVERIANO DO SANTOS	80104727276	686.956.406-04
119.RENALDO TRINDADE CARVALHO	80106734806	060.360.716-04
120.RICARDO DE PAULA	80106226991	008.594.086-04
121.RICARDO GIDEAN DOS SANTOS	80106240633	039.566.726-74
122.RICARDO JOSE DE OLIVEIRA	80106407783	046.394.046-62
123.RICARDO LOPES DOS SANTOS	80106702351	872.513.296-20
124.RICARDO LUIZ DO VALE	80105905763	426.793.976-49
125.ROBSON BRUM ROSADO	80106422901	938.862.766-00
126.ROBSON HELENO ALEIXO LANA	80101825595	839.275.736-04
127.RODRIGO CELESTINO DA SILVA	80106632124	062.004.406-38
128.RODRIGO MENDONCA DE ASSIS	80106581031	041.379.416-45
129.ROGERIO NAZARENO DE SOUZA	80106128396	037.778.876-76
130.ROGERIO NUNES ROQUE	80106728580	847.537.146-91
131.ROGERIO PEREIRA DOS SANTOS	80106612603	054.773.916-85
132.ROGERIO RICARDO GOMES	80106246836	834.632.916-49
133.ROGERIO SALVATE DA SILVEIRA	80106797980	014.228.496-35
134.ROMEU DE OLIVEIRA	80106848720	147.797.306-00
135.ROMULO DOS SANTOS TEIXEIRA	80106408240	811.220.986-34
136.ROMULO ROSA DE ALMEIDA	80104928093	037.779.116-40
137.RONALDO ALVES LOPES	80106073982	864.852.376-15
138.RONALDO BATISTA NEVES	80106175718	053.383.256-08
139.RONALDO DE SOUZA	80106555111	570.589.116-49
140.RONILSON GERALDO SOUSA MELGACO	80105735400	488.836.466-49
141.ROSEMBERG LOPES ALBERNAZ	80106595172	683.615.806-20
142.SALVADOR ANTONIO BARBOSA	80106728660	439.512.016-49
143.SAMUEL GERALDO DA SILVA	80106863797	057.886.836-96
144.SANDER PATRICK DE RESENDE	80106326279	048.475.416-50
145.SAVIO GERALDO DA SILVA	80106790463	076.819.346-00
146.SEBASTIAO DONIZETI DA SILVA	80106767640	452.225.336-20
147.SERGIO LUIZ BERTOLDO	80106398776	359.439.556-15
148.SERGIO LUIZ DE REZENDE	80106348329	663.984.526-15
149.SIDNEI DE OLIVEIRA MENDES	80106178229	037.504.916-90
150.SILVANE MARCOS DA SILVA	80106573799	930.791.686-15
151.SILVANIO APARECIDO PEREIRA MENDES	80105896403	049.915.096-10
152.SILVANO NUNES DAS FLORES	80106393979	915.353.606-15
153.SILVIO BISPO DA CRUZ	80102754845	078.377.758-21
154.SILVIO JOSE DE ABREU	80105777072	027.009.606-02
155.SINESIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	80105622974	165.105.498-32
156.THALES ATHAIDE CASTRO	80102274045	032.185.816-64
157.TIAGO BARBOSA TUPINAMBA	80106844490	088.348.126-03
158.VAGNER FERNANDO DE MEDEIROS	80103165126	812.313.696-04
159.VALDENI TEIXEIRA DE AGUILAR	80102788154	676.397.046-34
160.VALDENIR LIMA BARBOSA	80106307991	646.853.812-20
161.VALDEY CARLOS BARBOSA	80106766325	527.690.036-15

RONALDO MOTA SARDENBERG

ATO Nº 2.281, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Processo n.º 53528.006426/2010 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Móvel Aeronáutico (Estações de Aeronave), de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.AERO CLUBE CIDADE DO RIO GRANDE	50011310812	87.747.101/0001-09
002.WILSON PAULO KLAUCK	03021735959	428.340.820-49

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.289, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Processo n.º 535280014322010 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.RODRIGO JESSEL ARGENTON	80105442569	996.428.240-00
002.RODRIGO ROMERO SOARES	80103510249	911.271.900-59
003.ROGERIO ANTENOR ALBRECHT	80103692177	320.383.210-00
004.ROGERIO PAULO OTT	80103034536	567.301.790-15
005.ROGERIO SIDNEI NEU	80103765581	705.445.650-53
006.RONALDO DOS SANTOS LIMA	80102326452	571.971.720-04
007.RONICLER ANTONIO HOFF	80105603678	926.824.560-49
008.RONIE VOM NUNES DE CAMPOS	80105456861	733.143.230-34
009.RUBIVON SERENA	80105110213	542.491.710-00
010.RUDIMAR ANTONIO DE OLIVEIRA	80102855951	312.818.500-04
011.RUDIMAR SIVERIS	80105128007	979.017.330-04
012.SABINO PAIM DA COSTA	50009833005	574.607.100-59
013.SANDRO ARAMI CAMARGO MARTINS	80101108761	700.570.280-87
014.SANDRO SERAFINI	80105579602	969.552.010-34
015.SERGIO ANTONIO RIBAS PIMENTEL	80104074701	426.931.600-49
016.SERGIO MELO MOREIRA	80102394458	449.739.000-44
017.SERGIO TRAVA DA SILVA	80101239785	244.724.840-72
018.SIDINEI BORGES DE OLIVEIRA	80105148024	958.428.700-10
019.SILVIO FERNANDES	80103218858	267.299.540-00
020.SOLEMAR DE SOUZA FERRAO	80103979620	899.793.200-44
021.SOLISMAR DE ALMEIDA SCHUCH	80100829295	361.253.340-15
022.THIAGO GAITKOSKI MEDEIROS	80103760946	015.663.880-07
023.TIAGO RAFAEL DE OLIVEIRA	80104829788	000.979.580-42
024.VALDECIR PEGORARO	80104508558	472.174.640-72
025.VALDIONIR DE JESUS MULLER	80101228406	353.417.930-72
026.VALDIR FERREIRA DOS REIS	80102608512	219.582.380-15
027.VALDIR GONCALVES CANHADA	80102552622	073.465.490-15
028.VALDIR SAVIO ALVES	80102580405	460.315.530-15
029.VALDOAR SALDANHA BARCELOS	80104850043	347.634.220-49
030.VALLERIO MOCELIN CIOCHETTA	80104702958	004.365.910-14
031.VALMIR ANTONIO ZANIN	80103959432	592.713.020-87
032.VALMOR DA SILVA	80102395349	419.859.150-49
033.VANDERLEI LUIZ ROHTE	80102303169	459.642.030-00
034.VILMAR FARIAS DA ROCHA	80105191892	531.447.670-34
035.VOLMIR PEDRO RIGO	80105581330	608.596.790-04
036.WERNO SCHIRMER	80102642702	189.735.070-87
037.WILSON ALBERTO PRASS	80160002150	300.369.760-91

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.294, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Processo n.º 535280015182010 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.RAUL JOAO PIGATTO	50009792066	344.252.330-34
002.RENOIR LINDENMEYER	80103213970	094.291.580-15
003.RICARDO JOSE MUNIZ ARESI	80103534261	293.139.290-15
004.RICARDO TREICHEL GLUGER	80105277185	883.132.800-00
005.Roberto Arenhardt	80104174757	363.724.980-49
006.ROBERTO INACIO FREIBERGER	80104944021	528.561.350-72
007.ROBERTO LUIZ DE BRITTO LIMA	80103548998	177.356.880-91
008.ROBERTO PUHL	50005639727	367.680.140-72
009.ROGERIO ALVES ALBERTO	80100163815	582.722.240-20
010.ROGERIO BARROS GOMES	80100258280	532.642.660-91
011.ROGERIO SCHMITT	80105840963	885.428.070-49
012.ROMEU JOAO ARGENTINA	50010913734	195.464.240-72
013.RONALDO TEIXEIRA VEIGA	50009948090	231.414.170-91
014.RONALDO VARGAS DE JESUS	80103625143	710.785.090-34
015.ROQUE CARRARO	80105908274	588.349.740-34
016.RUDIMAR DARCY BALBINOT	80100613799	401.990.100-72
017.RUDY FROHLICH	80101880936	266.004.200-49
018.SAMUEL JANTSCH	80104531614	003.165.100-33
019.SANTO TADEU DALPIAS	80101738196	635.098.300-91
020.SAULO ROBERTO DOS SANTOS	80105708500	294.713.200-97
021.SERGIO FERNANDO JAEGER	80106395831	441.600.700-00
022.SERGIO LUIS CERVEIRA DOS SANTOS	80105486345	209.345.300-25
023.SERGIO RENATO MARTINS	50005795184	764.758.830-34
024.SEVERINO DALBERTO	80106028332	089.751.670-20
025.SIDNEI LUIZ DOS SANTOS	80103170200	281.441.800-97
026.TADEU AMARAL GOMES	80105112267	250.116.770-87
027.TIAGO DE OLIVEIRA SOLDATELLI	80104924420	804.369.270-04
028.VALDIR DA LUZ MENEZES	80106253611	476.793.520-20
029.VALDIR JOSE NOAL	80101403925	152.370.790-91
030.VALDIR LUIZ BIAZIN	80102319081	446.364.820-34
031.VALDOMIRO DE LISBOA DUTRA	80105957305	717.780.710-15
032.VALTEIR MALTA PERFEITO	80104896035	518.601.550-49
033.VANDERLEI LUIZ DE OLIVEIRA	80106341316	415.197.360-53
034.VILMAR PETRY	80106118404	363.991.910-68
035.VILSON CLOVIS SANTOS FONSECA	80105697630	312.305.390-34
036.VILSON FERNANDO DO PRADO	80103120610	518.865.450-49
037.VIVIANE BORBA SILVEIRA	80101088477	362.428.700-10
038.WILLIAN AFONSO JOHANNSEN	80105091405	668.033.570-15
039.WILMAR LOCATELLI JUNIOR	80105739308	920.771.450-72
040.WILSON ALVES FERNANDES	80105293385	228.560.990-68

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.369, DE 19 DE ABRIL DE 2011

Processo n.º 535540043572010 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.ALMIR FICAGNA	50403435587	331.563.365-72
002.APARECIDO JAIME NEGRI	50402562305	142.553.839-87
003.ARISTEU FERNANDO PELLENZ	50403746663	452.842.379-00
004.COMPANHIA TUCANO DE AGROPECUÁRIA - TUCANO	50402817575	13.470.455/0001-12
005.EURICO BAPTISTA DA COSTA FILHO	50403656753	021.906.565-91
006.EUSTAQUIO DA SILVEIRA VARGAS	50402976371	125.970.586-20
007.FICAP S/A	50001074709	73.847.253/0010-60
008.HEINZ EHRHARDT	50403009995	006.698.225-15
009.HILBERTO BRUCH	50402976452	026.531.339-20
010.J MACEDO ALIMENTOS S/A	06020324745	15.102.213/0017-69
011.JORGE ALVES PEREIRA	50402937716	612.302.608-97
012.JORGE LUIS PINTO SALDANHA	50402937805	305.255.780-72
013.LUIS ANTONIO MUTERLE	50402976533	149.797.640-53
014.MANFRED MICHAEL PETER VON CONTA	50402620437	758.088.387-20
015.PAULO EDGAR CLOSS	50403257972	424.174.909-78
016.POSTO MIRA SERRA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	50402581601	14.517.429/0001-65
017.ROSILDA RIOS VILAS BOAS	50013104900	02.788.203/0001-10
018.SERGIO SILVA QUEIROZ	50402976614	093.996.900-91
019.SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	50012205648	16.247.298/0001-79
020.SOTEROPOLITANA SERVIÇOS GERAIS E SEGURANÇA ELETRONICA LTDA	50401987442	07.226.721/0001-63
021.SUPERINTENDENCIA DE RECURSOS HIDRICOS SRH	50403987512	00.535.623/0001-69
022.WILSEMAR JOSÉ DORNELES ELGER	50403091802	942.718.605-49

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.373, DE 19 DE ABRIL DE 2011

Processo n.º 535540043512010 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Radioamador, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.ALVARO AUGUSTO BUSTANI DA COSTA LOPES CARNEIRO	50012602302	274.363.145-72
002.AMILTON FERNANDO PASSOS DA CRUZ	50012568600	430.584.695-00
003.ANTONIO AUGUSTO MARTINS	06000042957	001.027.255-00
004.ANTONIO CARLOS SANTANA DOS SANTOS	50012217654	498.956.485-53
005.ARMANDO PIO DE AZEVEDO	06000024207	000.104.995-04
006.EDIVAR NUNES DA SILVA	06020644812	142.987.324-87
007.GILVAN DE ALMEIDA	50404257917	929.034.795-34
008.GIVALDO PEREIRA DOS SANTOS	50404674356	276.460.095-04
009.GUSTAVO CAMPOS DANTAS	50012346543	902.158.855-20
010.IVAN FABIANO SILVA DE OLIVEIRA	50009324046	412.433.905-49
011.JOSE EVANIO DA SILVA LACERDA	50013178946	599.132.071-34
012.LAZARO DE SOUZA CARVALHO	50404394825	158.985.715-15
013.LUIZ CARLOS MENEZES BARRETO	06020631400	010.892.775-04
014.MANUEL PINHEIRO DE ARAUJO	06020613690	049.959.373-15
015.MARCO ANTONIO DA SILVA	06020590208	405.913.445-72
016.MARCOS MORAES DE MENEZES	50404156649	343.889.665-68
017.MATHEUS MATOS ANDRADE	50402944178	830.391.555-04
018.MOACYR DE JESUS	50404216137	535.921.405-82
019.OSMAN MALTA SANTOS	06000024037	019.298.875-15
020.PAULO EMILIO GALVAO SANTOS	06020595854	459.778.445-49
021.SILVIO RICARDO FEITOSA DA SILVA	50013744640	008.808.755-77
022.THEMIR BATISTA	50403429935	009.509.127-00
023.WAGNER DAMAS DO AMARAL	50401983706	213.419.315-87

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.834, DE 24 DE AGOSTO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO que o Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008, unificou os setores 29 e 30, e 31, 32 e 34, que passaram a compor, respectivamente, os setores 29 e 31.

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo nº 53500.022820/2009.

CONSIDERANDO o disposto na "Norma Para Unificação das Tarifas e Preços do Serviço Telefônico Fixo Comutado Praticados nos Setores Consolidados Pelo Plano Geral de Outorgas, Aprovado Pelo Decreto nº 6.654", aprovada pela Resolução nº 547, de 22 de outubro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, na forma do Anexo I a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos do STFC, modalidade de Serviço Local, das Concessionárias de STFC Brasil Telecom - Setor 29 e Telesp - Setor 31, líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 2º Homologar, na forma do Anexo II a este Ato, os valores tarifários máximos das Tarifas de Uso de Rede Local (TURL) das Concessionárias de STFC Brasil Telecom - Setor 29 e Telesp - Setor 31, líquidos de contribuições sociais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

'Art. 3º Homologar, na forma do Anexo III a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos do STFC, modalidade de Serviço Longa Distância Nacional, das Concessionárias de STFC Brasil Telecom - Setor 29 e Telesp - Setor 31, líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 4º Homologar, na forma do Anexo IV a este Ato, os valores tarifários máximos das tarifas de uso de rede longa distância nacional (TU-RIU) das Concessionárias de STFC Brasil Telecom - Setor 29 e Telesp - Setor 31, líquidos de contribuições sociais.

Art. 5º Homologar, na forma do Anexo V a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos do STFC, modalidade de Serviço Local, das Concessionárias do STFC Brasil Telecom - Setor 29 e Telesp - Setor 31, para chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-1), líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 6º Homologar, na forma do Anexo VI a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos do STFC, modalidade de Serviço Longa Distância Nacional, das Concessionárias do STFC Brasil Telecom - Setor 29 e Telesp - Setor 31, para chamadas que envolvem acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-2 e VC-3), líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 7º Os futuros reajustes tarifários para os Setores 29 e 31 serão realizados com base nas tarifas homologadas por este Ato, mantida a data-base dos últimos reajustes realizados para cada item tarifário.

Art. 8º . Em conformidade com a Norma Para Unificação das Tarifas e Preços do STFC, aprovada pela Resolução nº 547, de 22 de outubro de 2010, as tarifas e preços reajustados somente serão aplicáveis após 30 (trinta) dias de sua divulgação pelas Concessionárias.

Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ANEXO I

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL
(Valores em R$, Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais)

1. BRASIL TELECOM S.A.

SETOR 29

ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	66,71
Habilitação Não Residencial	66,99
Habilitação Tronco	67,31
Assinatura Residencial	29,07
Assinatura Não Residencial	40,40
Assinatura Tronco	40,40
MIN	0,07833
VCA	0,15666
Mudança de Endereço Residencial	66,71
Mudança de Endereço Não Residencial	66,99
Mudança de Endereço Tronco	67,31
Tarifa de Completamento	0,15666
Assinatura Classe Especial	17,44
Habilitação Classe Especial	66,71
Mudança de Endereço Classe Especial	66,71
Habilitação Residencial PASOO	66,71
Habilitação Não Residencial PASOO	66,71
Habilitação Tronco PASOO	66,71
Assinatura Residencial PASOO	29,07
Assinatura Não Residencial PASOO	40,40
Assinatura Tronco PASOO	40,40
Mudança de Endereço Residencial PASOO	66,71
Mudança de Endereço Não Residencial PASOO	66,71
Mudança de Endereço Tronco PASOO	66,71
VPL PASOO	0,11702
Minuto PASOO	0,02926

1. TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A.

SETOR 31

ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	79,66
Habilitação Não Residencial	79,63
Habilitação Tronco	79,10
Assinatura Residencial	28,97
Assinatura Não Residencial	49,53
Assinatura Tronco	49,48
MIN	0,07295
VCA	0,14590
Mudança de Endereço Residencial	79,66
Mudança de Endereço Não Residencial	79,63
Mudança de Endereço Tronco	79,10
Tarifa de Completamento	0,14590
Assinatura Classe Especial	17,38
Habilitação Classe Especial	79,66
Mudança de Endereço Classe Especial	79,66
Habilitação Residencial PASOO	79,66
Habilitação Não Residencial PASOO	79,66
Habilitação Tronco PASOO	79,66
Assinatura Residencial PASOO	28,97
Assinatura Não Residencial PASOO	49,53
Assinatura Tronco PASOO	49,48
Mudança de Endereço Residencial PASOO	79,66
Mudança de Endereço Não Residencial PASOO	79,66
Mudança de Endereço Tronco PASOO	79,66
VPL PASOO	0,11184
Minuto PASOO	0,02796

ANEXO II

VALORES MÁXIMOS DA TARIFA DE USO DE REDE DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL
(Valor do Minuto em R$, Líquido de Contribuições Sociais)

1. BRASIL TELECOM S.A.

ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RL
SETOR 29	0,03133

2. TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A.

ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RL
SETOR 31	0,02918

ANEXO III

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL
(Valores do Minuto em R$, Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais)

1. BRASIL TELECOM S.A.

SETOR 29

Degrau	Característicaou Distância-Geodésica (km)	VALORES EM R$ POR MINUTO HORÁRIO DE TARIFA			
		Diferenciada	Normal	Reduzida	Super-Reduzida
D1	< 50	0,17141	0,09833	0,04913	0,03175
D2	> 50 e < 100	0,36610	0,21847	0,12224	0,05847
D3	> 100 e < 300	0,38120	0,25446	0,18328	0,08725
D4	> 300	0,38505	0,25509	0,21220	0,11641

1. TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A.

SETOR 31

Degrau	Característica ou Distância Geodésica (km)	VALORES EM R$ POR MINUTO HORÁRIO DE TARIFA			
		Diferenciada	Normal	Reduzida	Super-Reduzida
D1	< 50	0,22642	0,10447	0,04308	0,01253
D2	> 50 e < 100	0,38386	0,16194	0,08785	0,02509
D3	> 100 e < 300	0,45478	0,24275	0,12630	0,05447
D4	> 300	0,53704	0,31651	0,18913	0,09542

ANEXO IV

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DAS TU-RIU MODALIDADE DE SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL
(Valores em Reais, líquidos de contribuições sociais)

1. BRASIL TELECOM S.A.

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETOR 29	0,11551	0,07652	0,06366	0,03492

2. TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A.

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETOR 31	0,16111	0,09495	0,05673	0,02862

ANEXO V

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL
(Valor do minuto em reais, líquido de impostos e contribuições sociais)
VALOR DE COMUNICAÇÃO 1 (VC-1)

Área de Concessão	Prestadora Destino	Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Brasil Telecom Setor 29	Vivo S.A. - RS	0,54148	0,37903
	TIM Celular S.A. - Região II	0,54396	0,38077
	TIM Celular S.A. - Região II-RS	0,54148	0,37903
	Claro S.A. - RS	0,52980	0,37086
	14 Brasil Telecom Celular S.A.	0,54396	0,38077
	Nextel Telecomunicações Ltda	0,47303	0,33112
Telesp S.A. Setor 31	Vivo S.A. - SP	0,51814	0,36269
	Vivo S.A. - SP - Interior ex-Ceterp	0,51369	0,35958
	TIM Celular S.A. - Região III	0,53949	0,37764
	Claro S.A. - SP - Capital(AR11)	0,56331	0,39431
	Claro S.A. - SP - Interior	0,50391	0,35273
	TNL PCS S.A.	0,52873	0,37011
	Unicel	0,54434	0,38103
	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central	0,55787	0,39050
	Nextel Telecomunicações Ltda	0,47303	0,33112

ANEXO VI

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA NACIONAL
(Valor do minuto em reais, líquido de impostos e contribuições sociais)

CONCESSIONÁRIA DO STFC	Área de Concessão	VC-2		VC-3	
		Tarifa Normal	Tarifa Reduzida	Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Brasil Telecom S.A.	Setores 29 e 30	1,12059	0,78441	1,27502	0,89251
Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp	Setor 31	1,12059	0,78441	1,27502	0,89251

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 1.735, DE 24 DE MARÇO DE 2011

Processo nº 53500.013573/2009. Aplica à empresa ENREDE ENGENHARIA DE REDES LTDA., CNPJ Nº 83.326.173/0001-21, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, consubstanciada por meio do Ato nº 32.823, de 13/01/2003, publicado no Diário oficial da União em 15/01/2003, por não ter iniciado a operação comercial do serviço no prazo regulamentar, com fundamento no art. 23, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n. 272, de 09/08/2001. A extinção não desonera a entidade de suas obrigações com terceiros, inclusive às firmadas com a Anatel.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.982, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

Processo Nº 53500.002839/2011. Expede autorização à ANDREATA & ANDREATA LTDA. - ME, CNPJ/MF Nº 05.477.395/0001-31, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.023, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Processo Nº 53500.010646/2011. Expede autorização à ANA ALICE NAZARIO DE OLIVEIRA, CNPJ/MF Nº 08.993.185/0001-94, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.024, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Processo Nº 53500.004108/2011. Expede autorização à NETMAX TECNOLOGIA LTDA., CNPJ/MF Nº 13.137.499/0001-25, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.025, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Processo Nº 53500.012354/2011. Expede autorização à RALINK TELECOM LTDA. ME, CNPJ/MF Nº 12.958.436/0001-77, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.026, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Processo Nº 53500.010905/2011. Expede autorização à CLICKCONNECT SOLUÇÕES EM INTERNET E TECNOLOGIA LTDA., CNPJ/MF Nº 13.461.331/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO NO 6.028, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Processo Nº 53500.011198/2011. Expede autorização à CHARLLEY PEREIRA DA SILVA, CNPJ/MF Nº 12.791.293/0001-51, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.029, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Processo Nº 53500.011375/2011. Expede autorização à PATRIMÔNIO MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA., CNPJ/MF Nº 10.858.197/0001-58, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.030, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Processo Nº 53500.010903/2011. Expede autorização à SATNEXT TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA. - ME, CNPJ/MF Nº 02.154.815/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.031, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Processo Nº 53500.013436/2011. Expede autorização à DATACONNECTION PROVEDOR DE INTERNET LTDA.-ME, CNPJ/MF Nº 09.061.239/0001-46, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.086, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.006629/2010. Expede autorização à A. A. IRMÃOS LTDA., CNPJ/MF Nº 02.329.911/0001-92, para explorar o Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço o município de Teresina/PI. Outorga autorização de uso da radiofrequência à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, sem exclusividade, por dez anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.088, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.025946/2010. Expede autorização à DB TELECOM LTDA. - ME, CNPJ/MF Nº 11.694.881/0001-04, para explorar o Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço a cidade do Rio Branco/AC. Outorga autorização de uso da radiofrequência à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, sem exclusividade, por dez anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.090, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.007161/2011. Expede autorização à SOFTCOMP COMÉRCIO SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ/MF Nº 01.246.485/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.091, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.013753/2011. Expede autorização à DIRETA COMUNICAÇÕES LTDA. - ME, CNPJ/MF Nº 13.498.018/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.092, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.008781/2011. Expede autorização à WAGNER DOS SANTOS SILVA - ME, CNPJ/MF Nº 08.275.853/0001-48, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.096, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.004248/2010. Expede autorização à IDINET TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ/MF Nº 08.242.120/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.120, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.000261/2011. Expede autorização à J. BENTO LINDOSO JUNIOR, CNPJ/MF Nº 08.928.218/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.121, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.011761/2011. Expede autorização à DSNC SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF Nº 08.192.966/0001-80, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.122, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.008334/2011. Expede autorização à FPS INTERNET E INFORMÁTICA LTDA. - ME, CNPJ/MF Nº 11.080.674/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.123, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.013682/2011. Expede autorização à DORA BARALDO PROVEDOR DE INTERNET, CNPJ/MF Nº 13.455.130/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.124, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.012355/2011. Expede autorização à F F K TECNOLOGIA E EMPREENDIMENTO LTDA. - ME, CNPJ/MF Nº 04.366.731/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.125, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.002260/2011. Expede autorização à IIENET TELECOM LTDA. - ME, CNPJ/MF Nº 12.682.453/0001-24, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.126, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.010151/2011. Expede autorização à JAIR MORESCHI & CIA. LTDA. - ME, CNPJ/MF Nº 04.713.795/0001-36, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 6.127, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo Nº 53500.013433/2011. Expede autorização à SOUZA ALVES & LANZANI LTDA., CNPJ/MF Nº 11.041.570/0001-46, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 16 de maio de 2011

Nº 3.804/2011-CD - Processo Nº 53500.019251/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por José Ribamar Almeida Gomes, inscrito no CPF/MF sob o n.º 118.686.271-87, contra decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, por meio do Despacho Nº 11.448/2010-Anatel, de 6 de dezembro de 2010, fl. 70, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração das infrações apontadas no Auto de Infração, uso não autorizado de radiofrequência e uso de equipamento de telecomunicação emissor de radiofrequência não certificado, em infringência aos art. 162, §2º , e 163 da Lei Nº 9.472/97, decidiu, em sua Reunião Nº 603ª, realizada em 19 de abril de 2011, conhecer do Recurso Administrativo, para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e justificativas constantes da Análise no 305/2011-GCJV, de 12 de abril de 2011.

Em 24 de agosto de 2011

Nº 6.814/2011-CD - Processo Nº 53554.004351/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO Nº 53554.004351/2010, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião Nº 618, realizada em 18 de agosto de 2011, reformar a decisão contida no Ato Nº 2.373, de 19 de Abril de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 550/2011-GCJR, de 9 de agosto de 2011, afastando a sanção de caducidade de suas outorgas para as entidades abaixo listadas.

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. PAULO EMILIO GALVAO SANTOS	459.778.445-49	06020595854
0002. WAGNER DAMAS DO AMARAL	213.419.315-87	50401983706

Nº 6.815/2011-CD - Processo Nº 53524.006486/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO Nº 53524.006486/2010, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião Nº 618, realizada em 18 de agosto de 2011, reformar a decisão contida no Ato Nº 1.567, de 17 de março de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 494/2011-GCJR, de 21 de julho de 2011, afastando a sanção de caducidade de suas outorgas para as entidades abaixo listadas.

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. IVANIR TRINDADE RODRIGUES	449.395.748-49	80100768482
0002. JOAQUIM MATEUS RODRIGUES	721.606.676-68	80106898400
0003. JOAQUIM SOARES DE SOUZA	369.358.671-34	80105854409
0004. JOSE ANTONIO DA SILVA	519.360.116-20	80105938696
0005. JOSE MARCIO CALINCANI	861.056.476-20	80102422095
0006. JOSÉ OSMAR FREIRE	212.988.076-20	80104968982
0007. JURANDIR DA LUZ DE CASTRO	276.432.806-06	04020152900
0008. KERGINALDO CARLOS DANTAS	297.017.324-72	80106648209
0009. MARCELO DE SOUZA RAMOS	646.790.636-53	80103729194
0010. MARCELO DIAS HENRIQUES	044.930.086-28	80105116688
0011. NIVALDO ANGELO FERREIRA BENTO	365.473.286-00	80105582816
0012. NIVALDO GONÇALVES DAMASCENO	315.051.046-53	80105203904
0013. RAMON CLÉCIO PEREIRA	033.189.276-60	80105441406
0014. RENALDO TRINDADE CARVALHO	060.360.716-04	80106734806
0015. RICARDO DE PAULA	008.594.086-04	80106226991
0016. VALDENI TEIXEIRA DE AGUILAR	676.397.046-34	80102788154
0017. VALDEY CARLOS BARBOSA	527.690.036-15	80106766325
0018. LIETE CRISPIM MOURA	679.920.806-53	80104659688
0019. SILVANE MARCOS DA SILVA	930.791.686-15	80106573799

Nº 6.816/2011-CD - Processo Nº 53528.001432/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO Nº 53528.001432/2010, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião Nº 618, realizada em 18 de agosto de 2011, reformar a decisão contida no Ato Nº 2.289, de 15 de Abril de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 549/2011-GCJR, de 9 de agosto de 2011, afastando a sanção de caducidade de suas outorgas para as entidades abaixo listadas.

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. RONALDO DOS SANTOS LIMA	571.971.720-04	80102326452
0002. RUDIMAR SIVERIS	979.017.330-04	80105128007
0003. VALDECIR PEGORARO	472.174.640-72	80104508558
0004. WERNO SCHIRMER	189.735.070-87	80102642702

Nº 6.817/2011-CD - Processo Nº 53532.002142/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO Nº 53532.002142/2010, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os proced imentos legais, decidiu, em sua Reunião Nº 618, realizada em 18 de agosto de 2011, reformar a decisão contida no Ato Nº 1.566, de 17 de março de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 561/2011-GCJR, de 10 de agosto de 2011, afastando a sanção de caducidade de suas outorgas para as entidades abaixo listadas.

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. CLAUDIO ALMEIDA DO NASCIMENTO	266.309.154-53	50404372694
0002. DAVID LEONARDO DE SOUSA SANTOS	064.629.864-09	50404554539
0003. JOSE QUINTILIANO DE SOUZA	414.616.904-63	50404901867
0004. LUIZ GONZAGA VALERIANO	034.085.314-04	07000174293
0005. ROBERIO ALVES RODRIGUES	840.573.354-04	50014057425
0006. GLERISTON KLINGER SANTOS CASTRO	54.792.004-53	50403186340
0007. JAIRO SILVA DE LIMA	075.737.704-13	50404199372
0008. JOSE CARNEIRO DE CARVALHO NETO	486.641.114-72	50403958415
0009. LUCIO MAURO SANTOS DANTAS	804.645.804-04	50403880394

Em 26 de agosto de 2011

Nº 6.920/2011-CD- Processo Nº 53554.004357/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO Nº 53554.004357/2010, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião Nº 618, realizada em 18 de agosto de 2011, reformar a decisão contida no Ato Nº 2.369, de 19 de abril de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 538/2011-GCJR, de 9 de agosto de 2011, afastando a sanção de caducidade de suas outorgas para a entidade abaixo listada.

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. EURICO BAPTISTA DA COSTA FILHO	021.906.565-91	50403656753

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 6.139, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar RADIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ Nº 60.509.239/0001-13 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 03/09/2011 a 12/09/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 6.144, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar SPRINT - SERVIÇOS DE ENGENHARIA MECÂNICA LTDA, CNPJ Nº 04.285.527/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, no período de 03/09/2011 a 04/09/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 6.148, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar RAPOSO 2007 COMPETICOES AUTOMOBILISTICAS LTDA., CNPJ Nº 08.651.777/0001-28 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, no período de 03/09/2011 a 04/09/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 6.149, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar ALAN DE CARVALHO DA SILVA, CPF Nº 054.726.937-48 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, no período de 03/09/2011 a 04/09/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 6.150, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Sete Lagoas/MG, no período de 03/09/2011 a 04/09/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO NO PARÁ

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica às entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53572.000403/2010	José de Ribamar Tavares Barbosa	Tasso Fragoso/MA	221.376.883-87	2.850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97.	19/07/2011
53572.000281/2011	Associação Centro de Apoio e Promoção das Atividades Sócio Culturais em Timon - CAPASCIT	Timon/MA	11.140.633/0001-11	2.850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97.	27/05/2011
53572.000321/2011	F P de Matos Ferreira	Bacabal/MA	63.432.173/0001-07	3.010,08	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97.	14/06/2011
53572.000319/2011	Walney Pereira de Sousa.	São Francisco do Maranhão/MA	755.520.353-72	2.850,00	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97.	16/06/2011
53572.000399/2011	Fundação João Luis Albuquerque	Caxias/MA	02.612.654/0001-00	1.400,00	Artigos 78 e 82 do Anexo à Resolução nº 259/2001 e Artigo 18 do Anexo à Resolução nº 303/2002.	13/07/2011
53572.000413/2011	Fundação Maternidade Antenor Freitas Abreu	Palmeirândia/MA	12.100.707/0001-59	400,00	Artigos 78 e 82 do Anexo à Resolução nº 259/2001.	14/07/2011
53572.000439/2011	Associação Comunitária de Radiodifusão Cidade FM no Município de Carolina	Carolina/MA	04.781.813/0001-17	1.236,00	Artigos 78 e 82 do Anexo à Resolução nº 259/2001 e Artigo 18 do Anexo à Resolução nº 303/2002.	12/07/2011
53572.000449/2011	MEAC - Movimento Esportivo Amador Coquense	Vitória do Mearim/MA	02.987.132/0001-84	800,00	Artigos 78 e 82 do Anexo à Resolução nº 259/2001 e Artigo 18 do Anexo à Resolução nº 303/2002.	14/07/2011
53572.000451/2011	Jonathan Alencar de Oliveira	Itinga do Maranhão/MA	062.636.843-05	3.850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 c/c artigo 55, inciso V, alínea *b*, do anexo à Resolução 242/2000.	15/07/2011

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 6.141, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53790.000019/1997. TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A - TV - Porto Alegre/RS. Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 6.142, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53000.055892/2005. SISTEMA CATEDRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA - FM - Córrego Danta/MG. Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 6.143, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53000.024226/2007. CACHOEIRA ALTA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - FM - Paraopeba/MG. Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 6.145, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53504.003087/2003. RÁDIO UNIÃO DE FRANCA LTDA - FM - Franca/SP. Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 6.146, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53000.035191/2008. FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR VALE DO SAPUCAI - FM - Pouso Alegre/MG. Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 5.369, DE 3 DE AGOSTO DE 2011

Processo nº 53500.014552/2011. Expede autorização à NOVO HORIZONTE PREFEITURA, CNPJ nº 45.152.139/0001-99, para explorar, de forma direta, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, não aberto à correspondência pública, de forma gratuita, limitado o acesso aos serviços da Prefeitura e aos seus munícipes, no município de Novo Horizonte/SP.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente
Substituto

ATO Nº 5.581, DE 10, DE AGOSTO DE 2011

Processo no 53500.006442/1994. Declara extinta, por renúncia, a partir de 6 de julho de 2011, a autorização outorgada à BWA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA, CNPJ n.º 02.303.807/0001-29, por intermédio do Ato n.° 56.538, de 7 de março de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 8 de março de 2006, para explorar o Serviço Limitado Privado, tendo como área de prestação do serviço todo o território nacional.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente
Substituto

ATO Nº 5.726, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

Processo n° 5350000976620l1. Expede autorização de uso de radiofreqüências à TELEMIDIA SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 05.026.942/0001-62, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.740, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Processo n° 535000275652004. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S. A., CNPJ nº 33.530.486/0001-29, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.759, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Processo nº 535000057542001. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à TNL PCS S.A., CNPJ nº 04.164.616/0001-59, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.792, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Processo. 53500.019009/2011. Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço de Radiotáxi Privado, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofreqüência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.799, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Processo nº 53500.019063/2011 - Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Limitado Privado - Estações Itinerantes, de interesse restrito, expedida às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofreqüência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Relação de Entidades acompanhadas dos respectivos FISTEL, CNPJ/MF e validade da licença: BRASAL REFRIGERANTES S/A, 50003953955, 01612795000151, 01/10/2009 / CONDOMINIO RURAL QUINTAS INTERLAGOS, 50003919340, 03653656000100, 28/09/2009 / LUIZ CLAUDIO DE SOUZA ALVES, 50004035682, 52426491191, 14/10/2009 / TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., 50003211894, 18725804000970, 25/06/2009.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.804, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Processo nº 53500.019010/2011 - Extinguir, por cassação, a partir de 14 de junho de 2009, a autorização do Serviço Especial de Supervisão e Controle para uso próprio, de interesse restrito, expedida à entidade PROTECTOR VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF nº 01.980.617/0001-83, FISTEL 50002938863, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofreqüência associada, com fulcro no § 5º do art. 18 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofreqüências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001 e no parágrafo único do art. 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 5.832, DE 24 DE AGOSTO DE 2011

Processo. 53500.019238/2011. Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofreqüência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 186, DE 3 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇAO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 187, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada no DOU de 24 de agosto de 2006 com as alterações introduzida pelas Portaria nº 591, de 18/09/2006 publicada no DOU de 20/09/2006, nº 711, de 12 de novembro de 2008, publicada no DOU de 13/11/2008; Portaria nº 401, de 04 de maio de 2010, publicada no DOU de 06/05/2010, nº 11, de 26 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 28/01/2011; Portaria nº 19, de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011, e Portaria nº 69, de 17 de março de 2011, publicada no DOU de 18/03/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista do que consta do Processo nº 53000.036671/2005 - Volumes I e II, e em especial , da Nota Técnica nº 1335/2011/CORAT/GTPO/SCE, de 28 de julho de 2011, a FUNDAÇÃO BOM JESUS DE CUIABÁ, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, a efetuar a modificação do seu quadro diretivo, de acordo com o que consta da Ata de Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2010, conforme consta nesta Portaria.

2º - Determinar que a entidade a Ata contendo a modificação autorizada, devidamente registrada no órgão competente, para fins de aprovação deste Ministério, dependendo dessa medida o exame e a decisão de seus futuros pedidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 193, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICACÃO ELETRÕNICA, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 187, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada em 24 de agosto de 2006 com as alterações dadas pelas Portaria nº 591, de 18/09/2006 publicada no DOU de 20/09/2006, nº 711, de 12 de novembro de 2008, publicada no DOU de 13/11/2008; nº 401, de 04 de maio de 2010, publicada no DOU de 06/05/2010, nº 11, de 26 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 28/01/2011; nº 19, de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011, e nº 69, de 17 de março de 2011, publicada no DOU de 18/03/2011, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.050566/1981 e, em especial, a Nota Técnica nº 1246/2011/CORAT/CGLO/DEOC/SCE-MC, a primeira alteração contratual datada de 27 de março de 2001, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 29 de maio de 2001, sob o nº 2611774, consistente na modificação do quadro diretivo, promovida pela Sistema Ipanema de Comunicação Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais, conforme consta nesta Portaria.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 16, DE 8 DE ABRIL DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.068175/2006, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da TELEVISÃO TUIUTI S.A, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Cristal, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando o canal 30- (trinta, decalado para menos), classe C.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão
Alberto Pedrassani Costa Neves	Ofício nº 10-561/MB	Marinha do Brasil
Carolina Hawerroth Costa Neves	Ofício nº 10-561/MB	Marinha do Brasil
Giulia Hawerroth Costa Neves	Ofício nº 10-561/MB	Marinha do Brasil
Isângelo Senna da Costa	Ofício 1853/2011-SM	Policia Militar do Distrito Federal
Eliane Bruna Oliveira do Santos Senna	Ofício 1853/2011-SM	Policia Militar do Distrito Federal
Victória Oliveira Senna	Ofício 1853/2011-SM	Policia Militar do Distrito Federal
Wander de Freitas da Silva	Ofício Nº 699 - AS/1.32	Ministério da Defesa Exército Brasileiro
Claudia da Silva	Ofício Nº 699 - AS/1.32	Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Vinicios de Freitas da Silva	Ofício Nº 699 - AS/1.32	Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Vitor de Freitas da Silva	Ofício Nº 699 - AS/1.32	Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

PORTARIA DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO INTERINO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão
Marco Aurélio de Almeida Garcia	Ofício n° 377 de 01/09/2011	Gabinete Pessoal da Presidenta da República

RUY NUNES PINTO NOGUEIRA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 515, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de reforços, melhorias e expansão de instalações de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.942.281/0001-23, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Projetos	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica, compostas por: I - Melhoria no Sistema de Distribuição de Baixa Tensão (≤1kV): a) Adequação/Reforma de Circuitos de Baixa Tensão, contemplando Obras em Redes de Baixa Tensão Tipo, Abertura de Circuito, Recondutoramento, Fechamento de Anel, Extensão, instalação de Espaçadores e Alteração do Padrão; b) Aquisição de Ramais de Ligação, contemplando a aquisição de Ramais de Ligação de Unidades Consumidoras; c) Aquisição de Medidores de Energia, contemplando a aquisição de Medidores de Energia para instalação em Unidades Consumidoras e substituição de Equipamentos sucateados; d) Equipamentos para Medição Indireta, contemplando a aquisição de Medição Indireta de Energia (Transformadores de Potencial, Transformadores de Corrente e Chaves de Aferição) para instalação em Unidades Consumidoras e substituição de Equipamentos sucateados; e) Equipamentos Registradores de Tensão e Corrente, contemplando a aquisição de Equipamentos Registradores de Tensão e Corrente, bem como seus acessórios; f) Implantação de Sistema de Rádio e Comunicação, contemplando a aquisição de Rádios de Comunicação, Fixos e Móveis, bem como os acessórios necessários para sua implantação, contempla, também, Antenas e Cabeamentos; e g) Aquisição de Equipamentos e Instrumentos de Subestação e Instrumentos para Oficina Eletromecânica, contemplando a aquisição de Equipamentos e Instrumentos de Subestação, bem como seus acessórios necessários para sua implantação, Instrumentos para Oficina Eletromecânica, bem como Treinamentos e Software necessários. II - Melhoria no Sistema de Distribuição de Média Tensão (>1kV e <69kV): a) Instalação de Banco de Regulador de Tensão, contemplando a aquisição de Reguladores de Tensão Monofásicos ou Trifásicos, bem como seus Sistemas de Controle, Materiais e Equipamentos necessários para a sua instalação nas Redes de Distribuição; b) Instalação de Religador Automático, contemplando a aquisição de Religadores Automáticos, Classe de Tensão até 44 KV, bem como seus Sistemas de Comunicação Remota, Software, Materiais e Equipamentos necessários para a sua instalação nas Redes de Distribuição; c) Instalação de Chave Seccionadora de Abertura com Carga, contemplando a aquisição de Chave Seccionadora Tripolar, de Abertura com Carga; d) Construção de Redes de Distribuição, contemplando a construção de Redes de Distribuição com objetivo de Ampliação ou Interligação do Sistema; e) Construção de Redes de Distribuição para Atender Novas Cargas (Urbano), contemplando a construção de Redes de Distribuição com o objetivo de atender a Companhias de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, Loteamentos e Obras de Universalização; f) Construção de Redes de Distribuição para Atender Novas Cargas (Rural), contemplando a construção de Redes de Distribuição com o objetivo de atender a Assentamentos e Obras de Universalização; g) Substituição de Transformadores de Distribuição, contemplando a substituição de Transformadores Sobrecarregados no Sistema, bem como adequações necessárias à Nova Potência como a Reforma de Barramento e Conexões; h) Reforma de Rede de Distribuição, contemplando Obras de Recondutoramento em Redes de Distribuição com o objetivo de Expansão na Capacidade de Fornecimento de Energia; e i) Renovação/Substituição de Equipamentos de Distribuição com Fim de Vida Util ou Avariados, contemplando a aquisição de Equipamentos destinados à Substituição ou Reforma de Equipamentos em Fim de Vida Util ou Avariados, tais como Transformadores de Distribuição, Chaves Seccionadoras, Postes, Reguladores de Tensão, Religadores, Banco de Capacitores e seus Materiais necessários para sua Reposição no Sistema; III - Melhoria no Sistema de Distribuição de Alta Tensão (≥69kV): a) Sistema Cambuí 2, contemplando a Implantação de Transformação 138 - 13,8 kV - 20/25MVA, e *Bays* Associados na Subestação Cambuí 2 - 3ª Etapa; b) Sistema Bragança 2, contemplando a construção de treze quilômetros de Linha de Transmissão, em 138 kV, entre a Subestação Bragança (CTEEP) e Bragança 2 e a implantação de uma Subestação de 138 kV, com a instalação de Transformador de 138-13,8kV - 25/30MVA, em Bragança, denominada Subestação Bragança 2; c) Sistema Bragança - Subestação JQM, contemplando a aquisição e instalação na Subestação JQM de Transformador de 138-88/34,5-13,8-11,4kV 20/25/30MVA, (atual fica de reserva), e a aquisição e instalação na Subestação JQM Transformador 138-88/34,5-13,8-11,4kV 20/25/30MVA, em substituição ao Transformador atual queimado; d) Sistema Cambuí 2, contemplando a recuperação do Transformador de 138/34,5 KV - 20/25 MVA, da Subestação Cambui 2; e e) Renovação/Substituição de Equipamentos em Subestação de Distribuição com Fim de Vida Util ou Avariados, contemplando a aquisição de Equipamentos destinados a Substituição ou Reforma de Equipamentos em Fim de Vida Útil ou Avariados tais como: Transformadores de Força, Reguladores de Tensão, Malha de Terra, Chaves Seccionadoras, Disjuntores, Para-Raio, Transformadores de Corrente, Transformadores de Potencial, Medidores, Sistema de Comunicação, Relés, Buchas Capacitivas, Retificadores e Banco de Baterias.
Tipo	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Contrato de Concessão ANEEL nº 012/1999, de 3 de fevereiro de 1999.
Pessoa Jurídica Titular	Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB.
CNPJ	60.942.281/0001-23.
Localização	Municípios de Bragança Paulista, Joanópolis, Pedra Bela, Pinhalzinho, Tuiuti e Vargem, no Estado de São Paulo, e Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Estiva, Extrema, Itapeva, Munhoz, Ponte Segura, Senador Amaral e Toledo, no Estado de Minas Gerais.
Enquadramento	Art. 3º, inciso IV, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.002874/2009-33 e MME nº 48000.001526/2011-11.

PORTARIA Nº 516, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de reforços, melhorias e expansão de instalações de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.882.504/0001-07, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Projetos	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica, compostas por: I - Melhoria no Sistema de Distribuição de Baixa Tensão (≤1kV): a) Adequação/Reforma de Circuitos de Baixa Tensão, contemplando Obras em Redes de Baixa Tensão do Tipo, Abertura de Circuito, Recondutoramento, Fechamento de Anel, Extensão, Instalação de Espaçadores e Alteração do Padrão; b) Aquisição de Ramais de Ligação, contemplando a aquisição de Ramais de Ligação de Unidades Consumidoras; c) Aquisição de Medidores de Energia, contemplando a aquisição de Medidores de Energia para instalação em Unidades Consumidoras e substituição de Equipamentos sucateados; d) Equipamentos para Medição Indireta, contemplando a aquisição de Medição Indireta de Energia (Transformadores de Potencial, Transformadores de Corrente e Chaves de Aferição) para instalação em Unidades Consumidoras e substituição de Equipamentos sucateados; e e) Implantação de Sistema de Rádio e Comunicação, contemplando a aquisição de Rádios de Comunicação, Fixos e Móveis, bem como os acessórios necessários para sua implantação, contempla, também, Antenas e Cabeamentos; II - Melhoria no Sistema de Distribuição de Média Tensão (>1kV e <69kV): a) Instalação de Religador Automático, contemplando a aquisição de Religadores Automáticos, bem como seus Sistemas de Comunicação Remota, Software, Materiais e Equipamentos necessários para a sua instalação nas Redes de Distribuição; b) Construção de Redes de Distribuição, contemplando a construção de Redes de Distribuição com objetivo de Ampliação ou Interligação do Sistema; c) Construção de Redes de Distribuição para atender Novas Cargas (Urbano), contemplando a construção de Redes de Distribuição com o objetivo de atender a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Companhias de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, Loteamentos e Obras de Universalização; d) Construção de Redes de Distribuição para atender Novas Cargas (Rural), contemplando a construção de Redes de Distribuição com o objetivo de atender a Assentamentos e Obras de Universalização; e) Substituição de Transformadores de Distribuição, contemplando a substituição de Transformadores Sobrecarregados no Sistema, bem como adequações necessárias à Nova Potência como a Reforma de Barramento e Conexões; f) Reforma de Rede de Distribuição, contemplando Obras de Recondutoramento em Redes de Distribuição com o objetivo de Expansão na Capacidade de Fornecimento de Energia; e g) Renovação/Substituição de Equipamentos de Distribuição com fim de vida útil ou avariados, contemplando a aquisição de Equipamentos destinados à Substituição ou Reforma de Equipamentos em fim de vida útil ou avariados, tais como Transformadores de Distribuição, Chaves Seccionadoras, Postes, Reguladores de Tensão, Religadores, Banco de Capacitores e seus materiais necessários para sua reposição no Sistema.
Tipo	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Contrato de Concessão ANEEL nº 022/1999, de 3 de fevereiro de 1999.
Pessoa Jurídica Titular	Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO.
CNPJ	77.882.504/0001-07.
Localização	Município de Guarapuava, Estado do Paraná.
Enquadramento	Art. 3º, inciso IV, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.002873/2009-99 e MME nº 48000.001525/2011-51.

PORTARIA Nº 517, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de reforços, melhorias e expansão de instalações de distribuição de energia elétrica, de titularidade da empresa Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.895.728/0001-80, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Projetos	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica, compostas por: I - Melhoria no Sistema de Distribuição de Baixa Tensão (≤1kV): a) Ramais e Medidores para Atendimento a Novos Clientes, contemplando a aquisição de Ramais e Medidores de Energia para instalação em Unidades Consumidoras; b) Adequação/Reforma de Circuitos de Baixa Tensão, contemplando a Divisão de Circuitos com instalação de Transformadores, Melhoria do Aterramento e Recondutoramento da Rede de Baixa Tensão; II - Melhoria no Sistema de Distribuição de Média Tensão (>1kV e <69kV): a) Expansão/Reforço de Redes de Distribuição de Média Tensão para Construir Novos Alimentadores, contemplando Construções e Recondutoramentos de Redes de Média Tensão; b) Construção de Redes de Distribuição para Atender Novos Clientes na Área Urbana, contemplando Construção de Redes de Média e Baixa Tensão para atendimento a novos clientes; c) Expansão da Rede de Distribuição com a Incorporação de Redes Particulares, contemplando a incorporação e posterior operação e manutenção de Redes construídas por particulares em Via Pública; d) Melhoria/Reforço de Redes de Distribuição até 34,5 kV, contemplando a substituição do Padrão de Rede Convencional (Cabo Nu) por Rede PSH (Primário e Secundário Horizontal) e por Rede Spacer (Cabo Coberto), além da melhoria no Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas de Redes de 34,5 kV e instalação de Localizadores de Defeito; e) Substituição de Transformadores de Distribuição, contemplando a substituição de Transformadores com Carregamento Elevado; f) Melhoria dos Índices de Continuidade do Sistema com Reforço na Constituição de Reserva dos Equipamentos e Transformadores de Distribuição, contemplando a aquisição de Transformadores e Equipamentos de Rede até 34,5 kV; g) Instalação de Bancos de Capacitores, contemplando além dos Vasos de Capacitores, todo o Material e Equipamento referente à instalação dos Bancos na Rede de Distribuição. No caso de Bancos Chaveados, compreende também o Controlador, Transformadores de Corrente, Transformadores de Potencial, e demais Materiais e Equipamentos necessários para a instalação do Sistema de Controle Automático do Banco de Capacitor; h) Instalação de Bancos de Reguladores de Tensão, contemplando a aquisição de Reguladores de Tensão Monofásicos ou Trifásicos, Grupo de Ligação Delta ou Estrela, Classe de Tensão até 34,5 KV, bem como seus Sistemas de Controle, Materiais e Equipamentos necessários para a sua instalação nas Redes de Distribuição; i) Instalação de Chaves Religadoras, Chaves Seccionadoras e Religadores, contemplando a aquisição de Chaves Religadoras, Chaves Seccionadoras Tripolares, de Abertura com Carga e Religadores, para a Classe de Tensão de Operação de até 34,5 KV; j) Renovação/Substituição de Equipamentos de Distribuição em Fim de Vida Útil ou Avariados, contemplando a Substituição de Postes, Condutores, Chaves Religadoras, Seccionadoras, Células Capacitivas e Transformadores com Tensão de Operação de até 34,5 KV; k) Melhoria do Sistema Telecomunicação para Redes de até 34,5 kV, contemplando a instalação de Rádios/Equipamentos/Torres de Telecomunicações para Rede de Rádio VHF; l) Expansão/Melhoria de Sistemas de Distribuição Isolados Atendidos por Usinas Dieselétricas, contemplando o Reforço do Parque Gerador com a instalação de Unidades Geradoras adicionais remanejadas de outras localidades, contempla, ainda, a aquisição e instalação de Novas Máquinas em acréscimo ao Parque Gerador existente, substituição de Unidades Geradoras que estão apresentando baixo rendimento em função do desgaste de operação e execução de revisões gerais necessárias de acordo com o Programa de Manutenção; m) Implantação de Sistemas de Distribuição Isolados com Fontes Alternativas para Atender Novos Clientes na Área Rural, contemplando a instalação de Sistemas Individuais e Híbridos com Fontes Alternativas de Energia podendo estar consorciados a Mini-Redes de Distribuição; n) Implantação de *Bays* para Alimentadores, contemplando a instalação de *Bays* 13,8 kV e 34,5 kV para Conexão de Novos Alimentadores em 13,8 kV e 34,5 kV; o) Sistema Vigia 34,5 kV, contemplando a instalação do 2º Transformador de 34,5/13,8 kV - 5/6,3 MVA na Subestação Vigia; p) Sistema Curuçá 34,5 kV, contemplando a instalação do 2º Transformador de 34,5/13,8 kV em Curuçá; e q) Sistema Vila Planalto 34,5 kV, contemplando a implantação de uma Conexão de 34,5 kV para Transformador de 34,5/13,8 kV na Subestação Vila Planalto; III - Melhoria no Sistema de Distribuição de Alta Tensão (≥69kV): a) Melhoria/Reforma de Transformadores de Força e Equipamentos de Subestação, contemplando a substituição de Equipamentos de Subestações (Para-Raio, Transformadores de Corrente, Transformadores de Potencial, Chaves, Baterias, Cabos Isolados, Retificadores e Outros) e Reforma e Selagem de Transformadores de Força, Retrofit de Relés, Religadores e de Cubículos Internos com a Substituição de Disjuntores; b) Melhoria da Proteção, Automação e Telecomunicações para o Sistema de Alta Tensão, contemplando a substituição de Relés de Sobrecorrente por Relés de Distância com Localizador de Defeito (Proteção das Linhas de Transmissão), melhoria do Sistema de Aterramento de Linhas de Transmissão, aquisição e instalação de Equipamentos/Materiais do Sistema de Supervisão e Controle do Centro de Operação do Sistema e Implantação/substituição de Rádios/ Equipamentos/Torres de Telecomunicações para Rede de Rádio UHF; c) Reforço na Constituição de Reserva de Transformadores de Força e Equipamentos de Subestação, contemplando a aquisição de Transformadores de Força, Disjuntores e Reguladores de Tensão para Subestações; d) Melhoria na Instrumentalização das Áreas de Manutenção e Operação, contemplando a aquisição de Equipamentos, Dispositivos de Ensaios Elétricos e Ferramentas para Manutenção de Subestações e Sistemas de Automação/Telecomunicação, Aquisição de WorkAbout com GPS e Registradores Digitais de Perturbação Fixo e Móvel; e) Sistema Tomé Açu - PPSA, 138 kV, contemplando a construção de uma Linha de Transmissão, em 138 kV, Tomé Açu (RB) - PPSA; f) Sistema Itacaiunas, 138 KV, contemplando a construção de uma Linha de Transmissão, em 138 kV, Itacaiunas (RB) - Itacaiunas; g) Sistema Independência, 69 kV, contemplando a implantação de dois *Bays* de 69 kV para o 1º e 2º Circuitos de Derivação para Subestação Independência na Linha de Transmissão Guamá - Embrapa - Miramar; h) Sistema Abaetetuba, 138 kV, contemplando a implantação de uma Subestação,em 138 kV, em Abaetetuba, alimentada através de Vila do Conde, 138 kV; i) Sistema Castanhal ,69 kV, contemplando a instalação de um *Bay* de 69 kV, na Subestação Castanhal; j) Sistema Rondon do Pará, 69 kV, contemplando a instalação de um Transformador de 69/13,8 kV e uma Unidade Terminal Remota - UTR, na Subestação Rondon do Pará; k) Sistema Dom Elizeu, 69 kV, contemplando a instalação de um Transformador de 69/13,8 kV, na Subestação Dom Elizeu; l) Sistema Vila Concórdia, 69/13,8 kV, contemplando a instalação do 2º Transformador de 69/13,8 kV, em Vila Concórdia; m) Sistema Capanema, 69 kV, contemplando a instalação do Transformador de 69/13,8 kV - 25/30 MVA, e adequação das Conexões dos Transformadores de 69/13,8 kV; n) Sistema São Geraldo, 138 kV, contemplando a implantação de uma Subestação, em 138 kV, em São Geraldo, alimentada através de Linha de Transmissão, em 138 kV, Xambioá - São Geraldo; o) Sistema Entorno de Belo Monte, 138 kV, contemplando a implantação de um Sistema, em 138 kV, em torno do Lago da AHE Belo Monte; p) Sistema Redenção, 138 kV, contemplando a instalação de dois Bancos Capacitores de 5 MVAr - 138 kV, na Subestação Redenção; q) Sistema Paragominas, 138 kV, contemplando a instalação de dois Bancos Capacitores de 5 MVAr - 138 kV, na Subestação Paragominas; r) Sistema Castanhal, 69 kV, contemplando a instalação de dois Bancos Capacitores de 5 MVAr - 69 kV, na Subestação Castanhal; e s) Instalação de Cabo OPGW no Sistema Ilha de Marajó e Entorno de Belo Monte, contemplando a instalação de Cabo OPGW nas Linhas de Transmissão e Linhas de Distribuição do Sistema Ilha do Marajó e Entorno de Belo Monte.
Tipo	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Contrato de Concessão de Distribuição nº 182/1998-ANEEL, de 28 de julho de 1998.
Pessoa Jurídica Titular	Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA.
CNPJ	04.895.728/0001-80.
Localização	Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Tucuruí, Castanhal, Curionópolis, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Salinópolis, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Sapucaia, Abel Figueiredo, Altamira, Capanema, Curuçá, Dom Eliseu, Jacundá, Marabá, Marapanim, Rio Maria, Rondon do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Tailândia, Terra Alta, Vigia, Xinguara, Almeirim, Barcarena, Bragança, Colares, Conceição do Araguaia, Igarapé-Açu, Itaituba, Mãe do Rio, Magalhães Barata, Ourém, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém, Santo Antônio do Tauá, São João de Pirabas, Soure, Ulianópolis, Abaetetuba, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Breves, Concórdia do Pará, Faro, Goianésia do Pará, Nova Timboteua, Oriximiná, Peixe-Boi, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Santa Luzia do Pará, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Araguaia, São Miguel do Guamá, Terra Santa, Tomé-Açu, Tucumã, Alenquer, Baião, Bom Jesus do Tocantins, Bonito, Canaã dos Carajás, Capitão Poço, Eldorado dos Carajás, Igarapé-Miri, Inhangapi, Irituia, Jacareacanga, Maracanã, Mocajuba, Nova Ipixuna, Novo Progresso, Óbidos, Ourilândia do Norte, Palestina do Pará, Pau D´Arco, Porto de Moz, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Acará, Afuá, Água Azul do Norte, Anajás, Anapu, Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Aveiro, Bagre, Bannach, Belterra, Brasil Novo, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cachoeira do Piriá, Cametá, Chaves, Cumaru do Norte, Curralinho, Curuá, Floresta do Araguaia, Garrafão do Norte, Gurupá, Ipixuna do Pará, Itupiranga, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Medicilândia, Melgaço, Moju, Monte Alegre, Muaná, Nova Esperança do Piriá, Novo Repartimento, Oeiras do Pará, Pacajá, Piçarra, Placas, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Rurópolis, Santa Maria das Barreiras, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São João do Araguaia, São Sebastião da Boa Vista, Senador José Porfírio, Tracuateua, Trairão, Uruará, Viseu, Vitória do Xingu, Estado do Pará.
Enquadramento	Art. 3º, inciso IV, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.003905/2009-73 e MME nº 48000.001527/2011-49.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 518, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de reforços, melhorias e expansão de instalações de distribuição de energia elétrica, de titularidade da empresa Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.467.321/0001-99, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Projetos	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica, compostas por: I - Melhoria no Sistema de Distribuição de Baixa Tensão (≤1kV): a) Sistema de Comunicação (Estações Móveis de VHF e UHF), contemplando aquisição de Estações Móveis de Rádios VHF e UHF, Torres Repetidoras de VHF e UHF e os respectivos acessórios, Upgrade no Sistema SCADA, aquisição de Workstation, Servidores de Histórico, Monitores, Licença de Software, Materiais para instalação dos Sistemas de Automação; b) Aquisição e Instalação de Ramais de Ligação, contemplando a aquisição de Ramais de Ligação de Unidades Consumidoras; c) Aquisição e Instalação de Caixas de Medição Instaladas em Posteação na Via Pública, contemplando a aquisição de Caixas de Medição Instaladas em Posteação na Via Pública de Unidades Consumidoras; d) Aquisição de Medidores de Energia, contemplando a aquisição de Medidores de Energia para instalação em Unidades Consumidoras e substituição de Equipamentos Sucateados; e) Equipamentos para Medição Indireta, contemplando a aquisição de Medição Indireta de Energia (Transformadores de Potencial, Transformadores de Corrente e Chaves de Aferição) para instalação em Unidades Consumidoras e substituição de Equipamentos Sucateados; e f) Renovação de Medidores de Energia, contemplando a renovação de Equipamentos de Medição, bem como seus acessórios; II - Melhoria no Sistema de Distribuição de Média Tensão (>1kV e <69kV): a) Equipamentos para Medição Grupo A, contemplando a aquisição de Registradores para Clientes do Grupo A; b) Equipamentos E-Mobile, contemplando a aquisição de Equipamentos E-Mobile para Leitura e Entrega de Contas Simultâneas; c) Adequação/Reforma de Circuitos de Média Tensão, contemplando obras em Redes de Média Tensão modificando sua Configuração (Aérea para Protegida) e o seu Padrão Construtivo; d) Instalação de Banco de Capacitor, contemplando além dos Vasos de Capacitores, todo o Material e Equipamento referente à instalação dos Bancos na Rede de Distribuição. No caso de Bancos Chaveados, compreende também o Controlador, Transformadores de Corrente, Transformadores de Potencial, e demais Materiais e Equipamentos necessários para a instalação do Sistema de Controle Automático do Banco de Capacitor; e) Instalação de Banco de Regulador de Tensão, contemplando a aquisição de Reguladores de Tensão Monofásicos ou Trifásicos, Grupo de Ligação Delta ou Estrela, Classe de Tensão até 44 KV, bem como seus Sistemas de Controle, Materiais e Equipamentos necessários para a sua instalação nas Redes de Distribuição; f) Instalação de Seccionalizador Automático de Distribuição, contemplando a aquisição de Seccionalizadores Automáticos de Distribuição, Classe de Tensão até 34,5 KV, Materiais e Equipamentos necessários para a sua instalação nas Redes de Distribuição; g) Instalação de Chaves Motorizadas de Abertura com Carga, contemplando a aquisição de Chave Seccionadora Tripolar, de Abertura com Carga, Classe de Tensão de Operação até 44 KV; h) Construção de Redes de Distribuição (Alimentadores), contemplando a construção de Redes de Distribuição até a Classe de 44 kV, com objetivo de Ampliação ou Interligação do Sistema; i) Construção de Redes de Distribuição para atender Novas Cargas (Urbano), contemplando a construção de Redes de Distribuição até a Classe de 44 kV, com o objetivo de atender a Companhias de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, Loteamentos, Novas Cargas acima 50 kW, Aumento de Demanda e Obras de Universalização; j) Construção de Redes de Distribuição para atender Novas Cargas (Rural), contemplando a construção de Redes de Distribuição, Equipamentos de Medição, Ramais de Serviço, Padrões de Entrada até a Classe de 44 kV, com o objetivo de atender a Assentamentos e Obras de Universalização e Programa Luz Para Todos; k) Substituição de Transformadores de Distribuição, contemplando a Substituição de Transformadores Sobrecarregados no Sistema, bem como adequações necessárias à Nova Potência como a Reforma de Barramento e Conexões; l) Aquisição de Transformadores de Distribuição, contemplando a aquisição de Transformadores de Distribuição até 44 kV, bem como os Materiais e Equipamentos necessários para a instalação do mesmo; m) Renovação/Substituição de Equipamentos/Rede de Distribuição com Fim de Vida Util ou Avariado, contemplando a aquisição de Equipamentos destinados à Substituição ou Reforma de Equipamentos em Fim de Vida Útil ou Avariados, tais como Transformadores de Distribuição, Chaves Seccionadoras, Postes, Cruzetas, Chaves, Para-Raio, Reguladores De Tensão, Religadores, Banco de Capacitores e seus Materiais necessários para sua Reposição no Sistema; n) Incorporações de Redes Construídas por Terceiros (Antecipação do Atendimento), contemplando a aquisição de Redes de Distribuição Urbanas e Rurais, Construídas por Terceiros (Antecipação do Atendimento); o) Equipamentos Registradores de Tensão e Corrente, contemplando a aquisição de Equipamentos Registradores de Tensão e Corrente, bem como seus Acessórios; p) Automação de Religadores, contemplando Obras de Automação em Religadores de Distribuição instalados em Redes e Linhas de Distribuição até a Classe 44 kV, com o objetivo de melhoria na confiabilidade; q) Renovação/Substituição de Equipamentos de Distribuição (Subestações) com Fim de Vida Util ou Avariado, contemplando a aquisição de Equipamentos destinados à Substituição ou Reforma de Transformadores de Força, Disjuntores e Reles Digitais até 44 kV e seus Materiais necessários para sua Reposição no Sistema; r) Sistema de Automação para Subestações de 34,5 kV, contemplando a aquisição de Relés de Proteção Eletrônicos, Equipamentos de Comunicação e Automação bem como seus Acessórios necessários para sua implantação; e s) Adequação e Melhoria na Subestação Barro Duro, contemplando a adequação e melhoria dos Barramentos de 13,8 kV; III - Melhoria no Sistema de Distribuição de Alta Tensão (≥69kV): a) Sistema Subestação Rondonópolis Centro, contemplando a implantação da 2ª Transformação de 138/13,8 kV - 30 MVA; b) Sistema de Automação e Telecomunicações, contemplando a aquisição de Relés de Proteção Eletrônicos, Equipamentos de Comunicação e Automação bem como seus Acessórios necessários para sua implantação; c) Adequação do Sistema de Proteção para Subestações de 138 kV, contemplando a aquisição do Sistema de Proteção nas Subestações de 138 kV, bem como os Materiais e Equipamentos necessários para a instalação do mesmo; d) Adequação do Sistema de Medição de Fronteira em Subestações de 138 kV, implementação do Servidor do ONS/CCEE (Legislação) para a integração do Sistema de Medição com a Automação das Subestações devido ao Aumento do Número de Pontos das Subestações (atualmente em duzentos e cinquenta Pontos); e) Ampliação, Melhoria e Automação do Sistema de Medição de Fronteira em Subestações de 138 kV, contemplando a Ampliação, Melhoria e Automação do Sistema de Medição de Fronteira; f) Melhoramento de Linha de Transmissão, contemplando Obras de Melhoria em Linhas de Transmissão na Classe de 69 e 138 kV, com o objetivo de Adequação/Reforma das Linhas de Transmissão; e g) Renovação/Substituição de Equipamentos de Transmissão com Fim de Vida Util ou Avariado, contemplando a aquisição de Equipamentos destinados à Substituição ou Reforma de Equipamentos em Fim de Vida Util ou Avariados, tais como Transformadores de Força, Reatores, Bancos de Baterias, Filtros CDC, Rádios de Comunicação e seus Materiais necessários para sua Reposição no Sistema.
Tipo	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Contrato de Concessão de Distribuição nº 03/1997-ANEEL, de 11 de dezembro de 1997.
Pessoa Jurídica Titular	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT.
CNPJ	03.467.321/0001-99.
Localização	Todos os Municípios do Estado de Mato Grosso.
Enquadramento	Art. 3º, inciso IV, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.002876/2009-22 e MME nº 48000.001553/2011-77.

PORTARIA Nº 519, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de reforços, melhorias e expansão de instalações de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.- ENERSUL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.413.826/0001-50, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Projetos	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica, compostas por: I - Melhoria no Sistema de Distribuição de Baixa Tensão (≤1kV): a) Recapacitação de Redes de Baixa Tensão - Reclamação e Medição Amostral, contemplando a Reforma/Recondutoramento de Redes de Baixa Tensão; b) Substituição de Medidores Obsoletos ou Fraudados, contemplando a substituição de Medidores Defeituosos, Obsoletos ou Irregulares encontrados nas Inspeções de Combate a Fraude; c) Aquisição de Medidores Qualidade para Atender ao Prodist - Módulo 08 - Conformidade deTensão, contemplando a disponibilização de Medidores para Atender a Demanda de Medições de Reclamações de Tensão, Medições Amostrais e a necessidade específica da Certificação ISO 9001 que prevê o Rastreamento desses Equipamentos e Circulação em Laboratório; d) Blindagem de Rede de Baixa Tensão de Distribuição e Regularização de Clandestinos, contemplando a aquisição e implantação de Novos Ramais de Entrada Concêntricos, Medidores Monofásicos e a substituição das Redes de Baixa Tensão Convencionais por Cabo Multiplexado Isolado; e) Ramal de Ligação para Expansão do Mercado de Baixa Tensão - Novas Ligações, contemplando a Implantação/Instalação de Ramais de Serviço para Ligar Novos Consumidores; f) Ramal de Ligação para Atendimento ao Mercado de Baixa Tensão - Religação, contemplando a Instalação de Ramais de Serviço, em todas as Religações previstas para 2011, entre o Poste e o Pontalete do Padrão de Entrada. São ligações de Clientes onde o Ramal de Serviço foi removido por motivo de Suspensão de Fornecimento, ou Pedido de Desligamento; g) Sistema de Monitoramento de Qualidade de Energia Elétrica, contemplando a aquisição de Medidor Portátil da Nova Versão do RQE para substituição de Medidores antigos e que já apresentam problemas de operação devido ao envelhecimento do Equipamento, Medidor Portátil da Marca CESINEL e de Medidores Fixos; h) Relocação de Rede, contemplando a Relocação/Adequação de Rede em Função da Expansão Urbana; e i) Cobertura das Casas de Comando, contemplando a Substituição da Cobertura (Madeiramento e Telhamento) das Casas de Comando das Subestações Eldorado e Ponta Porá/Estoril; II - Melhoria no Sistema de Distribuição de Média Tensão (>1kV e <69kV): a) Substituição de Equipamentos Avariados/Obsoletos/Fim de Vida Util, contemplando a substituição de Equipamentos Avariados, Obsoletos ou em Fim de Vida Util, tais como Transformadores de Distribuição, Transformadores de Força, Transformadores de Aterramento, Transformador de Potencial, Transformador de Corrente, Banco de Capacitores, Disjuntores, Religadores, Chaves, Cubículos, etc; b) Sistema Aquidauana, contemplando a instalação de Transformador de 13,8/34,5 kV - 7,5 MVA e bay 15 kV; c) Implantação de *Bays* para Alimentadores, contemplando a instalação de *Bays* de 13,8 kV e 34,5 kV, para Conexão de Alimentadores; d) Extensão e Recapacitação de Alimentadores, contemplando a Expansão/Adequação das Redes de 13,8 kV e 34,5 kV;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	e) Extensão de Rede Urbana, contemplando a Expansão da Rede Urbana nos Municípios da Área de Concessão da ENERSUL; f) Extensão de Rede Rural, contemplando a Expansão da Rede Rural nos Municípios da Área de Concessão; g) Extensão e Recapacitação de Rede, contemplando a Expansão e Adequação/Recapacitação da Rede, envolvendo: Construção/Extensão de Alimentadores, Instalação/Substituição do Transformador de Distribuição, Troca dos Condutores do Circuito por Bitola Superior, Divisão do Circuito de Baixa Tensão com a instalação de novo Transformador e outras soluções; h) Reforma/Adequação/Melhoria da Rede de Distribuição, contemplando as Reformas, Adequações e Melhorias na Rede de Distribuição, tais como: Substituição de Postes, Cabos Condutores, Para-Raio, Reposição de Furtos de Cabos/Ramais de Serviço, Sistemas de Aterramento, etc; i) Adequação de Redes Rurais Incorporadas, contemplando a Adequação de Redes Rurais Incorporadas aos Padrões, Qualidade e Requisitos da Distribuidora; j) Instalação da Automação da Rede de Distribuição, contemplando a Implantação de Automação em Redes de Distribuição; k) Aquisição de Medidores para Atendimento ao Mercado de Média Tensão/Baixa Tensão, contemplando a dequação de Redes Rurais Incorporadas aos Padrões, Qualidade e Requisitos da Distribuidora; l) Recuperação de Medidores para Atendimento ao Mercado de Média Tensão/Baixa Tensão, contemplando a Recuperação e Aferição de Medidores de Energia Avariados ou que Necessitam de Verificações Temporárias; m) Instalação de Telemedição Grupo "A" e "B", contemplando a Implantação de Telemedição no Grupo "A" e "B"; n) Conjunto de Aferição para Medição de Fronteira, contemplando a Aquisição de Conjunto de Aferição para Medição de Fronteira, com Classe de Precisão de 0,01; o) Programa Especial de Atendimento a Assentamentos Rurais, contemplando a Ligação de Novos Clientes Rurais; e p) Programa Luz Para Todos, contemplando a Ligação de Novos Clientes no Programa Luz Para Todos - Fase 4; III - Melhoria no Sistema de Distribuição de Alta Tensão (≥69kV): a) Reforma/Adequação da Rede de Alta Tensão, contemplando a Reforma/Adequação da Rede de Alta Tensão a qual consiste na Substituição de Postes, Estruturas Metálicas, Cadeia de Isoladores, Cabos Condutores e Pára-Raios, Melhoria nos Aterramentos, Alteamento de Cabos, etc; b) Sistema Corumbá, contemplando a instalação de Transformação de 138/13,8kV - 45 MVA, e *Bay* + Substituição de Disjunto de 15 kV, com Baixo Desempenho; c) Sistema Nova Andradina, contemplando a implantação do Setor de 138/34,5kV - 25 e a instalação da Chave Seccionadora Derivação de 138 kV; d) Sistema Bataguassú, contemplando o Reisolamento de trinta e um quilômetros de Linha de Transmissão de 34,5 kV para 138 kV, entre Presidente Epitácio e Bataguassú e a Ampliação da Subestação Bataguassú, com a instalação de Transformador de 138-88/34,5 kV - 41 MVA; e) Conexão com Rede Básica, contemplando a Interligação do Sistema de 138 kV da Subestação Chapadão do Sul (ENERSUL) à nova Subestação Chapadão de 230/138 kV, da Rede Básica; f) Sistema Camapuã, contemplando a instalação de Disjuntores nos *Bays* de 138 kV; g) Sistema Bela Vista, contemplando a construção de oitenta e oito quilômetros de Linha de Transmissão, em 138 kV, entre Jardim e Bela Vista e a implantação da Subestação Bela Vista de 138/34,5 kV; h) Sistema Água Clara, contemplando adequar a Subestação Água Clara para Conexão da UHE São Domingos; i) Revitalização de Transformadores de Corrente e Transformadores de Potencial de 69/138 kV, contemplando a Revitalização de Transformador de Potencial e Transformador de Corrente; j) Instalação de Chaves Motorizadas, contemplando a instalação de Chaves Motorizadas nos Sistemas de 69 kV e 138 kV; k) Sistemas de Automação e Telecomunicações, contemplando a Implantação e Adequação/Modernização dos Sistemas de Automação, Supervisão e Telecomunicações; l) Sistema de Captação e Drenagem de Água e Óleo Isolante em Subestações, contemplando a Adequação/Ampliação do Sistema de Bacia de Captação e Caixa Separadora Água - Óleo em Subestações.
Tipo	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1997-ANEEL, de 4 de dezembro de 1997.
Pessoa Jurídica Titular	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL.
CNPJ	15.413.826/0001-50.
Localização	Municípios de Água Clara, Alcinópolis, Amambaí, Anastácio, Angélica, Antônio João, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Aral Moreira, Bandeirantes, Bataguassú, Bataiporã, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caarapó, Camapuã, Campo Grande, Caracol, Cassilândia, Chapadão do Sul, Corguinho, Coronel Sapucaia, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Figueirão, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, 500430-Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jaraguari, Jardim, Jateí, Juti, Ladário, Laguna Caarapã, Maracajú, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranaíba, Paranhos, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo, Rio Brilhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Rochedo, São Gabriel do Oeste, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora, Tacuru, Taquarussú, Terenos e Vicentina, Estado de Mato Grosso do Sul.
Enquadramento	Art. 3ª, inciso IV, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.002872/2009-44 e MME nº 48000.001536/2011-31.

PORTARIA Nº 520, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de reforços, melhorias e expansão de instalações de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.086.034/0001-71, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Projetos	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica, compostas por: I - Melhoria no Sistema de Distribuição de Baixa Tensão (≤1kV): a) Adequação/Reforma de Circuitos de Baixa Tensão, contemplando obras em Redes de Baixa Tensão (Tensão <1kV) do Tipo, Abertura de Circuito, Recondutoramento, Fechamento de Anel, Extensão, Instalação de Espaçadores e Alteração do Padrão; b) Extensão de Circuitos de Baixa Tensão, contemplando construção de Redes de Baixa Tensão; c) Aquisição de Ramais de Ligação, contemplando a aquisição de Ramais de Ligação (Monofásico, Bifásico e Trifásico) de Unidades Consumidoras em Baixa Tensão; d) Aquisição de Sistema de Medição e Faturamento, contemplando a aquisição de Sistema de Medição e Faturamento para Clientes Atendidos em Baixa Tensão; e e) Programa Luz Para Todos, contemplando o valor do investimento necessário para a construção de Rede de Distribuição Rural (≤1kV), e para a aquisição de Transformadores de Distribuição. II - Melhoria no Sistema de Distribuição de Média Tensão (>1kV e <69kV): a) Instalação de Banco de Capacitor, contemplando além dos Vasos de Capacitores, todo o Material e Equipamento referente à instalação dos Bancos na Rede de Distribuição. No caso de Bancos Chaveados, compreende também o Controlador, Transformadores de Corrente, Transformadores de Potencial, e demais Materiais e Equipamentos necessários para a instalação do Sistema de Controle Automático do Banco de Capacitor; b) Instalação de Banco Regulador de Tensão, contemplando a aquisição de Reguladores de Tensão Monofásicos ou Trifásicos, Grupo de Ligação Delta ou Estrela, Classe de Tensão até 34,5 KV, bem como seus Sistemas de Controle, Materiais e Equipamentos necessários para a sua instalação nas Redes de Distribuição; c) Aquisição de Unidade Terminal Remota - UTR para Religador, contemplando a aquisição de UTR para Religador, Classe de Tensão até 34,5 KV, Materiais e Equipamentos necessários para a sua instalação nas Redes de Distribuição; d) Instalação de Chave Seccionadora de Abertura com Carga, contemplando a aquisição de Chave Seccionadora Tripolar, de Abertura com Carga, Classe de Tensão de Operação até 34,5 KV; e) Instalação de Chave Fusível Religadora, contemplando a aquisição de Chave Fusível Religadora para a Classe de Tensão de Operação de até 34,5 KV; f) Instalação de Religadores Automáticos, contemplando a aquisição de Religadores Automáticos, Classe de Tensão até 34,5 KV, bem como seus Sistemas de Comunicação Remota, Software, Materiais e Equipamentos necessários para a sua instalação nas Redes de Distribuição; g) Construção de Redes de Distribuição, contemplando a construção de Redes de Distribuição até a Classe de 34,5 kV, com objetivo de Ampliação ou Interligação do Sistema; h) Construção de Redes de Distribuição para Atender Novas Cargas (Rural), contemplando a construção de Redes de Distribuição, Equipamentos de Medição, Ramais de Serviço, Padrões de Entrada até a Classe de 34,5 kV, com o objetivo de atender a Novas Cargas; i) Substituição de Cubículos Alimentadores, contemplando a substituição de Cubículos com Classe de Tensão de 13,8 kV em Subestações; j) Subestação Nazaré, contemplando a substituição de um Religador de 34,5 kV na Subestação Nazaré; k) Subestação Wanderlândia, contemplando a reforma da Subestação Wanderlândia; l) Subestação Gurupi, contemplando a troca de Chaves do *Bay* LD Cariri, com Classe de Tensão de 34,5 kV; m) Aquisição de Transformadores de Distribuição, contemplando a aquisição de Transformadores de Distribuição até 34,5 kV, bem como os Materiais e Equipamentos necessários para a instalação do mesmo; n) Sistema de Automação e Telecomunicações, contemplando a aquisição de Relés de Proteção Eletrônicos, Equipamentos de Comunicação e Automação bem como seus Acessórios necessários para sua Ampliação e Melhoria em Automação de Subestações; o) Adequação/Reforço de Redes de Distribuição até 34,5 kV, contemplando a melhoria, adequação e reforços nas Redes de Distribuição de Média Tensão Urbana (substituição de Postes, Cabos e Outros Componentes Avariados/Deteriorados, etc.); p) Adequação/Reforço de Redes Rurais até 34,5 kV, contemplando a melhoria, adequação e reforços nas Redes de Distribuição BT/AT Rurais (substituição de Postes, Cabos e Outros Componentes Avariados/Deteriorados, etc.); q) Recuperação de Transformadores de Distribuição Avariados, contemplando a recuperação de Transformadores de Distribuição Avariados; r) Adequação do Sistema de Medição de Fronteira/Clientes Livres, contemplando a implementação do Servidor do ONS/CCEE (legislação) para a integração do Sistema de Medição com a Automação das Subestações, Melhoria e Automação do Sistema de Medição de Fronteira e Clientes Livres; e s) Programa Luz Para Todos, contemplando o valor do investimento necessário para a construção de Rede de Distribuição Rural (7,9/13,8 kV), e de Rede de Distribuição Rural (19,9/34,5 kV); III - Melhoria no Sistema de Distribuição de Alta Tensão (≥69kV): a) Sistema Subestação Aguiarnópolis, contemplando a instalação de Transformador de 13,8/34,5 kV e dois *Bays* de 34,5 kV de LD, saída para Povoado Passarinho e Palmeiras do Tocantins; b) Sistema Subestação Cristalândia, contemplando a construção de uma Subestação com Transformadores de 69/13,8 kV e 13,8/34,5 kV; c) Sistema Subestação Silvanópolis, contemplando a implantação de Subestação de 69/34,5 kV, em Silvanópolis; d) Relocação/Melhoramento de Linha de Transmissão, contemplando obras de Relocação/Melhoria em Linhas de Transmissão na Classe de 69 e 138 kV, com o objetivo de Adequação/Reforma das Linhas de Transmissão; e) Renovação/Substituição de Equipamentos de Transmissão com Fim de Vida Util ou Avariado, contemplando a aquisição de Equipamentos destinados à Substituição ou Reforma de Equipamentos em Fim de Vida Util ou Avariados, tais como Disjuntores, Reatores, Chaves Seccionadoras, Banco de Capacitores, Bancos de Baterias, Para-Raio, Transformadores de Potencial, Transformadores de Corrente, Filtros CDC, Rádios de Comunicação e seus Materiais necessários para sua Reposição no Sistema; e f) Recuperação de Transformadores de Força, contemplando a Recuperação de Transformadores de Força Avariados.
Tipo	Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Contrato de Concessão ANEEL nº 052/1999, de 28 de junho de 1999.
Pessoa Jurídica Titular	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS.
CNPJ	25.086.034/0001-71.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Localização	Todos os Municípios do Estado do Tocantins.
Enquadramento	Art. 3º, inciso IV, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.002875/2009-88 e MME nº 48000.001552/2011-22.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.070, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Declara de utilidade pública, em favor da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da Subestação Bertioga 4, 138/13,8 kV - 33,3 MVA, para fins de instituição de servidão administrativa, área de terra necessária para acesso à Subestação Bertioga 4 e para fins de instituição de servidão administrativa, área de terra necessárias à passagem do trecho de linha de transmissão entre o secionamento da Linha de Transmissão São Sebastião - Bertioga 2 e a Subestação Bertioga 4, em 138 kV, sendo todas as áreas localizadas no Estado de São Paulo.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso IX, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 10 da Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alíneas "b" e "c", do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução Normativa nº 279, de 11 de setembro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.006603/2010-91, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., a área de terra que perfaz uma superfície de 3.799,75 metros quadrados, necessária à implantação da Subestação Bertioga 4, 138/13,8 kV - 33,3 MVA, localizada no Município de Bertioga, Estado de São Paulo.

§ 1º A área de terra de que trata o "caput" descreve-se e caracteriza-se por meio das coordenadas dos vértices do polígono na projeção UTM, referidos ao Datum South American - SAD-69 e ao Meridiano Central de 45º Oeste, descrito no Memorial Descritivo constante no Anexo à presente Resolução.

§ 2º A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. deverá fiscalizar as terras destinadas à implantação da Subestação Bertioga 4, promovendo sua gestão sócio-patrimonial.

§ 3º A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. deverá respeitar o ônus real específico da servidão administrativa preexistente relacionada com o serviço de transporte de combustível realizado pela Petrobras Transporte S.A.

Art. 2º Declarar de utilidade pública, para fins de servidão administrativa, em favor da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., a área de terra que perfaz uma superfície de 475 metros quadrados, necessária ao acesso à Subestação Bertioga 4, 138/13,8 kV - 33,3 MVA, localizada no Município de Bertioga, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A área de terra de que trata o "caput" descreve-se e caracteriza-se por meio das coordenadas dos vértices do polígono na projeção UTM, referidos ao Datum South American - SAD-69 e ao Meridiano Central de 45º Oeste, descrito no Memorial Descritivo constante do Anexo a esta Resolução.

Art. 3º Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., as áreas de terra situadas numa faixa de trinta metros de largura, necessárias à implantação do trecho de linha de transmissão entre o secionamento da Linha de Transmissão 138 kV São Sebastião - Bertioga 2 e a Subestação Bertioga 4, dois circuitos em laço, 138 kV, 128 metros de extensão, que interligará a Linha de Transmissão 138 kV São Sebastião - Bertioga 4, de propriedade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, à Subestação Bertioga 4, de propriedade da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., localizada no Município de Bertioga, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A área de terra de que trata o "caput" descreve-se e caracteriza-se por meio das coordenadas dos vértices do polígono na projeção UTM, referidos ao Datum South American - SAD-69 e ao Meridiano Central de 45º Oeste, descrito no Memorial Descritivo constante do Anexo desta Resolução.

Art. 4º Em decorrência da presente declaração de utilidade pública, poderá a Elektro Eletricidade e Serviços S.A. praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de transmissão de energia elétrica, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída.

Art. 5º Os proprietários das áreas de terra referidas no art. 3º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão constituída, abstendo-se, em conseqüência, de praticar quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 6º Fica a Elektro Eletricidade e Serviços S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 7º Fica a Elektro Eletricidade e Serviços S.A. obrigada a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da subestação e da linha de transmissão.

Art. 8º A descrição das áreas de terra referidas no § 1º do art. 1° e parágrafo único dos arts. 2º e 3º, contida no Anexo desta Resolução, encontra-se no Processo supracitado e está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.081, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Altera a redação do Anexo 1 da Resolução Autorizativa nº 3.003, de 12 de julho de 2011, publicada no D.O. nº 137, de 19 de julho de 2011.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e com o que consta do Processo nº 48500.002849/2011-74, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Anexo 1 da Resolução Autorizativa nº 3.003, de 12 de julho de 2011, na forma descrita abaixo:

Onde se lê:

"Tabela I - Descrição da área necessária à implantação da Subestação Acaraú II."

Trecho	Vértices		Coordenadas do vértice 2		Extensão(m)
	1	2	N	E	
1	M-1	M-2	8917314,05	757756,10	189,00
2	M-2	M-3	8917338,02	757760,10	24,30
3	M-3	M-4	8917376,07	757752,60	38,79
4	M-4	M-5	8917352,03	758082,41	330,72
5	M-5	M-6	8917102,56	758064,35	250,13
6	M-6	M-1	8917125,24	757747,53	317,64

Leia-se:

"Tabela I - Descrição da área necessária à implantação da Subestação Acaraú II

(considerando o Sistema Geodésico de Referência WGS 84)."

Trecho	Vértices		Coordenadas do vértice 2		Extensão(m)	Sentido
	1	2	UTM - E (fuso 24)	UTM - N (fuso 24)		
1	M-4	M-5	376320,25	9676250,00	200,00	Sudeste
2	M-5	M-9	376356,67	9676497,33	250,00	Nordeste
3	M-9	M-8	376158,81	9676526,47	200,00	Noroeste
4	M-8	M-4	376122,38	9676279,14	250,00	Sudeste

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº3.083, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da UTE MC2 DIAS D'ÁVILA 1 S.A. e da UTE MC2 CATU S.A., as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão UTE Aratu I - Camaçari II - Catu, em 230 kV, localizada no Estado da Bahia.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso IX, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 10 da Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "c", do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução Normativa nº 279, de 11 de setembro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.003656/2011-31, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da UTE MC2 DIAS D'ÁVILA 1 S.A. e da UTE MC2 CATU S.A. as áreas de terra situadas numa faixa de quarenta metros de largura, necessárias à passagem da Linha de Transmissão UTE Aratu I - Camaçari II - Catu, 230 kV, que interligará a Subestação UTE Aratu I, de propriedade da MC2 Energia e Participações S.A., às Subestações Camaçari II e Catu, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, localizada nos municípios de Candeias, Dias D'Ávila, Mata de São João, São Sebastião do Passé e Pojuca, Estado da Bahia, sendo o circuito entre a Subestação UTE Aratu I e a Subestação Camaçari II formado por um trecho em circuito duplo com 24,6 quilômetros de extensão e um trecho em circuito simples com 1,7 quilômetros de extensão, e o circuito entre a Subestação UTE Aratu I e a Subestação Catu formado pelo mesmo trecho em circuito duplo com 24,6 quilômetros seguido de um trecho em circuito simples com 24,2 quilômetros de extensão.

Parágrafo único. A planta de caminhamento do trecho da Linha de Transmissão UTE Aratu I - Camaçari II consta dos desenhos de referência DE-001-7600-700-PLT-5160, folhas 01 a 08, e a planta de caminhamento do trecho da Linha de Transmissão Camaçari II - Catu consta dos desenhos de referência DE-001-7600-700-PLT-5217, folhas 01 a 09, ambas inseridas no Processo nº 48500.003656/2011-31.

Art. 2º Em decorrência da presente declaração de utilidade pública, poderão a UTE MC2 DIAS D'ÁVILA 1 S.A. e a UTE MC2 CATU S.A. praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de transmissão de energia elétrica, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída.

Art. 3º Os proprietários das áreas de terra referidas no art. 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão constituída, abstendo-se, em conseqüência, de praticar quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 4º Ficam a UTE MC2 DIAS D'ÁVILA 1 S.A. e a UTE MC2 CATU S.A. autorizadas a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Ficam a UTE MC2 DIAS D'ÁVILA 1 S.A. e a UTE MC2 CATU S.A. obrigadas a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da linha de transmissão.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 444, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Aprova a Revisão 3 dos Módulos 1, 6 e 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no arts. 2º e 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com base no art. 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo nº 48500.005163/2010-54, e considerando que:

em função da Consulta Pública nº 017/2010, realizada no período de 1º a 28 de outubro de 2010, e em função da segunda parte da Audiência Pública nº 046/2010, realizada no período de 28 de outubro a 10 de janeiro de 2011, foram recebidas sugestões de concessionárias e de agentes do setor, as quais contribuíram para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, versão Revisão 3, dos seguintes itens:

I - Módulo 1 - Introdução;

II - Módulo 6 - Informações Requeridas e Obrigações; e

II - Módulo 8 - Qualidade da Energia Elétrica.

Art. 2º Os Módulos aprovados por essa resolução encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL

Em 30 de agosto de 2011

Nº 3.535 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.001153/2009-14, resolve: (i) conhecer e não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Rincão Ventura Energética S.A. em face do Despacho n. 410, de 08 de fevereiro de 2011, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH; (ii) manter a decisão de transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Rincão Ventura, o que não impede a referida empresa de solicitar novo registro ativo à luz da Resolução Normativa n. 343/2008.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de setembro de 2011

Nº 3.596 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.004422/2011-19, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL GE Jangada e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A., iscrinta no CNPJ sob o nº 08.995.858/0001-45, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 3.597 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.004464/2011-41, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL GE Maria Helena e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A., iscrinta no CNPJ sob o nº 08.995.858/0001-45, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 3.598 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.004421/2011-66, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Dreen Guajiru e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 21.600 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente, localizada no Município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A., iscrinta no CNPJ sob o nº 08.995.858/0001-45, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 3.599 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.004419/2011-97, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Usina Solar Fotovoltaica Colinas do Tocantins e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Colinas, Estado do Tocantins, em favor da empresa Equatorial Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 13.823.654/0001-67, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 3.600 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.004418/2011-42, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Usina Solar Fotovoltaica Araguaína e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Araguaína, Estado do Tocantins, em favor da empresa Tropical Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 13.823.368/0001-00, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 3.601 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.004420/2011-11, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Usina Solar Fotovoltaica Confresa e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Confresa, Estado do Mato Grosso, em favor da empresa Barcelona Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 13.852.081/0001-08, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 3.602 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.004453/2011-61, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL DREEN Pedra Grande e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.600 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente, localizada no Município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa DREEN Brasil Investimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.995.858/0001-45, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 3.603 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.004454/2011-14, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL DREEN Cutia e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 25.200 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa DREEN Brasil Investimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.995.858/0001-45, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de setembro de 2011

Nº 3.594 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005458/2010-21, resolve: I - Liberar a unidade geradora UG9, de 2.000 kW, da EOL Cerro Chato II, localizada no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, de titularidade da empresa Eólica Cerro Chato II S.A., autorizada nos termos da Portaria n° 747, de 24 de agosto de 2010, e que teve alterada as características técnicas, as instalações de interesse restrito e a denominação da usina, nos termos do Despacho ANEEL nº 148, de 20 de janeiro de 2011, para início da operação em teste a partir do dia 6 de setembro de 2011; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de setembro de 2011

Nº 3.595 - SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no inciso XIII, art. 3º, da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução n° 334, de 21 de outubro de 2008, e o que consta no Processo n° 48500.003807/2011-51, resolve: I - não anuir com a celebração do Contrato de Compra e Venda de Cabo de alumínio nu, com alma de aço (CAA), 556,5 MCM, 26x7 fios entre a concessionária Empresa Elétrica Bragantina S.A. (vendedora) e a parte relacionada Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (compradora), diante da ausência da comutatividade do contrato.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de setembro de 2011

Nº 3.604 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, em cumprimento ao disposto na Resolução ANEEL n° 395, de 4 de dezembro de 1998, e em conformidade com o que consta do Processo nº 48500.006701/2008-11 resolve: I - Não acatar o pedido de prorrogação de prazo para a entrega do projeto básico da PCH Nova Pinhal, com potência estimada de 2,75 MW, situada no rio Mogi-Guaçu, sub-bacia 61, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de São Paulo, às coordenadas 22º16´00´´ de Latitude Sul e 46º46´00´´ de Longitude Oeste, apresentado pela empresa Rodrigo Pedroso Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob nº. 08.727.367/0001-13. II - Informar que, em decorrência da decisão explicitada no item I, e pelo não enquadramento no que dispõe os §§ 1° e 2° do Art. 8° da Resolução ANEEL nº 395/98, o registro foi transferido para a condição de inativo. III - Revogar o Despacho nº. 3.807, de 17 de outubro de 2008.

Nº 3.605 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.003027/2011-19, resolve: I - Autorizar até o dia 05/03/2012 o acesso às áreas necessárias ao desenvolvimento dos levantamentos de campo para os Estudos de Inventário do rio Suaçuí Grande, sub-bacia n° 56, no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.

Nº 3.606 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 395, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.008285/2008-88, resolve: I - Autorizar até o dia 30/12/2011 o acesso às áreas necessárias ao desenvolvimento dos levantamentos de campo para os Estudos de Projeto Básico da PCH Capim Puba, localizada no rio Carinhanha, na sub-bacia n° 45, nos Estados de Minas Gerais e Bahia, solicitado pela empresa Gamma Energia S.A.

Nº 3.607 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 395, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.008159/2008-23, resolve: I - Revogar o Despacho nº 4.748, de 19 de dezembro de 2008 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH São Tadeu II, concedido à empresa Matos Associados Consultoria Ltda., devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL nº 395/1998.

Nº 3.608 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.006406/2010-71, resolve: I - Não conceder o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio da Prata e seu afluente o Ribeirão São João, localizado na sub-bacia 57, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado do Espírito Santo, solicitado pela empresa R3 Engenharia e Consultoria S/S., inscrita no CNPJ sob o nº 10.552.553/0001-00, tendo em vista o não atendimento da Nota Técnica n° 239/2008-SGH/ANEEL.

Nº 3.609 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, bem como na resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001075/2009-40, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH Três Marias, com potência estimada nos estudos de inventário de 1,10 MW, situada no rio Socorro, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, às coordenadas 28º17´44" de Latitude Sul e 50º51´19´´ de Longitude Oeste, apresentado pela empresa Energyx Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.232.488/0001-04. II - Informar que esta empresa é única detentora de registro ativo para o projeto básico em questão.

Nº 3.610 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, bem como na resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003085/2010-53, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH Bonito B, com potência estimada nos estudos de inventário de 16,3 MW, situada no rio Piquiri, sub-bacia 64, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, às coordenadas 24º58´31´´ de Latitude Sul e 52º06´31´´ de Longitude Oeste, cujo titulares são as empresas Desenvix S.A e Omega Energia Renovável S.A., inscritas nos CNPJ´s sob o nº 00.622.416/0003-03 e 09.149.503/0001-06 respectivamente. II - Informar que esta empresa é a única detentora de registro ativo para o projeto em questão.

Nº 3.611 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, com base na Resolução Normativa ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998 e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000026/2011-12, resolve: I - Aceitar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Chapecozinho, no trecho entre o canal de fuga da PCH Dalapria e o remanso do reservatório da PCH Faxinal dos Guedes, localizado na sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, apresentada pela empresa Avelino Bragagnolo S.A. Indústria e Comércio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.586.833/0002-57.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 165/2011 - DF

Ref. DNPM nº 872.203/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.857, publicado no DOU. de 01.06.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.204/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.933, publicado no DOU. de 01.06.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 871.931/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.221, publicado no DOU. de 18.05.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 871.989/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.226, publicado no DOU. de 18.05.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 871.988/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.225, publicado no DOU. de 18.05.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 871.960/2008 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 11.556, publicado no DOU. de 03.10.2008, por ter sido outorgado indevidamente a Mineração Beta Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.030/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.907, publicado no DOU. de 01.06.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.036/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 3.307, publicado no DOU. de 26.04.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.040/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.910, publicado no DOU. de 01.06.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.045/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 3.310, publicado no DOU. de 26.04.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.054/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.230, publicado no DOU. de 18.05.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.118/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.852, publicado no DOU. de 01.06.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.185/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.235, publicado no DOU. de 18.05.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.201/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.932, publicado no DOU. de 01.06.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 872.101/2009 - Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 4.848, publicado no DOU. de 01.06.2010, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

RELAÇÃO Nº 167/2011 - DF

REFERENTE: Processo nº 48400.000.198/2011

INTERESSADO: CONSÓRCIO ENERGÉTICO CRUZEIRO DO SUL - CECS

ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da UHE Mauá

De acordo com o disposto no Parecer PROGE nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no Decreto de 28 de Junho de 2007, que outorga a concessão para exploração de potencial hidráulico por meio de usina em trecho do Rio Tigagi, Estado do Paraná, e em conformidade com a Resolução Autorizativa n° 1.540 de 02/09/2008 da ANEEL que declara utilidade pública para fins de desapropriação em favor do Consórsio Energético Cruzeiro do Sul, as áreas de terra necessárias a implantação da UHE Mauá, DETERMINO, com fulcro na disposição do artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários na referida área da zona de segurança e do reservatório, para o desenvolvimento da UHE Mauá, localizada nos Municípios de Ortigueira e Telemâco Borba, no Estado do Paraná, conforme mapa constante no processo em referência.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 190/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Anderson Bastos Martins - 896737/05 - Not.672/2011 - R$ 207,03, 896738/05 - Not.673/2011 - R$ 207,03

Antônio Carlos do Rosário Cintra - 890521/94 - Not.662/2011 - R$ 2.428,28, 890521/94 - Not.664/2011 - R$ 4.856,56

Carlos Robero Rodrigues - 896376/05 - Not.666/2011 - R$ 206,36

F.S. Santana-me - 896695/05 - Not.670/2011 - R$ 206,36

Geraldo Montovanelli - 896076/06 - Not.678/2011 - R$ 207,03, 896127/06 - Not.680/2011 - R$ 207,03

Grancacau Mineração Ltda - 896726/05 - Not.671/2011 - R$ 206,36

Hélio de Oliveira - 896663/05 - Not.669/2011 - R$ 206,36

Henrique Schneider de Almeida - 896618/05 - Not.668/2011 - R$ 206,36

João Batista Lima de Oliveira - 896052/06 - Not.676/2011 - R$ 207,03, 896053/06 - Not.677/2011 - R$ 207,03

l. d. Gran Mineração de Mármores e Granitos Ltda - 896108/06 - Not.679/2011 - R$ 207,03

Mineração Nova Aliança Ltda - me - 896021/06 - Not.674/2011 - R$ 207,03

Refrigerantes Coroa Ltda - 896561/05 - Not.667/2011 - R$ 206,36

Sandro da Silva Moreira - 896035/06 - Not.675/2011 - R$ 207,03

Stone Mineração Ltda - 896541/95 - Not.665/2011 - R$ 206,36

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 340/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

860.377/2008-EDITH SEBASTIANA SUCHER VENDRAMINI-OF. N°741/2011

860.314/2009-CALCÁRIO RIO VERDE MINERAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA-OF. N°758/2011

860.595/2009-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-OF. N°737/2011

860.708/2009-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-OF. N°737/2011

861.648/2009-ARMAZEM DA AREIA LTDA-OF. N°712/2011

860.189/2010-MAURO NUNES-OF. N°746/2011

861.141/2010-J.R. PEREIRA-OF. N°754/2011

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

860.208/2001-PUREZA INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUA MINERAL LTDA ME-OF. N°777/2011

860.503/2004-DECORLINE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-OF. N°776/2011

862.066/2007-PEDRAS DE PIRENÓPOLIS LTDA-OF. N°726/2011

860.372/2008-MIGUEL ALVES DE FREITAS-OF. N°742/2011

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

860.744/1998-SIDA SOCIEDADE ITUMBIARENSE DE DRAGAGEM E AREIA LTDA.-OF. N°761/2011-180 dias

860.175/2000-SIDA SOCIEDADE ITUMBIARENSE DE DRAGAGEM E AREIA LTDA.-OF. N°762/2011-180 dias

860.753/2001-RIO GRANITO LTDA-OF. N°751/2011-180 dias

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

009.291/1967-ULTRAFERTIL S A-OF. N°745/2011

861.100/1981-ULTRAFERTIL S A-OF. N°723/2011

860.090/1983-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°787/2011

960.993/2007-CALCÁRIO OURO BRANCO LTDA-OF. N°744/2011

WASHINGTON RIBEIRO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 180/2011

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Calcário Tangará Indústria e Comércio Ltda Cpf/cnpj :03.988.151/0001-98 - Processo de cobrança: 966876/11 Valor: R$.141.577,83

Titular: Imperio Minerações Ltda Cpf/cnpj :03.534.260/0006-40 - Processo de cobrança: 966947/11 Valor: R$.3.051,49

Titular: Império Minerações LTDA. Cpf/cnpj :03.534.260/0001-35 - Processo de cobrança: 966948/11 Valor: R$.21.432,40, Processo de cobrança: 966949/11 Valor: R$.9.011,87, Processo de cobrança: 966945/11 Valor: R$.19.382,00, Processo de cobrança: 966946/11 Valor: R$.53.588,15

Titular: Mineração Milenio Ltda Cpf/cnpj :00.584.477/0001-61 - Processo de cobrança: 966875/11 Valor: R$.51.371,39

Titular: Pedreira Tangará Ltda Cpf/cnpj :15.004.963/0001-30 - Processo de cobrança: 966888/11 Valor: R$.3.992,95

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 555/2011

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que se julgou improcedente(s) a defesa(s) administrativa interposta,restando-lhe pagar ou parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG, relativo aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00, nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº932.054/2009
Notificado:Mineração Arcos Ltda
CNPJ Ou CPF:00.704.957/0001-19
NFLDP nº4670/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$540.509,91

Processo de cobrança nº932.122/2009
Notificado:Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CNPJ Ou CPF:19.791.581/0001-55
NFLDP nº4640/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$7.133,74

Processo de cobrança nº932.143/2009
Notificado:Sérgio Silva Imóveis Ltda
CNPJ Ou CPF:04.434.853/0001-92
NFLDP nº6628/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$19.375,15

Processo de cobrança nº932.149/2009
Notificado:Mineração Ducal Industria e Comércio Ltda
CNPJ Ou CPF:22.623.490/0001-15
NFLDP nº4653/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$329.974,09

Processo de cobrança nº932.151/2009
Notificado:Mineração Cauaia Ltda
CNPJ Ou CPF:20.113.403/0001-54
NFLDP nº4667/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$44.052,56

Processo de cobrança nº932.153/2009
Notificado:Mineração Campinho Ltda
CNPJ Ou CPF:07.513.282/0001-70
NFLDP nº4676/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$5.763,22

Processo de cobrança nº932.157/2009
Notificado:Mineração Barroso Indústria e Comércio Ltda
CNPJ Ou CPF:19.553.676/0001-30
NFLDP nº4682/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.108,893,26

Processo de cobrança nº932.158/2009
Notificado:GECAL - Indústria e Comércio de Produtos Minerais Ltda
CNPJ Ou CPF:20.302.873/0001-66
NFLDP nº4683/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$724.651,84

Processo de cobrança nº932.161/2009
Notificado:Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CNPJ Ou CPF:19.791.581/0001-55
NFLDP nº4685/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$853.539,74

Processo de cobrança nº932.163/2009
Notificado:Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CNPJ Ou CPF:19.791.581/0001-55
NFLDP nº4687/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.468.155,61

Processo de cobrança nº932.363/2009
Notificado:Ultracal Indústria e Comércio Ltda
CNPJ Ou CPF:20.746.848/0001-71
NFLDP nº 4895/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$419.962,87

Processo de cobrança nº932.367/2009
Notificado:Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CNPJ Ou CPF:19.791.581/0001-55
NFLDP nº5098/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$636.779,52

Processo de cobrança nº932.368/2009
Notificado:Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CNPJ Ou CPF:19.791.581/0001-55
NFLDP nº4918/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$7.909.163,83

Processo de cobrança nº932.411/2009
Notificado:Mineração Saldanha Ltda
CNPJ Ou CPF:21.263.637/0001-40
NFLDP nº4801/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$206.778,27

Processo de cobrança nº932.412/2009
Notificado:Indústria de Cal SN Ltda.
CNPJ Ou CPF:22.069.603/0001-82

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NFLDP nº4802/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$866,98
Processo de cobrança nº932.413/2009
Notificado:Indústria e Comércio de Calcário Inae Ltda.
CNPJ Ou CPF:20.202.198/0001-01
NFLDP nº4804/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$136.840,36
Processo de cobrança nº932.462/2009
Notificado:Ultracal Indústria e Comércio Ltda
CNPJ Ou CPF:20.746.848/0001-71
NFLDP nº 4957/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.045.089,74
Processo de cobrança nº932.494/2009
Notificado:União Boscatti Participação e Administração S.A
CNPJ Ou CPF:08.683.964/0001-93
NFLDP nº5107/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$685.105,91
Processo de cobrança nº932.561/2009
Notificado:Enrico Guarneri Ltda
CNPJ Ou CPF:33.516.519/0001-86
NFLDP nº5551/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$964.213,59
Processo de cobrança nº932.563/2009
Notificado:Enrico Guarneri Ltda
CNPJ Ou CPF:33.516.519/0001-86
NFLDP nº5553/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$137.845,56
Processo de cobrança nº932.564/2009
Notificado:Enrico Guarneri Ltda
CNPJ Ou CPF:33.516.519/0001-86
NFLDP nº5555/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$3.184,13
Processo de cobrança nº932.575/2009
Notificado:Companhia Brasileira de Lítio
CNPJ Ou CPF:21.624.671/0001-01
NFLDP nº5737/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.112.368,60
Processo de cobrança nº932.562/2009
Notificado:Enrico Guarneri Ltda
CNPJ Ou CPF:33.516.519/0001-86
NFLDP nº5552/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$4.470,06
Processo de cobrança nº932.625/2009
Notificado:Mineração Água Padre Manoel Ltda
CNPJ Ou CPF:17.315.060/0001-04
NFLDP nº6390/2009- Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.493.826,82
Processo de cobrança nº932.626/2009
Notificado:Comercial Lilian Ltda
CNPJ Ou CPF:26.257.527/0001-90
NFLDP nº6386/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.019.046,96
Processo de cobrança nº932.666/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6505/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.065,30

Processo de cobrança nº932.711/2009
Notificado:Roca Brasil Ltda
CNPJ Ou CPF:61.135.711/0001-68
NFLDP nº6540/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.143,82
Processo de cobrança nº932.713/2009
Notificado:Roca Brasil Ltda
CNPJ Ou CPF:61.135.711/0001-68
NFLDP nº6542/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$88.951,56
Processo de cobrança nº932.715/2009
Notificado:Votorantim Cimentos Brasil SA
CNPJ Ou CPF:96.824.594/0001-24
NFLDP nº6544/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.034.016,22
Processo de cobrança nº932.716/2009
Notificado:Votorantim Cimentos Brasil SA
CNPJ Ou CPF:96.824.594/0001-24
NFLDP nº6545/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$99.865,56
Processo de cobrança nº932.718/2009
Notificado:Votorantim Cimentos Brasil SA
CNPJ Ou CPF:96.824.594/0001-24
NFLDP nº6547/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.187.978,86
Processo de cobrança nº932.720/2009
Notificado:Votorantim Cimentos Brasil SA
CNPJ Ou CPF:96.824.594/0001-24
NFLDP nº6549/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.663.871,04
Processo de cobrança nº932.722/2009
Notificado:Votorantim Cimentos Brasil SA
CNPJ Ou CPF:96.824.594/0001-24
NFLDP nº6551/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$6.423.222,04
Processo de cobrança nº932.739/2009
Notificado:Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CNPJ Ou CPF:19.791.581/0001-55
NFLDP nº6577/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$35.443.848,70

Processo de cobrança nº932.814/2009
Notificado:Construtora Belcon Ltda - Me
CNPJ Ou CPF:19.396.019/0001-27
NFLDP nº6650/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$84.872,67
Processo de cobrança nº932.833/2009
Notificado:PC Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:19.827.831/0001-60
NFLDP nº6666/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$42.008,83
Processo de cobrança nº932.834/2009
Notificado:PC Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:19.827.831/0001-60
NFLDP nº6667/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$22.258,49
Processo de cobrança nº932.835/2009
Notificado:PC Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:19.827.831/0001-60
NFLDP nº6669/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$85.886,56
Processo de cobrança nº932.847/2009
Notificado:Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CNPJ Ou CPF:19.791.581/0001-55
NFLDP nº6679/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$22.818,58
Processo de cobrança nº933.693/2010
Notificado:União Boscatti Participação e Administração SA
CNPJ Ou CPF:08.683.964/0001-93
NFLDP nº4528/2010 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$261.204,57

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que se julgou-se parcialmente procedente(s) a defesa(s) administrativa interposta,restando-lhe pagar ou parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG, relativo aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº932.658/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6494/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$201.694,23
Processo de cobrança nº932.659/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6495/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$47.271,28
Processo de cobrança nº932.660/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6517/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$42.360,78
Processo de cobrança nº932.662/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6515/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$60.868,34
Processo de cobrança nº932.661/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6498/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$74.094,56
Processo de cobrança nº932.663/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6514/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$325.163,49
Processo de cobrança nº932.664/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6501/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$25.819,44
Processo de cobrança nº932.665/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6502/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$16.020,21
Processo de cobrança nº932.667/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6513/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$130.953,43
Processo de cobrança nº932.668/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6518/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$54.876,25
Processo de cobrança nº932.669/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6520/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$36.298,02
Processo de cobrança nº932.670/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6522/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$205.778,22

Processo de cobrança nº932.671/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6523/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$99.351,91
Processo de cobrança nº932.672/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6525/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$45.778,04
Processo de cobrança nº932.673/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6526/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$51.033,79
Processo de cobrança nº932.674/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6527/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$113.936,55
Processo de cobrança nº932.675/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6529/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$116.298,50
Processo de cobrança nº932.676/2009
Notificado:Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6531/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$101.595,15

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que não houve apresentação de(s) Defesa(s)e/ou Recurso(s) administrativo(s),restando-lhe(S) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº932.436/2009
Notificado:Mineração JAD Ltda
CNPJ Ou CPF:16.943.722/0001-10
NFLDP nº4828/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$24.114,03
Processo de cobrança nº932.829/2009
Notificado:Alcides Torres de Faria - FI
CNPJ Ou CPF:00.490.582/0001-31
NFLDP nº6671/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$154,22
Processo de cobrança nº932.830/2009
Notificado:Alcides Torres de Faria - FI
CNPJ Ou CPF:00.490.582/0001-31
NFLDP nº6673/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$3.127,81
Processo de cobrança nº932.831/2009
Notificado:Alcides Torres de Faria - FI
CNPJ Ou CPF:00.490.582/0001-31
NFLDP nº6674/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$195,85
Processo de cobrança nº932.832/2009
Notificado:Alcides Torres de Faria - FI
CNPJ Ou CPF:00.490.582/0001-31
NFLDP nº6675/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.009,08
Processo de cobrança nº932.836/2009
Notificado:Alcides Torres de Faria - FI
CNPJ Ou CPF:00.490.582/0001-31
NFLDP nº6668/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$6.107,63
Processo de cobrança nº932.837/2009
Notificado:Alcides Torres de Faria - FI
CNPJ Ou CPF:00.490.582/0001-31
NFLDP nº6670/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$235,86

Retificação:No Despacho,Publicado DOU 26/08/11 na Relação 511/2011 - Seção I - Pág 68,Processos de Cobranças:933.831/2010

Onde se lê:Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que não houve apresentação de(s) Defesa(s)e/ou Recurso(s) administrativo(s),restando-lhe(S) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Lei-se:Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que houve apresentação intempestiva da(s) defesa(s) administrativa(s),restando-lhe(S) pagar ou parcelar ou apresentar recurso(s) relativo aos débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 566/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Alisson Vaz - 833927/07 - A.I. 1751/11
Angela Oliveira Costa - 833641/94 - A.I. 1763/11
Areal Oriente Ltda me - 833289/04 - A.I. 1778/11
Bela Vista Comércio de Quartzito LTDA. - 830108/06 - A.I. 1804/11
Cal Floresta Indústria e Comércio LTDA. - 831921/05 - A.I. 1785/11
Calcário Triângulo Indústria e Comércio LTDA. - 830665/05 - A.I. 1782/11
Cláudio Cançado Mascarenhas - 832929/05 - A.I. 1791/11
Clayton Leal Brum - 831316/93 - A.I. 1756/11, 831317/93 - A.I. 1757/11
Clever Porfirio Garcia-fi - 830547/06 - A.I. 1821/11
Comercial Exportadora Rinoldi Ltda - 832095/05 - A.I. 1786/11
Delta Mineração Ltda - 833135/05 - A.I. 1799/11
Edmar Almeida de Oliveira - 830154/06 - A.I. 1863/11
Eduardo Sydney Santana - 831071/92 - A.I. 1755/11
Elson Galdino Pereira Elsinho - 832859/05 - A.I. 1789/11
Emílio Montersino de Paula - 833281/05 - A.I. 1801/11
Espólio de Nelson Machado da Silva - 831278/91 - A.I. 1754/11
Estrela do Sul Mineraçao Ltda - 833729/04 - A.I. 1779/11
Gefran Ltda - 831845/00 - A.I. 1770/11
Geraldo Eduardo Cardoso Rodrigues - 832158/03 - A.I. 1774/11
Gold Mineração, Participações e Empreendimentos s a - 830519/05 - A.I. 1781/11, 832738/94 - A.I. 1759/11
Gregório Vassilive Ferreira - 833299/03 - A.I. 1775/11
Guilherme Pavie Ribeiro - 831494/02 - A.I. 1772/11
Ice Mineracao Ltda - 832303/96 - A.I. 1846/11
Internacional Minerações Comércio Representações e Exportações LTDA. - 832949/02 - A.I. 1773/11
Jander Costa Valério - 830242/06 - A.I. 1813/11
Jmn Mineração S/a - 830267/06 - A.I. 1814/11, 832954/05 - A.I. 1792/11, 832957/05 - A.I. 1793/11
José Carlos Viana - 832919/05 - A.I. 1790/11
José Eustáquio da Cunha - 831118/04 - A.I. 1776/11
José Francisco Pereira da Silva de Pádua - 833079/05 - A.I. 1796/11, 831633/05 - A.I. 1784/11
José Maía de Olíveira - me - 830812/00 - A.I. 1769/11
José Paulo de Morães Filho - 832176/05 - A.I. 1787/11
Juliano Henriques Nogueira - 830388/06 - A.I. 1819/11
Juliano Paradela do Carmo - 833656/06 - A.I. 1750/11
Laudino Gonçalves da Cruz - 832893/94 - A.I. 1760/11
Leonardo Bessa Fabricante da Silva - 833127/05 - A.I. 1798/11
Maria Celeste Freitas Paulino da Costa - 830174/02 - A.I. 1771/11
Maria Helena Alves Pereira Neves - 831657/07 - A.I. 1811/11
Marilene Hostalácio Duarte - Micro Empresa - 834439/07 - A.I. 1752/11
Marta Papa de Souza - 833120/05 - A.I. 1797/11
Mauricio Breda de Melo - 833087/94 - A.I. 1761/11
Maybach Mineraçao e Serviços Ltda - 830060/06 - A.I. 1802/11
Mineração Baruel LTDA. - 830114/06 - A.I. 1805/11, 830115/06 - A.I. 1806/11
Mineraçao Bolina Ltda - 830375/06 - A.I. 1818/11
Mineração Curimbaba Ltda - 833230/05 - A.I. 1800/11
Mineração Itagema LTDA. - 830369/06 - A.I. 1817/11
Mineração Minas Bahia S.a - 830107/06 - A.I. 1803/11
Mineração Piazza Brasil Itinga LTDA. - 832981/05 - A.I. 1862/11
Mineração Trindade Ltda - 830136/06 - A.I. 1810/11, 830152/05 - A.I. 1780/11
Mineradora Gruphiara Ltda me - 834031/96 - A.I. 1767/11
Nova Aurora Marmores e Granitos Ltda - 830177/00 - A.I. 1768/11
Odisséia Mineração, Comercio e Transporte Ltda - 830367/06 - A.I. 1816/11
Pedro César Ferreira de Almeida - 831340/05 - A.I. 1783/11
Real Extração de Minérios LTDA. - 832220/04 - A.I. 1777/11
Renato Dias Freire - 832307/06 - A.I. 1749/11
Roberto Dias Boaventura - 833039/05 - A.I. 1794/11
Rosana Maia Olímpio - 833078/05 - A.I. 1795/11
Rosinei Aparecido Brandão - 830280/06 - A.I. 1815/11
Serra do Espinhaço - Mineração Comércio e Indústria LTDA. - 833378/94 - A.I. 1762/11, 831781/95 - A.I. 1764/11, 832194/95 - A.I. 1765/11, 832197/95 - A.I. 1766/11
Tatiana Drumond Pires - 832648/05 - A.I. 1788/11
Úrsula Paula Deroma - 834397/93 - A.I. 1758/11
Valdir Vieira Pinto - 830527/06 - A.I. 1820/11
Varginha Mineração e Loteamentos Ltda - 830118/06 - A.I. 1807/11
Votorantim Cimentos Brasil s a - 830133/06 - A.I. 1808/11, 830134/06 - A.I. 1809/11, 830181/06 - A.I. 1861/11, 830182/06 - A.I. 1812/11, 830183/06 - A.I. 1812/11

RELAÇÃO Nº 567/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Acacia Marmores e Granitos Ltda - 830017/06
Adicélia Maria Mendes - 830097/06
Adilmara Regina Dos Reis França - 832402/07
Adomiro Silva Martins - 831658/07
Albanor de Oliveira - 832008/05, 830095/06
Amanda de Libero Barreto Macedo - 833853/07
Amethyst Green Comércio de Pedras Precisoas LTDA. -M.E. - 830057/06
Antônio José da Mata - 833105/04
Antônio Soares Pena - 831523/07
Aquashop Distribuidora de Água Mineral Ltda - 830975/07
Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 833385/07
Caetano Marcos Moreira - 830149/06
Cambry Mineração S.A. - 830011/06
Cassia Valadares de Vasconcelos - 830105/06
Cerâmica Rubi Ltda - 832327/07
Cerâmica Santa Clara Ltda - me - 833307/06
Cláudia Márcia Lopes - 830024/07
Cristal Mineração e Transporte de Mercês Ltda - 833154/06
Cristian Márcio Corrêa - 833272/06
Cser - Consultoria e Negócios LTDA. - 830562/06
Denerval Germano da Cruz - 833637/06
Djalma Ribeiro Alves - 834090/07
Eliane de Freitas Magalhães - 833733/06, 833903/06
Elton de Oliveira Caires - 830152/06
Escaler Transportes Marítimos Ltda - 833102/05, 833101/05
Esequiel Gomes - 832073/07
Estrela do Mar Transporte e Comércio Ltda me - 831155/05, 831156/05
Everaldo Chaves Rêgo - 833105/05
Extração de Areia Mirage - 833858/06
Fabiano Fernandes Silva Ribeiro - 830915/07
Fernanda Luiz Lima Silva - 830185/06
Geraldo Neto da Silva - 832189/07
Gério Patrocínio Soares - 830277/06
Gilson de Oliveira Sena - 832426/05
Gilson Dias Andrade - 833119/05
Gilson Felipe Coelho - 830188/06
Granitos e Marmores Machado LTDA. - 830535/06
Guilherme Fernandes Magalhães - 830123/07
Hélio Gomes de Souza - 831015/07
Imperatriz Mineração Comercio e Exportação de Rocha Ornamental Ltda - 832163/04
Imperiale Graniti LTDA. - 830747/07, 830748/07, 830749/07
Ismael Dos Reis Ferreira - M.E. - 830120/06
Jakes Humberto da Silva - 833171/05
João Domingos Cabrera Picon - 833003/07
Joaquim Pereira da Silva Neto - 830436/07
Jorge Luiz da Silva - 830106/06
José de Assis Alves - 833127/07
José Evangelista Dos Santos - 831184/07
José Gabriel Rodrigues - M.E. - 830083/06
José Geraldo Viegas Nascimento - 833122/06
José Maria Filho da Silva - 832872/06
José Pereira da Costa - 833152/05
Josemar Soares Vieira - 833313/06
Juliano Paradela do Carmo - 833655/06, 833657/06
Larissa Mineração LTDA. - 830156/06
Leclay Participações e Representações Ltda - 830898/07
Lourival Jackson do Nascimento - 833100/05
Luiz Clóvis Bráz Scarpa - 832893/05
Luiz Marcos de Campos - 831176/03
Luiz Silveira - 833509/06
Mahmed Tufik Láuar - 830836/07, 830837/07
Manoel Messias Sena Franca - 830137/06
Marambar Mineração Ltda - me - 833165/05
Marcelo Pereira Cardoso - 833109/05
Marcio Teza Benevenute - me - 832580/07
Maria Angélica Cardoso - 833164/05
Maria Beatriz de Toledo Alves - 831576/07
Maria José de Melo Peres - 833930/06
Marmoraria Araçuaí Ltda - 833431/06, 831119/07
Minafer Mineração de Minérios de Ferro Ltda - 834665/08
Mineração Castro & Pereira Ltda - 833176/05
Mineração Granreal Ltda - 830102/06
Mineração Minas Bahia S.a - 830178/06
Mineração Monte Verde LTDA. - 830073/06
Mineração Morrinhos Ltda - 832835/06
Mineração Rio Bravo Ltda - 833347/07
Natalio Alves Pereira - 833130/05
Negoativo Comércio Importação e Exportação LTDA. - 830056/06
Nilson Laurindo Barbosa - 833600/06
Olaria sm Ltda - me - 834293/06
Omega Gama Mineração Ltda - 833229/04
Paulo Henrique Bianchini - 833110/05
Pedrastone Extração e Comércio de Pedras Ltda - 830164/06
Rafael Bahia Duarte - 833193/05
Rafael Luiz de Oliveira Rocha - 832057/07
Robson Leles Dias - 833213/05
Robson Meleipe Machado - 832803/06
Rochester Pedras Ornamentais Ltda - 834172/06
Rodrigo Azevedo Guimarães - 833095/05, 833094/05
Rui Carlos Borba & Cia Ltda - 834105/06, 834106/06, 833803/06
Sand do Brasil Ltda-me - 830028/06
Sérgio Mariano de Oliveira - 830189/06
Transital Transporte Itabirito Ltda - 834171/06, 833124/06
Unicig Extração de Argila Ltda - 830857/09
Vagner Trevisan me - 833609/06
Vandersy do Nascimento Gomes - 830005/06
Washington Tavares Junior - 833178/06, 833179/06, 833246/06

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 254/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Belo Sun Mineração Ltda - 850794/08 - A.I. 427/11
Impex Importação Exportação Comércio Representação Ltda - 850626/10 - A.I. 430/11, 850627/10 - A.I. 431/11
Inecol Industria Engenharia e Comercio Ltda - 850645/10 - A.I. 432/11, 850646/10 - A.I. 433/11, 850648/10 - A.I. 434/11
José Alírio Lenzi - 851167/07 - A.I. 426/11
Morro Verde Participações s a - 850422/09 - A.I. 437/11
Raimundo Gonçalves Barbosa - 850511/10 - A.I. 429/11
Recursos Minerais do Brasil S.a - 854855/96 - A.I. 438/11
Rodrigo Milani - 850659/10 - A.I. 435/11
Selmo Clermann - 850104/11 - A.I. 436/11
Votorantim Cimentos n ne s a - 850802/08 - A.I. 428/11

RELAÇÃO Nº 260/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
856.670/1994-PLATAFORMA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA
856.671/1994-PLATAFORMA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA
752.659/1996-PLATAFORMA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA
752.660/1996-PLATAFORMA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA
850.813/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA
850.814/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA
850.817/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA
851.004/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.005/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.006/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.007/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.008/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.009/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.010/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.011/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.012/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.013/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.014/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.015/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.016/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.017/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.018/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
851.019/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.
850.219/2009-JOAQUIM DILSON DA CRUZ MESQUITA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.551/2008-A.F.PINHEIRO E TRIANI LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
852.765/1993-YOSHIMITSU CHAYAMICHI
852.767/1993-YOSHIMITSU CHAYAMICHI

EXEMPLAR DE ASSINANTE - IMPRENSA NACIONAL

852.991/1993-YOSHIMITSU CHAYAMICHI
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.422/2006-JOÃO RAIMUNDO DE BARROS-OF. N°2.823/2011
850.073/2008-ANDERSON CARLOTTO-OF. N°2.826/2011
850.506/2009-GILDALVES BEZERRA SOBRINHO-OF. N°2.810/2011
850.361/2010-CARLOS REINALDO BARROS BEGOT-OF. N°2.809/2011
850.501/2010-PASQUAL LUIZ SPILLERE-OF. N°2.808/2011
850.503/2010-ECO STAR MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2.820/2011
850.568/2010-ROSIANNY FLORISBELA DA SILVA ALVES-OF. N°2.817/2011
850.863/2010-PAULO FLAVIO RIBEIRO-OF. N°2.838/2011
850.924/2010-ISAIAS CAETANO RIBEIRO-OF. N°2.807/2011
850.933/2010-IZIDIO GONÇALVES NETO-OF. N°2.806/2011
850.036/2011-MÁRIO CARLOS SAUER ARAÚJO-OF. N°2.805/2011
850.202/2011-JOSÉ GUIMARÃES MARTINS-OF. N°2.804/2011
850.279/2011-AMAZONAS EXPLORAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.836/2011
850.283/2011-AMAZONAS EXPLORAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.819/2011
850.350/2011-FERNANDO ALVARES DA SILVA-OF. N°2.835/2011
850.473/2011-NERI ARI THIESEN SCHERNER-OF. N°2.803/2011
850.632/2011-JOSÉ ALÍRIO LENZI-OF. N°3.098/2011
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.839/2006-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
850.390/2011-LGV MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
850.385/2009-AR. DO R. FIGUEIREDO ME SEIXEIRA E TRANSPORTE AURORA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.787/2009-MARIA TEREZA BARBOSA DA SILVA-Cessionário:BRAZAURO RECURSOS MINERAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 05.943.917/0001-43- Alvará n°14.043/2010
850.788/2009-MARIA TEREZA BARBOSA DA SILVA-Cessionário:BRAZAURO RECURSOS MINERAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 05.943.917/0001-43- Alvará n°14.044/2010
850.789/2009-MARIA TEREZA BARBOSA DA SILVA-Cessionário:BRAZAURO RECURSOS MINERAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 05.943.917/0001-43- Alvará n°14.045/2010
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.022/2008-VIKTUMATHURA V DA SILVA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS-Registro de Licença n°49/2011 de 01/09/2011-Vencimento em 22/10/2011
850.405/2011-FRANCISCO NILTON BEZERRA FARIAS-Registro de Licença n°47/2011 de 18/08/2011-Vencimento em 13/04/2013
850.879/2011-TRANSTERRA TERRAPLENAGEM LTDA-Registro de Licença n°50/2011 de 25/08/2011-Vencimento em 17/06/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.209/2011-MINERAÇÃO E COM. DE CALCÁRIO E BRITA DA AMAZ. LTDA-OF. N°2.832/2011
850.210/2011-MINERAÇÃO E COM. DE CALCÁRIO E BRITA DA AMAZ. LTDA-OF. N°2.832/2011
850.211/2011-MINERAÇÃO E COM. DE CALCÁRIO E BRITA DA AMAZ. LTDA-OF. N°2.832/2011
850.212/2011-MINERAÇÃO E COM. DE CALCÁRIO E BRITA DA AMAZ. LTDA-OF. N°2.832/2011
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
850.253/2011-PAULO TAVARES DA FONSECA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
850.829/2010-M. SIMÕES DA SILVA ME

RELAÇÃO Nº 273/2011

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
852.247/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.248/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.249/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.250/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.251/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.252/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.253/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.254/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.255/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.256/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.257/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.258/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.259/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.260/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.261/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.262/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.263/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.264/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.265/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.266/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.267/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.268/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.269/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.270/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.271/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.272/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.273/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.274/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.275/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.276/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.277/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.278/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.279/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.280/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.281/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.282/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.283/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.284/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.285/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.286/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.287/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.288/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.289/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.290/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.291/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.292/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.293/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.294/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.295/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.296/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.297/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.298/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.299/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.300/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.301/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.302/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.303/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011
852.304/1993-BERNARDO PEREIRA DA SILVA-OF. N°2512/2011

RELAÇÃO Nº 275/2011

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
852.992/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
852.993/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
852.994/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
852.995/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
852.996/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
852.997/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
852.998/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
852.999/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.000/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.001/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.002/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.003/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.004/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.005/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.006/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.007/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.008/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.009/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.010/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.011/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.012/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.013/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.014/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.015/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.016/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.017/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.018/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.019/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.020/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.021/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.022/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.023/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.024/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.025/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.026/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.027/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.028/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.029/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.030/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.031/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.032/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.033/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.034/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011
853.035/1993-ANTONIO FERREIRA SOBRINHO-OF. N°2643/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

751.151/1996-ANNE CARVALHO MENDONCA-OF. N°2621/2011
650.493/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.494/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.495/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.496/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.497/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.498/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.499/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.500/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.501/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.502/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.503/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.504/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
650.505/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA-OF. N°2614/2011
851.178/2008-RONALDO RODRIGUES DA SILVA-OF. N°2759/2011

RELAÇÃO Nº 278/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Ariquemes Indústria de Granitos Ltda - 850720/10 - A.I. 257/11
Brazauro Recursos Minerais Ltda - 850392/03 - A.I. 258/11
Guilherme Andri - 850649/07 - A.I. 218/11
João Jorge Gonçalves Abdon - 850057/10 - A.I. 250/11, 850058/10 - A.I. 251/11
Marcos Lopes Mendes - 850116/11 - A.I. 252/11
Mineração Rio Dezoito LTDA. - 850236/11 - A.I. 253/11
Valdir Dal Moro - 850702/08 - A.I. 254/11, 850703/08 - A.I. 255/11, 850783/08 - A.I. 256/11

RELAÇÃO Nº 282/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Brasil Minério Mineração do Pará Ltda - 850324/11 - A.I. 538/11
Caubi André Caldeira Fernandes - 850891/10 - A.I. 537/11
Companhia Brasileira de Alumínio - 850045/11 - A.I. 531/11, 850046/11 - A.I. 532/11
Frederico Rocha Pereira - 850630/09 - A.I. 535/11
Intercement Brasil s a - 850100/11 - A.I. 533/11
Mineração Vila Porto Rico LTDA. - 850654/09 - A.I. 530/11, 850653/09 - A.I. 528/11
Recursos Minerais do Brasil S.a - 850272/09 - A.I. 529/11
Xstrata Brasil Exploração Mineral LTDA. - 850824/05 - A.I. 534/11

RELAÇÃO Nº 283/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Amazonas Exploração e Mineração LTDA. - 850907/10
Francisco Francelino da Silva - 850421/10
João Jorge Gonçalves Abdon - 851097/08
José Secol Filho - 850253/05
Morro Verde Participações s a - 850423/09, 850424/09
William Soares - 851172/08, 851170/08

JOÃO BOSCO PEREIRA BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO PROCURADOR FEDERAL
RELAÇÃO Nº 6/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
Alepema-mineração e Participações Ltda - 915299/10 - R$ 3.519,05 Incrição N.40469/2011, 915298/10 - R$ 7.369,20 Incrição N.40475/2011, 915300/10 - R$ 2.812,14 Incrição N.40476/2011, 915297/10 - R$ 7.147,04 Incrição N.40477/2011, 915296/10 - R$ 7.339,51 Incrição N.40492/2011, 915294/10 - R$ 5.427,27 Incrição N.40494/2011, 915295/10 - R$ 722,13 Incrição N.40496/2011, 915379/10 - R$ 985,76 Incrição N.40563/2011
Alex Mariotto - 927403/09 - R$ 203,00 Incrição N.35567/2011
Alexandre Furtado da Silva - 986616/09 - R$ 2.071,66 Incrição N.35204/2011
Anna Catenacci Soatto - 927402/09 - R$ 203,00 Incrição N.35566/2011
Antonio Carlos de Souza Ferreira - 927393/09 - R$ 325,48 Incrição N.35562/2011
Araujo & Canesin Ltda - 926038/10 - R$ 1.487,59 Incrição N.37684/2011, 926039/10 - R$ 1.967,75 Incrição N.37685/2011
Carlos Sanches Gomes - 927394/09 - R$ 343,12 Incrição N.35565/2011
Celso Gioppo - 926320/10 - R$ 1.155,08 Incrição N.41247/2011, 926319/10 - R$ 2.116,37 Incrição N.41240/2011, 926287/10 - R$ 316,27 Incrição N.41024/2011
Compet Mineração Ltda - 926250/10 - R$ 5.368,90 Incrição N.40573/2011
Darcilio de Assumpcao - 926227/10 - R$ 3.524,75 Incrição N.40276/2011, 926228/10 - R$ 418,48 Incrição N.40277/2011
Diamond Bras Minérios Ltda - 974528/09 - R$ 2.051,07 Incrição N.34832/2011, 974527/09 - R$ 4.156,72 Incrição N.34831/2011
Elias Ramos - 970169/10 - R$ 7.241,77 Incrição N.37653/2011, 970168/10 - R$ 10.282,15 Incrição N.37654/2011
Extração e Comércio de Areia Das Ilhas Ltda - 927392/09 - R$ 2.123,77 Incrição N.35451/2011, 927391/09 - R$ 202,93 Incrição N.35452/2011
Fuad Kffuri - 926245/10 - R$ 5.207,02 Incrição N.40567/2011
Geraldo Shiavon - 926288/10 - R$ 3.910,30 Incrição N.41026/2011
Gold Standard Minas sa - 966030/09 - R$ 4.667,64 Incrição N.37371/2011, 966031/09 - R$ 3.708,29 Incrição N.37372/2011, 966034/09 - R$ 9.478,44 Incrição N.37373/2011, 966035/09 - R$ 1.854,15 Incrição N.37374/2011
Jair Ferreira da Luz Firma Individual - 926036/10 - R$ 96,90 Incrição N.37686/2011, 926037/10 - R$ 1.967,75 Incrição N.37687/2011
José Manuel Carreteiro - 964052/10 - R$ 18.355,33 Incrição N.37006/2011, 964053/10 - R$ 1.957,57 Incrição N.37007/2011
José Richiucki - 927396/09 - R$ 2.136,46 Incrição N.35559/2011
Julio Cesar Pereira de Carvalho - 915348/10 - R$ 413,74 Incrição N.40596/2011
Júlio Henrique Groszewicz Cordova - 927395/09 - R$ 105,10 Incrição N.35564/2011
Jussara Maria Denck Zanetti - 927404/09 - R$ 203,00 Incrição N.35571/2011
Leny Saldanha Gomes da Cunha - 926045/10 - R$ 1.017,00 Incrição N.37691/2011, 926046/10 - R$ 1.967,75 Incrição N.37692/2011
Leopercio Coelho - 926197/10 - R$ 1.418,30 Incrição N.39869/2011
Levi Cezar Pacheco Dos Santos Lima - 926286/10 - R$ 3.147,14 Incrição N.41022/2011
Luiz de Oliveira - 926251/10 - R$ 4.540,30 Incrição N.40574/2011
Marcelo de Carvalho Bodini - 926049/10 - R$ 184,46 Incrição N.37695/2011, 926050/10 - R$ 1.967,75 Incrição N.37696/2011
Maria Cecilia Moretti Meneghel - 971113/10 - R$ 6.382,42 Incrição N.39924/2011, 971189/10 - R$ 3.576,14 Incrição N.39960/2011, 971784/10 - R$ 2.485,71 Incrição N.40687/2011, 972089/10 - R$ 7.632,20 Incrição N.40726/2011, 971918/10 - R$ 7.254,38 Incrição N.40441/2011
Miguel José Alves - 926285/10 - R$ 506,03 Incrição N.41021/2011
Mineração e Comércio Minerstone Ltda me - 968453/09 - R$ 212,87 Incrição N.33296/2011
Mineração Vale do Cedro Ltda - 926243/10 - R$ 5.207,82 Incrição N.40564/2011, 926244/10 - R$ 4.538,14 Incrição N.40566/2011
Mineração Zaspir Ltda - 965230/09 - R$ 1.821,17 Incrição N.33552/2011, 965229/09 - R$ 2.105,88 Incrição N.33554/2011
Nadin Abrão Andraus - 926214/10 - R$ 4.583,39 Incrição N.40225/2011, 926223/10 - R$ 5.455,84 Incrição N.40270/2011
Nelson Corrêa - 926040/10 - R$ 1.967,75 Incrição N.37690/2011
Nova Ariquemes Mineração Estanífera Ltda - 926041/10 - R$ 4.068,01 Incrição N.37682/2011, 926042/10 - R$ 1.967,75 Incrição N.37683/2011
Ongb - Com de Novos Granitos Bras S/a - 971123/10 - R$ 5.274,19 Incrição N.39776/2011
Paulo da Cruz Guimarães - 915290/10 - R$ 53,59 Incrição N.40653/2011
Pedro Jochen - 915332/10 - R$ 4.332,47 Incrição N.40646/2011
Pedro Jorge - 926785/09 - R$ 1.037,28 Incrição N.37843/2011
Pericles Miro Tourinho - 926246/10 - R$ 5.526,30 Incrição N.40568/2011, 926247/10 - R$ 2.496,17 Incrição N.40569/2011
Rene Oscar Pugsley Junior - 926318/10 - R$ 850,58 Incrição N.41237/2011, 926317/10 - R$ 2.214,11 Incrição N.41236/2011
Roberto Jacob Xavier Rego - 926509/09 - R$ 102,25 Incrição N.39635/2011
Rubia Polessi Boschini - 966142/10 - R$ 101,70 Incrição N.37769/2011, 966143/10 - R$ 1.967,75 Incrição N.37770/2011
Sandro da Silva Teixeira - 966249/10 - R$ 371,39 Incrição N.38058/2011, 966250/10 - R$ 1.967,75 Incrição N.38059/2011, 966257/10 - R$ 5.203,74 Incrição N.38069/2011, 966258/10 - R$ 1.967,75 Incrição N.38071/2011
Sergio Abel - 926323/10 - R$ 4.822,21 Incrição N.41245/2011, 926322/10 - R$ 373,50 Incrição N.41250/2011, 926298/10 - R$ 666,14 Incrição N.41019/2011
Sergio Luiz Gonçalves Gil - 926508/09 - R$ 102,86 Incrição N.39636/2011
Teodoro Empresa de Mineração Ltda me - 910529/08 - R$ 7.784,53 Incrição N.38099/2011, 910528/08 - R$ 264,41 Incrição N.38100/2011
Terêncio Geffer Júnior - 926511/09 - R$ 181,75 Incrição N.39634/2011
Valdevino Generozo Lopes e CIA.LTDA. - M.E. - 926043/10 - R$ 556,08 Incrição N.37688/2011, 926044/10 - R$ 3.935,50 Incrição N.37689/2011

RELAÇÃO Nº 7/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
Água Mineral Graciosa Ltda - 926379/10 - R$ 198,95 Incrição N.41944/2011
Agua Mineral Imbuial Ltda - 926624/10 - R$ 237,24 Incrição N.45182/2011
Alain Pontes Dos Santos - 926511/10 - R$ 22.779,86 Incrição N.47213/2011, 926512/10 - R$ 9.981,45 Incrição N.47217/2011
Alepema-mineração e Participações Ltda - 915749/10 - R$ 1.490,17 Incrição N.45237/2011, 926396/10 - R$ 4.511,83 Incrição N.42411/2011, 926397/10 - R$ 6.670,29 Incrição N.42406/2011, 915492/10 - R$ 6.362,22 Incrição N.42409/2011
Amaury de Oliveira da Silva Junior - 926398/10 - R$ 10.169,85 Incrição N.42402/2011, 926459/10 - R$ 10.298,60 Incrição N.42978/2011
Anibal Tavares Lopes - 926458/10 - R$ 3.080,28 Incrição N.42983/2011
Antonio Carlos o Chueire - 926402/10 - R$ 3.063,15 Incrição N.42467/2011
Antonio Elio de Miranda me - 926605/10 - R$ 2.565,95 Incrição N.44851/2011, 926604/10 - R$ 128,52 Incrição N.44852/2011
Antonio Marcos da Silva - 926566/10 - R$ 2.352,58 Incrição N.44671/2011, 926582/10 - R$ 4.552,85 Incrição N.44642/2011
Areial Ressaca Ltda - 926611/10 - R$ 49,03 Incrição N.44945/2011, 926610/10 - R$ 34,37 Incrição N.44946/2011
Ari Dario - 926640/10 - R$ 2.375,13 Incrição N.45802/2011
Benoni Cecilio de Souza - 926547/10 - R$ 245,85 Incrição N.44325/2011
Brunna Nicole Goulart Vitoria - 926565/10 - R$ 2.352,58 Incrição N.44670/2011, 926580/10 - R$ 4.664,10 Incrição N.44640/2011, 926581/10 - R$ 4.767,94 Incrição N.44641/2011, 926564/10 - R$ 2.352,58 Incrição N.44672/2011
Carlos Alberto Merhy Filho - 926529/10 - R$ 240,34 Incrição N.44084/2011
Carlos Xavier Simões - 926526/10 - R$ 280,09 Incrição N.43994/2011
Casali & Cia Ltda - 926422/10 - R$ 201,83 Incrição N.42777/2011
Celio Prado Goncalves - 926442/10 - R$ 11.936,91 Incrição N.42877/2011
Celso Augusto Maciel Ribas - 926399/10 - R$ 7.311,30 Incrição N.42400/2011
Celso Neves da Silva - 926412/10 - R$ 205,48 Incrição N.44213/2011
Cesar Rodrigo Antoniuk Grande - 926947/10 - R$ 2.325,56 Incrição N.49090/2011
Ciaceres-comercio de Cereais Ltda - 906125/10 - R$ 254,88 Incrição N.45556/2011
Claudio Roberto Dos Santos - 926644/10 - R$ 119,88 Incrição N.45798/2011
Cotacomp Cotação e Compras de Materiais de Construção Ltda - 926539/10 - R$ 154,54 Incrição N.44189/2011
Cristiani Schneider - 915518/10 - R$ 4.882,74 Incrição N.42262/2011, 915654/10 - R$ 4.373,93 Incrição N.43357/2011, 915655/10 - R$ 2.824,03 Incrição N.43356/2011, 915656/10 - R$ 4.907,48 Incrição N.43355/2011, 915657/10 - R$ 4.867,22 Incrição N.43354/2011, 915658/10 - R$ 4.824,48 Incrição N.43353/2011, 915659/10 - R$ 3.095,53 Incrição N.43352/2011
Desiderio Ugo Zambon - 926410/10 - R$ 388,21 Incrição N.42652/2011, 926427/10 - R$ 409,43 Incrição N.42766/2011, 926425/10 - R$ 192,22 Incrição N.42770/2011, 926424/10 - R$ 193,17 Incrição N.42771/2011, 926426/10 - R$ 388,21 Incrição N.42783/2011
Elier Altevir Cerrato - 926414/10 - R$ 113,53 Incrição N.44214/2011
Elmir José Groff - 926614/10 - R$ 2.337,91 Incrição N.44942/2011
Engarrafadora Lupet Ltda - 926515/10 - R$ 53,87 Incrição N.43814/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Enyel Carazzai - 926373/10 - R$ 155,95 Incrição N.41935/2011

Eraldo Sergio Novakoski - 926495/10 - R$ 2.202,17 Incrição N.43676/2011

Estevam de Souza Netto - 926335/10 - R$ 1.916,23 Incrição N.41414/2011, 926336/10 - R$ 73,16 Incrição N.41415/2011

Evanise Luciano Goulart - 926579/10 - R$ 4.680,82 Incrição N.44639/2011, 926563/10 - R$ 2.352,58 Incrição N.44673/2011

Fernando Gomes - 926376/10 - R$ 193,17 Incrição N.41938/2011

Fertalon Fertilizantes Londrina Ltda - 926583/10 - R$ 691,54 Incrição N.44643/2011, 926568/10 - R$ 2.352,58 Incrição N.44676/2011

Francisco Adao Jaskievicz - 926333/10 - R$ 7.823,97 Incrição N.41412/2011, 926334/10 - R$ 4.617,32 Incrição N.41413/2011

Frederico Zanlorenzi Neto - 926444/10 - R$ 12.109,64 Incrição N.42851/2011

Hsak Mineração Ltda - 900718/10 - R$ 4.626,68 Incrição N.42984/2011, 900717/10 - R$ 4.855,66 Incrição N.42982/2011, 900708/10 - R$ 2.427,83 Incrição N.42975/2011, 900707/10 - R$ 3.139,20 Incrição N.42974/2011, 901397/10 - R$ 6.447,58 Incrição N.46576/2011, 901396/10 - R$ 4.972,22 Incrição N.46584/2011

Ita Cal Ltda - 926461/10 - R$ 4.449,10 Incrição N.42986/2011

Itaiacoca sa Mineração Industria e Comércio - 926462/10 - R$ 73,37 Incrição N.42989/2011, 926474/10 - R$ 1.261,16 Incrição N.43368/2011, 926476/10 - R$ 487,17 Incrição N.43369/2011, 926453/10 - R$ 4.365,89 Incrição N.42840/2011, 926451/10 - R$ 10.404,76 Incrição N.42842/2011, 926450/10 - R$ 3.017,43 Incrição N.42843/2011, 926448/10 - R$ 3.990,18 Incrição N.42844/2011, 926447/10 - R$ 12.109,64 Incrição N.42845/2011, 926406/10 - R$ 1.882,74 Incrição N.42395/2011, 926332/10 - R$ 463,26 Incrição N.41411/2011

Jackson Novakoski - 926577/10 - R$ 2.352,58 Incrição N.44683/2011

Jaimir Olivi - 926514/10 - R$ 268,63 Incrição N.43816/2011

Jardes Grenny Barros - 926413/10 - R$ 124,33 Incrição N.42649/2011

João Lazzarotto - 926377/10 - R$ 124,22 Incrição N.41941/2011

João Maria Pinto - 926374/10 - R$ 31,85 Incrição N.41936/2011

Jorge Henrique Schwarz - 926419/10 - R$ 90,86 Incrição N.44299/2011

José Carlos Maestrelli - 926465/10 - R$ 6.450,97 Incrição N.42990/2011

José Domingos Scarpellini - 961360/10 - R$ 1.782,44 Incrição N.44829/2011

José Elias Rivabem - 926464/10 - R$ 10.445,84 Incrição N.42987/2011

José Laertes de Meira - 926613/10 - R$ 233,79 Incrição N.44943/2011

José Manoel de Campos Silva - 926609/10 - R$ 393,64 Incrição N.44941/2011

José Richiucki - 927397/09 - R$ 2.220,81 Incrição N.35560/2011

Juarez Carlos Martins - 926578/10 - R$ 1.222,40 Incrição N.44638/2011, 926567/10 - R$ 2.352,58 Incrição N.44675/2011

Jucelino Jenjery Vergílio - 926607/10 - R$ 2.565,95 Incrição N.44849/2011, 926606/10 - R$ 461,58 Incrição N.44850/2011

Laércio Nunes de Macedo - 926643/10 - R$ 124,85 Incrição N.45799/2011

Levi Cezar Pacheco Dos Santos Lima - 926540/10 - R$ 151,46 Incrição N.44190/2011

Lucio Irajá Furtado - 926649/10 - R$ 243,35 Incrição N.45925/2011

Luiz Celso Dalera - 926523/10 - R$ 196,81 Incrição N.43997/2011

Luiz Ferreira Maciel - 926415/10 - R$ 180,79 Incrição N.42647/2011

Luiz Renato Favaro de Oliveira - 926382/10 - R$ 1.569,31 Incrição N.47199/2011

Manuel Lopez Pichel - 926384/10 - R$ 101,08 Incrição N.42142/2011, 926385/10 - R$ 3.078,02 Incrição N.42143/2011, 926383/10 - R$ 115,56 Incrição N.42141/2011

Marcus Costa Ribeiro - 972782/10 - R$ 8.021,28 Incrição N.45003/2011

Maria Cecilia Moretti Meneghel - 972179/10 - R$ 8.103,41 Incrição N.43700/2011, 971345/10 - R$ 7.417,19 Incrição N.43738/2011, 971035/10 - R$ 11.936,91 Incrição N.42285/2011, 971995/10 - R$ 11.893,74 Incrição N.41441/2011, 971984/10 - R$ 11.340,06 Incrição N.43262/2011, 971360/10 - R$ 7.577,47 Incrição N.42940/2011, 971263/10 - R$ 185,70 Incrição N.43336/2011, 971690/10 - R$ 8.073,09 Incrição N.43074/2011, 971055/10 - R$ 2.144,29 Incrição N.41365/2011, 971370/10 - R$ 11.893,74 Incrição N.41493/2011

Marli Ana Kusma Avassin - 926423/10 - R$ 3.183,18 Incrição N.42773/2011

Martins Chedlowski - 926525/10 - R$ 384,68 Incrição N.43995/2011

Mauro Tailor Gerhardt - 950605/10 - R$ 431,32 Incrição N.41455/2011, 950606/10 - R$ 2.410,63 Incrição N.41456/2011

Miguel José Pellanda - 926372/10 - R$ 193,17 Incrição N.41933/2011

Mineração Altônia Ltda - 926524/09 - R$ 5.052,72 Incrição N.31080/2011

Mineração Capuava LTDA. - 926337/10 - R$ 436,77 Incrição N.41410/2011

Mineração e Transportes Cecilio Ltda - 926440/10 - R$ 937,16 Incrição N.42876/2011

Mineração Lavrinha Ltda - 926435/10 - R$ 10.451,86 Incrição N.42881/2011

Mineração Metalnorte Ltda - 926439/10 - R$ 11.936,91 Incrição N.42875/2011, 926438/10 - R$ 11.936,91 Incrição N.42878/2011, 926437/10 - R$ 9.524,60 Incrição N.42879/2011, 926436/10 - R$ 10.920,83 Incrição N.42880/2011

Mineração Pasali Ltda - 926404/10 - R$ 7.801,75 Incrição N.42392/2011, 926405/10 - R$ 748,50 Incrição N.42393/2011

Mineração Vale do Cedro Ltda - 926477/10 - R$ 3.975,28 Incrição N.43378/2011, 926478/10 - R$ 4.155,82 Incrição N.43371/2011

Mineração Vale do Ipe Ltda - 926339/10 - R$ 3.906,08 Incrição N.41417/2011

Mineração Zaspir Ltda - 951046/10 - R$ 3.929,42 Incrição N.45392/2011, 964708/10 - R$ 246,20 Incrição N.48443/2011, 964535/10 - R$ 1.528,21 Incrição N.48654/2011

Minerais do Paraná s a Mineropar - 926475/10 - R$ 326,02 Incrição N.43382/2011

Moema Agropecuaria Ltda - 926378/10 - R$ 189,32 Incrição N.41943/2011

Nassib Mamud - 926452/10 - R$ 204,72 Incrição N.42839/2011

Osvaldo Sator Anabuki - 926502/10 - R$ 2.297,57 Incrição N.43679/2011, 926506/10 - R$ 115,43 Incrição N.43685/2011

Oswaldo Tassini - 926460/10 - R$ 6.554,37 Incrição N.42985/2011

Paraná Equipamentos S/a - 926498/10 - R$ 216,68 Incrição N.43677/2011

Paulo Adalberto Rolim - 926463/10 - R$ 6.223,21 Incrição N.42976/2011, 926445/10 - R$ 5.451,27 Incrição N.42850/2011

Paulo Cesar da Silva - 926395/10 - R$ 3.297,41 Incrição N.42466/2011

Pedras Grandes Ind Com Papelao Ltda - 926388/10 - R$ 3.863,82 Incrição N.42149/2011

Polimix Concreto Ltda - 926623/10 - R$ 237,24 Incrição N.45181/2011

Porto de Areia Lageado Bonito Ltda - 926612/10 - R$ 1.190,76 Incrição N.44944/2011

Porto de Areia Piloto Ltda me - 926642/10 - R$ 16,76 Incrição N.45800/2011

Ricardo Theodocio Athanasio - 926411/10 - R$ 189,32 Incrição N.42650/2011

Rodrigo Zanello - 926755/10 - R$ 2.244,92 Incrição N.48880/2011, 926750/10 - R$ 2.258,36 Incrição N.48904/2011

Rosemeire Bueno de Almeida - 926085/09 - R$ 13.560,24 Incrição N.43272/2011, 926084/09 - R$ 30.748,17 Incrição N.43273/2011

Rubens Alberto Benatto - 926403/10 - R$ 10.427,31 Incrição N.42391/2011

Sebastião Plinio Carneiro - 926421/10 - R$ 12.282,36 Incrição N.42780/2011, 926420/10 - R$ 12.282,36 Incrição N.42781/2011

Sergio Abel - 926400/10 - R$ 775,79 Incrição N.42464/2011, 926340/10 - R$ 4.176,27 Incrição N.41422/2011

Sergio Nestor Negoseki - 926417/10 - R$ 189,54 Incrição N.42651/2011

Sidiney Jorge Lipori - 926416/10 - R$ 189,32 Incrição N.42648/2011

Silvanira Marques de Castro - 926501/10 - R$ 257,02 Incrição N.43678/2011, 926497/10 - R$ 64,01 Incrição N.43680/2011, 926499/10 - R$ 1.716,50 Incrição N.43681/2011, 926500/10 - R$ 1.460,89 Incrição N.43682/2011

Taba Construções e Emprreendimentos Ltda - 926401/10 - R$ 342,00 Incrição N.42465/2011

Vanderlei Beloti - 926375/10 - R$ 276,69 Incrição N.41937/2011

Vili Artur de Mello - 986314/10 - R$ 8.709,20 Incrição N.43092/2011, 986313/10 - R$ 2.755,27 Incrição N.43424/2011

Walduyr Geremia - fi - 926386/10 - R$ 18,41 Incrição N.42146/2011

RELAÇÃO Nº 8/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias

Agua Mineral Prata da Serrra Ltda - 926003/11 - R$ 316,07 Incrição N.50118/2011

Alnei Antonio Provenzi - 926007/11 - R$ 247,47 Incrição N.50155/2011

Anderson Ojan da Silveira Firma Individual - 927258/10 - R$ 2.585,30 Incrição N.49786/2011

Antonio Marcos Solera - 927254/10 - R$ 8.133,65 Incrição N.49985/2011, 927255/10 - R$ 13.036,20 Incrição N.49986/2011

Arnoldo Klas Júnior - 926941/10 - R$ 2.480,53 Incrição N.49710/2011, 926940/10 - R$ 1.874,11 Incrição N.49711/2011

Boza Extração e Comércio Ltda - 927206/10 - R$ 373,45 Incrição N.49418/2011

Bruno Schwarz Netto - 927256/10 - R$ 3.336,20 Incrição N.49987/2011, 927257/10 - R$ 13.998,17 Incrição N.49988/2011

Celso Augusto Maciel Ribas - 927223/10 - R$ 249,72 Incrição N.49570/2011

Central Colombo Polimento de Granito Ltda - 927207/10 - R$ 566,59 Incrição N.49417/2011

Cesar Rodrigo Antoniuk Grande - 926946/10 - R$ 2.478,94 Incrição N.49091/2011

Danwig Construtora de Obras Ltda - 927185/10 - R$ 245,88 Incrição N.49308/2011

Décio Pacheco - 927201/10 - R$ 249,72 Incrição N.49413/2011

Eloisa Batistão - 927192/10 - R$ 245,88 Incrição N.49367/2011

Elza Fussako Kotoge - 927225/10 - R$ 249,72 Incrição N.49583/2011

Empreendimentos Imobiliários Pena Branca Ltda - 926012/11 - R$ 2.722,13 Incrição N.50160/2011

F.andreis & Cia LTDA. - 927248/10 - R$ 232,11 Incrição N.49980/2011

Fabio Roberto Torres Grosse - 927180/10 - R$ 245,88 Incrição N.49312/2011

França Extração de Comércio de Areia Ltda (me) - 927252/10 - R$ 247,47 Incrição N.49983/2011, 927212/10 - R$ 249,72 Incrição N.49561/2011

g. Jacomini & Cia LTDA. - 927181/10 - R$ 245,88 Incrição N.49310/2011

Issam Haddad - 927183/10 - R$ 2.044,75 Incrição N.49309/2011

Ivo Bittencourt Filho - 927250/10 - R$ 247,47 Incrição N.49981/2011

Jaguar Empreendimentos Hoteleiros e Turísticos LTDA. - 927224/10 - R$ 249,72 Incrição N.49571/2011, 927226/10 - R$ 249,72 Incrição N.49581/2011, 927217/10 - R$ 249,72 Incrição N.49566/2011, 927219/10 - R$ 249,72 Incrição N.49567/2011, 927222/10 - R$ 249,72 Incrição N.49569/2011, 927215/10 - R$ 249,72 Incrição N.49564/2011, 927214/10 - R$ 249,72 Incrição N.49563/2011, 927213/10 - R$ 249,72 Incrição N.49562/2011

João de Barro Extração e Terraplenagens s. c. Ltda - 927190/10 - R$ 245,88 Incrição N.49365/2011

João Dos Santos Andrade - 926752/10 - R$ 2.480,53 Incrição N.49713/2011

Joel de Oliveira Rancho Alegre - Firma Individual - 926006/11 - R$ 247,47 Incrição N.50154/2011, 927191/10 - R$ 245,88 Incrição N.49366/2011

Josmar Paulo - 926749/10 - R$ 2.480,53 Incrição N.49712/2011

Katiba Fadel - 926936/10 - R$ 2.480,53 Incrição N.49706/2011, 926935/10 - R$ 3.666,72 Incrição N.49708/2011

Levi Cezar Pacheco Dos Santos Lima - 927182/10 - R$ 245,88 Incrição N.49311/2011, 926978/10 - R$ 4.220,49 Incrição N.49124/2011, 926977/10 - R$ 2.332,28 Incrição N.49125/2011

Luciana Leite me - 927194/10 - R$ 245,88 Incrição N.49369/2011

Marcos Istak - 926010/11 - R$ 247,47 Incrição N.50158/2011, 926011/11 - R$ 247,47 Incrição N.50159/2011

Maria Aparecida Correa - 926013/11 - R$ 247,47 Incrição N.50161/2011

Mariotto Comércio e Extração de Areia LTDA. - 926982/10 - R$ 870,15 Incrição N.49110/2011, 926981/10 - R$ 2.332,28 Incrição N.49111/2011

Milton José Andreis - 927249/10 - R$ 232,11 Incrição N.49982/2011

Mineraçao Cerradogrande Ltda - 927205/10 - R$ 249,72 Incrição N.49416/2011

Mineração Cutia Ltda - 926014/11 - R$ 247,47 Incrição N.50162/2011

Mineuro Comercio de Areia e Extração, Transporte LTDA. - 926009/11 - R$ 2.774,60 Incrição N.50157/2011, 926979/10 - R$ 2.332,28 Incrição N.49113/2011, 926976/10 - R$ 521,97 Incrição N.49114/2011, 926975/10 - R$ 2.332,28 Incrição N.49115/2011, 926980/10 - R$ 2.138,72 Incrição N.49112/2011

Neusa Maria Mussi Maestrelli - 927186/10 - R$ 245,88 Incrição N.49307/2011

Paulo Maximiano de Souza Junior - 926008/11 - R$ 247,47 Incrição N.50156/2011

Porto de Areia Hermsdorff - 927203/10 - R$ 249,72 Incrição N.49414/2011

Rogerio Macedo Borio - 926971/10 - R$ 2.332,28 Incrição N.49104/2011, 926972/10 - R$ 2.490,72 Incrição N.49105/2011, 926968/10 - R$ 2.449,71 Incrição N.49108/2011, 926967/10 - R$ 2.332,28 Incrição N.49109/2011

Sandro Nodari - 926005/11 - R$ 247,47 Incrição N.50153/2011

Silvanira Marques de Castro - 927221/10 - R$ 3.463,40 Incrição N.49568/2011

Teodoro Empresa de Mineraçao Ltda me - 926004/11 - R$ 474,11 Incrição N.50116/2011

Vanderli Ruiz Rossi - 926015/11 - R$ 480,52 Incrição N.50119/2011

Vilson José Brotto - 927253/10 - R$ 247,47 Incrição N.49984/2011

JESUS PEREIRA DOS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 171/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Paulo Roberto Mol e Cia Ltda - 826488/10 - A.I. 524/11

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 111/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
840.162/2008-STÉLIO JOSÉ BARRETO MAIA
840.221/2011-MINERGEL MINERAÇÃO GESSO BONITO LTDA ME
840.225/2011-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
840.226/2011-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A
840.299/2011-PLACO DO BRASIL LTDA
840.306/2011-ANTÔNIO CARLOS DAS DORES
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
840.519/2010-USINA DE OBRAS EMPREENDIMENTOS LTDA
840.009/2011-BRIMAC ? COMERCIO ATACADISTA DE BRITA, AREIA E PREMOLDADOS LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.281/2011-MAP MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1726/11
840.296/2011-UNIMIN DO BRASIL LTDA.-OF. N°1724/11
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.327/2009-VANDA EVANGELISTA DA SILVA-OF. N°1676/2011
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
840.390/2008-ENGEPLAN ENGENHARIA CARUARU LTDA-AI N°209/11
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
840.093/2002-LEANDRO CAL JATOBÁ BRITAS E PEDRAS- AI N° 237/11
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.059/2011-NUNES EMPREENDIMENTOS S A-Registro de Licença n°714/2011 de 18/08/2011-Vencimento em 07/02/2013
840.236/2011-GLEYDSON DE OLIVEIRA SILVA-Registro de Licença n°716/2011 de 26/08/2011-Vencimento em 11/04/2017
840.253/2011-FJ VASCONCELOS PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-Registro de Licença n°715/2011 de 18/08/2011-Vencimento em 09/04/2013
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.198/2007-MARIA JOSE DAS NEVES WELKOVIC-Registro de Licença No.:461/2007 - Vencimento em 10/01/2012
840.311/2009-CONSORSIO ENCALSO-CONVAP-AR-KEV-RECORD- Registro de Licença No.:585/2010 - Vencimento em 02/08/2012
840.312/2009-CONSORSIO ENCALSO-CONVAP-AR-KEV-RECORD- Registro de Licença No.:586/2010 - Vencimento em 02/08/2012
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
840.002/2008-CASTRO LIMA AGROMINÉRIOS LTDA
840.003/2008-CASTRO LIMA AGROMINÉRIOS LTDA
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
840.096/2003-Auto C. F. Silva Ltda.-ME- AI N°238/11
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)
840.096/2003-AUTO C. F. SILVA LTDA - ME -AI N°174/2011

RELAÇÃO Nº 112/2011

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
853.237/1977-Extraspedras Ltda.- AI N°003/2007
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
840.060/2006-VALE S A- AI N°192/08
840.062/2006-VALE S A- AI N°193/08
840.063/2006-VALE S A- AI N°194/08
840.064/2006-VALE S A- AI N°195/08

RELAÇÃO Nº 115/2011

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
840.060/2006-VALE S A-AI N°192/2008
840.062/2006-VALE S A-AI N°193/08
840.063/2006-VALE S A-AI N°194/08
840.064/2006-VALE S A-AI N°195/08
840.065/2006-VALE S A-AI N°217/08
840.066/2006-VALE S A-AI N°218/08
840.068/2006-VALE S A-AI N°219/08
840.069/2006-VALE S A-AI N°220/08
840.070/2006-VALE S A-AI N°221/08
840.071/2006-VALE S A-AI N°222/08
840.072/2006-VALE S A-AI N°223/08
840.073/2006-VALE S A-AI N°224/08
840.074/2006-VALE S A-AI N°225/08
840.075/2006-VALE S A-AI N°226/08
840.076/2006-VALE S A-AI N°227/2008

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 162/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Antonio de Padua Carvalho Peixoto me - 890104/10 - A.I. 451/11
Lcs Fulgêncio -me - 890529/08 - A.I. 453/11
Mipibú Comercio de Minerais Não Metalicos LTDA. - 890122/08 - A.I. 456/11
Votorantim Cimentos Brasil s a - 890193/08 - A.I. 455/11, 890178/10 - A.I. 450/11, 890507/09 - A.I. 452/11, 890506/09 - A.I. 454/11

RELAÇÃO Nº 164/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Antares Agua Mineral Serra de Jaconé Ltda - 890206/98 - Not.753/2011 - R$ 69,19
Dac Construções e Pavimentações Ltda - 890234/09 - Not.789/2011 - R$ 239,45
Divone Pádua Pedras Decorativas Ltda me - 890283/10 - Not.790/2011 - R$ 241,47

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 102/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Jamal Hatum - 820321/03 - Not.1525/2011 - R$ 266,76
José Henrique Decarli - 820829/03 - Not.1533/2011 - R$ 255,44, 820829/03 - Not.1534/2011 - R$ 133,14, 820830/03 - Not.1535/2011 - R$ 216,69
Manoel Francisco Pires da Costa - 820417/03 - Not.1523/2011 - R$ 53,45
Mineração Chaparral Dos Tres Irmãos Ltda - 812959/70 - Not.1521/2011 - R$ 1.628,64
Mineradora Portluc Ltda - 820701/87 - Not.1528/2011 - R$ 2.165,63, 820701/87 - Not.1529/2011 - R$ 2.165,63, 820701/87 - Not.1530/2011 - R$ 2.165,63, 820701/87 - Not.1531/2011 - R$ 2.165,63
Paulo Riskala Filho - 820227/92 - Not.1522/2011 - R$ 824,13

RICARDO DE OLIVEIRA MORAIS

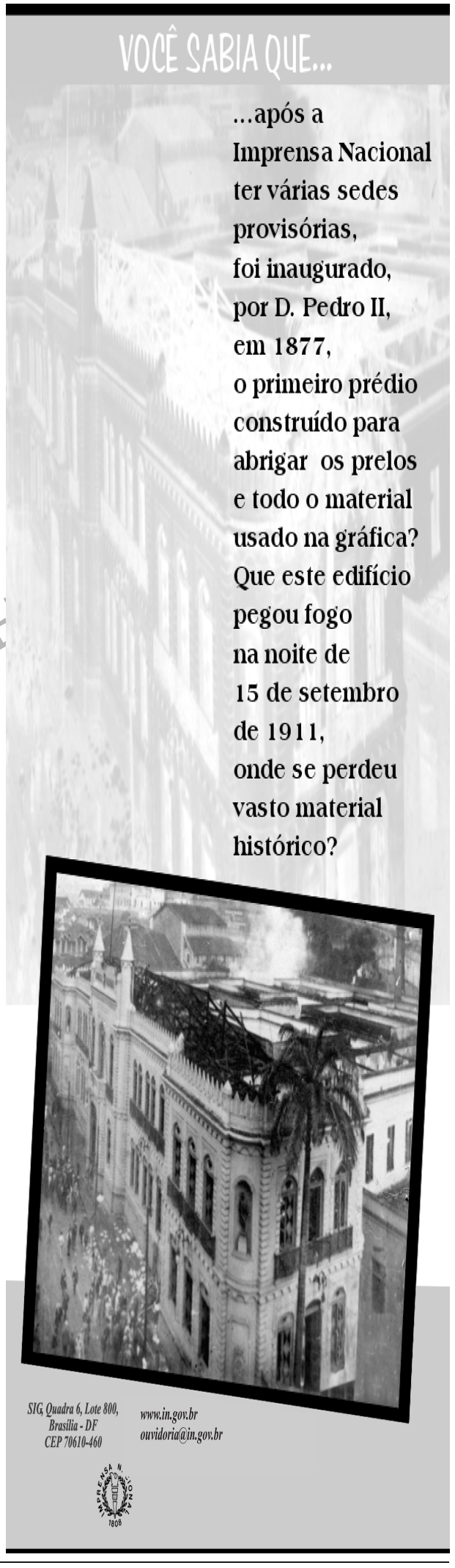
SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 83/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cristovão Rabelo de Oliveira - 878021/08 - Not.98/2011 - R$ 4.825,84, 878022/08 - Not.99/2011 - R$ 4.825,84, 878023/08 - Not.100/2011 - R$ 4.825,84, 878025/08 - Not.102/2011 - R$ 4.825,84, 878026/08 - Not.103/2011 - R$ 4.825,84, 878027/08 - Not.104/2011 - R$ 4.825,84, 878024/08 - Not.105/2011 - R$ 4.825,84

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRE



Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, Inciso I, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 69, de 19 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia subseqüente; pela Instrução Normativa/Incra/nº 34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/Incra/nº 62, de 21 de junho de 2010; e pela Resolução nº 39, de 30 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 de novembro de 2007, do Conselho Diretor desta Autarquia Federal, e tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 8 de agosto de 2011 e,

CONSIDERANDO que a proposta de acordo entre o Incra e o proprietário do imóvel expropriado fundamentou-se no montante de R$ 5.103.593,01 (cinco milhões, cento e três mil, quinhentos e noventa e três reais e um centavo), englobando a terra nua e benfeitorias, correspondentes ao limite superior do campo de arbítrio do laudo de avaliação da Autarquia;

CONSIDERANDO que o valor das benfeitorias indenizáveis ficou reconhecido como sendo aquele indicado na oferta inicial da desapropriação, especificamente R$ 347.211,98 (trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e onze reais e noventa e oito centavos), pagos em espécie no dia 6 de setembro de 2010, e que deverão ser acrescidos em R$ 18.132,81 (dezoito mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e um centavos), em razão do erro material apurado no somatório das benfeitorias quando da realização da vistoria, a ser pago em espécie, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da homologação do acordo, totalizando o valor de indenização das benfeitorias em R$ 365.344,79 (trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos);

CONSIDERANDO que também ficou estabelecido entre as partes que o Incra procederá ao cancelamento e relançamento dos TDA`s para indenização da terra nua, referente à oferta inicial de R$4.452.820,09 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e nove centavos), com prazo de resgate reduzido para de 02 a 05 anos e juros de 6% ao ano, tal como autoriza a Medida Provisória n.º 2.183-56/01, cujo relançamento deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do acordo;

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público Federal aquiesceu com o acordo;

CONSIDERANDO que não há ônus e gravames registrados na matrícula do imóvel e os valores acordados se encontram dentro dos parâmetros da Planilha de Preços Referenciais de Terras da microrregião em que está localizado o imóvel e dentro da alçada para acordos administrativos prevista na Resolução n.º 34/2006;

CONSIDERANDO que o INCRA se comprometeu a indenizar a área acrescida ao registro, em virtude da retificação, pelo mesmo valor de R$ 5.231,48 (cinco mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos) por hectare, ressalvada a servidão da CEMIG, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do registro da retificação;

CONSIDERANDO que o valor total da indenização não extrapolou o limite superior do campo de arbítrio, constante da Resolução nº. 39, de 30 de outubro de 2007;

CONSIDERANDO que os argumentos constantes dos autos justificam econômica e financeiramente a conveniência de prosseguimento da proposta de acordo, bem como por atender ele aos princípios de oportunidade e conveniência administrativa;

CONSIDERANDO, finalmente, as manifestações da Procuradoria Regional e Divisão Obtenção de Terras desta Superintendência Regional,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo, no bojo de ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Estância Vanessa, localizado no Município de Comendador Gomes (MG), com área registrada de 1.045,8683 hectares e medida de 909,6598 hectares, sendo inicialmente avaliada com base na área de 905,7185 hectares, face a exclusão de 3,9413 hectares correspondentes a 1/3 da área de 11,2785 hectares ocupados com servidão da CEMIG, acordo feito mediante concordância do Ministério Público Federal, e que se fundamentou no valor global de R$ 5.103.593,01 (cinco milhões cento e três mil quinhentos e noventa e três reais e um centavo), sendo R$ 4.738.248,21 (quatro milhões setecentos e trinta e oito mil duzentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos) em títulos agrários para pagamento da terra-nua. Parte desse montante acordado para a terra nua, R$4.452.820,09 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e nove centavos), correspondentes à oferta inicial, terão os respectivos títulos relançados no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da homologação do acordo, e R$18.132,81 (dezoito mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e um centavos) em espécie, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da homologação do acordo, pelas benfeitorias indenizáveis que corresponde ao adicional sobre o valor de R$ 347.211,98 (trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e onze reais e noventa e oito centavos), depositados em 6 de setembro de 2010, em razão do erro material apurado no somatório das benfeitorias quando da realização da vistoria, o que totaliza o valor de R$ 365.344,79 (trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos). O valor deverá ser indenizado pelo cancelamento e relançamento de 48.421 Títulos da Dívida Agrária (TDA), nominativos ao expropriado, Nilson Barroso, CPF nº.: 107.643.218-20, na proporção de 100% com prazo de resgate de dois a cinco anos, correção monetária pela TR (Taxa Referencial) e juros de 6% ao ano, em consonância com a Medida Provisória n.º 2.183-56/2001. A indenização do montante de R$285.428,13 (duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais e treze centavos) referente à majoração de 5,95% sobre o valor da oferta para a terra nua, ainda a ser acrescida pela indenização de eventual área sobejante, esta a ser indenizada pelo mesmo valor unitário de R$5.231,48(cinco mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos) por hectare e a ser definida a partir da retificação do registro, terá um prazo de lançamento de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da referida retificação do registro.

Art. 2º - Aprovar a proposta de acordo homologada em juízo, no bojo da ação de desapropriação.

Art. 3º - Autorizar o Superintendente Regional a encaminhar solicitação à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento visando a autorizar a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias para o cancelamento dos títulos originais e seu relançamento com prazo de resgate de 2 a 5 anos, bem como a descentralização de recursos financeiros para indenização complementar das benfeitorias.

Art. 4º - Autorizar o Superintendente Regional a baixar Portaria para a execução desta Resolução.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO ESTADO DO PARÁ - SR(01), autarquia federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterada pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Superintendente Regional, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 7º, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso VI do art. 132, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, e tendo em vista a decisão adotada em sua Reunião, realizada em 26 de maio de 2011; e Considerando o contido na Ata de Reunião Ordinária nº 03/2011, do Comitê de Decisão Regional, resolve:

Art. 1º - Aprovar a doação de bens móveis pertencentes ao acervo patrimonial desta Superintendência Regional, ao município de MOJU, no Estado do Pará.

Art. 2º - Autorizar ao Senhor Superintendente Regional , em conseqüência, a assinar o Termo de Cessão/Doação e Termo de Doação nº 02/2010, constante do Processo Administrativo 54100.000676/2011-84.

Art. 3º - esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELIELSON PEREIRA DA SILVA
Superintendente

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 30, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Estabelece os critérios para alocação de cotas para importação estabelecidas pela Resolução CAMEX nº 59, de 29 de agosto de 2011.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 59, de 29 de agosto de 2011, RESOLVE:

Art. 1º Ficam acrescidos os incisos XX, XXI e XXII ao Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"XX - Resolução CAMEX nº 59, de 29 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 30 de agosto de 2011, art. 1º:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
4810.13.90	Outros Ex 002 - Papel couchê com resistência a úmido e solução alcalina, com revestimento aplicado em apenas um dos lados (LI) e gramatura entre 50 e 75 g/m², em bobinas com largura mínima de 550mm e máxima de 700mm , metalizado ou não	2%	2.500 toneladas	30/08/2011 a 29/02/2012

a) O exame das LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;
b) O importador deverá fazer constar na LI a descrição constante da tabela anterior; e
c) Caso seja constatado o esgotamento da cota, o DECEX não emitirá de novas licenças de importação para essa cota, ainda que registradas no SISCOMEX.

XXI- Resolução CAMEX nº 59, de 29 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 30 de agosto de 2011, art. 1º:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
7307.91.00	--Flanges	2%	90 toneladas	30/08/2011 a 29/02/2012
	Ex 001 - Flanges produzidas pelo processo de forjamento em material Aço Liga 2 1/4 Cromo - 1 Molibdênio - Vanádio, conforme ASME SA-336/SA-336M F22V, com resistência à fissuração ao hidrogênio em serviços a temperaturas elevadas, de acordo com os requisitos previstos no documento "Additional Requirements for CrMo and CrMoV Low Alloy Steels" I-ET-5000.00-0000-500-PPC-001 Rev.D.			

a) O exame das LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;
b) O importador deverá fazer constar na LI a descrição constante da tabela anterior; e
c) Caso seja constatado o esgotamento da cota, o DECEX não emitirá de novas licenças de importação para essa cota, ainda que registradas no SISCOMEX.

XXII- Resolução CAMEX nº 59, de 29 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 30 de agosto de 2011, art. 2º:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
7208.51.00	--De espessura superior a 10mm Ex 006 - Chapa grossa de aço carbono para produção de tubos conforme norma ANSI/API 5L Nível PSL2 44a com as seguintes especificações: -API X70M ou X80M, com resistência mecânica mínima de 485MPa para grau X70M e 555MPa para grau X80M, com largura entre 1.659mm e 1.685mm, espessura entre 20,60mm e 28,58mm e comprimento de 12.250mm, com laminação termomecânica controlada com resfriamento acelerado	2%	4.000 toneladas	30/08/2011 a 31/12/2011

a) O exame das LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) O importador deverá fazer constar na LI a descrição constante da tabela anterior; e

c) Caso seja constatado o esgotamento da cota, o DECEX não emitirá de novas licenças de importação para essa cota, ainda que registradas no SISCOMEX."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA Nº 20, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 16, de 2 de fevereiro de 2006, tendo em vista o disposto no art. 1.139 do Código Civil, e o que consta no Processo MDIC nº 52000.021484/2011-95, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, a deliberação constante da Ata de Resolução Extraordinária, de 9 de julho de 2011, da sociedade estrangeira GUIAMA INVESTMENT LIMITED DO BRASIL, autorizada a funcionar no Brasil pela Portaria nº 10, de 25 de maio de 2011, concernente ao aumento do capital social de sua filial brasileira que passa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para R$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO LUIZ RIBEIRO

PORTARIA Nº 21, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 16, de 2 de fevereiro de 2006, tendo em vista o disposto no art. 1.139 do Código Civil, e o que consta no Processo MDIC nº 52000.021682/2011-59, resolve

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, a deliberação constante da Ata do Conselho de Administração, de 4 de maio de 2011, da sociedade estrangeira GHELLA S.P.A., autorizada a funcionar no Brasil pela Portaria nº 16, de 4 de agosto de 2011, concernente a alteração na denominação social da filial para GHELLA S.P.A. DO BRASIL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO LUIZ RIBEIRO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 2 de setembro de 2011

Processo decidido pelo Secretário de Comércio e Serviços, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM/Nº 346, de 4 de novembro de 2005, publicada no D.O.U. de 8 de novembro de 2005.

Recurso Provido:
Referência: Processo MDIC nº 52000.003057/2011-38
Processo JUCESC Nº 11/185468-7
Recorrente: Cesar Antonio Dias
(Sulconsult Consultoria e Engenharia Ltda.)
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
(Saul Odilon Gil Cardoso e Outros)

HUMBERTO LUIZ RIBEIRO

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 101, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro à UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/RJ, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na área ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/RJ, visando o apoio financeiro para o "DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER A PESSOAS ADULTAS E IDOSAS- VIDA SAUDÁVEL" conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/RJ
Unidade Gestora: 153056 Gestão: 15227
Programa: 27.813.1250.2C60.0001
Ação: 2C60 - Desenvolvimento de atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas- Vida Saudável.
Funcional Programática: 27.813.1250.2C60.0001
Natureza da despesa:
33.90.18 - R$ 243.600,00 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos reais).
33.90.30 - R$ 26.563,00 (Vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e três reais).
33.90.39 - R$ 25.040,00 (Vinte e cinco mil, quarenta reais).
44.90.52 - R$ 4.200,00 (Quatro mil, duzentos reais).
Fonte: 118
Valor: R$ 299.403,00 (Duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e três reais).

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer - SNDEL exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-RJ deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

PORTARIA Nº 102, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - CAMPUS BARREIROS, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - CAMPUS BARREIROS, visando o apoio financeiro para o funcionamento de um núcleo de atividades esportivas, recreativas, culturais e de lazer, do Programa Esporte e Lazer da Cidade, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
Órgão Executor: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - CAMPUS BARREIROS
Unidade Gestora: 158466 Gestão: 26418
Programa: 1250 - Esporte e Lazer da Cidade
Ação: 2667 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer
Funcional Programática: 27.812.1250.2667.0001
Natureza da despesa:
33.90.18 - R$ 61.920,00 (Sessenta e um mil, novecentos e vinte reais).
33.90.30 -R$ 14.559.08 (Quatorze mil, quinhentos e cinqüenta e nove reais e oito centavos)
33.90.39 - R$ 14.974,00 (Quatorze mil, novecentos e setenta e quatro reais).
44.90.52 - R$ 8.546,92 (Oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos)
Fonte: 100
Valor: R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - CAMPUS BARREIROS deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 352, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, a Comissão Preparatória do Ministério do Meio Ambiente para a Conferência Rio+20, e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista as disposições do inciso II do artigo 1º e do inciso I do artigo 13º do Decreto 7.495, de 7 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Para fins de apoiar a participação do Ministério do Meio Ambiente na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que se realizará na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012, doravante denominada Conferência Rio+20, fica criada a Comissão Preparatória do Ministério do Meio Ambiente para a Conferência Rio+20, doravante denominada Comissão Preparatória.

Art. 2º Compete à Comissão Preparatória:

I - apoiar a Assessoria Extraordinária para a Conferência Rio+20 nas atividades de sua competência elencadas pelo artigo 13 do Decreto 7.495, de 7 de junho de 2011;

II - articular iniciativas, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, que visem à preparação dos temas relacionados à Conferência Rio+20;

III - coordenar estudos e formular propostas que visem a contribuir para a formação de posição nacional a ser negociada no âmbito da Conferência Rio+20;

IV - recepcionar e dar o devido encaminhamento às contribuições e iniciativas originadas pela sociedade brasileira relacionadas aos temas a serem debatidos na Conferência Rio+20; e

V - apoiar a Ministra de Estado do Meio Ambiente em sua participação no Painel das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global.

Art. 3º A Comissão Preparatória, presidida pelo Assessor Extraordinário para a Conferência Rio+20, é composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente:

I - Gabinete da Ministra de Estado do Meio Ambiente;

II - Secretaria Executiva;

III - Assessoria de Assuntos Internacionais;

IV - Assessoria de Comunicação do Gabinete da Ministra;

V - Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente;

VI - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental;

VII - Secretaria de Biodiversidade e Florestas;

VIII - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental;

IX - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

X - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano;
XI - Serviço Florestal Brasileiro;
XII - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
XIII - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
XIV - Jardim Botânico do Rio de Janeiro;
XV - Agência Nacional de Águas.

§ 1º O titular de cada órgão ou entidade vinculada deverá indicar os titulares e suplentes à Assessoria Extraordinária para a Conferência Rio+20, no prazo de 15 dias após a publicação desta Portaria.

§ 2º A Comissão Preparatória poderá convidar representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, de entidades privadas, da sociedade civil, bem como especialistas para suas reuniões.

Art. 4º Poderão ser criados, no âmbito da Comissão, grupos de trabalho para a condução de temas e iniciativas específicas.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho serão coordenados por servidor do MMA ou de suas unidades vinculadas e poderão contar com a participação de servidores de outras unidades, conforme se faça necessário.

Art. 5º O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da Comissão Preparatória serão prestados pela Assessoria Extraordinária para a Conferência Rio+20.

Art. 6º A Comissão Preparatória fica extinta em 30 de setembro de 2012.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05 de maio de 2003, torna público que, no período de 1 a 31/08/2011, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Abreu & Pires Ltda., Barragem do Açude Público Anagé (rio Gavião), município de Caraíbas/Bahia, irrigação, renovação.

Aluyr Zoschke, rio Piracuruca, Município de Piracuruca/Piauí, irrigação.

Ana Mercedes Broetto Giacomin - ME - A.B.E.C. Areia Baunilha Extração e Comércio, rio Doce, Município de Colatina/Espírito Santo, mineração.

Areal Tingui Ltda. ME, rio Negro, Município de Mafra/Santa Catarina, mineração.

Areal Vale do Rio Preto Ltda., rio Preto, Município de Valença/Rio de Janeiro, mineração.

Aroldo Tavares Rangel - Lig Munk, rio Preto, Município de Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro, mineração.

Associação dos Moradores da Comunidade de Belém e Circunvizinhos, Açude Castanhão (rio Jaguaribe), Município de Jaguaribara/Ceará, abastecimento público.

Baraldi Rodrigues e Cia Ltda. - Mineração Baraldi, rio Paraná, Município de Alto Paraíso/Paraná, mineração.

Bergamo Extração de Areia e Prestação de Serviço Ltda., rio Grande, Município de Frutal/Minas Gerais, mineração.

Beroaldo Alves Silva, Barragem da Pedra (riacho Caldeirão), Município de Maracás/Bahia, irrigação.

Bertolino Prates, Lagoa Mirim, Município de Rio Grande/Rio Grande do Sul, irrigação.

Campos Agrícola Ltda., rio Pipiripau, Município de Formosa/Goiás, mineração, renovação.

Carlos Ricardo Schiefelbein, rio Negro, Município de Bagé/Rio Grande do Sul, irrigação, renovação.

Centrais Elétricas Salto dos Dardanelos S.A, rio Aripuanã, Município de Cuiabá/Mato Grosso, aproveitamento hidrelétrico (PCH Faxinal II).

Cerâmica Glória Ltda., Reservatório da UHE de Furnas (rio Grande), Município de São João Batista do Glória/Minas Gerais, mineração.

Cloudinei Leite, rio Paranaíba, Município de Cascalho Rico/Minas Gerais, mineração.

Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA, Açude Público Coremas Mãe D'Água (rio Piancó), Município de Piancó/Paraíba, abastecimento público.

Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA, rio Piranhas-Açu, Município de Catolé do Rocha/Paraíba, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA, rio Piranhas-Açu, Município de Paulista/Paraíba, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, rio Piranhas-Açu, Município de Paulista/Paraíba, abastecimento público.

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, rio Piranhas-Açu, Município de Catolé do Rocha/Paraíba, abastecimento público.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, rio São Francisco, Município de Paratinga/Bahia, abastecimento público.

Companhia de Saneamento de Alagoas - Casal, rio Mundaú, Município de Murici/Alagoas, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais, rio São Francisco, Município de Itacarambi/Minas Gerais, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, rio Paranapanema, Município de Jacarezinho/Paraná, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM, rio Xingu, Municípios de Vitória do Xingu e Altamira/Pará, transferência, indústria.

Consórcio J. Malucelli - CR Almeida, rio Teles Pires, Município de Nova Canaã do Norte/Mato Grosso, preventiva, indústria.

Construtora Sol Nascente Matias Ltda. - ME, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/Minas Gerais, mineração.

Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará Ltda., rio Pará, Município de Belém/Pará, indústria.

Curtume Moderno S.A, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, alteração, indústria.

DAC Construções e Pavimentações Ltda., rio Muriaé, Município de Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro, mineração.

Dardanelos - Centrais Elétricas Salto dos Dardanelos S.A, rio Aripuanã, Município de Cuiabá/Mato Grosso, aproveitamento hidrelétrico (PCH Faxinal II).

Darke José Cordeiro, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Deoclécio Gomes de Souza, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, rio Tocantins, Município de Itupiranga/Pará, serviços.

Edson Dias Valadares, Ribeirão Roncador, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação, renovação, alteração.

Elisangela de Fátima F. Motta Me, rio Preto, Município de Valença/Rio de Janeiro, mineração.

Euro Bahia Extração de Pedras Ltda., rio São Francisco, Município de Carinhanha/Bahia, mineração.

Evânio Neves Pereira, Barragem do Açude Público Anagé (rio Gavião), Município de Belo Campo/Bahia, irrigação, renovação.

Geraldo Magela Macedo, Reservatório da UHE de Furnas (rio Grande, Município de Pimenta/Minas Gerais, irrigação.

Hebrufi Mineração Ltda. ME - Areal São João Batista, rio Paraíba do Sul, Município de São João da Barra/Rio de Janeiro, mineração.

Indústria Extrativa de Areia e Pedra Vera Cruz Ltda. EPP - Porto de Areia Pontal, rio Paraná, Municípios de Marilena e São Pedro do Paraná/Paraná, mineração.

Isabela de Fátima Soares e Silva, Reservatório da UHE de Mascarenhas Morais (rio Grande), Município de Delfinópolis/Minas Gerais, irrigação.

Jailson da Conceição Silva, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

JBS Agropecuária Ltda., rio Paraná, Município de Iracira/Goiás, preventiva, irrigação.

JBS Agropecuária Ltda., rio Paraná, Município de Iracira/Goiás, irrigação.

JBS S.A, rio Madeira, Município de Porto Velho/Rondônia, indústria.

Jefferson Lopes - Ourinhos - EPP, rio Paranapanema, Município de Chavantes/São Paulo, mineração.

João de Melo Silva, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

João Fernandes de Castro Neto, rio São Francisco, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação, renovação.

João Macedo de Oliveira, rio Pardo, Município de Cândido Sales/Bahia, irrigação, renovação.

João Martins de Santana, rio Pardo, Município de Encruzilhada/Bahia, irrigação, renovação.

João Rafael de Araújo Melo, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Jorge Campos de Melo, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

José Clovis Alves Bispo, Barragem do Açude Público Anagé (rio Gavião), município de Caraíbas/Bahia, irrigação, renovação.

José L. Sandin Extratora de Areia Me, Rio Preto, Resende/Rio de Janeiro, mineração.

José Luiz da Costa Filho, Córrego Santa Luiza, Município de Pedro Canário/Espírito Santo, irrigação.

Luis Yoshinori Takahashi, ribeirão Verde, Município de Guarda-Mor/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Luiz Alberto Schiefelbein, rio Negro, Município de Bagé/Rio Grande do Sul, irrigação, renovação.

Madereira Serpol Ltda., rio Negro, Município de Rio Negro/Paraná, mineração.

Manoelito da Rocha, rio São Francisco, Município de Sento Sé/Bahia, irrigação.

Mara Lucia Marques Ayub, rio Uruguai, Município de Itaqui/Rio Grande do Sul, irrigação, renovação.

Marcelo Abreu e Souza, Córrego do Engano, Município de Pedro Canário/Espírito Santo, irrigação.

Marcos Rogério Cipriano da Silva, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

MCT Mineração Ltda., rio Gurupi, Município de Centro Novo do Maranhão/Maranhão, mineração.

Mineração Araguaia Ltda. EPP, rio do Peixe, Município de Itapira/São Paulo, mineração.

Mineração Araguaia Ltda. EPP, rio Moji-Guaçu, Município de Araras/São Paulo, mineração.

Mineração de Transporte Zucchi Ltda., rio Iguaçu, Município de São Mateus do Sul/Paraná, mineração.

Mineração Mogi Guaçu Ltda. Epp, rio Moji-Guaçu, Município de Mogi Guaçu/São Paulo, mineração.

Pasqual Pereira Marques, rio Urucuia, Município de Urucuia/Minas Gerais, irrigação.

Paulo Gomes de Melo, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Pescanova Brasil Ltda., rio São Francisco, Município de Itacuruba/Pernambuco, aquicultura.

Porto de Areia Nogueira Ltda., rio Moji-Guaçu, Município de Rincão/São Paulo, mineração.

Porto de Areia São Bernardo Ltda. - ME, rio Pardo, Município de Jaborandi/São Paulo, mineração.

Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, rio Paranaíba, Município de Cachoeira Dourada/Minas Gerais, irrigação.

Prefeitura Municipal de Itapebi, rio Jequitinhonha, Município de Itapebi/Bahia, esgotamento sanitário.

Prefeitura Municipal de Rodelas, rio São Francisco, município de Rodelas/Bahia, esgotamento sanitário, conversão de outorga preventiva.

R. Mendes da Cruz - O Rei das Areias, rio Tocantins, Município de Brejinho de Nazaré/Tocantins, mineração.

Regina Aparecida Silva, rio Mau, Município de Normandia/Roraima, irrigação, alteração.

Ricardo Francisco da Paixão Neto, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Risley do Nascimento Sena ME - Disk Areia, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, mineração.

Santa Fé Bioenergia Ltda., rio Paranã, Município de Flores de Goiás/Goiás, irrigação.

Sávio Marinho, Reservatório da UHE de Mascarenhas Morais (rio Grande), Município de Delfinópolis/Minas Gerais, irrigação.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, abastecimento público.

Sul Americana de Metais S.A, Reservatório da UHE de Itapé (rio Jequitinhonha), Município de Berilo/Minas Gerais, indústria, mineração.

Trans-Comércio e Dragagem São José Ltda. EPP, rio Pardo, Município de São José do Rio Pardo/São Paulo, mineração.

Vale Manganês S.A, Barragem do Kalunga, Município de Parauapebas/Pará, mineração, alteração.

Vitória Arduini Extração e Comércio de Areia Ltda., rio Grande, Município de Uberaba/Minas Gerais, mineração.

Wagner Garcia da Silva Junior, Reservatório da UHE de Mascarenhas Morais (rio Grande), Município de Delfinópolis/Minas Gerais, irrigação.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS -ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05/05/2003, torna público que no período de 20/07/11 a 19/08/11, foram requeridas e encontram-se em análises no Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/SP, as seguintes solicitações de outorga de direito de uso de recursos hídricos, nos termos constantes da Resolução nº 429, de 04/08/2004, que delega competência e define os critérios e procedimentos para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no Estado de São Paulo, no âmbito das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí:

Sociedade Hípica de Campinas, rio Atibaia, Município de Campinas/São Paulo, indústria.

Rouselot Gelatinas do Brasil Ltda., rio Camanducaia, Município de Amparo/São Paulo, preventiva, indústria (esgotamento sanitário).

FRANCISCO LOPES VIANA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 84, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, incisos I e II e § 1º, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de movimentação e empenho de que trata o Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
36000	Ministério da Saúde	530.296	0	530.296
TOTAL		530.296	0	530.296

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
20000	Presidência da República	2.028	918	2.946
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4.410	77.818	82.228
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.000	1.850	3.850
26000	Ministério da Educação	4.770	12.605	17.375
30000	Ministério da Justiça	250	4.350	4.600
38000	Ministério do Trabalho e Emprego	14.320	0	14.320
42000	Ministério da Cultura	6.201	3.150	9.351
44000	Ministério do Meio Ambiente	450	1.550	2.000
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.550	15.434	16.984
51000	Ministério do Esporte	3.526	59.430	62.956
52000	Ministério da Defesa	410	17.340	17.750
53000	Ministério da Integração Nacional	300	53.647	53.947
54000	Ministério do Turismo	9.200	91.800	101.000
56000	Ministério das Cidades	1.050	137.241	138.291
58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	1.023	1.675	2.698
TOTAL		51.488	478.808	530.296

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

DESPACHOS

Processo nº: 04931.000321/2004-96
Favorecido: Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Conforme disposto nos artigos 23 e 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, com as alterações promovidas pela Lei 11.481, de 31 de maio de 2008, e tendo em vista os elementos constantes no Processo/SPU-PB nº 04931.000321/2004-96, sobre a DOAÇÃO com encargo à Universidade Federal da Paraíba - UFPB, de imóvel da União, classificado como Nacional Interior, terreno com área de 60.000,00m², situado na margem da Estrada que vai de Bananeiras ao Centro de Formação de Tecnólogos (antiga Escola Vidal de Negreiros), na Cidade de Bananeiras, Estado da Paraíba, avaliado em R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), que se destina a utilização nas atividades do referido Centro, inscrito sob o RIP Nº 1931.00013.500-6, com as características e confrontações constantes no registro sob o nº 4678, às fls. 06, do Livro 3-F, datado de 03/02/2010, no Cartório Henrique de Lucena da Comarca de Bananeiras-PB, declara dispensada a licitação, nos termos do art. 17, I, b, § 4º da lei 8.666/93.

Brasília, 31 de agosto de 2011
WELISON ARAÚJO SILVEIRA
Superintendente do Patrimônio da União na Paraíba

RATIFICO a decisão do Superintendente do Patrimônio da União no Estado da Paraíba, referente à inexigibilidade de licitação, para alienação, por doação com encargo, à Universidade Federal da Paraíba, do imóvel de propriedade da União, situado no Município de Bananeiras, Estado da Paraíba, de acordo com o que consta no Processo nº 04931.000321/2004-96 e, determino que seja publicada no Diário Oficial da União, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Brasília, 1º de setembro de 2011
PAULA MARIA MOTTA LARA
Secretária

Conforme disposto nos artigos 18, §2º, II, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, com as alterações promovidas pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2008, e tendo em vista os elementos dos Processos/SPU nº (s) 04911.000834/2010-83, 04911.000821/2010-12, 04911.000833/2010-39, 04911.001035/2010-24, 04911.001048/2010-01, 04911.001033/2010-35, 04911.000827/2010-81, 04911.001049/2010-48, 04911.000951/2010-47, 04911.000825/2010-92, 04911.000829/2010-71, 04911.000831/2010-40, 04911.000830/2010-03, 04911.001032/2010-91, 04911.001052/2010-61, 04911.001041/2010-81, 04911.000809/2010-08, 04911.000808/2010-55, 04911.000802/2010-88, 04911.000824/2010-48, 04911.001036/2010-79, 04911.000781/2010-09, 04911.001043/2010-71, 04911.001050/2010-72, 04911.001053/2010-14, 04911.001034/2010-80, 04911.001023/2010-08, 04911.001044/2010-15, 04911.000806/2010-66, 04911.000959/2010-11, 04911.000804/2010-77, 04911.000736/2010-46, 04911.000826/2010-37, 04911.001067/2010-20 sobre a Cessão sob regime de Concessão do Direito Real de Uso gratuito dos imóveis com área total de 15.759,96 m² , localizado no Município de Cajueiro da Praia - PI, com finalidade de destiná-lo a regularização fundiária interesse social, que garantirá o acesso à moradia aos habitantes do município de Cajueiro da Praia considerados como carentes e de baixa renda na forma do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981 com alteração conferida pela Lei n° 11.481, de 3/5/ 2007, declaro dispensada a licitação, nos termos do art. 17, I, f, da Lei nº 8.666/93.

Parnaíba - PI, 31 de agosto de 2011
ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS
Superintendente do Patrimônio da União no Piauí
Substituta

Ratifico a decisão da Senhora Superintendente do Patrimônio da União, Substituta, no estado do Piauí, que considerou dispensável a licitação de Cessão sob regime de Concessão de Direito Real de Uso de imóveis da União as famílias de baixa renda, município de Cajueiro da Praia-PI.

Brasília, 2 de Setembro de 2011
PAULA MARIA MOTTA LARA
Secretária

Conforme disposto nos artigos 18, I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, com as alterações promovidas pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e tendo em vista os elementos dos Processos/SPU nº (s) 05059.000110/2002-90 sobre a Cessão sob regime de Aforamento gratuito do imóvel da União, RIP 1153.0100608-82, com área total de 78.298,846 m², localizado no Município de Parnaíba - PI, com finalidade de destiná-lo a conclusão da implantação do Projeto Habitar Brasil BID, para assentamento de 288 (duzentas e oitenta e oito) famílias de baixa renda na forma do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981 com alteração conferida pela Lei n° 11.481, de 3/5/ 2007, declaro dispensada a licitação, nos termos do art. 17, I, f, da Lei nº 8.666/93.

Parnaíba - PI, 1º de setembro de 2011
ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS
Superintendente do Patrimônio da União no Piauí
Substituta

Ratifico a decisão da Senhora Superintendente do Patrimônio da União- Substituta, no estado do Piauí, que considerou dispensável a licitação de Cessão sob regime de Aforamento Gratuito do imóvel da União as famílias de baixa renda, moradoras do Bairro Mendonça Clark, no município de Parnaíba/PI.

Brasília, 2 de setembro de 2011.
PAULA MARIA MOTTA LARA
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

PORTARIA Nº 23, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo disposto na alínea "b", inciso III, do artigo 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29/6/2010, da Secretária do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 64 do Decreto-lei nº 9.760, de 1946 e o disposto no art. 2º, inciso II, alínea "e", da Portaria MP nº 144, de 09 de julho de 2001, no inciso I do artigo 18 e inciso IV e VI do artigo 19 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, com redação conferida pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e regulamentada pelo Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 05059.000110/2002-90, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão sob o regime de Aforamento gratuito do imóvel urbano constituído por terreno acrescido de marinha, RIP 1153.0100608-82, com área de 78.298,846m² ou 7,8298ha e um perímetro de 1.603,296m, localizado na margem esquerda do rio Igaraçu, no Bairro Mendonça Clark, Município de Parnaíba, Estado do Piauí, à que se destina a conclusão da implantação do Projeto Habitar Brasil - BID, para assentamento de famílias de baixa renda residentes naquela área, conforme memorial descritivo cosntante do processo referenciado.

Parágrafo Unico A Cessão sob o regime de aforamento gratuito será por tempo indeterminado, sendo fixado o prazo de dois anos, a contar da data de assinatura do contrato de cessão para que o cessionário cumpra a implantação do Projeto Habitar Brasil - BID, para assentamento de 288 (duzentas e oitenta e oito) famílias de baixa renda residentes na área.

Art. 2º Fica o cessionário obrigado a:

I - administrar, guardar, zelar, fiscalizar e controlar o imóvel cedido, devendo conservá-lo, tomando as providências administrativas e judiciais para tal fim, assegurando que as intervenções que serão realizadas na área sejam aprovadas pelas autoridades competentes, respeitados os licenciamentos ambiental e urbanístico;

II - assegurar que a utilização do imóvel seja compatível com a finalidade social que motiva a cessão, nos termos do art. 1º;

III- Transferir as obrigações enfitêuticas de parcelas do imóvel mencionado no parágrafo 1º, do Art. 1º.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - apresentar os dados pessoais dos ocupantes de 88 (oitenta e oito) imóveis inseridos dentro da poligonal da área de intervenção acompanhados do registro do título aquisitivo do imóvel no RGI, com respectivo memorial descritivo;

IV - Apresentação de dados pessoais dos ocupantes dos 201(duzentos e um) módulos habitacionais construídos, acompanhados do registro do título aquisitivo do imóvel no RGI;

V - dar condições para que a União realize fiscalização periódica;

Art. 3º O cessionário ficará isento do recolhimento da importancia correspondente ao valor do domínio útil do terreno e do foro anual, enquanto os imóveis lhe estiverem aforados, e dos laudêmios, nas transferências que vier a efetuar.

Art, 4º As transferências de domínio útil procedidas sobre os imóveis individualizados ficarão sujeitas à averbação, por parte dos adquirentes, junto à SPU/PI, no prazo de sessenta dias, contados a partir de sua efetivação, sob penas das sanções legais cabíveis.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º A cessão torna-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 1º desta Portaria, se inobservados os prazos nela fixados, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 29, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 364, de 17 de Julho de 2009, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso a título oneroso e precário a Porto Pinheiro Recepções de uma área de 300 m² de uso comum do povo, localizada na Praia do Bessa na Av. Argemiro de Figueiredo, 636, João Pessoa/PB, para instalação de estrutura montada com o objetivo de realização de cerimônia de casamento. O evento acontecerá no dia 20/08/2011 sendo a presente autorização válida para o mesmo período, tudo de conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.001605/2011-29. Após esse período toda a área deverá estar totalmente livre e restituída a sua condição original.

Art. 2° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União no valor de R$ 652,41 (seiscentos e cinqüenta e dois reais e quarenta e um centavos), relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6o do artigo 14, do Decreto no 3.725, de 10/01/2001.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU" .

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HUGO DE LACERDA

PORTARIA Nº 30, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 746, de 07 de novembro de 2007, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve: Art. 1° Permitir o uso a título oneroso e precário a Federação Paraibana de Voleibol de uma área de 3000 m² de uso comum do povo, localizada na Praia de Tambaú na Av. Almirante Tamandaré, João Pessoa/PB, para instalação de estrutura montada com o objetivo do Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia. O evento acontecerá no período de 15/11/2011 a 30/11/2011 sendo a presente autorização válida para o mesmo período, tudo de conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.001018/2011-30. Após esse período toda a área deverá estar totalmente livre e restituída a sua condição original.

Art. 2° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União no valor de R$ 2.958,30 (dois mil, novecentos e cinqüenta e oito reais e trinta centavos), relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6o do artigo 14, do Decreto no 3.725, de 10/01/2001.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU" .

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELISON ARAUJO SILVEIRA

PORTARIA Nº 31, DE 24 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 364, de 17 de Julho de 2009, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso a título oneroso e precário a Setenta e Sete eventos e Promoções Ltda de uma área de 398,20 m² de uso comum do povo, localizada na Praia do Cabo Branco na Av. Almirante Tamandaré, em frente ao Busto de Tamandaré, em João Pessoa/PB, para instalação de estrutura de apoio montada com o objetivo de realização do evento denominado Circuito de Corridas Pague Menos. O evento acontecerá no período de 25/08/2011 a 28/08/2011 sendo a presente autorização válida para o mesmo período, tudo de conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.001620/2011-77. Após esse período toda a área deverá estar totalmente livre e restituída a sua condição original.

Art. 2° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União no valor de R$ 842,67 (oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos), relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6o do artigo 14, do Decreto no 3.725, de 10/01/2001.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU" .

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HUGO DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 39, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA - SPU/BA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº373, de 20 de junho de 2011, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de nº 04941.006967/2011-97, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, empresa pública, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia, a realizar as Obras de Urbanização do Mirante do Bonfim, em áreas de domínio da União, conceituado como terreno de marinha e espaço físico sobre águas publicas com área total de 28.925,30m², conforme relatório, projetos e plantas anexados ao processo administrativo n° 04941.006967/2011-97.

Art. 2º A autorização de obras que se refere o art. 1º, destina-se a implantação de pista de borda, ligando a Avenida Constelação a Rua Arthur Matos, com a construção de aterro com 21.950,59m2 em espaço aquático, na base dos Morros do Mirante, Vila Rio Negro e Pedra Furada, além da requalificação urbanística e paisagística com a implantação equipamento de lazer e esporte, tais como quadra poliesportiva, equipamentos de ginástica, parque infantil, ciclovias, entre outras.

Parágrafo único. Exclui-se da presente autorização a construção de quiosques, restaurantes, casa de pescador, oficina de embarcações e outras benfeitorias que importem em uso exclusivo por terceiros.

Art. 3° A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica na transferência de domínio por parte da União sobre a área a qualquer título.

Parágrafo Único. O interessado responderá judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º A presente autorização não exime o interessado de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação do empreendimento, bem como de observar rigorosamente a legislação de regência e os respectivos regulamentos emanados das autoridades competentes, especialmente dos órgãos ambientais, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e da Marinha do Brasil.

Paragrafo Único. O inicio das obras ficará condicionadO à apresentação das licenças de que trata caput deste artigo, sob pena de cancelamento do ato autorizativo contido nesta Portaria.

Art. 5º Durante o período de execução da obra a que se refere o art. 1º é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União", indicando no final "Salvador/BA".

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RITA MARIA RODRIGUES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 16, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SPU n.º 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretária do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, de acordo com o art. 22 da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º Permitir o uso, a título precário e gratuito, a Primeira Igreja Batista de Itaparica - Vila Velha/ES, CNPJ 28.437.671/0001-33, da área de comum de uso do povo, Praia de Itaparica -Vila Velha/ES para montagem de Tenda para realização do Evento PROJETO EVANGÉLICO BASEADO EM AÇÃO CULTURAL E SOCIAL, Período de 02/09/2011 à 07/09/2011, conforme consta no Processo nº. 04947.001577/2011-71.

Art. 2º Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta e indiretamente com o evento, nos termos do disposto a Portaria n.º 06 de 31 de Janeiro de 2001 - Artigo 5º e no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 3° Durante o período a que se refere a presente permissão de uso, fica a Permissionária obrigada a fixar na área em que se realizará o evento, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação "Área de propriedade da União - uso comum do povo, PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - Vitória - ES".

Art. 4º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

MAGNO PIRES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

PORTARIA Nº 74, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso I, do art. 2º, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, com fundamento no inciso I, do art. 31, observando o § 1º e § 2º do mesmo artigo, combinado com o art. 23, § 1º, da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04936.002691/2011-47, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Município de Ibiporã, do imóvel de propriedade da União com área de 2.240,00 m², com benfeitorias de 322,09 m² de área construída, localizado na Rua Padre Vitoriano Valente, n° 1005, no Município de Ibiporã, Estado do Paraná, devidamente registrado sob a matrícula n.º 12.132 do Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento do Centro de Educação Infantil "Recanto dos Baixinhos".

Art. 3º Fica o donatário obrigado, de acordo com a Portaria SPU n.º 122, de 13 de junho de 2000, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço/MP, Edição Especial n.º 64, de 05 de julho de 2000, a confeccionar e instalar placas no imóvel doado, divulgando a ação da União, por intermédio da SPU, na qual deverá conter as marcas da Secretaria e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo prazo mínimo de noventa (90) dias a contar da data da assinatura do presente contrato.

Art. 4° Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5° O encargo de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - cessarem as razões que justificaram a doação;

II - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no Artigo 2° da presente Portaria; ou

III - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais;

IV - se o OUTORGADO Donatário renunciar à doação, ou deixar de exercer as suas atividades específicas, ou for extinto;

V - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a OUTORGANTE Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 31, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso III, letra b, da Portaria SPU nº 200 de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como os elementos que integram o Processo nº 04916.002391/2010-15, resolve:

Art.1º Autorizar a Cessão de Uso Gratuito, ao Estado do Rio Grande do Norte, do imóvel de propriedade da União localizado na Rua Zuza Othon, s/n, Currais Novos/RN, constituído por terreno de l.500,00m², parte menor da área de 109.970,66 m², com as características e confrontações constantes do processo nº 04916.002391/2010-16

Art.2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se a construção e funcionamento da sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Currais Novos/RN.

Art.3ºA cessão terá vigência pelo prazo de 20 anos, a contar da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com prazo de 01 ano para início da construção e 02 anos para conclusão.

Art.4ºResponderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitoria nele existente, devendo informar a União, através da SPU e da Procuradoria da União no Rio Grande do Norte, sobre qualquer ato de terceiro, judicial ou extrajudicial, que venha a incidir indevidamente sobre o imóvel.

Art.5ºA destinação de que trata o art. 2º desta Portaria, será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito ao cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, em caso de:

I - Não cumprimento da finalidade da cessão, estipulada no art. 2º desta Portaria;

II - Cessarem as razões que justificaram a cessão;

III - Ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no art.2º da presente Portaria;

IV - Ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais ou;

V - Na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente, ressalvado em tal caso, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento da União.

Art.6ºEsta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 2º, inciso VII, da Portaria nº 200, de 29 de Junho de 2010, e art. 1º, da Portaria nº 40, de 18 de Março de 2009, ambas da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.636, de 15 de Maio de 1998, o art. 6º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04916.002754/2005-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, inscrita no CNPJ nº 08.334.385/0001-35, com endereço na Av. Senador Salgado Filho, nº 1555, Bairro Tirol, Natal, Rio Grande do Norte, a realizar a instalação das tubulações da rede coletora de esgotos, componente do Projeto do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES de Pium, Cotovelo e Pirangi, no Município de Parnamirim/RN, com recursos provenientes do Convênio MTUR/CAERN/SETUR-RN/Nº 400/2005 e Licença de Instalação nº 2077-010766/TEC/LI-0371, emitida pelo IDEMA, em áreas de domínio da União, caracterizadas como Área de Uso Comum do povo, sendo o primeiro trecho localizado na Av. Praia Grande, na praia de Cotovelo, tendo 1.080,00 metros de extensão, com área de 6.097,69m², e perímetro de 2.169,18 metros, iniciando na coordenada UTM X=261919.7240 Y=9341203.977 e finalizando na coordenada UTM X=261919.7240 Y=9341203.977, e o segundo trecho localizado na Av. Beira Mar (Rua João Batista Delgado), na praia de Pirangi do Norte, tendo 560,00 metros de extensão, com área de 7.571,15m² e perímetro de 1.514,33 metros, iniciando na coordenada UTM X=264255.69 Y=9339963.77, finalizando na coordenada UTM X=264.255.69 Y=9339963.77.

Art. 2º As obras a que se refere o artigo 1º devem seguir as diretrizes e determinações pertinentes ao patrimônio urbanístico, turístico, histórico, cultural, social, econômico e ambiental.

Art. 3º As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria, não implica na transferência de domínio sobre a área a qualquer título.

Art. 5º Durante o período de execução da construção a que se refere o artigo 1º, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em local visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria de Patrimônio da União", indicando ao final "Parnamirim/RN".

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 9, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e os elementos que integram o processo de nº 04991.000302/2009-60, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso Gratuito ao Instituto Social Carla Ribeiro, do imóvel constituído pelo terreno localizado na AR 03 AC, Vila Basevi, Região Administrativa de Sobradinho, inserido numa gleba de terras da Fazenda Contagem de São João-DF, com área total de 898,96m², registrado sob a matrículas nº 58102, no Livro 2, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à instalação e funcionamento do Instituto Social Carla Ribeiro, voltado à execução de projetos sociais em benefício de famílias carentes.

Art. 3º O prazo de cessão será de cinco (05) anos, contados da data de assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIA HELENA DE CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 67, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Declarar regularizada, sob o regime da permissão de uso, a título oneroso e precário, a utilização pela empresa BRASIL 1 ESPORTE & ENTRETENIMENTO S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 06.951.432/0001-64, da área de uso comum do povo com o total de 2.009,75m² na Praia de Copacabana, localizada à altura do n.º 1702 da Avenida Atlântica, Município do Rio de Janeiro/RJ, no período de 22 a 25 de agosto de 2011, onde foram instaladas as estruturas próprias para a realização do evento "UFC Rio Workout 2011", de acordo com os elementos constantes do Processo n.° 04967.021802/2011-57.

Art. 2° O valor total devido à União, já recolhido ao Tesouro Nacional, em decorrência da permissão de uso de que trata esta Portaria foi de R$ 1.768,58 (um mil e setecentos e sessenta e oito reais e cinqüenta e oito centavos).

Art. 3º Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente Portaria, a Permissionária afixou na área em que se realizou o evento e em local visível ao público a respectiva placa institucional da Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 22, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO MARANHÃO - SPU/MA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 819, de 05 de novembro de 2009, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de nº 04952.001341/2011-65, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de São Luis, conforme solicitação de cessão de área de domínio da União no município de São Luis - Maranhão, a realizar obra de implantação de Estações Elevatórias de Esgotos (EEE) e Estações de Tratamento de Esgotos (ETE), cuja localização encontra-se descrita, caracterizada e condicionada nos termos do processo 04952.001647/2011-11.

Art. 2º O prazo da referida autorização será por tempo indeterminado, válido a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, especialmente em relação aos órgãos ambientais, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIS PINTO

Ministério dos Transportes

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 412, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VII do art. 1º da Portaria/SE-MT nº 281, de 5 de outubro de 2010, publicada no DOU nº 192, de 6 de outubro de 2010, e

Considerando a conclusão no Despacho nº 125/2011/Pregoeira/CPL/SAAD/SE/MT, de 1º/9/2011, constante do Processo nº 50000.035664/2011-29, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA., cadastrada no CNPJ sob nº 07.055.987/0001-90, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com o devido registro no SICAF, pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação no DOU, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.217, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 646-ANTAQ, DE 06/10/2006, ALTERADO PELA RESOLUÇÃO Nº 1021-ANTAQ, DE 24/4/2008 E PELA RESOLUÇÃO Nº 1706-ANTAQ, DE 22/5/2010.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 11, inciso V, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, considerando o que consta do processo nº 50300.000218/2011-19 e tendo em vista o que foi deliberado na 292ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 27 de abril de 2011, Resolve:

Art. 1º Alterar o Regimento Interno da ANTAQ, com a finalidade específica de instituir as competências da Assessoria de Planejamento, com a inserção do artigo 22-A.

"Capítulo V

Das Competências

(...)

Art. 22-A. À Assessoria de Planejamento compete:

I. Coordenar a elaboração, a revisão e a implementação do Planejamento Estratégico;

II. Coordenar as atividades dos colegiados de Planejamento Estratégico;

III. Apoiar e consolidar a avaliação de desempenho institucional, em consonância com o Planejamento Estratégico;

IV. Dar suporte à elaboração do planejamento orçamentário, visando assegurar alinhamento com o Planejamento Estratégico;

V. Realizar estudos, notas técnicas, relatórios gerenciais estratégicos e pareceres de interesses da Diretoria, ou das Superintendências desta Agência;

VI. Organizar ou apoiar a realização, no âmbito desta Agência, de ciclos de estudos, palestras e outros eventos voltados para o planejamento estratégico;

VII. Representar a Agência em colegiados técnicos, cujo foco de atuação seja pertinente às competências da Assessoria de Planejamento;

VIII. Coordenar a elaboração e acompanhamento da execução do contrato de compromisso do planejamento estratégico, e de contratos afins, compromissos e atividades pactuados com órgãos do Governo Federal, conforme designação específica da Diretoria;

IX. Assessorar a Diretoria na sua participação em colegiados governamentais, quando pertinentes ao planejamento e gestão estratégica;

X. Apoiar e consolidar a elaboração dos relatórios gerais de performance e gestão;

XI. Acompanhar e analisar os estudos comparativos de modelos regulatórios e governança nas agências reguladoras."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 2.219, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

APROVA A NORMA QUE CRIA AS COORDENADORIAS DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ESTABELECE AS SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 6, incisos IV e VII do art. 54 e inciso I e § 1º do art. 66, todos do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 646-ANTAQ, de 06 de outubro de 2006, considerando o que foi deliberado na 300ª Reunião da Diretoria, realizada em 1º de setembro de 2011,

Resolve:

Art. 1º Aprovar a NORMA QUE CRIA AS COORDENADORIAS DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ESTABELECE AS SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º A Norma de que trata esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 664-ANTAQ, de 17 de novembro de 2006.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

ANEXO

NORMA QUE CRIA AS COORDENADORIAS DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ESTABELECE SUAS COMPETÊNCIAS.

CAPÍTULO I

Da Estrutura Organizacional

Art. 1º Ficam criadas as seguintes Coordenadorias na Secretaria de Tecnologia da Informação, que passa a ter a seguinte estrutura organizacional:

I - Secretaria de Tecnologia da Informação:

a) Coordenadoria de Sistemas;

b) Coordenadoria de Infraestrutura;

c) Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional;

d) Coordenadoria de Governança de Tecnologia da Informação;

e) Coordenadoria de Informação.

CAPÍTULO II

Das Competências das Coordenadorias da Secretaria de Tecnologia da Informação

Art. 2º À Coordenadoria de Sistemas compete:

I - manter atualizados os planos de desenvolvimento e manutenção de sistemas;

II - definir as arquiteturas e ferramentas de desenvolvimento e produção de sistemas;

III - levantar as necessidades de informação e providenciar o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas;

IV - coordenar a estruturação e a manutenção das bases de dados;

V - controlar a execução e aferir os resultados dos processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas;

VI - utilizar os sistemas específicos do governo referentes à sua área de atuação;

VII - definir responsabilidades pelo gerenciamento de riscos.

Art. 3º À Coordenadoria de Infraestrutura compete:

I - manter atualizados os planos de comunicação e segurança de dados e de suporte à tecnologia de informação;

II - coordenar a estruturação e manutenção da rede;

III - promover e manter a segurança da rede e de suas informações;

IV - coordenar o processo de gestão da Segurança da Informação;

V - apoiar a operação das unidades nos diversos equipamentos, sistemas, aplicativos e utilitários disponibilizados;

VI - levantar as necessidades de aquisição de equipamentos de informática;

VII - controlar a execução e aferir os resultados dos processos de comunicação e segurança de dados e manutenção de equipamentos;

VIII - utilizar os sistemas específicos do governo referentes à sua área de atuação.

Art. 4º À Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional compete:

I - acompanhar os processos de trabalho e propor seu aperfeiçoamento;

II - coordenar a elaboração, a racionalização e a sistematização dos fluxos de trabalho e procedimentos;

III - propor a elaboração de instrumentos normativos, modelos, formulários, manuais de trabalho e outros dispositivos.

Art. 5º À Coordenadoria de Governança compete:

I - coordenar a elaboração e execução da estratégia organizacional, bem como, o desdobramento do planejamento estratégico em planos táticos, operacionais, de tecnologia e ação;

II - promover cultura de abertura e colaboração entre as áreas de negócios e a área de Tecnologia da Informação - TI;

III - medir e analisar o cumprimento da estratégia de TI por meio de diretrizes claras, indicadores e metas objetivas;

IV - realizar estudos, avaliar as melhores práticas e referências, emitir pareceres, propor ações e modelos aplicáveis à gestão de TI ;

V - desenvolver estratégias claras para a contratação de TI;

VI - propor a elaboração de instrumentos normativos, modelos, formulários, manuais de trabalho e outros dispositivos;

VII - gerenciar e monitorar os recursos necessários para a execução dos projetos de tecnologia da informação;

VIII - acompanhar a execução orçamentária de projetos de TI e focar na otimização dos custos de TI.

Art. 6º À Coordenadoria de Informação compete:

I - definir a política de segurança eletrônica de informação;

II - propiciar a integração das superintendências por meio dos sistemas de informações;

III - catalogar as informações hospedadas nos sistemas da ANTAQ;

IV - criar os indicadores e definir as tecnologias a serem utilizadas, tais como: Data Warehouse e Business Inteligence;

V - avaliar a qualidade das informações produzidas pelos sistemas da ANTAQ;

VI - avaliar a qualidade das informações recebidas de outras instituições.

RESOLUÇÃO Nº 2.220, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA A EMPRESA OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERAÇÕES MARÍTIMAS LTDA., A OPERAR, POR PRAZO INDETERMINADO, COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO, NA NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50301.002347/2011-31 e tendo em vista o que foi deliberado na 300ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º - Autorizar a empresa OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERAÇÕES MARÍTIMAS LTDA., CNPJ nº 08.800.454/0001-59, com sede na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 501, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.221, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL F. O. NOBRE - ME, A OPERAR, POR PRAZO INDETERMINADO, COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E MISTO NA NAVEGAÇÃO INTERIOR DE PERCURSO LONGITUDINAL INTERESTADUAL, NA BACIA AMAZÔNICA, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTANA/MACAPÁ-AP E BREVES-PA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50305.000561/2011-13 e tendo em vista o que foi deliberado na 300ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º - Autorizar o empresário individual F. O. NOBRE - ME, CNPJ nº 10.957.385/0001-33, com sede na Travessa Capitão Assis nº 212, Centro, Breves-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Santana/Macapá-AP e Breves-PA, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.222, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA A EMPRESA UNIRIOS RODOFLUVIAL E LOGÍSTICA LTDA., A OPERAR, POR PRAZO INDETERMINADO, COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO, NA NAVEGAÇÃO INTERIOR DE PERCURSO LONGITUDINAL, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL, NA BACIA AMAZÔNICA, NOS TRECHOS INTERESTADUAIS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50305.002328/2011-75 e tendo em vista o que foi deliberado na 300ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º - Autorizar a empresa UNIRIOS RODOFLUVIAL E LOGÍSTICA LTDA., CNPJ nº 83.346.932/0001-18, com sede no Furo do Pinheiro s/n - Loteamento Jardim Paissanremo, Icoaraci, Belém-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga geral, na Bacia Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.223, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL B. CAVALCANTE DOS SANTOS ME, A OPERAR, POR PRAZO INDETERMINADO, COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E MISTO NA NAVEGAÇÃO INTERIOR DE PERCURSO LONGITUDINAL INTERESTADUAL, NA BACIA AMAZÔNICA, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTANA/MACAPÁ-AP E PORTEL-PA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002376/2011-11 e tendo em vista o que foi deliberado na 300ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º - Autorizar o empresário individual B. CAVALCANTE DOS SANTOS ME, CNPJ nº 05.635.326/0001-09, com sede na rua Canal das Pedrinhas, nº 847, Pedrinhas, Macapá/AP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Santana/Macapá-AP e Portel-PA, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.224, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL FRANCISCO ALVAREZ GOMES, A OPERAR POR PRAZO INDETERMINADO, COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, NA NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA INTERNACIONAL, NA BACIA AMAZÔNICA, SOBRE O RIO GUAPORÉ, ENTRE AS CIDADES DE COSTA MARQUES-RO (BRASIL) E BUENA VISTA-BENI (BOLÍVIA).

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002325/2011-81 e tendo em vista o que foi deliberado na 300ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º - Autorizar o empresário individual FRANCISCO ALVAREZ GOMES, CNPJ nº 12.585.914/0001-40, com sede na av. Beira Rio, nº 39, Centro, Costa Marques-RO, a operar por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia internacional, na Bacia Amazônica, sobre o rio Guaporé, entre as cidades de Costa Marques-RO (Brasil) e Buena Vista-Beni (Bolívia), na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.225, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

ADITA O TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 727-ANTAQ, QUE AUTORIZOU A EMPRESA MEGASEA APOIO MARÍTIMO LTDA., A OPERAR, POR PRAZO INDETERMINADO, COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO, NA NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.003096/2010-21 e tendo em vista o que foi deliberado na 299ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 18 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 727-ANTAQ, de 10 de fevereiro de 2011, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em razão da autorização para operar na navegação de apoio portuário.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.226, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTENCIOSO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do processo nº 50301.002164/2011-16 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 300ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2011,

Resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do processo nº 50301.002164/2011-16.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.227, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTENCIOSO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do processo nº 50300.001437/2010-34 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 300ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do processo nº 50300.001437/2010-34.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.228, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

CONVALIDA O TERMO ADITIVO Nº 03, DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº 58/97, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DOCAS DO PARÁ E A EMPRESA ALUBAR METAIS S/A.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50305.001073/2011-23 e tendo em vista o que foi deliberado na 300ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Convalidar o Termo Aditivo nº 03, celebrado entre a Companhia Docas do Pará e a empresa Alubar Metais S/A, em 04/02/2004, que agregou área de 11.985 m² ao Contrato de Arrendamento nº 58/97.

Art. 2º Determinar que a Companhia Docas do Pará, no prazo de o prazo máximo de 90 (noventa) dias, restabeleça o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante a celebração de novo termo aditivo ao citado contrato de arrendamento, contemplando a formatação atual do empreendimento, ou seja, com a inclusão das áreas objeto dos aditamentos contratuais, consoante determinação constante da alínea "a", do art. 2º, da Resolução nº 1.817-ANTAQ, de 02/09/2010, caso ainda não o tenha feito.

Art. 3º Arquivar o Processo administrativo contencioso nº 50305.001073/2011-23.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.229, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DA TONELAGEM DE PORTE BRUTO DE EMBARCAÇÃO DE PROPRIEDADE DA EMPRESA CHAVAL NAVEGAÇÃO LTDA. PELA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL S/A.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50301.000024/2011-11 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 300ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de utilização da tonelagem de porte bruto correspondente a embarcação "Marco Dias", de propriedade da empresa Chaval Navegação Ltda., como base de cálculo do direito de afretamento de embarcações estrangeiras, formulado pela empresa Companhia de Navegação Norsul S/A, CNPJ nº 33.127.002/0002-86, com sede na Rua Augusto Severo, nº 8, 8º andar, Glória, Rio de Janeiro - RJ, por restarem inobservados os artigos 5º, §1º da Resolução nº 493-ANTAQ e 2º, § 4º da Resolução nº 496-ANTAQ.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 788, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ, de 11 de dezembro de 2009 e demais normas regulamentares aplicáveis, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50305.002328/2011-75 e tendo em vista o que foi deliberado na 300ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

I - Autorizar a empresa UNIRIOS RODOFLUVIAL E LOGÍSTICA LTDA., CNPJ nº 83.346.932/0001-18, doravante denominada Autorizada, com sede no Furo do Pinheiro s/n - Loteamento Jardim Paissanremo, Icoaraci, Belém-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga geral, na Bacia Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União.

II - A Autorizada fica obrigada a prestar o serviço com observância da legislação, das normas regulamentares ou dos acordos internacionais de que o Brasil seja signatário.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, da Norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ, já citada.

IV - A Autorizada deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereços, alterações no requerimento de empresário, encerramento permanente da operação e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

V - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 789, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50300.002376/2011-11 e tendo em vista o que foi deliberado na 300ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

I - Autorizar o empresário individual B. CAVALCANTE DOS SANTOS ME, CNPJ nº 05.635.326/0001-09, doravante denominado Autorizado, com sede na Rua Canal das Pedrinhas, nº 847, Pedrinhas, Macapá/AP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Santana/Macapá-AP e Portel-PA.

II - A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo a ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção do Autorizado, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação COMANDANTE ALCIDES e ocorrerá conforme o esquema operacional apresentado pelo empresário, abaixo relacionado:

Esquema Operacional (Linha Santana/Macapá-AP - Portel-PA):					
Partida			Chegada		
Local	Dia da Semana	Horário	Local	Dia da Semana	Horário
Santana/Macapá-AP	Sábado	13:00	Portel-PA	Domingo	09:00
Portel-PA	3ª feira	10:00	Santana/Macapá-AP	4ª feira	06:00

Obs.: Os horários de chegada e partida podem sofrer variações em função da tábua de marés.

V - O Autorizado fica obrigado a enviar à ANTAQ, bimestralmente, as informações discriminadas no inciso IX do art. 12 da Norma já citada.

VI - O Autorizado deverá manter em local visível da embarcação e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

VIII - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pelo Autorizado das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 790, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de 2009 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50300.002325/2011-81 e tendo em vista o que foi deliberado na 300ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de setembro de 2011, resolve:

I - Autorizar o empresário individual FRANCISCO ALVAREZ GOMES, CNPJ nº 12.585.914/0001-40, doravante denominado Autorizado, com sede na Av. Beira Rio, nº 39, Centro, Costa Marques-RO, a operar por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia internacional, na Bacia Amazônica, sobre o rio Guaporé, entre as cidades de Costa Marques-RO (Brasil) e Buena Vista-Beni (Bolívia).

II - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta Autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção do Autorizado, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da Norma aprovada pela Resolução nº 1.274-ANTAQ.

IV - O Autorizado fica obrigada a respeitar o "TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO FLUVIAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA BOLÍVIA", firmado em 12 de agosto de 1910 e promulgado pelo Decreto nº 8.891, de 9 de agosto de 1911.

V - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação NAVEGAÇÃO GUAPORÉ e conforme frequência do esquema operacional apresentado pelo empresário, abaixo relacionado:

Travessia de Costa Marques-RO (Brasil) a Buena Vista-Beni (Bolívia)	
DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA DE VIAGENS
Segunda-feira	15
Terça-feira	15
Quarta-feira	15
Quinta-feira	15
Sexta-feira	15
Sábado	15
Domingo	15

VI - O Autorizado deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - O Autorizado fica obrigado a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, importando o início dos serviços em plena aceitação pelo Autorizado das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

1º ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 727, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso VI, do art. 4º, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e na Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50301.003096/2010-21 e tendo em vista o que foi deliberado na 299ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 18 de agosto de 2011, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização nº 727-ANTAQ, de 10 de fevereiro de 2011, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa MEGASEA APOIO MARÍTIMO LTDA., CNPJ nº 09.067.474/0001-25, doravante denominada Autorizada, com sede na rua Mário Trilha, nº 90 - parte, Ilha da Conceição, Niterói-RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo e apoio portuário.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 19, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 2007 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 20, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 891 Data:02/09/2011 Hora:13:13
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000922/2011-88
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasilia/DF
Relator : Jose Lazaro Alfredo Guimar?es
Processo : 0.00.000.001201/2011-95
Tipo Proc: Representação por Inercia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : S?o Paulo/SP
Relator : Jarbas Soares Junior
Processo : 0.00.000.001198/2011-18
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Vitoria/ES
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.001200/2011-41
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Jarbas Soares Junior
Processo : 0.00.000.001199/2011-54
Tipo Proc: Representação por Inercia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Mato Grosso
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.001204/2011-29
Tipo Proc: Representação por Inercia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Belo Jardim/PE
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.001203/2011-84
Tipo Proc: Representação por Inercia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Goiania/GO
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.001205/2011-73
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Jarbas Soares Junior
Processo : 0.00.000.001197/2011-65
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Belo Horizonte/MG
Relator : Alessandro Tramujas Assad
Processo : 0.00.000.001202/2011-30
Tipo Proc: Representação por Inercia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Minas Gerais
Relator : Maria Ester Henriques Tavares

ALCIDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 3, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil Público. 1.34.017.000105/2011-15.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

CONSIDERANDO que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III);

CONSIDERANDO que o que consta do Procedimento Administrativo nº 1.34.017.000105/2011-15, que tem por objeto verificar a qualidade do serviço público prestado na agência do INSS do município de Taquaritinga/SP, diante de reclamação acerca do atendimento prestado por perito médico naquele local, feita por meio de representação a este Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade da realização de diligências a fim de se apurar as irregularidades mencionadas na citada representação.

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, por meio da presente PORTARIA, diante do que preceitua o artigo 4º da Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo por objeto verificar a regularidade e boa qualidade na prestação do serviço público na agência do INSS em Taquaritinga/SP, especificamente em relação ao atendimento prestados pelos peritos médicos.

FICA DETERMINADO ainda:

1) sejam providenciadas as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema Único, em razão do quanto deliberado na presente Portaria, inclusive a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.34.017.000105/2011-15 em Inquérito Civil Público;

2) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2010, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

3) a designação da servidora Ana Carolina Afonso André de Andrade e Oliveira, Analista Processual, como secretária, para fins de auxiliar na instrução do presente ICP;

4) a expedição de ofício à Superintendência Regional do INSS em São Paulo, solicitando que se manifeste acerca da representação formulada.

Publique-se, a partir da afixação de cópia no átrio dessa unidade e também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI, e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

DANIELA DE OLIVEIRA MENDES

PORTARIA Nº 9, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Ref. Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000164/2011-82

O Procurador da República no Município de São Bernardo do Campo STEVEN SHUNITI ZWICKER, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.347/85 e no disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme inteligência do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a existência do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 1.16.000.000164/2011-82, instaurado em 25/10/2010, a partir de representação de Marden Akio de Oliveira Miyakoda, informando que o SUS utiliza métodos ultrapassados na cirurgia de catarata, consistente na denominada extração crepuscular, ocasionando gravames no pós-operatório em grande parte dos casos;

CONSIDERANDO a existência de métodos cirúrgicos mais avançados e eficazes, denominado facoemulsificação;

CONSIDERANDO que a reportagem relata que apenas 60% das cirurgias realizadas no Brasil são consideradas satisfatórias;

CONSIDERANDO que grandes números de pacientes, após a cirurgia, apresentaram visão alterada, visão subnormal e cegueira; resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1 - Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possível utilização de métodos ultrapassados nos procedimentos cirúrgicos de catarata, que causam sérios problemas, após a cirurgia;

2 - Sejam adotadas, POR ORA, as seguintes providências:

I - Converta-se o procedimento administrativo nº 1.16.000.000164/2011-82 em Inquérito Civil Público;

II - Oficie-se Solange Salomão que informe sobre o atual andamento, assim como os resultados obtidos, em suas pesquisas no tocante ao tema;

III - Oficie-se Hamilton Moreira para que informe se o SUS efetivamente implementou o procedimento cirúrgico denominado facoemulsificação;

IV - Oficie-se o Ministério da Saúde para que informe sobre os resultados obtidos no projeto criado para avaliação dos resultados da cirurgia de catarata no país;

V - Comunique-se a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) da instauração do presente inquérito civil, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a teor do preconizado pelo artigo 6º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

VI - Publique-se o inteiro teor da presente portaria no Diário Oficial da União e portal do Ministério Público Federal, nos moldes do determinado pelo artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Para o eficaz andamento do presente Inquérito Civil, NOMEIO a Sra. ADRIANA VIEIRA, servidora deste Ministério Público Federal, para o cumprimento das diligências que se fizerem necessárias.

Cumpra-se.

STEVEN SHUNITI ZWICKER

PORTARIA Nº 14, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de seu agente signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007), e

Considerando o quanto descrito no Relatório de Auditoria nº 9879, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Joselândia/MA;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à saúde, consagrado nos artigos 6º e 196 da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar as irregularidades apontadas nos referenciados Relatórios de Auditoria, bem como o cumprimento das recomendações expedidas em seu bojo.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e o Relatório em anexo como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. expeça-se ofício ao Município de Joselândia/MA, requisitando manifestação circunstanciada a respeito das constatações 94243, 94306, 94314, 94328, 95564, 95568, 95714, 95715, 95774, 95865, 95932, 96002, 96018, 96023, 96049, 96171, 96185, 96038, 96040, 96041, 96042, 96045, 96046, 96047, 96051 e 96048, devendo relatar as providências tomadas pela administração para cumprir as recomendações expedidas em seu bojo, no prazo de 30 (trinta) dias. Deve, ainda, o Município encaminhar toda a documentação pertinente ao caso, no afã de corroborar suas alegações;

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Designo o servidor VITOR GABRIEL ALCIDES VASCONCELOS para secretariar os trabalhos enquanto lotado neste Gabinete.

ALEXANDRE SILVA SOARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 21, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Ref.: PI 093/2008-78

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, d, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando o termo de declarações prestado junto à Procuradoria da República no município de Feira de Santana/BA, que notícia suposta irregularidade na execução do Programa Saúde da Família no Município de Bannach/PA;

4. Considerando que tal irregularidade pode revelar prejuízo ao erário federal e/ou apropriação de recursos públicos;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando que as informações requisitadas não foram atendidas até a presente data, a saber: Ofício nº 1085/2009 (Secretaria Municipal de Saúde de Bannach/PA, f. 08); Ofício nº 1086/2009 (Prefeito Municipal de Bannach/PA, f. 09); Ofício nº 1087/2009 (Secretaria Municipal de Saúde de feira de Santana/BA, f. 10) e Ofício nº 1088/2099 (Divisão de Convênios do Ministério da Saúde no Pará, f. 11);

7. Considerando a necessidade da juntada aos autos dessas informações para melhor compreensão dos fatos noticiados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as Peças de Informação nº 1.23.001.000093/2008-78, a fim de se promover ampla apuração dos fatos em questão. Uma vez que convertido o presente procedimento em ICP, cumpre dar seguimento à instrução do feito.

Assim, determino que sejam reiterados todos os ofícios acima citados, para que, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, prestem as informações requisitadas acerca da gestão/recursos relativos ao PSF nos anos de 2006/2007, sob pena de responsabilidade.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO MODESTO RABELO

PORTARIA Nº 23, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Ref. PI nº 148/2009-21

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, d, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento em epígrafe foi instaurado a partir de termo de declarações prestado junto à Procuradoria da República neste Município noticiando supostas irregularidades (venda e reconcentração de lotes) no Projeto de Assentamento Talismã, localizado no município de Marabá;

4. Considerando que tal irregularidade revela mácula ao Projeto de Reforma Agrário e diz respeito ao interesse, serviços e patrimônio do INCRA, urge, portanto, a adoção de medidas por este Órgão Ministerial;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando que as informações requisitadas ao INCRA SR-27, sem embargo das várias reiterações, ainda não foram prestadas até a presente data, a saber: Ofício nº 287, de 15/05/2009 (f. 03); Ofício nº 352/2010 (f. 04) e Ofício nº 642/2010 (f. 05);

7. Considerando a necessidade da juntada aos autos dessas informações para demais providências;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as Peças de Informação nº 1.23.001.000148/2009-21, a fim de dar continuidade ao acompanhamento/instrução do feito.

Assim, determino que se certifique, de fato, se o INCRA ainda não encaminhou as informações requisitadas, reiterando, se for o caso, pela última vez, os ofícios pendentes, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO MODESTO RABELO

PORTARIA Nº 26, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Ref.: PI nº 038/2007-05

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da CF/88, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, d, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que as Peças de Informação em epígrafe, autuadas a partir de representação articulada por estudantes do curso de ciências sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Marabá/PA, tem por objeto notícia das dificuldades vivenciadas naquela instituição de ensino, notadamente a falta de professores decorrente de sistemáticas remoções supostamente arbitrárias, etc;

4. Considerando que tais irregularidades ensejam, possivelmente, prejuízo aos interesses educacionais dos representantes, alunos de uma instituição federal de ensino, típico interesse transindividual, portanto;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando que até a presente data, a par das diligências determinadas e reiteradas, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, de forma recalcitrante, vem negando-se a prestar as informações requisitadas e a efetuar as diligências requeridas;

7. Considerando a necessidade cumprimento das diligências ainda pendentes para atualização e elucidação dos fatos então noticiados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as Peças de Informação nº 1.23.001.000038/2007-05, a fim de dar continuidade à instrução.

Uma vez que convertido o presente procedimento em ICP, determino:

a) seja expedido ofício, VIA AR, à(ao) Secretária(o) de Educação Superior do Ministério da Educação, com cópia integral dos autos e da presente portaria, especialmente dos ofícios encaminhados e ainda pendentes de resposta, para que, em prazo último não superior a 15 (quinze) dias, preste, detalhadamente, todas as informações relativas às providências adotadas por força das anteriores requisições desta PRM-MAB, devendo encaminhar a esta Procuradoria da República toda a documentação pertinente às diligências requeridas pelo MPF em razão dos fatos noticiados na representação, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL;

b) no mesmo sentido, oficie-se, também VIA AR, o(a) Reitor(a) da Universidade Federal do Pará, bem como o(a) Coordenador(a) do Curso de Ciências Sociais da UFPA - Campus Marabá, para que, em 15 (quinze) dias, prestem informações detalhadas acerca das providências adotadas com vistas a sanar as dificuldades noticiadas na representação;

Em seguida, retornem os autos para providências conclusivas.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO MODESTO RABELO

PORTARIA Nº 27, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Ref.: PI nº 165/2008-87

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da CF/88, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, d, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento em epígrafe foi instaurado a partir de termo de declarações prestado junto à PRDC em Belém/PA, que notícia suposta irregularidade na concessão de diárias e passagens para Tratamento Fora do Domicílio- TFD, no município de Canaã dos Carajás/PA;

4. Considerando a natureza dos recursos para atendimento de pessoas que necessitam de tratamento fora do seu domicílio e a indisponibilidade do interesse em tela;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando que as informações requisitadas foram atendidas a contento, salvo no que se refere aos esclarecimentos da representante, que foi instada a se manifestar sobre as alegações da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás/PA e da Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará - Diretoria da 11ª RPS/SESPA (fs. 51-52 e 61, respectivamente);

7. Considerando a necessidade da juntada aos autos da referida manifestação da representante e tendo em vista que a mesma não foi localizada pelos correios para fins de notificação;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as Peças de Informação nº 1.23.001.000165/2008-87. Uma vez que convertido o presente procedimento em ICP, determino seja efetuada pesquisa para fins de identificar o endereço da representante, haja vista que aquele fornecido não pôde ser procurado pela EBCT, com vistas ao reencaminhamento o oficio nº 075/2009 à representante para que, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, se manifeste sobre as alegações acima mencionadas, sob pena de arquivamento do presente feito.

Em seguida, retornem os autos para providência conclusiva.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO MODESTO RABELO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 29, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Ref.: PI nº 094/2009-01

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da CF/88, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas no art. 127 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, d, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento em epígrafe foi instaurado instaurado a partir de ata de reunião realizada na sede da Procuradoria da República no Pará que tratou da verificação das condições afetas à prestação de serviços de saúde pelo Poder Público em relação ao efetivo combate à hanseníase no Estado do Pará;

4. Considerando que a hanseníase atinge a população de grande número de municípios na região sul/sudeste do Pará, abarcando um número indeterminado de pessoas;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando que foram requisitadas informações a todos os municípios da região sul/sudeste do Pará em relação aos quais, conforme lista anexa, havia notícias de casos da doença, sendo que, até a presente data, não houve resposta de boa parte desses aos ofícios encaminhados pelo MPF;

7. Considerando a necessidade de carrear aos autos tais informações para melhor definição de possíveis ações a serem requeridas/adotadas, se for o caso;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as Peças de Informação nº 1.23.001.000094/2009-01. Uma vez que convertido o presente procedimento em ICP, cumpre dar seguimento à instrução do feito.

Assim, determino que seja reiterado todos os ofícios pendentes de resposta, com cópia da presente portaria e demais documentos pertinentes (ofícios já encaminhados), para que, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, prestem detalhadamente as informações anteriormente requisitadas, devendo encaminhar a documentação comprobatória pertinente, sob pena de responsabilidade.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO MODESTO RABELO

PORTARIA N° 77, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e:

a) considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República c/c Lei Complementar n. 75/93;

b) considerando que cabe ao Ministério Público Federal instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público);

c) considerando que o prazo para instrução do Procedimento Administrativo Cível já se encontra exaurido, sem que tenha havido a conclusão das investigações necessárias ao arquivamento ou à propositura de ação civil pública (art. 4º, §§ 1º e 4º da Resolução n. 106/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público);

d) considerando as peças de informação contidas no Procedimento Administrativo n. n. 1.22.006.000056/2011-52, cujo objeto é verificar a falta de regularização do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Atenas de Paracatu/MG junto à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB de João Pinheiro;

e) considerando, portanto, que a investigação realizada neste Procedimento Administrativo ainda necessita ser finalizada, de modo a dar cumprimento às atribuições do Parquet; resolve: converter o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CÍVEL, com fundamento nos dispositivos legais referidos, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com continuidade do objeto em análise.

Diante do exposto, DETERMINO: (a) proceda-se à autuação, no sistema ARP, como Inquérito Civil Público; (b) comunique-se a aludida conversão à PFDC, por correio eletrônico, com cópia desta Portaria para a correspondente publicação em veículo oficial; (c) Após, tornem-se os autos conclusos para análise.

ONÉSIO SOARES AMARAL

PORTARIA Nº 95, DE 8 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que as peças de informação de nº 1.23.001.000265/2009-94 apuram se a UFPA mantém entre as fases do processo seletivo a proporção de cotistas previstas no edital;

4. Considerando que tal objeto visa preservar o direito transindividual das minorias, sendo a proteção destes direitos coletivos uma das atribuição do Ministério Público Federal;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as peças de informação nº 1.23.001.000265/2009-94, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) seja reiterado o ofício nº 870/2011, com as advertências legais.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 98, DE 8 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, d, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que as peças de informação de nº 1.23.001.000042/2010-61 apuram se os municípios abrangidos pela atribuição desta Procuradoria estão observando os termos da Recomendação nº 6, de 24/04/2008, expedida pela CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiências;

4. Considerando que tal objeto visa preservar o direito transindividual dos portadores de deficiências, sendo a proteção destes direitos coletivos uma das atribuição do Ministério Público Federal;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as peças de informação nº 1.23.001.000042/2010-61, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) aguarde-se as respostas aos ofícios expedidos aos municípios, reiterando, em 30 dias, aqueles que não apresentarem respostas.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 100, DE 8 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, d, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

3. Considerando que o objeto das peças de informação de nº 1.23.001.000107/2009-34 é apurar eventual prejuízo da conduta dos servidores do INCRA às famílias que foram assentadas no PA Araguaxim e deixaram seus lotes por determinação da autarquia, não recebendo outro lote posteriormente;

4. Considerando que tal objeto visa preservar o direito transindividual dos referidos assentados, sendo a proteção destes direitos coletivos uma das atribuição do Ministério Público Federal;

5. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

6. Considerando a necessidade de novas diligências para elucidação dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem as peças de informação nº 1.23.001.000107/2009-34, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) aguarde-se a respostas do ofício 912/2011 expedidos ao INCRA, reiterando, em 30 dias, com as advertências legais, se não houver a devida resposta.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 364, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando ser função institucional do Ministério Público Federal a fiscalização de supostas irregularidades envolvendo ensino superior no Brasil, por constituir serviço prestado pela União (ou com sua autorização) e fiscalizado pelo Ministério da Educação e da Cultura, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso III do artigo 39 da Lei Complementar nº75/1993;

Considerando o dever do Ministério Público de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo seus interesses consumeristas (art.170, V, CF/88), além de, por via reflexa, proteger o acesso à educação, à cultura e ao conhecimento científico em nível superior;

Considerando que o prejuízo para os cidadãos, para a educação e para o desenvolvimento da população mato-grossense pela conduta das FACULDADES UNICEN, ao exigir ilegalmente pagamento para a entrega dos diplomas aos seus alunos;

Considerando a existência de duas ações civis públicas já ajuizadas pelo MPF em Mato Grosso (nº2004.36.00.002258-1 e nº2003.36.00.014193-0) com o objetivo de reconhecer a ilegalidade da exigência de pagamento para a obtenção de diploma de conclusão de ensino superior por instituições de ensino superior em Mato Grosso;

Considerando as Resoluções do Conselho Federal de Educação nº01/83 e nº03/89, assim como a Informação nº531/06 da Coordenação-Geral de Assuntos Contenciosos do Ministério da Educação, explicitando que o valor da anuidade escolar já inclui, dentre outros serviços, a 1ª via de documentos para fins de transferência, de certificados ou diplomas (modelo oficial) de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, de cronogramas, de horários escolares, de currículos e de programas, estando proscrita a cobrança de valores pela expedição, registro ou entrega de diplomas ou certificados;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a cobrança indevida para expedição e registro de certificados e diplomas pelas FACULDADES UNICEN, de Primavera do Leste/MT", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à e. 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, determino que seja encaminhada, junto com a recomendação já determinada em despacho próprio, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 406, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e pelos arts. 6º, 7º e 8º da Lei Complementar 75/93 e,

Considerando o disposto no art. 2º, §6º, no art. 4º e no art. 7º, IV e §2º I e II, todos da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regula o Inquérito Civil Público;

Instaura Inquérito Civil do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.006377/2010-37, tendo por objeto a apuração dos fatos abaixo especificados:

RESUMO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA - CNRM. Cópia do procedimento PR/GO nº 1.18.000.009433/2008-04. Possível prática de ato de improbidade administrativa configurada no art. 11, II, da Lei 8.429/92 pelo presidente da Comissão Nacional de Residência Médica. Realização de seleção para residência médica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ENVOLVIDO: comissão nacional de residência médica - cnrm

INTERESSADO: ministério público federal - mpf / procuradoria da república em goiás - pr/go

Determina:

1. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, por qualquer meio hábil;

2. a realização dos registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar do dia 31 de agosto de 2011, pelo gabinete do 1º Ofício da Cidadania.

CAROLINA MARTINS MIRANDA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 408, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 6º, art. 4º e art. 6º, § 9º todos da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o quanto consta dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.006266/2010-21, que tem como objeto (resumo): "VIGILÂNCIA TOXICOLÓGICA. Cópia da REP PRT 10ª Região nº 000920.2010.10.000/5. Representação anônima informa que produtores de determinados agrotóxicos utilizados na lavoura de maçã não estariam indicando nas bulas dos produtos os períodos a serem observados para reentrada nessas lavouras após a sua aplicação. Suposta ofensa a disposições da Lei 7.802/89. Potencial prejuízo gerado à saúde humana e de animais";

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas.

CONSIDERANDO que, para adoção de eventual providência judicial ou extrajudicial pelo MPF, ainda se fazem necessários outros atos instrutórios, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

CONSIDERANDO que o prazo de conclusão do referido feito, de caráter preliminar, já expirou;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por qualquer meio hábil;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data.

ANNA PAULA COUTINHO
DE BARCELOS MOREIRA

PORTARIA N° 496, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a representação efetuada perante o MPF por Jacineia Mendonça Weber, noticiando que foi trata de forma grosseira pelo perito médico do INSS Francisco Chagas dos Santos, que a avaliou em razão de requerimento de auxílio-doença;

b) considerando que são muito comuns as representações feitas perante este Órgão acerca da insatisfação dos segurados com o atendimento prestado pelo INSS neste Estado;

c) considerando o rol de atribuições do Ministério Público elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

d) considerando que é função institucional do Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

e) considerando que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos (LC 75/93, art. 7º, inc. I);

f) considerando o disposto na resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação das irregularidades acima apontadas, bem como subsidiar eventuais ações judicais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

NOMEAR os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil.

Cadastre-se o presente inquérito civil com o seguinte resumo: PRDC. SERVIÇO PÚBLICO. OBJETO: Apurar a qualidade do serviço público prestado pelo INSS à população do Estado de Roraima. REQUERIDO: INSS.

Após, adotem-se as seguintes providências:

(i) Todas as representações que derem entrada nesta Procuradoria acerca da insatisfação com o atendimento prestado pelo INSS devem ser juntadas ao presente ICP.

Aos ofícios expedidos no bojo deste inquérito civil deve ser anexada cópia desta Portaria.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 5º, VII, 6º e 16 da Resolução n.º 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

DANIELA CASELANI SITTA

PORTARIA N° 499, DE 1° DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a representação efetuada perante o MPF por Odair dos Reis Brandão, noticiando que foi assentado regularmente pelo INCRA no lote 39 do Projeto de Assentamento Renascer, mas foi foi notificado pela autarquia para desocupar o imóvel, pois o INCRA lhe imputa ocupação irregular;

b) considerando o rol de atribuições do Ministério Público elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando que é função institucional do Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

d) considerando a necessidade de fiscalizar o atendimento pelo INCRA aos destinatários da reforma agrária, para que seja realizado dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, tendo em vista as constantes reclamações efetuadas nesta Procuradoria contra a autarquia;

e) considerando que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos (LC 75/93, art. 7º, inc. I);

f) considerando o disposto na resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação das irregularidades acima apontadas, bem como subsidiar eventuais ações judicais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

NOMEAR os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil.

Cadastre-se o presente inquérito civil com o seguinte resumo: PRDC. REFORMA AGRÁRIA. OBJETO: Apurar a regularidade do assentamento de Odair dos Reis Brandão no lote 39 do PA Renascer, Município de Bonfim. REQUERIDO: INCRA.

Após, adotem-se as seguintes providências:

(i) Oficie-se ao INCRA, ENCAMINHANDO-SE cópia de fls. 06 a 09 e REQUISITANDO-SE, no prazo de 10 (dez) dias úteis (LC 75/93, art. 8º, § 5º): a) esclarecimentos sobre os fatos narrados no termo de declarações; b) cópia do último laudo de vistoria realizada no lote 39 do PA Renascer, Município de Bonfim.

Aos ofícios expedidos no bojo deste inquérito civil deve ser anexada cópia desta Portaria.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 5º, VII, 6º e 16 da Resolução n.º 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

DANIELA CASELANI SITTA

CONSELHO INSTITUCIONAL

PAUTA

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

SESSÃO: 114 DATA: 02/09/2011 HORA: 17:00
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE
Processo: 1.16.000.006089/2010-82
Assunto: RECURSO
Origem: PR-DF
Relator(a): Cons. JOSE ELAERES MARQUES TEIXEIRA
Interessado(s): Dr. Hélio Ferreira Heringer Junior

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Presidente do CIMPF

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 1° DE SETEMBRO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:
Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
1.23.002.000119/2011-73
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.29.004.000741/2011-48 1.27.000.001806/2011-87
Wagner de Castro Mathias Netto
1.22.013.000305/2010-30
Total de procedimentos distribuídos: 004

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 1ª CCR

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:
Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
1.11.000.000248/2010-11 1.11.000.000174/2011-02 1.16.000.002284/2011-14
1.21.001.000019/2008-26
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.11.000.000614/2011-13 1.34.010.000522/2001-48
Wagner de Castro Mathias Netto
1.34.012.000332/2011-82 1.25.000.001046/2008-87 1.34.010.000837/2004-38
Total de procedimentos distribuídos: 009

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 1ª CCR

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª CÂMARA/2011

Data e hora (início): 26 (vinte e seis) de agosto de 2011, às 14h00.

Local: SAF Sul, Q. 4, Lt. 3, Bl. B, 3º Andar, Sala 301, CEP 70.050-900 - Brasília/DF.

Presença: Antonio Fonseca, Coordenador; Brasilino Pereira dos Santos, membro titular e José Elaeres Marques Teixeira, membro titular; Christiane Nardelli, Assessora Jurídica Chefe; Ícaro Bezerra, Assessor Jurídico; os advogados Maurílio Monteiro de Abreu (pela Volkswagen do Brasil, PA nº 1.34.010.000364/2008-01) e Júlia Lamounier D' Alessandro Sousa (pela Souza Cruz S.A., PA nº 1.16.000.000301/2007-01).

Abertura: O Senhor Coordenador abriu a sessão, deu boas vindas e saudou os outros membros. Seguiu-se o trabalho do colegiado na ordem seguinte:

I - Procedimentos Relatados pelo Dr. Antonio Fonseca:

1) Procedimento Administrativo: 1.24.001.000063/2011-20 - PRM/Campina Grande/PB - Interessado: Agência Nacional do Petróleo - ANP - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento em relação às matérias de atribuição da 3ª Câmara e determinou-se a remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do voto do Relator. 2) Procedimento Administrativo: 1.24.000.001702/2010-01 - PR/PB - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento em relação às matérias de atribuição da 3ª Câmara e determinou-se a remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do voto do Relator. 3) Procedimento Administrativo: 1.34.001.0008258/2010-91 (Fênix PGR - 3ª CAM - 00859/2011) - PR/SP - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do voto do Relator. 4) Procedimento Administrativo: 1.18.000.000291/2010-26 - PR/GO - Interessado: Mariflor Dias Borges - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do voto do Relator. 5) Procedimento Administrativo: 1.16.000.000249/2009-46 - PR/DF - Interessado: Tribunal de Contas da União- TCU - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do voto do Relator. 6) Procedimento Administrativo: 1.28.000.000273/2005-31 - PR/RN - Interessado: ANATEL - Decisão: após o voto do Relator, não conhecendo da promoção de arquivamento e homologando o declínio de atribuição, pediu vista dos autos o Dr. Brasilino Pereira dos Santos. Aguarda o Dr. José Elaeres Marques Teixeira. 7) Procedimento Administrativo: 1.22.002.000337/2008-40 - PRM/Uberaba/MG - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se o declínio de atribuição, nos termos do voto do Relator. 8) Procedimento Administrativo: 1.22.002.000100/2008-69 - PRM/Uberaba/MG - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se o declínio de atribuição, nos termos do voto do Relator. 9) Procedimento Administrativo: 1.04.004.000540/2010-39 - PR/PB - Interessado: Elionjackson Carneiro de Souza e outros - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 10) Procedimento Administrativo: 1.34.001.003822/2011-60 - PR/SP - Interessado: Simone Floresta de Moraes Sarmento - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, para obter manifestação da ANS, e homologou-se o declínio de atribuição, para exame da possível irregularidade praticada pela empresa UNIMED, nos termos do voto do Relator. 11) Procedimento Administrativo: 1.34.010.000132/2011-40 - PRM/Ribeirão Preto/SP - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, não se conheceu da promoção de arquivamento, e de-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

terminou-se a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. 12) Procedimento Administrativo: 1.28.000.000307/2011-35 - PR/RN - Interessado: Camilo Gustavo Lins dos Santos - Decisão: por unanimidade, não se conheceu da promoção de arquivamento, e determinou-se a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. 13) Procedimento Administrativo: 1.34.001.002877/2011-52 - PR/SP - Interessado: Geraldo José Costa de Oliveira - Decisão: por unanimidade, não se conheceu da promoção de arquivamento, e determinou-se a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. 14) Procedimento Administrativo: 1.29.000.000752/2002-02 - PR/RS - Interessado: Diresul Equipamentos Industriais e Comércio Ltda. - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 15) Procedimento Administrativo: 1.13.000.001102/2010-19 - PR/AM - Interessado: Maria Olívia Martins Pinto - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 16) Procedimento Administrativo: 1.18.000.001713/2010-81 - PR/GO - Interessado: Afonso Barbosa Sobrinho - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 17) Procedimento Administrativo: 1.24.000.001144/2004-28 - PR/PB - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 18) Procedimento Administrativo: 1.34.001.009442/2010-58 - PR/SP - Interessado: Silvana Martine - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 19) Procedimento Administrativo: 1.26.000.002537/2010-22 - PR/PE - Interessado: Flávio Marques Falcão - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 20) Procedimento Administrativo: 1.20.000.000879/2010-21 - PR/MT - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 21) Procedimento Administrativo: 1.11.000.001381/2010-95 - PR/AL - Interessado: Jefferson Roberto Amorim da Mota - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 22) Procedimento Administrativo: 1.34.001.005367/2010-56 - PR/SP - Interessado: Everaldo Martom - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 23) Procedimento Administrativo: 1.22.000.000657/2001-43 - PR/MG - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: após o voto do Relator, homologando o arquivamento, pediu vista dos autos o Dr. Brasilino Pereira dos Santos. Aguarda o Dr. José Elaeres Marques Teixeira. 24) Procedimento Administrativo: 1.18.000.009024/2008-08 - PR/DF - Interessado: Ministério Público de Goiás - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 25) Procedimento Administrativo: 1.34.001.009092/2010-20 - PR/SP - Interessado: Joyce Magno - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 26) Procedimento Administrativo: 1.29.017.000098/2010-22 - PR/RS - Interessado: SINTESA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sapucaia do Sul - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 27) Procedimento Administrativo: 1.22.000.003225/2009-41 - PRM/Sete Lagoas/MG - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 28) Procedimento Administrativo: 1.34.012.000716/2010-14 - PRM/Santos/SP - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 29) Procedimento Administrativo: 1.34.001.005786/2010-98 - PR/SP - Interessado: Jorge Hasegawa - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 30) Procedimento Administrativo: 1.33.003.000330/2010-59 - PRM/CRICIÚMA/SC - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 31) Procedimento Administrativo: 1.29.002.000031/2009-13 - PRM/Caxias do Sul/RS - Interessado: Rossano Faé Mendonça - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 32) Procedimento Administrativo: 1.19.000.000977/2004-31 - PR/MA - Interessado: Antonio Leonardo Silva Lindoso - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 33) Procedimento Administrativo: 1.18.000.004097/2008-03 - PR/GO - Interessado: Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Passageiros do Estado de Goiás - SETRINPE - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 34) Procedimento Administrativo: 1.16.000.001289/2008-24 - PR/DF - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 35) Procedimento Administrativo: 1.34.001.001665/2010-77 - PR/SP - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 36) Procedimento Administrativo: 08119.002084/96-43 - PR/RS - Interessado: Sindicato das Indústrias de Mate no Rio Grande do Sul - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 37) Procedimento Administrativo: 1.16.000.000301/2007-01 - PR/DF - Interessado: Philip Morris Brasil Indústria e Comércio - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento. Acompanhou o Relator o membro titular Brasilino Pereira dos Santos, impedido o membro titular José Elaeres Marques Teixeira. 38) Procedimento Administrativo: 08106.000677/99-01 - PR/DF - Interessado: Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal - CRF/DF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 39) Procedimento Administrativo: 1.14.001.000079/2007-01 - PRM/Ilheus/BA - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 40) Procedimento Administrativo: 1.29.000.002313/2010-17 - PR/RS - Interessado: Marieta Loureiro Resscha - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 41) Procedimento Administrativo: 1.35.000.001825/2010-51 - PR/SE - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 42) Procedimento Administrativo: 1.34.001.008949/2010-94 - PR/SP - Interessado: Daniel Ponte - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 43) Procedimento Administrativo: 1.34.016.000104/2011-72 - PRM/Sorocaba/SP - Interessado: Pedro Ernesto Segura - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 44) Procedimento Administrativo: 1.34.001.008542/2010-67 - PR/SP - Interessado: DSM Produtos Nutricionais Brasil Ltda. - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 45) Procedimento Administrativo: 1.34.001.007324/2010-13 - PR/SP - Interessado: Gustavo Dias Cintra Mac Cracken - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 46) Procedimento Administrativo: 1.35.000.000769/2011-18 - PR/SE - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 47) Procedimento Administrativo: 1.28.000.000120/2009-17 - PR/RN - Interessado: Ovídio Henrique Cavalcanti Costa Comércio e Indústria - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 48) Procedimento Administrativo: 1.22.000.000157/2008-88 - PR/MG - Interessado: Carlos Magno de Lima e Silva - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 49) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000095/2011-89 - PR/SP - Interessado: Carlos Santos Gonçalves - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 50) Procedimento Administrativo: 1.33.008.000303/2010-36 - PRM/ ITAJAÍ / SC - Interessado: Francisco Antônio Fontenelle Nascimento - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 51) Procedimento Administrativo: 1.30.006.000094/2010-52 - PRM/Nova Friburgo/RJ - Interessado: Daniela Pires dos Santos - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 52) Procedimento Administrativo: 1.26.000.000339/2011-13 - PR/PE - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 53) Procedimento Administrativo: 1.34.001.009077/2010-81 - PR/SP - Interessado: Celina Maria Gonzaga - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 54) Procedimento Administrativo: 1.34.001.001758/2011-82 - PR/SP - Interessado: Ricardo Fernandes - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 55) Procedimento Administrativo: 1.35.000.002033/2010-01 - PR/SE - Interessado: Nilda Piedade - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 56) Procedimento Administrativo: 1.29.006.000232/2010-14 - PRM/ Rio Grande/RS - Interessado: José Antônio Shmidt Alves - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 57) Procedimento Administrativo: 1.34.001.009080/2010-03 - PR/SP - Interessado: Ana Luiza Paiva Pereira de Almeida - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 58) Procedimento Administrativo: 1.25.000.003604/2010-63 - PR/PR - Interessado: Alberto Palugan Oscar - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 59) Procedimento Administrativo: 1.30.006.000165/2010-17 - PRM/Nova Friburgo/RJ - Interessado: Jorge Erlei Martins - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 60) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000845/2008-37 - PR/RJ - Interessado: Laurita Rangel - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 61) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000065/2011-92 - PR/RJ - Interessado: Eduardo Malheiros Poton - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 62) Procedimento Administrativo: 1.29.000.000144/2011-53 - PR/RS - Interessado: Marcelo Pellenz Tomasini - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 63) Procedimento Administrativo: 1.28.000.001414-2010-08 - PR/RN - Interessado: CONUT - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 64) Procedimento Administrativo: 1.29.000.002108/2010-43 - PR/RS - Interessado: Vilmar de Lima Simão e outros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 65) Procedimento Administrativo: 1.13.000.001901/2008-71 - PR/AM - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 66) Procedimento Administrativo: 1.13.000.000232/2010-34 - PR/AM - Interessado: Jaime Rodrigues da Cunha - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 67) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000449/2008-18 - PR/RJ - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 68) Procedimento Administrativo: 1.34.004.200105/2008-59 - PRM/ Campinas/ SP - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 69) Procedimento Administrativo: 1.29.005.000033/2010-16 - PRM/Pelotas/RS - Interessado: Gilberto Dario Schwantz e outro - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 70) Procedimento Administrativo: 1.24.000.000405/2011-11 - PR/PB - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 71) Procedimento Administrativo: 1.15.000.001144/2007-80 - PR/CE - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 72) Procedimento Administrativo: 1.29.000.001045/2005-41 - PR/RS - Interessado: Douglas Fischer - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 73) Procedimento Administrativo: 1.18.002.000055/2009-56 - PRM/ Anápolis/ GO - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 74) Procedimento Administrativo: 1.15.000.000741/2011-73 - PR/CE - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 75) Procedimento Administrativo: 1.23.000.002064/2010-75 - PR/PA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 76) Procedimento Administrativo: 1.28.100.000158/2011-86 - PR/RN - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 77) Procedimento Administrativo: 1.18.000.005510/2003-34 - PR/DF - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 78) Procedimento Administrativo: 1.23.000.000613/2011-58 - PR/PA - Interessado: Deivison Gonçalves Pinheiro - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 79) Procedimento Administrativo: 1.34.003.000339/2009-99 - PRM/Bauru/SP - Interessado: Marcelo Carlos Soares - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 80) Procedimento Administrativo: 1.16.000.001058/2008-11 - PR/DF - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 81) Procedimento Administrativo: 1.23.000.000607/2011-09 - PR/PA - Interessado: Gilvandro Luis de Araújo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 82) Procedimento Administrativo: 1.34.001.008552/2010-01 - PR/SP - Interessado: Valmi da Silva - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 83) Procedimento Administrativo: 1.16.000.006169/2010-38 - PR/DF - Interessado: Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos de São Paulo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 84) Procedimento Administrativo: 1.22.000.000550/2009-52 - PR/MG - Interessado: Marcelo Sales - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 85) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000150/2011-31 - PR/SP - Interessado: Elisama Kreisler Santos Gerogiannis - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 86) Procedimento Administrativo: 1.15.000.000585/2011-41 - PR/CE - Interessado: Maria Liduína Macedo de Oliveira - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 87) Procedimento Administrativo: 1.15.000.001547/2010-24 - PR/CE - Interessado: Estevam Emygdio de Castro Filho - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento. Acompanhou o Relator o membro titular Brasilino Pereira dos Santos, impedido o membro titular José Elaeres Marques Teixeira. 88) Procedimento Administrativo: 1.29.000.002314/2010-53 - PR/RS - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 89) Procedimento Administrativo: 1.30.017.000036/2009-66 - PRM/São João do Meriti/RJ - Interessado: Paulo Sérgio Rodrigues Santiago - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 90) Procedimento Administrativo: 1.15.000.000744/2011-15 - PR/CE - Interessado: Francisco Sérgio Lemos - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 91) Procedimento Administrativo: 1.29.011.000041/2011-64 - PRM/Uruguaiana/RS - Interessado: Wilson da Silva Vargas - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 92) Procedimento Administrativo: 1.34.001.002547/2011-67 - PR/SP - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 93) Procedimento Administrativo: 1.15.000.000404/2011-86 - PR/CE - Interessado: José Antônio de Falconeri Júnior - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 94) Procedimento Administrativo: 1.23.000.001326/2010-84 - PR/PA - Interessado: Carlos Alberto Monteiro de Pinho - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 95) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000081/2011-65 - PR/SP - Interessado: Nilo Sérgio Menestrino Dionello - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 96) Procedimento Administrativo: 1.34.001.002996/2011-13 - PR/SP - Interessado: André Luís Fernandes - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 97) Procedimento Administrativo: 1.13.000.000208/2002-95 - PR/AM - Interessado: Robertina Maria Salomão Pereira - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 98) Procedimento Administrativo: 1.29.002.000347/2009-13 - PRM/Caxias do Sul/RS - Interessado: Rossano Faé Mendonça - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 99) Procedimento Administrativo: 1.34.001.009356/2009-10 - PR/SP - Interessado: Rogério de Assis - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 100) Procedimento Administrativo: 1.11.000.000442/2009-63 - PR/AL -

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Interessado: Williams Roger Cleto Cavalcante - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

II - Procedimentos Relatados pelo Dr. Brasilino dos Santos:

1) Procedimento Administrativo: 1.33.001.000106/2010-87 - PRM/Blumenau/SC - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se o arquivamento no tocante ao tema consumerista e determinou-se a remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão para apreciar a matéria criminal, nos termos do voto do Relator. 2) Procedimento Administrativo: 1.14.002.000075/2011-91 - PRM/Campo Formoso/BA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do voto do Relator. 3) Procedimento Administrativo: 1.34.022.000015/2011-47 - PRM/Jaú/SP - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do voto do Relator. 4) Procedimento Administrativo: 1.22.000.000074/2010-11 - PRM/Divinópolis/MG - Interessado: Valter Veloso Filho - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 5) Procedimento Administrativo: 1.16.000.000688/2003-63 - PR/DF - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do voto do Relator. 6) Procedimento Administrativo: 1.34.001.006043/2010-35 - SUSCITANTE: PR/DF - SUSCITADO: PR/SP - Decisão: por unanimidade, conheceu-se do conflito negativo de atribuições, para reconhecer que a atribuição para atuar no feito é da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do voto do Relator. 7) Procedimento Administrativo: 1.22.002.000127/2008-51 - SUSCITANTE: PR/MG - SUSCITADO: PRM/Uberaba/MG - Decisão: por unanimidade, conheceu-se do conflito negativo de atribuições, para reconhecer que a atribuição para atuar no feito é da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do voto do Relator. 8) Procedimento Administrativo: 1.16.000.003585/2010-84 - PR/DF - Interessado: Raimundo Hipólito de Miranda - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 9) Procedimento Administrativo: 1.34.001.004187/2010-57 - PR/SP - Interessado: Conjunto Residencial José Bonifácio - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 10) Procedimento Administrativo: 1.14.001.000090/2005-09 - PRM/Ilhéus/BA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 11) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000664/2008-91 - PR/SP - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se o declínio de atribuição, nos termos do voto do Relator. 12) Procedimento Administrativo: 1.30.010.000172/2007-54 - PRM/Volta Redonda/RJ - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se o declínio de atribuição, nos termos do voto do Relator. 13) Procedimento Administrativo: 1.22.002.000009/2010-68 - PRM/Uberaba/MG - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção do arquivamento e o declínio de atribuição, nos termos do voto do Relator. 14) Procedimento Administrativo: 1.13.000.000202/2011-17 - PR/AM - Interessado: Arlinda Lima - Decisão: por unanimidade, não se conheceu da promoção de arquivamento, e determinou-se a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. 15) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000573/2011-51 - PR/SP - Interessado: Wanderson Rodrigues Alves - Decisão: por unanimidade, não se conheceu da promoção de arquivamento, e determinou-se a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. 16) Procedimento Administrativo: PGR-3ª CAM 002315/2011 - MPE/PR - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade determinou-se a REMESSA dos autos à Procuradoria da Republica no Estado do Paraná, nos termos do voto do Relator. 17) Procedimento Administrativo: 1.11.000.000170/2010-35 - PR/AL - Interessado: Valbe Batista da Costa - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 18) Procedimento Administrativo: 1.14.000.000900/2010-96 - PR/BA - Interessado: Janice Maria Alves Ainsworth - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 19) Procedimento Administrativo: 1.14.000.001044/2004-48 - PR/BA - Interessado: Jandira Amorim dos Santos e outros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 20) Procedimento Administrativo: 1.15.000.001501/2009-71 - PR/CE - Interessado: Brenno Meneses Lima - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 21) Procedimento Administrativo: 1.16.000.002419/2005-01 - PR/DF - Interessado: Josinaldo Rodrigues de Farias - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 22) Procedimento Administrativo: 1.16.000.003044/2007-51 - PR/DF - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento. Acompanhou o Relator o Coordenador Antonio Fonseca, impedido o membro titular José Elaeres Marques Teixeira. 23) Procedimento Administrativo: 1.18.000.001388/2010-56 - PR/GO - Interessado: Diones Clayton da Silva Rego - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 24) Procedimento Administrativo: 1.18.000.001534/2010-43 - PR/GO - Interessado: Bruno Cesar de Oliveira Machado - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 25) Procedimento Administrativo: 1.22.000.003235/2009-87 - PR/MG - Interessado: Luiz Carlos de Lima Santos - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 26) Procedimento Administrativo: 1.22.000.004200/2007-01 - PR/MG - Interessado: Igor Guimarães Silva - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 27) Procedimento Administrativo: 1.20.000.001103/2004-81 - PR/MT - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 28) Procedimento Administrativo: 1.23.000.001217/2010-67 - PR/PA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 29) Procedimento Administrativo: 1.24.000.000145/2005-36 - PR/PB - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 30) Procedimento Administrativo: 1.24.000.000473/2006-13 - PR/PB - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 31) Procedimento Administrativo: 1.26.000.000231/2004-93 - PR/PE - Interessado: Sociedade Brasileira de Nefrologia - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 32) Procedimento Administrativo: 1.25.000.002462/2010-17 - PR/PR - Interessado: Jeronice Marques da Rocha - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 33) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000203/2009-19 - PR/RJ - Interessado: Marcos Batista de Miranda e outros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 34) Procedimento Administrativo: 1.29.000.002309/2010-41 - PR/RS - Interessado: Milton Honório de Oliveira - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 35) Procedimento Administrativo: 1.33.000.003534/2007-76 - PR/SC - Interessado: Fábio Chagas Theophilo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 36) Procedimento Administrativo: 1.35.000.001177/2010-32 - PR/SE - Interessado: Enrique Daniel Figueredo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 37) Procedimento Administrativo: 1.35.000.001390/2010-44 - PR/SE - Interessado: Arthur Souza Santos e outros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 38) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000071/2011-20 - PR/SP - Interessado: Moacyr Ribeiro Reverdosa - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 39) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000074/2011-63 - PR/SP - Interessado: Athos Ávila - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 40) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000544/2011-99 - PR/SP - Interessado: Sérgio Monteiro Medeiros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 41) Procedimento Administrativo: 1.34.001.001233/2006-80 - PR/SP - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 42) Procedimento Administrativo: 1.34.001.002427/2011-60 - PR/SP - Interessado: Maycon Dias - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 43) Procedimento Administrativo: 1.34.001.003531/2011-71 - PR/SP - Interessado: Geraldo André da Silva - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 44) Procedimento Administrativo: 1.34.001.008613/2010-21 - PR/SP - Interessado: Denúncia Anônima - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 45) Procedimento Administrativo: 1.34.001.009046/2010-21 - PR/SP - Interessado: Helizabeth Vega Fernadez - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 46) Procedimento Administrativo: 1.34.001.009065/2010-57 - PR/SP - Interessado: João Ricardo Bortotti Junior - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 47) Procedimento Administrativo: 1.36.000.000664/2005-83 - PR/TO - Interessado: Marco Antonio Rattes - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 48) Procedimento Administrativo: 1.29.017.000226/2009-02 - PRM/Canoas/RS - Interessado: Maiquel José Schmitt - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 49) Procedimento Administrativo: 1.33.003.000267/2009-17 - PRM/Criciúma/SC - Interessado: Juda Santino Lentz - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 50) Procedimento Administrativo: 1.14.001.000068/2007-12 - PRM/Ilhéus/BA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 51) Procedimento Administrativo: 1.14.001.000106/2002-22 - PRM/Ilhéus/BA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 52) Procedimento Administrativo: 1.29.014.000093/2009-96 - PRM/Lajeado/RS - Interessado: Joel Barcelos Mallmann - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 53) Procedimento Administrativo: 1.25.007.000022/2011-46 - PRM/Paranaguá/PR - Interessado: Paulo Roberto Putriche - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 54) Procedimento Administrativo: 1.22.006.000056/2010-71 - PRM/Patos de Minas/MG - Interessado: Elaine Nunes Rodrigues e Souza - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 55) Procedimento Administrativo: 1.29.007.000091/2009-96 - PRM/Santa Cruz do Sul/ RS - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 56) Procedimento Administrativo: 1.29.007.000117/2010-30 - PRM/Santa Cruz do Sul/SC - Interessado: Glenio Diel - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 57) Procedimento Administrativo: 1.29.0008.00738/2008-99 - PRM/Santa Maria/RS - Interessado: 4 Comando Regional de Bombeiros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 58) Procedimento Administrativo: 1.29.008.000211/2009-45 - PRM/Santa Maria/RS - Interessado: Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 59) Procedimento Administrativo: 1.29.008.000322/2009-51 - PRM/Santa Maria/RS - Interessado: Associação Momentos de Atividades Musicais Artísticas e Expressivas - AMAMAE - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 60) Procedimento Administrativo: 1.34.023.000037/2008-00 - PRM/São Carlos/SP - Interessado: Crislaine Roseli Rodrigues - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 61) Procedimento Administrativo: 1.30.020.000157/2010-92 - PRM/São Gonçalo/RJ - Interessado: Julio B. Canabal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 62) Procedimento Administrativo: 1.15.003.000014/2006-19 - PRM/Sobral/CE - Interessado: Gelita do Brasil LTDA - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 63) Procedimento Administrativo: 1.22.000.000338/2008-94 - PRM/Uberaba/ MG - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 64) Procedimento Administrativo: 1.23.000.001388/2010-96 - PR/PA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 65) Procedimento Administrativo: 1.23.000.002057/2010-73 - PR/PA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 66) Procedimento Administrativo: 1.30.917.000994/2011-16 - PRM/São João do Meriti/RJ - Interessado: Agência Nacional do Petróleo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 67) Procedimento Administrativo: 1.16.000.001626/2011-89 - PR/DF - Interessado: Edisio de Carvalho Santana - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 68) Procedimento Administrativo: 1.29.000.000533/2008-83 - PR/RS - Interessado: Landromar Oviedo Ribeiro - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 69) Procedimento Administrativo: 1.35.000.001638/2010-77 - PR/SE - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 70) Procedimento Administrativo: 1.19.001.000018/2005-97 - PRM/Imperatriz/MA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 71) Procedimento Administrativo: 1.15.000.000241/2011-31 - PR/CE - Interessado: Marcos Antônio Rodrigues Freitas - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 72) Procedimento Administrativo: 1.20.000.000126/2011-05 - PR/MT - Interessado: Sebastião de Oliveira Ambrósio - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 73) Procedimento Administrativo: 1.27.000.001282/2010-43 - PR/PI - Interessado: Marco Antonio Nogueira - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 74) Procedimento Administrativo: 1.35.000.000674/2011-02 - PR/SE - Interessado: Selma dos Santos França - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 75) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000077/2011-05 - PR/SP - Interessado: Aline Santos de Lima - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 76) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000934/2011-69 - PR/SP - Interessado: Claudemir Puttini Rosa - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 77) Procedimento Administrativo: 1.34.001.001275/2011-88 - PR/SP - Interessado: Marcelo Gimenes da Silva - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 78) Procedimento Administrativo: 1.34.001.002369/2011-74 - PR/SP - Interessado: Maria Aparecida Lopes da Silva e José Roberto Pereira - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 79) Procedimento Administrativo: 1.34.001.003997/2010-96 - PR/SP - Interessado: Osny Izidoro e Outros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 80) Procedimento Administrativo: 1.34.012.000593/2010-11 - PRM/Santos/SP - Interessado: Igor Emanoel Santana Sampaio - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 81) Procedimento Administrativo: 1.30.917.001038/2011-43 - PRM/São João do Meriti/RJ - Interessado: Ana Paula Andrade Silva Barreto - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 82) Procedimento Administrativo: 1.18.000.013957/2007-19 - PR/GO - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 83) Procedimento Administrativo: 1.22.000.003584/2005-75 - PR/MG - Interessado: Julio I. Geber - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 84) Procedimento Administrativo: 1.23.000.000132/2009-28 - PR/PA - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 85) Procedimento Administrativo: 1.28.000.000905/2010-23 - PR/RN - Interessado: Mercúcio Venícius de Melo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

do voto do Relator. 86) Procedimento Administrativo: 1.29.002.000126/2009-37 - PR/RS - Interessado: Ruth Jutta Konitz - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

III - Procedimentos Relatados pelo Dr. José Elaeres:

1) Procedimento Administrativo: 1.26.000.000276/2010-14 - PR/PE - Interessado: Romero de Alencar Sampaio - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do voto do Relator. 2) Procedimento Administrativo: 1.33.005.000056/2010-06 - PRM/Joinville/SC - Interessado: Dalva Aparecida Fagundes - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento em relação às matérias de atribuição da 3ª Câmara e determinou-se a remessa dos autos à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do voto do Relator. 3) Procedimento Administrativo: 1.16.000.001573/2009-81 - PR/DF - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do voto do Relator. 4) Procedimento Administrativo: 1.14.007.000031/2011-11 - PRM/Vitória da Conquista/BA - Interessado: Elias Antonio da Luz - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do voto do Relator. 5) Procedimento Administrativo: 1.16.000.000194/2008-93 - PR/DF - Interessado: BDT Planejamento e Comunicação Ltda. - Decisão: por unanimidade, homologou-se o arquivamento em relação às matérias de atribuição da 3ª Câmara e determinou-se a remessa dos autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do voto do Relator. 6) Procedimento Administrativo: 1.16.000.001827/2005-38 - PR/DF - Interessado: Fábio José Freitas Coura - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do voto do Relator. 7) Procedimento Administrativo: 1.29.017.000069/2006-84 - PRM/Canoas/RS - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, determinou-se a remessa dos autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do voto do Relator. 8) Procedimento Administrativo: 1.12.000.000203/2008-95 - PR/AP - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 9) Procedimento Administrativo: 1.15.000.000346/2011-91 - PR/CE - Interessado: Antônio Freire - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 10) Procedimento Administrativo: 1.28.000.000356/2011-78 - PR/RN - Interessado: Miguel Vicente de Araújo Filho - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 11) Procedimento Administrativo: 1.36.000.000395/2009-89 - PR/TO - Interessado: Gilmar Brito Coelho - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 12) Procedimento Administrativo: 1.33.001.000382/2009-10 - PRM/ Blumenau/ SC - Interessado: Moradores do Residencial Bahia - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 13) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000393/2007-11 - PRM/Volta Redonda/RJ - Interessado: Eduardo Azevedo Sette Pereira - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 14) Procedimento Administrativo: 1.13.000.001085/2011-09 - PR/AM - Interessado: Josué Chaves da Silva Júnior - Decisão: por unanimidade, não se conheceu da promoção de arquivamento, e determinou-se a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. 15) Procedimento Administrativo: 1.12.000.000223/2008-66 - PR/AP - Interessado: Controladoria Geral da União - Decisão: por unanimidade, deliberou-se pela não homologação do arquivamento e remessa dos autos à origem para continuar com a investigação, nos termos do voto do Relator. 16) Procedimento Administrativo: 1.34.001.007319/2010-01 - PR/SP - Interessado: Graciela Binaghi - Decisão: por unanimidade, não se conheceu da promoção de arquivamento, e determinou-se a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. 17) Procedimento Administrativo: 1.36.000.001080/2008-78 - PR/TO - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, deliberou-se pela não homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator. 18) Procedimento Administrativo: 1.34.010.000364/2008-01 - PRM/Ribeirão Preto/SP - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, não se conheceu da promoção de arquivamento, e determinou-se a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. 19) Procedimento Administrativo: 1.34.011.000006/2011-85 - PRM/São Bernardo do Campo/SP - Interessado: Fernando Petris Gomes - Decisão: por unanimidade, deliberou-se pela não homologação do arquivamento, com o retorno dos autos à origem para a realização de diligências de instrução, nos termos do voto do Relator. 20) Procedimento Administrativo: 1.36.000.000113/2009-61 - PR/TO - Interessado: Ernani Moraes Bondim - Decisão: por unanimidade, homologou-se o arquivamento quanto ao Banco do Brasil e rejeitou-se o arquivamento em relação aos Correios, a fim de que a Procuradoria de origem recomende à empresa pública a lotação de empregado, nos termos do voto do Relator. 21) Procedimento Administrativo: 1.14.004.000019/2007-50 - PRM/Feira de Santana/BA - Interessado: Marlei Roseli Teatin Latancia - Decisão: por unanimidade, não se conheceu do arquivamento em relação à AGF Brasil Seguros S/A, determinou-se a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado, e homologou-se o arquivamento quanto ao restante, nos termos do voto do Relator. 22) Procedimento Administrativo: 1.30.017.000112/2008-52 - PRM/São João do Meriti/RJ - Interessado: Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE) - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, e determinou-se o encaminhamento de cópia desta decisão aos membros do GT Energia e Combustíveis para adoção das medidas cabíveis, nos termos do voto do Relator. 23) Procedimento Administrativo: 1.13.000.000149/2000-93 - PR/AM - Interessado: Jefferson Praia - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 24) Procedimento Administrativo: 1.14.000.002135/2010-49 - PR/BA - Interessado: José Laurentino dos Santos Filho e outros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 25) Procedimento Administrativo: 1.14.000.000946/2005-48 - PR/BA - Interessado: Alfredo Souza Dórea - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 26) Procedimento Administrativo: 1.15.000.001230/2010-98 - PR/CE - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 27) Procedimento Administrativo: 1.15.000.000208/2008-14 - PR/CE - Interessado: Maria Evangelina Garcia - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 28) Procedimento Administrativo: 1.16.000.000448/2011-79 - PR/DF - Interessado: Mayra de Fátima Pinheiro - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 29) Procedimento Administrativo: 1.16.000.002196/2006-55 - PR/DF - Interessado: José Roberto Siqueira Lopes de Castro - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 30) Procedimento Administrativo: 1.16.000.002358/2009-06 - PR/DF - Interessado: Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos - IDUM - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 31) Procedimento Administrativo: 08190.0165116/04-95 - PR/DF - Interessado: Ricardo Alcebíades Ferreira e outros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 32) Procedimento Administrativo: 1.18.000.002674/2010-39 - PR/GO - Interessado: Calmi Dias Libuino - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 33) Procedimento Administrativo: 1.18.000.002681/2010-31 - PR/GO - Interessado: Vanda Provazio Medeiros da Fonseca - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 34) Procedimento Administrativo: 1.19.000.000946/2009-95 - PR/MA - Interessado: João Coelho Silva Filho - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 35) Procedimento Administrativo: 1.22.000.000513/2007-82 - PR/MG - Interessado: João Batista de Souza Moraes Filho - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 36) Procedimento Administrativo: 1.22.000.002096/2010-16 - PR/MG - Interessado: Marco Túlio da Silva - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 37) Procedimento Administrativo: 1.22.000.000282/2009-79 - PR/MG - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 38) Procedimento Administrativo: 1.22.000.002156/2010-92 - PR/MG - Interessado: Luiz Carlos Rodrigues Paulino e Valéria de Jesus Teixeira - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 39) Procedimento Administrativo: 1.20.000.000069/2011-56 - PR/MT - Interessado: Gilberto Mendes dos Santos - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 40) Procedimento Administrativo: 1.24.000.000537/2008-48 - PR/PB - Interessado: Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Pró Teste - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 41) Procedimento Administrativo: 1.26.000.001345/2010-07 - PR/PE - Interessado: Ministério Público do Estado de Pernambuco - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 42) Procedimento Administrativo: 1.25.000.003045/2010-91 - PR/PR - Interessado: Andréa Félix Azarias - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 43) Procedimento Administrativo: 1.25.007.000018/2009-63 - PR/PR - Interessado: João Alves de Barros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 44) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000482/2008-30 - PR/RJ - Interessado: Luciana Guerra Malta - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 45) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000049/2003-90 - PR/RJ - Interessado: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - CREMERJ - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 46) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000275/2007-02 - PR/RJ - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 47) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000606/2005-34 - PR/RJ - Interessado: PR/RJ - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 48) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000284/2000-19 - PR/RJ - Interessado: Afonso Gontijo Dias - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 49) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000352/2010-11 - PR/RJ - Interessado: Federação das Cooperativas Estaduais de Serviços em Oftalmologia - FECOOESO - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 50) Procedimento Administrativo: 1.29.000.002318/2010-31 - PR/RS - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 51) Procedimento Administrativo: 1.29.000.001469/2010-72 - PR/RS - Interessado: Luiz Carlos de Campos - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 52) Procedimento Administrativo: 1.29.002.000268/2009-02 - PR/RS - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 53) Procedimento Administrativo: 1.33.000.000636/2007-30 - PR/SC - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 54) Procedimento Administrativo: 1.35.000.001439/2010-69 - PR/SE - Interessado: José Fernando da Costa - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 55) Procedimento Administrativo: 1.35.000.002153/2010-09 - PR/SE - Interessado: Ricardo Alexandre Santana da Silva - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 56) Procedimento Administrativo: 1.35.000.000444/2010-54 - PR/SE - Interessado: Marivania Amaral Pimenta - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 57) Procedimento Administrativo: 1.34.001.008611/2010-32 - PR/SP - Interessado: Maria Mirtes Emiliano - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 58) Procedimento Administrativo: 1.34.001.002431/2007-41 - PR/SP - Interessado: Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - PRO TESTE - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 59) Procedimento Administrativo: 1.34.001.001080/2011-38 - PR/SP - Interessado: Denis de Seixas Ribeiro e outros - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 60) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000603-2011-29 - PR/SP - Interessado: Marco Antônio da Silva - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 61) Procedimento Administrativo: 1.34.001.003144/2011-35 - PR/SP - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 62) Procedimento Administrativo: 1.34.001.008263/2010-01 - PR/SP - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 63) Procedimento Administrativo: 1.34.001.009422/2010-87 - PR/SP - Interessado: Ashraf Mohamed Mohamed Moussa - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 64) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000182/2011-36 - PR/SP - Interessado: Victoria Fares - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 65) Procedimento Administrativo: 1.36.000.000357/2008-45 - PR/TO - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 66) Procedimento Administrativo: 1.22.012.000029/2011-09 - PRM/ DIVINÓPOLIS/MG - Interessado: Jairo Gomes Viana - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 67) Procedimento Administrativo: 1.33.008.000016/2009-92 - PRM/ Itajaí e Brusque/SC - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 68) Procedimento Administrativo: 1.34.0007.000125/2010-16 - PRM/ MARÍLIA /SP - Interessado: 1ª Vara do Trabalho de Marília/SP - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 69) Procedimento Administrativo: 1.34.003.000249/2011-12 - PRM/Bauru/SP - Interessado: Juízo Federal da Subseção Judiciária de Bauru/SP - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 70) Procedimento Administrativo: 1.34.004.200133/2008-76 - PRM/Campinas/SP - Interessado: - - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 71) Procedimento Administrativo: 1.25.006.000510/2008-68 - PRM/Campinas/SP - Interessado: Laerte Gobbi - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 72) Procedimento Administrativo: 1.34.004.200038/2007-91 - PRM/Campinas/SP - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 73) Procedimento Administrativo: 1.22.000.003296/2008-63 - PRM/Campinas/SP - SUSCITANTE: Áureo Marcus Makiyama Lopes (PRM/Campinas/SP) SUSCITADO: Tarcísio Henriques Filho (PR/MG) - Decisão: por unanimidade, conheceu-se do conflito de atribuições, para reconhecer que a atribuição para atuar no feito é da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos termos do voto do Relator. 74) Procedimento Administrativo: 1.26.002.000086/2009-35 - PRM/CARUARU/PE - Interessado: Pedro Rômulo de Melo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 75) Procedimento Administrativo: 1.25.002.001169/2010-12 - PRM/Cascavel/PR - Interessado: Associação de Moradores do Distrito de Palmitolândia - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 76) Procedimento Administrativo: 1.33.003.000189/2008-70 - PRM/Criciúma/SC - Interessado: Darlan Airton Dias - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 77) Procedimento Administrativo: 1.22.010.000026/2011-87 - PRM/Ipatinga/MG - Interessado: Carlos Roberto de Sá - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 78) Procedimento Administrativo: 1.33.008.000128/2011-68 - PRM/Itajaí/SC - Interessado: Jonatas Paza - Decisão: por unanimidade, converteu-se o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator. 79) Procedimento Administrativo: 1.25.011.000060/2011-30 - PRM/Paranavaí/PR - Interessado: Igor da Cruz Pedrassoli - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 80) Procedimento Administrativo: 1.29.015.000124/2010-32 - PRM/Santa Rosa/RS - Interessado: CGU - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 81) Procedimento Administrativo: 1.34.012.000034/2005-44 - PRM/Santos/SP - Interessado: Edenilson dos Santos Raphael - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 82) Procedimento Administrativo: 1.30.020.000150/2009-37 - PRM/São Gonçalo/RJ - Interessado: Manuel Duarte - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

do voto do Relator. 83) Procedimento Administrativo: Fênix PGR-3ª CAM 001099/2011 - PRM/São Gonçalo/RJ - Interessado: Tiago de Oliveira Fróes - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 84) Procedimento Administrativo: 1.22.007.000001/2008-37 - PRM/São João Del Rei/MG - Interessado: NAPE - Núcleo de Assessoria aos Profissionais e Empresários Ltda. - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 85) Procedimento Administrativo: 1.22.002.000093/2010-10 - PRM/Uberaba/MG - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 86) Procedimento Administrativo: 1.25.009.000508/2009-40 - PRM/Umuarama/PR - Interessado: Arlindo Tabarini - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 87) Procedimento Administrativo: 1.34.029.000184/2008-11 - PRM/Guaratinguetá/SP - Interessado: Sandra Rodrigues Bassanelli -ME - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 88) Procedimento Administrativo: 1.33.005.000096/2011-21 - PRM/Joinville/SC - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 89) Procedimento Administrativo: 1.11.000.000746/2011-45 - PR/AL - Interessado: Gilberto de Araújo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 90) Procedimento Administrativo: 1.15.000.001792/2007-36 - PR/CE - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 91) Procedimento Administrativo: Fênix PGR-3ª CAM 00211/2011 - PR/DF - Interessado: Jefferson Evangelista - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 92) Procedimento Administrativo: 1.16.000.000922/2002-71 - PR/DF - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 93) Procedimento Administrativo: 1.18.000.001749/2004-16 - PR/DF - Interessado: Anônimo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 94) Procedimento Administrativo: 1.16.000.001217/2007-04 - PR/DF - Interessado: Polícia Federal - Superintendência Regional do DF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 95) Procedimento Administrativo: 1.18.000.000326/2010-27 - PR/GO - Interessado: Gabriel Renaldo Laureano - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 96) Procedimento Administrativo: 1.18.000.001132/2010-49 - PR/GO - Interessado: Júlio César Queiroz e Rabelo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 97) Procedimento Administrativo: 1.20.000.002055/2010-96 - PR/MT - Interessado: Durcelina Silva da Cruz - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 98) Procedimento Administrativo: 1.23.000.002062/2010-86 - PR/PA - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 99) Procedimento Administrativo: 1.25.000.001140/2011-31 - PR/PR - Interessado: Agência Nacional do Petróleo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 100) Procedimento Administrativo: 1.25.000.001186/2010-70 - PR/PR - Interessado: Antônio João Zanotto - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 101) Procedimento Administrativo: 1.25.000.002865-2005-07 - PR/PR - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 102) Procedimento Administrativo: 1.30.012.000261/2010-86 - PR/RJ - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 103) Procedimento Administrativo: 1.04.004.000752/2009-82 - PR/RS - Interessado: Marco Antônio Schmitt - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 104) Procedimento Administrativo: 1.29.000.002282/2010-96 - PR/RS - Interessado: Euflásio Cerimbelli Nazzari - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 105) Procedimento Administrativo: 1.33.000.002446/2003-23 - PR/SC - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 106) Procedimento Administrativo: 1.35.000.001824/2010-14 - PR/SE - Interessado: Manuel Messias Valladão Costa - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 107) Procedimento Administrativo: 1.34.001.009088/2009-28 - PR/SP - Interessado: MPF - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 108) Procedimento Administrativo: 1.34.001.00069/2011-51 - PR/SP - Interessado: Thiago de Souza Moraes - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 109) Procedimento Administrativo: 1.34.001.001721/2011-54 - PR/SP - Interessado: José de Souza Júnior - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 110) Procedimento Administrativo: 1.34.001.000079/2011-96 - PR/SP - Interessado: Billy Gharib - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 111) Procedimento Administrativo: 1.29.002.000363/2009-06 - PRM/ Caxias do Sul/ RS - Interessado: Rossano Faé Mendonça - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 112) Procedimento Administrativo: 1.20.000.000794/2010-43 - PRM/Sinop/MT - Interessado: Agência Nacional do Petróleo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 113) Procedimento Administrativo: 1.34.003.000157/2006-75 - PRM/BAURU/SP - Interessado: Agência Nacional do Petróleo - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 114) Procedimento Administrativo: 1.29.002.000384/2009-13 - PRM/Caxias do Sul/RS - Interessado: Rossano Faé Mendonça - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 115) Procedimento Administrativo: 1.29.016.000057/2008-21 - PRM/Cruz Alta/RS - Interessado: PROCON-Panambi/RS - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 116) Procedimento Administrativo: 1.22.014.000048/2009-92 - PRM/São João Del Rei/MG - Interessado: Ministério Público Federal - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. 117) Procedimento Administrativo: 1.30.917.000141/2011-76 - PRM/São João Meriti/RJ - Interessado: Sueli da Silva - Decisão: por unanimidade, homologou-se a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

IV - Declínios de atribuição HOMOLOGADOS pelo Coordenador da 3ª Câmara e referendados pelo Colegiado nesta Sessão:

19ª Relação: 1) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 1834/2011, Procedimento Administrativo nº 1.34.001.0002578/2011-18, ORIGEM: PR/SP; 2) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2088/2011, Documento Único PRM-URA-MG 00000608/2011, ORIGEM: PRM/Uberaba/MG; 3) FÊNIX PGR-3ªCAM nº2137/2011, Procedimento Administrativo nº 1.25.000.002494/2010-12, ORIGEM: PR/PR; 4) FÊNIX PGR-3ªCAM nº 2138/2011, Peças de Informação nº 1.34.012.000440/2011-55, ORIGEM: PRM/Santos/SP; 5) FÊNIX PGR-3ªCAM nº 2147/2011, Peças de Informação nº 1.18.000.001148/2011-32, ORIGEM: PR/GO, 6) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2148/2011, Procedimento Administrativo nº 1.34.001.001452/2011-26, ORIGEM: PR/SP; 7) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2149/2011, Procedimento Administrativo nº 1.34.012.000467/2011-48, ORIGEM: PRM/Santos/SP; 8) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2154/2011, Procedimento Administrativo nº 1.15.000.000871/2011-14, ORIGEM: PR/CE; 9) Peças de Informação nº 1.35.000.000721/2011-18, ORIGEM: PR/SE; 10) Peças de Informação nº 1.14.000.000683/2011-15, ORIGEM: PR/BA; 11) Peças de Informação nº 1.14.000.000706/2011-91, ORIGEM: PR/BA; 12) Peças de Informação nº 1.14.000.000938/2011-40, ORIGEM: PR/BA; 13) Procedimento Administrativo nº 1.25.000.000481/2011-90, ORIGEM: PR/PR.

20ª Relação: 1) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2210/2011, Procedimento Administrativo nº 1.29.000.000665/2011-19, ORIGEM: PR/RS; 2) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2249/2011, Inquérito Civil Público nº 1.25.000.002436/2007-93, ORIGEM: PR/PR; 3) FÊNIX PGR-3ªCAM nº0661/2011, Peças de Informação nº 1.34.002.000046/2011-36, ORIGEM: PRM/Araçatuba/SP; 4) FÊNIX PGR-3ªCAM nº 2309/2011, Procedimento Administrativo nº 1.18.000.002510/2010-10, ORIGEM: PR/GO; 5) FÊNIX PGR-3ªCAM nº 2306/2011, Procedimento Administrativo nº 1.22.002.000102/2011-53, ORIGEM: PRM/Uberaba/MG, 6) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2308/2011, Peças de Informação nº 1.29.017.000071/2011-11, ORIGEM: PRM/Canoas/RS; 7) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2311/2011, Peças de Informação nº 1.18.000.000967/2010-81, ORIGEM: PR/GO; 8) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2344/2011, Documento Único nº PRM-URA-MG-00001778/2011, ORIGEM: PRM/Uberaba/MG; 9) Peças de Informação nº 1.34.004.000673/2011-57, ORIGEM: PRM/Campinas/SP; 10) Peças de Informação nº 1.30.801.002345/2011-49 ORIGEM: PRM/São João de Meriti/RJ; 11) Procedimento Administrativo nº 1.15.000.000871/2011-14, ORIGEM: PR/CE; 12) Peças de Informação nº 1.23.000.000504/2011-31, ORIGEM: PR/PA; 13) Inquérito Civil Público nº 1.22.000.002349/2006-67, ORIGEM: PRM/ Uberaba/ MG; 14) Procedimento Administrativo nº 1.22.000.000571/2001-92, ORIGEM: PR/MG; 15) Peças de Informação nº 1.20.000.000496/2011-34, ORIGEM: PR/MT; 16) Peças de Informação nº 1.16.000.002311/2011-59, ORIGEM: PR/DF; 17) Peças de Informação nº 1.24.000.000439/2011-14, ORIGEM:PR/PB; 18) Peças de Informação nº 1.10.000.000262/2011-33, ORIGEM: PR/AC.

21ª Relação: 1) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2351/2011, Procedimento Administrativo nº 1.25.000.002494/2010-12, ORIGEM: PR/PR; 2) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2386/2011, Peças Informativas nº 1.34.001.003479/2011-53, ORIGEM: PR/SP; 3) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2388/2011, Peças Informativas nº 1.34.001.003463/2011-41, ORIGEM: PR/SP; 4) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2389/2011; Peças Informativas nº 1.34.001.003409/2011-03, ORIGEM: PR/SP; 5) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2392/2011; Peça de Informação nº 1.33.000.001778/2011-09, ORIGEM: PR/SC; 6) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2405/2011; Peças Informativas nº 1.34.001.003589/2011-15, ORIGEM: PR/SP; 7) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2406/2011; Peças Informativas nº 1.34.001.003736/2011-57, ORIGEM: PR/SP; 8) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2407/2011; Peças Informativas nº 1.34.001.003782/2011-56, ORIGEM: PR/SP; 9) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2408/2011; Peças Informativas nº 1.34.001.003761/2011-31, ORIGEM: PR/SP; 10) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2417/2011; Peças Informativas nº 1.29.000.000908/2011-19, ORIGEM: PR/RS; 11) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2418/2011; Peças Informativas nº 1.34.001.003826/2011-48, ORIGEM: PR/SP.

22ª Relação: 1) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2458/2011, Peças Informativas nº 1.33.000.002031/2011-60, ORIGEM: PR/SC; 2) FÊNIX PGR-3ª CAM nº 2469/2011, Peças Informativas nº1.34.001.003788/2011-23, ORIGEM: PR/SP; 3) FÊNIX PGR-3ªCAM nº2470/2011, Peças Informativas nº 1.34.001.003552/2011-97, ORIGEM: PR/SP; 4) FÊNIX PGR-3ªCAM nº 2488/2011, Peças Informativas nº 1.34.001.003869/2011-23, ORIGEM: PR/SP; 5) FÊNIX PGR-3ªCAM nº 2489/2011, Peças Informativas nº 1.34.001.003683/2011-74, ORIGEM: PR/SP, 06)Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000094/2011-06, ORIGEM: PRM/Altamira/PA; 07)Peças Informativas nº 1.34.010.000603/2011-10 ORIGEM: PRM/Ribeirão Preto/SP; 08)Peças Informativas nº 1.34.010.000523/2011-64, ORIGEM: PRM/Ribeirão Preto/SP; 09) Peças Informativas nº 1.34.004.000803/2011-51, ORIGEM: PRM/Campinas/SP; 10)Peças Informativas nº 1.34.004.000757/2011-91, ORIGEM: PRM/Campinas/SP; 11) Peças Informativas nº 1.34.012.000464/2011-12, ORIGEM: PRM/Santos/SP.

V - Deliberação:

Deliberou-se atribuir, a partir de agosto do corrente ano, gratificação de perícia à servidora Ana Quitéria Nunes Martins - matrícula 20070, analista em Economia/perita, lotada nesta 3ª CCR, nos termos do art. 3º da Portaria PGR/MPU Nº 290/2007, observadas as restrições legais e regulamentares, devendo o senhor Coordenador atestar a realização do serviço.

VI - Ciência ao Colegiado:

Despacho do Coordenador no PA nº 1.16.000.000759/2011-38 (Sobre cumprimento da decisão do Colegiado da 3ª CCR, na 4ª Sessão Ordinária de 03/06/2011, que converteu o julgamento em diligência). Dispositivo: "Isto posto, remetam-se os autos à origem, aos cuidados da Chefia da Procuradoria da República do Distrito Federal para que determine a redistribuição do presente feito, de imediato se assim entender pertinente e tendo em vista os procedimentos e critérios administrativos praticados, ou após ouvir a Procuradora oficiante sobre a possibilidade de cumprimento voluntário da diligência. Com ciência ao Colegiado (RI, art. 7º, § 2º, X)." Os membros tomaram conhecimento.

Encerramento:

Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 15:30h, e eu, Luciane Galvão, auxiliada por Elizilene Arruda e Lenamaria Botelho, lavrei esta ata, que, depois de conferida, vai assinada pelos membros presentes.

ANTONIO FONSECA
Subprocurador-Geral da República
Coordenador

BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS
Subprocurador-Geral da República
Membro Titular

JOSÉ ELAERES TEIXEIRA
Procurador Regional da República
Membro Titular

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 169, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República que subscreve, considerando o teor da documentação encaminhada pela 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, que instruem os autos de nº 1.33.005.000409/2011-41, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, indicando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução nº 23/2007, do CNMP:

a) Fundamento legal: art. 129, inciso III, da Constituição; art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; art. 6º, inciso VII, e art. 8º, da Lei Complementar nº 75/93.

b) Descrição do fato: Apurar falta de especialistas em diversas áreas e descredenciamento de clínicas e laboratórios no município de Joinville, por parte da GEAP - Fundação de Seguridade Social.

c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: GEAP - Fundação Nacional de Saúde, entidade fechada de previdência complementar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.658.432/0021-26, com sede no Centro Empresarial Terraço Shopping, Torre "B", 2º, 3º e 4º andares, Brasília/DF, com Superintendência Estadual em Santa Catarina, situada na Rua Crispim Mira, nº 174, Centro, Florianópolis/SC.

d) Nome e qualificação do autor da representação: Giulio Cesare da Silva Tartare, servidor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, residente nesta cidade de Joinville/SC.

Ficam determinadas as seguintes diligências:

1) Comunicação à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão e encaminhamento da presente portaria para publicação.

2) Expedição e registro do ofício em anexo.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

PORTARIA N° 204, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.002147-2010-00 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 204 Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA N° 293, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.001182-2011-84 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA N° 297, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.001321-2011-70 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA N° 298, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.002088-2010-61 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA N° 299, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.003264-2010-82 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA N° 300, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.002074-2010-48 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA N° 323, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.002132-2010-33 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA N° 324, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.16.000.003008/2010-92 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA Nº 347, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.15.000.002705-2010-63 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA Nº 353, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.004397-2003-47 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA Nº 359, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.000181-2008-17 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) após, autos conclusos.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 3, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129, III e V, da CF), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (art. 129, inciso III, da CF/88), e do Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, "promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos" (art. 6º, VII, a e c, da LC n.º 75/93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal e art. 5º, III, "d" da LC 75/1993;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, por força do artigo 225 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor do procedimento administrativo em epígrafe, instaurado a partir de representação encaminhada pelo biólogo Mario Moscatelli noticiando degradação ambiental na Baía de Guanabara atingindo a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim;

CONSIDERANDO que o representante, depois de ilustrar a importância dos manguezais, apresentando-os como os ecossistemas mais produtivos do mundo e salientando os riscos de sua degradação, apresenta dados acerca das consequências dos danos causados pela poluição nesses ecossistemas, demonstrando prejuízos à biodiversidade das zonas costeiras e oceânicas, bem como à economia e às populações diretamente dependentes desses meios;

CONSIDERANDO que, especificamente em relação à atribuição desta procuradoria da República, destaca-se a narrativa a respeito do despejo de esgoto in natura e lixo vindo dos municípios de Itaboraí e São Gonçalo no Rio Guaxindiba, que passa dentro da APA Guapimirim;

CONSIDERANDO a informação do ICMBio, por ocasião da realização em abril de 2011 do I Encontro de Pesquisa da APA Guapimirim e Esec Guanabara, sobre a realização de estudo sobre o agravamento da poluição no rio Guaxandiba e Imboaçu, propondo algumas medidas visando possível solução do problema;

CONSIDERANDO a necessidade de proteção da Baía de Guanabara e de seus mangues, perquirindo a dimensão dos danos ambientais causados em especial pelo lançamento de esgoto in natura e resíduos no Rio Guaxandiba, que atravessa a APA Guapimirim;

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I a VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, converter o procedimento administrativo nº 1.30.020.000220/2011-71 em inquérito civil, destinado a buscar a apuração dos impactos ambientais causados ao Rio Guaxindiba, situado na APA Guapimirim, por meio do lançamento de esgoto in natura e resíduos no local.

À secretaria de tutela coletiva para autuação, registro e juntada dos documentos anexos.

Após, encaminhar à equipe técnica deste gabinete para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria por meio de correio eletrônico.

Como providência inicial, diante da necessidade de instrução do presente feito, determino que se oficie ao ICMBio para que se manifeste acerca da representação encaminhada pelo biólogo Mario Moscatelli, para confirmar os fatos noticiados e apresentar sugestões de medidas de atuação, inclusive encaminhando o estudo sobre o tema mencionado através do Ofício Circular nº 153/2011 - APA GUAPIMIRIM / ESCE GUANABARA/ICMBio.

Designo a equipe técnica deste gabinete para secretariar o presente inquérito civil.

LAURO COELHO JUNIOR

PORTARIA Nº 4, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que o inquérito civil tem assento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e no art. 8º, da LC n. 75/93;

Considerando que, no autos da representação n° 1.34.001.003791/2011-47 encontram-se reunidos documentos e elementos de convicção que permitem a instauração de uma investigação preliminar;

Considerando que os fatos ali noticiados dizem respeito ao plantio no Município de Itaberá - SP de soja geneticamente modificada;

Considerando a natureza do dano causado;

Considerando, por fim, a complexidade da matéria a ser tratada DETERMINO:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível n. 1.34.001.003791/2011-47 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos ali fatos narrados, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

Cumpra-se.

MARCOS ANGELO GRIMONE

PORTARIA Nº 19, DE 30 DE AGOSTO 2011

O Ministério Público Federal, pela Procuradora da República signatária, resolve Instaurar inquérito civil público, com fundamento no artigo 129, incisos III, da Constituição Federal e no artigo 7º, inciso I, da LC nº 75/93, e nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, para apurar a ocorrência de crimes ambientais cometidos pelo senhor Nelson Carlos Longo no entorno da Floresta Nacional Jacundá.

Para regularização e instrução deste inquérito civil, determino, desde logo, as seguintes providências e diligências:

1. que a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva providencie o registro da presente portaria de instauração e sua autuação seguida das peças de informação autuadas, além da formação de apenso dos documentos recebidos nesta Procuradoria em data anterior a 2008;

2. que a secretaria deste gabinete providencie as anotações de praxe, incluindo as inserções devidas nos cadastros eletrônicos da Instituição, bem como a devida comunicação à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, prevista no artigo 6º, da Resolução CSMPF nº 87, acompanhada de solicitação para publicação de extrato (com a supressão do cabeçalho e dos considerandos) desta portaria no Diário Oficial, nos termos do art. 16, §1º, inciso I, da mesma Resolução;

3. que a secretaria deste gabinete providencie a expedição de ofício à Superintendência da Polícia Federal em Rondônia requisitando, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, a instauração de inquérito policial, ou juntada a eventual apuratório porventura existente, se for o caso, para apurar os fatos noticiados no Ofício nº 135/2011/GI Cuniã-Jacundá/ICMBio-RO. Solicite-se ainda, no ofício expedido, que seja informado o nome da Autoridade Policial que presidirá o Inquérito Policial a ser instaurado e o número do referido inquérito.

4. Oficie-se ao Instituto Chico Mendes da Biodiversidade, solicitando, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que, no prazo de lei, informe o andamento do procedimento administrativo originado da lavratura do auto de infração n° 033027/A, bem como que informe se foi cumprida a penalidade de multa pelo autuado. Solicite-se, também, que este Instituto realize perícia para avaliar as medidas necessárias à recuperação do meio ambiente degradado, que deverá ser encaminhada tanto para a Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia (para instruir inquérito policial instaurado naquele âmbito) quanto para esta Procuradoria da República (para instruir este Inquérito Civil Público), informando, ainda, o valor econômico do prejuízo ambiental causado.

5. Com resposta, ou com o decurso do prazo de 30 dias, venham-me os autos conclusos.

NÁDIA SIMAS SOUZA

PORTARIA Nº 30, DE 22 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;

Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL com o objetivo de apurar indícios de parcelamento irregular do solo, localizado no município de Arujá/SP, no interior de Unidade de Conservação Federal onde supostamente teria havido supressão de vegetação natural e intervenções em Área de Preservação Permanente.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Oficie-se ao município de Arujá solicitando informações;

5) Após, tornem conclusos.

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA N° 76, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e:

a) considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República c/c Lei Complementar n. 75/93;

b) considerando que cabe ao Ministério Público Federal instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público);

c) considerando que o prazo para instrução do Procedimento Administrativo Cível já se encontra exaurido, sem que tenha havido a conclusão das investigações necessárias ao arquivamento ou à propositura de ação civil pública (art. 4º, §§ 1º e 4º da Resolução n. 106/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público);

d) considerando as peças de informação contidas no Procedimento Administrativo n. 1.22.000.000150/2011-10, cujo objeto é apurar possíveis irregularidades cometidas pela empresa FURNAS, tendo em vista que há informações de que a referida empresa estaria descumprindo a legislação ambiental nas obras de implantação da hidrelétrica UHE - BATALHA.

e) considerando, portanto, que a investigação realizada neste Procedimento Administrativo ainda necessita ser finalizada, de modo a dar cumprimento às atribuições do Parquet; RESOLVE: converter o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CÍVEL, com fundamento nos dispositivos legais referidos, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com continuidade do objeto em análise.

Diante do exposto, DETERMINO: (a) proceda-se à autuação, no sistema ARP, como Inquérito Civil Público; (b) comunique-se a aludida conversão à 4ª CCR, por correio eletrônico, com cópia desta Portaria para a correspondente publicação em veículo oficial; (c) Após, tornem-se os autos conclusos para análise.

ONÉSIO SOARES AMARAL

PORTARIA Nº 154, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República, art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução CNMP nº 23/07 e, ainda:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público elevado pela Constituição Federal à categoria de instituição essencial à função jurisdicional, sendo responsável pela defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo o meio ambiente ecologicamente equilibrado;

CONSIDERANDO que foi encaminhado à PRM-Passos estudos realizados em cooperação técnica entre Ministério das Cidades, Furnas Centrais Elétricas S/A, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Forum Lago e Associação dos Municípios do Lago de Furnas - ALAGO sobre saneamento ambiental na região do reservatório da UHE Furnas, formado pelo represamento do rio Grande;

CONSIDERANDO que referido estudo apontou que atualmente os resíduos sólidos do município de Vargem Bonita/MG são destinados a "aterro controlado", mas seria viável e mais adequada a instalação de uma Unidade de Triagem e Compostagem e de um Aterro Sanitário (fls. 176/197);

CONSIDERANDO que a solução sugerida valoriza a coleta seletiva, reduz impactos direitos e indiretos, elimina problemas sociais, estéticos de segurança, da saúde e vai ao encontro das política públicas previstas nas Leis nº 11.445/2007 (estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico) e nº 12.305/2010 (institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos);

CONSIDERANDO que o atual aterro está localizado em zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra, unidade de conservação de proteção integral, nos termos dos arts. 7º, I e § 1º; 8º, III; e 11 da Lei nº 9.985/2000;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.985/2000 estabeleceu que o órgão ambiental responsável pela administração da unidade de conservação estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento (art. 25, §1º);

DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com escopo de apurar dano ambiental causado pelo aterro sanitário do município de Vargem Bonita/MG, inserido na zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra.

Autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos que a instruem. DETERMINO, ainda, as seguintes diligências:

a) expedição de ofício ao ICMBio para que, no prazo de 40 (quarenta) dias, realize vistoria no local da infração, seguida da elaboração de laudo pericial, no qual deverão ser respondidos os quesitos pertinentes. Referido laudo deverá vir acompanhado de fotografias, de modo que fiquem demonstrados os danos ambientais eventualmente causados;

b) seja oficiado ao prefeito de Vargem Bonita/MG, para que informe as providências em curso, tendo em vista o estudo acima referido, bem como para informar se o município possui plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, elaborado conforme artigos 18 e seguintes da Lei nº 12.350/2010 (prazo: 30 dias).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 402, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e pelos arts. 6º, 7º e 8º da Lei Complementar 75/93 e,

Considerando o disposto no art. 2º, §6º, no art. 4º e no art. 7º, IV e §2º I e II, todos da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regula o Inquérito Civil Público;

Instaura Inquérito Civil do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000875/2011-57, tendo por objeto a apuração dos fatos abaixo especificados:

RESUMO: DANO AMBIENTAL. PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA. Cópia dos Autos de Infração n° 032841/A, 032842/A e 016483/A, todos de 20/12/2010. Ocorrências: deixar de dar destinação ambientalmente adequada a resíduos sólidos urbanos conforme a legislação ambiental e sem autorização dos órgãos ambientais competentes de forma a causar impactos ambientais na APA Planalto Central e Parque Nacional de Brasília. Responsável: Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU, CNPJ n° 01.567.525/0001-76.

ENVOLVIDO: SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL-SLU

INTERESSADO: PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Determina:

1. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por qualquer meio hábil;

2. a realização dos registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 (um) ano, a contar do dia 30 de agosto de 2011, pelo gabinete do 1º Ofício da Cidadania.

CAROLINA MARTINS MIRANDA DE OLIVEIRA

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 376, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

No período de 08/08/2011 a 12/08/2011 no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, foi realizada distribuição automática de procedimentos administrativos aos Membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Neste período também foi realizada a redistribuição dos procedimentos da Dra. Maria Hilda Marsiaj Pinto, dispensada, a pedido, do exercício da suplência da composição da 5ª CCR, sendo os referidos procedimentos redistribuídos à Dra. Samantha Chantal Dobrowolski, que ocupou a vaga da Dra. Maria Hilda Marsiaj Pinto, conforme Portaria PGR nº 421 de 03 de agosto de 2011.

Denise Vinci Túlio

08121.000007/99-06 1.34.023.000046/2004-69
1.28.000.000481/2005-30 1.13.000.000882/2008-65
1.21.002.000277/2008-01 1.28.000.000405/2008-77
1.34.006.000156/2008-62 1.21.000.000919/2009-64
1.33.004.000039/2009-37 1.17.000.001566/2010-86
1.22.000.000493/2010-45 1.22.009.000510/2010-64
1.29.003.000085/2010-11 1.29.020.000065/2010-23
1.17.000.000235/2011-18 1.19.001.000106/2011-37
1.22.000.000628/2011-53 1.22.007.000051/2011-10
1.26.000.001551/2011-90 1.29.017.000097/2011-69
1.33.004.000008/2011-09 1.35.000.000667/2011-01

Eugênio José Guilherme de Aragão.

1.34.015.000255/2003-21 1.34.007.000035/2004-87
1.16.000.002200/2005-02 1.16.000.000659/2006-44
1.20.000.000127/2006-84 1.22.000.002453/2006-51
1.33.015.000079/2008-79 1.14.004.000001/2009-10
1.21.001.000102/2009-86 1.28.100.000212/2009-79
1.29.008.000870/2009-81 1.29.008.000880/2009-17
1.16.000.002781/2010-31 1.27.000.000198/2010-11
1.22.000.000616/2011-29 1.22.000.001172/2011-49
1.25.005.000086/2011-67 1.26.000.001384/2011-87
1.29.018.000095/2011-60

Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini

1.34.014.000291/2001-32 1.23.000.002539/2006-47
1.34.023.000050/2008-51 1.11.000.001307/2009-35
1.18.000.002243/2009-39 1.14.000.001075/2010-47
1.16.000.000609/2010-43 1.19.001.000073/2010-44
1.30.012.000387/2010-51 1.34.001.005349/2010-74
1.00.000.010817/2011-00 1.16.000.000144/2011-10
1.16.000.000722/2011-18 1.16.000.001026/2011-11
1.16.000.002715/2011-42 1.22.000.001323/2011-69
1.29.017.000090/2011-47

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

1.20.000.000245/2000-05 1.30.012.000657/2001-32
1.19.000.001238/2005-48 1.20.000.000931/2005-82
1.28.000.000618/2005-56 1.22.000.000218/2007-26
1.34.023.000150/2007-04 1.19.000.000830/2009-56
1.22.000.000469/2009-72 1.22.000.003243/2009-23
1.28.100.000210/2009-80 1.33.015.000013/2009-60
1.22.000.003629/2010-79 1.22.000.003635/2010-26
1.29.003.000096/2010-92 1.11.000.000674/2011-36
1.16.000.001484/2011-50 1.16.000.002473/2011-97
1.22.000.000066/2011-48 1.23.000.001378/2011-31

Samantha Chantal Dobrowolski

08190.025601/11-82 08106.000134/97-04
08106.000134/97-04 08115.002342/99-47
08126.000174/99-81 1.13.000.000180/2000-24
1.14.000.000288/2000-80 1.29.004.000006/2001-62
0.15.000.000574/2002-25 1.14.001.000052/2002-03
1.14.000.000887/2003-46 1.20.000.000778/2003-21
1.24.000.000497/2003-20 1.30.005.000135/2003-91
1.30.012.000114/2003-87 1.11.000.000407/2004-30
1.21.001.000230/2004-15 1.21.001.000415/2004-20
1.22.000.000988/2004-26 1.22.002.000214/2004-85
1.24.000.000504/2004-74 1.24.000.001146/2004-17
1.26.000.002459/2004-18 1.30.012.000364/2004-06
1.30.012.000702/2004-00 1.33.000.000614/2004-27
1.33.005.000914/2004-66 1.36.000.000319/2004-69
1.36.000.000988/2004-31 1.00.000.009108/2005-25
1.11.000.000630/2005-68 1.11.000.000708/2005-44
1.13.000.000343/2005-83 1.13.000.000588/2005-19
1.13.000.000972/2005-11 1.13.000.001225/2005-92
1.14.000.000721/2005-91 1.14.001.000040/2005-13
1.14.001.000041/2005-68 1.16.000.002184/2005-40
1.19.000.000071/2005-06 1.20.000.001001/2005-46
1.21.001.000082/2005-10 1.21.001.000087/2005-42
1.21.001.000208/2005-56 1.22.000.003652/2005-04
1.24.000.000154/2005-27 1.28.000.000110/2005-58
1.30.012.000057/2005-06 1.30.012.000810/2005-55
1.30.018.000013/2005-18 1.31.000.000501/2005-87
1.31.000.000718/2005-97 1.13.000.000596/2006-38
1.13.000.000668/2006-47 1.13.000.000925/2006-41
1.13.000.000977/2006-17 1.13.000.001595/2006-19
1.14.000.000459/2006-66 1.14.000.000679/2006-90
1.14.000.000777/2006-27 1.14.000.000820/2006-54
1.14.001.000019/2006-07 1.14.001.000081/2006-91
1.15.000.001214/2006-19 1.16.000.002325/2006-13
1.18.000.007535/2006-15 1.18.000.021319/2006-82
1.21.001.000146/2006-63 1.21.001.000273/2006-62
1.21.001.000331/2006-58 1.22.000.004533/2006-41
1.23.000.003448/2006-29 1.26.002.000018/2006-23
1.26.005.000033/2006-41 1.28.200.000008/2006-87
1.29.004.000478/2006-20 1.29.017.000067/2006-95
1.30.012.000842/2006-31 1.34.001.006051/2006-03
1.34.001.006418/2006-81 1.34.012.000497/2006-97
1.11.000.000353/2007-55 1.11.000.000579/2007-56
1.13.000.000118/2007-17 1.13.000.000307/2007-81
1.13.000.000460/2007-17 1.13.000.000520/2007-93
1.13.000.000685/2007-65 1.13.000.001005/2007-21
1.13.000.001239/2007-78 1.13.000.001660/2007-89
1.13.000.001665/2007-10 1.14.000.001138/2007-60
1.14.004.000087/2007-19 1.14.004.000261/2007-23
1.16.000.002194/2007-47 1.18.000.002239/2007-17
1.18.000.007885/2007-62 1.20.000.000359/2007-13
1.20.000.000904/2007-71 1.21.000.001066/2007-16
1.21.001.000061/2007-66 1.22.000.000290/2007-53
1.22.000.000358/2007-02 1.23.000.001813/2007-41
1.23.000.002031/2007-20 1.23.000.002754/2007-29
1.23.000.003154/2007-88 1.23.001.000031/2007-85
1.23.003.000182/2007-13 1.30.010.000178/2007-21
1.30.012.000434/2007-61 1.30.012.000647/2007-92
1.30.017.000158/2007-91 1.32.000.000378/2007-29
1.33.000.002040/2007-74 1.33.000.003383/2007-56
1.34.001.001748/2007-61 1.34.001.007583/2007-31
1.34.006.000285/2007-70 1.34.012.000581/2007-91
1.34.028.000016/2007-55 1.11.000.000543/2008-53
1.11.001.000053/2008-47 1.11.001.000077/2008-04
1.11.001.000151/2008-84 1.13.000.001188/2008-65
1.13.000.001542/2008-51 1.14.000.000964/2008-72
1.14.000.001409/2008-68 1.14.003.000067/2008-39
1.14.004.000010/2008-20 1.14.004.000069/2008-18
1.14.007.000013/2008-33 1.15.000.002442/2008-78
1.15.003.000096/2008-63 1.16.000.000839/2008-98
1.16.000.001233/2008-70 1.16.000.001560/2008-21
1.16.000.003122/2008-06 1.20.000.000203/2008-13
1.20.000.000726/2008-60 1.20.000.000920/2008-45
1.21.004.000155/2008-96 1.22.000.003248/2008-75
1.22.003.000049/2008-85 1.22.004.000074/2008-59
1.22.009.000008/2008-39 1.23.000.000733/2008-50
1.23.000.003171/2008-04 1.23.000.003464/2008-83
1.23.003.000141/2008-16 1.24.000.000564/2008-11
1.24.001.000124/2008-53 1.24.002.000030/2008-74
1.26.000.000039/2008-21 1.26.000.001984/2008-40
1.26.005.000072/2008-19 1.27.000.000371/2008-58
1.28.000.000066/2008-29 1.28.000.000553/2008-91
1.28.100.000040/2008-52 1.29.003.000126/2008-46
1.29.011.000226/2008-73 1.29.012.000189/2008-93
1.30.005.000018/2008-32 1.30.012.000547/2008-47
1.30.012.000899/2008-01 1.33.007.000229/2008-43
1.34.001.005705/2008-35 1.34.001.005893/2008-00
1.34.004.200150/2008-11 1.34.012.000948/2008-58
1.34.023.000102/2008-99 1.34.029.000080/2008-15
1.12.000.000376/2009-94 1.13.000.000574/2009-11
1.13.000.001251/2009-44 1.13.000.001882/2009-63
1.14.000.000533/2009-97 1.14.000.000809/2009-37
1.14.000.000887/2009-31 1.14.000.001997/2009-11
1.14.000.002341/2009-15 1.14.002.000020/2009-66
1.14.003.000051/2009-15 1.14.003.200933/2009-71
1.14.004.000093/2009-38 1.14.004.000209/2009-39
1.14.004.000242/2009-69 1.14.004.000250/2009-13
1.14.004.000269/2009-51 1.14.004.000318/2009-56
1.14.004.000470/2009-39 1.15.000.001400/2009-09
1.15.000.001888/2009-66 1.15.003.000261/2009-68
1.15.003.000263/2009-57 1.16.000.003791/2009-51
1.16.000.004373/2009-81 1.18.000.001390/2009-91
1.19.000.000093/2009-91 1.19.000.000344/2009-38
1.20.000.000538/2009-12 1.20.000.001216/2009-91
1.21.000.000919/2009-64 1.21.000.001920/2009-14
1.21.005.000189/2009-51 1.22.000.000219/2009-32
1.22.000.000263/2009-42 1.22.000.000283/2009-13
1.22.000.000372/2009-60 1.22.000.000501/2009-10
1.22.000.003260/2009-61 1.22.005.000096/2009-90
1.22.014.000112/2009-35 1.22.014.000116/2009-13
1.23.000.000406/2009-89 1.23.000.001393/2009-65
1.23.000.001446/2009-48 1.23.001.000212/2009-73
1.24.000.001079/2009-45 1.24.000.001480/2009-85
1.24.000.001797/2009-11 1.24.001.000213/2009-81
1.24.002.000184/2009-47 1.25.004.000322/2009-31
1.25.005.000762/2009-88 1.25.006.001039/2009-14
1.25.009.000014/2009-65 1.25.011.000114/2009-42
1.26.000.001223/2009-79 1.26.000.001297/2009-13
1.26.001.000092/2009-01 1.26.002.000049/2009-27
1.28.000.000456/2009-80 1.28.000.000494/2009-32
1.28.000.000678/2009-01 1.28.200.000058/2009-15
1.29.002.000182/2009-71 1.29.003.000053/2009-73
1.29.004.000529/2009-66 1.29.004.000670/2009-69
1.29.010.000064/2009-64 1.29.015.000078/2009-38
1.30.008.000164/2009-19 1.30.012.000228/2009-12
1.30.012.000264/2009-86 1.30.012.000459/2009-26
1.30.012.000917/2009-27 1.30.012.000930/2009-86
1.30.017.000056/2009-37 1.30.017.000103/2009-42
1.30.017.000241/2009-21 1.31.001.000120/2009-11
1.33.000.002080/2009-88 1.33.013.000132/2009-32
1.34.001.002387/2009-31 1.34.001.009104/2009-82
1.34.004.200191/2009-81 1.34.015.000405/2009-91
1.34.022.000285/2009-33 1.34.022.000313/2009-12
1.34.025.000134/2009-55 1.34.026.000082/2009-15
1.35.000.000029/2009-67 1.35.000.000747/2009-33
1.35.000.001967/2009-84 1.36.000.000598/2009-75
1.36.000.001097/2009-14 1.11.000.001149/2010-57
1.11.001.000073/2010-32 1.11.001.000155/2010-87
1.11.001.000192/2010-95 1.12.000.000789/2010-11
1.12.000.000989/2010-65 1.13.000.000461/2010-59
1.13.000.001523/2010-40 1.14.000.000302/2010-17
1.14.000.000538/2010-53 1.14.000.000635/2010-46
1.14.000.000898/2010-55 1.14.000.001528/2010-35
1.14.000.001866/2010-77 1.14.001.000052/2010-13
1.14.004.000186/2010-04 1.14.004.000384/2010-60
1.14.008.000051/2010-09 1.15.000.000104/2010-16
1.15.000.000228/2010-00 1.15.000.001801/2010-94
1.15.000.001898/2010-35 1.15.000.002704/2010-19
1.15.000.003409/2010-80 1.15.001.000148/2010-36
1.15.002.000023/2010-04 1.15.002.000029/2010-73
1.15.003.000192/2010-26 1.16.000.001024/2010-41
1.16.000.002486/2010-85 1.16.000.006117/2010-61
1.16.000.006119/2010-51 1.17.000.000081/2010-75
1.17.000.000850/2010-35 1.17.000.000852/2010-24
1.17.000.001354/2010-07 1.17.000.001749/2010-00
1.18.000.000999/2010-87 1.18.000.001853/2010-59
1.18.000.001877/2010-16 1.18.000.002062/2010-46
1.18.000.002504/2010-54 1.19.000.000176/2010-14
1.19.000.000514/2010-18 1.19.000.000736/2010-31
1.19.000.000925/2010-11 1.19.000.001407/2010-15
1.19.000.001470/2010-43 1.19.000.001556/2010-76
1.19.002.000101/2010-13 1.20.000.000921/2010-12
1.20.000.001229/2010-01 1.20.000.001236/2010-03
1.20.000.001242/2010-52 1.20.000.001303/2010-81
1.20.000.001595/2010-52 1.20.000.002108/2010-79
1.20.002.000059/2010-10 1.20.002.000061/2010-99
1.21.000.000126/2010-89 1.22.000.000563/2010-65
1.22.000.002080/2010-03 1.22.000.003281/2010-10
1.22.000.003288/2010-31 1.22.000.003292/2010-08
1.22.000.003590/2010-90 1.22.000.003600/2010-97
1.22.000.003648/2010-03 1.22.002.000122/2010-43
1.22.002.000207/2010-21 1.22.002.000214/2010-23
1.22.002.000218/2010-10 1.22.003.000233/2010-40
1.22.003.000327/2010-19 1.22.009.000544/2010-59
1.22.011.000138/2010-47 1.23.000.000072/2010-87
1.23.000.000073/2010-21 1.23.000.000089/2010-34
1.23.000.000729/2010-14 1.23.000.000781/2010-62
1.23.000.000961/2010-44 1.23.000.001130/2010-90
1.23.000.001142/2010-14 1.23.000.001147/2010-47
1.23.000.001152/2010-50 1.23.000.001534/2010-83
1.23.001.000295/2010-34 1.23.003.000366/2010-89
1.24.000.001013/2010-99 1.24.000.001070/2010-78
1.24.000.001219/2010-19 1.24.000.001674/2010-14
1.24.001.000092/2010-19 1.24.001.000123/2010-23
1.24.001.000244/2010-75 1.24.002.000063/2010-39
1.24.002.000119/2010-55 1.25.000.002753/2010-13
1.25.000.002762/2010-04 1.25.002.000224/2010-57
1.25.002.001618/2010-22 1.25.005.001387/2010-27
1.25.009.000303/2010-06 1.25.009.000306/2010-31
1.25.011.000071/2010-39 1.25.011.000086/2010-05
1.25.014.000050/2010-93 1.26.000.001333/2010-74
1.26.000.001396/2010-21 1.26.000.001936/2010-76
1.26.000.002899/2010-13 1.26.000.003027/2010-72
1.26.000.003197/2010-57 1.26.002.000044/2010-38
1.26.003.000039/2010-15 1.26.003.000086/2010-69
1.27.000.001520/2010-11 1.27.000.001604/2010-54
1.27.001.000004/2010-69 1.27.001.000067/2010-15
1.28.000.000786/2010-17 1.28.200.000095/2010-59
1.28.200.000115/2010-91 1.28.200.000121/2010-49
1.29.000.001482/2010-21 1.29.000.002112/2010-10
1.29.000.002114/2010-09 1.29.000.002285/2010-20
1.29.000.002363/2010-96 1.29.000.002366/2010-20
1.29.002.000337/2010-11 1.29.002.000350/2010-62

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.29.002.000362/2010-97 1.29.003.000095/2010-48
1.29.003.000321/2010-91 1.29.005.000124/2010-51
1.29.008.000298/2010-94 1.29.008.000302/2010-14
1.29.009.000783/2010-58 1.30.005.000172/2010-29
1.30.006.000126/2010-10 1.30.012.000328/2010-82
1.30.012.000593/2010-61 1.30.012.000782/2010-33
1.30.012.000802/2010-76 1.30.012.000820/2010-58
1.30.012.000851/2010-17 1.30.012.000968/2010-92
1.30.012.001035/2010-12 1.30.012.001094/2010-91
1.30.012.001122/2010-70 1.30.012.001178/2010-24
1.30.017.000065/2010-61 1.30.017.000081/2010-54
1.30.017.000300/2010-03 1.30.020.000090/2010-96
1.30.020.000192/2010-10 1.33.000.001470/2010-74
1.33.000.003186/2010-32 1.33.003.000031/2010-14
1.33.004.000033/2010-01 1.33.009.000023/2010-18
1.34.001.001590/2010-24 1.34.001.003930/2010-51
1.34.001.005791/2010-09 1.34.001.005820/2010-24
1.34.001.006705/2010-77 1.34.002.000031/2010-97
1.34.004.200021/2010-30 1.34.005.000016/2010-19
1.34.006.000242/2010-90 1.34.009.000797/2010-10
1.34.009.000801/2010-31 1.34.009.000885/2010-11
1.34.009.001123/2010-24 1.34.012.000070/2010-75
1.34.012.000631/2010-36 1.34.012.000790/2010-31
1.34.015.000008/2010-53 1.34.018.000127/2010-86
1.34.018.000163/2010-40 1.35.000.000261/2010-39
1.35.000.001156/2010-17 1.35.000.001343/2010-09
1.35.000.001676/2010-20 1.35.000.001821/2010-72
1.35.000.002140/2010-21 1.35.000.002141/2010-76
1.35.000.002396/2010-39 1.36.000.001161/2010-92
1.00.000.006385/2011-24 1.00.000.007375/2011-14
1.00.000.008561/2011-62 1.00.000.008564/2011-04
1.00.000.009748/2011-83 1.10.000.000036/2011-52
1.10.000.000389/2011-52 1.11.000.000488/2011-05
1.11.000.000808/2011-19 1.12.000.000328/2011-11
1.12.000.000428/2011-47 1.12.000.000439/2011-27
1.12.000.000447/2011-73 1.13.000.000061/2011-24
1.13.000.000069/2011-91 1.13.000.000084/2011-39
1.13.000.000283/2011-47 1.13.000.000302/2011-35
1.13.000.000409/2011-83 1.13.000.000614/2011-49
1.13.000.000689/2011-20 1.14.000.000752/2011-91
1.14.000.000968/2011-56 1.14.000.001074/2011-83
1.14.003.000081/2011-38 1.14.004.000020/2011-61
1.14.004.000049/2011-42 1.14.004.000069/2011-13
1.15.000.000523/2011-39 1.15.000.000569/2011-58
1.15.000.000639/2011-78 1.15.000.000659/2011-49
1.15.002.000047/2011-36 1.15.003.000035/2011-00
1.16.000.000369/2011-68 1.16.000.000522/2011-57
1.16.000.000668/2011-01 1.16.000.001136/2011-82
1.16.000.001357/2011-51 1.16.000.001442/2011-19
1.16.000.001482/2011-61 1.16.000.001979/2011-89
1.16.000.002409/2011-14 1.17.000.000923/2011-70
1.18.000.000527/2011-13 1.18.000.000563/2011-79
1.18.000.000944/2011-58 1.20.000.000358/2011-55
1.20.000.000743/2011-01 1.21.002.000054/2011-31
1.22.000.000069/2011-81 1.22.000.000600/2011-16
1.22.000.001129/2011-83 1.22.000.001146/2011-11
1.22.002.000041/2011-24 1.22.005.000007/2011-20
1.22.006.000057/2011-05 1.22.009.000073/2011-60
1.23.000.000266/2011-63 1.23.000.000267/2011-16
1.23.000.000289/2011-78 1.23.000.000485/2011-42
1.23.000.000822/2011-00 1.24.000.000408/2011-55
1.24.000.000648/2011-50 1.24.001.000093/2011-36
1.24.001.000102/2011-99 1.25.005.000107/2011-44
1.26.000.000142/2011-76 1.26.000.000438/2011-97
1.26.000.000555/2011-51 1.26.000.001035/2011-65
1.26.000.001073/2011-18 1.26.000.001496/2011-38
1.27.000.000244/2011-54 1.27.000.000353/2011-71
1.27.000.000571/2011-14 1.27.000.001392/2011-96
1.27.001.000049/2011-14 1.27.001.000070/2011-10
1.28.000.000020/2011-13 1.28.000.000064/2011-35
1.28.000.000124/2011-10 1.28.000.000200/2011-97
1.28.000.000376/2011-49 1.29.000.000661/2011-22
1.29.008.000229/2011-61 1.29.009.000791/2011-85
1.29.012.000063/2011-14 1.29.012.000065/2011-11
1.29.017.000073/2011-18 1.30.007.000030/2011-22
1.30.012.000049/2011-08 1.30.012.000081/2011-85
1.30.012.000148/2011-81 1.30.012.000441/2011-49
1.30.801.001504/2011-98 1.30.904.000017/2011-50
1.30.906.000415/2011-56 1.31.000.000260/2011-14
1.32.000.000149/2011-91 1.33.000.000679/2011-00
1.33.002.000086/2011-15 1.33.004.000041/2011-21
1.33.004.000054/2011-08 1.33.006.000024/2011-73
1.33.009.000046/2011-11 1.33.011.000002/2011-34
1.34.001.000134/2011-48 1.34.001.000571/2011-61
1.34.001.003035/2011-18 1.34.001.003817/2011-57
1.34.001.003870/2011-58 1.34.003.000190/2011-62
1.34.022.000038/2011-51 1.35.000.000265/2011-06
1.35.000.000297/2011-01 1.35.000.000438/2011-88
1.35.000.000528/2011-79 1.35.000.000652/2011-34
1.35.000.000758/2011-38 1.35.000.000844/2011-41
1.36.000.000423/2011-82

Valquíria Oliveira Quixada Nunes

0.15.000.001639/2004-11 1.13.000.000741/2006-81
1.15.000.001319/2007-59 1.20.000.000835/2007-04
1.13.000.002313/2009-35 1.20.000.000008/2009-74
1.29.008.000900/2009-50 1.32.000.000166/2009-11
1.33.015.000014/2009-12 1.14.000.001856/2010-31
1.16.000.000617/2010-90 1.16.000.000850/2010-72
1.18.000.002061/2010-00 1.22.000.002103/2010-71
1.22.000.003594/2010-78 1.22.000.003702/2010-11
1.26.000.002835/2010-12 1.28.000.001012/2010-03
1.28.100.000428/2010-78 1.15.000.000180/2011-11
1.26.000.000737/2011-21 1.27.000.001391/2011-41
1.34.028.000011/2011-17

Total de procedimentos distribuídos: 686

ADRIANA CAMPELO ONIAS DE CARVALHO
Assessora Administrativa

ATA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 377, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

No período de 15/08/2011 a 19/08/2011 no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, foi realizada distribuição automática de procedimentos administrativos aos Membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Denise Vinci Túlio

08121.000025/99-80 08121.000632/99-12
1.31.000.000466/2001-72 1.31.000.000579/2001-78
1.13.000.001058/2005-80 1.22.000.003288/2005-74
1.34.026.000154/2005-92 1.22.000.002276/2006-11
1.31.000.000204/2006-12 1.14.001.000124/2007-19
1.14.003.000031/2007-74 1.24.001.000206/2007-17
1.13.000.001297/2008-82 1.21.000.000913/2009-97
1.21.002.000113/2009-56 1.22.003.000260/2009-89
1.23.000.001673/2009-73 1.23.001.000147/2009-86
1.26.005.000083/2009-71 1.33.000.002111/2009-09
1.34.001.007071/2009-36 1.12.000.000082/2010-04
1.19.000.001007/2010-00 1.22.003.000319/2010-72
1.22.012.000202/2010-80 1.23.001.000292/2010-09
1.25.008.000240/2010-90 1.28.000.001772/2010-11
1.30.012.000037/2010-94 1.34.001.008277/2010-17
1.35.000.000101/2010-90 1.00.000.011323/2011-34
1.11.000.000487/2011-52 1.13.000.000954/2011-70
1.14.002.000043/2011-95 1.15.000.000718/2011-89
1.16.000.002221/2011-68 1.17.000.000363/2011-53
1.19.001.000075/2011-14 1.20.000.000604/2011-79
1.22.003.000254/2011-46 1.22.003.000317/2011-64
1.26.005.000110/2011-21 1.28.000.000637/2011-21
1.33.001.000009/2011-75 1.34.001.004231/2011-18
1.34.004.000700/2011-91 1.35.000.000287/2011-68
1.35.000.000564/2011-32 1.35.000.000974/2011-83
1.35.000.001030/2011-23

Eugênio José Guilherme de Aragão

0.15.000.000280/2004-65 1.19.000.001429/2005-18
1.31.000.000290/2005-82 1.33.000.002475/2005-57
1.14.000.000333/2006-91 1.17.003.000022/2007-71
1.34.006.000298/2007-49 1.34.012.000814/2007-56
1.16.000.003735/2008-35 1.18.000.009457/2008-55
1.19.000.000569/2008-11 1.28.000.000149/2008-18
1.36.000.001030/2008-91 1.13.000.000545/2009-59
1.13.000.002299/2009-70 1.25.005.000720/2009-47
1.26.005.000068/2009-23 1.26.006.000009/2009-45
1.28.100.000196/2009-14 1.12.000.000669/2010-13
1.14.001.000244/2010-11 1.14.002.000029/2010-19
1.22.003.000382/2010-17 1.22.012.000015/2010-04
1.22.012.000193/2010-27 1.24.000.001944/2010-97
1.25.000.003468/2010-10 1.34.001.003952/2010-11
1.00.000.010871/2011-47 1.14.000.001035/2011-86
1.15.000.001170/2011-94 1.15.000.001194/2011-43
1.18.000.000179/2011-76 1.19.000.000674/2011-48
1.19.001.000137/2011-98 1.22.000.000606/2011-93
1.23.000.001392/2011-35 1.26.000.001342/2011-46
1.26.000.001764/2011-11 1.26.005.000111/2011-75
1.27.000.001608/2011-13 1.29.017.000112/2011-79
1.30.002.000026/2011-12 1.30.007.000205/2011-00
1.30.012.000086/2011-16 1.30.012.000185/2011-90
1.31.000.000672/2011-54 1.32.000.000113/2011-15
1.33.005.000038/2011-05 1.33.005.000279/2011-46
1.34.001.004016/2011-17 1.34.001.004118/2011-24
1.34.004.000843/2011-01

Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini

1.19.000.001197/2002-47 1.13.000.000396/2005-02
1.13.000.000407/2005-46 1.13.000.000877/2005-18
1.13.000.001352/2005-91 1.22.000.003629/2005-10
1.23.002.000299/2005-45 1.30.012.000876/2005-45
1.14.000.000228/2006-52 1.25.000.003443/2007-11
1.14.003.000088/2008-54 1.19.000.001171/2008-94
1.26.000.001741/2008-10 1.30.012.000894/2008-70
1.33.005.000159/2008-43 1.34.010.000450/2008-13
1.12.000.000458/2009-39 1.13.000.000198/2009-64
1.13.000.001075/2009-41 1.13.000.001260/2009-35
1.14.004.000266/2009-18 1.21.000.000371/2009-52
1.22.014.000082/2009-67 1.25.000.000356/2009-65
1.28.000.001110/2009-07 1.18.000.000246/2010-71
1.22.000.003282/2010-64 1.22.000.003296/2010-88
1.22.000.003673/2010-89 1.34.001.007304/2010-34
1.34.026.000085/2010-84 1.36.000.000256/2010-99
1.00.000.011376/2011-55 1.10.000.000276/2011-57
1.14.000.000589/2011-66 1.14.001.000037/2011-48
1.14.001.000039/2011-37 1.16.000.001309/2011-62
1.16.000.002168/2011-03 1.19.000.000692/2011-20
1.20.000.000490/2011-67 1.20.000.000705/2011-40
1.21.001.000057/2011-84 1.22.009.000064/2011-79
1.26.000.000333/2011-38 1.30.012.000364/2011-27
1.34.002.000020/2011-98 1.34.004.000793/2011-54
1.35.000.000879/2011-80 1.35.000.000899/2011-51

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

1.26.000.001637/2002-21 1.19.000.000363/2003-79
1.31.000.000165/2003-19 1.19.000.000481/2004-68
1.20.000.000536/2004-19 1.21.001.000316/2004-48
1.22.003.000656/2004-11 1.22.003.000084/2005-51
1.31.000.000315/2005-48 1.14.001.000164/2007-61
1.25.000.001459/2007-81 1.30.012.000418/2007-78
1.16.000.001171/2008-04 1.21.001.000121/2008-21
1.22.000.003738/2008-71 1.22.003.000355/2008-11
1.23.000.003546/2008-28 1.36.000.000703/2008-95
1.13.000.002277/2009-18 1.22.000.000323/2009-27
1.24.000.001938/2009-04 1.26.000.001367/2009-25
1.29.008.000878/2009-48 1.34.001.007098/2009-29
1.34.001.009298/2009-16 1.12.000.000792/2010-26
1.20.000.001291/2010-95 1.22.012.000047/2010-00
1.22.012.000215/2010-59 1.24.001.000145/2010-93
1.24.002.000081/2010-11 1.25.008.000119/2010-68
1.26.000.003189/2010-19 1.29.000.001763/2010-84
1.34.001.008882/2010-98 1.00.000.011382/2011-11
1.10.000.000273/2011-13 1.13.000.000775/2011-32
1.14.000.000367/2011-43 1.14.004.000141/2011-11
1.15.001.000100/2011-17 1.22.012.000061/2011-86
1.24.000.000927/2011-13 1.26.000.001627/2011-87
1.30.010.000003/2011-09 1.30.012.000306/2011-01
1.34.001.004126/2011-71 1.34.003.000291/2011-33
1.34.004.000825/2011-11 1.34.007.000048/2011-85
1.36.000.000028/2011-08

Samantha Chantal Dobrowolski

1.19.000.000626/2005-10 1.14.000.000336/2006-25
1.28.000.000652/2007-92 1.14.001.000201/2009-01
1.14.009.000117/2009-17 1.21.000.000926/2009-66
1.22.009.000280/2009-08 1.23.000.001201/2009-11
1.26.002.000180/2009-94 1.28.000.000297/2009-13
1.30.010.000346/2009-41 1.14.001.000042/2010-70
1.30.012.000069/2010-90 1.30.012.000142/2010-23
1.00.000.011374/2011-66 1.13.000.000753/2011-72
1.15.000.001117/2011-93 1.22.013.000057/2011-16
1.23.000.000167/2011-81 1.26.000.000516/2011-53
1.28.000.000518/2011-78 1.30.012.000407/2011-74
1.34.012.000130/2011-31 1.35.000.000989/2011-41

Valquíria Oliveira Quixada Nunes

08121.000087/99-37 1.28.000.000175/2004-12
1.33.000.003608/2004-21 1.19.000.000291/2005-21
1.20.000.000436/2005-73 1.26.000.000291/2005-97
1.31.000.000316/2005-92 1.34.001.001072/2005-43
1.21.001.000011/2006-06 1.21.001.000231/2006-21
1.24.001.000174/2006-79 1.31.000.000439/2006-12
1.31.000.000454/2006-52 1.31.000.000954/2006-94
1.14.006.000080/2008-68 1.20.000.000235/2008-19
1.28.000.000047/2008-01 1.30.010.000148/2008-04
1.31.000.000697/2008-52 1.18.000.001632/2009-47
1.21.000.000900/2009-18 1.21.001.000100/2009-97
1.22.003.000420/2009-90 1.24.001.000136/2009-69
1.29.008.000888/2009-83 1.36.000.000774/2009-79
1.12.000.000167/2010-84 1.14.001.000144/2010-95
1.16.000.006092/2010-04 1.20.002.000063/2010-88
1.22.000.000550/2010-96 1.22.000.003620/2010-68
1.22.000.003674/2010-23 1.23.000.001008/2010-13
1.28.000.001858/2010-35 1.29.000.000169/2010-76
1.29.018.000069/2010-51 1.34.001.007299/2010-60
1.34.001.007320/2010-27 1.34.001.008311/2010-53
1.34.006.000231/2010-18 1.35.000.001294/2010-04
1.00.000.011375/2011-19 1.15.002.000048/2011-81
1.18.000.001015/2011-66 1.20.000.000547/2011-28
1.20.000.000740/2011-69 1.20.000.000902/2011-69
1.22.000.000064/2011-59 1.22.007.000005/2011-11
1.26.005.000118/2011-97 1.27.000.001513/2011-08
1.28.000.000876/2011-81 1.29.017.000118/2011-46
1.34.012.000107/2011-46 1.35.000.001055/2011-27
1.36.000.000216/2011-28

Total de procedimentos distribuídos: 286

ADRIANA CAMPELO ONIAS DE CARVALHO
Assessora Administrativa

ATA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 378, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

No período de 22/08/2011 a 26/08/2011 no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, foi realizada distribuição automática de procedimentos administrativos aos Membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Denise Vinci Túlio

1.20.000.000139/2001-02 1.14.000.001075/2002-37
1.20.000.000111/2003-29 1.20.000.000657/2003-80
1.26.000.000678/2005-43 1.34.026.000168/2005-14
1.18.000.007529/2006-68 1.19.001.000020/2006-47
1.23.003.000053/2006-44 1.13.000.001024/2007-57
1.14.004.000203/2007-08 1.00.000.010473/2008-25
1.12.000.000482/2008-97 1.12.000.000616/2008-70
1.14.000.001265/2008-40 1.23.000.002006/2008-27
1.11.000.001131/2009-11 1.12.000.000866/2009-91
1.13.000.002044/2009-15 1.14.000.002071/2009-42
1.14.009.000105/2009-84 1.35.000.000340/2009-14
1.15.000.002402/2010-41 1.20.000.001778/2010-78
1.20.000.002046/2010-03 1.22.000.002099/2010-41
1.22.000.003700/2010-13 1.23.000.001155/2010-93
1.23.000.001261/2010-77 1.25.011.000093/2010-07
1.35.000.002155/2010-90 1.11.000.000893/2011-15
1.15.000.000255/2011-55 1.15.000.000999/2011-70
1.22.000.000604/2011-02 1.26.005.000126/2011-33
1.30.015.000012/2011-41

Eugênio José Guilherme de Aragão

1.13.000.001811/2003-75 1.13.000.000478/2004-68
1.22.000.000284/2005-34 1.13.000.000373/2006-71

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.20.000.000706/2007-16 1.12.000.000427/2008-05
1.26.003.000023/2008-98 1.13.000.000580/2009-78
1.13.000.001526/2009-40 1.13.000.001736/2009-38
1.18.000.000975/2009-94 1.22.014.000049/2009-37
1.23.000.000431/2009-62 1.24.000.000246/2009-31
1.20.000.000472/2010-02 1.20.000.000694/2010-17
1.23.000.001159/2010-71 1.24.002.000057/2010-81
1.25.009.000870/2010-54 1.34.008.100029/2010-67
1.35.000.001318/2010-17 1.35.000.002145/2010-54
1.14.000.001062/2011-59 1.15.000.000621/2011-76
1.16.000.001895/2011-45 1.17.001.000071/2011-19
1.19.001.000077/2011-11 1.22.000.001095/2011-27
1.23.000.000089/2011-15 1.25.007.000187/2011-18
1.26.000.001497/2011-82 1.27.000.000146/2011-17
1.30.007.000044/2011-46 1.35.000.000242/2011-93
1.35.000.000784/2011-66 1.36.000.000283/2011-42

Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini

1.21.001.000418/2004-63 1.30.012.000092/2004-36
1.12.000.000435/2005-09 1.34.026.000167/2005-61
1.13.000.001071/2007-09 1.30.012.000082/2007-43
1.13.000.000128/2008-25 1.20.000.000736/2008-03
1.12.000.000272/2009-80 1.13.000.000200/2009-03
1.13.000.002095/2009-39 1.19.000.000524/2009-10
1.19.000.000609/2009-06 1.22.000.000433/2009-99
1.22.000.000440/2009-91 1.22.003.000325/2009-96
1.23.000.001825/2009-38 1.29.003.000007/2009-74
1.36.000.000539/2009-05 1.19.000.001483/2010-12
1.23.000.000474/2010-81 1.23.000.001129/2010-65
1.23.000.001139/2010-09 1.23.000.001149/2010-36
1.23.000.001307/2010-58 1.23.003.000202/2010-51
1.25.011.000090/2010-65 1.28.100.000156/2010-14
1.00.000.011710/2011-71 1.14.000.000873/2011-32
1.15.000.000252/2011-11 1.16.000.002000/2011-90
1.16.000.002720/2011-55 1.19.000.000033/2011-93
1.23.000.000878/2011-56 1.26.000.000165/2011-81

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

1.19.000.000566/2002-84 1.12.000.000140/2003-62
1.19.000.000171/2003-62 1.22.003.000411/2003-11
1.28.000.000355/2003-13 1.13.000.000342/2006-10
1.20.000.000231/2006-79 1.13.000.001107/2007-46
1.20.000.000893/2007-20 1.36.000.000843/2007-82
1.14.000.002064/2008-60 1.18.000.009325/2008-23
1.20.000.000002/2008-16 1.13.000.000542/2009-15
1.13.000.002280/2009-23 1.24.000.000640/2009-79
1.24.000.000714/2009-77 1.30.907.000029/2009-30
1.13.000.001018/2010-03 1.15.000.001362/2010-10
1.15.000.003068/2010-42 1.16.000.001797/2010-27
1.25.011.000091/2010-18 1.30.015.000052/2010-11
1.34.005.000227/2010-51 1.15.000.000508/2011-91
1.15.000.000629/2011-32 1.15.002.000174/2011-35
1.17.000.000947/2011-29 1.22.009.000161/2011-61
1.23.000.001406/2011-11 1.23.000.001528/2011-15
1.24.000.000723/2011-82 1.34.001.002873/2011-74
1.34.001.004461/2011-79 1.35.000.001103/2011-87

Samantha Chantal Dobrowolski

1.30.005.000150/2002-59 1.19.000.001286/2005-36
1.34.026.000169/2005-51 1.14.000.001056/2006-34
1.19.001.000047/2006-30 1.20.000.001054/2006-48
1.12.000.000356/2007-51 1.13.000.000432/2007-91
1.18.000.012102/2007-62 1.24.000.001704/2007-97
1.33.012.000060/2007-71 1.36.000.000083/2008-94
1.36.000.000583/2008-26 1.13.000.001737/2009-82
1.13.000.001834/2009-75 1.23.000.001245/2009-41
1.29.003.000277/2009-85 1.30.002.000020/2009-12
1.34.004.200141/2009-01 1.22.000.003593/2010-23
1.23.000.001118/2010-85 1.27.000.001923/2010-60
1.29.003.000360/2010-98 1.00.000.011381/2011-68
1.03.000.000369/2011-16 1.13.000.000381/2011-84
1.14.000.001306/2011-01 1.14.007.000055/2011-70
1.18.000.001020/2011-79 1.20.000.000109/2011-60
1.22.002.000137/2011-92 1.22.010.000103/2011-07
1.23.000.001412/2011-78 1.24.000.000809/2011-13
1.26.000.000952/2011-22 1.34.005.000064/2011-98
1.35.000.000854/2011-86

Valquíria Oliveira Quixada Nunes

1.19.000.000345/2002-14 1.13.000.001400/2005-41
1.13.000.000739/2006-10 1.20.000.000805/2006-17
1.22.000.000657/2006-58 1.13.000.001199/2007-64
1.18.000.011064/2007-21 1.36.000.001048/2008-92
1.13.000.001250/2009-08 1.13.000.001520/2009-72
1.23.000.000044/2009-26 1.36.000.000866/2009-59
1.11.000.000391/2010-11 1.12.000.000890/2010-63
1.15.000.001648/2010-03 1.16.000.003788/2010-71
1.20.000.000166/2010-68 1.22.003.000091/2010-11
1.23.000.001329/2010-18 1.23.000.001634/2010-18
1.25.011.000085/2010-52 1.30.015.000072/2010-83
1.30.015.000112/2010-97 1.34.001.004221/2010-93
1.00.000.011370/2011-88 1.11.000.000704/2011-12
1.15.000.000897/2011-54 1.20.000.000193/2011-11
1.20.000.000256/2011-30 1.23.000.001343/2011-01
1.26.000.001892/2011-65 1.29.000.000353/2011-05
1.29.010.000050/2011-65 1.34.001.002724/2011-13
1.34.004.000482/2011-95 1.34.008.000175/2011-74

Total de procedimentos distribuídos: 218

ADRIANA CAMPELO ONIAS DE CARVALHO
Assessora Administrativa

ATA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 379, de 2 DE SETEMBRO DE 2011

No período de 29/08/2011 a 02/09/2011 no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, foi realizada distribuição automática de procedimentos administrativos aos Membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Denise Vinci Túlio

1.13.000.001201/2004-52 1.21.001.000391/2004-17
1.20.000.000811/2006-66 1.13.000.001379/2007-46
1.14.004.000119/2007-86 1.22.000.000470/2007-35
1.23.000.001486/2007-28 1.33.010.000003/2007-11
1.13.000.001347/2008-21 1.13.000.001850/2008-87
1.25.000.000559/2008-71 1.25.010.000011/2008-10
1.34.001.005072/2008-65 1.34.026.000055/2008-53
1.11.000.000307/2009-18 1.19.000.001273/2009-91
1.23.000.001003/2009-57 1.23.001.000182/2009-03
1.33.002.000199/2009-04 1.15.000.003039/2010-81
1.17.000.000853/2010-79 1.17.001.000154/2010-19
1.18.000.002063/2010-91 1.19.000.001008/2010-46
1.20.000.000901/2010-33 1.20.000.001189/2010-90
1.22.000.000065/2010-12 1.22.000.003696/2010-93
1.23.000.000507/2010-93 1.23.000.001913/2010-73
1.23.001.000046/2010-49 1.25.009.000326/2010-11
1.26.000.002521/2010-10 1.28.200.000147/2010-97
1.29.002.000217/2010-14 1.30.012.000470/2010-20
1.30.012.000610/2010-60 1.34.007.000176/2010-48
1.13.000.000285/2011-36 1.13.000.000720/2011-22
1.13.000.000722/2011-11 1.14.000.001551/2011-19
1.14.004.000166/2011-14 1.15.000.001399/2011-29
1.16.000.002826/2011-59 1.19.000.000649/2011-64
1.19.001.000020/2011-12 1.22.009.000186/2011-65
1.29.014.000092/2011-66 1.35.000.000946/2011-66
1.36.000.000525/2011-06

Eugênio José Guilherme de Aragão

1.22.000.000995/2004-28 1.15.000.002200/2005-31
1.22.000.003607/2005-41 1.26.003.000044/2005-61
1.11.000.001039/2006-17 1.13.000.001525/2006-52
1.14.004.000309/2007-01 1.19.000.000589/2007-01
1.20.000.001243/2007-00 1.26.000.002851/2007-18
1.29.014.000060/2007-84 1.34.029.000492/2007-66
1.35.000.000840/2007-86 1.22.000.001240/2008-74
1.22.000.003323/2008-06 1.23.000.000070/2008-73
1.26.006.000034/2008-48 1.12.000.000258/2009-86
1.13.000.001840/2009-22 1.18.000.001850/2009-81
1.20.000.000256/2009-15 1.22.000.000483/2009-76
1.22.006.000168/2009-99 1.22.014.000120/2009-81
1.25.000.003113/2009-89 1.28.000.001268/2009-79
1.34.001.002422/2009-12 1.34.004.200098/2009-76
1.13.000.001434/2010-01 1.15.000.000448/2010-25
1.17.000.000847/2010-11 1.17.000.000855/2010-68
1.17.001.000194/2010-61 1.19.000.000157/2010-98
1.19.000.001334/2010-53 1.26.000.002515/2010-62
1.26.000.002517/2010-51 1.30.002.000048/2010-93
1.30.017.000021/2010-31 1.13.000.000744/2011-81
1.15.000.000974/2011-76 1.19.001.000083/2011-61
1.20.000.000476/2011-63 1.22.000.000638/2011-99
1.22.000.001632/2011-39 1.22.001.000024/2011-05
1.22.012.000047/2011-82 1.23.000.001261/2011-58
1.24.000.000867/2011-39 1.27.000.001447/2011-68
1.30.012.000172/2011-11 1.34.001.002522/2011-63
1.35.000.000435/2011-44

Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini

1.21.000.000280/2001-60 1.18.000.011569/2003-61
1.21.000.000682/2004-15 1.22.000.001170/2004-21
1.13.000.001207/2005-19 1.22.000.002305/2006-37
1.13.000.000864/2007-01 1.13.000.001008/2007-64
1.18.000.017711/2007-16 1.22.000.000408/2007-43
1.22.001.000238/2007-97 1.29.003.000073/2007-82
1.14.002.000062/2008-16 1.19.000.000459/2008-41
1.26.003.000080/2008-77 1.33.000.002674/2008-16
1.33.015.000130/2008-42 1.34.016.000077/2008-32
1.35.000.000063/2008-51 1.36.000.001056/2008-39
1.12.000.000577/2009-91 1.19.000.001074/2009-82
1.19.001.000031/2009-70 1.23.001.000078/2009-19
1.30.017.000105/2009-31 1.34.001.002321/2009-41
1.17.001.000153/2010-74 1.20.000.000731/2010-97
1.20.000.000937/2010-17 1.22.000.000490/2010-10
1.22.004.000089/2010-31 1.22.006.000212/2010-02
1.23.000.001117/2010-31 1.23.000.001412/2010-97
1.34.010.000510/2010-12 1.13.000.000215/2011-88
1.13.000.000664/2011-26 1.15.000.000284/2011-17
1.15.000.000531/2011-85 1.15.000.001220/2011-33
1.20.000.000266/2011-75 1.22.000.000580/2011-83
1.22.002.000096/2011-34 1.23.000.000223/2011-88
1.23.000.001496/2011-40 1.26.000.000293/2011-24
1.27.000.001958/2011-80 1.29.000.000015/2011-65
1.30.012.000274/2011-36 1.34.006.000182/2011-96
1.34.007.000101/2011-48 1.35.000.000847/2011-84

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

08100.000302/99-10 1.00.000.010214/2002-17
1.14.000.000760/2004-16 1.20.000.000480/2004-01
1.13.000.001314/2005-39 1.13.000.000467/2006-40
1.21.001.000123/2006-59 1.23.001.000268/2006-85
1.13.000.001632/2007-61 1.19.001.000062/2007-69
1.19.001.000149/2007-36 1.33.016.000046/2007-38
1.34.012.000680/2007-73 1.13.000.001350/2008-45
1.20.000.000168/2008-32 1.13.000.000276/2009-21
1.13.000.001204/2009-09 1.13.000.001430/2009-81
1.13.000.001534/2009-96 1.13.000.002047/2009-41
1.13.000.002271/2009-32 1.14.004.000018/2009-77
1.25.000.000771/2009-19 1.26.006.000016/2009-47
1.30.012.000416/2009-41 1.34.026.000088/2009-84
1.17.000.000840/2010-08 1.17.001.000156/2010-16
1.19.000.000158/2010-32 1.20.002.000098/2010-17
1.22.000.003634/2010-81 1.23.000.001496/2010-69
1.33.003.000047/2010-27 1.13.000.000089/2011-61
1.15.000.000319/2011-18 1.17.002.000063/2011-54
1.22.000.000603/2011-50 1.22.000.000610/2011-51
1.22.002.000010/2011-73 1.22.002.000097/2011-89
1.22.011.000098/2011-14 1.23.000.001381/2011-55
1.23.000.001459/2011-31 1.26.000.000722/2011-63
1.26.000.001364/2011-14 1.26.000.001501/2011-11
1.29.004.000100/2011-93 1.33.000.001169/2011-41
1.33.016.000054/2011-61 1.34.001.002495/2011-29
1.34.007.000082/2011-50 1.34.028.000056/2011-83

Samantha Chantal Dobrowolski

1.12.000.000513/2003-03 1.26.003.000043/2005-16
1.33.000.000832/2005-42 1.05.000.000222/2007-75
1.13.000.000977/2007-06 1.19.000.000557/2007-06
1.21.001.000101/2007-70 1.14.002.000102/2008-20
1.14.004.000099/2008-24 1.15.000.000831/2008-69
1.19.000.000163/2008-21 1.20.000.000262/2008-91
1.28.000.000101/2008-18 1.33.000.003818/2008-43
1.36.000.001002/2008-73 1.22.013.000214/2009-61
1.23.000.000720/2009-61 1.30.012.000871/2009-46
1.17.000.000845/2010-22 1.17.000.000854/2010-13
1.20.000.001709/2010-64 1.22.000.002154/2010-01
1.22.000.003615/2010-55 1.22.000.003676/2010-12
1.22.012.000224/2010-40 1.23.000.001600/2010-15
1.25.011.000073/2010-28 1.26.000.001815/2010-24
1.26.000.003192/2010-24 1.32.000.000020/2010-00
1.32.000.000152/2010-23 1.34.005.000003/2010-40
1.36.000.000167/2010-42 1.10.000.000082/2011-51
1.14.008.000018/2011-51 1.15.000.001042/2011-41
1.15.000.001212/2011-97 1.19.000.000509/2011-96
1.19.001.000055/2011-43 1.19.001.000070/2011-91
1.20.000.000362/2011-13 1.23.000.000932/2011-63
1.25.011.000106/2011-11 1.28.100.000092/2011-24
1.29.014.000023/2011-52 1.30.006.000020/2011-05
1.30.017.000058/2011-41 1.34.003.000109/2011-44
1.34.005.000063/2011-43 1.34.007.000147/2011-67
1.34.028.000061/2011-96 1.35.000.000866/2011-19

Valquíria Oliveira Quixada Nunes

08111.000491/99-93 0.15.000.001033/2002-14
1.22.000.000998/2004-61 1.33.000.002109/2004-17
1.19.001.000016/2005-06 1.23.001.000355/2005-51
1.22.000.000704/2006-63 1.13.000.001196/2007-21
1.28.000.000497/2007-12 1.29.000.001494/2007-51
1.14.004.000050/2008-71 1.19.000.000951/2008-17
1.20.000.000785/2008-38 1.23.000.002494/2008-72
1.26.001.000184/2008-00 1.33.002.000060/2008-71
1.19.000.000162/2009-67 1.23.001.000250/2009-26
1.23.001.000269/2009-72 1.26.000.002822/2009-18
1.29.011.000066/2009-43 1.13.000.000053/2010-05
1.15.000.001098/2010-14 1.15.002.000015/2010-50
1.17.000.000374/2010-52 1.17.000.000846/2010-77
1.17.003.000138/2010-14 1.19.000.000275/2010-04
1.24.000.001951/2010-99 1.34.001.003911/2010-25
1.34.007.000299/2010-89 1.10.000.000554/2011-76
1.13.000.000579/2011-68 1.15.000.000985/2011-56
1.17.000.000218/2011-72 1.18.000.000125/2011-19
1.18.002.000074/2011-05 1.19.001.000131/2011-11
1.20.000.000461/2011-03 1.22.001.000090/2011-77
1.22.003.000038/2011-09 1.24.000.000552/2011-91
1.27.000.000609/2011-41 1.27.001.000006/2011-39
1.27.001.000087/2011-77 1.28.000.000519/2011-12
1.29.000.000395/2011-38 1.29.007.000091/2011-19
1.30.007.000222/2011-39 1.33.008.000317/2011-31
1.33.015.000111/2011-11 1.34.001.004142/2011-63
1.34.004.000468/2011-91 1.34.015.000158/2011-48
1.35.000.000943/2011-22

Total de procedimentos distribuídos: 315

ADRIANA CAMPELO ONIAS DE CARVALHO
Assessora Administrativa

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
4ª REGIÃO

PORTARIA CODIN Nº 1.431, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

os termos de denúncia protocolizada perante o Ministério Público do Trabalho, em 09/08/2011, sob o nº 007206, noticiando possível frustração na obtenção de novo emprego por parte de um ex-empregado em razão de prestação de informações a respeito do ajuizamento de reclamatória trabalhista por parte da empresa EXPRESSO CONVENTOS LTDA, com endereço na Rua Indubel, nº 148, conjunto 215 bairro Vila Aeroporto, Guarulhos/SP, CEP 07.170-353, com inscrição no CNPJ sob o nº 59.405.336/0001-48;

que a prática denunciada, em tese, viola o disposto no artigo 1º, incisos III e IV, artigo 3º, inciso IV, artigo 5º e artigo 7º, todos da Constituição Federal, bem como outros dispositivos legais contidos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Representação nº 001177.2011.04.000/6;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 484, DE 21 DE JUNHO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa FORMOSO SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA., está sendo objeto de investigação em relação ao meio ambiente de trabalho; condições de trabalho, órgão e medidas de proteção; EPI; instalações de máquinas, resíduos, sinalização, transporte, inspeção, embargo e interdição;

DETERMINA, em 21.06.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001192.2010.08.000/1, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

RITA MOITTA PINTO DA COSTA

PORTARIA Nº 492, DE 27 DE JUNHO DE 2011

A Procuradora do Trabalho abaixo assinada, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a Empresa FAVELA-M F WALTER BAR E RESTAURANTE LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de: salário;

DETERMINA, em 27.06.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000122.2010.08.000/0, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

GISELE SANTOS FERNANDES GÓES

PORTARIA Nº 569, DE 15 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que o HOSPITAL OPHYR LOIOLA está sendo objeto de investigação, em razão de trabalho temporário na Administração Pública;

DETERMINA, em 15.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001333.2010.08.000/3, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA

PORTARIA Nº 574, DE 19 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de: acidente de trabalho típico ou por equiparação; condições sanitárias e de conforto no local de trabalho; PCMSO; instalações, máquinas, resíduos, sinalização; transporte; inspeção, embargo e interdição;

DETERMINA, em 19.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000813.2011.08.000/7, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 580, DE 20 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ está sendo objeto de investigação, em razão de irregularidade na contratação para execução de programas governamentais;

DETERMINA, em 20.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001356.2010.08.000/2, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA

PORTARIA Nº 581, DE 20 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a Empresa CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de: trabalho portuário/aquaviário;

DETERMINA, em 20.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000030.2011.08.000/0, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA

PORTARIA Nº 582, DE 20 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a Empresa CONVICON CONTEINERS DE VILA DO CONDE S/A está sendo objeto de investigação, em razão de: trabalho portuário/aquaviário;

DETERMINA, em 20.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000031.2011.08.000/8, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA

PORTARIA Nº 588, DE 22 DE JULHO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que o BANCO SANTANDER BRASIL S/A foi objeto de Representação por: assédio moral e discriminação a trabalhadores (gênero);

DETERMINA, em 22.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001218.2010.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CARLA AFONSO DE NÓVOA MELO

PORTARIA Nº 593, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CELESTE LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de salário; e assinatura de contracheques;

DETERMINA, em 25.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000563.2009.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA

PORTARIA Nº 594, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa ENDICON ENGENHARIA DE INSTALAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de: CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho; abusos decorrentes do poder hierárquico do empregador; e tratamento grosseiro dispensado pelo médico do trabalho da empresa;

DETERMINA, em 25.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001415.2010.08.000/9, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 595, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que as empresas CONSTRUTORA TENDA S/A e FIT 10 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. estão sendo objeto de investigação, em razão de: embargo ou interdição;

DETERMINA, em 25.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000482.2011.08.000/9, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 598, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa BIOPLAST SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de: CTPS e registro de empregados; FGTS; gratificação de natal; e salário;

DETERMINA, em 25.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000218.2011.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 599, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que a empresa AMAZÔNIA SERVIÇOS DE FUNDAÇÕES LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de: condições sanitárias e de conforto no local de trabalho; PCMSO; descumprimento de cláusulas de ACT/CCT; CTPS e registro de empregados; não apresentação de documentos à Fiscalização do Trabalho; remuneração e benefícios;

DETERMINA, em 25.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000475.2011.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 600, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa VIA METROPOLITANA LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de: acidente de trabalho típico ou por equiparação; condições sanitárias e de conforto no local de trabalho; e CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho;

DETERMINA, em 25.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001331.2010.08.000/2, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 601, DE 25 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa MORADIA FORMAS DESLIZANTES LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de: instalações, máquinas, resíduos, sinalização, transporte, inspeção, embargo e interdição: edificações;

DETERMINA, em 25.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000824.2011.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 617, DE 27 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a SOCIPE - COOPERATIVA DA INDÚSTRIA PECUÁRIA DO PARÁ está sendo objeto de investigação em razão de mão pagamento do 13º salário;

DETERMINA, em 27.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001438.2011.08.000/8, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Antônio Duval Amorim do Espírito Santo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA

PORTARIA Nº 619, DE 28 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que as empresas RC VASCONCELOS LTDA. e ULTRAGÁS - BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA. estão sendo objeto de investigação em razão de desvirtuamento da intermediação de mão-de-obra ou da terceirização de serviços e descumprimento de cláusula de convenção ou acordo coletivo;

DETERMINA, em 28.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000005.2011.08.000/8, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Antônio Duval Amorim do Espírito Santo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA

PORTARIA Nº 624, DE 29 DE JULHO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a EMPRESA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO LTDA., está sendo objeto de investigação em relação a contratação de seguranças para escolta armada sem observância de lei específica;

DETERMINA, em 29.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000028.2011.08.000/0, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CARLA AFONSO DE NÓVOA MELO

PORTARIA Nº 625, DE 29 DE JULHO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que o GRUPO VIP SERVICE LTDA., está sendo objeto de investigação em relação a Fraudes à relação de emprego; desvio de função; jornada de trabalho; jornada extraordinária em desacordo com a lei e vale-transporte

DETERMINA, em 29.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001403.2010.08.000/1, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CARLA AFONSO DE NÓVOA MELO

PORTARIA Nº 627, DE 29 DE JULHO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa LOJA CENTRAL DE CONFECÇÕES, está sendo objeto de investigação em relação a CTPS e registro de empregados e tarefas humilhantes e vigilância sobre os funcionários;

DETERMINA, em 29.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001285.2010.08.000/9, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

CARLA AFONSO DE NÓVOA MELO

PORTARIA Nº 629, DE 21 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que o noticiado GIAN REFRIGERAÇÃO, está sendo objeto de investigação em razão da não anotação de CTPS de empregado o qual cumpre pena da Vara de Execução Penal da Comarca de Macapá.

DETERMINA, em 21.07.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000239.2011.08.001/9, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

PORTARIA Nº 630, DE 21 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que os noticiados LUIZ NAZARENO BRITO SARMENTO, e STUDEX BRINCOS E PIERCING estão sendo objeto de investigação em razão da não anotação de CTPS de empregado o qual cumpre pena da Vara de Execução Penal da Comarca de Macapá.

DETERMINA, em 21.07.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000242.2011.08.001/1, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

PORTARIA Nº 631, DE 21 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que o noticiado J. N. REBELO DA FONSECA - ME (RAMADAN VARIEDADES), está sendo objeto de investigação em razão da não anotação de CTPS de empregado o qual cumpre pena da Vara de Execução Penal da Comarca de Macapá.

DETERMINA, em 21.07.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000244.2011.08.001/4, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

PORTARIA Nº 632, DE 21 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que os noticiados BENJAMIM DE SOUZA FERREIRA JUNIOR e ACADEMIA BODY SPACE estão sendo objeto de investigação em razão da não anotação de CTPS de empregado o qual cumpre pena da Vara de Execução Penal da Comarca de Macapá.

DETERMINA, em 21.07.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000259.2011.08.001/3, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

PORTARIA Nº 633, DE 21 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que o noticiado SANTOS & ALBUQUERQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, está sendo objeto de investigação em razão da não anotação de CTPS de empregado o qual cumpre pena da Vara de Execução Penal da Comarca de Macapá.

DETERMINA, em 21.07.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000262.2011.08.001/6, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

PORTARIA Nº 634, DE 21 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que o noticiado JOSÉ AUGUSTO CARDOSO CAMPOS, está sendo objeto de investigação em razão da não anotação de CTPS de empregado o qual cumpre pena da Vara de Execução Penal da Comarca de Macapá.

DETERMINA, em 21.07.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000233.2011.08.001/0, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

PORTARIA Nº 635, DE 21 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que o noticiado ANELIO DOS PASSOS, está sendo objeto de investigação em razão da não anotação de CTPS de empregado o qual cumpre pena da Vara de Execução Penal da Comarca de Macapá.

DETERMINA, em 21.07.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000235.2011.08.001/3, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MARCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 637, DE 26 DE JULHO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho, por seu membro infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos artigos 1º e 2º, § 10, da Resolução nº. 69/2007 do CSMPT.

Considerando que o Sindicato dos Trabalhadores em Asseio e Conservação do Estado do Amapá - STACAP, encontra-se sob investigação na notícia de fato no. 000211.2011.08.001/3, na qual se vislumbra possíveis irregularidades quanto a: eleições sindicais; conduta antissindical; não prestação de assistência jurídica por sindicato judicial e extrajudicialmente; e cobrança indevida de honorários advocatícios.

DETERMINA, assim, em 26.07.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.o 000211.2011.08.001/3, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

SÍLVIA SILVA DA SILVA
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 640, DE 13 DE JULHO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho, por seu membro infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos artigos 1º e 2º, § 10, da Resolução nº. 69/2007 do CSMPT.

Considerando que a empresa CESPAP (UVA) - CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISISONAL DO AMAPÁ está sendo objeto de investigação em relação a descontos indevidos e a empresa INSTITUTO APOENA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL LTDA, MANTENEDORA DA FACULDADE DE TECNOLOGIA DE MACAPÁ (FTA) está sendo investigada quanto ao registro de empregados e descontos indevidos.

DETERMINA, assim, em 13.07.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000017.2011.08.001/3, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e se cumpra.

SÍLVIA SILVA DA SILVA
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 558, DE 13 DE JULHO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a EMPRESA DE TRANSPORTES NOVA MARAMBAIA LTDA. está sendo objeto de investigação, em razão de: condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho; anotação e controle de jornada; jornada excessiva; não aceitação de atestados médicos;

DETERMINA, em 13.07.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000193.2011.08.000/8, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 605, DE 26 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que a noticiada ENGEFIX CONSTRUÇÕES LTDA está sendo objeto de investigação em virtude de inspeção realizada no curso da "Semana de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Indústria da Construção Civil" nas instalações da noticiada em que foram constatadas diversas irregularidades referentes à segurança e saúde dos trabalhadores.

DETERMINA, em 25.05.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000083.2011.08.001/4, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

Publique-se, registre-se e autue-se.

PAULO ISAN COIMBRA DA SILVA JÚNIOR

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 31, DE 30 DE AGOSTO DE 2011
(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro Valmir Campelo
Representante do Ministério Público: Dr. Paulo Soares Bugarin
Secretário da Sessão: AUFC Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (presente de acordo com o entendimento firmado pelo Tribunal Pleno na Sessão Ordinária realizada em 26 de outubro de 1994 - Ata n° 50/94), José Múcio Monteiro, do Ministro-Substituto convocado Marcos Bemquerer Costa (exercendo as funções de Ministro em virtude da vacância do cargo, cf. Portaria n° 220/2011), do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, bem como do Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, o Presidente da Primeira Câmara, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Ordinária da Primeira Câmara às quinze horas (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 30, da Sessão Ordinária realizada em 23 de agosto de 2011, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

O Anexo desta Ata, de acordo com a Resolução TCU n° 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira Câmara aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de n°s 6856 a 7382, conforme Pauta n° 31/2011, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143, e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Ministro Valmir Campelo (Relação nº 26):

ACÓRDÃO Nº 6856/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.915/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celia Regina Silveira de Souza (153.697.491-91); Dorival Padovan (802.813.468-87); Eduardo Mendes Ribeiro (096.819.731-00); Ina Nunes Pinheiro (120.356.611-53); Jose Ribamar Barros Penha (037.232.752-49); Maria Mercia Moreira (089.496.701-00); Maria de Fatima Xavier Hygino Souza (179.312.821-91); Vania Amaral Oliveira Alves (185.200.731-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6857/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.070/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amery Moises Nadir (028.768.769-49); Amilton dos Reis (023.274.147-68); Ana Lucia Fernandes Ferreira (266.920.747-20); Ana Maria Ramos Avila (034.019.521-53); Anatolio Mamontow (052.247.218-49); Andre Romar Fernandes (037.890.637-20); Anita Ruiz Piotto (133.027.280-34); Antonio Abdon de Holanda Coelho (003.881.654-72); Antonio Amorim de Souza (005.014.334-49); Antonio Araripe Barbosa Filho (043.287.367-87); Antonio Bento de Araujo Lima Filho (041.685.777-91); Antonio Carlos Cardoso de Oliveira (044.100.687-68); Antonio Carlos Carpena de Amorim (037.372.927-87); Antonio Carlos Coelho da Costa (047.737.217-15); Antonio Carlos Gonçalves Rodrigues (020.096.927-72); Antonio Carlos Mendonça de Lima e Silva (043.054.187-20); Antonio Carlos Tognetti (042.970.917-04); Antonio Carlos Yazeji Cardoso (041.590.637-72); Antonio Fernandes do Nascimento (003.174.204-10); Antonio Fernando Dias Lopes (004.934.304-15); Antonio Ferreira de Almeida Filho (041.600.457-15); Antonio Gonçalves da Conceição (113.610.931-53); Antonio Jose Lavio Teixeira (008.348.661-53); Antonio Jose Soares de Oliveira (021.573.307-04); Antonio Lira da Silva (006.369.324-00); Antonio Lobo Esteves Junior (026.226.297-53); Antonio Manoel Quintas Alves (027.233.607-68); Antonio Marco Ferreira de Lima Campos (003.426.290-34); Antonio Ribamar Vasconcelos (021.547.817-72); Antonio Ribeiro Pontes Filho (007.292.990-15); Antonio Ribeiro de Souza (043.830.957-04); Antonio Rodrigues (006.720.416-34); Antonio Ruy Teixeira de Pinho (045.180.207-15); Antonio Soares de Azevedo (045.329.107-49); Aquilina Luiza Torres de Paula Santos (020.594.958-49); Ariadne Tatiana do Amaral Castilho (616.218.468-49); Arimar Cordeiro Couto (002.148.091-53); Aristides Benini (008.289.396-91); Armando Castilho Diniz (021.071.477-87); Armando do Faulhaber Campos (045.106.407-06); Armando Gomes de Azevedo (026.648.367-49).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6858/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.138/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fatima Macedo Therezo (340.759.927-72); Mariana Granja Arakaki (174.939.351-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6859/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.917/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adauto de Souza Marinho (038.387.654-00); Benedito Berto dos Santos (087.986.724-87); Jefferson Marinho de Araújo (007.906.124-96); José Gomes da Silva (042.014.264-91); João Guilherme da Silva (031.727.594-15); Ladirson Marinho de Araujo (004.724.254-04); Maria Isaurina Oliveira dos Anjos (089.533.684-72); Nasy Maria Calheiros de Freitas Lins (031.620.104-97); Oseas Portela de Morais (087.796.354-15); Reinaldo de Lima Oliveira (061.598.344-87); Yeda Lucia de Almeida (031.496.684-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6860/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.920/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antenor Alberto Ribeiro de Amorim (028.879.757-49); Felismina Faria Nascimento Sant'Anna (463.597.707-25); Jose Morais (254.775.017-15); Maria do Carmo Rosario (479.076.817-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6861/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.923/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dina Sampaio Faria Gasparini (989.120.388-34); Jose Vicente Filho (042.790.004-25)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6862/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.925/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abelardo de Andrade Lima (175.625.387-00); Afonso Freitas de Lamare (025.510.397-20); Angelina Dias dos Santos (348.001.157-87); Dailton Doria (257.727.757-15); Diana Netto Teixeira (039.414.187-34); Dilson Bizzo de Mendonça (391.446.667-72); Erotildes Santos (231.395.877-91); Inez Ivanir Tramontin (212.141.827-04); Jorge da Costa Martins (099.920.497-15); José Agostinho Madeira (208.914.747-49); José Ribamar Bezerra (052.956.707-59); Leda Maria José de Santana (335.893.807-72); Luiz Iguaracy Guimarães Nascimento (175.257.057-04); Maria Aparecida Clemente (269.671.707-91); Maria da Conceição Barbosa Dantas (090.946.287-91); Maria da Gloria Oliveira Pereira (068.953.287-34); Merinalva Frejat (027.887.807-53); Miguel Gomes da Silva (238.093.707-97); Newton Ferreira Rocha (062.398.037-15); Odahyr Ferreira da Silva (059.981.907-34); Palmyra Tonelotto (296.042.067-53); Regina Lucy de Moraes Salemi (330.037.777-34); Sebastião Soares Peixoto (207.474.627-04); Severino Galdino de Oliveira (329.170.907-15); Suely de Fatima Bivar Neves (335.485.877-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6863/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.040/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cid Daniel Leonardelli Soledade (190.408.577-68); Eliezer Fernandes Tunala (245.028.207-68); Maria Lucia Leite Braga (367.146.157-87); Marlene Barbosa Andrade (631.955.347-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6864/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.510/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Angelita Maurício Miranda Moreno (286.356.716-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6865/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.512/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Machado (214.528.576-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6866/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.175/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celia Maria Silva de Moraes Bittencourt (403.317.927-53); Edgard da Luz Aguiar (452.502.277-91); Haroldo Soares de Campos Donola (275.870.537-00); Ivan Silva (299.339.787-72); Lylian Silveira Giudice Fittipaldi (036.846.447-49); Maria Luiza Lopes (183.649.697-49); Miriam de Souza Barros (103.157.057-87); Paulo Bruzzi Cochrane (037.466.077-87).1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6867/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.182/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Fernandes de Oliveira (111.280.034-49); Antonio Galba Zloccowick (039.249.477-91); Armando de Freitas Machado (004.565.604-59); Cícero Ferreira Silva (088.154.534-15); Cincinato de Souza Bezerra (003.268.444-49); Elia Moreira de Araujo Beltrão (164.382.647-68); Elina Lages Vieira da Silva (025.684.388-00); Jose Marques Luz (004.222.584-15); Luiz Lopes de Medeiros Duarte (001.051.804-59); Luiza Almeida Santos (503.752.885-20); Nelson Alves de Carvalho (050.356.354-49); Olivar de Oliveira Lisboa (039.830.644-34); Paulo Serapiao Calheiros (003.479.144-20); Pedro Manoel dos Santos (031.619.514-68); Tereza Diniz Chaves (061.602.634-04); Wilson Helcias (003.320.624-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6868/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.183/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alzira Passos Ribeiro (000.942.263-34); Arsace de Castro Sousa (000.273.243-20); Eneida Duarte de Carvalho (146.091.773-15); Jony Alves dos Santos (000.337.582-04); Lucas Fernandes da Silva (120.225.783-68); Manoel Cipriano Lira (003.037.203-87); Maria Olimpia Silva Bezerra (224.132.433-72); Maria de Lourdes Aguiar Carvalho (003.029.373-15); Maria do Socorro Freitas e Silva (067.535.903-15); Nilce Pontes (003.173.063-91); Raimundo Belém Marques (001.648.953-53); Raimundo da Silva Ribeiro (047.114.837-72); Rita Farias Carneiro (000.977.133-68); Valnice Gomes do Nascimento (002.944.543-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6869/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.186/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adelmar Luiz Cardoso (195.502.517-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6870/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.187/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abílio de Castro Cotta (000.144.006-34); Augusta Gomes de Souza (160.439.106-59); Dalton Pimenta (081.176.086-34); Geraldo de Almeida Barreto (311.917.116-68); José Rodrigues de Amorim (003.941.576-72); Maria da Penha Costa Novaes (009.895.766-04); Odete Rezende (024.903.156-68); Sebastião Ferreira Trindade (014.725.006-44)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6871/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.188/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alfredo Pessôa Corrêa (006.018.372-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Pará
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6872/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.191/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Assumpção Dantas Cortez (041.074.034-91); Maria dos Anjos Cabral de Medeiros (813.389.294-53); Nivaldo dos Santos (155.532.214-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6873/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.193/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucia da Fonseca (583.546.037-68); Lucy Drude Coelho (425.663.127-53); Luiz Sergio Cosendey (172.489.227-49); Marcos Lisboa Alves de Souza (051.734.007-06); Maria Apparecida Vianna de Araujo (330.393.137-20); Maria Francisca Tereza de Oliveira Morais (064.095.633-53); Maria Itala Caldas Pascoa (045.447.817-87); Maria Zenaide Rocha da Camara Lima (539.070.007-49); Maria da Conceição Pires Cipola (273.462.777-91); Marilda Vieira Franklin (363.299.837-04); Moacir Bezerra (206.187.007-49); Nelsina Barbosa da Silveira (022.576.707-44); Newton José de Alcântara (047.704.807-25); Nilson Borges Martins (407.001.277-04); Onofre Moreira da Silva (066.107.307-68); Osmar Nunes Melo (109.444.437-53); Petrônio Peçanha da Silva

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(051.487.907-68); Raimundo Nonato da Penha (017.909.277-49); Regina Celia Bruno de Lima (784.219.857-87); Renato Peixoto Kotowski (543.977.077-15); Ronaldo de Paula Braga (031.814.647-91); Ruth Ferreira Barbosa Messias (225.271.337-20); Sabu do Patrocinio da Cunha (452.755.487-53); Salviano Camilo Dias (181.007.596-34); Sandra Maria Nobre Escovedo (316.295.637-49); Sebastião Teixeira da Cunha (085.840.287-49); Sebastião Abeid (338.067.137-15); Silvio Magalhães Ribeiro (260.899.557-87); Sonia Maria Ribeiro de Mattos (922.146.817-87); Tania Cardoso (403.279.307-72); Teresinha Maria Moreira Prado (217.199.697-87); Thiago Vieira (284.832.517-87); Ubirajara de Souza (067.608.057-04); Ulysses Costa Lima (031.627.027-04); Victor Orlando de Andrade (043.244.717-20); Waldyr Soares (314.312.087-87); Wilson da Silva Peixoto (192.137.787-91); Wilson de Paula Mendes (019.713.957-49); Zeni Dutra de Lima (384.433.337-15); Zuleika Tavares de Almeida (263.389.987-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6874/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.196/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Odette Vieira Porto (046.058.968-72); Onofre Expedito Brandão (463.597.968-72); Oswaldo Sapienza (020.142.548-34);Pedro Meleiro (117.603.898-20); Pedro Rodrigues Camargo Neto (093.985.118-00); Roberto Lopes da Cunha (024.968.108-06); Roque Nunes Rodrigues (613.798.758-20); Roque Robortella (072.285.468-49); Rosa Nacarato de Gusmão (033.713.018-34); Ruth de Brito (059.430.198-04); Sidney Ferreira Almeida (090.922.938-49); Valentino Paulo Tassi (009.504.750-68); Venício Cipriano Eugênio Angrimani (126.599.168-53); Vicente de Paula Panzero (046.718.568-91); Victor Pereira Caixeta (086.495.708-44); Virgilio Pontes (139.649.258-53); Wilson Freitas (048.011.568-00); Yvette Curvello Rocha (031.104.198-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6875/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.315/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Amazona de Oliveira Monteiro (019.875.772-72); Analia Ferreira de Araujo (074.692.092-04); Ananias Jacintho Pereira (033.740.681-20); Antonio Francisco da Silva (015.072.652-04); Bernardo da Silva (017.966.312-72); Cecilia Albuquerque de Almeida (153.933.992-00); Francisco Santiago da Costa (072.895.532-68); Jaime Marques Brasil de Magalhães (009.392.772-04); Jose Gomes de Araujo (003.289.602-68); Jose Holanda Rodrigues (112.423.022-04); Marcelino Mendes da Costa (036.701.122-00); Mario Ferreira da Silva (110.291.611-00); Oceano Manoel dos Santos (027.856.762-20); Paulo Coutinho Josua (244.720.001-30); Paulo dos Santos Camarão (112.346.442-15); Sebastião Bento da Silva (027.907.932-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6876/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.318/2011-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: América Trindade de França (006.175.392-00); Eugenio Joaquim da Silva (127.822.707-53); Joana D'arc Bezerra de Souza (018.717.574-87); Jorge da Silva Campos (006.369.676-20); Maria José Costa Coelho (467.301.507-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6877/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.343/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Abidoral Pereira dos Santos (103.247.552-87); Adelia Piedade Chaves (051.714.822-68); Alcides Cipriano da Silva (040.803.942-68); Aleixo Hipano (114.163.352-34); Alejandro Yague Mayor (156.828.708-91); Alfredo Felix (106.595.792-00); Ana de Souza Lopes (080.280.872-72); Antonio Delgado (787.617.788-34); Antonio Marques de Aguiar (036.025.752-68); Antônia Feitosa de Almeida (084.435.212-87); Antônio Borba Pantoja (040.451.812-53); Antônio Carlos Sampaio Nunes de Mello (001.519.712-34); Apolonia de Souza Gomes (060.614.942-20); Arlindo Moura da Silva (024.832.892-15); Arthur Bernardes Calzavara (009.258.882-49); Aurelia Banfield (001.134.172-68); Auzeni Pereira da Silva (048.276.512-72); Benedita de Brito (106.635.332-87); Benedito Alvaro de Oliveira (052.257.872-15); Biana Freitas dos Santos (020.425.682-87); Bolívar Marcelino (003.119.602-00); Carlos Alberto Pereira da Silva (079.974.692-49); Carlos Felisberto (172.581.548-68); Cilo Pereira Neves (060.796.102-30); Clair da Silva Weyh (114.919.812-53); Clarisse Messias Shocknnes (563.475.102-00); Claudionor Silva (021.805.612-53); Delclides Lacerda (090.977.162-68); Denise Accorsi Tomio Colaço (607.718.878-68); Doraci Diogo dos Santos (048.304.152-15); Elier Grangeiro da Costa (143.123.872-49); Esmeralda dos Santos Tavares (084.721.812-00); Ester Teixeira de Almeida (139.289.372-00); Firmino Ferraz Filho (082.309.942-34); Francisco Alves dos Santos (052.170.832-04); Francisco Bezerra Neto (106.726.992-49); Francisco Pereira do Nascimento (113.202.812-49); Francisco de Lima Barbosa (096.457.212-53); Geny Macedo (488.986.277-34); Geraldo Sales Rodrigues (003.723.744-68); Gercino Veloso dos Santos (068.182.932-04); Gerlado Pereira dos Santos (044.947.332-53); Hilda Amalia Petereit Graciano (044.659.032-00); Hilda da Silva Alves (283.103.149-49); Hirton de Souza Freitas (115.401.332-49); Imair Teresinha dos Santos (349.310.402-25); Iraci Barbosa Gois (037.029.872-15); Jayme Prestes Barreiros (085.428.802-34); Joana Alice Ferreira Bordiga (323.655.199-20); João Batista Ferreira da Silva (021.970.812-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6878/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.344/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Carlos Ribeiro (058.574.492-00); José Francisco de Oliveira (079.539.252-49); José Joaquim da Silva (114.864.222-68); José Moura da Silva (028.280.572-91); José Procópio da Silva (070.092.082-04); José Valadão Filho (190.632.372-00); José de Oliveira Lima (084.484.692-91); João Olmiro Hoffmann (026.964.440-72); João Rebosco da Silva (030.583.792-34); João de Oliveira Sena (024.985.372-87); Lavínio Muniz de Freitas (022.888.931-68); Leda Alves Correa (022.898.142-53); Luiza Adalco Cortez (024.984.132-00); Lúcia Selhorst dos Santos (316.504.302-72); Manoel Erasmo de Carvalho (037.175.002-44); Manoel Ferreira da Silva (079.547.352-49); Manoel Maciel Nunes (037.138.732-91); Maria Aleuda Nunes de Souza (040.564.262-87); Maria Benedita Ramos Lizardo (103.100.102-68); Maria Eliza da Costa (106.610.932-04); Maria Ferreira de Morais (058.427.942-68); Maria Gomes da Silva (026.429.482-34); Maria José da Silva (051.400.802-49); Maria Lidia Gomes Portugal (103.240.702-68); Maria Nascimento do Rego Cavalcante (052.453.623-68); Maria Neusa Celestino Vasconcelos (341.132.072-91); Maria Resende Vieira (085.143.642-00); Maria Rodrigues da Silva (025.000.602-25); Maria Sabina da Cruz (051.889.202-63); Maria Sobreira Rêgo (513.746.762-68); Maria Zilda Moreira Veronese (085.477.422-04); Maria da Conceição dos Santos Nunes (139.028.732-72); Maria da Silva Lima (115.310.452-00); Maria das Graças Cardoso (153.556.242-00); Maria de Lourdes (106.410.092-91); Maria de Nazaré Guimarães dos Santos (035.943.192-53); Maria de Nazaré Souza Lima (079.884.782-49); Maria de Oliveira Silva (051.700.952-87); Maria de Paula Renon (161.824.212-15); Maria de Souza Lima (106.871.302-04); Maria do Carmo Ribeiro Viamonte (030.639.092-20); Marilda Gomes Somenzari (058.422.632-20); Martins Fernandes Emiliano (106.916.342-20); Nair Linhares Ferreira (084.546.202-49); Natanael Pereira Luna (040.597.604-63); Neemea Moreira Curcio (090.771.622-91); Nevilde Zamai Rigoni (107.143.672-49); Orici Ereira de Oliveira (021.622.452-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6879/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.409/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Sonia Maria Lana Pimenta de Moraes Andrade (220.598.227-34); Ubaldo Castilho de Alcântara (004.012.425-87); Vania Stojak Duarte (037.876.567-15); Veimar Vieira (115.535.451-68); Vera Lucia de Carvalho Fernandes Mourão (046.783.461-04); Victor Leopoldo Vellasco Polito (073.065.711-68)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6880/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.431/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Daishiro Sinohara (021.127.287-68); Marcos Fernando Sotto Mayor de Oliveira (176.021.307-15)

1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6881/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.449/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Mario Antonio Passos (096.138.387-91); Orlando dos Santos Campos (086.040.027-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6882/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

1. Processo TC-024.450/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benigna Diniz da Silva (066.887.216-00); Carlos Monteiro de Barros (003.540.826-04); Francisco Pawlow (580.000.208-82)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6883/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.452/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mauro Rocha (007.296.556-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6884/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.453/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aloísio Rodrigues Moura (003.396.284-72); Ivanor Pinto de Lemos (025.072.424-34); José Caboclo de Albuquerque (035.672.734-34); José Heriberto Alves Barreto (129.439.837-72); João do Nascimento Reis (008.586.764-00); Luiz Teixeira Machado (002.313.044-04); Washington Ferreira de Lima (020.400.004-10)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Paraíba
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6885/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.456/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Pinto (019.715.307-00); Antonio Rodrigues Galheiro (128.914.957-72); Aryval Pinto Pacca (052.094.397-04); Ataíde Teixeira dos Santos (059.585.637-34); Carlos Cesar Borges (020.398.937-68); Eduardo Pereira Lopes (048.854.817-91); Geraldo Meyer de Souza Carneiro (011.753.787-04); Hans Georg Sippel (075.043.304-34); Hercules Mariani Oliveira Xavier (012.155.587-91); Humberto Gonçalves Rocha (050.220.887-20); Hylmara de Macedo Cardoso (030.274.497-53); Hélio Carlos Cox (008.235.547-91); Inah de Paula Santos Guedes (437.337.607-78); Jorge de Mello Silva (026.054.147-87); Jose Ferreira Alves (076.552.237-34); Jose Martins de Vasconcelos Junior (032.753.967-49); Judite Dieppe de Lima (055.883.167-20); Jurema Augusto Barbosa (033.037.647-00); Lino Gonçalves da Costa (183.651.167-15); Manoel de Lima (066.387.327-49); Maria Adriana de Gois Ribeiro (203.132.763-15); Maria Isabel Antunes Ferraz (030.484.977-49); Maria Izabel Bahiana Gonçalves de Oliveira (553.713.377-68); Maria José de São José Carvalho (425.886.857-49); Maria Rios Cardoso (296.014.447-34); Marilia de Souza Stumpf (097.101.597-04); Natália Rufina Vieira de Oliveira (256.468.777-68); Nelson Costa Arantes (022.538.957-68); Nelson Miguez da Silva (085.006.737-53); Newton Martelotta (009.843.537-04); Olga de Jesus Monfort (039.562.537-87); Pascoal Longo Filho (012.303.287-34); Paulo Milton Pratres D'aquino (316.171.827-53); Ricardo Pereira da Silva (350.404.247-87); Rogerio de Oliveira Mendonça (077.089.207-87); Sueli Falcão Villela (263.736.107-72); Therezinha Yara Andretti Rodrigues (031.219.927-91); Waldemiro Ferreira (264.530.457-53); Walter Pinheiro (053.594.817-49); Zilda Maria Barreto (182.852.017-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6886/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.458/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcides Martins (013.797.558-91); Antonio dos Santos (138.971.108-06); Belmiro Augusto Nascimento (030.975.608-15); José Alberto da Silva (727.279.858-00); Marcio Machado Gelli (073.445.558-59); Severino do Ramo (058.915.317-04); Vanderlei Garcia Girardi (125.858.908-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6887/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.563/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfredo Venancio de Souza Cruz (020.905.972-91); Ana da Costa Cunha (047.590.362-53); Antonio Herculano da Silva (077.416.262-72); Antonio Pereira de Souza (031.176.342-15); Ciberval Dantas Damasceno (009.403.562-87); Edna Cecilia Souza de Paula (134.714.902-30); Euzebio Gonçalves Dias (263.836.402-91); Francisco Edson Lopes (074.767.872-34); Francisco Evangelista de Pinho (070.090.032-20); Herlane Maria da Silva Coelho (225.365.312-87); José Francisco dos Santos Melo (017.723.922-00); Manoel da Vera Cruz Cavalcante (008.010.462-20); Maria Eugenia Lima Guivara (164.131.802-34); Maria Julieta Pereira da Silva (112.535.762-20); Maria Selma Ferreira de Souza (074.903.482-34); Pedrina Ferreira Costa Souza (149.772.222-53); Raimunda Pereira da Luz (112.494.472-91); Raimundo Oliveira da Silva (030.934.922-20); Sebastião Roberto Reis (053.254.122-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6888/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.604/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcimar Chaves de Melo (001.478.422-04); Alfredo Pessoa Correa (006.018.372-15); Aline Lopes Teixeira (039.352.722-00); Almiro Filinto Cruz (054.098.293-87); Antonio Venerando de Matos (085.229.952-49); Arinda Guarim de Souza Oliveira (025.899.312-04); Benedito Álvaro de Oliveira (052.257.872-15); Elias Moreira Rodrigues (110.569.081-49); Flavio Evaldo Rodrigues (013.754.312-34); Francisca Alves Fernandes (037.063.702-04); Francisca Zilma da Silva (079.932.342-04); Francisco de Oliveira Barros (139.028.492-15); Hervino Campin (078.401.609-72); Hilda Analia do Nascimento (085.084.452-53); Irineia de Souza Lima (005.761.232-34); Itamar Duarte Maduro (005.722.252-53); João Barbosa de Carvalho (020.105.182-68); João Porfirio do Nascimento (021.708.922-49); Jose Candido de Lima (149.538.972-34); Jose Costa (048.277.592-00); Jose Guilherme de Souza (084.719.912-68); Jose Moacir Silva (106.722.812-87); Jose Rodrigues de Souza (026.438.552-72); Lindivania Mendes da Silva Fernandes (102.848.342-20); Manoel Rodrigues da Silva (037.163.172-68); Maria Aparecida Silva (419.289.202-25); Maria Gomes da Costa Gonçalves (036.997.652-53); Maria Inacia da Silva (011.593.052-34); Maria Natividade Aguiar dos Reis (024.828.862-87); Maria Vandira do Nascimento Niza (191.224.462-49); Maria Vieira Bitencourt (478.860.722-00); Marilda Gomes Somenzari (058.422.632-20); Marlene Trifiatis Amorim (084.632.982-49); Neuza Souza de Albuquerque (044.683.092-53); Paulo Roberto Otto Barboza (385.499.997-68); Serys Fausta Marques (115.570.442-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6889/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.289/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilton de Lemos Matta (010.412.231-53)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal - STF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6890/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.184/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Giuliano Zapelini (935.598.529-00); Graziely Turnes Carpes (007.795.849-70); Guerino Possani Filho (211.081.029-72); Guilherme Bertoldo (053.350.029-05); Gustavo Adolfo Konig (006.472.199-05); Hamilton da Silva Machado (716.234.260-49); Helaine Cristina C Hoffman Feldhaus (032.957.019-62); Hermando de Gracia Tossatti (025.389.609-67); Hildeberto Krieck (660.181.889-53); Ivandro Lessa Heidemann (034.195.879-45); Ivelto Kuhlkamp (051.611.059-41); Jane Giacomin de Bortoli (006.870.119-57); Janete Maria da Silva (534.636.419-68); Jaqueline Gehrke (055.221.749-27); Jean Marlon Miskievicz (019.439.509-03); Jean Ricardo de Souza (004.468.309-09); João Alcides Olenski (491.403.029-20); João Guilherme Nunes (051.177.659-40); João Manoel Pereira (351.645.499-72); João Rafael Rubik (046.739.249-83); Jonas Chiaradia (042.914.109-21); Jonas Reimann (039.053.029-85); Josiane Antunes de Oliveira (053.326.349-27); Josiane de Oliveira Delfes (043.061.579-54); Josimari Alzira da Silva (949.205.919-34); Juliana Damasco da Silva (007.903.069-64); Julianne Heil Pitol (004.278.449-24); Juliano Zilli Costa (007.742.159-09); Karin Michaovski (052.377.919-48); Karine Branco Damasco Martins (034.410.619-50); Katiane Klein (008.439.139-16); Katiusse Vieira da Rosa (044.131.829-01); Kleberson Luiz Isensee (027.049.759-57); Laise Sabatke (008.070.149-31); Leandro Ubirajara Kobus (009.044.539-28); Leonardo Deivid Mattos (811.783.870-20); Leonardo Ostroski (031.319.549-81); Leticia Machado Machado Vieira (007.573.689-64); Ligia Stulp Testoni (018.187.559-47); Lindamir da Silva Passos (866.796.869-20); Lirio Luiz de Mari (502.719.549-49); Lucas Gauger Espindola (041.404.389-83); Luciana Campos Ramos Lugon (729.356.939-49); Luciana Carlos Geroleti (051.847.379-10); Luciana Diniz Baumgarten (912.262.609-34); Luciana Domingues Sanvitto (005.250.009-84); Luciana Machado (791.429.319-91); Luciane Federle (024.944.019-92); Luciane Maria Jurgensen Wabersich (720.240.899-68); Luis Fernando Mascarello (035.928.199-09); Luiz Carlos Ramos Grass (646.466.539-15); Maira Massaneiro Melo (054.648.939-70); Marcela Melo Ferreira (261.251.758-80); Marcela Souza da Rosa (006.415.759-80); Marcelo Augusto da Silva (817.597.899-68); Marcelo Machado (003.992.709-14); Marcia Pastore (014.923.839-88); Marcio Thomaz (026.133.359-39); Marco Antonio Cadore (044.036.399-33); Marco Aurelio Cirilo Lemos (004.557.449-98); Mari Elizabete Freier (460.397.590-20); Maria Luiza Silva (225.541.491-00); Maria Tereza Maldaner Ghiorzi (005.888.619-28); Maria de Fatima P da Silva Montibeller (421.271.650-04); Mauricio Turatti (020.013.549-08); Michel Luis Duwe (008.047.569-88); Moacir Schurhaus (889.738.679-20); Narciso York Ferreira da Silva (018.715.409-09); Nilson Luiz Matos (514.170.309-68); Osnildo Argemiro dos Santos (433.090.209-59); Pablo Alexandre (028.347.769-54); Patricia Aparecida Franca (936.095.829-87); Patricia Bernardino Guimarães (021.965.709-23); Patricia da Cruz Pescador (018.332.929-52); Patricio Henrique Osorio Junior (033.118.639-09); Paulo Eduardo Longen Machado (004.081.699-07); Paulo Henrique Astiazara Baal (974.435.060-15); Paulo Roberto Rodrigues de Souza (516.047.449-87); Pedro Cesar Alborghetti (026.643.119-48); Rafael Bertemes Silva (007.072.709-01); Ralf Stefen Maia Bernardes (008.271.369-35); Raquel Balbinot Neves (034.490.029-02); Reginaldo Borba Godois (944.164.860-49); Renato Boeing Althof (036.771.609-79); Roberta Capistrano Duarte (785.146.149-91); Roberto Batista (038.664.309-14); Roberto Volpato (021.619.649-33); Rodrigo Guedes da Silva (035.913.359-24); Rodrigo Voss Rosa (019.245.899-07); Rogerio Eliseu Machado Junior (008.600.659-28); Rogerio Justi (746.274.909-25); Ronildo Manoel Camilo (004.355.309-50); Roque Nunes da Silva Junior (480.381.059-15); Rosana Francine Dalmina (047.566.439-65); Rosana Guimarães

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(549.903.789-20); Roseli Gomes Silva (076.676.708-62); Rosemary Steigleder Peixoto Primo Dias (214.724.401-53); Rosinete Saturno (490.186.129-87); Saandy da Silva (008.306.489-33); Samoel Cristiano Caron (037.696.279-89)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6891/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.207/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudia Carolina Nascimento Souza (827.786.392-68); Eduardo Filipe Costa Elarrat (514.852.062-00); Emanuel Francisco Silva da Paz (514.658.172-04); Gustavo Cunha Guedes (723.586.292-00); Haroldo Francisco Costa Dias (174.321.702-15); Harry Freitas da Cruz (840.026.112-72); Issa Wesche Martins (714.870.002-78); Jefferson Magalhães de Morais (694.229.582-53); José Inácio dos Santos Silva (676.575.592-68); Northon Sergio Lacerda Silva (033.228.714-95); Verônica Costa Pantoja (677.154.192-49)

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6892/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.209/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco Antonio Muniz Gomes dos Santos (263.606.753-15); Francisco Bruno Pragas Rodrigues (011.163.323-02); Francisco Carlos da Silva (022.006.824-09); Francisco Hermano Braga (664.354.123-91); Francisco Reginaldo Silva Lima (622.876.053-04); Francisco Robervan Sousa Silva (881.552.003-10); Francisco Rogerio Gomes Cruz (003.194.363-22); Francisco Silva Locio Filho (007.358.234-48); Francisco Tavares de Lima Neto (011.722.834-60); Francisco Thiago dos Passos (018.321.603-27); Francisco das Chagas Farias (875.505.714-49); Francisco de Assis Gurgel de Castro (040.514.164-53); Gabriela Parente Pinheiro (011.059.463-04); Geise Cristina de Oliveira Silva (008.487.214-46); Geison Gomes Toledo (890.887.355-49); Georgeo Ribeiro Costa (001.366.073-06); Georgeton Patricio de Sousa (018.776.944-36); Geraldo Cesar Praseres de Souza (990.483.883-68); Germana Becco da Silva (738.171.473-68); Gilberto Wagner Soares (003.246.936-56); Gilson Pereira da Silva (041.414.794-46); Gracijanio Albuquerque de Queiroz (031.445.534-50); Hemrique Borges de Souza (066.881.716-00); Iana Aparecida Figueiredo Gomes (051.301.546-90); Idelson Soares Cangussu (769.202.406-53); Igo Walfran Silva de Araujo (654.300.853-91); Iris Geza Oliveira Santos Tavares (001.842.975-08); Isabela Novaes Araujo (054.906.174-62); Isabelle Kristine Batista Sales (668.302.493-68); Isaias Paixão Junior (507.646.595-53); Ivanildo Souza Conceição (386.176.175-00); Izabel Amelia Lima de Melo (052.575.024-02); Jair Nelby Mendes Araujo (039.064.384-06); Jairo Barreto Neto (785.643.283-72); Jairo Cesar Solano Cavalcante (009.774.504-90); Jairo Ibiapina Barros Alves (753.548.703-30); Jairo de Sousa Dantas (349.232.683-87); Jales Macedo Costa Filho (042.999.634-90); Jalyson Wener Rego Carvalho (013.207.243-29); Jamara Fernandes Mendes (752.429.235-04); Jamelson Inácio da Silva (291.693.644-00); Jamil Menezes Guimarães Junior (776.185.133-68); Jamile Fadigas Cerqueira (911.071.725-00); Jamile Lima Silva (962.863.185-34); Jamile Qelem dos Santos Bonfim (837.803.195-00); Janaina Rodrigues dos Santos Carvalho (622.203.493-49); Jandyr Jose Monteiro Arruda Junior (027.292.014-24); Jane Cleyde Rodrigues de Brito (000.383.013-69); Jane Lima Mendes (974.281.403-15); Janete de Sousa Coelho (579.529.143-91); Janewton Kennedy Batista Silva (619.313.816-15); Janiclecia de Alencar Santos (045.442.474-46); Janileide de Sousa Pessoa Saraiva (000.168.343-80); Janilson Pacifico da Silva (010.924.443-51); Janio Araujo de Lacerda (652.349.013-00); Janio Nogueira dos Santos (758.591.493-87); Janisvaldo Salustiano Batista (809.865.363-34); Janluis Chaves David (029.562.734-42); Jaqueline Barros de Moraes (030.439.884-50); Jardel de Moura Barcelar (003.862.023-54); Jardson Colins Diamantino (026.484.893-47); Jasiel Costa de Santana (007.054.865-08); Jason Campos Silva (050.600.274-81); Jeane Silva Sobral (985.314.335-68); Jeanne Brandao Aquino (850.104.486-53); Jeanne de Abreu Souza (041.160.256-07); Jecsan Christi Ferreira da Costa (826.234.303-49); Jeferson Wilhams Gama Leite (563.317.625-15); Jefferson Soares Ricarte (025.056.834-92); Jeilza Dantas dos Santos Farias (011.660.644-41); Jeovane Alves dos Santos (270.041.268-03); Jilney Oliveira de Macedo (964.133.955-91); Joabe Magalhães Teixeira (971.830.405-34); Joabe de Sousa Brito Alencar (056.617.044-29); Joaisa Rodrigues Ferreira (028.046.054-69); Joalisson Rodrigues Lopes Florencio (013.684.034-50); Joana D Arc de Araujo Lucena (791.136.484-20); Joana Hudianny Almeida Mendes (834.778.453-15); João Alenxadrino de Macedo Neto (011.642.725-60); João Alexandre Medeiros Verissimo do Nascimento (625.766.314-87); João Batista Cavalcante (050.260.354-26); João Carlos Araujo Leal (839.463.143-68); João Carlos de Souza Zumba (520.240.596-00); João Crisostomo de Moura (502.327.115-34); João Duque Brandão Neto (016.478.805-05); João Francisco Ribeiro Junior (978.990.705-20); João Henrique Carvalho Santos (014.512.575-03); João Jose de Barros Neto (006.696.023-10); João Lira dos Santos (098.671.634-00); João Maciel Junior (186.773.803-10); João Maria Gondim Aquino (565.253.624-15); João Mario Bernado de Almieda (000.723.854-13); João Mario Esteves de Paula (266.402.446-91); João Messias Pereira Couto (141.402.095-34); João Paulo Amaral de Santana (006.806.365-28); João Paulo Andrade Rodrigues (631.531.903-30); João Paulo Bezerra Honorio (047.497.564-90); João Paulo de Jesus Leite (073.078.676-56); João Brito da Costa Filho (539.480.093-68); João Carlos Fernandes de Miranda Junior (807.498.013-87)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6893/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.230/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudio Gonçalves Maes (931.559.997-72); Eduardo Silva de Medeiros (072.922.457-06); Elessandra Pombo Corrêa (015.834.487-13)

1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6894/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.488/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Richardson Helierme Militão Maciel (892.252.013-20)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6895/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.600/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adilson Bomfim de Melo (648.443.239-20); Adriana Braga Misão (224.025.998-12); Adriano Diniz Castanheira (224.629.138-07); Alberto de Souza (315.617.642-72); Alessandra Zacarias Bellorio (045.168.656-02); Alessandra de Andrade Sampaio (052.672.334-39); Alexandre Boaventura Diniz (057.534.846-11); Alexsandra de Carvalho Arruda Prado (820.836.651-04); Alice Conceição Silva (511.057.486-34); Amoy Oliveira Ferraz (083.978.876-28); Ana Claudia Oliveira de Mello (970.695.821-53); Ana Flávia Medeiros de Azevedo (877.976.904-72); Ana Gabriela Gurgel Assunção (051.000.054-16); Ana Leticia dos Santos Queiroz Buzinhani (652.357.381-87); Ana Luiza Nehmy Cavalcanti (061.729.636-78); Ana Paula Moura Silva Oliveira (850.541.864-68); Andre Della Vecchia Garcia (274.429.468-36); Andrea Duarte de Moura (988.643.605-06); Andressa Wanderley Raymond Cardoso da Costa (034.123.494-02); Andreza Feliciano de Oliveira (058.687.316-38); Ane Maruzia Vitorino de Souza (595.322.112-68); Annemilia Batista Azevedo da Penha (052.293.434-00); Antonio de Oliveira Duque Junior (048.963.466-45); Bruno Figueiredo da Silveira (984.473.191-72); Camila Albuquerque Linhares (004.512.201-61); Camila Leite Xavier (006.882.451-37); Carlos Alberto Gomes de Figueiredo Junior (007.322.241-01); Daira Silvestre Soley Molin (994.161.231-53); Daniel Feijo de Oliveira (744.414.422-20); Daniel Silva Castro (030.273.401-58); Debora Pessoa Magaldi (994.961.516-04); Delcy Pereira Carvalho Filho (512.113.863-68); Denise Bautto Domingues Teixeira (044.455.426-28); Deriane Valérie Arte Ortiz (786.676.151-53); Diego Brito Tiago (994.412.922-49); Diego Martins Degani (328.150.978-93); Dinah Lins Galvão Moreira (068.101.924-76); Diogo de Almeida Lopes (339.428.748-06); Edson Rubim da Silva Reis Filho (994.990.882-53); Eduardo Parente (061.864.236-62); Erhard Otto Keske (238.641.170-20); Esther Cristina Barbosa Santana Bezerra (031.613.355-89); Eveline Tostes Miranda (012.303.714-00); Felipe Alexandre Abrantes Souza (968.472.042-49); Fernando Almeida Mizobuti (230.057.238-95); Franciele Tais Rossoni (991.476.881-49); Francisca Marcela Roseira de Carvalho (641.238.552-53); Gabriel Langie Pereira (001.826.670-30); Gabriela Albuquerque Ramos (056.863.686-43); Gabriela Andrade Oliveira (057.142.076-10); Georgio Henrique Hurbano Alves (004.446.713-31); Gisele Mussi (261.386.368-48); Gracieli Gequelin (034.332.379-64); Guglelmo Foa (125.663.267-89); Guilherme Henrique Lino da Silva (079.512.457-04); Herveton Ferreira de Souza Sobrinho (860.336.462-15); Italo Gabriel Almeida Rocha (028.513.513-97); Ivson Pordeus Gomes (007.718.753-98); Jaqueline da Silva Ramos (773.199.312-49); Jean Carlos de Oliveira Álvares da Silva (859.236.481-72); Jeane Aparecida da Silva Gomes (349.170.712-91); Jesse de Camargo Luiz (002.556.581-84); Joana Gonzaga Ronchi Reis (040.889.949-22); Joana Tavares Maciel (039.440.299-50); Joaquim Camurça Viana Junior (885.728.462-04); José Adson Silva de Albuquerque (816.950.712-04); José Augusto Souza de Campos Junior (703.477.191-04); João Henrique Pivetta (501.410.909-87); João Paulo Bernardes Viana (739.305.712-34); João Ricardo Peres dos Santos (012.457.466-18); Juliana Hatoum Machado (441.333.082-04); Juliana Kang (151.101.158-00); Juliane Baseggio (003.706.189-55); Julio Strubing Muller (690.078.451-87); Karlla Portela Santos (012.270.261-10); Kelsen Hartmann Lucki Juvenal (297.960.298-12); Leonardo Teixeira Rodrigues (009.962.403-65); Leticia Ferraz Fernandes (097.792.497-10); Lilian Aparecida Rodrigues (729.741.091-87); Liliane Miranda Correa (816.790.099-15); Linari Aparecida Ruiz Balconi (591.037.799-04); Lisandra Ishizuka Hardy (818.038.931-68); Lissandra Esnarriaga de Freitas (703.546.771-87); Lorenza Siqueira Afonso (111.772.637-18); Luciana de Santana Raimundo (014.344.195-76); Luiz Fernando Correa Perin (024.351.061-65); Luiza Pais da Costa (112.402.287-24); Luize Wanick Mattos Guimarães de Melo (106.175.277-17); Lwana Souza Pinto Costa (704.808.421-91); Maira Santana Gomes (078.343.936-93); Marcel Toyoshima (309.083.328-07); Marcia Fernanda Martins do Vale Batista Pinho (577.538.303-68); Marcos Prudente de Oliveira Correa (038.202.619-58); Marcus Vinicius Pequeno Costa (904.777.902-91); Marcus Vinicius Tinoco Alves (706.603.367-15); Mariana Ribeiro de Araújo (024.952.389-20); Mariza Monteiro de Souza Guerra (066.457.389-43); Mauro Brandão Elkhoury (012.195.601-62); Maurício Geraldo Socoloski (541.593.429-49); Márcia Lacombe Guena de Oliveira (065.713.778-29)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6896/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.601/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Michelle Fock (330.642.448-09); Michelle Jimenez da Costa (918.343.251-53); Mirian de Oliveira Gil (020.324.919-40); Nathália Pinheiro (106.859.717-83); Nilson Tsucuda (170.144.778-97); Nubia Souza Lima Alessandrini (034.458.926-95); Oscar José Merlin Junior (003.066.361-07); Paulo Henrique Osório Flores (005.636.601-98); Pedro Thiago Costa (309.316.098-79); Poliana Fonseca Prado Brandão (051.044.286-21); Priscyla Mara de Carvalho Nascimento (005.373.581-10); Rafael de Moraes Pereira (010.077.201-31); Raquel Nobre Lafeta (013.466.176-19); Raquel de Sales Lima (883.259.462-53); Renato Candido Bueno (061.263.526-02); Roberta Rubino Ramos (078.640.627-50); Roberto Serrão Cezar Filho (666.657.013-87); Rodolfo Bergamaschi Herrmann (011.026.380-48); Rodrigo Cavalcante Barreto (051.756.854-30); Rodrigo Leal Viana (095.340.646-61); Rodrigo Monguilhott Dalmarco (047.401.869-50); Rogerio Bevilacqua (033.578.096-21); Rosemberg Barbosa Lira de Souza (944.437.262-68); Saulo Robson da Silva Gomes (789.633.972-20); Sergio Martins da Silva (489.477.091-15); Soraia Nadaline Loer (990.162.149-68); Stefanie Neiva Maiwald (045.281.354-93); Stephane Malheiro Launay (219.349.338-30); Susana Minami Suzuki (018.907.799-97); Sérgio Luís dos Santos Berben (019.148.099-12); Teresinha Ferreira Alves (022.023.659-31); Thaize Reis de Souza Oliveira (002.212.455-10); Thamima Siquara Sobral (815.183.665-20); Thaís Maria Labegalini Guzzi (049.429.129-03); Thiago Borges Gonçalves (072.773.816-02); Thiago Lamego Cardoso (090.601.776-90); Valéria Von Atzingen Faria (281.262.638-06); Veridiane Ferreira dos Santos (524.306.262-68); Victor Hugo dos Santos Castro (105.218.207-07); Weila de Rezende Torres (052.187.466-14); Zahra Faheina Gadelha (001.409.793-10)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6897/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.653/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana de Faria Vieira (796.227.716-53); Alejandro Daniel Batista Gonzalez (016.639.247-24); Allysson Rodrigo Albuquerque Rocha (077.621.164-19); Amanda Batista Feitosa (026.939.994-13); Amanda Raulino de Souza Guedes (009.860.094-07); Amanda Veiga Castanheira (014.460.506-61); Ana Carolina Farias Câmara da Silva (028.062.334-88); Ana Carolina Piancastelli Sales (041.099.926-13); Ana Clara Pereira de Alcântara (026.318.293-28); Anay Montenegro do Nascimento (025.331.604-90); Andre Arcas de Souza (224.055.208-50); Andre Sobral Franco (664.054.403-20); Andreia Lopes Muniz Corrêa (011.702.164-47); André Luis de Sousa Araújo (006.935.993-83); Anne Emily Cintra Marques (002.972.433-30); Antonio de Pádua Freitas Júnior (050.338.224-89); Aristóteles da Silveira Filho (014.546.983-22); Arthur Victor de Sá Rodrigues Morais (039.913.484-03); Aureliza Tavares Cabral (013.880.684-51); Bruno Alencar de Albuquerque (032.353.064-80); Carla Patrícia Albuquerque de Oliveira (037.959.224-02); Carolina Hilst Carvalhaes de Paiva (334.916.878-70); Celia Regina Conti (213.304.068-42); Christian Alexandre Neves de Lima (050.523.166-23); Cintia Bezerra de Melo Pereira Nunes (055.103.734-23); Clarissa de Morais Araujo (037.654.896-70); Cristiane Guimarães de Castro Lima (285.314.258-24); Cícero Samuel Alves do Monte (008.665.753-40); Daniel Doenha (658.573.562-53); Daniela Moreira Henriques (055.366.687-81); Daniela Yuri Takaki de Resende (053.552.686-50); Debora Teles Toscano (630.565.003-97); Denis Gomes Silva (055.840.736-60); Denise Cristiane Américo da Silva (025.183.464-65); Denise Moreira Araújo de Santana (878.793.523-68); Diêgo do Nascimento Vieira (030.630.963-77); Elaine Aparecida Rodrigues Marques Alcobia (088.501.398-02); Eliana Sousa Menezes Cardoso (219.126.588-01); Erica Lourenço dos Santos (938.564.232-49); Erico Renato Oliveira de Almeida (048.602.694-97); Fabio Fragoso Fernandes (098.368.607-62); Fabio Nunes Ferreira (102.109.067-07); Fabiola Albuquerque Brandt (051.495.934-78); Felipe da Costa Nunes (005.488.543-43); Fernanda Cariello Machado (106.770.377-24); Fernanda Cristina Saraiva (110.115.197-80); Fernando Brescia dos Reis (040.156.766-45); Filipe Bessa de Almeida (086.826.707-47); Flavia Baars Barcellos (031.229.837-45); Flavia Cibele Gomes de Melo (962.952.603-49); Flávia de Mattos Soneghetti (055.838.207-05); Francisco Gomes dos Santos Neto (061.339.474-70); Gerliane Gondim de Menezes (632.208.063-68); Greice Anne Souza (014.821.346-40); Guilherme Castro Lopo (054.209.164-01); Izabelle de Oliveira Dias Leite (938.361.392-00); Jamila Maria Rodrigues de Vasconcelos (056.040.374-78); Jaqueline Vieira Gonçalves (732.263.193-53); Jefferson Leandro Oliveira de Almeida (014.084.224-17); Jeremias Iduino da Rocha e Silva (052.659.764-00); Jessica Lima Magalhães (948.881.912-04); Jocelma Hermes Lopes (060.048.674-54); Jose Matos Viana (667.710.213-00); Jose Pablo Gonçalves Pacheco (878.908.796-87); Josias de França Santos (080.723.774-42); João Maria da Silva Freire (021.043.324-86); João Paulo Gomes Alves (060.437.324-40); João Paulo Mascarenhas Vasconcelos (027.396.594-82); Júlio César Silva (002.412.766-32); Karina Oliveira Zarbielli (069.721.374-97); Katia Ribeiro de Carvalho (752.736.913-20); Kleber Barbosa dos Santos (065.321.354-96); Kleber Ferreira de Miranda Júnior (035.969.266-45); Larissa Casimiro Rego (010.807.423-44); Laís Martins de Carvalho (027.225.304-90); Leonardo Eloi Lima dos Santos (004.359.743-27); Lincoln Porfirio Ferro de Sousa (037.723.374-90); Luana Karissa Bessa de Oliveira Morais (046.997.324-29); Luciana Kelly Maia Correia (009.757.274-86); Lucio Roberto Santos Pacifico (052.419.264-29); Luiz André Veríssimo Pontes (075.787.904-71); Luiz Hideo Saga (101.421.298-79); Lívia Bento Rodrigues (019.353.225-59); Marcelo Bezerra Targino Silva (065.107.644-74); Marcelo Dantas Rosado Maia (056.574.304-09); Marcelo Teixeira Azeredo (002.622.397-01); Marcos Antonio Alves da Silva (652.389.313-87); Marcos Paulo Oliveira Dutra (130.698.208-16); Marcus Fabio de Castro Albuquerque (289.423.103-20); Maria da Conceição de Sousa Medeiros (050.956.254-07); Mariana Soriano Amorim (036.792.384-01); Marina Seki (043.289.088-20); Marisi Avansi Camerini (085.670.308-70); Maíra Neves Bezerra Cavalcanti (057.352.254-56); Mikael Gomes da Costa (056.156.844-88); Mônica Sayri Suzuki (014.788.576-09); Nathan Moreira Cardoso (963.719.433-91); Natália Cristina Ferreira (512.424.002-49); Patricia Autran Marçal (073.481.136-56); Patricia Gaisauskas (333.680.448-50)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6898/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.654/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patricia Oliveira (015.908.826-79); Paula Soares Nobre (957.205.103-20); Paula de Carvalho Nunes (223.641.068-93); Paula de Godoy Salles (073.028.648-70); Pedro González Montes de Oliveira (113.191.797-97); Priscila Mieko Sato (338.304.418-19); Priscila Mitsu Takeda Falcão (790.499.662-68); Rafael Mello Nogueira de Almeida (036.881.836-57); Rafael Morais Rocha (013.684.536-35); Rafaela Costa de Oliveira (098.651.497-70); Raika Ribeiro de Paiva (057.204.626-00); Raissa Silva Menezes de Santana (088.042.426-55); Raphael Valério Fausto de Medeiros (050.887.684-27); Regina Silberstein (095.712.947-56); Rejanne Araújo Santiago Gama (694.982.613-34); Renan Lopes de Oliveira (105.005.816-06); Renata Aguiar Sá (784.946.489-34); Renata da Cunha Oliveira (006.649.196-77); Renata de Castro Ferreira dos Santos (924.036.466-87); Roberta Carla Fagundes de Almeida (050.844.106-41); Roberta Ceolla Gaudencio (045.290.929-50); Roberta Feliciano de Souza (002.533.693-20); Rodrigo Vesule Fernandes (816.056.170-91); Rosana Márcia Ribeiro (037.678.276-54); Rógeres Henrique Ferreira de Queiroz Teixeira (014.178.704-00); Rômulo Leonardo de Azevedo (051.410.234-94); Sabrina Barbosa da Silva (071.370.256-76); Saima Consoelo Lopes Franco (737.927.642-53); Sueine Patricia Cunha de Souza (019.040.931-24); Sílvia Aguiar Gomes (047.533.126-58); Talles Augusto Espíndoal Gonçalo (081.868.994-30); Thayse Emanuelle de Paiva Santos (101.426.277-12); Ticiana da Silva Saloman (024.958.157-40); Tissianna Maria Viana Diniz Custodio (002.000.903-80); Vagner Jeger Limeira de Castro (024.241.174-62); Valério Hilario Cordeiro Junior (076.488.116-77); Vanessa Kalil Cabello (078.928.337-90); Vanessa Medeiros de Jesus (351.013.418-43); Vicente do Monte Souto Maior (085.765.857-31); Vinicius Goulart Angelici dos Santos (108.341.667-71); Viviane Ribeiro Viana (742.452.363-53); Yuri Seidler de Oliveira (082.901.207-96)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6899/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.689/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tarcizio Vieira Neto (989.923.681-00)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6900/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.705/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vilker Gregory Barbosa Costa Bezerra Santos (058.343.214-02)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6901/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.766/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adauto Moreira Mendonça Filho (025.659.638-74); Adeilton Souza Alves (453.620.094-00); Adelson Alves de Morais (075.087.534-88); Adriana Ribeiro Sales (040.204.846-60); Alan Marques Paula (025.741.561-02); Alan Sullivan Silva de Vasconcelos (517.533.322-49); Alessandra Pantaleão Garcia (546.283.421-72); Alexandre Alonso Durante (192.889.258-21); Alexandre Fernandes de Freitas (297.164.658-07); Alexandre Gonçalves Madeira (090.295.517-98); Alexandre Kioto Araújo Yamaguchi (695.602.001-78); Alexandre Pereira Dutra (085.487.697-93); Alexandre Renan Antas (052.344.034-08); Alexandre Vasconcelos Garcia Frigério (318.391.278-30); Alexsandro Silva Pires (001.184.235-09); Aline Duarte da Silva (090.755.627-21); Allysson Hirodi Kodu (287.362.258-00); Aluizio Gomes dos Santos Neto (218.611.318-01); Alvaro Menezes M Carvalho (812.533.547-15); Amando Ramos de Amorim (013.814.634-95); Ana Carolina Botelho Valadares (041.595.466-50); Ana Carolina de Faria Arruda (852.788.741-04); Ana Cristina Dare Menocci (054.334.578-50); Ana Luiza Oliveira Champloni (014.490.291-59); Ana Paula Barros Lovizaro (280.723.068-71); Ana Paula Oliveira Lima (826.913.806-10); Andre Renato Soares da Silva (223.497.138-14); Andre da Silva Pereira (225.493.018-46); Andrea Freitas Silva (008.100.193-29); Andrea do Amaral de Souza (053.331.877-70); André Guedes Beltrão (073.578.294-64); André Guimarães Ribeiro (013.255.486-00); Andréa Neves Craveiro de Sá (859.161.109-87); Andréia Paula Chaves da Silva (117.654.447-05); Antonio Fabio da Silva Oliveira (024.479.663-77); Antonio José Peixoto Pessanha (376.217.427-04); Antônio Carlos Ronconi (941.820.609-97); Antônio Marcos Alves (994.457.940-87); Antônio Paulo Silva Gobbo (656.749.872-20); Aparecida de Paula Santos (022.421.888-36); Ayala Cristina Pereira de Melo (077.311.424-69); Barbara Vidinho Costa (105.154.797-05); Beatriz Vieira (032.922.709-28); Berenice Horokoski Barrozo (320.451.239-87); Bernadete Nunes (940.990.659-87); Bladson de Oliveira Soares (013.440.435-18); Bruna Fonseca Selva Dalle (037.826.684-56); Bruna Gonçalves Garcia (060.086.096-54); Bruno Carvalho Ferreira (120.356.127-05); Bruno Cesar Fade (033.684.899-41); Bruno Mendes de Mello (110.609.317-88); Bruno Miranda Novaes Barbosa (033.313.445-16); Bruno de Santa Inez Tasca (017.113.595-48); Caio Fagundes Kitade (131.955.968-90); Camila Brambilla de Avila (976.345.221-04); Camile Mattos da Costa (926.221.600-97); Carla Lima de Souza (804.729.585-34); Carla Maria Oliveira de Oliveira (658.755.082-72); Carlos Alberto Deroci Monteiro (124.899.917-79); Carlos Rogério Simãozinho (033.577.928-00); Carlos Sérgio Sales Mororó (629.245.833-49); Carlos Tiago Silva Adaes (790.306.535-15); Carlota Lucina de Andrade Pinto Freitas Delai (278.767.628-67); Carolina Montgomery Watanabe (300.739.348-52); Carolina Oliveira de Andrade (008.539.445-98); Carolina Pinto Louza (102.383.427-86); Carolina Pires Pereira de Souza (028.403.475-47); Carolina de Almeida Lima (069.857.174-62); Caroline Guimarães Xavier (004.611.889-61); Caroline Rodrigues Faustino (039.574.199-80); Catiane de Oliveira Lima (793.417.215-04); Cecilia de Jesus Santana Melo Souza (008.254.325-96); Cintia Chagas Lopes (073.419.847-75); Cintia Santos Guilhon Albuquerque (105.573.537-26); Clara Fabianne Silva de Sousa (876.206.182-87); Clara Raphaela Medeiros Mororó (048.983.044-78); Clarissa Pernambuco Peixoto da Silva (013.106.524-65); Claudia Cristina Pereira Vieira (040.985.774-29); Cláudia Cristina Vieira Cançado (045.181.566-17); Cláudia Ribeiro Costa de Farias (512.674.385-68); Cláudio Henrique Junqueira de Assis (043.430.038-17); Cláudio Henrique Martins de Souza (848.953.496-91); Cristiana Malheiro Gondim Carvalho (002.928.195-44); Cristiane Braga Pinto de Escobar (039.430.774-70); Cristiane Franzin Marcolino (316.071.258-38); Cristiane Herzog Sabino (099.809.507-90); Cristiano do Carmo Harasymowicz Taguatinga (019.941.531-56); Cristina Mohr Cardoso (053.911.187-27); Cynthia Mara Lobo Teixeira (105.391.337-01); Daiany Graboski (007.116.609-21); Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim (033.548.635-52); Daniel Ayres Gondim Rocha (071.940.847-40); Daniel Bastos de Castro (010.508.784-00); Daniel Cordeiro Vogel Teixeira (110.521.037-58); Daniel Gaspar Luz Campos de Souza (001.284.621-08); Daniel Grault Schnoor Ferraz de Paula Nunes (105.504.607-05); Daniel Morimitsu Tokumoto (274.280.658-01); Daniel Palaro Canhete (267.192.878-50); Daniel Peixoto Ribeiro (775.803.465-91); Daniel Pereira dos Santos (283.484.068-75)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6902/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.767/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Viccari (007.290.839-42); Daniela Esteves Ubaldo Costa Costa (080.362.406-96); Daniela de Morais Sierra (339.252.198-11); Danielle de Souza Gomes (084.141.584-63); Danilo Cancian Sobral (314.489.878-30); David Carreiro de Barros Maia Chagas (013.571.334-05); David Fontenele César (456.333.803-63); Debora Fernandes Freitas (539.510.343-00); Deive Roy Boganika (344.176.051-49); Delvane Pinheiro de Almeida (024.084.845-45); Denise Carneiro Santos (054.661.984-39); Denise Rodrigues de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Figueredo (941.883.001-91); Dereh de Camargo Dalmazo Schiavon (255.933.778-98); Diana dos Santos (058.739.959-74); Diogo Bezerra Lopes Pereira (051.873.784-57); Diogo Delange Santos de Almeida (107.117.277-83); Diogo Shiva Viana de Castro (074.832.636-79); Djalma Alencar Lustosa Sobrinho (897.295.791-72); Djam Antonio Freitas de Bittencourt (906.608.975-04); Edilamar Maria Lopes (134.872.938-46); Edilson Gustavo Alves (247.646.878-95); Edna Emiko Komati Hanai (053.343.668-06); Edson Antonio da Rocha (053.296.858-18); Eduardo Chamon Rodrigues (060.599.876-05); Eduardo Ricetti (321.865.218-90); Efigenia Rodrigues de Almeida (053.111.454-63); Elen Cristina Pinto de Souza (054.470.077-55); Eliannilson Rodrigues do Nascimento (625.370.163-00); Elizabeth Yoko Tateyama (858.056.618-53); Emamoel Conceição Barros (022.004.515-12); Emilio Gilmar Farias Salvado de Lima (008.118.044-61); Emmanuel Sousa de Abreu (014.114.945-04); Erick Santos (350.871.658-93); Erico Lima Silva (822.796.591-15); Erik Roberto Gomes Dornelas de Andrade (071.745.954-30); Erika Zambon Biava (290.878.738-59); Eryne Ávila dos Anjos Luna (052.683.074-36); Ethel Feltrin Nassif dos Anjos (047.744.949-25); Evandro Valdevino Bernardo (034.071.814-50); Everton Gomes Baier (058.333.009-67); Everton Kischlat (839.770.826-04); Ezequiel Viveiros dos Santos (841.270.743-53); Fabiana Mehl Sylvestre Rodrigues (040.185.869-30); Fabiana Pereira Laurindo (040.302.029-85); Fabiano Jose Russo dos Santos (078.094.387-27); Fabio Gomes Ramos (046.571.849-38); Fabio Hideo Numao (219.623.668-39); Fabio Rodrigues Grangieri (560.765.765-53); Fabio de Carvalho Figueiredo Veiga (083.350.347-29); Fabricio Brandão Amorim Oliveira (610.575.415-91); Falkner de Araujo Botelho Junior (016.033.846-85); Felipe Barreto Vieira Moutinho (111.139.997-21); Felipe Cepkauskas Petrachini (391.927.168-81); Felipe Lazzarini de Souza Lima (063.508.516-09); Felipe Silva Goulart de Oliveira (005.725.501-62); Felippe Dieguez Castro Souza Gonçalves (327.824.988-78); Fernanda Carolina Mantovani Galletti (117.323.247-86); Fernanda Nunes da Costa (870.371.142-00); Fernando Antonio Teixeira Gomes (044.466.796-27); Fernando Rodrigues Carvalho (080.763.006-30); Filipe de Carvalho Hecht (725.008.671-53); Flávia Luísa Fraiha de Souza Coelho (039.759.116-03); Flávia Martins Barreto (009.657.095-40); Franciene Silva de Oliveira (057.597.449-41); Francisco Gilson Duarte Kumamoto Segundo (052.695.504-07); Francisco Macedo da Cruz (453.915.053-72); Francisco Rebouças dos Reis Júnior (781.940.163-04); Francisco Wladson de Sousa (962.509.923-91); Franco Bragato Scardua (103.422.327-54); Franco Soneghet Batalha (046.112.787-35); Frank Henrique Pedrosa Carvalho (086.965.916-23); Gabriel Kador Soares (757.752.122-15); Gabriela Tonelli (029.182.769-10); Gabriele Lopes Carvalhal (009.600.773-75); Gabriele Sepúlveda Ribeiro da Silva (096.571.627-93); Geisa Fullin Rettore (718.139.261-15); Georgia Montalvane Silva Ferreira (647.195.453-00); Gilmar Rodrigues de Melo Junior (058.954.194-37); Giovani Tiussi Broseghini (054.982.767-61); Gizara Martins de Andrade (019.961.665-57); Glaucia Cristina Penaforte de Vasconcelos (075.727.416-14); Glaucia Ishida Paiva (029.415.189-32); Guilherme Costa Macêdo (015.795.455-21); Guilherme Coutinho de Oliveira (059.183.534-70); Guilherme Martins dos Santos (005.933.040-63); Guilherme Schorr Carvalho Leme (306.688.358-26); Guimária Geraldina Goulart (058.682.006-08); Gustavo Mendes de Souza (030.418.609-02); Gustavo Perrone Bruniera (000.011.591-60); Gustavo Tavares de Almeida (198.882.796-53); Gustavo Willi Seemann (055.600.919-36); Helio Santa Cruz Almeida Neto (058.629.994-77); Henrique Silva da Costa (075.362.317-09); Hudson Pimenta de Oliveira (017.861.765-21); Hugo Scarpat Zandonadi (057.544.517-33); Humberto Aparecido Lima (295.622.168-02); Idiná da Costa Martins (920.937.795-87); Igor Affonso Rodrigues (134.812.217-03); Igor Arrais de Sá (071.106.154-80); Ícaro de Almeida Azevedo (068.603.516-08)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6903/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.769/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcel Maia Viana (942.543.972-91); Marcel Vinicius Murara (055.498.159-90); Marcela Cabral de Farias Guerra (047.407.964-30); Marcela Fernandes (028.827.829-18); Marcela Kerche Nascimento (316.495.478-62); Marcelo Brito dos Santos (600.354.823-11); Marcelo Mazzoni Vivas (153.488.538-28); Marcelo da Silva Miotto (163.121.848-46); Marcia Almada da Silva (047.470.917-50); Marcio Tiago da Silva Rocha (090.708.927-58); Marco Antônio Dung Laginestra (011.383.007-64); Marco Aurélio Moreira Gastão (760.118.797-72); Marcos Andre Buss (038.064.637-43); Marcos Eduardo Costa Junior (033.999.106-22); Marcos Vinicius Miranda dos Santos (666.532.073-15); Marden Augusto de Araújo Nogueira Filho (264.923.422-91); Maria Betania Rangel de Paula (787.608.286-68); Maria Natalia Alves Rego Coelho (001.806.481-79); Maria Olinda de Figueiredo Soares (900.923.505-00); Maria de Fatima Pereira Souza (008.336.526-56); Maria de Fátima dos Santos Nascimento (016.232.427-89); Mariah de Mesquita Monteiro (053.845.174-25); Mariana Rosa Pires (087.741.716-40); Mariani Viganor da Silva (095.891.597-02); Mariline Colpani (027.144.329-48); Marina Helena Santos Lopes (291.679.998-24); Marlon de Araujo Mota (119.556.747-28); Martha Paes Bormann (477.748.511-00); Martins Pires Machado Junior (083.226.417-29); Matheus Félix Vasconcelos (019.391.485-96); Matheus Romeiro (100.934.987-21); Matias Leal da Fonseca Neto (048.207.364-00); Mauritânia Messias e Silva (035.039.656-61); Mauro Pinheiro Valim (815.699.391-87); Mauro da Silva Chirico Junior (042.859.067-59); Melina Maciel Antunes de Farias (039.073.464-08); Michel Rodrigues Loureiro (838.171.902-04); Michelle Helen Chiu (307.681.668-37); Mireille Nunes Pereira (773.905.126-87); Monica Fernandes e Silva (985.334.793-87); Monica Oliveira Clemente (002.583.117-89); Monica Parreira dos Santos Restini (081.717.097-96); Monielly de Carvalho Mayrink Perez (071.635.446-26); Mário Rogério Lima Guimarães (834.866.402-59); Naiana Benetti (041.562.679-03); Nara Barreto Campos (105.085.577-98); Nataly Beserra Wanderley (056.478.964-05); Natália de Melo Lacerda (073.931.224-30); Nice Coelho Alexandre (012.146.503-92); Nielson Noberto de Azeredo (046.286.354-98); Oscarino Martins Gomes (024.008.649-00); Osvaldo Cardozo Gaspar Filho (061.225.569-71); Otavio Machado de Alencar (624.149.413-91); Otávio Augusto Malheiros Honório de Melo (521.206.354-04); Pablo Fernando Aires Santos (026.694.823-50); Patricia Araújo da Silva (053.923.044-86); Patricia Costa do Amaral (011.810.664-33); Patricia Mesquita Ortega (253.256.618-33); Patrícia Coimbra Mascarenhas (045.875.196-00); Patrícia Machado Farias (011.244.565-97); Patrícia Santiago Brandão Lustosa (839.485.114-20); Paula Araújo Soares (023.744.575-16); Paula Cristina da Silva Ferreira (108.804.307-02); Paula Mageski Cardoso (114.738.407-08); Paula Tomi Egawa (264.831.628-04); Paula de Lima Furtado (309.868.798-35); Paula dos Santos Leite Barbosa (056.199.336-01); Paulo Sérgio de Almeida (559.108.826-00); Pedro Ivo Martins Caruso D'ippolito (056.580.197-02); Pollyanna Reis da Cruz (326.219.288-03); Polyana Andrade Ferraz Flores (008.770.545-17); Pricila Bernardes da Costa (271.936.228-03); Pricila Rachel Avelino Cardoso (017.063.453-13); Priscila Vieira Lessa (839.300.785-20); Priscila de Almeida (109.292.277-60); Priscilla Souto Maior Cunha (063.056.214-89); Queila Nunes dos Santos (294.354.658-54); Rachel Bezerra Duarte (013.327.854-92); Rafael Abdala Silva e Silva (267.420.098-70); Rafael Carvalho Santana (056.685.776-60); Rafael Cheib Soares (052.247.796-85); Rafael Colodetti Santos (056.947.827-80); Rafael Fernandes Carvalho (033.683.451-92); Rafael Henrique Carpinski Croce Severien (324.067.328-27); Rafael Nagamati Pereira (343.437.958-45); Rafael Oliveira Madeira (016.528.766-77); Rafael Ribeiro dos Santos Godoi (313.063.508-40); Rafael de Souza Silveira (045.814.946-21); Rafaele Monteiro Melo (014.294.614-11); Raimundo José Hagge de Almeida (374.677.945-68); Raphael Lessa Miranda (029.041.185-86); Rebecca Machado Silva da Nobrega (056.759.384-35); Regiane Cristina da Fonseca (055.329.566-77); Reginaldo Almeida Negromonte (090.231.287-10); Reinaldo Lopes Barros (007.339.321-50); Renan Gomes Marinheiro (118.722.247-09); Renata Ayres Carneiro Leão (653.567.214-04); Renata Bárbara Carvalho Sacchi de Oliveira (825.033.975-49); Renata Faria Rolemberg e Silva (017.275.035-03); Renato Fernando da Silva Gimenes (015.204.735-24)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6904/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.770/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renato Luis Ferreira (258.121.768-50); Renzo Castello Miguel (094.070.267-36); Ricardo Barbosa Barros (642.487.122-53); Ricardo José Fernandes (117.856.997-76); Ricardo Strapasson Torques (064.339.949-62); Ricardo Yukihiro Zanuncio Sediyama (040.506.746-10); Ricardo de Souza Simão (002.189.580-56); Rinald Boassi (322.923.658-04); Roberta Bosi (082.639.897-95); Roberta Caetano Rybka (823.768.405-20); Rodrigo Cerqueira Lima (112.484.037-03); Rodrigo Dantas Mehmeri (018.734.055-29); Rodrigo Melzi (021.670.279-82); Rodrigo Monteiro Ferreira (008.232.984-26); Rodrigo Pereira da Silva (030.045.264-09); Samira Zandomênico Araújo (089.979.387-89); Samuel Freire Lemos (072.462.176-81); Sandra Abrahão (318.170.718-07); Sandro Rogério Marques de Carvalho (458.752.942-72); Saulo Brasil Félix (010.302.605-32); Saulo Henrique Alexandrino Borges (099.234.867-61); Sayonara Starke Longo (000.613.049-64); Sidney de Andrade (223.950.759-49); Silas Brandão de Almeida (061.186.356-17); Simone dos Passos Costeira (751.660.032-68); Stephano Duarte Pediatidakies (006.460.538-84); Suellen Moreira Gonzalez (114.779.667-06); Suzana Sumie Teramoto (310.096.358-08); Sérgio Roberto Cardoso de Oliveira (964.006.177-87); Tarcísio Bráulio Gonçalves (919.764.721-72); Tassia Tolentino de Andrade Botoni (317.854.058-02); Teresa Miyahira (024.171.739-64); Thais Holanda Cavalcanti Martins (025.977.264-01); Thereza Christina de Lima Brandão Guimarães (012.902.227-62); Thiago Gonçalves Viana (002.979.833-77); Thiago Henrique Guerreiro Possari (267.026.858-74); Thiago Klein Dias (099.545.697-66); Thiago Lemos Favaro (273.665.758-60); Thiago Xavier Pires (217.074.168-26); Thyane Itamaro (004.388.459-86); Tiago Lima dos Santos (846.950.212-34); Tiago Marra Domingos (100.097.426-03); Tiago de Melo Porto (040.663.976-03); Valentina Maria Alvarez Catalan (905.684.782-15); Valeria Gomes da Câmara (374.396.002-82); Vanessa Precioso dos Santos (299.128.688-11); Victor Hugo Garcia (037.485.469-63); Vilson Tavares Gracioso (018.155.649-97); Vinicius de Lacerda Alexandrino (037.539.936-46); Wagneer Antônio Sousa de Araújo (013.474.954-52); Waltemberg Campelo de Oliveira (018.227.633-39); Weberson Lino de Macedo (046.882.466-92); Weberte Araújo Silveira (027.450.994-69); Yasmini Bazoni (106.192.307-03); Yuri Emmanuel Trindade Santos Araujo (032.726.813-10)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6905/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.962/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Acacia Flaviane Menezes Santos (634.698.203-68); Adilson Bisol Junior (936.623.940-49); Adriane Al-alam Krolow (971.613.570-04); Adriane Bevilaqua (827.065.060-91); Alan Vitor Mendes Manicoba (672.443.783-00); Alberto Mario da Rosa (642.605.260-49); Alecsander Vasconcelos Viana (792.696.993-15); Alessandra Calhao Leite (823.636.411-91); Alessandra Patrícia de Azevedo Martins (375.571.062-53); Alessandro Henrique de Souza (073.780.346-06); Alessandro Silva de Araújo (965.303.241-00); Alexandre Nakanishi (277.985.998-94); Alexandre de Moraes Siqueira (332.299.368-09); Alfonso Augusto Froes D Avila (580.350.790-34); Alice Jacob de Cerqueira (644.611.303-04); Aline Cristiane Alves (670.055.350-49); Aline Ferreira Cajuhi (377.090.618-77); Aline Nogueira da Cunha (001.749.955-04); Aline Radunz Schmidt (771.894.690-87); Allan do Rego Borges (023.158.855-07); Amanda Paula Silveira dos Reis (021.434.921-70); Amin de Souza Salim (002.854.830-21); Ana Carolina Silveira (822.496.520-15); Ana Karolina Araujo Guillen (974.614.583-53); Ana Lúcia Soares Miranda (798.393.632-04); Ana Mônica Saraiva Monteiro (430.449.482-15); Ana Paula Pasqualotto (883.193.340-04); Anderson Erenin Maya Yamaguchi (040.427.329-76); Anderson Montenegro dos Santos (020.724.067-14); Andre Garrido dos Santos (021.118.430-67); Andre Luiz Barbosa da Silva (352.299.448-54); Andre Luiz Sandrini de Biasi (352.403.908-19); Andreia Martelozzo Constantino (052.142.459-39); Angela Satie Takeya Nakamura (315.390.998-90); Anna Karolina Cordeiro de Araújo (009.769.833-46); Antonio José Pinto Cerqueira (086.644.667-26); Aparicio Bartolo Pires Geraldes (116.416.468-61); Ari Lore dos Santos (456.035.290-91); Artur Monteiro Prado Fernandes (007.043.971-02); Augusto Hayato Kowada (610.617.512-87); Beatriz Nogueira Beltrão de Araújo (097.406.387-83); Bernardo Nacouzi de Mello Franco (022.723.701-36); Bruno Feijo Albuquerque (025.188.833-98); Cacildo Jorge Fialho dos Santos Júnior (082.906.806-60); Camila Lorenzon Yunan Gassibe (327.448.728-73); Camila Nagy (998.777.400-87); Carine Martins (895.099.430-53); Carlos Alberto Artigas Lima (007.690.509-80); Carlos Alberto Pereira Suzart Junior (337.650.808-96); Carlos Andre Vieira Santana (007.253.545-85); Carlos Antonio Franca Junior (053.322.864-65); Carlos Eduardo Martins dos Anjos (881.984.211-49); Carlos Fernando Sales Flores (007.406.890-37); Carmem Lucia Pinto de Mello Novais (315.274.478-12); Carolina Brito Alves (945.935.231-68); Carolina Coelho Paranhos Motta (874.244.951-00); Carolina Souza Lopes (332.369.788-05); Caroline Fabbro (893.370.690-91); Catia Costamilan (617.997.260-53); Clair Junio Protes Ferreira (058.705.016-01); Claudio Marcio de Souza Prianti (113.987.078-56); Cleyton Dyonne Santos Araujo (762.339.602-15); Cláudia Regina Schoueri Colaço (021.526.868-70); Cristiane Jacob Mendonça (290.208.008-50); Cristiane Mendes de Souza (730.512.920-87); Cristiane Reis Di Rezende (992.713.031-72); Cristiane do Nascimento Vieira (252.734.908-04); Cristina de Almeida Pinto Guimarães (785.916.865-00); Cristina de Moura L Lourenço da Silva (060.867.756-64); Cynthia Eleonora Costa de Cnop Areas (084.639.627-00); Cynthia Ribeiro Fontenelle (002.066.783-39); Daiane Rodrigues Oliveira (089.643.876-78); Daniel Colombo Gentil Horn (010.858.610-31); Daniel Dutra Gallina (003.603.070-86); Daniel Lunghin (296.555.208-11); Daniel Maia de Biagio (955.270.870-20); Daniel Nascimento Cesar (696.792.401-00); Daniel da Silva Martins Neto (006.325.101-96); Daniel de Araujo Spotorno (749.475.830-53); Daniela Almeida Soares (059.721.416-63); Daniela Maia Diniz (303.922.318-67); Daniele Beche Esteves Mariotti (037.236.559-04); Daniele Valcarenghi Teixeira (932.695.010-72); Danielle Espechit Valério (049.555.976-88); Danilo Peres da Silva (058.713.339-23); Davson Eduardo Nogueira Damasceno (848.858.662-00); Debora Barros Coelho Neto (005.256.433-97); Debora Cristina Alves Dias (974.607.881-04); Debora Maki Hino (290.865.148-39); Denis Ladeira de Carvalho (003.332.266-07); Denise Aparecida Soares Cançado (821.596.296-34); Denisson de Oliveira (035.057.715-38); Denize Zocchio (213.753.688-93); Diane de Almeida (034.125.769-99); Diego Allievi Morando (009.289.530-17); Diego Araujo Melo (059.579.836-59); Diego Degrazia da Silveira (929.788.510-15); Diego Machado Westphalen (004.351.340-94); Diego Wolmer Garcia (983.254.340-15); Débora Herrera de Faria (050.461.756-73)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6906/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.964/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Leite Raposo e Silva (790.662.242-15); Leticia Suemi Okamoto (304.766.528-12); Lidiane Miranda de Souza (068.127.306-29); Lilian Carla Gaiotto Maluta (045.099.628-00); Lilian Queiroz de Souza Fernandes (051.871.536-17); Lilian Rialto Gimenes (325.728.808-57); Livia Santos Petitinga (829.041.705-53); Lorrayne Faddoul Cabral de Mello (113.464.587-23); Luana Fernandes da Silva (057.451.777-48); Luciana Finamor (047.358.059-40); Luciana Francisca dos Santos Rocha (862.743.251-15); Luciana Prates (163.527.498-28); Luciane Valliatti Marques (675.843.810-49); Luciane de Freitas (159.103.968-11); Luciano Martins da Silva (006.689.091-88); Lucilene Pacini (990.767.480-04); Luiz Otavio Machado de Souza (527.267.112-00); Luiz Ricardo Vicente Vieira (054.217.388-33); Lyssandra Karoline Pereira Fonseca (990.516.563-00); Mabel Thais Limberger (006.366.430-50); Maira Resende Aguiar (716.138.701-91); Mara de Castilho Varjao (838.938.141-91); Marcel Martins Santos (369.654.758-11); Marcel Santos Revoredo (009.591.734-98); Marcela Sanches Boso (215.467.968-43); Marcelo Defani (144.158.718-79); Marcelo Martins de Souza (096.628.507-75); Marcia Cristina Caracas Theus (810.772.467-49); Marcia dos Anjos Manoel (023.083.325-06); Marcio Cavalcanti de Brito Gomes (733.883.007-04); Marcio Yoshio Kossuga (253.207.528-73); Marcos Rogerio Sanches Cruz Geraldo (195.458.338-90); Marcos dos Santos (270.672.848-56); Marcus Antonio Carneiro Guedes (407.138.654-15); Mari Oliveira Mota Kussuki (003.999.523-22); Maria Barcelos Ferreira (030.319.451-07); Maria Caroline Meyer Goulart (045.231.186-12); Maria Claudia Silveira (298.024.528-31); Maria Juliana Mendes Coelho (056.211.456-40); Marianna Ramalhoso Soares (223.470.768-41); Marina Ferreira Guedes e Silva (055.445.376-23); Mario Luiz Miguel Bueno (299.362.858-59); Marta Heidtmann Pinto (004.166.540-61); Matheus Bonjorni de Morais Sciani (079.792.206-76); Mauri Ferreira Magalhães (978.865.051-15); Mauricia Clea Santos de Morais (646.352.281-34); Mauricio Cerezer Rossi (021.770.810-25); Mauricio Mansur Junior (062.927.666-83); Mauricio Ramos Araujo Martins (020.551.880-03); Mayara Lima Tachy (527.426.952-49); Melissa Mano (005.015.729-96); Mery Elen da Silva Scalia Carvalho (071.743.314-59); Mires Cabral Sales (509.146.502-20); Monia Mendonça Gomes (273.276.198-28); Munira Ribeiro Sampaio (026.167.335-10); Murillo Belvel Fernandes (280.389.848-97); Nakia Neves dos Santos (915.215.800-49); Narrymann Tavares Elgueta (024.219.294-74); Natalia Vasconcelos Silva (117.118.437-92); Natalia Velame Rocha (028.646.975-80); Natercia Malheiros Ribeiro (011.808.491-75); Nathalia Miyuki Saito (311.245.278-00); Neide Fatima de Faria (713.776.466-53); Neusa Ahlert (734.517.030-68); Nilvane Maria Speranza (664.441.100-25); Nivaldo Tedeschi Junior (073.797.378-13); Nubia Alves (014.970.196-99); Otmar Weirich Neto (985.471.270-20); Patricia Tamachiro (912.069.011-87); Patricia Vargas Monteiro (103.717.467-44); Patricia de Souza Campos (054.761.086-61); Paula Andrade Queiroz (076.492.917-82); Paulo Antonio Martins Junior (321.408.288-44); Paulo Henrique de Carvalho Moreira (016.794.091-07); Pedro Pereira da Silva (022.840.511-46); Pâmela de Araújo Almeida (097.319.676-99); Rachel Barbosa de Oliveira (935.877.243-34); Rafael Cherene Barros Erbesdobler (108.728.307-80); Rafael de Sousa Alves (756.745.802-00); Rafaela Garcia de Mattos (020.882.911-30); Rafaela Ribeiro Ramos (097.244.427-05); Rafaela Rodrigues Aguiar (985.456.985-34); Raissa Teixeira Marinho (049.831.954-75); Raquel Jeane Trentini (001.504.410-61); Ray Willians de Freitas Cardoso (090.018.806-57); Regiane de Arruda Souza (010.933.651-88); Regina Claudia Rodrigues de Lemos (247.845.753-91); Rejane dos Santos Levy (016.675.261-46); Renata Crispim Girão (074.662.877-35); Renata Matos Barbosa (042.054.276-03); Renata Oliveira Costa (373.572.138-97); Renata Seolin Zaccaria (272.041.068-30); Renata Simas Figueredo Rodrigues (006.168.861-44); Renata Vanzella Scassiotti (061.259.436-07); Renato Andre Caldeira (097.540.728-76); Renato Barbosa Miranda (252.977.988-09); Ricardo Augusto Moreira Alves (929.266.655-04); Ricardo Diego Nunes Pereira (010.832.785-09); Roberto Fernandes Steffen (011.735.820-70); Roberto Ricomini Piccelli (326.108.148-10)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6907/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.980/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Andre Luiz Bressiani (768.352.432-87)
1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6908/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.981/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Luis Broggio (358.571.388-25)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6909/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.987/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Infante de Castro (052.252.087-11); Andre Garcez Quirino (339.857.848-92); Andre Rogerio de Sousa (285.995.548-83); Claudio José Paulo (274.275.228-50); Claudio do Rego Barros Benevides (468.981.237-34); Daniel Neves Coutinho (076.191.647-40); David Esteban Kommers Barrientos (337.984.498-56); Dov Rawet (016.807.177-07); Eduardo Gabriel Maia Junior (553.012.907-20); Fernando de Angelo Carneiro Constantino (118.355.867-83); Frederico Shu (013.620.397-30); Geraldo Pinto de Godoy Junior (078.310.767-60); Glaucilene Cherem da Cunha (091.349.357-03); Guilherme Tadiello (348.973.288-02); José Antonio Rodrigues Fernandes (912.418.717-87); João Henrique Faber de Castro Santos (108.006.677-27); Juliana Nery de Moraes (094.111.547-00); Leonardo Alcantara Moreira (028.581.577-66); Leonardo Faccini Tavares Bastos (630.992.417-68); Luciana Gonçalez (315.177.118-19); Luís Felipe Pacheco (026.260.167-21); Marcos André Bezerra Mesquita (028.978.747-59); Marcos Ferreira Monteiro (859.157.697-72); Mauro de Mendes Caldas Raymundo (043.037.267-10); Renata Lucia de Azevedo Ferreira Bettamio (074.824.387-93); Teresa Cristina de Carvalho Pinheiro (958.378.256-49); Thiago Paiva Chaves (214.773.498-55)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6910/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.068/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ademir Santos de Sousa (251.723.602-04); Alessandra Lucia de Lima Gomes (528.494.572-72); Alexandre Gonçalves de Nazareth (557.923.082-68); Amilton de Campos Junior (394.793.076-34); Ana Lidia Barbosa Lima (011.438.823-77); Ana Raquel Bezerra de Siqueira (619.939.214-00); Anderson Martins da Silva (578.332.732-87); Antonio Messias Bandeira Rodrigues (632.409.122-87); Camila de Moura Carreira (879.505.102-34); Carlos Renato Rodrigues de Moura (615.301.582-49); Ciro Fernando Assis Siqueira (487.172.583-91); Darciana Costa Santos (027.257.183-09); Diego Henrique Sales da Silva (842.803.012-04); Ediflavio Pereira de Sousa (010.758.661-46); Eduardo da Costa Oliveira (259.489.542-34); Eryka Patricia Pinheiro Leite (671.064.042-68); Frank Van Rikard Santos da Silva (918.735.842-53); Frederico dos Santos França (034.916.304-95); George Gilson Oliveira dos Reis (909.305.092-34); Handerson Mauro Mota Luz (687.078.512-00); Ivio Alves Milhomem (019.861.403-93); Jackson Eleuterio Rodrigues (671.790.702-97); Jacson Castro de Souza (794.143.621-34); Jailson de Sousa Silva (016.425.833-75); Joao Nazareno da Conceição Silva (077.980.162-87); Jose Luiz Bezerra Filho (649.290.782-53); Jose Nazareno Reis Batista (429.521.072-20); Jose Thiago Machado Moutinho (936.205.602-00); Julia de Sa Ribeiro Costa (685.963.752-87); Katiuscia Mitiko Kikuchi Sato (644.479.522-20); Kleber Augusto Buss (952.035.750-53); Leandro Eduardo Valente dos Santos (937.599.242-04); Leidiane Ferreira Nunes (704.144.162-87); Lilian Kely da Costa Dantas (793.032.932-15); Lucivaldo de Matos Gomes (218.753.082-53); Maikel Rodrigues Acco (669.882.412-72); Marcelo Milhomem Araujo (423.873.292-87); Marcio Meirelles Machado (805.293.216-53); Marcio Santos da Silva (516.512.892-04); Marta Aparecida da Silva Soares (033.984.708-58); Mauro Gilberto Carvalho (060.224.721-72); Merisson Rezende de Morais (030.074.834-50); Michelli Ferreira Barbosa (018.414.141-90); Moshe Dayan Sousa Ribeiro (888.085.642-15); Nilsimar Mendes Cardoso (961.228.463-68); Paulo Rocha Cavalcante (006.441.411-66); Rafael Batista de Paula (741.257.372-15); Rafael Pontes dos Reis (695.095.732-72); Regio Fabianno Sousa Andrade (863.341.403-10); Rodrigo Vieira Chaves (018.298.831-78); Thyago Souza de Andrade (937.699.702-68); Tiago de Oliveira Vieira (886.118.502-97)
1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6911/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.163/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Souto Frota (017.881.607-89); Cristina Gloria de Freitas Araujo (495.862.624-72); Guilherme Riera Vieira (305.862.658-48); Vinicius Liberatti Carvalho (161.677.578-52)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6912/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.203/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro Goelzer Fraga (664.989.451-68); Alessandro Medeiros Clementino (038.591.036-36); Alexandre Cruvinel Lopes (028.141.561-79); Alexandre Hakim (151.150.598-27); Alexandre Hasobe (296.342.268-76); Alexandre Inohara (109.628.628-94); Alexandre Matte Caletti (901.176.890-68); Alice Vieira de Melo (048.229.704-26); Allan Rodrigues de Carvalho (808.469.475-87); Amaro Pedro da Silva Filho (417.023.444-87); Anderson Heringer Werner (030.506.696-08); Anderson Luiz Brunozi (957.735.171-91); Anderson Luiz Vito (280.592.668-45); Andre Carazza dos Santos (059.592.046-22); Andre Luiz Carvalho Nunes da Costa (802.131.894-53); Andre Luiz Domingues (023.033.089-41); Andre Ricardo Moncaio Zanon (010.818.081-60); Andrea Costa e Silva (252.445.578-58); Andrea Pereira Barreto (006.507.717-29); Andrei Cardoso Vanderlei (635.637.381-49); Antonio Borges Feigenbaum S de Farias (090.764.037-08); Antonio Correia de Noroes Craveiro (876.027.097-72); Antonio Ednardo Braga Lima Filho (910.566.833-68); Arnaldo Augusto Chagas (321.797.118-32); Auromir da Silva Valdevino (107.131.278-21); Bernardo Neves Pantaleao (115.019.317-41); Bruno Artuzo Vidigal (977.779.866-00); Bruno Batavia (110.626.387-19); Bruno Vinicius Sanches Perdigao (083.278.366-84); Camila Muniz de Alencar Barros (070.934.944-04); Carla Eloy Jatahy (004.842.207-05); Carla Tito Fernandes (302.529.973-87); Carlos Massayuki Assato (124.586.838-19); Carlos Schafirstein Carvalho (043.533.536-75); Carlos Tadao Kawamoto (149.079.238-48); Carolina Guimarães Franca (016.842.401-07); Caue Mello de Silva (818.955.002-06); Cecilia Oliveira Telles (013.276.846-16); Cesar Augusto da Silva Scolar (274.090.708-70); Clarissa Sanchotene Schubert (575.367.160-87); Claudia Elisa Borges Matias (340.203.008-01); Claudio Renato Cortes Horta (624.509.566-20); Clayson Charles de Souza (969.942.746-91); Cleidiane Alves Santos (068.368.356-09); Cristiane Marcela Rosaes Ferreira (084.362.866-93); Cristiane de Rodrigues Coelho (027.280.406-13); Cristiano Araujo de Sousa (968.330.766-34); Cyrlan Lima Vasconcelos (099.042.077-98); Dalton Massao Iwabuchi (083.980.718-00); Daniel Aguiar Silva (015.746.676-02); Daniel Antunes Pedrozo (047.751.089-21); Daniela Mourao Donato (036.243.226-05); Danilo Queiroz Palermo (268.268.388-69); Denis Batista Campos Valadao (103.097.367-90); Diego

IMPRENSA NACIONAL - VEDADA A VENDA - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Alencar Rodrigues (325.952.288-38); Diego Coimbra Martins (060.192.806-75); Diego Silva de Moura (010.717.371-98); Eduardo Andrade Lima Vidal de Araujo (049.215.794-40); Eduardo Falcao Interaminense (440.871.014-87); Eliane Ostrowski (017.300.729-50); Emerson Erik Schmitz (080.490.657-23); Erandi de Barros Gomes (116.804.568-14); Eric Hans Messias da Silva (009.823.664-42); Fabio Alves de Barros (663.166.006-82); Fabio Augusto Springer (701.354.010-20); Fabio Jorge Ulisses Buchmann (027.354.034-32); Fabricio Luis Fachini Vashist (882.676.281-34); Fabricio Meira de Figueiredo (677.016.120-68); Fabrizio Almeida Marodin (911.615.500-97); Fernando Antonio Neia Barbosa (007.510.678-73); Fernando Chertman (314.026.708-85); Fernando Dalmazzo Sanches (749.945.303-00); Fernando Rodrigues Alves (164.966.868-66); Fernando Ryu Ramos Kawaoka (805.359.685-15); Fernando Stimamiglio Junior (044.045.989-39); Filipe Correa Lima da Silva (008.368.359-30); Filipe da Silva Alberti (353.508.838-01); Flavio Fuchter Filipi (050.944.999-98); Francisco Ventura Antonio (014.560.437-30); Gabriel Campos Fiche (021.538.523-31); Gabriel Hernandes Branco (357.958.748-09); Gildo Tereza dos Reis (372.854.241-53); Gisele Matzenbacher Barnasque (932.896.420-20); Glaucia Mayumi Ueti Hayashi (285.457.278-52); Guilherme Augusto Pires (028.930.806-26); Guilherme Castro Othero (064.853.976-80); Gustavo Guberman de Andrade (023.481.057-21); Gustavo Henrique Ferreira Resende (002.105.431-24); Gustavo Marse da Silva Souza Nascentes (105.799.567-33); Henrique Chociay (052.646.449-69); Henrique Vasconcelos Bezerra Alves (036.062.414-61); Henrique de Castro Lacerda (088.404.737-77); Herman Antunes Laurindo dos Santos (665.092.381-87); Humberto Carlos Faria Teixeira (034.575.436-07); Humberto de Lemos Medina Coeli (070.735.847-77); Ianna Maria de Alencar Cavalcanti (040.627.274-39); Iata Marques Themudo Lessa (257.444.488-45); Ilder Fiorentino (076.367.778-78); Isabela Cesar do Amaral Brasil de Melo (038.767.464-00)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6913/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.207/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Radames Oliveira Barbosa (831.425.335-91); Rafael Andrade Duarte (082.875.554-00); Rafael Moscoso Lobato Rego (941.793.103-25); Raphael Victor Costa Damasceno (011.075.163-90); Robson da Silva Garcia (019.535.493-14); Rodolfo Rodrigo Santos Almeida (015.563.265-56); Rodrigo Athayde Portela (027.593.395-48); Rogerio Silva Lima (620.141.883-00); Ronald Bernardes Fonseca (001.556.143-71); Rostonio Uchoa Lima Oliveira (992.795.093-49); Salomão Lima Sousa (014.886.573-94); Samara Moura Fe Luz (033.508.183-58); Talita Faustino Mina (005.875.903-43); Tatyana Soares de Oliveira (007.558.684-39); Tayrone Thallis de Medeiros Souza (095.966.224-39); Thais Maria da Silva Barros (009.880.203-86); Thiago Gonzalez Boucinhas (011.045.673-42); Tiago Lira Pontes (000.402.503-26); Valdeci Saraiva Gomes (062.672.914-99); Victor Alexandre Salgueiro Rodrigues (048.327.254-08); Victor Hugo Holanda Chaves (104.656.797-73); Victor Teixeira Lima (968.087.483-49); Waleria Maria do Nascimento Carvalho (649.023.823-34); Wilson Martins Cardoso (035.872.876-27); Ysis de Melo Mota (005.680.365-65)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6914/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.290/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandra Maria da Rocha Lins (808.672.515-49); Alexandre Guimarães Carvalho (027.135.886-69); Alfred William Tamplin Doetzer (087.448.409-00); Ana Christina Fernandes Poubel (000.507.057-09); Andre Belém Ferreira da Silva (110.625.147-42); Benjamin Soares de Azevedo Neto (425.091.497-68); Bernardo Batista Ferreira de Carvalho (067.665.376-63); Bruno Paisani (312.021.258-08); Bárbara Gomes Moreira (124.540.777-52); Daniel Lima Carvalho (002.171.691-98); Daniel Mol Marcolino (073.347.676-75); Daniel Vinicius Testa (036.059.479-48); Denise Firpo do Souza Porto (854.275.867-68); Denise Mantovani de Felipe (078.775.496-01); Eduardo Rocha Yanai (281.815.388-38); Eneas Samartin Pereira (310.047.028-17); Fabio Hitoshi Nakamura (121.126.348-79); Fernando Freitas Fernandes de Abreu (817.903.255-87); Fernando José Pombo Veiga (018.366.577-57); Francisco Thiago Vitorino Barbosa (648.564.293-53); Giovanna Carla Steinbach Padilha (035.219.799-46); Gustavo Adolfo Araujo Caldas (747.036.507-97); Henrique Finco Mariani (986.379.670-00); Hugo Azevedo de Carvalho (017.593.403-75); Italo Teixeira Viana (839.974.403-44); Jeferson Ryudi Matsuda (029.492.479-54); José Vicente de Mendonça Móras (054.322.267-58); Julia Regina Scotti (031.218.829-37); Juliana Carvalheda de Araújo (101.793.207-77); Juliana Magalhães de Mattos Coelho (086.905.387-63); Livia Pontes de Miranda Bomfim (027.300.344-55); Ludmila Roqdrigues Fernandes (061.714.816-37); Marcela Martins Dutra (073.744.416-90); Marcelo Bacaltchuk Milano (824.786.190-91); Marcelo Dias Correa (013.953.476-89); Marryton Augusto Severo Junior (970.883.747-49); Maurício Martins Martinez (973.023.410-87); Natalie Haanwinckel Hurtado (017.986.957-40); Nelson Cesar Mingorance Ribeiro (168.080.418-90); Paloma Habib Pereira Gomes (092.724.687-28); Paulo Roberto Miller Fernandes Vianna Junior (045.460.667-24); Petrusca Arrieiro Cardoso (063.912.476-33); Rachel Martorell Rodrigues Garcia (091.300.857-56); Rafaela de Gregório Dias (073.647.156-14); Renata Machado de Mello Calvende Aranda (103.044.737-31); Ricardo Augusto Kohn (036.278.279-29); Ricardo Elias de Pontes (338.208.468-67); Sandra Moss de Sá (795.780.987-15); Simone de Oliveira Tralhão (014.903.357-57); Tatiana Dantas Teixeira (087.039.897-04); Tatiane Emanuele dos Reis da Rocha (058.530.929-95); Thamires Busque dos Santos (124.390.137-30); Thiago Barata Duarte (108.627.447-41); Thiago Pedra Signorelli (119.466.257-95); Thiago Valesi de Amaral (312.362.558-36); Ulisses de Ulhoa (049.059.738-64); Vanessa Cristiane de Siqueira (339.079.018-78); Vinícius Antônio Camargo Barbosa (003.912.021-03); Vitor Pego Hottum (907.862.897-91); Walter Rezende da Cunha (015.028.796-89)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6915/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.553/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adalberto Nuno Souza da Conceição (778.650.735-34); Claudio Galdino (119.533.278-50); Daniel da Silva Andrade (099.510.367-40); Francine da Silva Amaral (281.719.338-58)

1.2. Órgão/Entidade: Cobra Tecnologia S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6916/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.575/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alesxandra Jacobson Pereira (740.667.652-20); Aline Costa Caramês (749.953.402-20); Anderson da Silva Pereira (731.988.202-78); Ariana Pereira Gomes de Araujo (003.464.441-52); Danewesley Carvalho Freitas (005.938.883-83); Dariane Pereira de Souza (007.332.439-67); Douglas Ribeiro de Aguiar (949.145.672-53); Elisangela Alexandra Terassa Pereira (528.048.102-59); Felipe Vieira Butel (795.227.502-04); Filipe Sanches Fernandes de Carvalho (036.489.381-85); Gisele Cristine Sousa Tavares Santos (661.748.563-72); Gleydson Ferreira de Araújo (529.720.462-34); Guilherme Arnez Moraes (671.084.072-72); Israel Tiago Alves da Silva (862.388.682-87); Jose Alberto Sousa da Silva (712.185.992-00); Jose Fabio Costa da Silva (517.770.022-49); João Ximenes de Albuquerque Gomes (791.008.802-72); Juliana Alves Guimarães (721.039.731-00); Klayton da Silva Almeida (814.872.742-20); Lindolfo Bergue Abreu Vieira (011.404.623-93); Luciene Viana Gloria (962.973.012-04); Luiz Alberto Moreira Freire de Carvalho (311.810.077-04); Luiz Ubirajara Paes da Conceição (332.414.572-49); Marcio Miranda Ferreira (712.909.402-82); Maria Clara Ferreira de Carvalho (219.632.742-53); Maria Ivonete Miceli (024.975.204-29); Marlon Santos Marinho (324.451.928-89); Marlos Pinheiro Barcelos (011.271.741-18); Miguel Meireles da Costa (093.052.202-82); Moisés Carvalho da Silva (938.726.072-00); Naara Jayze de Souza Soares (922.137.662-15); Raimundo David Antonio Junior (784.105.762-87); Reinaldo Lima Pereira (657.509.772-34); Rildo da Silva dos Santos (037.737.124-64); Samara Pereira Farias (964.881.072-91); Thomaz Cauper (949.518.292-15); Tiago Barbosa Correa (915.200.102-49)

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6917/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.576/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abelard Dias Ribeiro dos Santos Junior (018.844.143-38); Abraão Lima Teixeira (657.453.613-87); Adalberto Aguiar Florêncio (949.416.612-49); Adriano dos Santos Nogueira (044.943.063-47); Alex Sandro Alves Brandão (010.682.143-17); Ana Cristina de Sousa (644.921.923-87); Antonio Rogerio Araujo dos Santos (027.128.203-71); Cleston Gomes Bandeira (040.078.903-58); Denise Maria Rodrigues Santos (033.129.513-05); Diego Mayron Mendes Gomes (036.340.653-03); Elienai Gomes Ferreira (041.901.863-84); Elisangela de Castro Araujo (819.023.523-00); Elton Bruno Sampaio (023.237.443-05); Fabiano de Castro Fortuna (638.228.143-34); Francisco Cardoso da Silva Filho (007.920.073-79); Francisco Kleber Rodrigues de Anchieta (875.347.463-53); Francisco das Chagas Sousa Barros (912.958.903-72); Francisco de Sousa dos Santos (012.560.053-47); Heladio Francisco Oliveira dos Santos (035.429.213-78); Igor Lima Silva (018.663.763-22); Isaque de Moura Gonçalves Neto (004.805.593-09); Janio Vilhena da Costa (513.472.962-04); Jeane da Silva Pereira (862.830.732-04); João Soares Junior (784.876.172-04); Jose Cardoso Mota Junior (015.655.803-38); Karyne Macedo Mascarenhas (662.112.633-68); Manuela Lima de Jesus (907.977.103-10); Maquenzie Figueira Souza (768.784.062-34); Miguel Lito da Cunha Moraes Junior (014.766.192-71); Regina Pereira Camelo (020.713.513-47); Renildo Alves da Silva Morgado (406.226.143-04); Ronaldo Teixeira de Araujo Lima (024.806.173-94); Shirlene Ferreira Borges (697.432.152-04); Sylvianne Marcelle Dias Evaristo dos Santos (025.280.504-61); Ursulina Kelly de Padua Ribeiro (043.540.193-96); Waldir Vasconcelos Brito Junior (012.504.963-30); Wamber Israel Goulart (363.290.371-91); Willian Ribeiro Silva Pereira (010.667.683-07); Wllyssys Alves de Lima (002.473.333-44)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6918/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.578/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Braga Sales (663.702.483-04); Ana Cristina Carreiro de Melo (831.246.323-20); Ana Luiza Bartilotti Langbehn (100.193.556-02); Balduino Moreira da Silva Junior (003.742.833-03); Camila Cabral de Farias (057.315.674-33); Carla de Lucena Bina Xavier (058.544.304-10); Carlos Cleidy Rodrigues Teixeira (004.731.653-50); Danielle Patricia Bezerra de Souza (056.783.514-60); Diego Marques Loiola (003.604.263-36); Doglas Charlless Gomes Torres (489.084.443-00); Felipe Dantas de Carvalho (045.110.954-69); Ivna de Oliveira Silveira (028.292.203-23); Jorenilson Madeiros Medeiros (758.876.903-30); Josue Silva Neves (643.121.353-04); Lara Rola Bezerra de Menezes (024.808.773-88); Leivinho Neves de Abreu (402.992.443-34); Leonardo Carmo Ribeiro de Lima (065.047.594-13); Lucineide Silva de Jesus Lima (007.008.125-55); Lucivio David Lopes (493.257.444-49); Marina Caribe Cavalcanti (065.295.614-98); Mauro Jose Lins Carvalho Junior (052.457.814-17); Nathalia Laurentino Cordeiro Maciel (051.847.424-09); Nathalia Santos Pimentel (011.696.193-71); Nauber Alves Ferreira (917.465.233-87); Nilmatison Pereira Cunha (880.777.053-91); Paulo Francisco de Oliveira Gomes (396.098.123-68); Renata Guimarães Zuba (076.561.186-40)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6919/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-022.588/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Alves de Oliveira (175.621.986-91); Rubens Franco Silva (027.185.223-21); Rubens Lage Junior (046.341.218-40); Rubia Racquel Renno Oliveira (060.678.946-45); Rubiane Felix dos Santos (036.939.559-05); Rudah Ribeiro Trovao (004.272.003-69); Ruy Scultori da Silva Vianna (077.817.207-41); Sabrina Ferreira Lima (056.620.307-31); Sabrina Moraes Mantovani (333.196.088-86); Sabrina da Silva Bernardes (084.548.547-46); Samanta Nascimento das Chagas (688.935.071-53); Samantha Rodrigues Barbosa (978.507.991-00); Samela Isabel da Silva Gomes (057.070.164-30); Samir Ibraim Miled (056.276.477-10); Samuel Ferreira Lima (858.847.402-63); Samuel Oliveira de Araujo (056.663.757-09); Samuel Pereira Barbosa Junior (923.331.928-87); San Martin Carvalho de Oliveira (799.392.872-91); Sandra Emi Takagi (916.547.180-68); Sandra Ferreira Campos (903.687.111-53); Sandra Helena Alves Rabelo (983.915.426-53); Sandra Helena Goncalves Barreto (789.063.507-91); Sandra Mara Vieira (557.379.781-68); Sandra Regina Bossi de Oliveira (253.283.278-96); Sandra Sayuri Moritugui Haioka (108.628.408-99); Sandro Esteves dos Santos (075.433.567-40); Sanessa Maria Dagostini Zuanazzi (077.331.589-66); Sara Cardoso da Silva (729.283.101-00); Sara Helen Lisboa dos Santos (007.653.439-16); Sarah Fernanda Carvalho do Nascimento (020.784.461-57); Saulo Dantas Tavares de Matos (019.081.255-94); Savio Castro Barbosa (027.331.551-05); Savio de Lima Picanco (122.593.707-80); Sebastião Pereira da Costa Junior (109.119.524-20); Sergio Adriano Sanches (174.689.338-98); Sergio Giovane Canavarro Alves (879.636.631-15); Sergio Henrique dos Santos Jonas (340.241.058-33); Sergio Luis Tambosi (709.365.289-15); Sergio Menezes de Noronha (023.999.151-60); Sergio Moura Dorea (647.114.125-49); Sergio Rodrigues de Oliveira (298.396.198-29); Sergio de Carvalho Seabra (648.927.515-53); Sheila Cristina Otelo (762.915.291-49); Sheila Kristianne Pereira de Souza (053.133.424-44); Sibele de Aguiar Bonassi (306.631.088-45); Sidnei Jose dos Santos (647.816.312-15); Sidnei Rozado Torres (122.996.388-06); Sidney dos Santos Chagas (002.697.237-90); Silas Gusmão de Oliveira Neto (021.792.715-73); Silvana Bezerra de Melo (035.228.894-95); Silvana Maria Sales da Silva Diniz (887.269.401-91); Silvana Siqueira Gomes (114.710.888-98); Silvana Teixeira Vaz (020.470.889-33); Silvano Regis Descovi (015.789.490-84); Silveria Carla de Paula Gonçalves (080.279.186-77); Silvia Crivoi Cidade (030.099.038-39); Silvia Fioretti Cabral Loureiro (005.574.331-50); Silvia Regina Gouveia Lois (033.260.788-70); Silvia Shiroma (065.264.308-64); Silvia Sonza (005.309.041-10); Silvio Soares (068.760.619-57); Simone Cristina da Silva (025.774.596-37); Simone Martins Farias (053.194.649-59); Simone Martins da Silva (900.379.871-00); Simone Moriya Miyagi (212.686.678-54); Simone Tardin Fagundes (128.340.057-02); Simone Yamasaki Sessa (301.339.148-01); Simone de Mesquita Teixeira Chaves (610.224.461-34); Solon Lucio Ribeiro Junior (699.241.042-34); Sonia Avila Pinheiro Teodoro (628.453.066-87); Sonia Fagundes do Carmo (038.937.816-09); Sonia Souza da Rocha (941.367.347-00); Soraia Ferreira dos Santos Mota (350.050.978-99); Soraia Pires Silveira de Carvalho (079.958.778-89); Soraia Vieira Vasconcelos (717.573.681-91); Soraia da Silva Converso (144.873.868-70); Spiler Faustino Ferreira (645.266.077-20); Stefania Karoline Fraga de Oliveira (013.124.604-66); Sueli de Fatima Nucci Rigoni (074.049.588-73); Suellen Rolim Martinez Bastos Galvão (103.115.187-70); Suiany Meotti (811.619.300-78); Susana Batista Messias (329.804.568-37); Susane Regina Barrionuevo (718.205.150-87); Susy Batista Dias de Araujo (993.786.711-87); Suzana Leyde dos Reis (037.630.616-57); Suzana Raquel Lopes Marques (071.553.546-35); Suzanne Gracy Damascena Lopes (033.850.581-47); Tabata da Silva Duarte (101.445.146-99); Tadeu Bernardes Barreto de Andrade (045.599.016-60); Tais Fernanda Harumi Hamamura (223.812.158-75); Talita Graziela de Oliveira Silva (067.688.676-01); Talita de Oliveira Silveira (045.449.249-95); Tamara Araujo Carvalho (014.144.485-11); Tamara Siqueira dos Santos (348.399.738-57); Tania Lustosa de Oliveira (005.733.071-99); Tania Maria Soares (120.517.038-33); Tanise Remus da Silva (010.985.610-40); Tarcisio Jose Paixao Santana Filho (727.282.485-91); Tarcizio Fernandes Souza Andrade (694.444.045-87); Tatiana Benjoino Ferraz Massena (080.786.037-97)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6920/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.590/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vanessa Gomes de Queiroz (055.602.904-67); Vanessa Junqueira Ribeiro (224.893.768-70); Vanessa Magri Borges (220.056.298-55); Vanessa Mascarenhas do Vale Midlej (010.961.665-00); Vanessa Vieira Guimarães (002.953.750-94); Vania Gonçalves (219.451.808-89); Vania Maria Chefer Ribeiro (036.144.869-40); Vaniceia Miranda Jardim (728.009.336-15); Vanilea Conceição de Oliveira de Araujo (097.255.017-80); Vanisa de Castro Leão (779.742.635-04); Varlei Felisberto (141.812.878-31); Vera Lucia Gomes Quaranta (987.357.995-87); Vicente de Paulo Dantas Neto (011.366.145-24); Victor Bastos Veras (036.012.513-10); Vilma Aparecida de Oliveira (928.122.289-20); Vilma Mieko Yamada da Fonseca (130.882.428-90); Vinicius Alves Gonçalves (018.560.885-02); Vinicius Azevedo Nunes (014.391.346-85); Vinicius Costa de Carvalho (109.146.597-58); Vinicius Luciani Rios Freire (025.991.315-45); Vinicius Meira Neves (302.579.298-19); Vinicius Navarro Antonio (387.560.658-25); Virginia Marchi Garcia (066.178.556-47); Vitor Lopes de Souza (111.426.677-90); Vitor Manoel de Oliveira (347.340.108-03); Vitorino Fontenele Freire (207.605.743-91); Vivian de Castro Satiro Aragão (099.247.968-10); Viviane Angelica Caetano (069.394.686-50); Viviane Cristina Padilha Baptista dos Santos (098.184.667-05); Viviane Graciele Lena (045.811.629-71); Viviane Senosien Marques (285.303.748-78); Viviane Silva Tortorelli Raymundo (257.529.838-51); Viviane do Vale Araujo Costa (810.374.146-91); Viviani Maria de Melo Guerra (021.106.174-38); Volmar Prado Correia (032.999.795-58); Wagner Campos de Abreu (028.226.649-60); Wagner Ferreira Pinto (084.773.756-07); Wagner Figueiras (062.321.308-71); Wagner Jose de Sousa (120.905.811-15); Wagner Sa Monteiro de Carvalho (620.498.281-87); Wagner Tavares Mendes (335.141.628-83); Waldiran Damasceno Ferreira (600.091.213-74); Waleska Fernandes Dias de Gusmão (089.495.417-26); Walmir Rogerio Santos de Oliveira (312.146.978-95); Walter Alex Boeira (821.357.700-00); Walter Antunes de Andrade Junior (308.558.718-73); Walter Campestrini de Miranda (948.109.742-00); Walter Jose Cruz Cavalcante Junior (018.098.641-43); Walter Luis Ramos (077.789.908-65); Walter de Freitas Uchoa Saraiva (411.732.938-33); Wanda Lea de Moraes (521.151.946-91); Wander Tadeu Dias de Almeida (047.244.486-79); Wandson Andre Silva de Araujo (677.947.002-30); Wanessa Flavia Mariani (858.736.406-53); Washington Bentes dos Passos (806.455.692-91); Welbert Jose da Silva (583.772.041-34); Welbert Moreira Lemos (036.259.811-81); Wellington Moreira de Jesus (309.840.331-49); Wellington da Silva Amorim Junior (871.894.887-15); Wendell Delmondes Vasconcelos (073.785.224-06); Wender Santos Guimarães (009.670.911-10); Wesley Dantas de Sousa (955.464.483-34); Wesley Oliveira Silva (866.999.203-59); Wesley Rodrigues Vilela (258.737.388-31); Wesley Santana Silva (011.449.075-94); Wesley de Sousa Dourado (010.454.343-45); Weslley Nunes Brito (001.209.064-65); Weyder Orlando Brandão Junior (012.980.506-85); Whesslley Jhesslley Carvalho dos Santos (533.770.012-04); Wide Assis de Souza (000.654.291-33); Wilhandson Frederico de Jesus Carvalho (989.012.061-53); William Bandeira Batista (045.129.006-24); William Nascimento Tavares (960.818.991-87)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6921/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), motivada pelo desligamento do(s) servidor(es), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.766/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adalton Damázio Gonçalves Freitas (086.051.756-05); Adriana Ribeiro Lima (012.707.221-74); Adriano Reis Mota (636.027.506-63); Alessandra de Castro Morais (800.818.601-10); Alex Mitsuyuki Tatuishi (023.951.259-62); Alex Sandro Maia Fernandes (009.718.233-83); Alexandra de Paula Ferreira Pinheiro dos Santos (293.650.018-46); Alexandre Augusto Marcondes Figueiredo (085.992.058-54); Aline Lima Andrade Santana (804.567.665-53); Aline Sousa Penafort (920.859.703-20); Aline Spohr Perius (942.767.300-15); Alisson Pessanha Quintanilha (129.901.617-08); Allan Diego Mendes Melo de Andrade (956.402.743-87); Ana Carolina Carvalho Beltrão (044.193.476-51); Ana Clotilde Gonçalves Dias (014.816.416-11); Ana Cristina Machado Penaforte (035.646.057-62); Ana Paula Dantas Favero (005.872.991-77); Ana Tereza de Paiva Coura (044.889.666-40); André Freitas Noronha (809.325.415-34); André Luis de Oliveira Antoniolli (078.294.397-70); André de Freitas Marreiros (083.611.797-20); Angela Gomes Santiago (835.730.975-53); Angelica Apolonio Rodrigues (949.786.033-15); Anna Carolina Siqueira Felix (110.657.467-25); Anna Karin Galeckas (291.519.048-88); Anna Mariza Teixeira Maia (971.118.643-87); Anna Paula Feminella (888.589.019-91); Antônio Felipe de Amorim Cadete (045.574.584-67); Ariane Taina Trindade de Araujo (036.702.411-08); Armando Alves Carreira Neto (098.643.437-00); Artur Rosa dos Santos (036.708.903-35); Atila Cosme Santana (110.638.787-21); Beatriz Maria Caccavella Chaves (047.399.019-94); Benjamin Ruiz de Souza (613.272.712-49); Bruno Koga Genovez (303.364.598-40); Camila Almeida Correia (039.634.634-06); Carlos Henrique Von Muhlen de Sales (318.693.458-35); Carlos Polako Aragão Moreira (002.329.385-39); Carolina Prearo Camara Simoes (213.827.058-08); Celso Bernardes Silva (375.302.246-20); Cesar Augusto Bertonha Trindade (852.927.458-04); Claudio Luis Wolf (532.962.900-44); Clayton Luiz Simão Duarte (215.595.488-35); Cleber de Paiva Souza (253.098.608-86); Cleyton Igleia Correa dos Santos (084.022.597-07); Cristiane Gibim Brito (288.620.838-82); Cristiane Queiroz (266.724.118-52); Daniel Chaves de Almeida (779.689.135-00); Daniel Medeiros Boff (002.067.230-67); Daniella Maria Almeida Sousa (825.178.785-87); Deisiane Christmas Santos Leão (014.998.575-43); Denise Mascarenhas de Oliveira (011.252.325-01); Diamantino Paulo Beco Ferreira (125.819.588-71); Diego Gadelha Santos (016.177.593-41); Diego Machado Musse da Silva (031.619.245-76); Diego Tadashi Itikawa (052.644.379-04); Djan Gardei Alves (071.550.567-07); Domingos Campos Ribeiro (782.791.437-34); Edison Kessler (983.257.100-63); Edson Restanho (320.649.918-67); Edvaldo Rufino de Melo e Silva Filho (053.655.154-55); Einar Lorenzi (001.645.230-57); Elaine Andradede Oliveira (494.570.716-20); Elder Souza do Nascimento (025.974.689-41); Eliana da Silveira Dias Pires (936.463.136-68); Elisangela Moreira Antonio de Azevedo (044.789.507-92); Elton Vinicius Bilhalva Sousa (020.089.791-80); Erika Regina Yokoda (205.346.958-76); Evelyn Aida Tonioli Valente (924.232.721-20); Fabiana Poiava de Almeida e Silva (082.277.787-80); Fabiana Rosa Moreira (069.591.016-70); Fabiano de Moura Muniz (039.757.406-12); Fabio Marques da Cunha (055.643.237-18); Felipe Fonseca de Carvalho Nina (006.335.613-98); Fernanda de Paulos (118.492.457-03); Fernando Erdmann da Silva Freire Ritter (806.878.491-87); Flavia Adelina de Souza Vicenzi (006.893.639-74); Flávia Bergamin Ferrari (086.208.927-11); Flávio Bittencourt de Souza (036.197.566-00); Flávio Marcos de Almeida (287.803.938-61); Flávio Miranda Mares (097.616.646-19); Francisco Edmilson de Brito Junior (622.464.703-82); Francisco Elnatan Carlos de Oliveira Junior (983.313.533-15); Francisco Roberto Amorim Ribeiro (010.347.197-93); Gabriel Armenio Quilis (322.073.858-33); Gabriel Carneiro de Lima (047.270.644-64); Gezaine Priscila Gonçalves da Costa (073.681.776-09); Gislene de Oliveira Silva (046.693.779-22); Guilherme Martins Teixeira Leite (112.530.867-29); Guilherme de Almeida (719.465.191-20); Guilherme de Vasconcellos Machado (715.265.011-04); Gustavo Cervo Rechia (000.399.890-89); Gustavo Eberle Moraes Alves (254.642.538-23); Heliete Lins Leitão Sanches (510.935.614-91); Hellen Giotti Ladeira (051.098.326-09); Hélio Varela de Albuquerque (012.513.194-16); Igor Montijo Salviano (694.485.821-53); Isabela Alkimim Fagundes Alves (012.111.826-65); Italo Lima Vicente dos Santos (012.991.985-38); Jair Soares da Silva (805.782.418-20)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6922/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), motivada pelo desligamento do(s) servidor(es), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.767/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaqueline Selbach Juliani Ferreira (018.038.509-73); Jeifson Ribeiro dos Santos (781.668.455-04); Jeoval Garcia Alexandre Filho (866.353.105-25); Joao Batista Goncalves de Paiva Junior (011.881.401-08); Joila Barreira de Oliveira (925.853.453-00); Jonas Junio Linhares Costa Monteiro (013.390.156-41); Jonnas Antonio Batista Costa de Souza (224.875.698-40); Jordano Vitor Bicalho (033.846.516-26); Jorge Fernandes dos Santos Barbosa (730.185.461-72); Jose Henrique de Oliveira Costa (110.168.058-02); Josevan Carmo da Cruz Júnior (038.561.625-26); José Wyllace Bezerra Cavalcante (474.776.792-49); Julia Silva Dolado Tundidor (112.442.367-21); Juliana Covolo de Souza (222.419.078-63); Juliana Pinto de Oliveira (100.607.707-32); Juliana da Costa Pires (117.648.937-27); Junia de Souza Antunes (909.544.086-91); Kalebe Lael Costa Dionisio (093.022.974-62); Karine Marquez Cardoso (079.871.316-01); Karla Celina Cartaxo da Cunha (051.728.544-44); Karla de Oliveira Scotton (714.839.421-04); Larissa Regina Pereira Diógenes (002.167.052-82); Leonardo Lage da Silva (086.848.387-77); Liana Mendes de Faria Lins (816.356.485-72); Liliane Meneghin Gonçalves (107.538.567-94); Luciana Owam Cohatu (309.152.138-93); Luciano Prosdossimi Stahelin (025.024.579-55); Luciano de Souza Nacif (999.987.697-87); Lucila Borges de Sant'Anna (002.257.911-70); Luiz Augusto Tavares Peres (328.883.758-77); Luiz Otavio de Araujo Pereira (365.257.968-22); Lysia Maria Soares Melo (029.056.133-78); Lígia Fuhrmann Gonçalves de Oliveira (060.507.999-46); Manuela Rodrigues Sousa (036.263.334-77); Marajane Silveira (874.641.011-20); Marcelo Passos de Abreu (023.453.123-19); Marcia Maria Costa Azevedo (917.050.293-53); Marcone Evaristo Araujo Paim (615.847.033-34); Marcos Lemes (037.830.459-32); Maria Carla Cortizo Ribeiro (773.757.934-68); Maria Eduarda Alves Pinheiro (620.312.013-87); Maria Luiza Faria Fabello Vaz (091.939.387-05); Mariana Monteiro Rosa (060.280.406-06); Mariana Oliveira Alves (834.204.445-91); Mario José Monnerat Vianna (991.181.227-87); Marlos Bahia de Aguiar Filho (061.054.824-77); Mauro Vasconcelos de Moura (052.364.498-12); Maxuel Christian da Silva (073.977.894-39); Melissa Makita (158.634.108-17); Melquíades de Souza Filho (296.896.274-49); Michel Graboschii de Souza Lima (329.493.268-54); Micheline Marques de Andrade Dantas (035.884.144-52); Moisés Dantas Linhares (955.829.403-91); Monna Kelly Braga Louzada Macedo (856.397.703-25); Natacha Bezerra Brasilino (013.051.704-66); Odenilza Carvalho Serra (808.391.692-72); Pablo Camarco de Oliveira (992.077.963-68); Pablo Zuazo Paraguai de Souza (295.810.508-33); Paloma Lima Gois (023.248.985-86); Paloma Lins de Araujo (042.103.434-39); Patrícia Maura Giembinsky Manosso (028.389.146-77); Paula de Goes Brito (059.653.994-05); Paulo Marcelo Prati (052.014.879-71); Paulo Sergio Ruviaro de Mattos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(000.293.990-84); Pedro Braz Botelho Amaral (081.409.007-96); Polyane Gimenes Pires (066.155.519-42); Priscila Coelho de Lima (094.437.217-16); Pâmela Carrasco Costa (713.750.401-97); Rafael Delamo Evangelista Bueno (319.579.818-22); Rafael Franca Neves Bassani (946.991.435-04); Rafael Ricardo Happke (005.134.739-39); Raul Jose Piedade de Macedo (757.931.997-72); Renan Jose Duarte Batista (014.864.081-84); Renan Wallau Vielmo (967.416.190-20); Renata Maciel Castello Branco (088.702.777-63); Renato Pinheiro Ferreira (396.159.668-94); Renato Seijji Kawasaki (326.993.048-83); Ricardo Magno Barbosa Mendes (945.975.453-87); Robson Barreira Leonardo (098.069.461-20); Rodrigo Sato (216.323.478-90); Samuel Parente Albuquerque (999.340.602-30); Samuel Sa Teles Soares (724.398.741-91); Sandoval Jose Pereira Rufino (997.211.041-91); Sandra Alves da Silva (036.782.266-04); Sandro Bringhenti Lyrio (039.313.477-61); Sergio Augusto Alvariza dos Reis (348.886.400-68); Sergio Luiz Fonseca (053.878.838-05); Simone Mayumi Minaki (225.726.978-07); Soraya Mariz Maia Pecanha (046.616.254-55); Steve Foerster da Silva (004.339.519-82); Tatiana Carolina de Castro Araujo (324.664.538-86); Tatiana Roos (766.208.160-53); Telma Medeiros Alencar (738.958.813-68); Thaisa Silveiro Bezerra Leite (671.986.513-72); Thiago Laurentino de Oliveira (634.152.673-34); Toshio Toda (179.998.888-00); Vanderlei Bundchen (894.971.551-15); Victor Hugo Barbosa Pereira (841.568.051-15); Victor Perin Ribeiro (091.038.157-73); Vinicius Ferreira (298.595.368-56)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6923/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), motivada pelo desligamento do(s) servidor(es), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.768/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vinícius Moraes Pinto Garcia (123.735.777-20); Vitor Cruz Galvão (056.164.997-90); Vivian Carlos Soares (055.827.147-23); Viviane Feitosa Serrano (946.549.720-72); Viviane Souza Leite (007.859.961-09); Walter Souza Gomes Junior (504.323.464-49); Washington Borba de Queiroz Denuzzo (308.567.628-73); Wellington Dayson Rodrigues de Oliveira (712.004.602-00)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6924/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), por força da cessação do(s) respectivo(s) efeito(s) financeiro(s), motivada pelo desligamento do(s) servidor(es), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.076/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Brunno Cabral Schliebe (019.293.173-36); Cleudinaldo dos Santos Soares (013.396.623-29); Gabriel Batista da Silva (038.281.435-55); Higor Heider Almeida Lima (010.977.663-14); Ivanildo Cintra Alves Junior (913.738.402-34); Joel Eufrasio de Oliveira (003.994.761-05); Lilian de Jesus Lima Macedo (946.836.112-87); Michelle Silva Pimentel (690.319.832-68); Regina Pereira Camelo (020.713.513-47); Rodrigo Dalarme Viale (855.454.062-04); Wenderson de Carvalho Arruda (789.184.642-15)

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6925/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, motivada pelo desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.067/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Tiago Gomes Sant'Anna (717.567.281-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6926/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.325/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adeise Valente de Brito (988.204.192-20); Alexandre Bruno Martins Meira (396.294.302-15); Alexandre Miranda Loureiro (701.157.102-72); Antonio Soares Junior (002.607.333-18); Any Kelly Terra da Silva (517.355.122-49); Arthur Alencar de Almeida (006.393.841-37); Carmem Maria Amaral da Silva Blanco (048.068.672-68); Daiana Cristina Nicolau (892.196.512-20); Daived Lima de Andrade (748.412.892-91); Davi Higino de Sousa Farias (810.434.812-49); Dyonathan Brum Poletto (912.507.732-53); Edna Cristina Viana Palheta (682.800.762-04); Ednilson Rodrigues Barreto Junior (868.677.922-00); Elaine Cristina Souza Cavalcante (751.270.832-72); Eliane Luz de Moraes (570.687.801-30); Ewerton Mauricio Cruz de Alencar (453.691.942-20); Fabiana D'ajuda Silva (934.509.822-49); Francisca Costa de Souza do Nascimento (434.986.632-91); Geovane Oliveira Silva (029.822.155-19); Gilberto Barbosa Cardoso (487.072.103-10); Gilson Barros Monteiro (300.147.002-04); Gilvan Batista Alves (642.136.922-72); Gisele Pereira Matos (416.300.682-68); Jackeline Sousa da Silva (846.290.962-72); Jaymara Aparecida Kalb (774.981.272-53); Jean Alves Braga (973.457.921-53); Jeferson Carvalho Freire (913.512.003-72); John Barreto Ramires (725.897.012-68); Jose Bezerra Amorim (741.111.083-34); Jose Bonfim Alves da Silva (697.045.892-04); José Lúcio de Souza Costa (185.115.701-87); Karol Costa Fernandes (617.082.083-72); Klaus Anderson Leite Patriota (071.265.107-13); Kátia Campregher Moscoso Silva (603.385.552-34); Leonardo Araujo de Barros (932.172.502-49); Magbis Jaalla Rodrigues Silva (731.698.201-25); Maria Sonia Russo Porchera (207.292.942-34); Marly dos Santos Araujo (803.907.142-91); Nadya Lorena de Oliveira Toledo (885.269.251-72); Patricio Alves Costa (054.505.246-76); Patrick Fernandes Fonseca (517.026.812-20); Pedro de Alcantara Almeida e Sousa Filho (010.453.603-92); Raimundo Nonato de Castro Vaz (338.284.822-87); Raul Gabriel Teixeira Melo (521.989.872-87); Roberto Marçal de Mendonça (594.274.261-87); Romário Silva da Mota (508.760.402-10); Tenyson Cleber de Araujo Pereira (629.125.932-04); Vagner Nunes Tomazi (008.693.772-30); Wesley Bueno Teixeira (987.158.871-20)

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6927/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.342/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Monica Parise (059.644.989-57); Monique Marciane Grisa (007.531.230-10); Muller de Castro Anaice Cavalcante (883.248.342-49); Nadja Araujo de Figueiredo (053.006.894-08); Nardelio de Souza e Silva (171.140.698-80); Natiele Ines Pellenz (019.143.690-92); Nayade Trindade Longhi (014.607.890-08); Nayara Milhome Cavalcante (767.520.382-87); Nicolau Wozniak Netto (043.289.599-05); Nilson Antonio de Lazari (057.592.878-69); Nilson Monteiro Helriguel Filho (024.637.831-09); Oclemilson Nascimento Medeiros (511.850.912-20); Olimpio Silva Damasceno (346.799.441-53); Oliver Machado (968.184.680-04); Orislanne Carneiro de Sousa (695.602.771-20); Pamila Amanda Ferreira (045.755.764-84); Patricia Bastiani Teixeira (965.630.791-72); Patricia Nori Knapp Canossa (304.323.098-10); Paula Guedes Brandão (311.766.018-65); Paulo Arruda de Oliveira Neto (023.481.140-46); Paulo Eduardo de Amorim Virgolino (988.025.931-91); Paulo Rafael Lepkoski Chaves (977.852.100-04); Paulo Ricardo Saenger (991.083.640-87); Pedro Antonio de Oliveira Santos (368.612.708-30); Pedro Carlos Lopes Pinheiro (851.677.974-20); Pedro Delfino Marques (089.123.347-43); Pedro Henrique Malta Reges (943.244.411-20); Pedro Luiz Endler Guimarães (264.200.150-49); Pierre Selle Barbosa (004.551.500-01); Potiguara Pereira Junior (381.962.200-49); Priscila Melo de Albuquerque Mota (385.463.128-69); Priscila Molina Bocucci (306.558.588-06); Priscila Soares dos Santos (020.960.260-08); Priscila Suelem da Silva (841.294.332-53); Priscilla Moreira Magalhães Caldas (001.640.225-11); Rachel Mazilao de Paula (058.169.176-84); Rafael Artioli Colaciti (376.381.108-70); Rafael Carlos Rodrigues (051.541.786-61); Rafael Limanski (053.439.039-08); Rafael Pereira de Almeida (384.577.518-16); Rafael Rene Pereira Tara (318.262.798-81); Rafael Rocha da Silva (098.776.537-02); Rafael Santos Bento Gonçalves (060.861.376-25); Rafael Vieira Gonçalves (073.982.896-77); Raphael Fellipe Teixeira Mendes Oliveira (961.187.921-00); Raphael Jose Aguiar Ramalho Santos (096.011.317-79); Raquel Aparecida da Cunha (036.224.846-08); Raquel Bavaresco Pessa (334.389.678-04); Raquel Machado Nunes (295.815.078-09); Raquel Mellony Santana de Oliveira (828.338.345-00)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6928/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.574/2011-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amandina Dantas Luna (230.539.253-20); Debora Dantas Luna (267.670.233-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6929/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.579/2011-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aida Richards de Castro (027.473.581-43); Ana Aparecida Rodrigues (368.076.051-53); Carlos Eduardo Elias da Silva (026.559.111-21); Mercedes Elias da Silva (067.344.438-41); Odila de Aguiar Branco (500.523.571-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6930/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.584/2011-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alzira Farias de Oliveira (576.336.307-87); Catarina Elias de Menezes (264.159.847-72); Elita dos Santos Couto (151.379.531-72); Florisa da Costa Pereira (801.254.257-91); Marcia de Carvalho Guerra (688.975.707-63); Maria Jose Sagulo Borges de Aquino (074.180.607-00); Maria de Fatima Galdino (803.598.257-53); Maria do Porto Raimundo (012.999.816-82); Nilda da Silva Antas (113.480.727-92); Renan Azevedo Soares (186.139.507-87); Sthefany Mirielli Maier (054.767.447-38)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6931/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-020.550/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ildeu Gomes da Silva (008.696.946-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6932/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.643/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Cavalcanti Araujo (576.798.004-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6933/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.036/2011-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Adelia Bastos de Rezende (150.100.076-49); Adelmildes dos Anjos Chagas (011.433.267-33); Ambrozina da Silva Freitas (550.905.597-91); Beatriz Gonçalves Jorge (612.041.967-53); Cassimira Purcino Salvado (246.038.727-04); Celia Neves da Conceição (135.539.687-53); Clotildes Mathias Ramos (022.019.857-82); Dagmar Fernandes Pereira (142.942.237-82); Dulce Soares Veiga (024.056.227-50); Edna da Silva Souza (631.948.487-04); Elza Egidia Gomes (042.545.887-39); Ereny Rodrigues Machado (097.674.737-50); Ernestina da Silva (126.657.897-87); Eunice Peçanha (545.319.007-82); Eva da Mota Neves (388.998.767-20); Francisca Gonçalves Bordoni (721.998.147-34); Hebe Lessa da Silva (083.706.628-03); Hilda Sant Anna Callile (031.207.327-53); Ilda Castro Monteiro de Barros (443.730.587-68); Iracema Pinto de Paiva (111.168.197-08); Isette Silva Fernandes (181.485.817-20); Juracy Leal de Oliveira (864.137.327-68); Leontina Alves da Costa (116.828.297-74); Lucia Maria dos Santos (534.226.867-20); Lygia Anna de Carvalho Britto (025.865.397-37); Maria Jose da Silva (126.805.087-34); Maria Ventura dos Santos (599.052.207-04); Maria de Lourdes Noronha Reginaldi (829.528.417-72); Marilena Christiane Rodrigues (014.110.887-86); Nair Americano do Brasil (383.756.727-34); Neusa Ribeiro Torres (035.610.397-82); Neuza da Silva Toscano (029.012.987-70); Nilza Maria Brito da Silva (555.883.527-34); Ondina Camarinha de Araujo (037.520.367-29); Orlandina Rodrigues da Silva Custodio (074.305.997-29); Otilia Gomes Torres (013.573.627-73); Reginea Lima Bomfim (666.684.177-87); Ricardo Dehaye de Brito (061.155.937-43); Rita Ferreira da Silva (109.187.287-20); Romilda Costa Sampaio (060.262.907-10); Rosa Ramos Coelho (843.034.847-68); Rosa Ribeiro da Silva (260.883.477-91); Ruth Pereira Ribeiro (474.572.107-25); Sueli Rocha (010.934.147-31); Tercilia Arruda Martins (035.614.447-09); Therezinha de Jesus Dias (025.853.147-90); Vanda Romeu de Azevedo (749.146.187-53); Yolanda dos Santos Valente (111.576.487-03); Yvette Maria Torres (698.498.547-15); Zulmira de Jesus da Fonseca (608.770.067-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6934/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.037/2011-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Maria Santana de Souza (668.461.457-53); Anilda Baptista Ribeiro (944.437.777-68); Arlete Benedicta Nobrega (963.719.357-04); Avelina Ferreira Cardoso (029.143.167-47); Beatriz da Silva Britto (051.620.337-15); Cleia da Silva Ramos (350.098.377-49); Cora Lopes de Deus (081.294.197-77); Cosme Mulina Garcia (435.806.887-15); Cremilda da Silva Sampaio (596.759.427-20); Darci Fabiao Ferreira de Araujo (785.877.437-91); Dirce Martins Maia (841.581.587-53); Ednir Alves de Oliveira (005.475.697-93); Edson Costa Moura (957.011.687-00); Elcy Lima dos Santos (088.879.127-50); Eliza Moreira de Melo (950.524.457-68); Elza de Araujo Tavares (023.178.857-68); Emilia Vieira Machado Dutra da Silveira (385.601.947-20); Eulina da Conceição Rodrigues da Silva (000.479.087-18); Eunice Gonçalves da Motta (660.405.237-00); Eurydice Machado do Espirito Santo (098.622.507-04); Francina Cavalcante de Souza (977.403.738-34); Georgina Alves do Nascimento (591.860.117-15); Gloria de Castro Oliveira (481.871.947-15); Heliodora da Silva Firmino (069.387.977-73); Hilda Castro de Alvarenga (730.418.827-87); Ilma Helena Ferreira Lopes Lyra (937.485.077-04); Izolette Baptista Martins (745.210.557-53); Jacles Jose Ferreira Campello (246.343.367-15); Judith de Campos Souza (054.918.287-00); Lourdes Dias Bastos (010.511.077-92); Luiza Maria Generoza Teixeira (606.728.547-91); Maria Dalva de Carvalho (760.970.727-91); Maria Eulina Clementino Vieira (663.592.797-20); Maria Helena Pimentel Bittencourt (086.219.757-00); Maria Jose Miranda Pontes (609.764.627-53); Maria Oliveira Mendes (004.052.537-61); Maria das Dores Baptista Cerqueira (027.243.497-33); Maria de Lourdes da Silva Pires (053.443.096-19); Martha Maia Barboza (588.891.407-04); Nair Teixeira de Souza (994.384.537-68); Neusa Gonçalves de Souza (052.045.387-55); Nicea Carneiro Motta (072.338.867-92); Petronilha Conceição Nascimento (054.883.997-20); Ruth Oliveira da Luz (023.341.637-40); Teresinha de Vasconcellos Lisboa (000.285.437-69); Valdevina Nobriga Bernardo (107.776.187-29); Vicentina Carvalho Viana (042.911.607-12); Zenir de Moraes (069.552.147-05); Zulmira Alves Barbosa de Oliveira (021.460.337-70)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6935/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º ,do Regimento Interno, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.225/2011-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ideval da Silva (114.316.102-59); José Eden de Souza Martins (059.985.652-15); Nilson Moraes da Silva (163.691.492-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 31/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária

b) Ministro Walton Alencar Rodrigues (Relação nº 27):

ACÓRDÃO Nº 6936/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.151/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ângela Vânia Costa Penido (597.673.676-91); Antônio Alves Ferreira (124.201.076-91); Clea Dias Ribeiro (229.890.996-20); Dora Quirina da Silva (428.005.106-25); Elma de Jesus Ricardo (428.234.206-49); Else de Siqueira (129.474.586-72); Jair Severiano Silva (217.810.796-68); Laerce do Socorro Lages Botelho (244.561.366-34); Luci Morais Santos (390.538.736-00); Márcia Portela Antunes (087.427.406-06); Maria Auxiliadora Calixto Correia (162.582.586-20); Maria Elizabeth dos Santos (195.838.346-53); Marinete Martins Daher (531.877.687-68); Rute Lopes de Almeida (011.917.416-21); Teresa Cristina da Silva Rabelo (163.360.626-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6937/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.722/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Iran Curvo de Barros (311.104.107-78); Luiz Antônio Maksoud Bussuan (264.486.967-68); Maria de Fátima Nantes da Silva (160.415.501-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6938/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.335/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Gonçalves do Nascimento (073.964.653-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6939/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.381/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliane Nóbrega do Nascimento (109.199.454-49); Zélia de Queiroz Barbosa Chaves (206.961.674-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6940/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.387/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Domingos Pires (190.014.798-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6941/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.832/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elizabeth David dos Santos (129.635.341-91); João Cavalcanti Júnior (016.673.783-68); Lea Araújo Saulnier Pierrelevee (027.504.653-20); Maria Antônia Rodrigues da Silva (084.512.221-53); Maria Aparecida Peres Simão (185.162.541-00); Marlene Ferreira de Aguiar (128.749.651-20); Oroides Alves Moreira (153.550.551-68); Vilma Dias Cardoso (054.670.551-00); Zilda Pereira de Lima (055.445.991-49)

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6942/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.833/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelmir Batista Sousa (030.366.773-72); Adolfo Melo Veloso (043.546.643-72); Antenor Alves da Silva (068.259.903-49); Antenor Ursulino dos Santos (041.828.553-53); Antônio Lima de Abreu (025.832.593-34); Aurino Silva (030.367.233-15); Daniel Cavalcante Lima (047.501.793-53); Elias Neres de Araújo (047.474.453-15); Firmo Moura e Silva (014.473.943-72); Francisco Gomes de Holanda (038.706.773-68); Francisco Ribeiro do Nascimento (077.579.133-49); Francisco Viana da Silva (041.861.173-49); Francisco das Chagas Lima de Amorim (077.203.603-97); Francisco de Assis Meireles (065.053.253-87); Gilberto Lino Nogueira (041.932.453-49); José Ferreira Martins (030.067.513-53); José Francisco de Oliveira (068.406.393-04); João Benedito da Silva (066.003.873-00); Matias Neres da Silveira (038.777.363-00); Nestor Rufino de Sousa (078.027.653-15); Raimundo Martins da Silva Filho (041.861.413-04); Raimundo Rodrigues de Sousa (011.649.023-34); Sebastião Lavor de Lima (038.548.503-44); Sebastião Martins de Sousa Rocha (030.344.293-04); Valdinar Machado Fortes (035.647.203-59)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6943/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.848/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio de Queiroz Viana (104.985.404-72); Cláudio José Gomes Pires Raposo (047.864.324-15); Djalma Cabral Torres Júnior (104.475.124-04); Elinete Barbosa da Silva (195.574.264-20); Fátima Suely Duarte Bezerra (252.602.434-04); Gleice Silva Leal dos Santos (171.774.214-91); José Ivan Vidal de Lima (076.667.134-87); Julieta da Silva Santana (231.765.204-68); Lindalva Maria da Silva (170.844.154-91); Marcos José de Oliveira (053.604.714-68); Maria da Conceição Silva Xavier (215.119.004-82); Maria do Carmo Rodrigues (620.553.214-04); Marianita Paes Bezerra (052.831.834-91); Marilene das Graças Dantas da Silva (283.730.064-00); Sônia Maria dos Santos Lemos Braga (122.775.094-34); Vera Lúcia da Câmara Negromonte (231.287.044-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6944/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.853/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edinaldo dos Santos (119.950.505-63); Givaldo Batista Silva (235.788.405-30); Henrique Alves dos Santos (103.984.065-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SE
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6945/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.673/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Rodrigues da Silva (096.157.681-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6946/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.687/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adão João Ruas (187.754.896-00); Antônio de Deus Alves de Abreu (368.312.556-04); Francisco Ferreira Pinto (142.265.376-53); José Maria Peixoto (099.760.516-20); Maria Madalena Gomes (543.585.746-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6947/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.691/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Acy Gomes (115.253.207-34); Adelício Ribeiro Martins (379.191.807-91); Aloísio Correa de Melo (378.011.717-72); Álvaro Pinheiro Filho (250.568.837-00); Antônio Alves Ribeiro (225.864.907-20); Antônio Bandeira de Melo (229.920.307-91); Antônio Carlos da Silveira Campos (354.836.367-91); Antônio Chicre Antônio (040.566.127-49); Antônio Costa Leite (179.941.954-15); Antônio Leme da Silva (115.893.537-49); Antônio Rebello Neves (248.326.697-53); Antônio Vieira da Silva (448.840.527-49); Carlos Ferreira Valente (224.732.707-91); Cassiano Machado Garnier (189.607.827-34); Celino Rosa dos Santos (224.772.257-15); Celso Amaral Tupinambá (148.882.977-20); Clenir Félix (187.397.507-44); Cremilda Ovídia de Medeiros (032.139.007-53); Daniel Biasotto Mano (002.725.317-15); Durval Muniz (172.534.207-30); Edison Romão de Oliveira (219.344.287-87); Elma da Conceição Bamaro (119.336.407-82); Francisco Pinheiro (119.131.427-87); Galdino José Dutra de Assis (252.995.147-00); Gecy Cuzzati (107.473.207-30); Geraldo Bonfim (368.321.207-10); Geraldo Novellino (198.709.227-91); Haroldo Tavares Bastos (160.637.917-87); Isaías Samuel Caldeira (066.759.484-15); Ivan Nolasco de Abreu (160.638.217-91); Jadyr Duarte Soares (177.742.097-00); Jaime Pereira de Oliveira (285.405.657-49); Jeremias de Sales Chagas (237.532.937-68); Joel Bastos (203.317.207-44); Jorge Ferreira de Souza (210.085.667-72); José Gomes Correa (160.586.237-15); José Maurício Gonçalves (057.065.807-15); José Pereira da Cunha (272.580.847-20); José Tavares (203.397.987-34); José de Azevedo Fernandes (160.656.207-00); José Dinarte do Nascimento (182.869.687-00); João Antônio de Oliveira (357.344.857-72); Jurandy Caldas (112.590.277-91); Júlio Borreh da Silva (119.267.597-53); Lenira Pimentel dos Santos (459.194.297-04); Leonor dos Santos Lisboa (212.524.917-00); Letícia Almeida da Silva (393.070.777-20); Lindor Francisco de Almeida (029.231.337-30); Lúcio de Azevedo dos Santos (316.779.407-00); Luiz Carlos Lemos (669.297.927-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6948/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.733/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Paulo Clemente (323.741.358-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6949/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.739/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Floriano de Santana (014.297.284-34); Severino Gomes de Andrade (022.656.724-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6950/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.740/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Egberto Luiz de Castro Araújo Bunier (073.694.337-49); Maria Aparecida Gonçalves Ladeira (046.232.747-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6951/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.777/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Nadir Pestana de Mattos (211.159.667-15); Nelson Chagas (050.119.903-97); Nelymar Martineli Mendes (130.462.096-49); Nilton Ferreira (042.891.827-12); Onésimo de Andrade (352.884.697-68); Oswaldo Baçal (071.896.487-04); Paulo Roberto Ramos Fabiano (304.356.337-91); Pedro Coura Filho (162.295.506-44); Regina Gonçalves Gandara (299.192.077-72); Roberto Freier (494.604.397-72); Sandra Maria Rosa dos Santos (374.986.227-34); Sônia de Almeida Nascimento (386.896.427-49); Sueli Ramos de Azevedo (126.924.417-53); Teresa Maria Justo de Oliveira (274.336.767-91); Terezinha Jesus Oliveira de Figueiredo (296.212.324-49); Terezinha Lopes Faria (044.086.917-04); Tirzah Fernandes (202.575.117-68); Tung Cheng Tung (598.818.958-04); Valdir Valeriano da Silva (220.397.327-72); Vilma Guimarães Rocha da Silva (299.557.187-49); Wagner D'oliveira Castellões (603.746.917-20); Waldemar de Castro (308.912.727-04); Walkiria Varela Barbosa (227.525.447-15); Walter Souza Duarte (064.205.247-68); Wilson Straubel (218.211.277-49); Yara Frasão Rosário (185.829.827-04); Zulmira Maria de Araújo Hartz (092.386.894-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6952/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.800/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Fernando de Mattos Ribas (335.808.477-91); Luiz Mendes Carolino (384.837.427-72); Marcos Adilson Valentim (149.096.777-04); Roberto Mendes Barata (228.885.867-20); Severina da Silva Coutinho (219.037.517-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital do Andaraí - RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6953/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.830/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Nonato de Sousa Santos (060.231.345-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6954/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.831/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Badya Bady de Aguiar (059.445.543-04); Doroth Maria Paula dos Santos (053.112.682-04); Edite Ferreira Gomes (059.797.493-49); Francisca Chagas Silva Feijó (117.390.453-00); Francisco Celso Martins (028.559.763-91); Francisco José Ribeiro Pinheiro (059.491.903-78); Francisco dos Santos Silveira (028.058.803-82); Inácio Simões Filho (001.986.763-87); José Caetano da Silva (048.688.203-97); Maria Alves da Silva (129.070.904-10); Maria José Furtado de Jesus (018.792.783-91); Maria José Maia (042.409.873-34); Mariana Vieira da Silva (172.652.073-00); Neuza Oliveira Fernandes (120.400.613-04); Rebeca Maria Braga Albuquerque Martins (059.541.183-53); Sônia Maria Ribeiro Rocha (134.245.133-34); Vera Maria da Conceição Lopes de Souza (120.342.903-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6955/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.833/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abel de Figueiredo Rossi (003.299.676-49); Antônio Fernando Dias da Silva (001.141.206-25); Antônio de Pádua Alves (124.974.286-20); Carmen Panades Rúbio (138.309.616-34); Eunápio Antunes de Oliveira (008.842.356-53); Gilson Capanema de Almeida (101.623.991-20); Gilson de Castro Pires (004.430.506-00); Hilda dos Anjos Gonçalves (175.385.056-87); José Boali Filho (004.404.776-20); Nestor Vidal (045.554.066-72); Rômulo Ferreira Castro (101.834.506-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6956/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.836/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Berenício Pinheiro de Souza (363.778.487-49); Berenilda Lisboa Barbosa (087.915.464-00); Bernadete de Oliveira Torres (448.090.857-91); Bertine Carlos Bezerra (400.534.907-20); Betina Eyer Lopes da Silva (739.806.177-34); Brigantina Pinto Ribeiro (228.128.577-49); Carlos Alberto Boechat Alt (076.902.667-20); Carlos Alberto da Costa (288.698.507-49); Carlos Alberto de Luca Casaes (578.331.848-53); Carlos Antônio de Oliveira Filho (162.969.157-72); Carlos José Monteiro de Brito (002.837.467-34); Carlos Leal Vieira (127.084.107-68); Carlos Luiz Santos (193.919.007-04); Carlos de Oliveira (210.961.717-91); Carmelita Alves de Figueiredo (475.144.777-72); Carmen Lúcia Vilela Freitas (152.575.847-00); Cecília de Carvalho Flores Fornelos (361.843.067-15); Célia Gonçalves Cataldo (259.216.147-34); Célia Regina Austin Barbosa (068.600.737-99); Celina Cândido Nogueira (404.428.107-68); Celso Carlos Alves Pereira (004.500.657-15); Celso Ferreira Gomes (099.949.557-72); César Santos de Franco (246.357.157-87); Cidelmar Cavalcante Salema (069.123.037-49); Clara Martha Picanço Damian (247.468.277-53); Clayvert Freitas de Gusmão (035.792.987-04); Cleber Ramos Lapa (737.589.657-72); Cleide Caldas de Paiva (353.148.507-53); Cleonice Maria Cândido da Silva (409.677.867-20); Cleonice Silva (319.128.507-53); Cleuma Procópio Mariano (313.084.577-15); Climênia Soares de Lima (359.532.847-72); Cremilda de Paiva Dias (263.617.367-68); Cássia Rosângela Machado Pacífico (344.097.267-49); Célia Maria Bernabé (080.473.177-25); Célia Regina Baptista de Souza (404.388.567-91); Cícero Duque de Mendonça (011.163.557-87); Dailor Pedro Carvalho (030.099.397-87); Damião Cardoso dos Santos (310.169.447-72); Daniel Correa Neves Filho (633.174.787-72); Darci Tibana Shima Bukuro (269.986.457-91); Daria Lúcia Santos Rufino (083.843.047-34); Deise Augusta Ferreira (308.617.057-34); Delma Miranda Mamede (507.864.317-68); Delva da Silva Fernandes (003.214.191-20); Denise da Silva (164.430.637-91); Denise de Almeida Correia (462.421.717-91); Deolinda Ferreira de Souza (429.644.827-72); Derci Miranda Honório (227.061.947-15); Déa Damiana Ritter Pinheiro (485.143.577-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6957/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.838/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernando Antônio Rodrigues Louro (221.440.997-15); Fernando Francisco de Lima (099.844.707-25); Flamínio da Silva Nascimento (046.381.157-72); Floduardo de Araújo (242.302.277-87); Floriano Cinelli (019.734.797-53); Flávio Paiva Dotto (007.629.977-53); Francisca Apolônia de Jesus Souza (336.957.257-53); Francisca Arabela Grimaldi Figueiredo (132.564.320-34); Francisco Joaquim Baptista Neto (004.222.667-87); Francisco Pedro de Aguiar (278.952.627-34); Francisco Silva (058.742.467-20); Gabriel Silva de Paiva (360.997.247-53); Gedaya Costa de Perez (370.840.897-72); Geni de Paula da Silva (455.893.137-91); Geni dos Santos Ribeiro (717.415.007-10); Georgete Paiva Tauil (402.574.447-34); Georgina Brito Lima dos Santos (281.439.307-34); Georgina Simedo (305.792.017-91); Geraldina Mendes (358.149.937-15); Geraldo Adalberto Pereira Ramos (509.780.637-91); Geraldo Gilson Vieira de Carvalho (035.536.637-15); Gilda da Silva Passos (277.205.197-87); Gilson Pinto da Silva (323.543.207-87); Glaber da Costa Milach (165.364.280-72); Glayse Glayde Barbosa (268.679.317-15); Gonçala Loizeiro de Freitas (630.891.817-20); Gregório Bejar Bustinza (083.473.017-00); Guilherme José Salim (026.442.667-34); Guiomar de Oliveira (268.864.487-49); Habib Guirguis Wehbe (232.999.247-53); Hady Noronha Reginaldo (329.536.587-34); Harley de Menezes Oliveira (200.599.577-00); Haroldo Aquino Filho (029.301.967-34); Helaine Nobre de Melo (369.684.807-78); Helenita Santana da Rocha (644.180.307-00); Hélio Correa Barbosa (107.511.577-91); Henrique de Souza Oliveira (016.170.877-34); Humberto Marchon Fontão (040.260.397-49); Iara de Souza Colatino da Silva (371.018.547-53); Idenir Ferreira Gomes (405.384.517-34); Ieda Regina de Freitas Tavares (610.298.317-34); Ignez de Souza da Conceição (553.307.467-87); Ilcenir Marins Coutinho (298.906.407-91); Ilmara Vasconcelos Costa (163.058.257-34); Iranir Cruz da Costa (203.815.907-63); Isabel Cristina Costa Ferreira (914.051.307-68); Isete de Lourdes Oliveira da Silva de Almeida (519.727.947-87); Ismar Luiz Nascimento (189.072.297-91); Ivane Ferreira Guimarães (396.946.237-15); Ivani Zacarias da Conceição (352.747.517-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6958/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.842/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Tereza de Assis Almeida (020.307.997-34); Maria Terezinha Nascimento Campos (007.081.557-74); Maria Therezinha Queiroz Luz (303.556.487-68); Maria Zélia de Melo e Silva (020.855.344-49); Marília Martins Peçanha (490.728.897-20); Marília Silva Brito (412.240.867-91); Marilza de Oliveira Valle (284.188.247-00); Marilze Pinto Damasceno (091.084.753-34); Mário Rodrigues Ramos (051.024.217-00); Marizete Bezerra Nóbrega (068.699.044-72); Marizete da Silva Castro (015.977.967-78); Marlene Santos Pereira (535.599.757-00); Marlene Santos do Nascimento (492.726.167-00); Marlene de Barros Saad (467.158.947-87); Marli Velloso Durão (335.522.587-87); Marli Vieira da Motta (401.823.557-72); Marluce Silva do Nascimento (113.826.947-68); Marly Almeida de Oliveira (611.749.477-72); Marly Oliveira de Jesus (312.356.977-20); Mary Jane de Oliveira Teixeira (360.494.927-00); Mary Maciel Rica (246.430.847-15); Mauricea de Oliveira Mattos (278.154.717-49); Miguel Canajo da Silva (316.755.147-04); Miguel do Espírito Santo (338.160.507-00); Milton Rubim Lomelino (014.340.557-87); Milton Veiga de Miranda (265.463.967-34); Mirza Gomes de Souza (406.841.487-49); Moacyr da Hora Lopes (182.401.787-15); Mário Macedo do Amaral (312.829.207-82); Nádia Sampaio Borges dos Santos (336.468.647-53); Nahyde Marcelino Rodrigues (019.360.262-87); Naiddi Cruz Rollo (906.287.307-30); Nair Porto de Nóbrega (023.017.537-60); Nanci Goulart Rocha (400.453.237-04); Nanci Rios Santos (295.597.317-34); Natal Marques (038.532.257-72); Neide de Aguiar Paes (402.157.177-91); Neli Batista Cardoso (012.549.787-39); Neli da Silva Cardoso (362.562.187-87); Nelson Alves Gomes (391.728.217-87); Nelson Alves da Cunha (159.160.307-20); Neusa Chaves Coelho Madeira (350.155.607-10); Neuza Maria Villa (252.608.477-68); Newton Silva Quintino de Souza (508.000.607-25); Newton dos Anjos Barbosa (328.602.007-97); Ney Storino Anselmo (345.822.077-15); Nilce Maria Rodrigues (344.355.577-20); Nilda Loures Linhares Carvalho (003.797.897-79); Nilza Maria de Almeida Lopes (024.161.437-60); Nélio Sócrates de Amorim (076.679.301-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6959/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.844/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Rosa Fernandez Perez de Souza (072.448.037-45); Rosa Novellino Barbeitos (382.399.497-20); Rosângela Aparecida Cristina Dias Valadão (855.213.027-00); Rosângela Guimarães de Macedo (374.011.657-91); Rosele Vianna Villaça (370.143.667-34); Rosilene Faria Santos Mendonça (381.168.987-87); Rosilene de Araújo Martins (370.187.367-49); Rosita Viana dos Santos (777.031.037-72); Rute Martins Pereira Alves (421.491.347-72); Ruth Medeiros Silva (028.262.327-20); Ruy Reis de Almeida (069.691.007-15); Sadino da Costa Abelha (031.999.677-87); Sandra Maria Feitosa de Camargo Pacheco (037.360.597-87); Schirley da Silva Oliveira (411.271.297-91); Sebastiana Lopes dos Santos (370.935.257-68); Sebastiana dos Santos (544.737.647-53); Sebastião de Souza Bastos (343.751.127-00); Selma Maria Santos Antunes (298.409.537-53); Selsa Neves da Silva (369.090.097-20); Sérgio Fernando Valdez Antas (231.691.098-04); Sérgio Medeiros da Rosa (275.705.507-06); Sérgio Mello Peres (093.538.017-53); Sheila Monteiro Chano (329.561.427-04); Sidinei Gomes (417.275.337-04); Sigfrid Helmut Hossmann (092.734.097-68); Sílvia Fernanda Ramos Suarez (354.318.067-34); Sílvio Alves Natividade Filho (070.415.297-54); Solange Alcântara Malizia (335.132.877-04); Solange Cabral de Figueiredo (256.848.257-53); Solange Conceição da Silva (534.290.797-72); Solange Ribeiro da Silva (487.061.837-00); Solange de Almeida Teixeira (273.841.797-34); Sônia Jurema Delgado Pereira (315.457.507-34); Sônia Regina Menezes (369.127.277-00); Sônia da Conceição Rocha (264.000.577-49); Sueli Cardoso da Motta (534.613.557-04); Sueli Costa de Moura (510.297.317-72); Sueli Cristina Carvalho dos Santos (865.418.707-72); Sueli Martins Barbosa (105.924.747-04); Sueli Mello (297.811.247-68); Sueli Monteiro Costa (336.367.887-87); Sueli Santos da Mota (410.129.097-00); Sueli Silveira Bráz (277.523.997-87); Suely de Oliveira (175.434.957-91); Suerea Pinto Coelho Figliuolo (097.248.267-91); Sulamita Freitas de Sá (425.839.187-53); Sílvia Dias Victorino (204.136.537-49); Sônia Barboza de Souza (562.534.357-87); Sônia Maria Barbosa da Silva (329.912.587-72); Sônia Maria Marçal Cardoso (421.971.397-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6960/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-022.847/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Juvenelisa da Cunha (221.803.974-53); Maria Lúcia Silva da Rocha (130.644.014-91); Maria Magna da Fonseca (077.070.374-72); Maria Perpétua Fernandes Duarte Ferreira (076.841.004-59); Maria Zenita da Silva Araújo (031.977.434-15); Maria do Socorro Lopes da Silva (067.157.454-04); Maria dos Anjos Bezerra de Lima (105.929.034-00); Marinete Maria Teixeira (916.600.504-30); Neide Carneiro da Silva (371.242.697-68); Noemi Medeiros de Lima (086.196.624-49); Paulo Bulhões Sobrinho (016.089.834-04); Pedro Gonçalves de Almeida (004.764.634-91); Raimunda Barbosa de Lima (031.961.194-91); Sandoval de Freitas (029.010.484-04); Sandra Sueli da Silva Carvalho (217.707.197-68); Severina Fernandes Campos (056.604.834-53); Syllos Guerreiro de Carvalho (003.690.984-04); Terezinha Pereira de Lima (074.781.004-49); Uranírio Araújo de Carvalho (143.843.104-04); Vera Lúcia Fernandes de Oliveira (063.022.114-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6961/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.849/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Deuzalina Claudina de Souza Santos (060.847.882-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RO
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6962/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.851/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Severino Silva (068.944.968-20); Terezinha Rodrigues Campos (699.072.348-34); Theóphilo José Ribeiro de Camargo (010.493.307-06); Túllio Meniconi (008.834.508-44); Umbelina dos Santos Reginaldo (474.553.068-49); Valda Francisca Lélis Gardini (090.254.458-61); Vera Batista Ribeiro (406.326.958-20); Vilma Laranjeira de Abreu (290.984.038-75); Waldemar Schaffer (118.288.468-72); Walmor Feijó (039.572.178-49); Wilson Colucci (015.467.248-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6963/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.852/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alice Botelho Ferreira (065.065.857-49); Ana Maria Pernambuco (433.516.897-72); Antônio Carlos Campos Moreira (128.495.454-49); Cátia Regina Silva de Oliveira (811.683.067-87); Celme Maria Conceição do Nascimento (313.365.747-04); Ceu-mar Victor Jaccoud (306.591.247-34); Ciléa Lourenço (305.127.197-72); Cláudio José Paulo da Silva (403.750.487-15); Delzir Antônio Mathias (003.299.404-49); Demétrio da Silva Pinto (122.587.920-53); Djalma Serra de Carvalho (275.267.047-87); Edila Ribeiro Silva (368.628.357-34); Edson da Silva Linhares (229.730.107-30); Fátima Maria de Azevedo Castro (341.342.807-10); Irinea Duarte Agualuza (440.456.117-20); Isaías Santana dos Reis (828.234.487-72); Jayme Bernardo de Souza (256.708.407-04); Kátia Maria Pereira Paulino (760.827.337-20); Lucélio de Carvalho Barreto (019.420.937-72); Lucimar Ramiro Machado (893.215.707-30); Maria Aparecida Moreira (304.383.067-91); Maria Dantas Gravatá (543.450.227-20); Maria Luiza Lemgruber Ferreira (229.078.317-04); Maria da Penha Ferreira Valente (052.388.147-98); Maria das Graças Silva Ramos (332.049.777-49); Maria do Carmo de Oliveira Viana (310.028.037-72); Mário de Carvalho Mendes Filho (185.703.051-68); Marly Medeiros Lopes (404.908.317-53); Moacir Pereira Farias (434.013.417-15); Nailde Azevedo Sousa (347.036.757-49); Ottília Rodrigues Affonso Mitidieri (795.463.237-72); Robson Douglas de Souza (666.753.837-87); Severino Ramos Siqueira Lira (255.871.537-20); Sheila Maria Barcellos (467.595.307-72); Shirlei de Souza Barbosa (298.715.227-20); Sueli Miranda Munhões (360.222.767-72); Tereza Malvina de Jesus (299.449.537-68); Terezinha de Jesus Carvalho (383.596.777-00); Vera Regina Lobo Magalhães (299.672.367-87); Walter Marcano (191.130.217-53); Zenetildes Silva de Moraes (770.863.097-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6964/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.853/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Pedroso Vianna (527.874.787-00); Ani Faro Mendes Lopes (344.629.377-91); Bertha Simon (553.002.867-53); Célio Fagundes de Souza (038.772.307-25); Eliane Martins Milagres (666.110.837-15); Eunice Alves Brites dos Santos (345.818.477-53); Hélio Feferkorn (363.678.937-68); Irany Maues de Azevedo (460.226.277-53); Jorge de Vasconcelos Braga (160.250.167-04); Maria Emília Serapião Coimbra (440.335.677-04); Maria da Conceição Perez Rebello (330.537.077-72); Marina Glech Motta Veiga (718.955.667-20); Mário Querasian (038.474.037-53); Marisa Telles de Menezes (373.216.177-34); Paulo Sérgio Chedid Nogueira (619.586.977-53); Ricardo Knoblich (672.719.607-91); Valdea Carvalho Roque (270.262.487-15); Wagner de Andrade (629.930.977-68)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6965/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.932/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adejair Antônio Martinelli (488.060.647-20); Antônia Nascimento da Silva (386.983.902-34); Carlos Nascimento (051.894.032-20); Durval Fonseca (021.972.432-68); Eunice de Jesus (128.269.365-49); José de Santa Cruz Medeiros (162.271.232-34); Lucila da Silva de Jesus (084.623.052-68); Maria Pereira Alves (509.159.752-20); Maria do Carmo da Luz Burton (025.875.992-53); Miryan Alves de Almeida (041.799.603-97); Nilton de Almeida Genilhu (079.183.132-91); Rochilda Matos Ferreira (113.405.502-10); Sebastião Andrade dos Santos (021.577.802-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6966/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.956/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Virgílio Gomes da Silva (021.120.272-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Roraima
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6967/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.958/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mary Marina Martins (800.473.198-87); Zenir Gonçalves de Freitas (677.502.228-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6968/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.965/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Fátima Batista (568.345.869-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6969/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.011/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Catarina Vieira Matos (000.888.975-91); Edgar Lessa Crusoé (005.057.905-30)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6970/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.016/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Daniel Ferreira da Silva (135.259.723-34); Francisco Firmino de Almeida (056.298.103-91); Francisco Lopes de Medeiros (204.688.733-68); José Maria Barbosa dos Santos (059.883.573-34); José Almeida Pereira (034.439.143-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6971/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.075/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tácito Madureira Stege (024.793.467-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6972/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-023.076/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lucia Ferrari (123.252.601-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6973/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.077/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonieta Cardoso (095.033.743-91); Bernardete Jorge Leal Salgado (023.468.503-49); Maria Pereira da Silva (067.443.203-78); Maria do Socorro Barbosa Pinto (175.305.803-10)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6974/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.079/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Diana Simões Dantas (285.600.354-00); Domiciano Soares Sobrinho (132.234.964-91); Elisete Dantas (161.691.154-91); Estelita Reinaldo Barros (281.774.874-34); Expedita Firmino da Silva (263.897.384-04); Gesilda Maria de Miranda (112.269.604-30); Ivanira Modesto de Brito (058.896.854-49); Josefa Nunes de Araújo (205.228.514-87); Margarida Ouriques de Farias (204.469.264-34); Maria Elizabete da Rocha Correia (161.123.264-34); Maria Jeanete de Lima Freire (673.953.684-87); Maria Petrônia Farias Montenegro (136.048.134-68); Maria Sueli de Menezes (782.131.348-34); Maria de Lourdes Diniz Gonçalves (442.849.424-68); Maria de Lourdes Ramalho de Sousa (136.314.624-68); Maria do Carmo Costa (338.584.204-25); Maria do Carmo Gonzaga Bezerra (024.204.894-38); Marli Bastos de Souza (602.595.314-72); Natanael da Cruz Pereira (070.899.614-00); Osilete Gomes de Araújo (072.547.254-53); Rosa Maria de Lucena Araújo (154.263.944-15); Tereza Elizabeth Figueiredo do Nascimento (131.667.784-20); Vera Lúcia Queiróz da Silva (136.294.684-20); Vera Maria Dias Rufino (141.332.454-15); Verônica Lucena Veiga da Silva (098.320.174-91); Vilalba Maria Souto de Figueiredo (078.658.994-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6975/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.085/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Apocalypse Dantas (257.043.387-04); Francisco Iacovelli Filho (178.533.897-87); Francisco José de Souza (744.341.607-53); Francisco Ribeiro do Carmo (106.472.797-20); Francisco Sales Vieira (175.251.447-53); Francisco de Assis Oliveira Neto (040.646.407-30); Francisco de Moraes Cardoso (373.114.097-72); Frederico Baptista Alonso (312.095.647-34); Fujiko Ishikava (581.950.177-20); Gastão Ribeiro da Silva (016.177.967-00); Genecy de Souza Ferreira (375.259.807-72); Genésio Alves Pereira (206.558.517-04); Geny Calixto Lossio (385.262.477-00); Georgina Maria da Silva (313.004.057-91); Georgina Moreira dos Santos (323.900.257-49); Geraldo Eustáquio Quintino Mirabeau (315.945.657-91); Geraldo Gomes Vasconcellos (182.312.257-49); Geraldo Moreira de Oliveira (255.631.737-04); Gergina Lopes da Silva (631.449.647-00); Gerôncio Ferreira de Lima (217.575.187-20); Gersonias Joaquim César (275.140.487-15); Geruzia Mariz Pinheiro Costa de Castro (020.366.223-72); Getúlio da Silveira Degenaro (129.381.307-91); Gigle de Souza Carvalhães (011.820.217-00); Gilberto Garrido Júnior (277.735.407-30); Gilberto Paes Selles (278.171.137-34); Gilberto Rocha Brasil (163.035.807-00); Gilson Ramos Lapa (333.185.497-20); Gilson Torres da Costa Caju (336.805.827-49); Glaudenildo Carlos Brandão (213.622.467-00); Glaudo de Moura Coutinho (040.842.177-00); Glória Araújo Saraiva (239.280.347-15); Glória Maria Batista Formiga (270.525.597-49); Glória Noêmia Letterio Jardim (225.975.577-15); Guaracira de Almeida Frazão Soares (690.680.707-20); Guglielmo Porto Rocha (261.705.827-15); Guilherme de Assis (200.015.257-00); Haroldo Barbosa Júnior (261.709.657-20); Haydee Costa do Nascimento (276.459.407-00); Helceli Moreira Machado de Oliveira (362.290.247-72); Helena Beatriz da Fonseca (443.754.847-72); Helena Leal Alves (223.647.657-49); Helenice Costa Medeiros (439.013.017-04); Heleno da Silva (690.148.258-20); Hélio Faustino de Souza (368.931.887-49); Hélio Ferreira Botelho (250.417.207-97); Hélio da Silva (113.755.317-00) (113.755.317-00); Heloísa Helena Bandeira Fortuna (371.367.047-15); Heraldina Lima Secca (541.535.577-49); Hilda Vecio de Medeiros (774.704.357-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6976/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.087/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joaquim Cardoso Lopes (125.965.907-00); Joaquim Duarte e Silva Júnior (099.841.867-68); Joaquim Francisco Miranda Filho (254.891.007-53); Joaquim da Costa Júnior (328.629.977-49); Joel de Souza (045.683.897-04); Jorge Alberto Portella Pasqualette (042.236.597-15); Jorge Antônio Vianna (008.768.957-04); Jorge José Ferreira (036.442.607-10); Jorge Luiz Lassala Barné (163.035.397-34); Jorge Moreira dos Santos (386.239.007-15); Jorge Ribeiro da Silva (176.077.447-20); Jorge de Aguiar Pereira (017.821.422-15); Jorgina Maurício Elpídio (371.241.107-34); José Airton Abrantes Reinaldo (385.786.117-72); José Barbosa do Nascimento (338.580.047-15); José Belarmino Carneiro de Melo (285.055.737-49); José Cerdeiro Neto (336.751.477-20); José Henrique de Lima (268.147.657-72); José Veríssimo Dias de Almeida (018.774.456-49); José do Socorro Lourenço (622.115.367-00); José Abrahim Medina (260.927.607-97); José Amorim (087.921.944-00); José Antônio dos Prazeres (108.944.117-72); José Antônio de Melo Ferreira (297.929.757-72); José Carlos Gonçalves (220.969.147-87); José Elias Assad (047.855.687-04); José Fernando dos Santos Ribeiro (090.134.237-87); José Luiz Siqueira Iório (256.696.807-15); José Manuel dos Santos (194.675.677-68); José Otílio Vaz de Mello Martins (305.170.957-34); José Paulo Hassel Machado (186.947.487-20); José de Lima Jales (078.605.447-68); João Carlos Pereira Lopes (114.663.326-20); João Francisco Valeiro (130.564.687-87); João José de Santana (274.118.187-04); João Moraes Costa (222.975.967-15); João Villard Reis (185.291.357-68); Jucinéa Barroso Lira de Jesus (312.255.947-15); Júlio César Nicolau (281.692.397-53); Jupira Corrêa Nunes (435.418.367-68); Juraci Ennes da Silva (662.088.317-68); Juraci Ramos de Moraes (105.560.957-15); Jurandir Edna da Silva e Silva (359.753.507-00); Jurema Cardozo Gomes (348.702.887-53); Jurema de Souza Machado (202.838.307-00); Jurema de Souza Passos (341.264.147-20); Juvenal Antônio Kamme (539.453.018-15); Kátia Caldas Amorim (382.915.687-15); Laci dos Santos Goulart (985.192.047-91); Laís Rodrigues Figueiredo (366.876.857-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6977/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.089/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Liva dos Santos Luiz (148.989.427-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6978/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.094/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Neida Vieira (200.765.410-53); Neila de Figuereido Vianna (035.762.487-49); Neiza de Mendonça (371.796.677-49); Neli da Silva Novoa (533.477.737-72); Nelinda Jota da Silva (400.278.567-04); Nemer Essef Matuck (069.520.037-20); Neusa Cristina Souza Monteiro (846.996.127-68); Neusa Nogueira Camões (362.406.807-53); Neuza Maria Machado (413.307.067-49); Neuza de Oliveira Batalha (337.012.707-59); Neyde do Nascimento Moraes (325.260.247-49); Nilcea Ferreira Pinto (161.648.497-72); Nilo Couto Fontella (102.701.087-34); Nilo dos Santos (342.134.307-15); Nilson de Assis Barreto (350.515.157-20); Nilton da Fonseca (151.399.647-91); Nilza Ladeira dos Passos (409.199.517-91); Noemia Aquino da Silva (369.164.807-00); Noemia da Conceição Mouta (359.192.217-04); Noemia da Paixão (802.567.327-87); Norah Ferreira Marujo (273.954.727-72); Norma Maria Lourenço (437.172.097-87); Norma Miglio Bensabat Junger (314.557.007-20); Norma Sueli de Oliveira Castro (401.702.177-87); Norma da Silva Rangel (262.629.087-49); Norma de Souza Ferreira (308.651.667-49); Odicéa Gomes dos Santos (270.689.007-04); Odiléa Marques (323.534.057-20); Odyr Marcondes Pinto (041.473.757-15); Olga Suely da Silva Gomes (362.382.957-91); Olinda Luzia da Conceição (372.271.497-49); Olinda da Cunha Pinto (370.748.497-15); Ondina Gonçalves Cristino (411.339.947-68); Onília Pereira Guedes (041.743.567-34); Oswaldo Bello do Nascimento (049.197.007-25); Oswaldo da Conceição Bastos (159.276.287-53); Oswaldo de Almeida (110.908.807-82); Ozeas Pereira de Oliveira (225.011.007-78); Paulo Augusto de Siqueira (063.598.417-20); Paulo César Abbud (222.434.617-49); Paulo Cezar da Silva (243.956.417-68); Paulo Eduardo Conceição de Souza Vaz (748.664.197-68); Paulo Moraes Guimarães (031.846.097-15); Paulo Pereira da Silva (175.417.607-06); Paulo Roberto Gonçalves Leonardo (369.080.457-49); Paulo Roberto de Oliveira (340.280.647-91); Paulo Roberto de Oliveira Melo (311.980.317-00); Paulo Sérgio da Silva (328.579.187-04); Paulo Veríssimo de Carvalho (357.048.297-91); Pedro de Araújo Lima (030.452.777-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6979/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.096/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sandra Maria Vieira (442.711.587-04); Sandra Mariza Viana Brandão (504.420.407-25); Sandra Neri Vidal Alves (465.761.697-87); Sandra Regina Bernardino Rosa (308.282.797-72); Sandra Regina Brandão de Azevedo (231.020.397-15); Sávio Cruz Franco (004.562.337-68); Sebastião Alves da Costa (160.251.727-49); Sebastião Bastos Constantin (175.782.057-49); Sebastião Ferreira da Paixão (219.902.807-06); Sebastião Xavier Ramalho (280.137.277-34); Sebastião Ícaro Soares (354.847.727-53); Selma Ferreira de Carvalho (255.062.857-87); Selma Glória dos Santos (348.867.967-53); Selma Nunes da Silva Santos (393.119.707-78); Sérgio de Paiva (362.538.557-00); Severina Silva de Moura (708.445.857-34); Sheila Cunha Lucena (261.329.317-91); Sheyla Meirelles (344.923.647-49); Shirlei Silveira Gesteira (267.893.377-68); Sirley Fernandes da Fonseca (361.878.287-04); Solange Rodrigues de Oliveira (370.135.727-72); Solange Rolim da Silva Mantuano (444.256.787-53); Solange Silva do Nascimento (329.698.807-68); Solange Teixeira de Almeida (323.761.117-49); Solange de Jesus Rocha (584.612.727-49); Sônia Gouvêa Girard (396.172.897-68); Sônia Maria Barreto (328.963.607-00); Sônia Maria Canazaro da Silva (369.117.127-34); Sônia Maria Cirne dos Santos (372.008.287-34); Sônia Maria Costa Goyen (403.076.547-53); Sônia Maria Fonseca (265.911.707-15); Sônia Maria Marinho de Souza (632.131.417-04); Sônia Maria Mello Pinheiro (858.534.297-87); Sônia Maria Ribeiro Nunes (330.940.987-20); Sônia Maria de Oliveira Penna (387.181.707-49); Sônia Regina Reis (361.570.587-49); Sônia de Jesus Pinto (225.611.027-34); Sueli Oliveira de Carvalho (196.943.187-34); Sueli Silva do Carmo (328.654.497-34); Sueli de Castro Rangel Becca (221.583.407-20); Suely Carvalho Penna (205.328.147-20); Suely Carvalhães Aleixo Custódio da Silva (438.898.087-00); Suely Duarte dos Santos (407.212.307-25); Suely Maria Alves Carvalheiro (402.575.507-63); Suely Maria da Paixão Silva (385.366.417-20); Suely Silva de Oliveira (372.054.717-53); Suely da Silva de Oliveira (474.254.667-91); Suely dos Santos Souza (543.272.967-91); Sérgio Albieri (096.066.107-72); Sílvio Rodrigues (105.198.747-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 6980/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.097/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sylvia Maria dos Santos (206.169.457-87); Sylvio Francisco Gomes (000.765.627-00); Tânia Antunes Blanco de Mendonça (602.028.407-78); Tânia Luiza Alô Vieira (273.873.487-15); Tânia Maria de Abreu (438.408.687-34); Tânia Regina Alves Papera (508.184.657-00); Tânia Sílvia Pereira de Marins (516.427.357-87); Tânia de Jesus Barros Soares (334.190.277-53); Telma Azevedo de Oliveira Alves Almeida (490.293.397-72); Telma Silva Muniz (219.239.497-72); Tereza Justino Ramos da Silva (542.729.807-00); Terezinha Cruz da Conceição (319.105.217-87); Therezinha Torres Presa (255.949.827-87); Therezinha de Jesus Gurgel Pinna (419.392.397-53); Torquato Braga Silva (354.698.387-49); Urubatan Expedito Lopes de Lima (210.880.397-15); Valdemir Silva Diogo (276.173.357-68); Valdemira Cardoso Alves (419.469.957-20); Valdir Grão (179.697.277-00); Valmisolia Milhomem Victor (458.538.277-15); Valtemira Silva Mattos da Silva (371.196.997-68); Valéria Ferreira de Jesus (593.224.977-34); Vanda Vieira dos Prazeres Cyríaco (279.019.807-10); Vandilson José Vieira Marinho (275.465.517-49); Vani Cagliari da Silva (011.828.817-26); Vânia Cavalcante Mosa (430.264.867-87); Vânia Maria Monteiro de Castro Neves (370.707.467-68); Vanilda José da Silva (350.833.957-20); Vega de Almeida Polo (520.420.817-87); Vera Lúcia Barbosa da Silva (600.556.937-68); Vera Lúcia Silva Francisco (375.178.997-91); Vera Lúcia da Silva (463.756.607-00); Vera Lúcia da Silva Cunha (221.830.517-87); Vera Lúcia dos Santos Palma (338.653.107-53); Vera Lúcia Coelho (275.495.857-68); Vera Lúcia dos Santos Costa (336.314.337-00); Vera Maria Vieira do Nascimento (368.637.007-78); Vera Regina Gaensly (405.842.327-72); Virgílio Moreira (331.412.667-00); Vitória Elisa Fernandes de Freitas (367.147.557-91); Viviane Gehlen Gonçalves de Souza (230.049.400-00); Wagner Vasconcelos (031.022.117-04); Waldicinéa Santiago Palhares (467.579.887-04); Waldir Osmar Cervantes Reis (387.393.057-91); Walter Aniceto de Souza (468.478.987-04); Wancks Quixaba da Silva (371.114.507-87); Wanderely Barbosa Santos (172.692.107-72); Wanderley Aparecido Cravo do Amaral (217.616.127-00); Wanderley Souza da Penha (305.786.397-34); Wanier de Almeida Guedes (318.808.607-59)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6981/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.098/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Wilma Moura Silva dos Santos (410.883.877-72); Wilma Reis Luiz (411.256.147-49); Wilson Luiz Pereira (102.277.177-91); Wilson Severo Ribeiro (254.983.987-00); Wolmar Raphael Pena (295.984.197-20); Yara Cabral Sampaio (068.482.657-72); Yara Quartin de Lima (269.377.007-68); Zailde Alves Machado (182.949.367-15); Zuleica Ramos Barreiros (775.811.487-34); Zulmira Ramos Pedrazzi (000.713.927-69)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6982/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.102/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Neri Machado de Oliveira (113.135.440-00); Rozélia Teixeira Nunes (238.170.030-72); Ruben Canabarro (108.620.210-49); Sérgio Silva de Souza (107.404.140-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6983/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.103/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Áurea Paiva Cardoso (065.635.202-78)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RO
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6984/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.104/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Guilherme Tavares da Cunha Melo (001.646.077-49); Hélio Hamilton de Oliveira (194.789.929-53); Ivaí José dos Passos (216.638.239-87); João Carlos da Silveira (233.649.399-34); João Leopoldino Spengler (020.301.369-72); Jurema Conink Fiedler (222.906.729-04); Luiz Carlos de Souza (298.540.599-87); Mafalda Emília Strauss (295.243.349-68); Maria Carolina Monteiro (414.096.207-00); Maria Moraes dos Santos (404.947.130-20); Maria Terezinha Maestri (217.931.909-68); Neide de Fátima Kuster (299.257.979-34); Oldimar Gersi da Silveira (067.207.149-53); Orlando Hugo Praun Júnior (020.424.959-72); Pedro Manoel de Souza (224.009.669-15); Raquel Dutra Costa (305.852.019-00); Sandra Maria da Silva Monteiro (513.471.307-30); Sueli Maria Espíndola Teixeira (200.418.709-30); Tales de Carvalho (518.217.108-00); Vendelina Domingas Bazanella (233.174.779-20); Wânia Wanderley Farias (298.622.139-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6985/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.108/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cícero Apolinário de Jesus (038.489.495-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SE
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6986/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.148/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Sérgio Pereira (139.705.936-20); Ari Antônio Luiz (210.909.046-49); Dalvino Augusto Guedes (072.993.111-00); Eunice Castro Gomes (120.857.071-49); Francisco de Assis Souza Galvão (066.252.746-15); Glória Renee Buval de Moreira (222.497.106-00); João Campos da Silva (149.342.566-87); Joaquim Barbosa de Souza (149.346.636-49); José Maria Filho (304.407.186-00); José Raimundo Mendes (056.307.976-20); Maria Souza Batista (271.212.596-72); Oriseu Cândido de Oliveira (211.323.306-10); Ricardo Alves Pereira (149.365.856-53); Sebastião Manoel dos Santos (881.566.648-68); Sebastião José dos Santos (134.596.006-91); Sérgio Augusto Maciel Pereira (186.353.506-34); Sireni da Costa (406.844.827-20); Vítor Libânio Teixeira (003.280.146-72); Warner Barter Duarte (655.885.258-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6987/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.149/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Airthon Spíndola Rodrigues (075.140.773-91); Alberto Rocha da Silva (044.468.443-34); Antenor de Araújo Mendes (043.833.203-25); Antônio Neves Marques (040.275.233-34); Antônio Oliveira Rodrigues da Luz (032.476.433-20); Antônio Pereira dos Santos (076.574.713-87); Benedito Furtado Mendonça (035.125.333-53); Carlos Augusto Santana de Paula (094.249.543-87); Conceição de Maria Bezerra da Silva (017.516.543-20); Dalila da Silva Ribeiro (050.193.893-15); David José Ferreira Ramos (035.347.313-87); Enezildo Pontes Silva (016.972.423-91); Francisco Bezerra Pereira (054.725.803-82); Geraldo Alvins dos Santos (055.072.603-97); Jonas Garces Costa (075.870.153-53); José Miguel Borges (093.949.073-00); José Lúcio do Nascimento (076.794.323-68); José Marcos dos Santos (100.860.213-20); José Ribamar Santos (008.240.463-15); João Cirino da Silva (093.684.773-53); Maria Amélia Ferreira dos Santos (094.205.923-91); Mariano Marques Figueiredo (095.673.303-44); Pantaleão Nogueira (074.928.393-91); Walter Dias Filho (044.817.713-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6988/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.154/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Haroldo Raposo Filho (520.687.307-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6989/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.158/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sebastião de Souza Maurity (199.723.937-04); Sidnei Torres de Araújo (115.142.137-53); Sílvio Alfredo Cândido (253.531.877-68); Simeão de Carvalho (250.562.127-68); Sônia Maria Ferreira da Silva (129.957.117-49); Sônia Maria Madruga Fernandes de Castro Lino (162.254.654-72); Waldir Tobias Ponciano (346.894.947-20); Walter Barreto de Freitas (116.608.307-10); Walter Francisco da Silva (224.358.677-00); Walter da Silva Duarte (426.226.117-49); Wanderli da Silva (300.846.957-49); Willian Leal da Silva (172.978.267-15); Wilson Martins (100.821.077-34); Wilson Martins (194.633.167-87); Wilson Viana de Abreu (112.586.407-91); Zadir Castelo Branco (000.650.137-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6990/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-023.163/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rainoldo Hoegen (193.500.239-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6991/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.164/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco de Assis Bezerra (099.127.544-68); Geraldo Erasmo dos Santos (086.213.574-53); Inês Araújo Bezerra (447.768.704-44); José Valter de Oliveira (025.877.694-34); José da Silva (020.024.424-87); Lourival Sabino de Azevêdo (010.979.034-00); Luiz Américo Barbosa do Nascimento (170.115.234-72); Manoel Conceição Pereira de Souza (009.072.781-91); Maria José Pessoa Bezerra (088.699.954-53); Maria das Graças Mendes de Lima (025.640.252-34); Maria dos Milagres Medeiros de Melo (091.702.274-20); Milton Torres de Carvalho Barbosa (003.417.704-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6992/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.242/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Luzia Tenório Garcia dos Santos (611.580.897-91); Maria Madalena Cantanhede dos Santos (257.117.417-72); Maria Madalena Klinkovski Pereira (398.844.147-34); Maria Madalena Rodrigues Cruz (466.741.447-20); Maria Sofia Silva de Abreu (362.801.947-87); Maria Suzana de Morais (382.262.357-15); Maria Vera Lúcia Rodrigues da Cunha (566.105.567-68); Marilda Augusta de Almeida (217.691.257-87); Mário Guilherme Fernandes da Fonseca (304.438.657-87); Mário Luiz Catao (006.902.017-53); Marivalda Neves Oliveira (267.523.797-34); Marlene Machado da Silva (302.567.479-20); Marlene Paulo da Conceição (434.693.457-91); Marlene da Silva Ferreira (255.875.017-87); Marlene dos Santos Elias (375.064.047-53); Mauro Jurandyr Francisco (227.525.017-49); Natalina Carvalho dos Santos (401.340.597-00); Neli Leal Conod (541.048.907-15); Neuza Araújo Torres (463.948.347-34); Neuza Maria Siqueira de Oliveira (182.950.107-00); Neuza Rangel Amaro (306.733.567-87); Neuza Santos Souza (599.030.157-04); Noélia Efigênia dos Santos Aleluia (454.998.707-30); Norma Pereira Bento de Oliveira (588.770.967-72); Odir Polo (008.373.187-34); Ody Pereira de Brito (274.432.057-91); Omair Lopes Tiburcio (362.112.307-53); Paulo César (434.169.507-04); Paulo dos Santos Storino (011.145.147-72); Raul Averbuch (003.818.377-34); Regina Célia da Silva (564.926.697-20); Regina Prima de Jesus Fagundes (365.951.877-87); Renan Noberta Cordeiro de Macedo (553.560.367-87); Renato Lobo Dalvear (053.147.127-68); Roberto Soares Fersura (368.049.327-49); Rosa Maria Cavalcante (612.780.507-44); Rosângela Silva dos Santos (439.083.817-20); Rose Mary de Araújo Franco Rodrigues Pereira (337.738.317-49); Roseli Alves de Oliveira (381.325.917-04); Sandra Mara Moreira Amaral (349.268.957-49); Selma Anastácio da Silva (751.831.707-97); Solange de Moura Lima (445.954.927-15); Sônia Conceição dos Santos Tavares (387.901.737-91); Terezinha Farias de Menezes (362.954.267-00); Terezinha de Jesus Guimarães (000.463.208-73); Valquíria Ferreira Baima do Lago (063.087.163-91); Vera Lúcia Magno de Carvalho (629.747.857-00); Vera Lúcia Valdivino dos Santos (730.586.377-72); Vera Lúcia de Menezes Tibúrcio (273.867.407-00); Vilma de Mello Castro (245.503.457-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6993/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.279/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Djanira da Conceição Mello Azedias (220.895.787-34); Dolores Rosa da Silva (646.423.307-63); Doralice da Silva Procópio (373.536.837-91); Doralice da Silva Santos (447.870.657-34); Dorcas Andrade (638.170.047-53); Dorice Fernandes Silva (638.605.627-20); Dulcinéa Pinto Mendonça (230.254.687-34); Dyrce de Azevedo Coutinho (093.906.507-04); Edelair Almeida (021.959.927-00); Edilson José de Souza (260.620.627-49); Edir França (371.901.807-53); Edir Vieira dos Reis (408.865.147-20); Edite Passos da Costa (371.102.767-91); Edith Burgos Severiche (098.982.397-00); Edith do Nascimento Santos Oliveira (069.108.823-34); Edna Rodrigues da Costa Ribeiro da Conceição (109.404.727-91); Edna de Fátima Abreu Silva (012.795.977-71); Édson Alves Gouvêia (037.272.464-72); Edson Bastos Barbosa da Cunha (067.147.817-68); Edson Costa (076.565.487-34); Edson Paulo Sixel (006.006.797-72); Edson do Carmo Carneiro (231.935.307-00); Eduardo Cardoso dos Santos (180.688.807-63); Edyomar Vargas de Oliveira (016.265.667-04); Eiraldo José da Costa (443.462.207-20); Eitel Frederico de Val Villares (401.923.507-49); Élcio Gonçalves (454.563.807-49); Élcio Luiz de Siqueira Faria (698.390.187-87); Elenita Moutela da Silva Matos (011.861.017-17); Eleuza Myriam Fernades Liuzzi (085.637.131-91); Eliane Oliveira Gonçalves (265.503.427-91); Eliane de Sá Pereira (590.468.567-04); Elias Cazoni (038.150.727-00); Eliene Pereira dos Santos (330.737.087-15); Eliete Souza Fraga Lima (036.011.535-72); Elieza Gomes Santanna (069.673.707-82); Elinete José de Queiroz (182.470.677-49); Elisabete Maria Pereira Moura (329.912.237-15); Elisabeth Ferreira dos Santos (663.603.407-63); Elisabeth Maria Azevedo de Oliveira (469.026.007-91); Elizabeth Colson Slorza (090.856.967-04); Elizete Pereira da Silva (789.944.117-04); Elizeu Alberto Cardoso Nogueira (349.337.607-30); Eloina Lucas Silva (223.231.477-49); Ely dos Santos Trevisani (065.721.037-49); Elza Ferreira de Oliveira (024.183.517-85); Elza Maria Marreiros Pereira (007.170.447-77); Elza Mota Duarte (615.838.127-68); Elza Rodrigues Souza (353.245.897-72); Emanuel Luiz de Oliveira (351.984.787-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6994/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.280/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Emygdio Antônio Gomes Junior (217.331.047-04); Enedil de Oliveira Martins (735.472.557-91); Enilce Maria de Souza (357.539.607-82); Enilcéa da Hora da Silva (547.728.507-91); Eny de Moura Fernandes (345.791.687-04); Ercília Lima de Oliveira (332.316.057-68); Erivaldo Pereira do Vale (268.256.357-00); Erondina Nascimento de Oliveira (590.962.177-72); Eruzia Pinto de Carvalho (506.062.987-20); Esperança de Oliveira Guzzo (383.809.867-68); Ester Nazareth de Queiroz Albuquerque (288.222.777-91); Esther da Silva Fernandes (217.807.497-91); Etienne França Costa (971.211.507-00); Eunice Clemente Cordeiro (245.303.287-91); Eunice Cordeiro de Souza (675.560.787-87); Eunice Ferreira Torres (330.210.747-15); Eunice Izabel Pereira da Silva (337.209.407-72); Eunice José dos Santos (602.105.167-04); Eunice Martins Peixoto (336.770.777-53); Eunice da Silva Salgado (800.840.607-00); Evalda Maria de Souza Silva (108.413.697-04); Evanira Silva de Jesus (605.554.597-72); Expedito de Sousa (193.990.737-34); Faustino Ledezma Ledo (149.749.087-15); Fernando Guimarães Lima (050.279.187-04); Fernando Valentim Filho (160.970.417-72); Floramil Castilho (011.349.817-91); Florimundo Thomé de Cnop (029.013.827-20); Florize Ferreira Urbano (263.065.067-72); Francisca Benicá Russo (371.786.957-49); Francisca Rodrigues da Silva (457.961.227-20); Francisca Valdinete Braga (382.339.247-68); Francisco Carlos Medeiros da Silva (400.746.337-91); Francisco Gonçalves Pereira (092.569.207-78); Francisco Ortiz dos Passos (158.566.317-49); Francisco Pedro de Andrade (347.558.457-34); Geisa Mansur de Mello Gonçalves (299.906.887-53); Geni Maria da Silva Santos (334.522.027-04); Geni da Silva (375.495.617-53); Gênis Pereira (481.897.077-87); Georgina Mendes Moreira (057.699.067-15); Geraldo Simões da Cruz (280.493.737-20); Gilberto Santos (275.915.067-49); Gilca de Souza (353.379.317-68); Gilda Militão (220.526.237-87); Gilma Arcanjo de Menezes do Carmo (311.645.287-34); Gilson Dantas (040.391.577-53); Gilvaneth Roque dos Santos (335.596.787-49); Ginetta Levi Mortera (552.989.157-87); Glycério Proba Soares (003.067.626-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6995/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.281/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Guaraci Guimarães da Silva (251.312.307-72); Guarino Vilhena da Silva (311.340.097-04); Guilherme Dias Eustáchio (377.159.097-34); Guilherme Ernesto Bush Júnior (337.226.687-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6996/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.285/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joel Almeida Santos (308.713.017-68); Joel Gomes da Silva (432.445.487-68); Joel Machado Costa (042.718.157-72); Joêmio Rodrigues de Brito (063.499.277-53); Jorge Alberto Soares de Oliveira (002.574.007-53); Jorge Bourguinon Morais (288.787.287-72); Jorge Christóvam de Oliveira (244.633.887-91); Jorge Esterque (186.420.637-34); Jorge Fusco de Castro (091.226.727-53); Jorge Jerônimo Ferreira de Souza (289.076.207-68); Jorge Pavão de Oliveira (217.252.507-30); Jorge Roberto Aguirre Veizaga (015.453.537-00); Jorge Rodrigues Cunha (194.653.197-91); Jorge da Silva Machado (468.489.757-53); Jorge da Silva Moreira Filho (198.552.497-04); Jorge de Andrade Nascimento (177.940.307-06); Jorgina Solange Xavier Ramos (762.650.137-34); José Carlos Cardoso (763.984.477-00); José Januário Pereira (513.613.967-68); José Lima Madaffare (256.093.197-49); José Lopes de Farias (242.449.537-87); José Lopez Cuadra (050.456.814-00); José Luiz Jesus de Figueiredo (244.744.017-00); José Luiz dos Santos (315.559.427-68); José Marcelino da Silva (192.207.667-87); José Maria Manso (522.379.077-49); José Roberto Rêgo Brum (338.579.897-34); José Roberto Zimmerman (164.301.827-20); José Roberto dos Santos Oliveira (262.737.727-20); José Silveira Baptista (016.234.787-15); José Vieira de Lima (354.165.997-15); José de Souza Borges (313.852.737-04); Josefa Francisca da Silva (335.240.767-34); Josefa Laura da Silva (371.764.637-00); José Além Corcino (325.166.817-04); José Antonio Verbicário Carim (035.221.647-68); José Augusto Constantino (218.059.977-34); José Carlos Pacheco de Souza (404.031.577-49); José Cid Chaves (009.692.817-49); José Clóvis Von Zuben (028.140.727-49); José Dionízio Pereira (216.699.377-04); José Evangelista de Almeida (262.442.767-87); José Fernando Batista (563.160.467-15); José Gilson Teixeira Baptista (160.090.027-53); José João Bernardes (290.956.707-91); José Maria do Rosário (330.385.547-15); José Sebastião Quintão (255.783.917-53); José de Ribamar Costa Campos (271.834.757-00); José de Souza (239.496.787-00); José de Theóphilo e Figueredo (013.038.723-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6997/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.288/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Cândida Ayres Gondim Pinheiro (433.987.747-68); Maria Catarina Moraes (366.141.657-04); Maria Célia Ferreira da Silva (074.799.808-68); Maria Conceição Siqueira dos Santos (331.531.917-00); Maria Cristina Nunes Câmara Gasparini (338.949.497-91); Maria Dalva Calvo de Souza (335.576.917-72); Maria Délia Arman de Carvalho (245.773.247-68); Maria Diogo Dias Ferreira (371.081.587-87); Maria Edite Nobre Boisson (425.017.097-72); Maria Edmea Bellot Benedetto (611.309.587-87); Maria Elisabete Barros dos Santos (242.001.907-53); Maria Fátima da Silva (760.947.907-15); Maria Filomena Lemos Bittencourt (023.438.513-87); Maria Glimaneuza Lima Campos (016.641.937-07); Maria Helena Ajala (266.476.057-20); Maria Helena Alves Mano (371.498.657-04); Maria da Conceição Gentil Cosme (329.776.897-53); Maria da Conceição Nunes Melo Braga (336.822.837-49); Maria da Conceição Sampaio Lessa (462.661.947-91); Maria da Glória Cabral Dias (355.516.827-49); Maria da Glória Silva Nogueira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(382.851.697-15); Maria da Glória Sá Martins (023.429.953-34); Maria da Luz Corecha Rosa (340.063.897-87); Maria da Penha Chagas Brasil (453.633.667-20); Maria da Penha Gomes (452.503.597-87); Maria da Penha Nogueira (279.875.407-06); Maria da Penha Souza (734.469.557-04); Maria da Penha Vieira Sarmento de Avellar (024.995.957-79); Maria das Dores Henriques Pinto (310.992.897-34); Maria das Dores Moreira Amador (323.593.577-00); Maria das Graças Azevedo (635.247.408-04); Maria das Graças Bulhosa (564.660.647-00); Maria das Graças Fernandes Sales (159.949.457-49); Maria das Graças Gonçalves Pereira da Silva (543.671.827-20); Maria das Graças Nascimento Vieira (235.529.647-20); Maria das Graças Nunes de Santana (388.561.587-87); Maria das Neves Bonfim (407.097.607-87); Maria das Neves Corrêia do Nascimento (261.292.487-68); Maria de Fátima de Jesus Amaral (549.751.667-04); Maria de Jesus Infante Romão (836.253.727-20); Maria de Jesus dos Santos (503.558.647-20); Maria de Lourdes Carvalho da Costa (259.300.527-00); Maria de Lourdes Guimarães de Araújo (311.503.497-00); Maria de Lourdes Menezes de Souza (185.604.407-63); Maria de Lourdes Oliveira Dias (288.744.987-72); Maria de Lourdes da Costa Pereira (591.369.447-34); Maria do Carmo Sena (144.440.386-91); Maria do Carmo de Almeida Soares (527.987.047-15); Maria do Socorro Lima (260.092.507-49); Maria dos Anjos Nunes Mendes (447.125.297-68)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6998/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.293/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Paulo Gomes Rangel (000.215.127-87); Paulo Ramos de Oliveira (307.405.847-15); Paulo Roberto Marinho (184.487.470-20); Paulo Soares de Azevedo (076.523.994-91); Paulo Sérgio Gomes (369.109.027-34); Paulo Sérgio Vaguel Ramos (238.677.877-00); Paulo da Silva Campos (334.435.137-00); Pedro Armando Cavalcanti de Albuquerque (185.961.857-04); Pedro Eugênio Luiz Wiedemann (047.912.667-49); Pedro Ivo Fernandes Ravizzini (014.111.287-53); Pedro Lipka (595.217.087-00); Pedro Pasqualete Martins (008.157.217-49); Penha Regina Severo Arantes Barreto (338.019.087-04); Philomena Ramos (520.939.807-20); Placidina Vidal do Nascimento (024.932.477-60); Plínio Moreira de Castro Filho (325.405.317-68); Rafael Jeremias Azevedo (199.472.407-20); Railda Naildes do Nascimento Lins (360.775.267-20); Raildo Francisco de Santana (159.159.727-72); Raimunda Guadalupe Batista da Silva (228.011.707-04); Raimundo Leonardo Aragão (161.778.607-10); Regina Barata Aparício (003.353.737-20); Regina Célia Camargo de Faria (591.346.077-49); Regina Célia da Silva Senna (466.173.887-04); Regina Célia de Andrade Morais (537.676.757-49); Regina Coeli Durão Braga da Silva (435.034.627-91); Regina Célia Alfarano (374.526.577-72); Regina Célia da Costa Peçanha (331.469.937-91); Regina Helena de Souza Camargo (331.431.537-68); Regina Lúcia Cerqueira de Azevedo (407.356.567-20); Regina Maria Kulpel (671.954.157-91); Regina Maria dos Santos Rocha (186.291.727-20); Reginaldo da Conceição (260.003.427-72); Renadir Monteiro de Castilho (217.568.727-91); Renato Abi Ramia (014.298.847-20); Renato Joaquim de Mello (315.964.797-87); Renato de Souza e Silva (111.918.567-04); Ricardo Martins da Rocha (127.817.707-87); Rilma Barbosa Vieira (113.771.867-68); Rita Helena Sales Araújo (238.735.907-00); Rita Teresinha da Silva (261.587.447-00); Rita de Cássia Braga (629.001.297-53); Rita de Cássia Leal Agostini (938.463.477-87); Rivaldo Bernardo de Oliveira (034.147.284-00); Roberto Campello Teixeira (618.454.507-87); Roberto Lúcio dos Santos (185.669.607-34); Roberto Marcus Passos Martins (631.408.707-44); Roberto Márcio da Costa Santos (263.184.077-15); Roberto Pinheiro de Carvalho (258.435.167-68); Roberto de Almeida Bonfim (174.568.197-34)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6999/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.296/2011-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Thércia Luzia Vertuli dos Santos (999.101.607-49); Thereza Cristina Cangueiro Dias (761.061.017-87); Therezinha Martins Jóia (438.451.777-72); Therezinha Victoriano Alves (060.018.747-00); Therezinha do Carmo Caetano (239.360.107-49); Thiago de Brito (064.869.407-00); Timoschenco Pimentel Paiva (217.450.727-72); Tufi Assafir dos Santos (276.547.377-34); Ubirajara Rodrigues (330.626.847-04); Valdea Vieira da Cunha (232.204.067-34); Valdeni Maia de Queiroz (456.234.227-72); Valdir Monteiro Fortes (217.563.927-49); Valdomiro Antônio Peralta (173.645.587-72); Valéria Celina de Novaes Cosinha (631.467.547-20); Valéria da Silva Pereira (851.375.297-53); Valmir Chamarelli (221.404.927-49); Valmir Ribeiro dos Santos (863.420.377-87); Vanda Miranda (350.587.657-72); Vanda de Aguiar Rocha da Silva (624.249.397-72); Vânia Ferreira Ribeiro (314.096.957-00); Vânia Lúcia Pereira da Silva (409.464.287-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7000/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.300/2011-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Mary Lane Maia (055.848.414-04); Tânia Maria Negreiros Rosado Lopes (090.473.014-04)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7001/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.461/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Raimundo de Oliveira Sousa (055.061.153-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Tocantins

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7002/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.462/2011-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Raimundo Nonato da Silva (212.291.201-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Tocantins

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7003/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.530/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adolfo Antônio da Costa (180.464.879-53); Sebastião Américo da Silva Filho (193.625.449-20); Zacarias Hoffmann (246.727.509-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7004/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.532/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Everaldo Bispo de Santana (102.205.935-15); Jorge Menezes de Souza (077.040.705-68); José Augusto dos Santos (051.613.715-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Sergipe

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7005/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.901/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Uberlândio Dias da Silva (098.372.725-20); Vanildo Cardoso dos Santos (098.614.755-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA na Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7006/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.932/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vera Regina Paula Baroni (463.900.494-04)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7007/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.033/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria das Dores da Silva Sá (064.870.682-68)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7008/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.040/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aurismar de Sousa Trindade (459.526.473-91); Benedito de Araújo Costa (035.459.383-87); Carlos Fernandes da Silva (062.289.683-00); Eliza Izabel Cardoso Alves (146.609.463-04); Francisco Ferreira da Silva (237.257.453-15); Francisco Soares Lúcio (086.993.211-04)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7009/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.043/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Alberto Araújo (075.489.903-91); José Celestino Araújo (079.928.403-30)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7010/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.047/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Carneiro de Sousa (094.049.293-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7011/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.050/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Terezinha de Jesus Ferreira Soares (225.187.113-68); Thelma Célia Beraldi de Albuquerque (197.038.133-72); Valdeci Estevão Ribeiro (076.632.693-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7012/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.051/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldo Lopes do Amaral (128.744.341-91); José Laurentino Brandão (079.581.291-49); Ovídio Araújo de Paula (063.242.311-00); Silas Gueiros (080.308.471-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7013/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.055/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Acrisonélia Macena Corrêia de Lima (154.220.464-04); Alípio Antônio Rabelo Dias (059.681.784-34); Carlos Alberto Damázio de Almeida (401.407.337-87); Carlos Henrique Leite (058.094.604-53); Margarida Tavares da Silva (141.294.504-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7014/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.059/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marlene Virgínia da Silva (133.363.804-30); Núbia Maria de Souza Soares (151.098.874-20); Reginardo Tribuzi Lula (058.113.764-72); Willian Xavier de Luna (073.001.404-59)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7015/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.060/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Halmélia Raimunda Sobral Lourenço (047.210.042-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7016/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.063/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adeleci da Silva Rodrigues (634.505.007-59); Afaf Ibrahim Khenaifes (302.097.577-87); Agilberto Calaça das Neves (111.654.564-00); Aida Nogueira (466.795.617-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7017/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.066/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Betaceli Cardoso de Souza (330.300.227-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7018/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.067/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Pereira Brandão (176.820.107-20); Carlos Alberto de Sant Anna (457.145.927-00); Carmen Lúcia Vasconcelos (380.598.197-04); Carmine Mônaco (300.696.377-68); Celeste Martins (337.695.407-00); Célia Chagas (004.438.801-23); Célia Portela Pettendorfer (202.225.487-20); Célia Regina da Rocha Larsen (372.361.217-20); Claudelice Nascimento Benedito (606.123.987-49); Cleidyr dos Santos Sales (770.283.767-53); Conceição dos Santos Barreto (534.588.347-53); Cremilda da Silva Alves (561.053.397-04); Cristina Isabel Pessanha (382.185.857-53); Dácio Muniz Jaegger (055.059.097-87); Dalva Mendes de Moura (350.437.927-87); Dalvina Maria do Rosário (534.874.607-00); Dario de Souza Xavier (254.763.607-78); David Cruz Silva (070.283.427-00); Davson de Oliveira Ney (222.540.487-91); Delzuíta Maria Gonçalves Santos (211.801.647-68); Denise Maria Gomes Macedo (710.068.347-53); Denise da Silva Pereira (275.369.637-34); Deusaléa Maria Teixeira Rodrigues (457.764.317-00); Deusdedite Lins da Silva (442.338.097-87); Dilma Pereira da Silva (351.816.647-68); Dorothy dos Santos Quinellato (382.258.167-49); Dulce da Silva Palladino (487.087.397-49); Dulcinéia Araújo (601.910.077-49); Dulcinéia Seixas (453.116.507-10); Edelite Nogueira de Oliveira (248.548.597-68); Edézio Dornelas (467.902.927-72); Édina Aparecida Ferreira Salles (420.797.307-97); Edir Ribeiro da Silva (302.231.487-68); Edméia Fonseca Castro dos Santos (193.835.096-00); Elaine Maria da Graça de Almeida (434.450.987-00); Elaisa Mello Braga (306.619.357-87); Elda Marques Antunes (629.207.077-87); Elenir Galvão de Lima (307.858.397-04); Eliana Domingues Araújo Limeira de Niemeyer (443.041.537-49); Eliana Regina da Silva Torres (387.198.607-06); Eliana Silva de Almeida (464.689.947-72); Eliana da Silva Costa (580.430.047-49); Eliane da Silva Azevedo (336.703.317-00); Eliete Barbosa Zanotti (210.596.327-72); Élio Borelho dos Santos (325.256.487-49); Elisabete Oliveira de Melo (490.070.177-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7019/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.071/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo da Silva Dutra (369.006.217-91); Gilmar Jorge Martins Penna (414.012.127-00); Gilsa Fernandes Pancote Lacerda (442.497.217-87); Gisela Baez Sampaio (425.552.307-00); Gisélia dos Santos Gomes (434.755.587-34); Helenir Pires dos Santos (460.223.507-78); Helle Nice Kleim Meirinho (899.588.537-87); Hermenegilda Reple (393.195.637-72); Hilda de Barcelos Rodrigues (461.238.067-34); Humberto Mário Athayde de Mello Santos (402.734.237-20); Idalvina Espíndola Moreira (252.784.527-49); Ilenir dos Santos Sipião (477.125.977-15); Ilma Bueno de Medeiros (470.536.407-44); Ilson Alves Moreira (050.004.407-49); Inari da Silva (391.644.897-87); Inês Casaroti Silva (405.471.167-72); Inêz Lima Costa (386.013.897-91); Iraci Pinto Villas Boas (173.656.277-00); Irani Rodrigues de Mello (278.372.207-06); Irene da Conceição Lima (346.484.027-15); Isis Pinto Guimarães (306.652.137-00); Ísis Tarouquela Maciel (115.984.091-15); Izabel Cristina Pimenta de Souza (366.065.027-72); Jacinta Lúcia Gomes Passos (408.201.497-72); Jandira Maria Soares Tavares (655.685.917-68); Janet Pinto Gomes (407.324.367-53); Jeremias Dutra Garcia (201.263.607-15); Joao Felício de Loiola (389.616.877-00); Joaquina Costa (430.502.127-72); Jomaria Soares de Oliveira (360.531.397-34); Jorge Alan Borges Gonçalves (442.557.057-04); Jorgete Cunha Soares (764.077.567-15); Jorginete de Jesus Alcântara (335.557.377-91); José Carlos Ribeiro de Sant' Anna (275.798.087-49); José Eduardo Pinto Paiva (224.343.307-97); José Gabriel de Oliveira Duarte (487.088.367-87); José Mauro Braz de Lima (266.858.417-53); José Miguel de Barros (232.105.597-91); José Onildo de Menezes Cruz (005.900.104-68); José Ribeiro Bonfim (736.367.467-15); José Roberto Abbes (305.993.347-20); José Samuel Jalom (372.078.307-34); José dos Santos (417.362.497-20); João Carlos Cabral de Mello (047.525.384-15); João Carvalho da Silva (332.171.307-15); João de Sousa Gaspar (223.360.877-15); Kleber Velozo Campos (084.662.037-53); Lacy Natividade Senna (432.003.707-34); Laice Medeiros do Nascimento (260.970.877-72); Lamounier Flávio Lessa (039.116.247-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7020/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.073/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lavignio Magno da Silva Filho (187.156.137-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7021/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.075/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria José Martins de Souza (993.636.407-44); Maria Liduína Abreu de Oliveira (126.085.137-00); Maria Lúcia Brito Ribeiro (408.471.877-72); Maria Lúcia Santos (038.069.523-53); Maria Luiza Barbosa da Silva (011.406.547-05); Maria Madalena Silva (404.287.707-97); Maria Marta de Souza Xavier (757.185.297-87); Maria Olívia Albino de Castro (681.027.717-04); Maria Paulino de Castro (360.513.577-34); Maria Siqueira Lessa da Silva (414.383.027-20); Maria Teresa Barros Oliveira (233.422.857-53); Maria Thereza da Silva (217.690.287-49); Mariana Beracdar (522.616.707-53); Marilim Barbosa Alcaraz (611.513.607-59); Marily Rocha de Lima e Cirne (713.405.997-91); Marina Garcia de Matos (555.304.437-53); Marina de Andrade Malta (914.886.217-72); Mário Spier (113.099.700-68); Marise Lemos Souza Lima (854.664.177-34); Marise Martins da Silva (593.738.657-49); Marivone Lima Fernandes dos Santos (290.759.806-63); Marlene Lage (506.421.117-15); Marli de Souza Pacheco (368.686.047-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7022/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.079/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mirtes Pereira de Souza (434.596.097-53); Monique de Moraes S. F. da Cunha (599.942.667-72); Nádia Nogueira Guimarães de Carvalho (701.692.767-91); Nanci Barreto (635.423.317-91); Napoleão Barbosa (270.479.117-15); Nei Cid de Freitas Machado (163.675.107-53); Neide Almeida de Moura (476.380.797-87); Neide Maria da Silva (646.043.067-53); Neide dos Santos (579.870.417-34); Nelma Florentino Morais (444.220.247-87); Nely André Nicoli (608.978.807-49); Niceis dos Santos Magalhães (414.624.247-91); Nilce Santos Carmo (412.313.767-91); Nilcéa Fernandes Rodrigues (745.622.667-91); Nilson Viana dos Santos (472.473.047-15); Nilza Pereira (377.946.717-87); Normélia Maria Vasconcelos Mendonça (366.906.007-34); Octávia Malaquias (600.605.497-34); Odayr da Silva (289.036.097-00); Odinéia Dias Costa (443.805.937-20); Oriane Almeida Santana Lima (197.792.167-15); Osmar Ramos Martins (404.684.107-91); Osvanir Euzébio da Silva (663.109.467-49); Oswaldo Roberto Guimarães (111.041.127-87); Ozília de Oliveira Rodrigues (433.770.177-04); Paula Amonica Sicheler (275.888.237-04); Paulo Bernardino de Oliveira (337.626.607-78); Paulo Roberto Barbosa (418.811.767-20); Paulo Roberto Pereira Coelho (095.643.067-87); Paulo Roman Muniz (231.314.037-72); Paulo Sérgio dos Santos Machado (104.664.607-91); Pedro Barboza de Castro (383.438.357-00); Pedro Paulo Espíndola de Aguiar (198.118.967-04); Penha de Araújo Silva (412.653.437-72); Penha de Fátima Soares Berenger (189.254.997-20); Rachel Estrella Hoertel (317.071.577-15); Regina Cajueiro de Mello Machado (197.162.307-53); Regina Célia Celento (371.711.867-68); Regina Célia Matos Moreira (051.977.877-40); Regina Célia Neves (404.877.337-20); Regina Célia Paes Alves (386.196.107-59); Regina Célia da Silva (130.962.221-34); Regina Maria Amorim Grando (207.192.217-49); Regina Maria Coelho Jorge (126.691.647-49); Ricardo Antônio de Weck Lisboa (352.247.897-53); Rita Maria de Moraes Azevedo (454.408.917-49); Ronaldo Celso Leon Blum (251.380.577-15); Ronaldo Gaspar Pinto (350.357.657-68); Ronaldo Pereira Leal (327.901.047-00); Rosalina Gonçalves Cunha (568.234.797-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7023/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.083/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Cosme Lourenço da Silva (098.266.534-20); José Edvaldo de Lima (020.166.804-15); Maria de Lourdes Nascimento da Silva (106.436.804-20); Marileide Rodrigues Dantas Caldeira Lott (067.430.564-72); Zélia Tavares (025.879.474-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7024/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.085/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arnaldo Félix Fraga (202.169.046-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RO
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7025/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.088/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Roberto Mafetano (605.010.068-34); José Roberto Narciso (813.160.388-15); José Valdez de Castro Moura (044.236.903-49); Laís Vieira da Silva (955.349.978-34); Lauro Fracalossi Júnior (650.559.008-06); Leda Resende Von Borowski (264.074.690-15); Luiz Antônio Nunes de Oliveira (725.023.558-34); Luiz Antônio Ramos Corrêa (663.985.768-53); Luiz Carlos Alves Negrão (590.294.638-72); Luiz Gonzaga dos Santos (366.525.208-34); Marcílio Carlos de Gouveia Lima Junior (656.449.308-82); Marcos de Luca Casaes (578.331.508-78); Marden Coelho de Carvalho (263.292.207-00); Maria Aparecida Alfaro Alves (014.345.798-59); Maria Bernadete Galindo de Souza (256.578.446-53); Maria Betânia Leal da Glória (011.480.388-92); Maria Elisa Kazuco Arakaki Gushiken (140.966.331-00); Maria Elizabete Stahelin (022.791.738-32); Maria Inês Rodrigues de Sá Ferreira (817.497.838-00); Maria José Pereira (009.060.988-31); Maria José Vieira Martins (160.924.493-15); Maria Lúcia Bueno Garcia (639.386.348-04); Maria das Graças Oliveira Garre Baldi (077.891.828-97); Maria de Fátima Alencar (012.918.868-93); Maria de Jesus (006.717.288-14); Mariana Contin dos Santos Prior (687.951.068-04); Marilene Gama do Lago (440.408.307-68); Marilu Xavier (700.894.858-15); Marisdalva Viegas Stump (795.929.538-72); Mauro Leite Alves (056.686.418-56); Mauro Machado Moreira (096.376.480-20); Melisa Brand Faintuch (860.741.058-04); Miguel Moysés Neto (549.327.348-91); Míriam Fiorito (006.963.198-02); Mirna Gabriel Nakano (004.594.058-45); Nadir Generoso (836.108.128-34); Neide Celeste Coelho (084.378.745-72); Nélson da Cruz Santos (586.186.868-91); Normando Roberto Gomes de Lima (048.188.658-34); Osvaldo Tempestini (366.072.908-68); Paulo Roberto Munia (737.320.108-30); Pedro Volf Oksman (816.832.198-72); Raymunda da Silva Marques (917.905.068-91); Regina Célia Marotti (775.422.238-87); Renisa Dias Oda (759.812.548-15); Rita de Cássia Freire Andreiolo (614.485.597-15); Rosa Pieprzownik (410.152.157-34); Rubens Expedito Salomão (547.087.028-68); Saburo Futata (185.869.457-49); Salim Aisen (038.998.888-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7026/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.090/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alair Victor de Souza (494.962.637-04); João Batista da Silva (403.863.417-53); Paulo Cezar Oliveira Abrahão (663,559.317-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7027/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.091/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlea Miranda Oliveira (269.504.307-44); Edgard Dias Rodrigues (218.589.007-78); Elizabeth Pires Rodrigues (347.222.897-00); Ernani Bento Bandarra (125.298.340-91); Jorge Ganem (274.552.467-49); Jose Américo Martins (076.194.567-91); Lúcia Maria Martins Russo (388.581.507-91)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7028/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.157/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Ricardo da Silva (134.048.654-72); Dalmo Rocha Raposo (038.312.054-34); Ivete Chaves Rocha (505.034.724-68); José Bandeira de Melo Filho (042.136.454-87); Josevalto Gonçalves de Carvalho (061.570.764-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7029/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.185/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Orvelço Gonçalves (075.591.007-91); Otacílio dos Anjos Felippe (001.034.757-70); Oton Isaac de Brito (017.499.603-97); Ovídio José de Meneses (175.209.597-91); Paulo César da Silva (097.963.717-15); Raimundo Elias de Oliveira (078.849.153-91); Raymundo Marrocos de Araújo (007.020.567-15); Romário José da Silva (159.159.057-49); Roque Cordeiro (378.896.567-34); Rubem Ferreira da Conceição (288.199.507-15); Sebastião Paulo Siqueira (109.703.477-15); Sebastião Santoro (204.452.967-04); Theodoro Ferreira Pinto (112.713.457-49); Valdemiro Pereira de Souza (160.783.067-15); Valdir da Paixão (632.389.937-04); Walber da Silva Carvalho (270.012.377-87); Waldyr Soares de Moura (023.315.437-04); Walter Antonio das Neves

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(111.245.987-15); Walter Martins Alves (363.733.037-72); Walter Rodenburg Ribeiro Sanches (024.516.037-04); Wanderley dos Santos (204.448.697-00); Wilis Geaquinto (152.716.257-53); Zilar Cordeiro (173.324.437-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7030/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.241/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edvaldo Alves Feitosa (004.971.694-87); Elias de Holanda Barros (238.469.924-53); Gerson Scott Doblin (050.946.744-04); João Gomes de Andrade (027.929.314-34); José Clemente Teixeira (031.217.804-25); José Fernandes Santos (004.486.484-15); José Joas Peixoto (022.713.974-72); José Inácio de Souza (019.292.754-04); João Carlos Ribeiro (001.473.623-34); João Fabrício Monteiro (065.202.944-20); João Ferreira da Silva (062.382.894-49); Lupércio Azevedo de Albuquerque (046.529.164-34); Severino Pereira Lins (032.752.134-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7031/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.346/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Corrêia da Silva Filho (004.304.714-91); Braúlio Miguel de Lima (007.488.384-49); Edmilson Soares Porfírio (045.426.144-68); Iracy Santos (134.452.354-49); Lenira Costa Cavalcanti de Albuquerque (332.040.044-49); Lutefrído Teixeira Cavalcante (005.843.044-04); Marlene dos Santos (073.891.404-53); Rivaldo Calixto dos Santos (175.256.757-91)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7032/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.351/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aparecida das Graças Silva (293.909.316-49); Cyr Rodrigues Coelho (004.516.496-72); Dalmo Pereira de Carvalho (009.241.306-44); Edson Souza Araújo (489.455.446-15); Helder Machado Paupério (033.545.207-87); José Marcos de Oliveira Resende (005.200.636-00); Letícia Silva Presoti (686.340.306-44); Maria das Graças Teixeira (278.354.306-06); Neiva Sollar (381.723.727-87); Oldemar Guanaes Mineiro (143.394.046-91); Onofre Malta Pereira (089.797.076-49); Paschoal Fausto Valle (134.255.526-00); Percival da Costa Caldeira (002.876.606-72); Renato Geraldo da Silva Machado (056.039.866-20); Saul Barbosa Arantes (000.507.506-82); Tânia Mara Ferreira de Azevedo (253.803.896-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7033/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.357/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Eugênia Pereira da Silva (094.303.697-68); Maria Helena da Conceição (260.147.427-00); Maria Herly Leal (999.203.367-34); Maria Ilma Maciel (263.216.377-34); Maria José Pinto Cruz (412.054.137-15); Maria José Tavares (385.307.327-15); Maria José da Silva (115.033.357-04); Maria Luíza Faria Scherpel (747.769.917-72); Maria Madalena Vidal de Araújo (341.099.437-87); Maria Nazareth Nunes Moreira (284.756.667-87); Maria Sebastiana Andrade dos Santos (205.717.807-25); Maria da Penha Soares Campos (226.594.807-10); Maria de Fátima de Almeida (629.896.857-15); Maria de Lourdes Brandão de Moura (463.959.707-04); Maria do Socorro Cavalcanti (356.418.197-00); Marilene Correa (208.519.797-34); Marina Silva da Rocha (464.511.537-53); Marlene da Silva Rodrigues (255.954.407-59); Marlene de Almeida da Motta (584.583.607-72); Marlene de Hollanda Cavalcanti (722.860.837-20); Marly Alves Coutinho (503.907.327-53); Marly Ferreira (872.620.457-68); Mavilde Maria Ferreira Mouta (033.282.797-68); Miguel Rodrigues Fernandes (262.860.687-91); Milton Bezerra da Silva (010.166.524-53); Mirtes Assafir dos Santos (551.221.597-34); Miyoko Tamura Peyroton (630.773.297-00); Moacyr Cândido de Souza (277.102.037-87); Mário Brandl da Rosa (002.845.647-53); Nadege Andrade Barbosa (281.502.447-00); Nádia Robertson (175.789.497-72); Nadir Pinto Reis (468.589.117-15); Nair Luíza de Souza (223.299.277-20); Nélida Bacha Chein (030.695.597-00); Nelma Guimarães Nápoli (041.000.187-20); Neuza Bachmeyer Teixeira (013.386.067-19); Neuza Georgina Pereira da Silva (329.508.457-20); Ney Paulo Silva (004.919.857-20); Nikolaos Daxeacher (007.177.707-53); Nilton Duarte (184.318.107-00); Olga Barboza Ferreira Pinto (272.731.487-68); Omar Schroeder da Luz (130.379.437-34); Omir Cordeiro de Miranda (027.022.237-53); Orival de Siqueira (239.321.717-72); Osvaldo de Souza (032.709.807-44); Oswaldo de Castro Menezes (023.395.957-20); Palimércio Rosa de Paiva (045.780.157-34); Pedro Aurélio Gentil (161.636.057-72); Pedro João Coelho (101.356.507-04); Pérsio de Souza Garcia (420.890.507-72)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7034/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.364/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Carlos Ferreira Barbosa (038.539.427-68)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7035/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.618/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio João de Paula Santos (541.732.568-68); Boris Raskin (014.025.798-53); Ivani Olímpia Barbaceli Coelho (434.429.606-06); Jorge Dib Saad (013.349.568-04); Jorge Yamashiro (591.568.568-49); José Eduardo Neves de Castro (561.730.678-20); José Manuel de Brito Pascoal (809.201.608-91); José Manuel de Brito Pascoal (809.201.608-91); José Roberto de Paula (032.997.408-49); Marcelo Tavares Rangel (107.925.207-00); Maria Helena de Miranda Cervigni (075.698.228-62); Najla Sumaia Buchdid (774.982.248-87); Ondinato Comune (013.878.718-20); Rosa Maria de Souza Oliveira (900.938.018-15); Sérgio Botelho da Costa Moraes (015.450.438-68); Therezinha Vicente (956.514.548-53); Tomotu Takizawa (022.780.308-68); Valdir José Botta (345.171.978-91); Waldomiro Fadul (013.575.228-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7036/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.895/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Balto Alves Nogueira (029.649.371-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7037/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.900/2008-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antônio de Brito Neto (033.338.093-20)

1.2. Órgão/Entidade: Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT (em Liquidação)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7038/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.926/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisca dos Santos Cordeiro (106.298.233-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7039/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.935/2011-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Daniel Marques da Silva (206.449.577-00); Maria Helena dos Santos Damasco (323.460.777-04); Marli Oliveira da Silva (894.715.207-20)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7040/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-025.947/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco de Sena Lopes (052.703.752-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7041/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.960/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adilson Fabiano Ferreira Pacheco (375.599.317-15); Amaury Sérgio da Silva (330.536.187-53); Ana Lúcia Marques de Oliveira (402.728.427-53); Ana Maria da Silva Teixeira Rodrigues do Nascimento (536.594.737-15); André Costa (399.283.737-87); Anézia Sabino Valadão (876.397.267-00); Aura Maria Monteiro de Castro e Abreu Rocha (757.697.437-00); Ben Hur Augusto Cardoso (093.002.440-00); Carlos Augusto Tavares (460.407.907-25); Carlos Roberto Baronto de Andrade (261.317.147-20); Carmelita Brito Albert (409.426.517-15); Cemira Maria Oliveira de Araújo (439.643.897-49); Clarita Takahashi (831.013.498-34); Dalva Peres de Lima Pinto (591.024.037-49); Diléia de Oliveira Cavalcanti (420.146.037-15); Doratiude Lima da Silva (426.318.157-34); Édia Sousa da Silva (346.882.697-49); Elaine Ramalho Messeder (348.639.667-68); Elizabeth Maria Bedeschi (547.132.267-34); Elizabeth Ronoinelli de Carvalho (543.641.087-15); Erli Lourenço (546.350.397-49); Esther de Oliveira Machado (019.334.857-87); Geilda Coelho de Souza (632.302.247-87); Glória de Fátima Alvim (533.660.857-20); Inalúcia Silva de Almeida (328.961.157-49); Ivanilda Costa Valente (605.188.557-91); Jacira Rocha da Silva Ferreira (429.592.337-00); José Toledo (539.689.807-00); João Carlos Sandrini (284.170.897-72); Leir de Andrade Silva (512.789.367-34); Leni Silvina de Oliveira (508.316.157-53); Liete Felipe Leite (661.702.577-68); Liete Souza Andrade (689.569.167-72); Maria Angélica de Albuquerque (401.600.337-72); Maria Antônia de Carvalho Motta (510.668.317-34); Maria Célia Guedes Sampaio (551.506.247-72); Maria José Cordeiro Sarinho (530.319.467-15); Maria Oliveira de Albuquerque (156.810.257-72); Maria Onildes Gonçalves dos Santos (443.313.397-34); Maria de Lourdes Sales (016.881.217-73); Maria do Carmo da Silva Souza (659.743.607-53); Marinalva dos Santos Silva (413.724.507-00); Marlene da Conceição (644.540.617-34); Martha Demetrio Rustum (599.157.147-34); Nádia Nazareth da Silva Moreira (600.376.367-15); Nelson da Costa Coloma (236.564.927-00); Nereide Medeiros Calazans (591.024.387-04); Nilza de Jesus Santos (593.217.337-87); Osnira Maria da Silva (375.014.377-34); Pâmela Margarethe Seidl (550.022.507-34)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7042/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.987/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edilene Correia da Silva (139.957.744-15); Jasonete Cabral de Santana (073.202.724-15); José Falcão de Farias (111.348.284-20); Maria Celeste Voss Chagas (337.331.554-91); Maria Jessé Honorato de Oliveira (177.433.204-30); Maria de Fátima Moraes Silva Wanderley (157.449.654-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7043/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.996/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Rodrigues Pereira (080.982.203-20); Lourenço José da Silva (075.763.313-72); Maria Edileusa Mesquita (124.957.273-87); Maria José Brandão Alves (197.006.523-00); Maria do Socorro Rabelo Nascimento (064.768.723-20); Maria dos Anjos Nogueira da Silva (126.600.603-63)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7044/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.001/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Moacir Tostes de Oliveira (157.470.936-49); Odilon Campos de Queiroz (226.977.306-30); Paulo César Vicente Alves (137.964.296-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7045/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.004/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Knott Mialski (534.774.219-49); Edison Zangale de Azevedo (136.936.206-44); Irenilda Bagatin França Piazza (530.946.709-20); Izaura Gaiovis (244.166.309-72); Jorge Sergio Reis (087.196.759-68); João Luiz Athayde (200.541.149-34); Juçara do Pilar dos Santos Costa da Silva (302.342.989-87); Lineo Voigt (004.786.959-34); Tereza Tamaki Matsunaga (200.498.039-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7046/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.011/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Izabel Reis Miranda (936.799.128-20); Izaías Marques Pereira (350.493.327-53); Jacyra Faria Salgado Pereira (811.200.797-72); Jailton Barros Nogueira (357.106.327-91); Janete Gonçalves Ribeiro (737.556.727-15); Janice da Cunha Cabral Silva (748.602.757-72); Jayme de Oliveira Filho (330.166.407-59); Jéssica Souto Rozemberg (337.553.537-68); Jesuíno Antônio Tavares de Pinho (399.192.007-78); Jeziel Guimarães Muzitano (370.258.647-49); João Batista Avelar Vale (074.645.844-49); João Carlos Mattos Coelho (343.946.217-04); João Ribeiro (400.155.567-00); Joaquim de Oliveira Pinheiro (552.479.207-59); Jonas Alighieri Sarlo Baptista (380.889.247-15); Jones Walter Ribeiro (306.073.537-91); Jorge Alberto Dacal Mendes (331.771.127-20); Jorge Ansuategui de Oliveira (289.838.157-87); Jorge Luís Machado Oliveira (331.923.597-49); Jorge Luiz de Almeida (393.348.997-00); Jorge Maurício Bouhid (368.021.907-53); Jorge Rocha Guimarães (460.170.707-20); Jorge de Jesus Serpa (268.688.147-04); Jorge de Souza Rosa (296.839.807-59); José Almeida Cordeiro (355.710.047-20); José Bichara (199.719.907-68); José Carlos da Costa Lopes (227.316.527-72); José Carlos da Silva (385.357.507-20); José Claudino (259.071.827-68); José Dario Rocha Pontes (231.793.337-15); José Francisco Domingos Ramos (336.011.607-06); José Luiz Vargas Pereira (188.593.727-04); José Márcio Lourenço (598.652.537-04); José Ricardo da Silva Fernandes (431.495.027-72); José Roberto Blois de Assis (408.665.567-53); José Roberto Queiroz Tenuto (363.939.407-00); José Schott de Ornellas (197.014.547-15); José Vasques Peres Neto (410.280.907-49); José Wagner de Alencar Mota (317.112.437-87); Josefa de Araújo Oliveira (504.766.707-30); Josefina Liporage (527.807.167-20); Josio Emerson Machado (277.692.597-20); José Aluízio Farias França (321.442.537-49); José Antonio Pinto e Silva (001.483.427-87); José Braga Guimarães (535.000.087-04); José Eduardo Ribeiro Pereira (311.750.157-68); José Maurício Alves de Souza (318.857.307-30); José Paulo de Souza Geovu (284.339.047-87); Júlio Macedo da Silva (620.496.157-87); Juraciana Maria Garcia (529.071.637-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7047/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.014/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marli Rosa Barreto (311.047.977-04); Marli Schimeli Lins e Silva Martins (744.398.807-97); Marli da Silva Henriques (443.893.617-91); Maron Paes da Silva (160.535.247-00); Martha Oliveira Barros Sym (505.951.807-87); Maurício Alves Ataíde (374.245.137-53); Mauro Tavares Outeiro (336.298.037-68); Mauro da Silva Casemiro (371.478.117-04); Mendel Reismann (155.087.307-53); Michelle Machado Toste (592.379.617-15); Nádia Corrêa Menezes Magalhães (709.813.887-87); Nádia Maria Sodré Barroso (486.563.647-15); Nádia Maria da Silva Guimarães (374.665.937-04); Nazareth Alves do Nascimento (399.583.537-68); Neide Queiroz Dantas de Almeida (983.629.177-68); Neide da Matta Xavier (315.768.507-49); Neli Gomes Bianquini (513.846.717-49); Nélson José de Lima Valverde (252.590.597-00); Nercy Grabellos (982.598.737-53); Neusa Lourenço de Freitas (612.266.107-49); Nilda Pereira da Silva (161.551.147-49); Nilton Thomaz (313.096.317-00); Nilza Nepomuceno Lima (532.359.757-72); Nilça Augusta de Matos de Lima (546.378.487-68); Norival dos Santos Silva (392.624.487-91); Odair Henriques Bastos (287.250.697-72); Odone Bisaglia Filho (179.045.607-04); Orlando Luiz Cardoso (362.250.107-34); Osvaldo Ferraz (263.901.167-72); Osvaldo Valentim Carneiro Filho (302.220.447-72); Oswaldo Luiz de Souza Roque (332.318.507-20); Otávio Periard Amaral (188.784.747-20); Paulo César Peçanha (358.467.397-68); Paulo Eugênio de Araújo Jermann (316.071.287-72); Paulo Henrique da Silva Rigo (262.844.137-34); Paulo Miqueloti (367.665.427-72); Paulo Renato Lima Antunes (241.044.857-72); Paulo Roberto Barreira Saldanha (339.924.017-15); Paulo Roberto Ferreira de Almeida (346.829.967-20); Paulo Roberto Rodrigues de Macedo (247.243.357-34); Paulo Sérgio Henriques dos Santos (175.645.907-00); Paulo Silveira Mendes (297.310.207-30); Pedro Cavalcante Silva (030.070.147-00); Pedro Marcelo Goldschmidt de Queiroz Filho (289.174.217-68); Pedro Nicolau Pedro (128.037.667-87); Pedro Nunes (158.835.587-04); Pedro Roberto Machado Braga (341.062.437-68); Pedro Roberto Ribeiro Souza (400.629.617-72); Preciosa Maria de Queiroz (442.687.007-06); Regina Behar (406.037.927-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7048/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.020/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldo Roberto Lucchesi (103.379.460-00); Aldérico José Dana (166.523.479-20); Alfredo Martins (221.369.089-87); Alvino Antônio Cipriano (248.359.869-20); Ana Beatriz Pires dos Santos (262.973.100-68); Ana Lúcia Luz Faísca (298.533.389-04); Ana Maria Camargo Gallo (170.012.420-04); Anita Baukat (252.009.099-53); Armando Schaefer (168.463.380-04); Cecim El Achkar (193.097.679-87); Dalma Manes Guesser (344.693.979-20); Délcia Martins (021.735.209-03); Dilnei Souza (245.707.379-00); Edisi Nildo de Souza (299.844.759-72); Elena Vargas Camargo (290.130.209-25); Eliane Agra Pedrini (293.850.169-20); Ênio Rieger (034.940.479-87); Eraldo Claumann (216.021.909-68); Heitor José Silva (082.561.109-10); Ida Schlichting Costa Laurindo (375.749.659-00); Janete Terezinha Rosa (145.028.019-68); Jauro Torquato Vieira (145.320.269-20); João Nicolau Turnes (224.008.429-49); José Roberto de Carvalho Diener (223.922.039-20); José Altair Ribeiro D'avila (179.857.570-15); João Paulo Souza (223.732.099-34); Júlio Antônio Puhl (167.850.889-68); Lídia Salete Petik (182.098.319-68); Manoel Adelar Bento (247.460.619-04); Maria Dotina da Silva (429.885.609-78); Mário Ernesto Canseco (020.531.799-53); Marisa Assunta Fantin Ribeiro (343.198.329-49); Odilor João Martins (077.429.249-00); Paulo Roberto Costa (179.126.879-04); Rachel Reis de Araújo (542.037.089-15); Rita de Cássia Vieira Bertola (560.313.199-34); Rogério Antônio Gaio (157.485.029-68); Rosana Rozires Teodosio (289.598.179-53); Valdívia Costa Duarte Conceição (288.438.609-25); Varne Viana (245.956.329-91); Vera Lúcia de Oliveira Souza (343.671.799-15); Vilberto Vermohlen Muller (305.591.469-49); Wânia Elisabeth Domingues Silveira (377.646.919-68); Wilmar de Athayde Gerent (344.317.649-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7049/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.023/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Neide Speca Rametta (063.411.908-75); Neusa Mendes (024.376.498-75); Nicolau Miguel da Silva (586.303.928-00); Nilma Maria Ferreira do Nascimento (054.472.914-53); Norimar Soares da Silva (245.202.257-87); Orlando Sanchis (402.805.788-49); Osmar Zaitz (662.262.878-53); Paulo Luiz Aguirre Costa (775.779.498-68); Paulo Tauil Júnior (830.550.888-91); Poti Chimetta Havrenne (756.603.348-49); Regina Etsuko Taciro (012.191.098-94); Ricardo Alberto Aun (573.577.738-68); Rildo de Oliveira Veras (382.715.328-04); Rita Soares Therezan (089.343.158-30); Roberto Akifumi Yamato (758.611.438-20); Roberto Guena de Oliveira Libertini (774.222.528-04); Roberto Scavuzzo (180.782.900-63); Roberto Tuma (303.535.568-15); Rosa Goldstein Alheira Rocha (606.985.277-04); Roseli Testasicca Finholdt (006.696.508-03); Rubens da Silva Prado (026.622.482-20); Rute Soares (853.754.548-15); Ruth Peixoto Mattos (053.896.058-29); Sandra Balieiro Abrahão (880.169.948-49); Sandra Piffer de Sousa (013.324.708-23); Seigo Kajimura (707.418.408-04); Sônia Maria Baldini (937.846.608-78); Stela Maris Grespan Carvalhães (841.732.548-49); Sueli Pereira Soares (262.000.587-68); Susana de Souza Godinho (952.776.508-06); Suzana Pacheco Simão (350.729.386-20); Tuyosi Hashimoto (332.589.538-72); Ubirajara Cossa Salvadori (538.829.388-20); Valdir Toloi Sentome (230.567.207-10); Valter Cukier (395.653.008-04); Wilson Brasil Cifolillo (529.442.638-20); Yara Lúcia Guilherme (045.472.658-95)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7050/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.765/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Augusto Martins de Oliveira (394.676.867-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7051/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.127/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Garcez (035.477.363-15); Luís França Smith Pereira (035.003.653-53); Maria Denise Carvalho de Farias (000.060.092-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7052/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.137/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Juvêncio Coutinho de Andrade (005.911.304-91); Jisuino Umbelino Barros (040.479.314-20); Maria do Céu de Medeiros Morais (005.950.714-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7053/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.162/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco de Assis Gayoso Castelo Branco (011.333.813-91); Marlene Damasceno Rocha (007.472.463-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7054/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.192/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Nelson Pontes Riet Correa (091.538.290-34); Raimundo Benedito Pereira (019.591.152-00); Shirley Toshie Nakano (678.360.388-15)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7055/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.213/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arminda Caetano de Almeida e Leite (089.062.461-53); Cary Rocha (004.466.881-34); Elci Pereira Dias (198.083.131-91); Elizeu de Lima (003.498.791-68); Francisco Leonel Sobrinho (062.931.581-72); Hélia Lima de Mello (101.520.161-04); João Machado de Souza (219.033.287-72); Levita de Menezes Soares Fioravanti (166.615.591-87); Lincoln Naves Rodrigues (026.494.461-53); Lúcia Rocha Faleiro (007.886.602-25); Manoel da Silva Garrote (090.427.091-20); Maria Aparecida Moura dos Santos (062.809.781-68); Maria Aparecida Vieira (049.307.461-91); Maria Lúcia Duarte Batista (131.223.801-10); Maura Lourdes Camargo (121.927.321-04); Odazilaer Batista Lima (133.849.101-68); Silene Rossi Oliveira (026.319.541-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7056/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.218/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elisionete Silva Lins Cajazeira (252.963.539-00); Laufran Macedo Xavier Villanueva (000.761.809-30); Leandro Lobão Luz (133.169.589-91); Maria Marchi Giacomelli (006.812.619-00); Mário Kondo (006.820.478-72); Paulo Camilo Cripa (019.768.939-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7057/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.227/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aristóteles Macedo de Carvalho (116.669.355-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SE
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7058/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.246/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Lourenço de Melo (110.937.494-15); Gerson Oliveira Lins (113.040.814-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7059/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.618/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Afôncio Pereira Nunes (080.689.411-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7060/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.638/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria da Glória Nunes de Carvalho (112.989.871-72)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União - TCU
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7061/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-027.645/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edina Melo Souza de Almeida (031.392.632-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7062/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.650/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bartira Ventura Barnabé (078.359.226-49); Cacildo Afonso Nunes (037.057.656-04); David Lopes Abelha Junior (079.838.086-15); Geralda Madeira Gomes (327.289.306-78); Lúcio Eustáquio Vieira (199.091.796-87); Luz de Fátima Viana (359.105.696-00); Marcelo Lopes Costa (186.276.096-91); Maria Edwiges Rocha (764.680.466-53); Maria Elisabete Chemim de Melo (006.814.586-15); Maria Helena Silva Fiaux Berling (200.239.796-15); Marilac Rodrigues de Andrade Santos (870.875.616-34); Marina Lopes de Paula (923.657.366-53); Valmir de Freitas Lima (178.830.406-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7063/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.653/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca das Chagas Bezerra (067.430.484-53); João Batista de Medeiros Filho (063.106.804-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7064/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e em determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) o destaque do ato em benefício do Sr. Marcelo Rodriguesa de Oliveira, bem como a realização de diligência à Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro, nos termos constante do item 1.6. abaixo:

1. Processo TC-018.070/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Liliane Fernandes da Costa (090.976.347-09); Lindemberg Gonçalves de Souza (078.320.257-19); Lindenberg de Souza Gonçalves (071.082.887-02); Lorena de Jesus Dalmão Sivolella (117.507.217-67); Luana Romero Pinheiro Alves (090.588.987-84); Lucas Gabriel Pereira (094.981.647-70); Lucas Gabriel de Albuquerque Fernandes Ferreira (123.205.517-43); Lucca de Castro Pires (131.057.427-86); Lúcia Angélica Ramos Vieira (032.467.267-52); Luciana Amaral Soares (021.690.067-02); Luciana Ferreira Dantas (020.857.867-66); Luciana Martins Castro (013.306.937-01); Luciana Oliveira de Barros (051.941.677-50); Luciana da Silva Carlos (053.444.047-94); Luciano Alves Profeta (021.550.547-69); Luciano Araújo Passos (052.499.577-06); Luciano Araújo da Silva (079.261.527-14); Luciano Fagundes (101.251.457-99); Luciano Leal (074.594.197-45); Luciano Maia (022.055.757-83); Luciano Silva Pessalha (022.351.687-28); Luciano Souza Cavalinho (089.102.397-60); Luciano de Andrade (094.413.077-18); Luciano de Oliveira (052.712.047-23); Lucienne Pinto Dias (632.995.007-59); Lucilene Leite Pereira (992.127.657-34); Lucilene de Pinho Guimarães de Sousa (074.792.647-63); Lucimar da Cruz Nunes (082.472.527-16); Lucirlei Chaves Ferreira (051.620.527-79); Luís Alberto Thomaz Borges (635.154.747-49); Luís Antônio Gomes Gonçalves (086.720.947-00); Luís Carlos Silva dos Remédios (991.129.307-68); Luís Eduardo Barcellos Silva (713.914.877-53); Luís Germano Pereira Lima (824.860.697-04); Luís Henrique Ramos Alves (053.416.887-67); Luís Heron de Abreu da Silva (099.916.287-03); Luís Pierry Ferreira Souza (127.221.837-65); Luiz Antônio Barbosa de Almeida (090.829.657-63); Luiz Carlos Oliveira da Costa (043.906.537-25); Luiz Carlos de Paiva Martins (100.117.207-86); Luiz Cláudio Ribeiro de Oliveira (808.703.847-91); Luiz Cláudio Santos de Campos (052.874.737-10); Luiz Eduardo Neves da Silva (053.521.047-70); Luiz Fernando Berto de Mello (767.168.997-15); Luiz Gerardo Neves (024.783.957-46); Luiz Gustavo da Rocha Lopes (033.804.557-09); Luiz Henrique Antunes Barbosa (052.221.347-25); Luiz Henrique Teles dos Santos (013.757.067-80); Luiz Henrique da Costa Ramos (079.263.867-07); Luiz Irênio Oliveira Muniz (103.719.817-43); Luiz Márcio de Araújo Raivel (072.307.427-57); Luíza Cerqueira dos Santos (099.432.597-52); Macles Carlos de Castro (072.308.707-55); Magdiel Rosa da Silva (071.591.347-61); Mailton Júlio Ferreira (095.197.327-48); Manoel Gomes do Nascimento (051.577.937-74); Manoel Messias Marques Júnior (822.180.053-87); Manoel Rodrigues Fernandes (008.932.827-23); Mara Jane da Silva Marques (070.764.537-97); Marcela Ferreira de Castro (024.805.287-07); Marcelane Silva Neto (085.100.487-38); Marcello Falcão Barbosa (088.266.827-71); Marcellus Renato Guimarães Oliveira (041.489.357-30); Marcelo Alves Teixeira (072.427.067-18); Marcelo Augusto Carvalho da Fonseca (016.434.227-31); Marcelo Augusto da Silva (056.218.547-05); Marcelo Azevedo de Oliveira (003.635.917-37); Marcelo Cenildo Losada da Silva (024.808.277-98); Marcelo Garcez de Oliveira (095.355.917-38); Marcelo Jorge Amaral Vieira (037.711.237-20); Marcelo Leite Martins (013.638.297-50); Marcelo Maia Leite (005.046.817-02); Marcelo Marins (015.811.517-13); Marcelo Negreiros Silva (057.294.417-97); Marcelo Pinheiro da Rocha (056.244.697-48); Marcelo Sabino Brito (090.985.497-13); Marcelo Soares Dottori (782.899.987-91); Marcelo Teixeira Campos (101.858.497-84); Marcelo Vicente da Silva (035.428.467-32); Marcelo da Paz Pinto (041.510.497-11); Marcelo de Almeida Mendonça (053.183.137-01); Marcelo de Souza Miranda (001.220.807-85); Marcelo dos Santos Gonçalves (068.437.537-01); Márcia Nogueira de Sousa (642.180.745-34); Márcia Regina Pereira da Silva Custódio (001.378.027-14); Márcia da Silva Pina (014.482.887-11); Márcia de Paula Lima Brandão (903.226.907-06); Marcílio David Ribeiro (085.635.957-25); Márcio Aurélio Pereira da Silva (093.240.257-75); Márcio Batista da Silva (053.803.147-67); Márcio Cascardo Pires (086.469.207-20); Márcio da Silva Celestino (035.311.857-56); Márcio da Silva Ferreira (070.324.767-08); Márcio dos Santos Silva (037.210.807-50); Marcílio de Oliveira Silva (054.197.727-01); Márcia Barroso Cobas Costas (823.897.807-68); Márcia Cristina Santos Santana (084.056.157-17); Márcia Pereira Pinto (932.256.607-87); Márcio Cavalcante da Silva (079.411.257-90)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Que, no prazo regulamentar, sejam rerratificadas as informações necessárias ao correto exame do ato em destaque, em particular os campos "Dados do Servidor" do Formulário de Admissão do sistema SISAC, número de controle 10805907-01-2008-000850-4, para fins de apreciação por este Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 7065/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.437/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Débora Zenker Chamun (665.668.430-00)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - SEDE - MC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7066/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.453/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ailton Ferreira da Silva (558.083.872-72); Aldo Araújo Marinho (775.577.432-53); André Oliveira Lima (857.649.141-91); Antônio Carlos Conceição Pereira (926.817.602-59); Antônio Donizeth Nogueira Araújo (793.668.992-34); Arlete Alves Martins (490.153.892-68); Arthur Martins Moura Lacerda (992.250.002-78); Benedito Oliveira Costa (158.993.142-49); Calebe Brito Pereira (973.259.452-72); Charles Evandro Souza (406.235.993-68); Cledenilson da Costa Garcia (734.721.582-04); Cleófas Menescal dos Santos Ribeiro (455.477.182-20); Dailson Pantoja da Costa (748.627.582-15); Daniele Alves Silva (947.504.242-34); Danielly Araújo Merecias (842.350.122-15); Danilo Guerreiro de Seixas (978.306.072-49); Dione Costa Araújo (694.106.902-34); Dulcilea Paes Maues (717.558.882-87); Ednei Costa e Silva (001.152.613-03); Eládio Gouveia de Paula Júnior (671.055.052-49); Élcio Raimundo Baía Nery (329.751.982-72); Elck Carneiro Barreto (932.661.972-91); Eudimar Silva Souza (969.553.682-49); Euly Cristina Lira de Souza (521.440.892-72); Evandro José Figueiredo de Souza (311.728.062-68); Eveline Kátia Silva Carneiro (743.218.112-87); Ézio dos Santos Ferreira (569.528.562-34); Fábio José Ribeiro dos Santos (567.851.272-20); Francinaldo Souza do Vale (668.209.442-68); Francisco Almeida Paixão (923.315.132-87); Francisco Hélio Braga Júnior (021.770.173-60); Francisco Marques Ferreira Júnior (724.031.362-04); Francisco Silva Souza (840.591.842-68); Francisco Wagner Araújo Barros (671.755.702-87); Germano Pinto Freire (605.291.642-72); Gilberto Gomes Cardoso (425.346.402-59); Gilson Ferreira Gonçalves (668.728.392-87); Ivens Lima Cunha (657.074.512-34); Jeferson Carvalho Freire (913.512.003-72); Jefferson Sandro da Costa Alves (367.601.372-72); Jefferson da Silva Aguiar (934.204.632-00); Jerivaldo Costa Oliveira (786.879.002-44); Jocileide Silva de Jesus (792.981.842-04); Jocival da Veiga Baião (632.208.222-15); Joelson de Lima Souza (656.235.502-82); Johnny Luiz Silva Vieira (000.926.972-08); Joilton Silva de Souza (357.567.302-06); José Ferreira Pargas Júnior (294.693.252-49); José Francisco da Cruz Silva (398.613.092-68); José de Jesus Souza Borges (392.786.892-20); Josenilson Ferreira Costa (399.096.382-15); Karla Dayana Nascimento Santos (674.774.292-34); Kleiton Gemaque Miranda da Silva (484.912.252-34); Leirton Nascimento Castro (515.774.372-68); Leon Mota Pardinho (949.957.452-20); Lindomar Dias de Oliveira (467.349.702-30); Lionaldo Bezerra da Silva (926.301.112-53); Luciano Teixeira Lira (667.307.672-00); Luiz Afonso Araújo dos Santos (463.339.912-87); Marcelo de Souza Cunha (744.354.182-15); Márcia Helena Botelho Costa (370.642.072-49); Marcos Emerson de Castro Amaral (429.762.352-87); Marcos Humberto Pelisser (009.054.519-29); Marcos Nunes de Jesus (789.279.782-34); Marcus Roberto Saldanha Batista (397.397.592-20); Marta Braga dos Santos (576.155.512-34); Maurício Assunção Oliveira dos Santos (764.859.512-53); Maurílio Anderson Goveia Silva (937.196.553-34); Max Anderson Margalho dos Santos (608.967.012-04); Menasses Ferreira da Costa (913.210.502-91); Noberta da Rocha Silva (651.864.604-78); Odair Lemes de Souza (245.566.452-04); Pauline Monte Duarte (753.989.232-34); Paulo Alan Magno Pantoja (615.629.202-00); Paulo Roberto da Silva Paraense Júnior (699.205.242-04); Pedro Paulo Bandeira Gonçalves Júnior (664.839.482-04); Rafael Carneiro da Silva (888.515.322-49); Rafael Cruz Silva (904.066.212-68); Railda Ferreira Costa (712.977.402-97); Raimunda de Souza Silva (687.473.572-15); Raimundo Barbosa de Carvalho Neto (247.916.442-04); Reginaldo Souza Pimentel (658.243.772-00); Rita Alves Costa (791.719.402-78); Rodrigo Oliveira Bezerra (664.875.872-49); Ronivaldo Ferreira Gomes (330.690.182-20); Rosemiro Miranda Teixeira (629.592.552-91); Sandra Regina Barbosa da Silva (449.570.252-15); Sebastião Costa Silva (577.392.502-87); Sheisson Pereira da Silva (801.497.582-00); Tereza Hiromi Yasunaga (579.295.992-72); Vânia Luz Souza Pinto (409.883.172-49); Vilma de Jesus Cardoso (352.303.202-49); Vítor Siqueira de Souza (018.992.273-77); Wagner José Gonçalves (035.494.676-56); Wakisuel de Oliveira Pereira (791.081.992-72); Weden Luís Silva Cardoso (657.661.052-15); Wilson Lima Silva (650.467.902-97); Ygor Almeida Netto (667.275.962-04); Zaqueu da Luz Santos (810.717.792-49)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7067/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.480/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Glauco Farias Bezerril Rodrigues (024.155.164-14)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Rondônia - DR/RO
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7068/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.848/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valdevino Vidal de Oliveira (144.651.831-00); Valério Bonnet (505.637.009-63); Victor Souza Lopes de Oliveira (690.767.661-34); Vítor Fonseca Soares (016.653.101-46); Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos (001.891.531-05); William Stanley Alves da Silva (908.538.226-20); Wladimir Plaza Senise (109.482.078-41)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - Sede - MC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7069/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.866/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo do Carmo Neves da Silva (305.680.828-69)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7070/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.035/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adaiana Oliveira da Rosa (020.993.400-05); Adenilson dos Santos (571.214.000-49); Adriana Osório da Silva (537.556.690-72); Adriano Costa Beber Lima (010.715.460-90); Alessandro da Silva (723.119.160-68); Alexandre de Cesaro (008.801.070-81); André de Brito Nascimento (813.961.120-49); André dos Santos (705.253.820-20); Bruno Borges da Silva (021.375.450-98); Eliezer Gonçalves (968.843.040-49); Fábio Dreon (914.987.080-72); Fábio Fernandes da Silva (003.897.160-73); Jeferson Muller de Freitas (010.114.090-89); Jeferson de Mello Fagundes (016.334.680-11); João Maurício Naegele (903.706.430-20); Jussana Maria Briskiewicz Machado (727.710.970-87); Leandro Tocolini (920.650.400-25); Luciane Alberti (925.626.710-15); Matias Alfredo Rockenbach Neto (791.930.480-68); Maurício Maffei (018.777.230-45); Otávio Lopes (834.219.710-72); Paulo Orlando Saccomori Bolner (976.108.790-53); Sione Paim Tabaczinski (640.968.150-04); Vanderlei de Oliveira Leidens (653.979.160-72)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7071/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.048/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Nogueira de Souza (987.316.961-04); Aline Guimarães Nascimento (066.973.426-84); Ariane Brito de Araújo (779.274.193-15); Fernanda Castello Branco dos Santos (778.559.141-53); Luiz Augusto Teixeira Guimarães Barros (059.655.576-80); Maria Alice Kehrle Soares (009.006.081-45); Priscilla Marmentini (006.706.371-30)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7072/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.087/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vanessa Thomaz Franco (012.733.916-75); Vanilce da Silva Brigagão (646.123.841-72); Victor Hugo Martins dos Santos (010.247.161-47); Victor Paiva Macedo Lahud (026.386.211-96); Vinícius Andrade Silva (704.383.151-20); Warley Dias Nicodemus (097.852.637-62); Willy André de Oliveira dos Santos (100.077.627-12); Zaira Fernandes Souza (003.064.705-35)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7073/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.104/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rejane Ferraz de Almeida Barreto (647.089.774-68); Renata Pichek (059.339.509-39); Renato Rossi Criste (039.813.189-94); Robert Wagner Conceição Simões (025.655.765-95); Samuel Fabrone Gonçalves (102.633.127-71); Silvana Paes Bernardo (088.768.238-32); Susana Prat Eslava Zumpano (698.931.368-49); Valdemar de Oliveira Pereira Júnior (957.455.051-68); Vanessa Reis Seixas Resende de Oliveira (005.627.125-50); Vera Regina Resnauer Taques da Silva Dias (697.333.849-68); Vilidiana Moraes Moura (717.980.641-20); Wanderley Andrade Costa (883.774.901-53); Willians Antônio do Nascimento Epifânio (049.165.594-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7074/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.147/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Annie Nayara da Silva Cavalcante (522.449.112-68); Jacklinne Matta Correa (528.113.792-15); Marclei Ramos Alfaia (681.955.162-20); Nilfran Atácio Lourenço (700.918.891-20); Renan Netto de Matos Vieira (988.227.302-59); Rutilene Correa Gaia (432.415.572-00); Samara Camboim Moura (638.299.403-00); Sara Queiroz Pastana (723.165.602-10); Shirley Walessa Pires Dias (526.985.642-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7075/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.168/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alaine Santana de Carvalho (011.558.261-40); Alessandra Cerqueira Pereira (044.826.576-11); Aline Luiz Martins (997.909.631-49); Aloísio Ezequiel dos Santos (375.632.895-34); Ana Lúcia Faborges Salles (203.314.058-06); Andiara Alves de Sousa (552.121.071-72); André de Barros Balsalobre (866.688.701-04); Andrea Xavier da Silva (723.929.321-15); Andréia Araújo Portella (003.699.430-82); Argélia Diniz Schramm (937.141.576-20); Bruna Pacheco Gonçalves de Medeiros (026.438.861-51); Bruno Silva Cardoso (003.673.393-82); Bruno de Pinho Garcia (348.663.628-63); Carla Dourado Silvério da Silva (010.623.151-03); Carolina Souto Ribeiro (009.314.799-67); Caroline Bezerra Sousa (025.444.413-05); Cristina Letiele Borges Figueiredo Otsuka (067.467.956-32); Cristina Vidigal Cabral de Miranda (045.185.176-52); Daniel Prado Machado (722.938.531-87); Daniella Silva Cardoso (720.845.961-49); Danielle Sousa de Oliveira (049.330.094-57); David Doudement Campos Joaquim Pereira (057.984.217-75); Denilson Livino de Medeiros (013.471.691-48); Douglas Rafael de Castro Aguiar (015.796.481-77); Edson Ferreira Venâncio Coelho da Silva (018.237.591-90); Elisa Roriz Mendes Domenici de Morais (693.694.531-72); Emílio Costa de Oliveira (031.991.726-60); Eric Enrique Correa Rodrigues (034.277.981-86); Ézio João Rodrigues Júnior (933.173.369-00); Fátima de Araújo Soares (096.308.237-05); Felipe Arcos de Souza (217.793.498-23); Felipe Orsetti Prado (019.610.441-61); Felipe Passadori Viveiros (303.118.678-80); Fernanda Lellis Fernandes (058.558.926-70); Fernando Duarte Linhares (067.774.566-43); Fernando Guilherme Vial da Custódia (127.367.397-28); Flávio de Carvalho e Silva (658.106.191-34); Francisca Letícia Barbosa Duarte (645.088.383-91); Gabriela Diniz Ferreira (020.258.031-84); Gleyds Pereira Silva Galvão (656.095.143-04); Heitor dos Santos Costa Pereira (005.664.771-90); Ícaro Muniz Farias (015.043.171-65); Igor Filipe Eugênio (324.734.048-36); Igor de Freitas Vasconcelos (023.217.011-88); Isabela Machado Mendes de Oliveira (014.211.721-86); Isabela Valente Lemos (014.733.615-59); Jandira Barbeitos Ribeiro (658.426.851-91); Jason Campelo Bastos (068.832.327-88); João Eduardo Matos Sena (013.792.941-26); João Paulo Rodrigues da Silva (001.151.871-54); Jonata Panza Sobrinho de Oliveira (058.516.546-78); Jonatas Ricardo Fernandes (935.762.261-68); Juliana Carneiro Munhoz Coimbra (021.359.051-43); Juliana Gonçalves de Oliveira (006.422.981-57); Juliana Santos Sales (714.587.861-53); Karina Maciel Trindade (722.814.721-91); Kelen Azevedo Cornélio (023.344.715-69); Larissa Gomes Dias (003.775.341-02); Leandro Linhares Sales (031.915.701-60); Leandro da Silva Cardoso (018.915.511-67); Leonardo Mota de Lima (729.468.571-15); Lidiane Assis da Silva (113.158.367-18); Lígia Greici Veiga Rodrigues (921.399.221-15); Lorena Nelza Ferreira Silva (014.724.061-17); Lorena Sales Rocha (026.907.093-17); Lorena Vieira da Silva Santos (954.035.581-87); Luanna Martins Lopes (002.599.531-64); Luciana Nóbrega Braz (768.849.961-53); Luís Eduardo Santiago Campos (868.427.651-53); Luiz Antônio Ribeiro (062.901.859-69); Maira Sant Anna Sabino de Oliveira (832.540.561-91); Márcio Marques da Silva (013.225.894-37); Marcos Lopes Ferreira (011.221.741-95); Marcus Vinícius Carvalho Farias (326.289.468-07); Maurício Marçal (008.861.381-08); Natália Fernandes Matano (027.849.231-26); Patrícia Cristina Moreira Veloso (807.148.201-30); Patrícia Duarte dos Santos (010.814.571-98); Patrícia Nogueira Mendes de Oliveira (891.755.061-49); Paula de Sousa Lima (032.577.141-30); Pedro Henrique de Paiva Moreira da Silva (004.339.941-00); Pedro Luís Barreto Vianna Rocha (011.370.511-59); Péricles Teodoro Marques da Silva (933.731.471-15); Poliana Alves de Araújo Moura (004.893.511-58); Raimundo Nonato Aguiar Pontes (393.232.691-15); Rauf Oliveira Souza (997.992.601-59); Raul Horie Arakaki (038.276.579-62); Regina Francisca Pereira (697.940.811-91); Ricardo Tadeu de Albuquerque Peixoto (806.028.941-15); Roberson Coelho de Abrantes (881.130.351-68); Roberta Rodrigues Carneiro Campelo (007.514.364-02); Roberta Victorino Soares (068.983.217-65); Roberto Augusto Pereira Antunes da Silva (012.275.026-80); Rogério Rogado da Silva (011.463.851-96); Rubem Ubiratan Bezerra Costa (004.743.621-24); Sílvia Lenita Moeller (896.456.420-00); Simone Araújo do Carmo (023.288.641-55); Suelen Pereira Braga da Silva (026.105.531-37); Thaís Félix de Almeida Paes Landim (065.718.356-30); Thales Marçal Vieira Netto (261.655.008-38)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7076/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.169/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tiane Aimi Severo (802.665.090-53); Wellington de Morais Sousa (723.731.991-49); Wendy Batista de Araújo (031.439.061-89); William de Souza Correa (735.405.011-34); Yedda Maria Nunes (634.773.191-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7077/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.232/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renata Barreto da Fonseca (054.852.207-38); Renata Cordeiro Medeiros Pra (073.064.047-76); Renata Gonzalez Ferreira (991.393.247-53); Renata Lisboa Oliveira (045.473.867-65); Renata Lowndes Correa Francalacci (078.334.727-86); Renata Oliveira de Souza (071.108.037-24); Renata Santoro (034.000.437-10); Rinaldo Prates Periard (924.873.197-04); Rita de Cássia Albuquerque de Lima (648.851.007-04); Rodrigo dos Santos Rabello (079.996.507-30); Ronaldo Marques Gomes (195.028.347-04); Rosemeri Muzi da Silva Vieira (801.107.707-49); Sandra Cavalieri Lopes Visona (817.087.936-15); Sebastião Marcos da Mata Pereira (011.015.147-01); Sidney de Oliveira Gonçalves (074.944.497-52); Silvana Alvim Pereira de Mello (015.844.797-28); Silvana da Silva Moreira (077.059.327-50); Sílvio André Figueiredo Beneton (057.790.026-90); Sílvio Renato Dias Pantoja (103.123.047-57); Simone Rosa Cabral (095.642.237-33); Sirdelene Santos da Silva (076.177.317-79); Solange Gorsani Montovanelli (890.760.877-68); Sônia Regina Santos Wolff (868.991.987-20); Soraia Cardoso Monteiro (013.881.637-99); Soraya Cavalcante Simonini de Souza (108.287.957-62); Suely Ribeiro Coelho (013.787.777-35); Tâmara Barbosa Fejolo de Oliveira (110.211.897-40); Tatiana da Silva Gayo (074.098.847-62); Tatiane Souza do Amaral Canellas (057.149.347-50); Thaísa Lacerda Barbosa (108.216.267-10); Thiago Fully das Chagas Silva (105.850.427-48); Tiago Felipe Lagoas dos Santos (116.147.367-07); Tiago Meirelles Lourenço (051.727.716-62); Tiago da Fonseca Lobo (057.654.767-08); Valéria Enézia Maciel

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(975.960.947-91); Valéria Ferreira da Silva (041.419.217-69); Vanessa Carvalho dos Santos Nascimento (102.369.127-20); Vanessa Cordeiro Félix (092.830.467-14); Vanessa Pitanga Torres (085.783.887-39); Vanessa Silva Pessoa (077.375.037-14); Vanessa de Souza Campos (093.501.707-01); Verônica Wermelinger Costa (091.442.317-76); Victor Hugo Klimacheuski Gomes (101.254.307-28); Victor Rosemberg Reis Mota (117.132.127-90); Virna Jansen da Silva Pereira (048.283.007-75); Vítor Hugo Andrade de Souza (114.023.357-25); Viviane Fernandes de Meneses (070.826.557-03); Viviane Grandinetti Lima (078.425.197-57); Viviane Nogueira de Oliveira Garcia (047.695.057-01); Viviane de Freitas Ramos (021.074.167-88); Wagner Araújo Silva (881.508.603-04); Waldir da Rocha Longobucco (004.782.997-45); Walter Ferreira Martins Filho (042.005.767-67); Wander Maurice Paim Gonçalves (020.580.967-70); Wiliam de Sousa Pereira (054.140.867-45); Willy Pinheiro Pereira (092.440.197-44); Wilson Lima Camelo (090.641.467-99)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7078/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.336/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adalício Bispo Gomes (392.623.085-15); Adaylton Pais Jesus (986.440.255-20); Agaipio Cardoso Dourado (648.341.075-15); Agnaldo Xavier Bomfim Júnior (039.353.385-97); Aguimar de Oliveira Santos (548.569.145-53); Ailton Lima dos Santos (013.496.665-13); Albert da Silva Lopes (008.273.655-35); Alex Bahia Sanches (499.513.355-00); André Bispo dos Santos Filho (925.414.885-72); Antônio Charles Luz de Sousa (020.500.085-11); Antônio Jorge Carvalho Barreto (565.671.035-15); Bruno Bomfim Barbosa dos Santos (031.591.605-21); Carlos Alberto Pires Teixeira Júnior (898.796.785-91); Celso Santos dos Anjos (777.950.915-04); Cláudio Severino da Silva (635.158.815-49); Daniel Santana Mendes Ferreira (016.971.435-71); Dhenes Gomes Cedro (014.043.615-45); Edilson Araújo de Oliveira (002.397.925-99); Edson Alves do Nascimento (013.554.685-07); Edson Lisboa de Jesus (545.177.705-59); Edvaldo Miranda Esquivel (780.292.795-15); Elisson Jorge Sousa Santos (824.658.785-49); Emanoel Soares Sales (351.060.185-87); Enderson Alex Santana Modesto (014.856.715-07); Erivaldo Porto de Souza (571.148.705-15); Evertton Leite Silva (024.614.305-35); Evilásio Neriz Gonçalves (834.798.805-68); Flávio Santos de Azevedo (859.219.555-15); Franklin de Souza Dias (033.322.934-78); Geovane da Silva Guedes (028.354.185-71); Gildetina Leão Pereira (917.578.785-72); Gildo dos Santos Souza (924.058.605-97); Gilvan Silva Marques (021.840.845-57); Glécio Lima da Cruz (670.706.045-72); Gutembergue Lázaro Cerqueira Bispo (811.238.255-72); Isaura Neire Rocha Silva (032.760.115-90); Jedaias Sá Teles dos Anjos (011.149.115-00); Joanice Conceição Galvão (002.752.295-48); João Lopes da Cunha Santos (941.844.965-04); João Pedro de Jesus Silva (043.212.145-56); João Victor Avelino Passos (828.712.485-91); Joelson Santos de Jesus (016.332.595-28); Jonas da Silva (459.647.855-49); Jonathan Ramses de Souza Santos (016.531.345-50); Joony Fredson Ramos (606.033.725-20); José Ed Carlos Miranda de Araújo (791.390.945-53); José Erlândio Pereira da Silva (071.197.214-10); José Roberto Nunes da Silva (036.707.705-18); José Roberto Souza Ramos (924.563.405-15); Josemar da Conceição Reis (024.079.045-67); Josimar Carvalho Teixeira (027.324.965-70); Judicael da Silva Botelho Júnior (686.299.405-06); Lázaro Conceição Braga (795.192.965-49); Leandro Amorim Soares (012.094.485-56); Lindomar Alves Ferreira (038.472.795-64); Luelson Pereira de Andrade (016.793.605-07); Luiz Pereira de Almeida Júnior (002.731.145-73); Marcelo Miranda Bispo do Nascimento (507.415.945-87); Marcelo Queiroz Santana (006.246.265-20); Márcio Andresson Pereira Damião dos Santos (932.901.015-68); Márcio Jorge Santos de Jesus (938.545.015-87); Maristela Rodrigues da Cruz Barreto (018.322.675-55); Mateus Vitorino da Silva Fagundes (049.501.805-84); Mauricio Bispo Suzart (032.363.205-08); Miguel Borges Reis (581.897.935-00); Natalino Sousa Figueiredo (499.798.685-20); Nivaldo de Jesus Santos (572.570.275-87); Nivan Martins Nunes (582.492.735-91); Paulino Cerqueira Barreto (777.478.955-34); Pedro Augusto de Oliveira Santos (395.420.335-91); Pedro Santos Maltez de Sousa (008.624.005-62); Raimundo Cezar Alves Veloso (347.649.765-87); Reginaldo Santos de Brito Júnior (013.889.945-26); Reinaldo Pereira da Silva Filho (023.712.635-40); Ricardo de Siqueira Maciel (053.492.084-54); Ricardo dos Santos Ribeiro (953.241.275-15); Roberto Marques de Macedo (540.519.913-34); Roberval Alves Pacheco (981.595.855-00); Robson dos Santos (976.562.835-87); Rogério Lopes Oliveira (824.792.165-00); Rogério Ricardo da Silva (017.011.615-83); Ronaldo Adriano da Cruz Firmino (923.575.555-72); Rondinele Vieira Rocha (005.774.445-90); Samuel Gomes da Cruz (811.447.095-04); Suzivalda dos Santos Pereira Pozzi (673.830.255-04); Tiago Franca Costa (034.077.065-10); Valdilson Pereira da Fonseca (188.050.785-49); Valdinei da Conceição Santos (966.208.975-68); Valmir Silva de Oliveira (398.236.445-00); William Teixeira de Freitas (619.493.375-53); Wilton Brito Adorno (028.828.385-65)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7079/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.396/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Elisa Mello Cardoso (763.504.100-25); Caroline Rech (989.016.990-87); Fernanda Barbosa Delgado (926.404.600-30); Geovana Rhoden Estorgato (010.631.150-60); Izamara Alves Vieira (910.398.350-15); Luciano Braga de Espíndula (911.775.700-25); Roberta Fabiana Abbad (563.777.380-72); Simone Stumpf (529.125.150-68); Vera Celina Cândido de Farias (508.934.160-53)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - MS

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7080/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.462/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexander Edwin Teixeira Dias (056.378.687-60); Aline da Silva Machado (091.230.877-06); Ana Maria Alvarenga da Silva (389.627.997-15); Ana Paula Carvalho da Fonseca (053.232.777-26); Antônio Carlos Goularte Mota (713.586.177-91); Antônio Ricardo Ribeiro de Araújo (024.129.487-80); Bárbara Costa Rodrigues (086.900.297-02); Bárbara Gonzaga Pinto (110.605.887-90); Bianca Rodrigues de Souza (111.157.887-79); Carlos Frederico Ferreira Campos (002.554.586-81); Cátia Cristina Lopes Rodrigues (002.054.767-67); Christiane de Albernaz Gonçalves (033.080.947-46); Christine Marques de Oliveira (026.444.997-55); Cileyda Curty Batista (088.726.217-12); Cláudia Silva Alves (078.993.927-48); Cristiane Silva Sales (104.660.637-92); Denise Pinheiro de Araújo (080.874.967-60); Denise Segenreich (082.567.047-05); Diana Almeida de Lima (091.403.667-07); Diogo Queiroz Diniz (090.668.167-75); Eduardo Gomes Alexandrino (115.882.277-40); Elisabete Leal Baptista (052.120.867-01); Eunice Gonçalves Pereira da Silva (070.092.937-16); Felipe Alves Mota Rebello de Mendonça (084.663.057-50); Fernanda de Oliveira Soares (095.415.417-71); Flávia Peres da Cruz (035.453.037-21); Gláucia de Barros Salerno (895.686.567-15); Hidequel Costa Litaiff (800.817.039-53); Ivanete Santiago Garcia (025.864.947-09); Ivonete Aparecida do Nascimento (273.013.378-09); Jacqueline de Paula Cardoso (108.553.897-45); Janaína Nunes Pinheiro (041.995.907-65); Janete Medeiros Dias da Costa (035.656.897-06); Juliana Martins da Rocha (104.190.027-90); Karina do Nascimento Chagas Gomes da Silva (088.233.027-65); Lenita de Castro Araújo (782.075.337-49); Letícia Krauss Provenzano (051.800.686-73); Liontina Moreira Lima (085.752.107-18); Lorena Rangel do Amaral (053.732.937-41); Luciana Pereira Carius (054.908.037-62); Luciana Pinto Tavares (072.487.197-73); Luísa Costa Sacconi (110.872.117-60); Marcelo de Franca Bezerra (073.260.947-05); Marcius Rodrigues Fiocchi (092.325.687-30); Maria Clara Mendes Paz (887.970.153-34); Maria Cristina Costa Matalobos (023.107.097-78); Maria da Paz Coelho da Silva (084.983.247-00); Marialva Campos (971.037.727-20); Nara Cristina Franca Pereira Elesbão (013.424.467-20); Nina Martins Bezerra de Menezes (094.974.707-62); Nivaldo Francisco da Silva Filho (074.304.097-09); Noemi Gonçalves Rodrigues (100.367.127-60); Patrícia Ilana Lopes da Silva (095.372.837-47); Patrícia de Castro Silva Bastos (095.619.907-09); Patrícia de Jesus Jansen Trindade (101.870.597-05); Paula Bruna Mattos Coelho Araújo (087.318.257-02); Paula Truci da Silva (109.372.467-60); Pedro Quintaneiro Caldeira Brant (042.934.277-24); Priscila Ana Braga da Silva (104.722.047-42); Rafael dos Santos (058.845.687-03); Rafaela Vasconcelos Barbosa da Silva (042.967.807-00); Raquel da Silva Vieira (110.045.307-57); Ricardo Ferreira de Vasconcelos Cavalcanti (738.817.087-15); Rosana do Céu Soares de Sousa (025.942.997-07); Roselaine dos Santos do Nascimento (092.654.887-51); Simone da Silva Pinto de Lima (052.487.567-74); Suelen Drumond Silva (099.804.437-74); Susana Moratelli Pinho (052.917.307-73); Temes Barcelos Terra Oliveira (749.382.747-87); Tereza Fernanda Alves de Souza (101.764.237-02); Thais Verônica dos Santos (052.955.017-28); Valéria de Souza Farias (080.994.407-30); Vanessa Aline de Oliveira Claudino (088.209.167-03); Vera Lúcia Fernandes (611.777.337-49); Viviane Regina da Silva Costa (083.243.977-01); Wagner Munemori Mariushi (824.009.709-04); Wiliam Ramos Teixeira (053.913.807-07); Wilson Okabayashi (068.611.857-01); Yolanda Schrank (012.241.937-50)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7081/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.539/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Natália de Andrade Mendes Ferreira (109.432.887-11)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7082/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.604/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luís Carlos Terra (013.951.877-03); Luiz Antônio Teixeira (002.559.157-64)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7083/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.609/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Eugênio da Silveira (074.117.087-63); Ana Luísa Chaves Lago (091.233.017-16); Bianca Aparecida Sant Anna (086.987.427-69); Bruna Dacier Lobato Martins (095.114.387-51); Bruno Vilanova (024.100.947-24); Carlos Eduardo Marques de Oliveira (112.163.007-39); Carolina Costa Santos (078.571.157-03)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7084/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.612/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Crislei Isabel Batista Dutra (689.163.701-59)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7085/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-022.613/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Gomes dos Reis (055.530.727-19); Elba Sophia Theodoro Santos de Oliveira (078.620.687-00); Fabrício Rodrigues Tassi (053.983.196-47); Grace Kelly Paranhos (025.896.827-35); Guilherme Brasil Duffles Amarante (091.990.067-40); Guilherme Duque Silva (054.383.867-65); Gustavo Pinheiro Andrade de Souza Filho (080.715.057-65); Ingrid Érica Pereira (074.232.067-76)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7086/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.620/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Valdeci Gomes Pereira (889.426.781-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7087/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.622/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Waleson Jonh Laureano da Silva (973.528.451-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7088/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.848/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Liliane Bruno (102.557.367-62); Lucas Maken da Silva Oliveira (115.235.697-60); Lúcia Maria Nunes Antunes (740.665.527-49); Luciano Assis Barbosa (013.512.687-83); Luciano de Oliveira Barros (088.502.027-84); Luís Eugênio Lourenço de Oliveira (091.484.177-77); Luiz Fernandes da Silva Júnior (120.719.847-14); Luiz Gustavo do Carmo Silva (046.382.447-42); Luiz Mauro Esperança (891.989.567-87); Luiz Ricardo da Silva Machado (115.053.437-04); Marcela Freixo Rangel (086.274.837-28); Marcelo Souza da Silva Antunes (073.854.697-60); Marcelo de Azevedo Botelho (053.358.377-21); Márcio Esteves Medeiros (079.267.307-77); Márcio Machado de Oliveira (022.051.677-40); Márcio Pereira dos Santos (072.775.167-02); Marco Antônio da Silva Furtado (905.901.477-49); Marcos José Santos da Silva Júnior (095.358.687-13); Marlos Câmara Rodrigues (095.059.887-96); Maurício Costa da Silva (099.140.107-76); Mauro Pereira Marques (021.772.877-40); Michelly de Souza Vicente (104.291.797-31); Mônica Castello Branco Pinheiro (636.771.307-78); Nathalia Panaro Sabino (124.642.437-10); Nelson Ferreira Roma Júnior (114.253.527-40); Nilson da Silva Júnior (106.017.267-40); Olga Elisabeth de Oliveira Marques (011.636.577-35); Patrick Valério de Souza Gomes (105.112.837-41); Paulo Roberto Vieira de Castro (058.849.127-65); Pedro Sílvio Coelho (116.383.507-28); Priscila da Silva e Souza (105.878.547-82); Rafael Luiz da Silva Silveira (107.655.257-98); Rafael Ribeiro Coelho da Silva (110.768.687-38); Rafael de Souza Stellet (110.288.697-11); Regina Gonçalves Moreira (055.448.726-86); Renan Lopes da Conceição (124.062.577-46); Renata Marques de Souza (091.303.407-05); Roberto Ferreira Ribeiro (104.956.897-42); Robson Guimarães da Paixão (094.255.837-57); Robson Luiz Silva de Souza (056.578.447-18); Rodrigo Barros Baptista (075.720.357-44); Rodrigo Silva Mirra (075.805.747-48); Rodrigo de Menezes Moura (093.560.757-94); Rosilene Florêncio Vieira (092.570.187-41); Rubens do Rego Barros Neto (082.939.927-51); Sabrina Cerutti (082.897.487-01); Samuel Souza Lima (055.470.497-86); Sandro de Carvalho Venceslau (070.442.027-99); Sílvio Cezar Lobo de Oliveira (088.248.907-09); Sílvio Cláudio Almeida dos Santos (569.691.477-20); Solange Bernardes de Amorim Oliveira (070.010.677-41); Stela Curty Lima Morim (023.458.517-08); Sumaia Santos de Castilho (122.665.437-17); Suzana Silva da Rocha (056.396.677-70); Taís de Sousa Monteiro (058.240.097-08); Tatiane Araújo de Oliveira (103.858.067-60); Teles Nunes da Rocha (089.436.447-28); Thiago Ferreira Celestino (110.090.137-00); Thiago Luiz Romualdo de Souza (103.036.137-18); Thiago Sinhor de Barros (118.882.017-62); Thiago de Castro Barreiros (111.281.267-96); Thiago dos Santos Ribeiro (057.714.767-65); Tiago Janderson de Oliveira (052.389.797-97); Ueliton Mendes Sant'anna (029.026.447-28); Valter Estevam da Silva Filho (081.645.597-09); Vanessa Rodrigues da Motta de Andrade (052.828.057-07); Vanessa Terezinha Viríssimo Gomes (083.169.077-12); Vinícius Ruy de Oliveira (058.467.807-09); Vithor Gomes da Silva (096.019.347-23); Vítor Dias Faria (078.814.777-33); Viviane Rosa de Oliveira da Silva (079.300.237-02); Wendel Machado Ferreira (130.093.237-60); Willian Gonçalves Pinto (088.630.127-09)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7089/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.764/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Érica Cristina Ribeiro (175.376.248-01); Fernando Palmeira Goulart (311.373.908-08); Hebe Ferreira Farias (158.522.548-78); Sandra Correa de Almeida (023.183.278-82)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior - DR/SPI
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7090/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.770/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Rios Rodrigues (011.376.601-71); Ianne Linhares Kranert Borges (080.210.837-78); Juliana Nascimento Teles (011.967.941-89); Luiz Rômulo Mendes (853.655.806-72); Patrícia Saad Soares (716.518.451-15); Rafael Amaral Cardoso (052.682.017-94)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7091/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.781/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glauber Jander da Silva (757.172.472-49); Tainá Santana Caldas (924.008.842-34)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Roraima - DR/RR
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7092/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.782/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Brunno Dornelas (957.779.381-91); Raimundo Nonato Lima Diniz (795.800.681-00)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Tocantins - DR/TO
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7093/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.792/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sabrina Raupp Souza (001.563.460-44)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7094/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.793/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tânia Beatriz Kall (628.593.900-49)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7095/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.902/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Karolina Almeida Dias (022.882.311-06); Ari Viadanna (983.180.988-20); Bruno Flávio Zanatta Bechara (081.130.806-51); Bruno Silva Fiorillo (002.055.551-28); Cristianne Silva Tavares (828.159.256-72); Edilon Esaú dos Reis (313.640.716-49); Edinéia Ferreira da Costa (200.271.171-20); Edison Paulo Mattjie Júnior (003.396.590-09); Fabiano Costa (526.894.171-20); Iram Rodrigues de Carvalho (275.514.311-87); Ivonete Bezerra de Souza (048.291.494-77); João Henrique de Lima (873.152.629-20); Kátia Riotinto de Lima Sales (858.722.531-68); Marcelo Muniz de Queiroz (996.035.783-04); Marcelo de Oliveira Paes (023.482.147-76); Mauro Abud Filho (316.678.641-49); Rafael Melo Rangel (000.012.381-16); Raphael da Silva Cavalcante (013.498.281-90)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - SEDE - MC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7096/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-024.930/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antônio Fausto Viana Junior (790.954.452-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AP
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7097/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.941/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Alberto da Costa Nunes (044.020.824-63); Charles Bronson Bezerra de Lucena (040.659.234-92); Claubério Nascimento da Silva (052.451.054-70); Dênis Vinícius Farias Palmeira (068.762.444-40); Edilson Matias dos Santos (787.884.714-20); Erionaldo Corrêia Cabral (009.992.274-67); Felipe Augusto dos Santos Athaíde (049.502.494-52); José Aldo Félix dos Santos (047.994.824-08); José Roberto Carnaúba de Araújo (700.104.634-53); Luciano Alves de Souza (024.032.304-13); Maria Fracilane Oliveira Caetano (065.774.264-30); Patrícia Silva de Morais (007.786.924-93); Ronnie Petterson da Silva Cavalcante (033.298.434-62); Thales Efigênio da Silva Carvalho (008.601.054-90); Wagner Roberto Palmeira da Silva (046.673.724-60); Willaminni Suzan Feijó dos Santos (029.322.854-08)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Alagoas - DR/AL
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7098/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.946/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano de Araújo Pinheiro (844.546.871-53); Carlito Soares Nascimento (523.494.891-91); Cleycione Carlos da Silva (753.464.436-49); Danilo Medrado Brandão (970.904.095-20); Edson da Silva Alves Sobrinho (872.891.481-34); Érico Veríssimo de Souza Santos (794.075.361-49); Fábio Pereira Ribeiro (611.671.421-87); Francisco Sinval de Oliveira (659.476.491-87); Gustavo Apoliano Mesquita (893.810.331-53); Jefferson Charles Canzi (727.577.791-68); Jesley Ferreira de Lima Batista (006.406.911-70); Jorge Carvalho da Silva (018.384.335-54); Kátia Morais e Silva (822.033.851-20); Rosiele Juvino de Oliveira (721.527.881-68); Rosylene Queiroz Mariano (830.970.741-04); Tatiana Marques Porto Pacheco Chaves (665.526.641-68); Thaís Neves de Menezes Costa (009.738.611-18); Wellington Moura Andrade (689.886.211-15)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7099/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.970/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudiomar Matias Rolim Filho (003.906.043-80); Denison Rocha Montoro (895.344.761-53); Eleonora Dutra Waldeck de Carvalho (002.313.361-95); Gabriel Russo Ferreira (897.471.350-00); Jaqueline Rodrigues Peixoto (734.453.201-87); Tatiana de Azevedo Bernardes (082.247.047-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7100/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.029/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno de Oliveira Aragão (954.756.131-68); José Ribeiro de Carvalho Filho (993.888.473-34); Paulo Henrique de Souza Cortonesi (996.877.121-04); Rafaela Beck (000.693.420-08); Rayanne Pereira de Sousa (012.391.671-21)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7101/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.158/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eric Henrique Gonçalves Caze (109.113.207-09); Fábio Batista dos Santos Silva (087.860.837-08)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7102/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.162/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Yugo Wagner Hasuo (057.671.817-30)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7103/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.034/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ronaldo José Lopes (036.135.297-26)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7104/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.333/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rogéria Rodrigues Rocha (698.457.190-15); Rosa Maria Nunes (409.911.990-49); Samanta Antônia do Couto (024.750.380-04); Sérgio Goulart Furtado (409.920.120-15); Sílvia Helena Ferrari Pavan (477.024.270-00); Sílvio Luís Barnet (365.886.280-72); Solange da Silva Araújo (900.632.790-53); Suelen Corina Escobar Maia (000.848.680-82); Thaís Araújo Silveira (825.835.520-15); Thaís Regina Teixeira dos Santos (824.587.820-00); Vanusa Silveira Oliveira (983.194.770-34); Victor Nascimento Fontanive (989.287.830-20)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7105/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.405/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patrícia Oliveira Pereira (976.773.611-53); Rogério de Aguiar Marshal (691.642.151-72)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7106/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.453/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Luís Gomes de Almeida (903.304.395-53); Marcelino de Santana Pereira (017.498.325-50)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7107/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.457/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luana Matos de Araujo (748.953.201-97); Lucas Alves de Barros Araújo (752.632.031-87); Luciana Alcântara de Sousa (034.145.261-07); Luzycarlos Rodrigues Faria (080.458.086-32); Márcia Christine Stephanie Muniz Lima (058.090.435-00); Marcos Divino Ferreira Junior (041.160.731-64); Marcos Vinícius Soares Araújo (700.340.621-73); Marcos Vinicius de Sousa Pereira (043.941.091-67); Marcus Vinícius Pereira Dias (047.280.591-62); Marcus Vinícius de Freitas Moura (048.233.191-76); Marcus Winícius Oliveira Costa (030.627.471-02); Marlla Lamis Peixoto (028.358.841-14); Marta Souza Ribeiro Vargas e Aragão (034.399.511-54); Matheus Araújo Caixeta (046.977.221-24); Maurício Batista Leite (040.550.771-22); Maurício da Silva Xavier (042.918.801-38); Natália Cibelle Tebas (037.033.861-85); Nathália Serenna Santos Franco (750.828.291-49); Naylline Cristielle Lago (032.454.271-23); Onofre Ricardo de Souza Neto (044.633.921-01); Patrícia de Aquino Zomioti (041.174.421-63); Pedro Henrique Hendges Rodrigues (035.495.791-01); Pedro Vitor Almeida Silva (037.389.101-66); Rafaela Pereira da Silva (004.722.171-27); Raiany Ribeiro de Souza (034.030.221-61); Ramises Jônata de Assis Melo (037.976.981-60); Raquel de Barros Costa (038.401.471-23); Renato Rabelo de Souza Filho (751.143.481-91); Rodrigo Costa Ribeiro (039.132.431-43); Rodrigo Moreira Vargas (015.143.281-35); Romeu Cinalli Gomes (038.405.001-84); Taynara Barbosa Rocha (042.370.711-62); Thâmara Francisco dos Santos (034.879.821-02); Thiago Higor Patrocínio Alves (035.418.631-02); Vanessa Kelly Alves Araújo (040.444.291-97); Victor Hugo Campos Ribeiro (042.221.111-71); Victor Rodrigues Medeiros (022.300.101-58); Vinícius Santana Silva (039.244.371-65); Virgine Borges de Castilho (016.646.351-57); Wadson Hayner dos Santos Lima (755.641.731-04); Wagner Luiz Fortes Machado (037.978.581-16); Yago Saraiva de Souza (048.793.741-48)

CÓPIA FISCALIZAÇÃO NÃO PROTEGIDO POR DIREITOS AUTORAIS

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás - DR/GO
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7108/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.509/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Afonso Henrique Salvador Martins (012.338.146-05); Alexandre Câmara Guedes (031.549.406-93); Argenita Ribeiro Guimarães (015.243.136-53); Artur Filipe Salvador Martins (012.338.136-33); Carla Patrícia Pereira (041.049.286-82); Carlos Alberto de Oliveira (254.348.616-04); Carlos Eduardo Melo de Oliveira (011.717.156-50); Carlos Henrique Pereira (045.901.246-02); Carmelita Moreira da Silva (250.723.586-15); César Souza Miranda (034.367.606-09); Cynira Mendonça Coelho (136.265.236-91); Gedalva Caetana Pereira (933.468.756-87); João Lemos da Silva (063.557.656-20); Leandro Câmara Guedes (012.009.486-02); Marcelo Ferreira de Castro (037.763.166-32); Maria Lúcia Araújo Pereira (092.157.436-34); Maria Otília Ramos Kascher (208.399.876-68); Maria Silva Ferreira de Castro (756.606.876-87); Maria do Carmo de Almeida (552.950.886-34); Maria do Rosário Pompéia da Silva (524.256.306-00); Marília Câmara Guedes (031.770.496-61); Marla Ferreira de Castro (014.372.016-36); Murilo Rodrigues Fernandes (052.730.096-93); Neusa Aparecida Cantão da Silva (892.562.206-87); Ricardo Diniz Barros (011.754.726-38); Roberta Diniz Barros (011.754.736-00); Rogério Lúcio Salvador (012.338.166-59); Ronaldo Barbosa Martins (298.745.646-87); Rozângela Maria Pedrosa Carvalho (001.789.106-00); Samuel Kascher de Oliveira (011.770.566-74); Sônia Maria Rodrigues Fernandes (669.505.206-97); Sônia Regina Diniz Barros (027.765.926-47); Viviane Araújo Pereira (024.293.436-65); Wilian dos Santos Silva (032.713.776-26); Wilk dos Santos Silva (012.096.156-30); Wismar Martins Ferreira de Paiva (044.336.706-00); Zelma Aparecida de Almeida Carozzi Miranda (000.108.536-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7109/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.910/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alayde Ferraz Cornélio (345.911.924-15); Maria Berte Bunte (022.147.667-90); Maria Cândida Borges (085.568.776-21); Maria Cecília Ferreira Salles (689.762.400-49); Maria de Lourdes Dantas (203.708.494-34); Marielle da Rosa Von Onçay (011.070.240-99); Ordália Coelho de Moura Santos (012.788.336-33); Ruth Campos Vieira (894.144.037-87); Safira Mirão Gonçalves (233.325.572-20); Sônia de Souza Carvalho (006.260.156-34); Zilmar Soares da Costa (180.279.032-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7110/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.914/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eny Guimarães Fonseca Pereira (207.982.293-49); Floripes Rodrigues de Araújo (569.746.986-15); Ires Stradtmann Ochôa (929.020.140-15); Ivanise Torres Batista (086.857.541-00); Maria Bonoto Marques (722.185.766-00); Maria Lídia Martins (018.193.989-43); Maria Socorro Chagas de Sá (208.588.253-68); Maria Viana Monteiro (465.389.683-68); Odete Beatriz Feitoza (206.821.077-00); Shirlei Correa Ferraz (585.860.240-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7111/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.915/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Arlinda Nunes de Sá (509.455.051-91); Djanira Maria Lara Monteiro da Silva (207.744.271-91); Higínia Silvino (030.814.796-06); Ilka Correia Alves (022.605.254-07); Judith Brugiolo Chinelate (562.736.656-72); Julieta Francisca Mauler Arantes (048.742.836-67); Lizete Ramos Ferreira (124.039.007-61); Maria de Lourdes Nascimento (429.513.567-49); Nilda Piedade da Silva (476.066.060-72); Terezinha de Jesus Ribeiro (147.719.696-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7112/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.139/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marinete Gomes de Brito Carvalho Branco (224.675.133-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7113/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.142/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anderson de Deus Silveira (819.822.590-00); Angelis Renato de Deus Silveira (819.822.160-34); Ederson de Deus Silveira (819.822.400-91); Gislaine de Deus Silveira (819.822.320-72); Lisiane de Deus Silveira (819.822.080-15); Maria Eleni Souto de Deus Peixoto Silveira (961.720.100-34); Tatiane de Deus Silveira (985.555.880-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7114/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.523/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Soter Assunção Neto (009.229.082-57)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7115/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.532/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Roberto Goessling (058.676.730-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MT
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7116/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.537/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jefferson Freire Cardoso (520.877.782-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7117/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.542/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Gilda Roberto de Freitas (972.064.318-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7118/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.570/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adelina Augusta da Silva (831.592.666-72); Adriana de Fátima Santos Rocha (050.867.296-10); Alan Alves de Souza (014.345.726-84); Alda Goulart de Oliveira (176.530.706-63); Ana Maria Celeste da Silva (528.327.916-20); Ângela Araújo de Mello (041.399.836-39); Camila Andrade Franca (012.467.866-13); Celso Henrique de Jesus Sena (014.669.986-60); Cirene Guimarães Santana (511.692.156-53); Dalila Andrade Franca (012.467.846-70); Elisa Dias dos Reis (011.576.316-30); Elzita dos Santos Faria (006.703.996-04); Érika Batista Santos (011.792.186-63); Geraldo Guima Alves de Souza (014.345.746-28); Germaine Araújo de Mello (012.468.186-71); Gislene Alves Silva (717.125.426-72); Iracema Batista Avelar (666.011.007-06); Jefferson de Jesus Sena (014.670.036-89); Jéssica Avelar de Mello (012.467.306-69); Karla Augusta Silva (060.940.936-07); Karyne Augusta Silva (078.197.316-30); Leila dos Anjos Araújo de Mello (792.403.646-68); Maria Abadia de Sousa Costa (004.214.126-58); Maria Eleuza de Araújo Mota (707.346.156-04); Maria Iraci Santos Rocha (001.026.176-19); Maria das Dores Andrade Franca (270.633.216-68); Marina Alves Ferreira (025.764.616-70); Maura de Moraes Ferreira (619.734.676-15); Raquel de Sousa Costa (966.606.606-82); Ricardo de Sousa Costa (010.347.036-09); Rita de Cássia de Jesus Sena (987.919.156-00); Sthefanie Danielle de Sousa Costa (010.346.946-00); Thiago Franco Araújo Motta (012.365.836-55); Vadson Andrade Franca (012.488.616-71); Vanessa Andrade Franca (041.392.886-12); Vera Lúcia Cândida da Silva (604.077.946-20); Wanderson Santos Rocha (045.336.026-22); Wesley Augusto Silva (078.197.296-51)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Minas Gerais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7119/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.665/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Kilson de Miranda Leitão Filho (004.348.833-10); Marcos Antônio Santos Damasceno (535.816.013-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7120/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.668/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Dulce Vieira da Luz (067.181.759-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7121/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.559/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Yracy Macedo dos Santos (035.019.307-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7122/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.574/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anderson Rodrigues de Azevedo (100.318.817-69); Dulce Correa Wagner (373.077.977-04); Enedina Santos Abdalla (003.242.057-91); Ilda de Souza Freire (020.461.687-55); Isis Salles Pannain (354.199.387-15); Karla Cristiane Lopes Correia (112.050.257-82); Leo Barrocas de Souza (010.077.267-68); Lúcia Cavalieri D'oro Pereira (135.546.187-13); Maria da Cruz Ramalho (085.541.097-32)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7123/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 157, *caput* e 259, inciso II, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, destacando-se o ato de fls. 2, relativo ao sr. Levi Schaustz (063.282.701-78), para autuação em apartado, com vistas à proposta de diligência formulada pelo representante do Ministério Público.

1. Processo TC-020.632/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alzira Patricio de Oliveira (950.515.201-97); Anderson Marques dos Santos (050.380.441-07); Claudia Pedro Silva Botelho (518.865.611-68); Célia Vicente Soares Bonin (465.979.801-15); Geysa Silva Botelho (038.346.851-51); Helena Pereira Amador (322.419.171-68); Inaura da Glória Neves da Silva (404.188.391-15); Jean Carlos Soares Bonin (051.169.051-79); Jessica Silva Botelho (035.445.681-44); Maran Alex de Franca (730.677.761-00); Marta Lescano Recalde (816.404.711-20); Nata Jose de Franca (730.677.681-91); Rosangela Marques dos Santos (467.180.605-34); Tatiane Soares Bonin (047.895.671-17); Vera Lucia da Conceição Torres (847.304.471-15); Vinicius Marques dos Santos (029.026.331-06); Winysthon Thiago Paz dos Santos (050.380.451-70)
1.2. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa No Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7124/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.633/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bruno Fernando Corrêa Oliveira (114.985.816-84); Bárbara Elizabeth Malendolff Barbosa (121.023.816-09); Caroline Corrêa Oliveira (114.985.806-02); Creusa Maria Moutinho da Rocha (689.694.656-34); Elina Teixeira Machado (919.083.706-10); Eunice Figueiredo do Couto Moreno (007.961.246-63); Kaíque Caires da Silva (111.339.466-82); Lamires Lima da Silva Oliveira (084.794.386-06); Lorraynne Bernardino Alves Firmino (092.525.376-60); Maik Caires da Silva (117.433.916-09); Maria Célia Pereira Silva (719.161.566-49); Maria Eci Pereira de Souza (034.785.966-61); Maria Helena Ramos de Castro Schwenck (253.092.426-00); Maria Lúcia Gomes Rubeto (494.097.276-34); Maria da Penha Pereira (982.529.846-49); Maria das Graças Caires da Silva (031.869.846-37); Marineusa de Jesus Silva (045.871.136-54); Nair Nascimento de Oliveira (959.511.486-34); Nivalda Maria Vieira (593.819.576-49); Rayane Alves Firmino (089.356.796-58); Rosana Alves Martins (555.353.646-49); Sandro Alves Martins (110.642.716-50); Terezinha Maria de Castro (024.762.436-55); Valdiva Corrêa dos Santos (482.822.006-20); Vera Lúcia Rodrigues Lopes (028.599.146-92)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7125/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.672/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adelany Denize do Nascimento Oliveira (045.379.493-92); Ailton Alcântara Santos (019.438.593-02); Ana Benta Ferreira Bonifácio (010.664.433-51); Francisca Francinete Pereira Sousa (152.539.453-34); Francisca Machado Passos (040.925.533-58); Isabel Alves da Silva (306.335.243-87); Leonice Alves da Silva (227.920.313-87); Maria Adelina de Alcântara Santos (621.313.383-68); Maria Luzia do Nascimento Ferreira (095.683.603-87); Maria Lídia Gomes da Silva (139.117.593-04); Maria Miranda Leite (240.478.993-72); Maria das Graças Araújo Soares (412.531.243-53); Maria do Socorro Carvalho (896.866.673-34); Maria do Socorro do Nascimento Mousinho (361.774.743-49); Welington Silva dos Santos (054.353.813-39); Willian Silva Santos (054.353.803-67)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7126/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.756/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Leonice Rodrigues de Arruda (767.451.121-91)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Estadual/MT - MS (extinta)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7127/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.284/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antônio Augusto Acrísio Costa de Moraes Rego Basto (056.411.807-93)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7128/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.286/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Edite Viana Câmara (542.129.953-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7129/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.289/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jandira Flores Taborda (178.091.931-04); Luís Felipe Duarte Urbana (008.053.814-22); Rafael de Figueiredo Couto (004.676.681-24)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7130/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.290/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elza Martins Miranda (743.345.656-20); Iolanda da Cunha Borges (458.067.217-87); Maria Marques dos Anjos Bastos (476.418.607-10); Maurício Leonardo da Silva Lemos (055.456.677-09); Tereza Maria Aguiar (676.453.997-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7131/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.292/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Jesus de Fonseca Santos (011.772.436-01)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7132/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.294/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Márcio José dos Santos Crovatto (802.222.690-49); Rosali Castro Crovatto (439.081.520-20); Tamara Tayane Almeida Rego (026.747.095-96)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7133/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.297/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lauria de Souza Tinoco (635.514.627-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7134/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.298/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Benedita Nascimento Silva (152.916.504-00); Marcos Paulo de Albuquerque Mello (112.877.847-55); Maria das Dores Silva de Albuquerque (224.648.322-00); Niva Alves de Andrade Brasil (961.250.047-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7135/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.300/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jacyra Fernandes Guedes (364.155.294-04); Santina Fernandes Guedes (086.939.784-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7136/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.303/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Thiago Silva e Castro (011.792.386-99)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7137/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.304/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adria da Luz Freitas (659.431.043-72); Anna Júlia da Luz Freitas (659.431.473-49); Cristhofer da Luz Freitas (659.432.013-00); Cyrene Dias Ladeira (231.203.047-00); Isabela Ângela de Macedo Leite (010.023.904-86); Luzia de Araújo Freitas (044.885.123-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7138/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.306/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Dalva Bernardo de Oliveira (103.583.097-35)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7139/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.308/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Karla Aparecida Batista Almeida (013.869.206-81); Lenir Maria Souza Nunes (019.425.019-94)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7140/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.310/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Irondina Medeiros Pires (540.215.100-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7141/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.314/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edith Mendes da Costa (113.865.507-44); Olga de Araújo Ágio (029.563.828-10)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7142/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-025.315/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Estelita Soares dos Santos (666.190.507-78)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7143/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.356/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Conceição de Maria Conde Borralho (012.014.633-94); Joelma Conde Borralho (007.725.363-92); Verônica Nasarethe Trinta Martins (001.722.453-54)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7144/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.358/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edna Pinheiro Serejo (877.972.243-15); Ermi Ferreira do Nascimento Souza (471.404.963-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7145/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.441/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Zanita Chedid (319.555.509-30)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7146/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.471/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anísia Maria Rodrigues (874.370.075-68); Dereni Dias Ferreira (900.017.886-04); Sebastiana de Souza Ávila de Carvalho (646.587.917-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7147/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.487/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lindaura Etelvina Brito (816.191.705-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7148/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.547/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clara Regina Batista Hora (047.911.864-78); Eva Marta Clarke de Carvalho (662.210.304-63); Helena Ferreira do Nascimento (053.068.814-08); Lúcia Maria Vieira de Barros (814.697.724-34); Maria do Carmo Nepomucena Lage (647.918.824-15); Patrícia Costa (923.229.804-04); Paulo Omena Hora (079.005.204-06); Thayse Roberta Rocha dos Santos (010.741.424-46); Thiago Roberto Rocha dos Santos (010.741.514-37)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7149/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.550/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Bárbara Victória Andrade da Silva (017.570.415-59)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7150/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.552/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ivoneide Gleice Silva de Jesus (048.728.585-90)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7151/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.554/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adely Pereira Silveira (028.684.083-97); Agostinha Rosália da Silva (381.959.251-20); Alcides Gerardo Bezerra (002.719.003-00); Ana Alice de Vasconcelos Freitas (209.175.203-78); Ana Karita Monteiro de Oliveira (015.462.693-71); Ana Mimosa de Oliveira (014.004.673-90); Antônio Marcolino de Oliveira (002.456.823-68); Berenice Façanha Coelho (437.028.803-72); Bruna Salmito Felizola (019.642.283-36); Bruno Eric Souza Barros (015.697.643-95); Clotilde Coelho de Melo (188.786.283-87); Elane Camila Salmito Felizola (014.144.583-12); Eridan Aragão Coutinho Alves (620.215.753-49); Euda Maria Gomes de Moura (168.289.888-17); Francisco José Eloy de Oliveira Filho (630.472.413-68); Francisco Rodrigues Filho (002.878.303-49); Françuildo Anderson Vieira (019.184.123-40); Gil Del Carmen Pacífico Teixeira Lima (012.779.453-06); Josiane Alves Gomes (044.409.403-23); Lara Magalhães Leitão (020.550.253-92); Luíza Pereira da Mota (052.131.342-20); Maria Alice Lira de Araújo (391.457.783-53); Maria Amélia Jucá (024.400.213-42); Maria Eremita Pereira Cavalcante (794.709.713-53); Maria Felizola Salmito (426.989.013-49); Maria Hilda de Oliveira e Silva (426.848.703-49); Maria Neusa Vasconcelos de Alencar (283.766.413-87); Maria Rosa de Oliveira (020.425.603-83); Maria Walmira Miranda Leitão (027.482.143-58); Maria Walmira Miranda Leitão (027.482.143-58); Maria Zenite Montenegro Carvalho (071.341.853-20); Maria das Graças de Luna Prudêncio (021.057.523-90); Maria do Carmo da Conceição Amador (261.315.443-87); Melina Abu Marrul Martins Correa (005.170.693-85); Pedro Henrique Saunders (012.742.483-02); Priscila Rebouças Bezerra (022.126.263-63); Pryscila Maira Freitas da Silva (669.451.513-87); Raimundo de Melo Pereira Neto (673.201.553-20); Raymundo Façanha Coelho (600.552.073-32); Regi Nauro Teixeira Lima Júnior (013.638.583-43); Rozendo Ranier Gurgel Castelo de Melo (673.201.473-00); Sâmia Santos Farias (004.040.363-76); Suely Benedita da Silva (198.489.658-07); Terezinha de Menezes Coelho (003.640.373-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7152/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.556/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Milzia Góes de Moraes (706.258.917-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7153/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.599/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Delba Sá Costa (717.492.413-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7154/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.601/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Paula Marques Miqueletti Nogueira (062.451.986-40); Geralda Innocêncio de Lelis (673.051.646-15); Graziele Campos Correia Saúde (075.322.486-07); Josephina Barros dos Santos (023.691.667-03); Mateus Guedes de Ávila (093.762.016-55); Márcia Versiani de Castro (063.910.416-95)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7155/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.643/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aécio Chaves Santana (544.793.046-49); Aparecida Benedita dos Santos (467.249.316-49); Carlos Augusto de Vasconcelos Cavalcanti (272.963.184-49); Dilcéa Glória de Castro do Amaral (662.337.807-30); Fabiana Oliveira de Moraes (015.352.256-96); Francisca Romana Teixeira (603.007.883-63); Ítalo de Simone (440.908.116-00); Josefa Fiaes da Silva (375.330.535-91); Lino Augusto Vieira de Carvalho (286.308.405-44); Luci Maria Conceição Rosa (625.391.599-15); Marcelo Teixeira Duarte (020.239.257-03); Márcia Beatriz de Souza Coelho Castro (029.223.318-30); Maria Aparecida Freitas Bastos (182.185.399-72); Maria Aparecida dos Santos Ferreira (278.366.814-91); Maria das Graças Medeiros (200.560.874-20); Marli das Graças Silva Medeiros (011.514.507-90); Oscar Batista de Abreu Filho (014.036.051-49); Rita de Cássia Teixeira Duarte (060.156.747-17); Rosária Beatriz Cruz (471.617.366-68); Sérgio Luzardo Carvalho (206.938.930-87); Silmi Paiva Soares (616.958.907-87); Tânia Maria de Fátima Alexandre Gama (317.945.809-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7156/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.731/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria da Silva Oliveira (022.912.704-51); Maria de Lima Tabosa (018.761.374-52); Rosilda Gomes Queiroz (441.377.534-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA na Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7157/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.798/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Cláudia Alves Souza (990.470.477-53); Belmira Coelho (054.173.847-04); Cleunice Therezinha Rezende Dzwolak (527.839.287-87); Consuelo Coimbra Araújo (824.640.817-87); Edinaudo José dos Santos (258.466.717-72); Elizabeth Machado da Silva (369.113.807-15); Felipe Machado da Silva (095.990.547-25); João Rodrigues Nery (430.327.027-04); Marielva de Oliveira de Souza (513.491.837-68); Marília Ignácio Lima (056.171.417-75); Marlinda Farias de Almeida (274.647.417-49); Nair Costa dos Santos (045.337.567-78); Pedro Odelmar Rocha (023.404.457-87)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Geral de Bonsucesso/RJ - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7158/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.834/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Júlia Gomes Passos (557.869.797-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7159/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.836/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Josiel Ribeiro dos Reis (150.005.243-49); Joziane Cristine Cutrim dos Reis (058.381.533-26)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7160/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.845/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adalgisa Vieira dos Santos (219.137.147-72); Alayde Antunes Barbosa (011.374.957-07); Aldeci Freires Soares (564.232.257-53); Almir Laureano da Silva (374.060.357-72); Ana Maria Machado Cardoso (069.569.287-95); Ana Maria de Oliveira (095.522.437-34); Ângela Aparecida de Moraes (077.383.107-07); Arina Menezes Galvão (696.872.347-68); Celezir Carvalho de Moraes (106.022.117-94); Celina de Souza Flores (682.706.407-78); Cléa da Silva Machado (070.701.727-02); Dalva Freitas Simões (502.028.207-34); Dilcinéa da Silva Pessanha (086.144.067-62); Edmea de Almeida Silveira (458.736.317-00); Emília Irene da Fonseca (585.695.297-91); Faride Chebar Amar (046.932.567-49); Glória da Costa Braz (106.056.787-31); Haidê Carvalho da Costa (832.302.207-06); Hercílio da Costa Neto (104.557.087-70); Hilda Martins Lino da Silva (038.270.467-34); Iara Ding Lois (099.384.947-49); Inês Fontes de Oliveira (373.777.367-04); Ivete Rita (045.512.977-04); Ivonilde Leitão Ferreira (676.559.557-00); Jane Maria Varella de Paula Guimarães (014.679.077-40); José Luiz Teixeira Pacheco (497.097.556-68); Jurema da Luz de Siqueira (036.869.927-79); Lea Pinto Noronha (079.054.367-21); Leny Vianna do Carmo (083.215.487-33); Leontina Oliveira do Valle (058.160.987-56); Luvaldina Afonso da Silva (696.095.787-72); Maria Cristina da Rocha Messias (389.715.937-68); Maria Mendes Brum (594.077.277-34); Maria Natividade Brito dos Santos (976.137.547-15); Maria Zita de Almeida Cabus (699.998.217-15); Maria de Lourdes Soares da Cruz (403.665.707-06); Maria de Lourdes de Toledo Mata (735.596.107-10); Maria do Carmo Sampaio da Costa (104.557.147-46); Marina Assis Borges (900.137.357-72); Marina Silva de Souza (024.493.397-95); Mário Pacheco de Souza (227.469.787-68); Nair Ferreira Perdigão (900.831.727-34); Nilce de Paiva Rebel (408.002.537-87); Raimunda Nonata Soares Rosa (383.993.007-30); Suelita Gaspre Lopes Cardoso (449.642.937-34); Sylvia Rodrigues Crugeiro (028.196.157-32); Telma dos Santos Esteves (659.278.007-00); Teresinha Machado da Silva (366.747.537-34); Terezinha de Fátima Gonçalves da Cunha (024.289.797-52); Vânia Carneiro Leão Vetter (670.956.407-00); Zoraida Cléa Gomes Pimenta (516.991.927-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7161/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.849/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Archimedes Bezerra (098.047.817-00); Arizonete de Carvalho Amorim (890.822.907-82); Arão Augusto Rebelo de Souza (054.351.107-34); Berenice Cavalcanti de Lucas (933.450.117-00); Ecila Barros Nunes Vasquez (011.840.027-46); Emiliana Maria da Silva (085.510.527-56); Francisca Freitas Monteiro (039.288.027-04); Gemoah do Nascimento Rouxinho (023.781.927-97); Maria Aparecida de Carvalho Andrade Kafuri (959.009.267-53); Maria Balbina de Oliveira Rodrigues (546.905.447-00); Marilene Malaquias de Almeida (023.072.137-08); Natalina Nascimento Valadares (100.689.897-25); Walter Miranda de Carvalho (192.197.337-49); Yvone Rodrigues Ribeiro (331.275.737-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7162/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.853/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: José Silva (235.937.765-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SE
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7163/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.540/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Rachel Pinto Pereira dos Santos (007.977.944-17)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7164/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.604/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Agostinho Barbosa da Silva (329.810.407-82); Marlene da Silva Mayo (011.639.807-81); Wilson Custódio Santos da Silva (730.777.207-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7165/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, e tendo em vista estes autos de Prestação de Contas Simplificada da Fundação Universidade Federal do Acre - FUFAC, relativa ao exercício de 2005;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 2429/2008-TCU-1ª Câmara (fls. 1335-1338, vol. 6), modificado pelo Acórdão 3530/2010-TCU-1ª Câmara (fls. 1407-1408, vol. 6), julgou irregulares as contas de 7 (sete) responsáveis, imputando-lhes multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/92;

Considerando que o responsável Francisco Antônio Saraiva de Farias ingressou com peça inominada (anexo 12) solicitando a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das multas, bem como o pagamento do valor restante em 32 (trinta e dois) meses;

Considerando a ausência de previsão normativa para redução em 50% do valor da multa e nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU, a limitação de parcelamento da dívida em no máximo 24 (vinte e quatro) vezes;

ACORDAM, em receber o expediente encaminhado pelo Sr. Francisco Antônio Saraiva de Farias como mera petição, por ausência de previsão normativa, negando-se a ele seguimento, dando-se ciência desta decisão ao interessado, e em restituir os autos à Secex-AC para as providências a seu cargo.

1. Processo TC-016.161/2006-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2005)

1.1. Responsáveis: Antonio Freire Nobre (028.128.942-53); Antonio Jose Mendes (040.666.502-87); Antônio Leônidas de Araújo Neto (579.334.998-72); Eugenio Pinheiro Mansour (000.830.112-34); Euvaldo Gonçalves da Silva (767.180.268-91); Felismino Rocha Mendonça (028.218.342-68); Francisco Antonio Saraiva de Farias (045.644.802-00); Gilberto Castro Ossami (011.292.952-49); Iris Celia Cabanellas Zannini (005.682.282-00); Ismar Bernardo de Araújo (188.818.902-91); Ivo Araújo Soares dos Santos (005.640.792-00); Jesus Galvão de Freitas Lima (339.301.202-91); Joaquim Gomes de Farias Neto (164.758.012-91); Jonas Pereira de Souza Filho (058.733.712-53); José Elieser de Oliveira Júnior (824.757.258-34); José Porfiro da Silva (216.701.532-15); João Oliveira de Albuquerque (321.862.827-04); João Petrolino Gonçalves de Assis (037.104.832-04); João Silva Lima (164.665.192-87); Margarida Lima Carvalho (083.266.492-87); Maria Almira Cruz do Nascimento (138.334.482-53); Maria do Perpétuo Socorro Nepomuceno Peixoto da Silva (065.781.442-34); Monoel Rodrigues Sobrinho (045.641.202-63); Plácido Teixeira Figueiredo Leite (095.960.382-49); Ronaldo Martins Freire (045.689.072-68); Rosemir Santana de Andrade Lima (308.631.712-49); Valda Ines Fontenele Pessoa (091.045.852-91); Vera Lúcia Carvalho de Oliveira (138.120.092-34)

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - Mec

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7166/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237 todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente, fazer as seguintes determinações e ordenar a adoção das seguintes medidas, dando ciência aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.740/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Hospital Federal de Ipanema (00.394.544/0210-00)

1.2. Entidade: Hospital de Ipanema

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinar:

1.6.1. ao Hospital Federal de Ipanema que:

1.6.1.1. remeta a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópias das notas fiscais referentes aos bens adquiridos em decorrência da adesão ao pregão 93/2009, realizado pelo Hospital Federal de Bonsucesso, com as devidas retificações, contendo a perfeita identificação dos equipamentos comprados, nos termos do art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

1.6.1.2. informe a esta Corte, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o início da efetiva utilização dos equipamentos adquiridos pelo hospital junto à empresa Micro View, mediante as notas fiscais n. 221 e 226;

1.6.2. à Secex-RJ que efetue o monitoramento das determinações mencionadas no subitem 1.6.1. acima..

1.7. Medidas:

1.7.1. dar ciência ao Hospital Federal de Ipanema das seguintes impropriedades:

1.7.1.1. ausência de termo de contrato para compras com obrigações futuras, o que afronta o § 4º do art. 62 da Lei 8.666/1993, conforme tratado no parágrafo 5º da instrução anterior (peça 16);

1.7.1.2. recebimento de material de valor superior a R$ 150.000,00 por apenas dois servidores, o que afronta o art. 15, § 8º, Lei 8.666/1993;

1.7.1.3. recebimento de produto diverso do contratado, o que afronta o art. 76 da Lei 8.666/1993;

1.7.1.4. liquidação sem a correta conferência dos materiais recebidos, o que afronta os arts. 63 e 64 da Lei 4.320/1964.

Ata n° 31/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária

c) Ministro Augusto Nardes (Relação n° 11):

ACÓRDÃO Nº 7167/2011 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o teor do Acórdão nº 6.466/2009-TCU-1ª Câmara, o qual determinou que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip monitorasse o cumprimento da medida constante do subitem 9.4 do decisum.

Considerando que a Ação de Conhecimento nº 16718-59.2010.4.01.4300, prolatada pelo Juízo da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Tocantins, ainda está pendente de decisão final de mérito.

Considerando que a eficácia da medida imposta pelo TCU foi suspensa por decisão administrativa (Processo Administrativo nº 836/2009-JFTO).

Considerando os termos da Questão de Ordem da Presidência deste Tribunal (ATA nº 26/2009-Plenário).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, do Regimento Interno do TCU, em determinar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União que acompanhe os trâmites da Ação de Conhecimento nº 16718-59.2010.4.01.4300, cientificando às Consultorias Jurídicas do TCU e da Justiça Federal - Seção Judiciária no Estado de Tocantins, e em determinar o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.454/2010-0 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Justiça Federal - Seção Judiciária/TO - TRF-1.

1.2. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7168/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 40, inciso V, da Resolução-TCU 191/2006, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em determinar o arquivamento do presente processo, uma vez cumprido o objetivo para o qual foi constituído.

1. Processo TC-023.242/2010-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (00.414.607/0020-80).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Taubaté - SP.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Advogados constituídos nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7169/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 40, inciso V, da Resolução-TCU 191/2006, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em determinar o arquivamento do presente processo, uma vez sanadas as questões que o motivaram, restando, assim, cumprido o objetivo processual para o qual foi constituído.

1. Processo TC-023.926/2010-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessados: R R Construções Ltda. (07.257.868/0001-10); Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (00.414.607/0015-13).

1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7170/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143 e 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em expedir quitação aos Srs. Pedro Paulo Mattos Pimenta da Cunha e Gustavo Tapioca Silva, ante o recolhimento integral da multa que lhes foi imputada por meio do acórdão nº 7.083/2010 - 1ª Câmara, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão nº 7.083/2010 - TCU - 1ª Câmara, em Sessão de 26/10/2010, Ata nº 37/2010 - 1ª Câmara.

PEDRO PAULO MATTOS PIMENTA DA CUNHA

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 26/10/2010

Valor recolhido: R$ 5.000,00 Data do recolhimento: 29/11/2010

GUSTAVO TAPIOCA SILVA

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 26/10/2010

Valor recolhido: R$ 5.000,00 Data do recolhimento: 3/12/2010

1. Processo TC-007.719/2005-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Gustavo Tapioca Silva (028.167.095-15); Pedro Paulo Mattos Pimenta da Cunha (019.141.627-49).

1.2. Interessado: Procuradoria da República/DF - MPF/MPU (26.989.715/0012-65).

1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Carolina Pieroni (OAB/DF 17.512), Eduardo Han (OAB/DF 11.714), Emerson Henriques Pontes (OAB/DF 19.911), Flávio Schegerin Ribeiro (OAB/DF 21.451), Jonas Cecílio (OAB/DF 14.344), Márcio Herley Trigo de Loureiro (OAB/DF 11.712), Marco Antônio Meneghetti (OAB/DF 3.373) Marília de Almeida Maciel Cabral (OAB/DF 11.166), Maurício Maranhão de Oliveira (OAB/DF 11.400) e Geraldo Ribeiro Vieira (OAB/DF 13.331).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 31/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária

d) Ministro José Múcio Monteiro (Relação n° 28):

ACÓRDÃO Nº 7171/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.604/2010-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Gilda Eunice Kessler Piveta (143.390.640-68); Liege Evangelina Oliveira de Almeida (416.285.190-53); Lourdes Miriam Nyland (320.139.730-04); Maria Natália Escouto Alves (075.450.880-34)

1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Santa Maria/RS - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7172/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.144/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco de Assis Cruz (020.417.584-49)

1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba - MAPA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7173/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-018.272/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Fernandes (010.284.052-00); Benedito Ribeiro (435.538.938-34); Benedito dos Santos (037.261.002-10); Cláudio de Moraes (111.662.077-49)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7174/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.132/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Juracy Lopes de Menezes Silva (291.656.011-49)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7175/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.200/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Coelho de Moura (012.583.702-04); Francisco Balduíno da Silva (050.153.833-04); Geraldo Antônio de Souza (079.986.787-04); Ivo de Sena Freitas (067.537.602-53); Jaci Lisboa Peixoto (233.218.737-53); Nilo Apolinário da Silva (022.594.004-34); Paulo Teixeira Guimarães (109.070.927-72); Rociolino Gouvea Bandeira (004.100.802-25); Sebastião Bezerra de Vasconcelos (022.952.884-87); Waldir Rufino de Souza (014.485.282-91)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7176/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.299/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Armando Hélio Medeiros (023.953.804-82); Cirilo Gonçalves (057.846.464-00); José Diamant (013.946.817-04); Luiz Francisco Silva Marcos (269.130.547-34); Manoel Homem Ramos (072.411.387-83); Manoelino Ferreira Raposo (176.230.577-15)
1.2. Unidade: Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT (em Liquidação)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7177/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.679/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Guilherme Augusto Magalhães Neto (053.104.663-04)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7178/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.734/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Bispo dos Santos (072.911.245-49); Ivaldo Ribeiro Gomes (059.691.319-20); José Aluísio Barbosa (004.003.864-53)
1.2. Unidade: Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT (em Liquidação)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7179/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.742/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Benedito dos Santos (047.634.324-00)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7180/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.764/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Guilherme de Souza (039.239.084-15)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7181/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.854/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Antônio Alves (291.638.708-00)
1.2. Unidade: DNER - 8º Distrito/SP (extinta)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7182/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.866/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Júlio Conceição (020.342.129-91); Luiz Carlos Thomsen (020.696.369-68); Nicolau Becker (030.140.889-00)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7183/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.876/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arthur Porphirio Apurina Cabral Azevedo Wanzeller (008.055.482-20)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7184/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.030/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Gomes de Souza (006.535.862-72)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco - Mapa
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7185/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.398/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Antônia Francisca do Carmo (393.298.951-15)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7186/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-023.400/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Haroldo Barbosa Filho (266.751.107-72); Helena Arruda (120.264.411-20)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7187/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.402/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Maria Rosa Leite da Silva (741.443.678-00) e Maria Guiomar Fuks (338.632.967-53)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7188/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.404/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Itanahan Ferreira Lopes (023.030.352-87)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7189/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.466/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anileda de Barros Boani Pauluci (101.640.571-53); Gilda Moscoso Rubino (059.483.121-00); Ilda Ferreira Magalhães (144.517.001-91); Iole Lazzarini (003.237.641-34); Ito Pedro de Carvalho (121.428.326-87); Ivo Pires Bezerra (008.128.891-34); Jair Pereira Barbosa (000.451.951-53); Joaquim Vasconcellos Ferreira (130.425.137-34); José Eduardo Bocayuva (009.183.851-72); José Maria Valdetaro Vianna (000.096.101-97); José Romero Pereira (001.481.051-49); Júlio César Roffe (001.609.621-53); Lola Azra Barrenechea (185.156.141-20); Lourdinete Honório Paiva Oliva (003.909.091-49); Maria Alves de Amorim (000.476.511-72); Maria Carolina Pereira Ferreira (026.382.238-91); Maria Celina Vergne de Araújo (000.505.801-59); Maria José de Menezes (076.299.587-49); Maria de Lourdes Pereira Alves (128.701.371-68); Mariza da Silva Mata (119.490.581-15); Márcia Nogueira de Souza (088.945.661-53); Mário Honório Teixeira Filho (001.430.141-53); Rafael Ikawa (097.544.157-49); Regina Beatriz Ribas Mariz (009.841.081-49); Solange Castello Branco dos Santos (000.787.431-68); Syula Guimarães Coimbra (045.942.157-34); Temistoclis Lourenço de Castro (024.124.971-68)
1.2. Unidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7190/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.572/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Solange Ferreira Vieira (009.574.027-91)
1.2. Unidade: Grupo Executivo para Extinção do Dner - MT (em Liquidação)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7191/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.896/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Roberto da Silva (240.258.606-00)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7192/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.939/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adão Alves Ladeira (209.687.286-34)
1.2. Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - Mdic
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7193/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.946/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edino Azevedo da Silva (088.925.982-87)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7194/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.102/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Raimunda Caetano Martins (115.838.941-87)
1.2. Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7195/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.122/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Astolfo Ferraz Gomes (012.489.873-49)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7196/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.244/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clésio Ferreira Neto (064.039.807-34); Dael Pires Lima (001.034.467-53); Dalva Miranda Ferreira da Silva (562.109.307-00); Dário Sampaio Cruz (022.398.927-49); David Antunes de Sá (301.072.707-06); David de Aquino (075.316.137-00); Domingos Mendes Bello (357.478.117-20); Dorgival Paulo da Costa (199.705.957-68); Edir Fuli (278.472.257-00); Edson Cerqueira de Souza (024.810.307-53); Eduardo João Neto (115.605.337-49); Elísia Parente Coutinho (026.832.027-68); Elza Gonçalves Ponce Leon (087.087.704-68); Fausto Aita Gai (004.794.707-15); Fernando Cortes (115.817.357-15); Fernando Dias da Costa (222.178.007-87); Flávio de Oliveira Fernandes (042.019.227-15); Francisco Bezerra Lima (181.309.847-68); Francisco Valente (076.014.687-04); Gelson Ferreira Fraga (078.995.997-68); Genny Fabrício de Queiroz e Silva (004.031.567-34); Geraldo de Oliveira Mello (286.684.137-91); Gilson da Silva Moraes (033.966.307-34); Glen de Medeiros Hinds (011.929.577-68); Heloísa Helena Aires Boogaerdt (270.147.977-00); Hildebrando Antônio Rodrigues (148.978.907-30); Ibrahim Ferreira Badamy (011.270.477-87)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio de Janeiro - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7197/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.246/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Leôncio Drumond (038.074.447-34); José Luiz Guimarães Rosa (012.301.587-15); José Rosa da Silva (075.047.217-00); José Henrique Fernandes Filho (011.313.387-15); José Josias dos Santos (079.182.837-91); José Liberato Sarguis (193.135.196-15); José Maurício de Freitas (233.290.097-72); José Nogueira de Souza (152.717.147-72); Juvenal Costa (011.313.467-34); Lauro Durão Barbosa (024.095.427-00); Luiz Carlos Guimarães da Rocha Azevedo (179.738.217-91); Luiz Edmundo Rangel de Souza Britto (001.403.177-91); Luiz Mittelman (021.028.547-87); Léa Alves dos Santos (098.253.557-00); Manoel Belarmino Bispo (164.039.837-68); Manoel Corrêa da Silva Wanderley (001.876.661-72); Manoel de Almeida Rodrigues (047.734.467-49); Maria Aparecida Magalhães Vianna (019.975.217-68); Maria Augusta Lemgruber de Castro (208.936.127-15); Maria Isabel Alves Gusmão (026.860.917-97); Maria Joaquina Ramos Bessa (424.114.837-91); Maria José Rocha Aires da Cruz (009.556.477-20); Maria Suzete Soares Ramos (040.725.377-72); Maria do Carmo Mangabeira (009.282.751-91); Mário Lincoln de Oliveira (014.061.327-72); Moacyr Gomes Conteiro (248.415.017-20)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio de Janeiro - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7198/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.270/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Hélio de Souza (043.985.054-15); Luiz Pereira da Silva (025.740.394-91); Manoel Francisco Ribeiro (230.138.344-04)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7199/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.374/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Almanzor Mendez Alcântara (006.583.249-34)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná - Mapa
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7200/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.375/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Romualdo Vitaliano da Silva (114.135.732-15)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia - Mapa
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7201/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.390/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ednilson José Rogner Coelho (161.315.688-04); Francisca da Silva Domingos (288.689.357-91); Hélio Lima Costa (007.048.141-53); João Batista de Alcântara (057.461.404-49); João Marques de Paiva (003.450.326-91); Joel Antônio de Arvello (358.935.167-53); Sebastião Padrão Pacheco (128.940.367-87)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7202/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.402/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gilberto Kuhn (303.687.239-68)
1.2. Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná - DNIT/MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7203/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.429/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademario Rosa dos Santos (062.760.165-00); Alírio Gomes dos Santos (279.014.245-91); Anísio Pereira de Souza (232.212.405-20); Antônio Humberto de Negreiros (074.631.624-00); Dermeval Afonso Meireles (084.782.015-72); Edvaldo Santana Barbosa (240.615.905-10); Felipe Augusto dos Santos (181.832.125-49); João Batista Filho (143.018.815-49); José Alves de Souza (220.396.605-00); José Bento Souza (004.792.845-04); José Machado Cardosos Filho (178.797.605-04); Moises Pereira de Souza (151.530.455-87); Ovacy Simões Ramos (002.994.805-34); Tomaz Joaquim da Silva Filho (619.636.908-34); Waldeck Die Maia (910.922.218-91); Walter Souza Matos (025.211.215-68)
1.2. Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Mapa
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7204/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.548/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alice Maria Lisboa Xavier (084.339.921-04); Luzimar Therezinha Bastos de Neiva (341.713.127-87); Wagner de Araújo Capistrano e Souza (046.906.487-00)
1.2. Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - MDIC
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7205/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.761/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Zacarias Nunes dos Santos (051.441.245-34)
1.2. Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado de Sergipe - DNIT/MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7206/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.105/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Martinho Lisboa (020.428.784-72)
1.2. Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado da Paraíba - DNIT/MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7207/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.114/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Reginaldo dos Santos (021.641.595-00)
1.2. Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado de Sergipe - DNIT/MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7208/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.231/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Irene Bandeira Martins Portela (101.623.051-68); Lívia Cardoso (300.554.587-34); Mariana Michel Soares (315.399.557-53)
1.2. Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7209/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.254/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elói Xaveiro dos Santos (073.091.631-68)
1.2. Unidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7210/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.256/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jaeder de Paula Alves (184.176.391-87); José Galdino de Carvalho (059.306.771-15); Lúcia Idalina Narciso Soares (065.889.486-20); Marco José Muniz (000.556.891-91); Maria Ivonete de Faria Cunha (001.828.771-91); Maria José Silva Santos (244.554.151-49); Roberto de Souza Cruz (149.531.371-91); Salvador Vicente (010.516.011-34); Wagner de Jesus (114.129.681-00)
1.2. Unidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7211/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.603/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Alice Pereira de Figueiredo (428.036.674-87); Artur Lima Verde Nascimento (877.890.603-25); Bruno Lopes Marques (845.322.893-00); Christiano Schineider Machado (005.573.609-27); Cleyton de Jesus Gadelha Ribeiro (811.931.573-15)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7212/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.615/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Frederique Rosa e Abreu (776.972.001-04); Gleice Louise Garcia Costa (697.034.501-72); Juliano Vieira (721.153.431-15); Maria Abadia da Silva Alves (966.722.346-91); Regina Célia Nobre Benício (357.806.493-91)
1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Mapa
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7213/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.706/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patrícia Theodorovski Gaebin (327.764.368-90); Paulo Roberto Farias Falcão (771.024.443-20); Pedro Piccino Alasmar (224.040.898-70); Rafael Gustavo Bordin (000.230.720-08); Rafael Inácio Marques Veloso Lemes (055.190.276-09); Ricardo Luiz Medeiros Meirelles (178.758.438-04); Ricardo Toledo Borges (046.300.347-06); Roberto Correia (792.264.181-87); Roberto Viana de Sousa (857.574.971-49); Rone Evaldo Barbosa (221.549.142-68); Saulo José Florindo (222.139.648-07); Tatiana Ferreira Domingos (097.829.957-46); Valdeylson Alves da Silva (702.937.753-20); Vissilar Preto (008.538.819-01)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7214/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.718/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edeilson Felisbino da Silva (003.849.441-83); Ednaldo Augusto Pinheiro Nascimento (379.158.192-91); Egídio da Silva Ramalho Neto (005.843.133-06); Elder Tadeu Barbosa (029.056.616-90); Emerson Moreira dos Santos (768.093.311-15); Everton Nunes (013.123.720-95); Fabrício Eudo dos Santos (608.640.282-53); Felícia Miranda de Jesus (047.861.837-92); Fernando Eduardo Siqueira (862.650.241-91); Hamilton Vital Batista (793.198.231-20); Helma de Souza Almeida de Oliveira (921.239.021-87); Heloísa Helena da Rocha Seruffo Morais (634.789.602-82); Hermínio Souza Rocha (401.143.171-00); Jerry Adriani Cordeiro de Souza (735.241.900-49); João Carlos Crispim (236.341.541-87); João Mário da Silva (351.342.836-72); José Kazuo Saito (467.550.559-72); Jozimar Barbosa Lima (923.201.041-00); Kelly Cristina Leite da Silva (884.512.162-34); Kenny Bonfim (585.386.821-72); Luana Maria Dantas da Silva Costa (726.427.851-49); Luciene Almeida Souza (284.277.948-78); Luzimar da Silva de Mattos (087.814.887-69); Marcelo Henrique Aguiar de Freitas (003.158.146-32); Márcio Augusto Pereira do Nascimento (884.895.156-20); Marcionilo Pereira Gomes (359.087.264-00); Marcos Amaral de Matos (614.254.601-78); Marcos Gonçalves Tenório (019.124.209-88); Marcos Markiewicz Magno (532.517.099-68); Maria Ortiz Almeida Baptista Portes (453.751.437-04); Nathalia Cavalcante Fernandes (844.483.932-91); Noé Barroso da Silva (993.752.901-82); Regina Marta Sousa do Rosário (772.953.822-91); Roberto Carlos Gomes dos Santos (805.205.291-20); Rudiney Ringenberg (003.785.979-06); Sérgio Robson Vasconcelos Moreira (318.479.433-49); Sinvaldo Ferreira Carnaúba (151.053.421-00); Sônia Holler (112.049.278-55); Vanderleia Costa (539.056.101-59)
1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7215/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.728/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandra Machado Fruet (980.390.240-72); Ana Cecília Vieira Sacchi (217.652.028-92); Ana Cláudia Vaz Gonçalves (457.782.800-68); Bruna Carolina Garmatz (002.686.770-26); Carolina Filippini Spier (010.133.030-83); Catiane Cervieri (920.820.500-25); Criselem Gomes Medeiros (002.881.710-98); Deise Janice Henckel (381.602.690-72); Eder Klaic (001.386.790-37); Fabiane das Neves Lemos (691.450.240-49); Fernanda Muniz das Neves (956.413.000-04); Flávio José Tonetto (342.240.920-34); Gustavo Otharan Gonzalez (001.275.930-98); Janou Zambiasi (922.324.850-72); João Antônio Veiga de Miranda Neto (677.660.050-34); Joel Florczak (001.032.950-11); José Cleber Dias de Souza (541.876.640-68); Juliana dos Santos Sieben (936.400.130-34); Leonardo Toss (247.312.181-87); Márcia Gubiani (953.696.600-00); Paulo Henrique de Souza Pereria (178.425.118-61); Rodrigo Espinosa Fortunato (000.650.880-42); Rosana Zanatta Sander (351.404.290-04); Santhiago dos Santos Vaz (946.171.980-91); Sérgio Soares Junkes (625.495.610-15); Vanessa Falcão (003.462.100-89)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7216/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.794/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: André Felipe Costa Vliese (013.197.927-23)
1.2. Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - Mdic
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7217/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.902/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mário Dirani (922.508.078-68); Paulo Celso Guimarães de Barros Mengatti (013.174.758-44); Paulo Henrique Nonato (645.527.646-91); Selena Campos Poggi de Araújo (372.461.866-20); Sérgio Iacarrino (332.926.397-00)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7218/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.952/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alisson Braga de Andrade (004.803.341-37); Ana Paula Goellner (014.172.526-50); Arthur Britta Scandelari (041.227.179-65); Bruno Lobo de Souza Pinheiro (001.671.711-27); Cristiano de Castro Burgos (858.604.255-20); Eduardo Barbosa Legey Abry (664.181.517-04); Eduardo Freitas Alvim (295.928.758-47); Marcelo Santos Rocha da Silva (810.376.785-91); Marcos Rafael Gonçalves Gonçalves (006.910.329-12); Marcus Flávio Sousa Lima (828.894.901-06); Rodrigo José Henriques de Faria (143.349.308-08)
1.2. Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7219/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.034/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Pereira da Cruz (824.946.141-04); Márcia Maria Pilatti (935.192.730-04); Márcio Rebello da Silveira (013.446.220-38); Maria José Amorim de Sousa Santos (701.909.501-10); Mariana Muniz Soares (730.435.831-91); Marília da Silva Nascimento (723.136.091-20); Meire da Silva Ribeiro (967.953.871-00); Patrícia Gabriele Fonseca (855.525.931-20); Paulo Ernesto Nobre Oliveira (011.564.723-69); Paulo Henrique Bento Cavalcante

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(704.897.691-87); Paulo Victor Vigneron Turra Bastos (109.915.897-42); Paulo Victor da Silva de Medeiros (005.585.721-38); Paulo Wagner Teixeira Marques (004.917.897-00); Rachel Priscilia Soares de Oliveira Santana (034.401.224-76); Rafael Augusto de Souza Viana (014.872.061-78); Ramdas Pheula do Couto e Silva (016.325.171-16); Ravena Oliveira Cavalcante Mota (775.801.923-49); Rayana Madlum de Paula (001.213.691-37); Rayne Mayara de Souza Sampaio (004.886.561-33); Regina Célia Dalvi de Souza (071.007.247-32); Regina Célia Mariz de Almeida (007.380.494-09); Regis Zielke Schio (021.183.111-50); Renata Xavier Moreira (855.546.421-87); Reuza Carla Duarte Campos Souza (002.721.907-05); Ricardo Alves de Almeida (819.370.591-20); Rita de Cássia Barbosa de Oliveira (350.645.011-53); Rodrigo Eusébio Pereira (037.317.541-85); Rodrigo Pereira Bomfim (906.221.465-72); Rogério Pereira de Paula (553.140.151-53); Samantha de Sá Rêgo (095.388.637-98); Sandra Cristina Dias Apolinário (835.075.157-68); Santhiago de Castro Viveiros (837.565.311-04); Sarah de Moura Galdino Fernandes (017.962.871-21); Sheila de Cássia Marques Araújo (008.636.984-92); Suellen Maria Coutinho Pimentel Serra (006.245.491-94); Suzana Lima de Souza (515.844.171-53); Sávio Èduardo Lima Lustosa (015.090.611-00); Taissa Thieme de Barros Vieira (008.898.781-70); Telma de Oliveira (705.822.466-87); Tenesse Kelly Moraes de Lima (055.517.027-66); Tennille Mara Lucena Silva (860.964.431-68); Thiago Bomfim da Silva (032.157.721-32); Thiago de Oliveira Ribeiro (070.699.486-89); Tércirger Mendes Coelho (705.461.931-53); Valéria Rodrigues Lima (773.303.316-00); Valquíria José de Oliveira Haun (369.292.041-53); Verônica Alves da Costa Peçanha (023.221.957-58); Vivian Amorim Arouck de Souza (025.541.831-04); Viviane Cristina de Oliveira (003.922.721-99); Viviane Lucia Fernandes de Almeida (060.049.946-42); Vândson Kleber da Silva Monteiro (011.684.214-89); Wagner Soares Gomes (193.501.631-87); Wesley Rodrigues Alves (709.775.501-68); Willy Anderson Santos Tomelin (666.178.471-72); Wilma de Mendonça Melânia Amorim (073.429.144-28)

1.2. Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7220/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.045/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alfeu Pedreira Luedy (372.028.985-00); Cleydson dos Santos Silva (083.172.347-54); Denise Barbosa Caldeira (909.724.495-15); Eveline de Medeiros Miranda (701.055.101-49); Joel Santos Nascimento (005.664.047-10); Peter Loeb Caldenhof (284.498.078-32); Raimundo Cesar Mendes Simões (032.627.402-25)

1.2. Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7221/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.046/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Lousan do Nascimento Poubel (727.786.871-49); Cláudio Rotondo de Oliveira (848.688.306-78); Daniel Sampaio Medeiros (813.715.865-00); Geraldo Luiz Anselmo (167.261.358-23); Henrique de Amorim Leite (003.327.251-46); Kátia Regina Klimkowski da Silveira (784.563.040-34); Rafael Bagge de Melo (043.040.039-09)

1.2. Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7222/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.078/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hedimilton Bioche de Almeida (005.060.692-14); Madson Franklin Lobato de Melo (646.436.702-15); Silvio Alexandre do Carmo da Costa (307.046.932-91)

1.2. Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Mapa

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7223/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.150/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula de Oliveira (015.214.666-02); Blenda Lara Fonseca do Nascimento (037.444.306-85); Cleber Campos Cavalcante (021.550.641-36); Daniel de Paula Freitas (008.024.325-81); Eduardo Barbosa Dias (026.759.011-30); Gisele Farias Brandão Côrtes Prado (947.954.791-00); Hélio Cibreiros Júnior (600.592.817-15); João Paulo Moreira de Freitas (018.109.741-94); Juliana Gondim de Albuquerque Lima (996.063.481-72); Rosa Maria Furtado Costa (635.593.236-49); Rosimeri Veronez (787.582.899-68); Rubiane Rios Ferreira Araújo (035.817.286-13); Victor Hugo Carvalho Palhano Xavier de Souza (017.539.931-05); Wagner do Amaral (041.701.948-37); Waldecira Marques Zuany Lovo (042.759.852-49)

1.2. Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7224/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.162/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Lucas Sampaio Ataliba (025.716.371-93)

1.2. Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7225/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.164/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Bandeira Gomes (054.150.857-18); Adriano Damaceno Rodrigues (020.512.919-69); Adriano Peixoto Franco (784.286.296-68); Alessandra Rodrigues Borges (000.433.451-58); Alfredo Paixão de Oliveira (338.919.905-53); Andréia Paiva Fagundes (075.316.317-92); Camila Martins Gasparino Vieira (001.284.701-19); Carlos Humberto Barreto de Sousa (001.451.831-73); Carlos Romeu Schilacci Furtado Braga (867.504.452-68); Caroline Pieper Nunes (048.526.259-21); Cláudia Maria Fusatto Pasolini (084.526.257-23); Cláudio Otávio Rocha Campos (645.637.822-20); Cláudio Hermann Domingos Magalhães (410.253.001-06); Daiana Milddenberger (007.721.919-80); Daniel Alves da Rocha (313.361.538-65); Daniel Pereira Coelho (302.251.008-00); Diego Araújo de Castro (002.831.131-03); Diego José da Silva Ramos (109.084.117-58); Domingos Bispo Júnior (724.875.691-15); Eduardo Vergara Ferraz de Souza (219.551.218-00); Elaine do Rocio Silva Nery (046.193.109-56); Eliane Patrício Barbosa da Silva (924.802.335-53); Emerson Carlos Parente Maciel da Silva (875.756.631-34); Erika Fernandes da Costa (764.955.152-00); Felipe Bragança Itaborahy (012.071.071-40); Felipe Ximenes (090.678.277-54); Francielle de Faria Silva (330.314.058-89); Francisco José Fontenele de Brito (022.192.063-35); Fred Henrique Oliveira da Silva (025.473.343-30); Frederico Cardoso Bandeira (683.416.104-00); Fábio de Oliveira Ribeiro (723.508.731-53); Guilherme Favero Rocco (983.684.191-15); Guilherme Ferraz Silva (555.968.511-91); Guilherme Gonçalves Varandas Pinto (022.644.481-30); Guilherme Naves de Almeida (023.561.621-43); Gustavo Issamu Kay (016.838.861-86); Igor da Silva Dacier Lobato Jinkings (737.510.301-15); Isabelle Vasconcelos Torres (038.623.104-42); Ivanilde Lima de Holanda Silva (196.046.452-34); Joanne da Silva Mesquita (006.479.661-23); Johnatan de Oliveira Freire (019.820.501-52); Jonas de Gouveia Júnior (049.682.439-28); João Calixto Bonfim Neto (036.089.621-90); João Flávio Iglésias Loureiro Natividade (014.140.716-63); João Tarcísio Marques de Sousa Gonçalves (015.567.666-02); João Vitor dos Santos (053.350.297-73); Júlia Miranda (004.938.851-70); Júnior Kened Cosa (941.973.181-20); Jânia Cristina Rolim Albuquerque (447.759.203-59); Kely Junko Matsuuchi (867.854.519-49); Kênia Cristina de Souza Penha (898.332.441-49); Kênia Linhares Ramos (007.945.531-09); Leonardo Inácio de Sousa (005.419.011-84); Leonardo Machado Xavier (033.278.937-30); Leonardo Martins Ribeiro Cruz (012.576.301-80); Leonardo Rodrigo de Oliveira e Silva (037.076.881-78); Leonardo Ângelo de Araújo Andrade (018.934.621-37); Letícia Barreto Telles (831.453.207-00); Letícia Alves Andalécio (054.604.776-97); Liandra Regattieri Gomides (068.588.987-43); Luciana de Lima Pacheco Silva (407.122.904-78); Luiz Alves Borges Júnior (625.692.603-04); Marcelo Malta Vieira (584.318.021-20); Marcos José Zufelato (120.579.138-80); Maria Amélia Eugênia Pinheiro (711.805.591-34); Mariane Rovaris (058.514.459-12); Marta Pereira da Silva (185.684.081-68); Maíra Rebouças Sampaio Costa (812.769.905-53); Nádia Barbosa Gonçalves (018.358.841-05); Natália Campos Teixeira (080.109.816-56); Natália Gonçalves de Sousa (080.749.566-28); Normando Dagostim Bez (033.552.889-93); Paula Nepomuceno Campos (022.818.821-01); Pedro Augusto Carvalho Gonçalves Knupp (013.487.786-10); Pedro Moraes Raso Sardinha Pinto (009.199.331-81); Rafael Amaral Faria (104.109.546-59); Rafael Monteiro Vieira (025.225.401-57); Rebeca da Silveira Kataoka (003.916.503-51); Renata Mendes de Oliveira (014.267.871-62); Renato Farias de Azevedo Mangabeira (094.876.377-96); Reynaldo Koji Morioka (007.454.041-62); Ricardo Cavalcante Barbosa (911.548.391-68); Ricardo Tadeu de Albuquerque Peixoto (806.028.941-15); Rodrigo Cesar Inácio Lobo (789.257.895-15); Rodrigo Rodrigues de Oliveira (648.730.993-15); Rodrigo de Oliveira Alves (033.777.221-57); Rosemary Yassue Suematsu Matsuda (187.118.018-08); Sandro Monteiro Cardoso (927.345.535-20); Sílvio Silva Júnior (719.513.341-91); Simony Sayuri Tanaka (316.338.758-65); Sumaya Melo Milanez (029.457.091-80); Susana Souza Oliveira (010.574.681-93); Sérgio Luiz Lanzzanova Martins (968.255.290-72); Sérgio de Oliveira Enoki (666.445.851-91); Talita Cordeiro (069.105.269-70); Tatieli Ramos Paz (023.520.371-82); Thalita Mariana da Silva Gomes Teixeira Santana (002.986.601-48); Thiago Augusto Rosa de Paula (995.321.581-20); Ícaro Alexis de Souza (053.675.369-56)

1.2. Unidade: Ministério dos Transportes

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7226/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.448/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno José da Silva Passos (963.062.031-68); Darlan Eterno Silvério de Sousa (951.876.851-04); Juliana Aída Melo Olivier Ziegelmann (904.761.311-20); Luciana Cavalcante Bolelli (611.024.401-59); Maria Martins Doyle Guerrero (471.382.621-91); Natália Rhaíssa Muller de Souza Oliveira (028.363.251-86); Suely Martins Andrade (857.284.201-25)

1.2. Unidade: Câmara dos Deputados

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7227/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-024.772/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jean Marlo Pepino de Paula (028.726.446-79)
1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7228/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.802/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amadeu Alves de Carvalho Júnior (909.396.111-04); André Gonçalves de Oliveira (699.825.201-30); Cristina Guimarães Ramos (532.796.621-68); Giovanna Araújo de Oliveira Assunção (721.129.801-49); Guilherme Vianna de Melo Jacintho (005.916.481-64); Isaías Vital de Oliveira (248.820.201-06); Jeovana Rezende Silva de Morais (929.069.821-72); Joaquim Manso Vieira (192.593.956-15); Jovino Pereira da Fonseca Neto (004.258.576-70); Mariana Prado Franceschi de Almeida (311.099.048-27); Sandra Vitoriana de Lima (839.637.661-15); Sandro Roberto Myaki Alves (694.556.006-68); Valério Machado Duque (781.164.147-04); Vinícius Machado Passos (782.753.420-15); Weber Rosa de Oliveira (625.527.081-53); Zenon Frota de Macedo (044.378.466-30)
1.2. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7229/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.016/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Nelson do Carmo Rodrigues (579.096.282-34)
1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7230/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.306/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cláudio Luiz da Silva Carvalho (429.341.335-91)
1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7231/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.349/2010-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adélia Emygdia Pereira do Rêgo (297.792.511-20); Alan Vilela de Souza (087.069.886-95); Albertina Melo Jonhsson (160.160.328-24); Bernarda Cubas (430.083.567-53); Bernardo Blajfeder (072.197.337-04); Célia Maria Costa dos Santos (214.236.871-91); David Pereira Salet (037.743.951-79); Desirré Pereira Salet (037.745.491-50); Elso Borges (010.579.281-00); Eva Marlene da Silva Rognoni (634.844.127-04); Helena Vilela de Souza (041.462.286-38); Hilda de Moura Tardio (214.011.525-20); Jonathan Costa dos Santos (033.982.571-51); Lêda Fontenelle Silva (000.299.631-68); Lenira Regina Alves Ramos Molinaro (738.838.599-15); Lourdes Maria César (013.137.095-22); Maria Jesuína Marinho da Silva (038.821.247-09); Maria José Mendes da Silva (287.765.505-91); Maria de Jesus Peixoto (268.812.171-53); Maria do Socorro dos Santos (733.678.776-20); Mariuza Ferreira Sérgio (802.873.951-20); Rosângela de Lacerda Moura (727.483.037-68); Udissea Lima Batista Leite (786.410.391-04); Yêda Gentiluomo Nunes de Souza (318.798.371-53)
1.2. Unidade: Ministério de Minas e Energia
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7232/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.562/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Rita Ferreira da Silva (216.873.822-04); Sebastiana Ferreira da Silva (119.045.852-72); Terezinha Ferreira da Silva (188.794.702-72)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7233/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, não obstante a falha observada no preenchimento dos dados das beneficiárias quanto ao campo data de vigência.

1. Processo TC-020.600/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Lenir Martins Chaves (318.538.111-49); Maria José Ponhe Maciel (536.066.801-63); Taciane Martins da Silva (035.948.831-59)
1.2. Unidade: Superintendência Regional do DNIT No Estado do Mato Grosso - DNIT/MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7234/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.268/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alcidea Baptista Chagas (006.933.729-23); Katiusca Caroline Chagas (006.933.789-64); Meidson Daniani Chagas (023.593.019-93)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7235/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.269/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Aurélia Coimbra de Oliveira (676.854.717-87); Dagmar de Souza Silva (466.734.315-04); Edilene Barbosa de Oliveira (087.569.926-02); Maria Caminhas de Oliveira (669.595.356-20); Sheila Maria Coimbra de Oliveira (787.058.007-49)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7236/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.270/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Nilza Fernandes da Silva (203.893.704-44)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7237/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.271/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Nair da Paixão Nunes (237.366.155-15)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7238/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-025.272/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Leda Maria Marques dos Santos (040.451.194-50)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7239/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.274/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Celina Pereira Santiago (728.057.225-15); Dorotheia de Oliveira da Silva (517.526.977-15)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7240/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.275/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Diego Roelly Macedo (347.037.238-16); Eutália Paula de Jesus (410.442.667-91); Humbertina do Nascimento Silva (151.838.156-15); Maria Tereza da Silva Jordão (055.660.487-30); Maria de Lourdes da Silva (767.922.696-20); Maria de Oliveira Lima (324.323.567-72); Ondina Lima Ferreira dos Santos (385.724.867-04); Pedrina Rodrigues Pereira (497.190.507-30)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7241/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.276/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Cecília da Silva Fabrício (384.238.207-34)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7242/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.277/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Benedicta de Olveira Marson (333.392.228-27); Cleonice Gonçalves dos Santos (180.616.725-53)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7243/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.278/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ruth dos Anjos (393.001.887-04)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7244/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.279/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Catharina de Lima Coimbra (081.258.802-91); Laura Machado da Silva (409.688.717-04); Líbia Moraes Taveira (046.270.387-80); Maria Cândida da Silva (341.034.573-68)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7245/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.280/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Stellita Pimenta da Rocha (453.764.765-53)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7246/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.282/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Dirce de Carvalho dos Santos (436.080.277-34)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7247/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.448/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Cristina de Andrade (034.325.344-50); Ana Cristina dos Santos (556.206.804-44); Cristiana dos Santos (055.264.314-95); Cristiano dos Santos (055.266.064-73); Filomena Maria dos Santos (384.186.814-20); Lelice Almeida Souza (010.048.484-04); Maria Dolores Santos de Lima (177.593.824-72); Maria Ivone da Rocha Santos (039.911.304-59); Maria de Loudes Andrade (530.083.594-34); Maria do Carmo da Silva (011.042.184-10); Vera Sônia de Souza (495.290.054-15)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7248/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.488/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Edelvira Machado Mendes (322.875.180-53); Gessy Xavier Dihl (056.618.380-34); Neri Conde Jardim dos Santos (302.417.660-87); Orlandina Gouvea Bilhalva (723.417.930-53); Rosa Floriano do Nascimento dos Anjos (816.204.700-04); Rosa Zila Terra de Azevedo (893.055.150-53); Therezinha Norma Enriconi Fontana (480.632.740-91); Vilma Câmara de Mello (842.423.100-72)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7249/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.635/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Anita Belegard Batistela (041.603.149-88); Shirley Ferreira (009.435.269-06); Wladislawa Tucholeski (006.407.929-52); Yvone Caffaro Lamas (317.784.709-63)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná - Mapa
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7250/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.513/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria José da Silva (057.376.967-23)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7251/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.521/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Mônica Santos de Jesus (032.789.035-52)
1.2. Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7252/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.587/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Marina Vieira (651.194.957-53)
1.2. Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Mdic
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7253/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.609/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria de Jesus Saraiva da Cruz Pimentel (474.400.153-04); Samantha Stephanne da Cruz Pimentel (060.595.853-02); Samla Stephannie da Cruz Pimentel (060.595.833-50); Vicentina Costa Leite de Sá (743.043.803-20); Vitória Régia Galiza de Morais (060.632.573-57)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7254/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 485/2008 - TCU - Primeira Câmara, prolatado na Sessão de 4/3/2008, Ata nº 5/2008, relativamente ao subitem referente aos responsáveis, item 01, para que, onde se lê "José Menezes Neto (CPF 481.940.185-87)", leia-se "José Menezes Neto (CPF 182.714.131-04)", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.109/2006-4 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2005)
1.1. Responsáveis: Adair Luciano Novello (CPF 186.447.751-20), Almayr Guisard Rocha Filho (CPF 018.881.718-20), Arionaldo Bonfim Rosendo (CPF 182.782.991-53), Eugenio Carlos Amar (CPF 076.290.608-15), Ezel Miguel dos Santos (CPF 710.345.368-34), Fausto Rodrigues de Oliveira (CPF 032.140.328-28), Joao Teofilo da Silva (CPF 096.812.131-49), Jose Carlos Generoso (CPF 609.506.178-49), José Menezes Neto (CPF 182.714.131-04), Marcio de Oliveira (CPF 273.140.226-15), Marlene Aparecida Mazzo (CPF 011.914.188-47), Neide Kyoko Oshiro Kawashima (CPF 933.082.998-87), Rosa Maria Franceschini (CPF 091.509.488-65), Rubens Siqueira Campos (CPF 066.676.028-40), Silvana Marinho da Silva (CPF 795.455.727-87), Silvana Squitino Tambosi (CPF 045.478.918-18), Valmir Marciano (CPF 007.910.278-64).
1.2. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7255/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, e no art. 12 da Instrução Normativa TCU nº 47/2004, ACORDAM em julgar regulares as contas dos responsáveis indicados no subitem 1.2.1., dando-lhes quitação plena, bem como julgar regulares com ressalvas as contas dos responsáveis relacionados no subitem 1.2.2., dando-lhes quitação e arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-020.638/2006-7 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2005)
1.1. Apenso: 003.379/2005-1 (Representação)
1.2. Responsáveis:
1.2.1. Contas julgadas regulares: Ana Martha Fonseca do Valle (220.659.701-20); Eleta Cordero Pivotto (296.958.211-20); Expedito José de Vasconcelos Gonçalves (310.828.237-91); Felix Valois Rodrigues Araújo (169.297.481-53); Jânio Castanheira (098.110.791-53); Jorge Antônio Deher Rachid (637.985.907-10); José Geraldo Ferraz Gangana (084.405.811-49); José Ribamar Mendes Diniz (046.700.511-72); José Vicente Fialho Flores da Costa (153.276.471-53); Lucia Helena de Andrade (182.479.701-04); Luciano Felipe de Miranda (145.831.191-00); Marcelo Nascimento Araújo (343.238.721-00); Marcos Antônio Lima de Souza (248.137.451-72); Michiaki Hashimura (115.510.621-00); Mirian Takada (021.435.888-79); Pedro Clovis Santaro Arake (121.313.341-68);
1.2.2. Contas julgadas regulares com ressalva: José Ribamar Claudio Gomes (078.955.002-44), Francisco Augusto Carlos (153.495.513-53), Manoel de Abreu Feitoza (112.700.201-53), Ruth Soares de Carvalho da Silva (074.494.963-72), Ricardo Mendes de Faria (715.865.205-04), Maria do Carmo Alves da Silva (118.656.445-87), Francisco Lessa Ribeiro Júnior (895.746.055-15), Antônio Carlos Morais de Souza (908.241.135-00), José Arimateia Lacerda de Jesus (539.536.303-34), João Luiz Fregonazzi (832.580.007-00), Nilton Sérgio Lourenço (346.541.511-68), Marcus Aurélio Caldeira Antunes (301.838.040-15), Klauber Cristofen Pires (304.720.322-91), Bruno da Rocha Leite (981.042.507-44), Sandro Bitencourt Oliveira (646.518.276-91), Nize Maria Sales de Oliveira (072.608.572-34), Eni Sávio Nunes dos Santos (496.262.484-91), Francisco Paulo da Silva Viana (361.823.113-04), Lysie de Aquino Doherty (753.790.157-00), Jorge Luiz da Costa (589.862.357-49), Clari Maria Fantinel Dornelles (388.215.590-68), Paulo Roberto Fogaça (183.504.290-20), Luiz Gaspar de Oliveira Barbara (666.969.090-87), Luiz Carlos Piazza (351.922.679-00), José Paulo Balaguer (091.220.938-00), Luiz Fernando Hornstein (011.806.118-61), Airton Aparecido Fabiano (532.672.148-15), Maria Perpetua Socorro Salomão (085.263.702-00), José Ribamar Pontes (267.002.207-34), Fábio de Carvalho Guimarães (397.967.284-00), Afonso Tomal Júnior (114.855.152-20), Maria Neusa de Souza (143.023.652-34), Pedro Nunes de Lucena Júnior (421.817.045-20), Gabriel Cardoso Guimarães (891.690.505-20), Adriana Hannum Resende (375.327.901-34), Suely Lopes Ribeiro (543.961.741-87), Manoel Rubim da Silva (044.618.603-10), Nélio Pereira da Silva (146.634.143-20), Vinólia Apolônia Ribeiro de Abreu (006.559.883-00), Marcílio de Almeida Campelo (077.063.913-53), Leda Domingos Alves (293.127.876-91), Antônio Carlos Alves Vasconcelos (270.165.526-91), Flávio Gomes Fernandes (065.947.058-65), José Laelson Teixeira Araújo (347.451.904-25), Mauri Luis Menin (343.689.301-34), Marco Antônio de Melo Breves (365.527.716-49), Soraya Baeta Lopes Talaveras (629.958.806-30), Everaldo Dinoa Medeiros (002.851.454-87), Airton Ângelo Claudino (171.936.566-00), Douglas Barbosa Lucas (265.826.191-87), Adalto Lacerda da Silva (035.976.875-04), Emilia Maria Oliveira de Jesus (054.632.895-49), Sandra Martins Alves Ferreira (073.725.665-68), Carlos Romeu Silva Queiroz (105.303.805-44), Paulo de Tarso Miranda de Lacerda (155.681.303-10), Maria da Conceição de Souza Leal (084.139.242-00), Francy Tuma Antunes (090.143.062-53), Luis Afonso Silva Brito (397.097.282-53), Juliana Tiemi Lima (032.519.579-02), Edison José Santana da Cruz (356.760.869-04), Rosemari Glatz Frainer (506.018.579-68), Ada Lora Hardt (660.525.309-44), Luciane Barbosa Gonçalves Stier (728.743.689-20), Maria Elizia Alves de Andrade (041.458.012-53), Edvan Nunes da Silva (185.111.631-15), Moacyr Mondardo Júnior (586.120.339-64), Rosanny Maria Pires de Amorim (086.303.054-87), Edmundo Rondinelli Spolzino (038.223.798-67), Altair de Fátima Capela Sampaio (137.208.482-72), Luiz de Almeida Bentes Netto (398.822.842-72), Luiz Carlos de Souza (127.623.934-34), Giovanni Christian Nunes Campo (350.580.304-97), Pedro Luiz Durigan (111.606.409-04), Luiz Eduardo Oliveira de Araújo 343.372.532-20), Jurcleide Elaine Alonso da Silva (444.403.832-20), Givanaldo José Aquino da Silva (123.492.673-34), José Barroso Tostes Neto (042.030.702-87), Rosa Tomiko Hayashi de Oliveira (290.423.722-49), José Carlos Meotti (232.094.880-53), Alexandre Augusto Pereira Nunes (602.000.221-72), Dalva de Jesus Nascimento Nogueira (124.851.443-20), Carlos Antônio Caldeira Cunha (594.819.787-53), Flávio Vilela Campos (698.730.706-72), Eider da Câmara Reis (094.818.344-68), José Bastos Ribeiro (050.651.865-53), Mario Benjamin Bastos (117.345.660-00), Euridark Torres de Menezes (738.005.113-04), Manuel Eustáquio Britto Ribeiro (111.290.005-59), Sônia Maria Tavares da Cunha (042.242.212-68), Ricardo Tabosa dos Reis Aleixo (174.310.262-34), Fábio Rezende de Miranda (129.927.986-49), Antônio Armando de Avellar (327.688.772-04), Francisca Jucileide Barbosa (199.896.792-15), Helicleide Maria de Oliveira (104.826.872-15), Indiara Bréia da Silva Oliveira (036.665.302-49), Reiko Muto (023.682.002-82), Magali Maria Fernandes Nicolau (110.940.792-00), José Luiz Miranda Casanova (126.849.454-20), José Luiz Holland de Barcellos (099.868.548-81), Lúcia Corrêa Leal (191.428.461-53), Paulo Henrique de Carvalho Vallim (904.064.604-00), Antônio Alves de Moura (437.539.736-53), José Washington Marques Fabrício (152.905.141-04), Marconi Marques Frazão (181.976.984-49), Rui Kenji Ota (529.129.739-53), Alexandre de Freitas (551.511.329-20), Anibal Martinez Ferreira (804.053.120-91), Fábio Moreira Ribeiro (227.085.616-34), Sérgio Renato Ribeiro Marques (625.261.700-87), Pedro Einstein dos Santos Anceles (252.048.740-20), Dorlei Francisco Maffi (196.955.940-34), Carlos Luciano Santanna (387.312.310-04), João Rui Marques Ramos (305.532.290-87), Aladyrce Tavares Moreira (032.922.152-34), Maria de Nazare Arruda de Siqueira Rodrigues (048.173.622-00), Fernando Cesar Mendonça (276.586.190-00), Giovana Pedrini Martins (927.627.780-34), Luiz Neto de Azevedo (446.868.970-68), Edison Josias Quaiatto (677.759.260-15), Vera Maria Brondani Antoniazzi (391.348.140-00), Estevam Luiz Nichelle Piccinin (463.006.000-68), Gabriel Machado Moreira (514.523.320-53), Cristine Nodari Pancotte (582.163.160-20).
1.3. Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7256/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando adotar as seguintes providências, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando o processo, bem como cientificar a Câmara Municipal de Paço do Lumiar/MA, e à Controladoria-Geral da União no Maranhão (CGU/MA), com o envio de cópia da respectiva instrução.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-010.047/2010-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Câmara Municipal de Paço do Lumiar/MA
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar/MA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) cópia desta deliberação, acompanhada das peças que a fundamentarem, para que aquela Corte Estadual de Contas analise a conveniência e a oportunidade de avaliar a matéria em confronto com os processos em tramitação da prefeitura municipal de Paço do Lumiar (MA), exercícios de 2009 e 2010, especificamente os de nºs 3232/2010, 2299/2011, 6846/2011 e 4085/2011.
1.7. Realizar levantamento em autos específicos, nos termos dos arts. 238, II e III, e 254 do RI/TCU, junto à prefeitura municipal de Paço do Lumiar/MA, à CGU/MA e ao TCE/MA, para identificar a documentação e os trabalhos realizados, referentes à aplicação dos recursos do Fundeb pela referida municipalidade, nos exercícios de 2009 a 2011, e avaliar a viabilidade de futuro trabalho de auditoria.

ACÓRDÃO Nº 7257/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando adotar a providência sugerida, conforme os pareceres emitidos nos autos, bem como cientificar o representante, com o envio da respectiva instrução.

1. Processo TC-012.907/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Vereador Fernando José Castro Cabral (124.366.666-87)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Bom Despacho - MG
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG)
1.5. Advogados constituídos nos autos: João Capanema Barbosa Filho (OAB/MG 56.270), Ordélio Azevedo Sette (OAB/MG 13.726), Júlia Helena Soares Lima (OAB/MG 116.915) e Márcia Vieira Pontes Vaz Gontijo (OAB/MG 115.514).
1.6. Apensar a presente representação à tomada de contas especial instaurada pela Codevasf para apurar as irregularidades ocorridas na execução do Convênio 1 93 95 0030-00, assim que a mesma dê entrada no Tribunal, nos termos dos arts. 33 e 34, da Resolução TCU 191/2006.

ACÓRDÃO Nº 7258/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando fazer as seguintes determinações e adotar as demais medidas sugeridas nos pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo posteriormente.

1. Processo TC-016.700/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Controladoria-Geral da União - CGU
1.2. Unidade: Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Xingó (CNPJ 03.357.319/0001-67)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Encaminhar ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT cópia dos Relatórios de fiscalização da Controladoria-Geral da União nº 217596, 217820, 217822, 217823, 217824, 217825, 217826, 217827, 217828 e 217829 (peças 2 a 11), para subsidiar o cumprimento da determinação supramencionada.
1.7. Determinar:
1.7.1. ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT que, nos termos do art. 8°, caput, da Lei nº 8.443/1992, instaure a competente Tomada de Contas Especial, investigando os fatos relatados nos Relatórios da CGU realizados na execução do Termo de Parceria nº 13.0004.00/2005 (SIAFI 523868), de 20/6/2005, celebrado com o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Instituto Xingó, identificando os responsáveis e quantificando o débito, e que encaminhe, no prazo de 120 dias, ao órgão de controle interno para posterior remessa e julgamento por esta Corte de Contas;
1.7.2. à SECEX/SE que autue processo específico e monitore o cumprimento da determinação constante do subitem anterior.

ACÓRDÃO Nº 7259/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando fazer as seguintes determinações e adotar as demais medidas sugeridas nos pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo posteriormente.

1. Processo TC-019.117/2011-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Controladoria-Geral da União - CGU
1.2. Unidade: Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Xingó (CNPJ 03.357.319/0001-67)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Encaminhar ao Ministério das Minas e Energia cópia do Relatório de fiscalização da Controladoria-Geral da União nº 220625 (peça 1), para subsidiar o cumprimento da determinação supramencionada.
1.7. Determinar:
1.7.1. ao Ministério das Minas e Energia que, nos termos do art. 8°, caput, da Lei nº 8.443/1992, instaure a competente Tomada de Contas Especial, investigando os fatos relatados no Relatório nº 220625 da CGU, tendo por escopo o Convênio MME nº 030/2004 (SIAFI 515021), celebrado com o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Instituto Xingó, identificando os responsáveis, quantificando o débito, e encaminhando o processo, no prazo de 120 dias, ao órgão de controle interno para posterior remessa à Corte de Contas para julgamento;
1.7.2. à SECEX/SE que autue processo específico e monitore o cumprimento da determinação constante do subitem anterior.

ACÓRDÃO Nº 7260/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.240/2010-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo/MS
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Dourados/MS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (SECEX-MS)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7261/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência à representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.226/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Climatize Ar Condicionado Ltda.
1.2. Unidade: Senado Federal - SF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-3)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7262/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em, preliminarmente, determinar a adoção das seguintes providências:

1. Processo TC-029.546/2007-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Câmara dos Deputados
1.2. Unidade: Governo do Estado da Paraíba
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB)
1.5. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Vieira de Queiroz (OAB/DF 18.976), Irapuan Sobral Filho (OAB/DF 1.615-A), Juliana Brasil Ponte Guimarães Coury (OAB/DF 18.243), Rodrigo de Sá Queiroga (OAB/DF 16.625).
1.6. Determinar:
1.6.1. à Controladoria Geral da União, com base no art. 18 da Lei nº 10.683/2003, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, improrrogáveis, comunique a este Tribunal as providências efetivamente adotadas para apuração dos fatos tratados no Relatório de Fiscalização nº 678, de 27/09/2005, realizada no estado da Paraíba por ocasião do 4º Sorteio do Projeto de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos - Sorteios de Unidades da Federação, com a identificação dos respectivos responsáveis, quantificação e ressarcimento dos eventuais danos e instauração das tomadas de contas especiais que se fizerem necessárias, principalmente quanto aos Convênios 006/1999 (Siafi 371926), 007/2004 (Siafi 511974) e 02/2002 (Siafi 473832), ante as constatações de pendências observadas na instrução em anexo (fls. 113-145);
1.6.2. à Secex-PB que sobreste o presente processo, até o término do prazo estipulado no subitem anterior.

Ata n° 31/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária

e) Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (Relação n° 25):

ACÓRDÃO Nº 7263/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.706/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosemari Barbosa Kovalechyn (286.748.049-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná - SRTE/PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7264/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.112/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Marcolino de Almeida (002.487.545-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Sergipe - SRTE/SE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7265/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.123/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Cecília Ferreira Abdo (051.467.041-04); Nilo Nunes Nogueira (129.008.001-10); Orivalda Figueiredo de Siqueira (074.511.051-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso do Sul - SRTE/MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7266/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.707/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Fátima Dulcimar de Paula Bispo (114.053.762-87); Liberalina Braga Silva (106.922.152-04); Maria Adelaide Ferreira da Conceição Vieira (107.017.962-00).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Rondônia - SRTE/RO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7267/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.972/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Cícero dos Santos (061.243.134-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas - SRTE/AL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7268/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.031/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Rotolo de Moraes (096.373.039-87); Iara Antonia Cunha Bensberg (423.205.509-68); Maria Madalena Silva (162.987.801-49); Maria de Lourdes Pereira Stein (310.816.739-15); Odilon Silva (096.247.409-68); Waldir dos Santos (145.642.469-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina - SRTE/SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7269/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.234/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abel Pires Barbosa (032.414.322-20); Arlei Vicente Cabral (608.613.048-53); Eduardo Xavier (115.083.968-68); Gricel de Domenico Carvalhal (128.523.418-91); Jandirlea Maria de Oliveira (015.549.508-99); Leonidia Ferreira de Queiroz (212.087.006-34); Paulo Rezende de Oliveira (142.330.458-68); Roseli Nieto Piovezan (560.386.668-34); Ruth Fernandes Ono (002.768.438-51); Sergio Roberto Martins Ferreira (215.624.158-91); Thomaz Humihiso Fuziy (047.676.248-00); Wilma Aparecida Rodrigues de Oliveira (802.794.658-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo - SRTE/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7270/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.609/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Ariete Aprato Schimitti (135.329.950-34); Ana Maria Schabbach Felippe (183.579.030-53); Aury Richter (105.275.240-34); Claudio Almir da Silva Carvalho (143.942.270-20); Graziela Pufal Höher (253.263.410-34); Leda Cainelli (222.791.210-34); Livia Mara Damasio Bertoncello (222.536.960-72); Maria Gloria Coimbra da Rocha (282.920.900-10); Maria Regina Blume (227.027.760-00); Mario Gianotti (120.061.490-91); Milton Vargas Pinto (122.769.010-04); Moema Borges Bertaso (168.656.420-15); Rosa Neita da Rosa Ribeiro (033.627.522-68); Sonia Maria Braz de Quadros (185.897.661-87).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul - SRTE/RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7271/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.240/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gisana Maria Vencato (228.111.250-00); Marcos da Rosa (221.440.800-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio Grande do Sul - SRTE/RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7272/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.248/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alberico Ávila (086.427.887-04).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Espírito Santo - SRTE/ES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7273/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.254/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo Campos Ferri (007.294.934-15); Julio Santana (031.432.794-00); Nairdes Siqueira Torres (031.679.174-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas - SRTE/AL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7274/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.292/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Enrique Rodolfo Toledo Valenzuela (006.582.338-90).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - MTE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7275/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.305/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ignacio Antonio da Fonseca (085.571.528-68); Marcos Coelho de Miranda (284.302.988-00); Mario Luiz de Mattos Crozariol (026.114.588-63); Mário Sérgio Dorsa Garcia (564.691.878-20); Nivaldo Salvador Rocca (358.032.908-15); Olinto Bertin Filho (017.249.218-19).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo - SRTE/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7276/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.307/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jaime Rodrigues (020.612.796-00); Joseph Capdeville (081.375.016-49); Maria de Fátima Alexandre Gordiano (209.690.826-49); Nilo Eugênio da Anunciação (075.757.936-15); Oswaldo Alves Garcia (023.204.366-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais - SRTE/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7277/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.462/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Janete Montenegro de Souza (357.440.069-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Rondônia - SRTE/RO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7278/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.503/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jaime Bernardo (071.008.417-04); Maria da Anunciação Andrade Costa (788.516.617-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Espírito Santo - SRTE/ES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7279/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.509/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tarciso Misael da Silva (092.290.944-04).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas - SRTE/AL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7280/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento, exclusão por falta de recadastramento há mais de 1 (um) ano ou reversão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.552/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Prentice Mulford Pedroso (165.303.738-53).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo - SRTE/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7281/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.554/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Lins Sousa (298.550.479-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina - SRTE/SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7282/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.984/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arnaldo Barbosa de Sousa (923.749.993-00); Claudia Maria Arantes Silva (090.773.697-16); Gilson Silva Gato (789.238.832-04); Hudson Silva Dantas (001.154.222-50); Leticia Barros Santos (881.367.102-44).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7283/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.411/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cairo Humberto da Silva (999.251.686-00); Nelson Ferreira de Sousa (579.610.001-78).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7284/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.240/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Jaqueline Felix e Souza (931.245.111-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoa (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7285/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.241/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosana Santos de Jesus (919.747.395-20); Sebastião Daniel dos Santos (554.538.646-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7286/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.781/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Samir Luiz Selmann (990.511.769-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7287/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.457/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Sandra Ferreira Gonçalves (409.100.242-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7288/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.602/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Elienes Carvalho da Silva (133.940.533-49); Rosa Inês Carvalho da Silva Vasconcelos (054.559.533-97).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Piauí - SRTE/PI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7289/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.616/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Esmeralda Vera Aiala (204.047.431-53); Kiko Aiala (009.352.221-54).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso do Sul - SRTE/MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7290/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.667/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Elita Barbosa Marinho (150.818.261-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Distrito Federal - SRTE/DF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7291/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento ou a maioridade dos interessados ou erro ou duplicidade no cadastramento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.388/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Albina Peres Rodrigues (058.298.407-66); Angélica da Silva Belizário (950.541.037-91); Anna Dea Carneiro da Cunha de Castro (025.859.967-78); Carmem Crespo Fernandes (023.935.067-72); Célia de Castro Lopes Moreira (071.649.217-25); Darcy Leite Soares (684.211.927-87); Elza Rodrigues da Silveira (037.416.957-85); Erozita Ferreira Gomes (051.679.277-65); Esperia Maria Dantas Martins (928.275.357-34); Eunice Coelho dos Santos (799.329.757-53); Gabriel Ferreira Vieira (053.871.807-23); João Baptista de Azevedo Junior (042.773.687-00); Ledda Pimentel dos Santos Castro (114.885.787-70); Maria Jose Pessanha Ribeiro (081.824.207-84); Maria da Luz Ramos Prado (374.383.287-91); Mariana Santos Paiva (054.677.627-29); Marly Dantas Martins (996.384.287-91); Nilcea Oliveira da Silveira (108.839.347-01); Paulo Vieira Cavalcanti (014.244.677-72); Raphael Ferreira Vieira (053.871.797-17); Vania Maria Ramos Prado (054.277.417-80).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro - SRTE/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7292/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.504/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Nayr dos Santos (020.484.939-04).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina - SRTE/SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7293/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.507/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Waldir Alves da Silva (761.161.666-87).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais - SRTE/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7294/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Conselho Regional de Fonoaudiologia da 3ª Região e à 4ª Vara Federal de Curitiba da Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.253/2011-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)
1.1. Responsáveis: Ana Paula Pamplona da Silva Muller (018.469.609-75); Ione Lacerda Lemes Mendes Sanches (051.726.878-74); Simone Ferreira dos Santos (817.643.169-91); Solange Pazini (708.548.079-34); Tania Terezinha Tozi Coelho (583.317.009-53); Ângela Ribas (567.093.909-34).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Fonoaudiologia da 3ª Região/PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Paraná (Secex/PR).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7295/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.502/2010-6 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Arlindo Jose dos Santos Filho (734.128.217-72); Edvaldo Marques Vieira dos Santos (769.487.227-68).
1.2. Órgão/Entidade: 7º Depósito de Suprimento - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinação:
1.6.1. ao Controle Interno do Ministério da Defesa - Comando do Exército que informe, nas próximas contas da unidade, as medidas adotadas com vistas ao saneamento das seguintes impropriedades:
1.6.1.1. ausência de apresentação, para análise, do inventário das contas representativas de Estoque Interno da UG (Conta Contábil n. 11.314.01.01) no exercício de 2009;
1.6.1.2. ausência de apresentação, na conta representativa de Material de Consumo Almoxarifado da UG (Conta Contábil n. 11318.01.00, conta corrente n. 01), de seu saldo conciliado com o inventário de material de consumo do ano de 2009, além de diversas contas representativas de bens móveis em uso da UG não apresentarem seus saldos conciliados com o inventário de bens móveis do exercício de 2009, o que afronta o disposto na Lei n. 4.320/1964.

ACÓRDÃO Nº 7296/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.505/2010-5 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsável: Newton Álvares Breide (180.463.470-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7297/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.817/2010-7 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Gilberto Antônio Saboya Burnier (242.737.757-00); João Manoel Sandim de Rezende (329.358.208-78).
1.2. Órgão/Entidade: Comando-Geral de Operações Aéreas - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7298/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.278/2010-5 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Arquilau de Castro Melo (021.993.782-68); Carlos Venicius Ferreira Ribeiro (216.100.022-53); Samoel Martins Evangelista (044.986.662-91); Sandro Roberto de Oliveira Bezerra (360.435.672-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre - TRE/AC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Acre (Secex/AC).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7299/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, c/c os arts. 33, 34 e 36 da Resolução TCU n. 191/2006, em conhecer da presente representação e apensá-la ao TC-019.905/2011-4 (Relatório de Auditoria), sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação ao representante, de acordo com o parecer da Secex/TO:

1. Processo TC-013.275/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Procurador-Geral do Município de Palmas/TO.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmas/TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Tocantins (Secex/TO).
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7300/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao interessado e ao Conselho Regional de Economia no Estado de São Paulo, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/SP:

1. Processo TC-019.290/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Full Prime Comércio e Serviços de Informática Ltda. - ME (10.317.801/0001-39).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Economia no Estado de São Paulo - Corecon/SP.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em São Paulo (Secex/SP).
1.4. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 31/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária

f) Ministro-Substituto Weder de Oliveira (Relação n° 25):

ACÓRDÃO Nº 7301/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão a seguir relacionados:
1. Processo TC-011.091/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Ribeiro Coelho (231.537.680-72); Alcides do Carmo Lima (115.132.171-00); Almerinda Pereira Diniz (215.762.973-49); Angela Oki Andrade (215.090.501-91); Antonina de Jesus Ornelas (470.583.405-44); Antonio Francisco de Moura (060.816.811-49); Antonio Neves da Silva Filho (128.957.761-72); Antonio da Silva Araujo (130.635.022-00); Carlos Alberto dos Santos (038.417.824-34); Cecilia Helena Ferreira do Amaral (672.988.778-87); Dercilom Vieira Neto (088.701.011-34); Edi Oliveira (254.537.340-00); Elizabeth dos Santos Jacinto (214.195.741-91); Fausto Silva Junior (098.677.831-15); Felicio Guedes Batista de Medeiros (059.695.734-34); Francisco Alberto Xavier (037.580.283-53); Francisco das Chagas Guimaraes Barbosa (117.089.561-15); Gecilda Lopes Tabosa (224.390.131-53); Hipolito Tomaz de Oliveira (070.273.389-04); Ilza Maria Maurer Garcia (183.077.600-20); Irineu Menezes da Silva (084.261.551-20); Ivanice Silva dos Santos (253.620.204-63); Jadilson Sarmento Vieira (395.102.127-68); Janne Diva de Oliveira (114.820.281-15); Jocemar Irineu Moura (097.079.649-87); Jose Airton Veigga dos Santos (031.326.412-00); Jose Carlos da Silva (305.928.107-63); Jose Manoel de Freitas (741.689.088-87); José Pereira dos Santos (078.222.433-49); João Batista Lira (362.738.727-91); João Bosco Dantas (069.808.134-04); Luiz Antonio Mota Nunes de Melo (147.271.299-49); Mac Donalt Medeiros (601.338.727-34); Manoel Gama de Novaes (014.211.742-00); Marcelo Eduardo Bezerra Cunha (378.825.035-68); Marcia Yo-oko Morisue Oizumi (157.674.058-75); Maria Angela Cruz Martins (029.320.018-17); Maria Eliana Fernandes da Silva (952.188.154-20); Maria Isabel da Cunha Nabono (466.837.127-00); Maria Pia da Costa Santos (154.288.503-53); Maria das Dores (183.431.474-72); Maria de Fatima Rocha dos Santos (184.940.211-68); Maria do Amparo Miranda de Souza (097.257.253-87); Maria do Socorro Santos (132.062.734-04); Maria do Socorro Sousa e Silva (114.075.903-59); Mario Fernandes de Sousa Caldas (038.298.203-72); Mario Fuyo Terajima (728.023.838-68); Marlise Becker (214.107.710-91); Maura Lazara Leão (215.562.101-91); Neuraci Maria da Silva Lopes (115.916.331-68).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7302/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão a seguir relacionados:
1. Processo TC-020.814/2011-9 (APOSENTADORIA)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.1. Interessados: Anna Maria Andrade Correia (104.155.645-49); Benedito Abraão Anacleto (569.186.237-53); Celina Botelho Barbosa (105.250.502-30); Claudio Santos dos Santos (262.709.600-10); Geraldo Luiz Albanus (289.231.620-00); Guanayra Maria da Hora (114.398.151-00); Jorge Luis Gallo (250.394.660-72); Jose Soares do Nascimento (173.822.114-87); José Luis dos Santos (145.950.601-49); Maria Eustáquia Rabelo de Souza (143.550.781-91); Maria Ilete de Faria (010.308.648-02); Maria da Gloria Oliveira Melo (192.888.834-87); Martinha Elza Silva da Conceição (625.608.167-68); Misma Moreira e Silva (337.963.197-34); Nanci Fernandes Mofato de Aguiar (546.394.507-10); Providência Chagas Affinito (979.971.028-68); Sebastião Moreira (335.006.907-00); Sirlei Terezinha da Silva Gonçalves (339.295.300-82); Sonia Assunção Bezerra Sobral (610.274.307-59); Therezinha Lopes (285.096.846-34); Vanair Machado da Rosa (302.411.460-20); Véra Liana Marques Souza (208.891.781-00).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7303/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.019/2011-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eugenio Camargo Bruck (344.619.658-72).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7304/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.439/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Rejane Maria Camargo dos Santos (257.925.200-20); Sabino Alves da Silva (230.192.551-04); Talita Feitosa de Freitas (403.600.241-49); Tereza Cristina Correa Estrela (039.304.162-04); Terezinha de Jesus Oliveira Cristo (042.425.052-72).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7305/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.907/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria do Desterro Juvencio Batista (059.499.043-20).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7306/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.874/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Auxiliadora da Costa Rodrigues (041.317.972-91); Maria Elena Marcolino (378.201.339-53); Maria Neli Cardoso dos Santos (227.083.831-91); Maria das Graças Vilarino Queiroz (180.036.051-72); Nádia Angélica Ferreira de Carvalho (618.655.407-49).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7307/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-027.193/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Silvia Torres Querino Ferreira (143.199.694-72).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7308/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-020.047/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Flávio Augusto Swirk Silva (910.997.496-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RS - JE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7309/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.195/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ademar Alexandre Brehmer Rohregger (901.194.799-15); Anderson Candemil de Oliveira (005.074.199-36); Geraldo Magela Pereira (086.789.361-34); Marcelo Gaspareto (023.145.799-50); Rafael Fernandes Pereira (019.356.649-48); Rafael Moura de Mello (333.967.017-04).

1.2. Órgão: Departamento de Engenharia e Construção do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7310/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.212/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abel Ferreira Vieira (003.981.163-85); Adaumir Diego Souza da Silva (625.357.303-91); Adelmo Gomes Veloso Rocha (018.993.105-17); Alamo Sandy Oliveira Silva (023.991.333-74); Alan José Alves (084.138.646-31); Alan Madson Oliveira Bomfim (031.615.825-94); Alex Lisboa Souza Viana (087.750.566-74); Alexander Fellipe Lins Moraes (048.707.234-09); Alexsandro George Fernandes Cardoso (017.961.923-33); Alisson Ricardo de Melo Sousa (002.362.893-65); Amauri Dias Ferreira Silva (019.594.813-04); Anderson Carlos da Silva Lima (003.732.013-03); André Luis de Almeida Barros (054.765.704-89); André Silva dos Prazeres (915.119.173-34); Arionilson Batista Moraes (013.738.283-90); Brenno Barros de Mesquita (006.825.463-64); Bruno Falcão Santiago (015.911.843-39); Bruno Luis de Oliveira Simões (671.458.503-97); Carlos Alberto Pedreira Pereira Filho (015.817.895-56); Carlos Antonio Cacau (845.526.033-53); Carlos Wlysses Martins de Anchieta (025.290.753-10); Cassio Ranielle de Assis Silva (057.966.264-00); Celestimar Ribeiro de Araújo (029.892.453-67); Cesar Mateus Lopes de Sales e Silveira (004.121.813-20); Cicero Luiz Nogueira Xavier (930.597.603-49); Cladson Caetano Ferreira Bezerra (018.512.833-58); Clauber Freitas de Almeida (025.400.313-31); Cleriston da Silva Rodrigues (046.273.134-03); Cícero Rafael Fernandes de Queiroz (009.549.043-46); Daniel Monteiro Amorim (031.946.243-93); Daniel Tavares (001.941.495-10); Danilo Sacramento de Oliveira (010.696.285-06); Danilo Tielles de Sousa (086.320.076-10); Danilo da Cruz Cardoso (042.278.823-62); Danubio Leal de Sousa (039.906.493-10); Demétrio Moura da Silva (034.254.753-47); Diego Costa de Menezes (918.919.062-91); Diogo Quintela da Silva Martins (049.738.554-64); Eduardo da Silva Rego (013.272.573-86); Emanuel Clemente da Silva (046.145.594-33); Erich Januzzi Ribeiro (378.328.018-40); Erisson Jamaico Jesus da Silva (826.462.015-91); Erisvaldo Alves dos Santos (059.433.064-55); Esli França Oliveira (021.499.223-39); Estevam Gomes dos Santos Netto (017.516.025-24); Ewerton Bezerra Lima (600.026.653-79); Ezau Laurentino Paulino (623.455.323-00); Fabio de Araujo Matos (019.820.665-80); Felipe Gramonski dos Santos (058.909.257-09); Fellipe Barbosa da Silva (035.915.633-90); Fellipe Ramon Sousa de Oliveira (025.552.753-55); Fernando Cesar Araujo Luz (028.960.713-26); Fernando Douglas Cardoso (103.956.966-82); Fernando Henrique da Hora Santos (822.822.265-34); Fernando Winter Frick (002.620.950-09); Francisco Ausnir Campos Barbosa (014.066.215-44); Francisco Edisio de Macedo Filho (014.447.723-84); Francisco Erialdo Silva (884.599.773-15); Francisco Flavio Rodrigues Moreira (016.877.493-37); Francisco George Lima Rabelo (021.757.883-77); Francisco Luis Avelino de Souza (022.184.953-09); Francisco Marcelo Ribeiro de Oliveira (633.627.753-49); Francisco Marcos Andrade Freire (036.835.803-80); Francisco Mayckson de Aguiar Vasconcelos (038.540.753-08); Francisco Wagner Gomes Madeira Ripardo (024.437.453-84); Francisco Wilson Batista Junior (669.990.143-53); Francisco das Chagas Ferreira Junior (031.818.763-99); Francisco das Chagas Nascimento Sousa Tourinho (018.661.203-60); Francisco de Assis de Sousa Silva (998.540.663-04); Franklin Silveira da Silva (018.651.073-01); Frederyco Antonio Araujo Menezes (868.734.743-04); Fábio Langendorf Rodrigues (015.175.280-03); Geasi Mendes Santos (624.632.093-72); George Martins da Silva (056.282.774-95); Germano Leôncio de Oliveira Filho (003.139.683-65); Gisleglaube Jose da Costa Santos (821.931.003-06); Guylherme Luis Lima Araújo Luz (037.354.983-02); Helber Diego Martins de Freitas (020.902.373-25); Heleno Ferreira da Silva Filho (052.564.344-38); Hewerton Diogo Freitas Santana (038.331.214-08); Hilário Wesley Silva Araújo (009.793.383-01); Hugo Campos dos Santos (013.031.795-04); Hugo Gustavo Vaz Martins (075.942.176-59); Israel de Castro Barbosa (002.260.883-40); Jackson Nascimento da Silva (001.074.783-40); Jailton Simplicio da Silva (019.292.095-25); Jair Luiz de Souza Junior (002.877.645-32); Jefferson Farias da Silva (071.485.644-41); Jefferson de Souza Andrade (139.289.727-07); Johnantan Oliveira dos Santos (048.780.383-30); Jonatas Misael dos Santos Lemos (004.501.430-23); Jone Fernandes Pires Gaspar (059.177.067-94); Jorge Martins Junior (118.731.827-24); Jose Anderson de Jesus (011.440.635-90); Jose Ascendino Santos Junior (003.434.745-30); João Batista Pinto Gomes Junior (002.879.403-65); João Batista de Oliveira Oliveira (037.919.653-01); João Luiz Dias Gonzaga (010.133.983-60); João Paulo de Castro Fernandes (023.648.283-17); João Regis Ferreira Girão (007.233.583-11).

1.2. Órgão: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7311/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.257/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Andrade Rambo (112.588.087-22); Airon Luis Pereira (979.192.090-72); Alexandra Seibert Kostopoulos (982.309.050-53); Alexandre Escayola Morcinek (550.794.310-91); Alexandre Otto Schwieder (899.402.290-20); Alexandre Saralegui Ferrari (571.931.850-04); Ana Paula Gomes Caxeiro (499.733.120-15); Ana Zart Bonilha (979.226.500-78); Analu Maciel Coelho (815.342.560-91); Carlos Alberto dos Santos Pacheco (666.791.410-87); Cleiton Luis Pellegrini (913.725.420-00); Cynthia Vieira Bonatto (642.021.600-10); Daiane Padilha (005.213.920-47); Edmundo Dann Neto (520.571.940-00); Eduardo Poletto Hohr (827.193.140-72); Fernanda Gigante Ortiz (956.957.450-04); Gustavo Rech Vega (996.935.000-59); Heverton da Roza Viero (414.624.750-00); José Ademar Rocha Junior (554.962.533-49); José Luiz Brandão (183.460.300-53); João Antônio dos Santos Vieira (903.698.230-87); João Batista da Silveira Teixeira (238.411.680-00); Juliana Braz Kovalski (017.234.380-14); Juliana Monteiro dos Santos Almeida (951.484.000-30); Leandro Nascimento Bandeira (821.378.970-91); Lisandro da Costa Lourenço (607.694.400-53); Marco Antônio Trindade Leão (468.553.600-25); Maria Eliane Scott (006.444.410-46); Márcia Alexandra Zorn (972.612.460-34); Rafael Santos Lopes (778.366.930-15); Rafael dos Santos Fernandes (983.088.740-53); Ricardo Gomes Correa Filho (769.457.661-87); Ricardo de Lima Rolla (005.066.140-00); Rita de Cassia Sironi (615.830.650-91); Rodolfo Campos (009.009.370-41); Rogério Baú (553.858.770-34); Rosane Cristina da Silva (728.528.790-34); Samuel Jansen (018.139.980-60); Telmo Leandro Silva da Costa (575.631.440-72); Vanessa Lemos Alves (009.504.410-82); Wagner Oliveira Gayer (951.727.500-53).

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - MICI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7312/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-021.511/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Adinan Soares de Assuncao (251.943.638-77).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP.)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7313/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.520/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Romana Picanço de Figueiredo (041.348.342-87); Romelio Lemos Lustoza de Souza (012.982.056-38); Roque Joao Tumulo (819.570.507-30); Roseli Garcia Medeiros da Cunha Oliveira (838.892.569-53); Sandra Cristina Ramos (961.361.979-87); Sara Franco Lustosa da Costa (868.574.951-49); Sebastiao Jose de Resende (118.592.536-87); Sergio Miguel Safe de Matos Junior (000.438.591-86); Sidney Aurelio Valeriano Ramos (857.383.524-91); Sileze Cristina Born (428.397.349-15); Solange Ferreira Alves (429.773.801-59); Tatiana Alves Oliveira (808.109.851-87); Tatiana Mahalem do Amaral (248.426.098-93); Tatiana Malaquias Lima (814.759.501-87); Valdineia de Oliveira Santana (282.543.478-75); Vanderson Roberto Vieira (268.369.288-95); Vicente de Paula Simoes de Melo (345.120.634-04)

1.2. Órgão: Ministério do Meio Ambiente (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7314/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-021.549/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Bruno Ricardo Rodrigues Santos (221.771.082-68).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - MI-CI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7315/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.577/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cesar Augusto Tenorio de Lima (584.981.762-04); Cleo Gomes da Mota (571.356.222-00); Eliriane dos Anjos da Silva Albuquerque (414.844.362-53); Luciane Silva da Costa (669.868.342-68); Marcio Jonison Souza de Lima (386.438.712-49); Paula Rodrigues Alves Castanho Ansarah (170.613.868-78).

1.2. Órgão: Ministério do Meio Ambiente.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7316/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.608/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto de Oliveira Martins (013.451.964-74) e Gustavo Henrique Dutra de Andrade (666.320.804-72).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - MI-CI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7317/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.633/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Luis Zaffari (646.221.500-34); Amado Pereira de Cerqueira Netto (092.923.207-00); Ana Patricia Mykito (062.000.699-48); Brenda Santos Morais (013.954.576-03); Daniela da Costa Morais (082.183.987-08); Emidio Neri Santiago Junior (064.845.652-87); Fabio de Araujo Pinto Sobrinho (075.350.787-02); Giancarlo Mira Otto (925.519.809-25); Gisela Maria da Silva Mello (078.720.737-30); Hilson Massaharu Minasse (027.782.308-07); Jefferson Penellas Amaro (133.921.708-28); Juliana Araujo Masirone (333.746.738-56); Juliana Carvalho Arantes (015.012.981-51); Leonardo Tomaz da Silva (078.588.787-35); Lidiane Cristina Ribeiro Silva (012.712.396-20); Luiz Paulo Printes Albareli de Castro (526.496.872-15); Marcelo Gomes de Lira (010.430.014-09); Mariana Midori Nakashima (324.887.478-31); Marius da Silva Pinto Belluci (025.097.967-55); Mirella Vasconcelos Cavalcanti (051.221.754-89); Rafael Melo dos Reis (790.733.102-10); Tiago Jara Soares (006.176.739-50).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7318/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.636/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Franciele Rodrigues Pereira Lima (937.204.751-15); Marcio Piragibe Bakker Faria Zanatta (003.155.551-90) e Sueli Aparecida Montarele (302.551.968-14).

1.2. Órgão: Ministério do Meio Ambiente.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7319/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.658/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elinalva de Freitas Vieira (790.926.402-04) e Fernanda Wick Rizzoli (296.500.678-84).

1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7320/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-021.662/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Viviane Pereira da Silva (060.013.934-43).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - MI-CI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7321/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.735/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Adelia Bretas e Arueira (082.844.567-29); Maria Auxiliadora Paula Ferreira da Cruz (032.751.981-90); Maria Cristina Costa Gitirana dos Santos (997.728.331-15); Maria Wanda de Alencar (361.240.793-72); Mariangelica de Almeida da Paixão (239.696.521-20); Marilia de Moraes Gomes Ramos (020.994.581-89); Marina Diogenes Abreu (005.101.231-63); Marisila Carolina Aguiar da Silva (008.645.404-85); Michele Akemi Ueno Sato (014.599.141-55); Mirian Castro Portilho Dias (004.985.571-97); Monica Valeria do Lago de Sa (940.995.611-00); Neusa Tatiana da Silva (713.331.932-20); Patricia Kenner da Silva Pinheiro (709.683.141-04); Paula Izaide Ferreira Souto (011.394.141-27); Paullo Raphael Marinho Dias (030.865.131-60); Paulo Candido da Paixao (864.846.641-53); Paulo de Alencar (885.829.651-68); Pedro Aluizio de Abreu Lobo Junior (025.578.923-86); Pedro Castelli Neto (025.775.639-65); Pedro Henrique Santos Leite (023.297.031-98); Plinio de Melo Patti (552.926.581-20); Pollyana Ribeiro Scheidemantel (013.567.816-16); Priscilla Candice Ferreira Bonfim (013.386.156-29); Rafael Cesar de Assis (864.856.601-00); Rafael Ferreira Alves (007.878.271-69); Rafael Honorato de Souza (019.733.501-22); Rafael Monteiro de Castro Nascimento (020.258.041-56); Rafhael da Silva Carneiro (027.474.411-21); Raianne Xavier de Alcantara (032.008.231-86); Ramildo Etisson Passos Bezerra (029.769.551-74); Raphael Gonçalves de Campos (019.936.861-93); Reinaldo Araujo Gregoldo (009.981.101-40); Reinaldo Pinto Junior (605.603.801-78); Rejane Ennes Cicerelli (311.813.518-20); Renata Batista da Silva (031.351.021-06); Renato Lucas Cardoso da Silva (027.010.431-31); Renato Mathias Barros (975.728.451-34); Renato Ohse Pereira (061.300.219-92); Renato Pereira Gonçalves (784.753.411-87); Roberio Sousa dos Santos (883.057.083-49); Roberto Alves Pereira (036.719.524-07); Roberto Anastacio Silva (017.019.871-55); Roberto Gil de Andrade (031.449.281-00); Samuel Souza Luz (009.951.481-80); Shirlene Lucia Silva Souza (073.560.146-10); Sidneia Fonseca Melo (677.500.446-04); Silvano Justino da Costa (244.100.471-91); Silvia Leticia Santos Barbosa Cardoso (728.031.695-68); Tabata de Sousa Londe (000.034.041-37); Tatiane Martins da Silva Bohnert (715.367.871-91); Tatyane Cavalcante Miranda (020.170.481-19); Telma Castro da Silva Vasconcelos (370.031.433-72); Thiago Henrique Soares Costa (013.589.661-41); Thiago Silva (011.614.031-32); Thiago da Silva Guimaraes (056.399.089-98); Thiego de Sousa Cotrim (725.533.241-20); Tiago de Souza Aragao (703.792.891-72); Valeria Ferreira Aguiar (006.531.901-07); Victor Acacio Guimaraes Santos (013.932.231-09); Victor Andrade de Araujo (070.701.036-54); Vinicius Rodrigues Vieira (034.875.841-31); Virgilio de Faria Bretas (928.882.401-49); Vladimir Impellizieri Andrade de Carvalho (364.986.611-00); Wagner Danilo Polissene Clifford (357.712.751-15); Wagner Jesus de Santana (831.180.471-00); Wandegleysson Pereira de Lima (702.651.351-68); Welton Ferreira (691.468.881-87); Wenderson de Sousa Chagas (028.560.601-88); Wenia de Oliveira Santos (005.791.391-90); Wesley Pamphilio dos Santos (008.043.891-10); Will Robson Rezende Bomfim (658.103.924-15); Willian Sobrinho Pereira de Araujo (003.582.753-00); Wilson Gustavo Vasconcelos Monteiro (022.702.741-80); Wilson Vasconcelos de Souza (635.542.401-68).

1.2. Órgão: Ministério do Meio Ambiente.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7322/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.780/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jeremias Leite da Silva (052.428.754-61); Jose Adeilton da Cruz (973.984.384-00); Luiz Braz da Silva Neto (212.659.334-72); Waltson Lins de Miranda Neto (067.456.834-66).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - MI-CI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7323/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-021.815/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alanderson Menezes da Silva (081.080.837-45); Cláudia Gouveia Castelo Branco (711.364.607-72); Flávia Regina Santos da Silva (658.640.184-49); Frederico Araújo Ramos (296.460.491-68); Gilvan Queiroz Tavares (160.048.847-15); Guilherme Costa Duarte (956.470.587-87); José Carlos Martins da Lomba (275.440.877-00); José Cupertino de Oliveira Sampaio (204.559.257-04); Maria Madalena de Pazzis Soares Barbosa (266.805.996-87); Maurício Ribeiro da Fonseca (843.463.537-20); Orlando Lima de Andrade Júnior (112.101.087-39); Patrícia Rangel Pestana Cecílio (745.676.677-00); Rafael Broz Mulé (113.882.037-74); Vera Lúcia Meneguzzo (311.722.290-15); William Roberto Falcone (064.543.059-53).

1.2. Órgão: Departamento de Engenharia e Construção do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7324/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-021.822/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Renato de Souza Nunes Rodrigues de Sá (111.967.727-03).

1.2. Órgão: Escola de Saúde do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7325/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.851/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Carolina Torres Soares Maia (007.206.251-73); Cristoffe de Campos Oliveira (015.322.171-29); Ednai dos Santos Batalha (011.756.251-32); Felipe Gomes dos Santos (004.143.261-48); Gustavo Carlos Couto (003.063.401-60); Josemar Mendes de Sousa (031.215.684-77); Juliana Torino de Godoy (820.145.150-34); Lara de Lacerda Santos Ribeiro (727.626.671-00); Leandro Camera dos Reis (998.390.591-49); Lígia José de Sousa (009.198.151-46); Marcelo de Macedo Reis (656.689.283-49); Pedro Paulo Martins da Fonseca (031.214.825-99); Rafaella Guimaraes de Castro (003.170.331-31); Rodrigo Oliveira Silva (005.663.321-16); Sandra Maria Alves Rodrigues (386.335.151-72); Suzzie Conceição de Oliveira Valladares (059.653.386-19); Thais Regina Magalhaes Fernandes (037.375.931-24).

1.2. Órgão: Ministério do Meio Ambiente.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7326/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-021.915/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adilson Anderson dos Santos (038.037.584-24); Alcides Antonio Mariz Pessoa (614.770.794-91); Ariadner Sampaio de Oliveira Bezerra (886.439.134-72); Augusto Cesar da Silva (040.921.514-70); Breno Damazio Leite (039.732.334-46); Bruno Cesar Fraga (059.385.874-33); Cesar Thiago Jose da Silva (064.104.014-85); Dalva Bezerra da Silva (630.760.984-20); Fabio Luiz Oliveira Silva (028.400.334-45); Giuliano Porphiro Gomes (947.052.084-04); Ivan Luiz da Silva (127.885.464-91); Ricardo Jose Ferreira (027.712.754-81); Rubem Silva Malafaia Junior (007.452.404-61).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - MICI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7327/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-022.051/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Laudicéia Dias Amaral da Silva (156.413.038-01)

1.2. Órgão: Departamento de Engenharia e Construção do Exército - MD/CE

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7328/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-022.072/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ayrton Barreto Silva (071.546.214-86); David Mota dos Santos (114.067.917-17) e Fernando Gonçalves de Arêa Leão (017.866.943-10).

1.2. Órgão: 51º Batalhão de Infantaria de Selva - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7329/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-022.121/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Margarida Marques Portugal (073.749.167-10); Ayuni Larissa Mendes Sena (002.087.291-78); Caio Alvarez Marcondes dos Santos (214.659.878-60); Clivia Bezerra Araujo (512.990.702-72); Cristiane Lopes Costa (000.181.811-20); Daniel Filipe Dias (066.769.576-12); Fatima Esper (027.396.596-44); Felipe Ramos Nabuco de Araujo (098.857.687-26); Felipe Seino dos Santos (217.634.578-93); Fernanda Conceicao Gaio (323.068.418-45); Gabrielle Rocha Placido (030.760.269-92); Henrique Cesar Lemos Juca (007.279.289-29); Heraldo Jose Evangelista Botelho (047.395.876-70); Iriane Cristina Piva (610.504.821-15); Jean Carlo Correa Figueira (519.196.721-68); Josiano Cordeiro Torezani (102.712.517-43); Katherine de Oliveira Fonseca (732.893.612-68); Lara de Queiroz Ladeia (714.331.201-00); Leonora Milagre de Souza (994.716.471-34); Luiz Rogerio de Oliveira (632.232.952-91); Lys Monteiro Sampaio (057.152.034-06); Marcos Jose de Oliveira (332.702.048-50); Mariana Penido Scotti (072.575.716-78); Mauricio Pires Martins (128.170.388-51); Melina Wiering Vilas Boas (809.964.425-53); Natalia Von Gal Milanezi (004.904.051-00); Rafael Freire de Macedo (008.491.174-37); Rafael da Fonseca Duarte (052.639.047-62); Renata Leitao da Conceicao (765.877.702-15); Rodrigo de Figueiredo Calazans (570.235.731-00); Tatiana de Azevedo Branco Calcada (089.375.187-16); Thiago Aguiar Couto Costa (103.703.107-56); Victor Paulo Azevedo Valente da Silva (097.795.807-86).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7330/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-022.234/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Acir Almeida Trindade Filha (704.116.620-15); Adriana Stiborski (556.894.500-49); Anderson Daniel Macedo Machado (812.174.800-30); Augusto Rodrigues Porciuncula (811.508.060-87); Carla Wagner Matzenbacher (014.401.350-96); Carolina Sant Anna Machado (828.937.800-91); Eliana Rigotti Menezes (804.393.140-20); Julia Goltz Muniz (012.098.440-79); Kaue Pereira Menezes (013.581.580-02); Maria Angelica Antunes (991.295.820-91); Ricardo Machado Leite (817.545.740-68); Tanya Wichiniesky Tatsch (294.229.570-87); Vinicius Souza Schardong (017.623.420-90).

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - MICI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7331/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.781/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Amanda de Sousa Cunha Ribeiro (053.612.487-62).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ - JE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7332/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, II da Resolução TCU nº 206/2007, na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados.

1. Processo TC-024.992/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcio Delgado de Oliveira (970.275.701-06); Marcio Dias de Castro (035.494.933-04); Marcio Fernandes Silva (011.056.361-19); Marcio Geazo dos Santos (696.637.934-49); Marcio Gomes Correa (152.908.058-42); Marcio Jair de Melo (119.080.106-06); Marcio Jose Cordeiro Figueiredo (898.921.782-20); Marcio Junior Rodrigues (039.699.659-00); Marcio Pereira da Silva (896.055.431-68); Marcio Roberto Marinho Andrade (079.759.567-83); Marcio Roberto dos Santos Nascimento (016.876.025-81); Marcio Souza Lima (003.783.181-01); Marcio Souza da Silva (032.446.251-42); Marcio do Amparo (789.691.745-91); Marcioclei Amburgo da Silva (866.974.202-00); Marcionilo Tavares Toloza (699.417.772-68); Marco Antonio Gaudenzi (555.139.560-04); Marco Antonio Venerando (069.216.028-00); Marco Aurelio de Camargo (355.809.908-71); Marcondes Santos de Oliveira (997.506.781-68); Marcone Aguiar Domingues (013.318.995-32); Marcone Santos Gomes (052.957.105-64); Marcones Luis Gomes (045.835.394-95); Marcos Aldana Gavilan (010.287.181-79); Marcos Antonio Alves da Cruz Bom Despacho (029.310.181-71); Marcos Antonio Alves de Sousa (441.785.813-68); Marcos Antonio Ferreira da Silva (811.647.347-68); Marcos Antonio Rodrigues da Silva (465.234.721-91); Marcos Antonio Souza Brito (070.435.347-47); Marcos Aurelio Almeida Salomao (002.507.256-06); Marcos Aurelio de Souza Arruda (033.275.841-92); Marcos Correa Pereira (022.084.767-35); Marcos Farias de Oliveira (030.388.205-04); Marcos Ferreira Mota (845.272.776-34); Marcos Fleury Fernandes (691.900.971-49); Marcos Goncalves da Costa (907.454.266-20); Marcos Guanaes dos Santos (004.369.635-07); Marcos Martins de Melo (045.865.826-00); Marcos Oselame Vargas (022.822.379-27); Marcos Paulo Coelho (088.297.177-89); Marcos Paulo Lisboa de Almeida (126.853.937-65); Marcos Paulo de Oliveira Fernandes (033.036.473-13); Marcos Paulo dos Santos (071.395.337-33); Marcos Pedroso Rodrigues Pires (350.062.378-64); Marcos Pereira da Silva (047.405.375-08); Marcos Porchat Cauduro (177.793.538-50); Marcos Reginaldo Martins Pereira (020.140.531-89); Marcos Roberto Ferreira (064.198.746-37); Marcos Roberto Mendonca Martins (121.857.757-66); Marcos Roberto Souza da Silva (056.338.235-08); Marcos Rodrigues da Silva (007.677.291-88); Marcos Rogerio Siqueira (036.879.039-82); Marcos Vasconcelos (004.219.659-08); Marcos Vinicius Cevila (000.789.902-54); Marcos Vinicius Moreira (088.250.516-54); Marcos Vinicius Pires Arantes (362.384.378-47); Marcos Vinicius de Oliveira da Silva (147.521.307-77); Marcos Vinicius dos Santos (040.717.305-60); Marcos Wiliam Gomes da Silva (052.178.079-97); Marcos de Jesus Lima (869.332.482-91); Marcos de Paula Teixeira (127.728.047-98); Marcus Henrique Meireles de Souza (031.941.331-44); Marcus Vinicius Nunes Maciel (116.095.237-09); Mardomy Lima Xavier (979.708.753-00); Mardonio Sousa dos Anjos (046.086.593-59); Margaret do Nascimento Guerreiro (309.265.482-04); Maria Aparecida Quirino Demezio (292.210.878-32); Maria Aparecida Simoni Vicozi (007.758.977-79); Maria Aparecida de Freitas Ribeiro (123.423.407-61); Maria Betania Tulher (066.783.096-00); Maria Betania das Virgem Coelho (035.877.395-44); Maria Edjane da Silva (268.695.458-20); Maria Francilda Andrade Santos (025.021.074-66); Maria Francilene de Souza Silva (918.312.451-91); Maria Izabel Oliveira Miranda (878.323.211-72); Maria Jose Fachette (015.480.747-80); Maria Lucia Liberato Ribeiro (074.628.197-83); Maria Lucia da Conceicao Mariano Flora (031.623.327-70); Maria Madalena Santos de Lima (983.370.682-72); Maria Seloir Fogaca da Silva (646.076.900-15); Maria da Penha Souza dos Santos (711.187.052-20); Maria da Penha Vago dos Santos (123.894.087-02); Maria de Jesus Gomes de Sousa (012.634.731-05); Maria do Espirito Santo Ribeiro da Silva (030.201.511-63); Mariana Lara (358.464.338-47); Mariana Neves da Costa (128.704.407-74); Marildo da Silva Viriato (241.904.622-68); Mario Eduardo Chasco (070.521.249-12); Mario Felipe Garcia Ramos (333.170.098-37); Mario Frederico de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sousa (998.427.771-20); Mario Marcos Agostinho Melo (041.938.583-59); Mario Nei de Amorim Pedroso (989.340.231-04); Mario Regis Tome Menegildo (933.730.900-91); Marisa Fiuza da Silva (878.371.101-53); Marivaldo Lima da Silva (080.628.444-71); Marizete Ad Vincola Roma (045.708.982-20); Marla Mercia da Costa Borges (498.077.141-68); Marlan Ribeiro da Rocha (001.852.363-32); Marlei Alves de Assis (023.136.607-88); Marlene de Oliveira Silva (065.739.906-09).

1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7333/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, II da Resolução TCU nº 206/2007, na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados.

1. Processo TC-024.997/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roterdan Wilker Magalhaes (097.059.086-56); Rozelino de Moura (318.406.178-70); Rozinaldo Ribeiro da Silva (939.643.403-59); Rubenilson Lopes de Sousa (027.754.141-76); Rubens Albernas Neiva Costa (620.065.921-49); Rubens Carlos Trindade Oliveira (462.809.281-87); Rudgley dos Santos Silva (076.198.964-14); Rudson Basilio Zenke (002.465.562-77); Rui Ferreira Martins (411.597.398-62); Ruzimar Francisco Soares (254.147.201-34); Salvador Alves Rodrigues (046.992.993-69); Salvador Custodio de Farias (894.950.983-00); Salvador Rodrigues da Silva (386.264.033-72); Samarone Leandro Silva (091.959.086-17); Samuel Martins Fonseca (021.898.703-05); Samuel Paulo dos Santos (972.960.072-49); Samuel Tolosa dos Santos (005.757.932-60); Sandra Macedo dos Santos (979.739.391-72); Sandro Gomes dos Santos (000.974.352-95); Sandro Gonoring Krause (107.744.047-28); Sandro Miranda da Silva (469.162.702-25); Sandro Pereira dos Santos (038.892.749-60); Sandro Pinheiro de Jesus (108.382.146-65); Sandro Ricardo Basso (299.923.111-34); Sandro dos Santos (017.238.839-21); Santelino Barbosa dos Santos (002.450.256-18); Santino Afonco de Faria Junior (036.468.431-36); Santo Traspadine Filho (132.047.997-94); Saulo Rendineri de Oliveira (061.040.906-99); Savio Augusto Graca Ribeiro (029.455.145-08); Sayonara Almeida da Silva (018.720.833-66); Sebastiana de Souza Alves (691.963.205-59); Sebastiao Aires de Souza (745.449.771-34); Sebastiao Duarte da Silva (502.604.051-91); Sebastiao Luis da Silva (040.864.321-88); Sebastiao Nunes de Lima (498.225.862-72); Sebastiao Pinto de Almeida (076.576.148-38); Sebastiao Purfirio (531.896.209-20); Sebastiao Reis Pessoa (662.951.732-68); Sebastiao Silvestre Moreira (420.600.791-87); Sebastiao Xisto da Silva (026.008.101-96); Sebastiao dos Santos Alves Filho (837.395.802-91); Sebastiao dos Santos Gomes (895.982.292-20); Selma Batista de Oliveira (883.517.421-04); Semario Vieira dos Santos (005.162.002-24); Sergio Aparecido Candido Junior (096.103.136-04); Sergio Batista de Oliveira (717.994.601-00); Sergio Cerqueira Rocha (890.626.982-04); Sergio Domingos dos Santos (105.243.937-37); Sergio Macedo de Jesus (003.659.335-46); Sergio Marcos Oliveira da Silva (018.004.821-08); Sergio Martins Oliveira (031.068.715-20); Sergio Paixao Rodrigues Santos (028.732.115-04); Sergio Reis Magalhaes (096.685.626-07); Sergio Reis dos Santos Silva (602.226.193-76); Severino Manoel Pereira (021.450.414-00); Sidalva de Jesus Santos (028.057.875-01); Sidinei Martins da Costa (065.072.789-47); Sidinei Ribeiro da Rocha (962.602.703-72); Sidnei Antonio Ferrari (079.163.429-95); Sidnei Arruda Melo (882.430.011-15); Sidnei Cebalho Baroncielo (022.907.261-50); Sidnei Gaiafa da Silva (115.332.847-09); Sidnei dos Santos Sales (985.742.802-91); Sidney Alves Martins (098.551.937-17); Sidney da Trindade Carvalho (968.001.193-34); Silamar Prestes da Rosa (755.492.630-68); Silvamar de Souza Carvalho (032.710.351-56); Silvanei Santana (025.387.381-99); Silvano Jose de Araujo (819.416.331-53); Silvano de Souza Carvalho (983.415.531-04); Silvia Cirene de Matos (076.559.146-48); Silvinho Lopes Brazao (000.986.992-10); Silvio Cesar de Sousa Ferreira (011.219.627-69); Silvio Ferreira de Souza (034.566.581-33); Silvio de Jesus Goncalves (985.193.526-34); Silvoney de Moura e Silva (844.747.341-49); Simiao Neto Tavares (351.019.703-87); Simiao da Silva (929.798.073-20); Simone Ferreira de Souza (004.138.842-95); Simone Fortes Pereira (359.390.138-21); Sinvaldo Venancio (830.693.489-04); Sipriano de Souza Santos (931.904.251-91); Socrates Ferreira Custodio (055.916.396-74); Solange Beatriz Andrade de Souzas Soares (053.851.737-97); Solange Clarice de Lima (300.555.981-53); Soneli Vaz Gomes (062.829.819-64); Souvenir Paganini (409.664.702-06); Stefanne Bonniek de Oliveira Souto (994.282.101-53); Sydney Marcos da Silva (011.173.142-94); Taissa Rego Xavier (101.675.727-17); Tania Cristina de Souza (058.336.507-80); Tatiana da Silva Costa Pinto (112.020.117-99); Tereza Haase Rossow (080.316.867-50); Thairon Augusto Graca Ribeiro (020.753.485-37); Thais Ferraresi Pereira (246.281.448-50); Thales Augusto da Silva Jacob (094.125.346-55); Thales Henrique dos Santos (107.328.206-69); Thiago Augusto da Costa Gallo (132.843.467-24); Thiago da Silva Guimaraes (347.998.328-67).

1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7334/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, II da Resolução TCU nº 206/2007, na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado.

1. Processo TC-025.137/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Airina Silva dos Santos (033.716.221-26).

1.2. Órgão: Ministério do Meio Ambiente.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7335/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, II da Resolução TCU nº 206/2007, na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado.

1. Processo TC-025.166/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eduardo Virgílio dos Santos Marques (129.441.607-37).

1.2. Órgão: 20º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7336/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado:

1. Processo TC-016.611/2011-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria de Barros de Moura (035.440.121-11).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MT - JE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7337/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.614/2011-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Camila Zanin Camilo (085.197.259-45); Edna de Oliveira Zanin Camilo (724.801.579-20); Escolástica Claro Scheibe (911.009.339-72); Odilair Alves Ribas (034.714.039-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PR - JE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7338/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado:

1. Processo TC-025.654/2011-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Beatriz Ferreira Guimarães (619.112.831-20).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7339/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.658/2011-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cristian Henrique de Almeida Costa (435.962.718-19) e Ione Cristiane de Almeida Costa (276.759.308-35).

1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7340/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.803/2011-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Silva dos Santos (034.143.507-42); Anita Dantas da Silva (000.685.224-60); Anna Judith Moraes e Barros (119.410.286-75); Anna Martta de Moraes e Barros (119.410.296-47); Antônio Alves de Souza Filho (015.222.742-35); Anísia Andrade dos Santos (662.887.627-68); Carmen Farias de Souza (014.511.557-78); Catharina da Cunha dos Santos (628.082.227-34); Domingas Ferreira Nunes (950.810.703-00); Elisângela Pinto de Carvalho (016.613.987-40); Felicia Luongo da Rosa (163.802.708-09); Helena de Souza Faria (454.098.382-20); Iara Silva de Lima (036.024.284-78); Ilza Gomes Fernandes (068.098.637-53); Isabel de Melo Franco Sousa (002.642.452-53); Julieta Alves Ferreira (126.176.954-68); Laura Dias Fernandes (016.191.058-02); Leonirdes Franco da Silva (561.762.879-87); Manoel Senna (043.817.347-34); Maria Denise dos Santos (841.823.697-34); Maria Gomes Rosário da Fonseca (279.517.152-04); Maria José da Silva (836.346.147-49); Maria Leda Oliveira de Holanda (449.258.754-34); Maria Lúcia Ferreira Viana (253.623.211-53); Maria das Dores Ferreira Barros (724.096.226-15); Maria de Lourdes do Nascimento (006.342.057-06); Maria do Carmo de Lima (405.447.534-53); Márcia Libório Ferreira (006.014.057-73); Nelma Furtado de Souza (015.222.732-63); Nilse Pinheiro de Sousa (612.818.407-34); Odete da Conceição Lima (212.877.778-05); Priscila de Cassia Patrício de Oliveira (009.823.022-07); Roci Ferrarini da Silva (519.416.789-04); Valentina Maria Pereira (824.067.407-06); Vandyr Leal Santos (013.727.692-34); Wagner Tancredo Moraes e Barros (119.410.276-01); Zilda Lima Wolf (246.783.888-93).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7341/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de 'pensão especial a ex-combatente' em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-015.978/2011-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Alice dos Santos Pompeu (320.388.318-07); Ana Maria Pilon (043.037.278-73); Ana Rita Muller dos Santos (188.070.408-08); Cacilda Aparecida Leite Pereira (081.042.668-45); Celia dos Santos Molina (309.844.648-08); Claudemir Pereira de Alvarenga (231.651.968-77); Cleusa Marina de Marchi (289.821.518-00); Dionizia Luciano Rosa (307.567.728-00); Dirce de Sousa Portes (252.285.138-17); Eliana Bassi Chaim (156.998.378-09); Elisabete Pilon Schutz (156.073.388-86); Elvira Aparecida dos Santos (098.649.558-10); Elvira Lopes de Carvalho (162.791.248-78); Ernestina Gomes de Abreu Marcondes (042.430.368-02); Germano Gonçalves da Rocha Neto (230.194.578-23); Hadair de Oliveira Geraldo (588.212.606-15); Ivanilde da Silva Santos (178.257.398-41); Josefa Miranda Negrisoli (372.285.609-49); José Vieira da Silva (233.639.418-97); Kelvy Thomaz da Silva (339.442.628-59); Maria Alice da Silva Victorino (246.939.078-80); Maria Euflozina de Andrade (259.233.118-28); Maria Helena dos Santos (216.830.298-79); Maria Inês Gabriel (038.733.498-09); Maria José Esteves (060.567.518-05); Maria Martha de Moraes Faria (179.131.758-85); Maria Reis Andrade da Silva (094.371.798-16); Maria Sebastiana Martins (810.048.008-78); Maria da Paz Souza Moreira (160.312.798-43); Maria de Lourdes Siena Trovo (331.522.048-41); Maria dos Anjos Silva (177.366.698-30); Neusa Pereira dos Santos Silva (786.611.108-15); Paschoalina Silva de Moraes (226.826.748-28); Sueli Pilon Vieira (155.943.538-01); Tais Rosa Baltazar de Souza (227.850.908-02); Tarcisia de Oliveira (434.250.228-30); Valcira An-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

geli de Lima (033.702.268-20); Valentina Rocha Ribeiro (213.232.808-04); Veralice Angeli Nepomuceno (029.902.428-80); Zeride Benetti Diogo (019.672.708-13).

1.2. Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7342/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame do mérito do ato de concessão de 'pensão especial a ex-combatente' de Henrique Moreira França, em favor de Edelzia Maidana Franca, por perda de objeto, em decorrência do cancelamento deste ato de concessão, e julgar legais os demais atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.979/2011-3 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Antonio Pereira Gomes (850.518.610-91); Dolores Fedrigo (260.688.690-91); Edelzia Maidana Franca (426.867.500-06); Eloir Terezinha Baldin Prates (294.423.970-87); Ines da Costa Salami e Silva (594.989.350-68); Jacira Souza de Melo (217.749.190-87); Jandira Souza de Melo (209.603.360-87); Juraci Farias de Andrade (382.087.170-53); Lais Bueno Correa Barbosa (147.771.850-87); Leontina Dutra de Farias (771.791.530-87); Loreni Amaral dos Santos Martins (461.215.950-00); Lorivete Baldin (405.377.570-15); Maria Iraci da Silva Vieira (368.179.610-68); Maria Sarita da Motta Sachs (452.102.680-04); Maria Sonia Rolim Correa (193.530.220-53); Martha Miracy Moro da Rocha (360.851.200-44); Otavio Salami da Silva (844.704.610-91); Pedro Henrique Benia (012.729.600-05); Seli Maria Baldin Braga (339.525.150-00); Sirlei Caldera Claro (146.424.250-04); Tereza Ines Denk de Quadros (941.324.889-34); Vadir dos Santos Rodrigues (380.162.060-34); Vera Lucia Baldin (393.630.230-87); Vilma Silva Dal Pozzolo (341.958.310-91); Wilson Mendes Rodrigues (278.933.400-53).

1.2. Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7343/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de 'pensão especial a ex-combatente' em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-015.986/2011-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Ana Maria Coelho (055.867.634-00); Antonia Maria de Medeiros Silveira (480.829.374-91); Antonio Alves da Silva (040.306.428-70); Cicero Batista de Araujo (010.574.914-11); Euricleia Correia Lira Penha (062.091.064-04); Flavio Andre da Silva (824.812.884-91); Francisca Ribeiro da Silva (762.665.754-34); Izaura do Rosario da Silva (276.137.634-04); Josefa Sousa Oliveira (536.029.274-15); Leopoldina Batista da Silva (012.817.024-71); Marcos Costa de Souza (565.221.774-04); Maria Cristina de Araujo (626.249.034-53); Maria Luiza de Souza (087.268.144-04); Maria do Carmo Silva Assunçao (268.139.634-49); Regina Camilo Lins (055.328.344-82); Severina Selma da Silva Barbosa (417.975.074-00); Severina da Silva Nunes (200.100.284-04); Solange Machado da Silva (265.978.704-25).

1.2. Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7344/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de 'pensão especial a ex-combatente' em favor do beneficiário a seguir relacionado:

1. Processo TC-015.988/2011-2 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessado: Teresinha Sanches Prazeres (042.259.253-66).

1.2. Órgão: Décima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7345/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de 'pensão especial a ex-combatente' em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-015.989/2011-9 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Geni Martins Vieira dos Santos (084.156.411-68); Jandira Bicalho Amato (010.922.101-05); Leni Maria de Louredo (310.006.141-15); Maria Gomes da Silva (737.162.604-44); Maria Helena de Carvalho (488.002.956-49); Maria Lourdes Campos (222.911.481-68); Maria Nasare Bezerra de Araujo (371.723.441-20); Maria de Abreu Araújo (761.151.191-20); Maria de Lourdes Teixeira Farnezi (015.538.371-00); Roseli Rodrigues Caldeira (843.751.837-72); Rosemeire Rodrigues da Silva Pinto (922.950.537-49); Sônia Maria de Jesus Louredo de Oliveira (217.563.766-20).

1.2. Órgão: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7346/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de 'pensão especial a ex-combatente' em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-015.990/2011-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Etienete Diniz Aguiar Meireles (130.332.648-59); Hilaede Meireles Silva (164.676.632-68) e Hirlete Meireles Pinto (078.678.402-49).

1.2. Órgão: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7347/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de 'pensão especial a ex-combatente' em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.002/2011-3 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Maria Teresinha Ruschi Mendes de Oliveira (071.354.507-01) e Norma Rodrigues de Brito (033.332.647-49).

1.2. Órgão: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7348/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado:

1. Processo TC-020.527/2011-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Simone Machado Barreto (517.755.575-53).

1.2. Órgão: Sexta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7349/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-020.529/2011-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Andressa Martezi dos Santos Assumpção (229.418.958-25); Maria Juraci da Silva (816.796.961-49); Silvana Quiantareto da Silva (697.548.701-44).

1.2. Órgão: Nona Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7350/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-020.531/2011-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aline Lemos de Mendonca Vianna (544.254.842-15); Aurora Bento de Oliveira (564.236.912-15); Benjamim Sebastiao Martins da Silva (920.769.712-20); Cristina Gaviao Pereira (920.770.212-68); Ermelinda Nunes de Salles (111.961.732-49); Itanara dos Santos da Silva (993.950.022-04); Ketlen de Souza Lourenco (009.612.952-28); Maria Luciene de Albuquerque Belem (257.486.078-08); Raiara Alves da Silva (021.303.642-84); Renata Alves da Silva (005.342.582-04); Robenita Alves da Silva (909.282.452-68); Robertina Alves da Silva (718.259.322-04); Telma de Castro Mineto (105.071.162-91).

1.2. Órgão: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7351/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, na forma do art. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência do falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-020.855/2011-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cecilia Gomes Nunes (690.862.907-44); Elba Ferreira Chaves (482.891.837-04); Lazy Rubim Creder (044.453.997-28); Luzia Filgueiras Lima dos Santos (853.417.467-91); Maria Oliveira de Carvalho (060.697.987-59); Regina Izaura de Souza Bandeira de Mello (925.882.207-20).

1.2. Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7352/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, na forma do art. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-020.857/2011-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Zelia Loures da Costa (746.916.516-91).

1.2. Órgão: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7353/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, na forma do art. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência do falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-020.858/2011-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Eloi Farias (025.072.344-15); Iraci Bezerra da Silva (008.503.734-68); Maria José de Oliveira Lucena (782.845.114-87); Theresinha de Jesus Albuquerque de Oliveira (007.377.504-56).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7354/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-018.335/2011-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Gilmar Jose Carra (769.490.367-87); Hederson Zenobio dos Santos (334.290.061-04); Helder Pereira Rosa (005.572.319-57); Hildebrando Leivas Neves (011.958.670-34); Horacio Acacio Augusto (493.248.378-34); Hubens Hudson Dias (322.948.911-04); Hélio de Moura (207.893.518-20); Idelberto Braz (021.599.610-00); Inácio Barboza de Souza Filho (200.990.701-97); Ismael Marcelo de Sales (283.660.261-91); Ivan Botelho do Amaral (017.638.730-72); Ivan Gurgel Fortes (060.455.377-34); Jacimar Adelson da Silva Saldanha (318.264.407-63); Jairo Nascimento Correia (244.762.853-68); Jayme Costa (073.326.707-63); Jeziel Anacleto de Souza (102.559.317-00); Jilmar de Jesus Souza (791.938.975-53); Joao Maria Rousoski Lima (222.191.299-34); Joao Pereira Nunes (004.696.023-68); Joao Saturnino da Silva (009.014.071-00); Jorge Alberto Fukuhara de Carvalho (018.939.716-00); Jorge Chames Filho (070.543.477-06); Jorge Levi Salles Pereira (315.064.617-00); Jorge Luis Amarante (166.517.820-53); Jorge Luis Rufino (884.560.307-59); Jorge de Freitas (077.771.917-72); Jose Ailton Ferreira de Sousa (341.677.061-72); Jose Albertine (151.439.968-72); Jose Claudio Araujo (010.362.115-68); Jose Damacena Pereira (048.579.508-63); Jose Demetrio de Paula Mendes Filho (004.795.354-34); Jose Marcio Oliveira de Santana (839.911.825-72); Jose Reinaldo de Jesus Farias (696.775.301-00); Jose de Mattos Filho (053.170.458-00); Joselio Salvio Oliveira (517.303.593-53); Josué de Oliveira Silva (104.595.531-00); José Airton de Andrade Bomfim (009.231.091-53); José Carlos da Silva (050.133.480-72); José Fernando (016.051.605-63); José João de Azevedo (033.667.827-49); José Moraes (002.475.025-53); José Nunes de Melo (003.282.193-04); José Nunes de Oliveira (044.787.110-20); José Roberto Pinto Bastos (093.111.900-63); José Sales da Silva (012.900.704-82); João Lucindo de Souza (005.513.175-15); João Paulo Saboya Burnier (221.865.148-34); Juarez Antonio da Silva (233.685.867-34); Julio Sérgio Dolce da Silva (191.761.397-00); Juracy Coutinho de Almeida (008.416.684-34).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7355/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-018.336/2011-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Leandro da Conceiçao Campello (096.821.527-04); Leone de Moraes (024.997.547-53); Lidimar Gabriel de Oliveira (948.312.381-04); Lourival Pereira (059.999.796-68); Lucio Jose Lobo Melo (294.192.123-00); Luiz Coelho Rodrigues (099.970.407-91); Luiz Fernandes Vieira Alencar (069.985.932-87); Luiz Jose dos Santos Filho (217.921.513-49); Luiz Mário Valle Correia Lima (129.261.677-68); Luiz Ramalho de Souza (049.883.457-34); Luiz Rezende Notaroberto (009.396.500-10); Manoel da Silva Filho (690.747.631-20); Marcelino Maia da Silva (247.904.513-72); Marcelo Mariano da Silva (009.225.634-11); Marcio Moreira dos Santos (000.673.251-81); Marcio Souto de Moraes (366.556.601-06); Marco Antonio Auvray Guedes (058.542.299-00); Marco Tulio Sabino Campos Lamounier (063.834.096-97); Marconi Chaves dos Santos (051.939.916-10); Marcos Antonio Pina Barbosa (037.910.337-00); Marcos Aurelio Aleixo (689.357.906-30); Marcos Aurelio da Silva Almeida (371.468.823-49); Marcos Evangelista Souto Vilela (033.736.061-87); Marcus Mauricius Holanda (513.108.803-87); Marilio Xavier da Silva (034.810.267-49); Mario Nascimento Ramires (000.150.010-40); Mauro de Castro (029.847.411-53); Miguel Barbosa da Silva (002.401.504-06); Milton Firmino (202.528.037-87); Moacir Malagoli Junior (172.378.668-34); Moacyr dos Santos (046.121.080-00); Murilo Bezerra do Nascimento (303.250.798-70); Mário Hecksher Neto (042.615.006-63); Mário Sérgio Travassos da Costa (024.000.818-91); Napoleão Lavor de Menezes (003.284.643-68); Nelcivaldo Pessoa de Brito (809.138.141-72); Nelson Cibulars (037.064.197-34); Nelson Oliveira Magnus (131.632.990-91); Nelson Soares Dias (062.719.287-49); Nelson Veloso Cavalcanti (035.352.747-53); Nestor Odilon dos Santos Webber (003.294.600-72); Ney Monteiro Figueiredo (093.115.640-87); Nillo Guedes Moreira (031.902.180-72); Orlando Lins de Siqueira (104.348.604-68); Orlando de Oliveira (003.691.015-53); Oziel Pacifico (000.850.277-31); Paulo Cesar da Silva Santos (001.436.755-67); Paulo Cezar Gonçalves Camanho (057.766.198-15); Paulo Inacio da Silva (916.861.801-87); Paulo do Anjos Frtsch (037.083.908-06).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7356/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-018.490/2011-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Miguel Barbosa da Silva (002.401.504-06); Moacyr Baptista (058.242.227-20); Moacyr dos Santos (046.121.080-00); Olavo Facó (010.225.553-91); Paulo Roberto Roxo Ramos (059.224.537-34); Pedro Ramos de Oliveira (005.350.954-49); Sebastiao Rodrigues de Almeida (048.597.237-91); Sirlei Gomes de Oliveira (112.208.569-91); Sirlei Gomes de Oliveira (112.208.569-91); Vilsolino Dias (040.417.801-44); Vilsolino Dias (040.417.801-44); Winnetou de Carvalho Espíndola (007.882.012-04); Yvens Ely Monteiro Marcondes (183.157.477-20).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7357/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-020.265/2011-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adail Santos e Silva (054.235.207-97); Adalton Pereira Pinto (314.992.367-00); Ademar Batista Vacari (020.639.800-04); Ademar Machado (068.537.657-53); Adib Mures Saker (029.473.908-49); Adão Fernandes dos Santos (090.860.641-91); Aguinaldo Pereira de Lima (028.672.907-59); Airton Brasil Fagundes (128.163.701-78); Alcebiades Muniz Filho (008.038.559-15); Aldir Moreira Canela (080.450.707-49); Aldo de Souza Zuewskiy (613.860.901-82); Alex Martins Moreira (499.114.657-72); Alexandre de Andrade França Vitor (952.914.407-59); Alicio da Silva (046.543.900-49); André dos Santos Braga (073.310.487-83); Andréa Rúbia Perfeito de Almeida (677.209.196-53); Angelo Jose Silva Raiol (926.416.951-20); Anisio Gonçalves (057.992.447-53); Antoniel Batista da Silva (007.440.854-20); Antonio Augusto Renaud (321.751.087-91); Antonio Barbosa (026.269.182-53); Antonio Carlos Hernandes (001.716.128-25); Antonio Carlos Lima da Fontoura (227.061.430-53); Antonio Cezar Guimaraes (207.703.677-04); Antonio Claudio da Silva Telles (030.517.067-87); Antonio Inocencio da Silva Filho (254.119.007-78); Antonio Martins Rocha (003.533.453-34); Antonio Osvaldo Silvano (620.328.528-53); Antonio Pereira Lopes (155.752.179-49); Antonio Rosa de Oliveira (069.091.407-53); Antonio de Oliveira Xavier (336.760.112-87); Ariovaldo Nunes de Carvalho (003.176.321-91); Aristides Paganotti Neto (006.849.370-34); Astrogildo Winkelmann (011.338.610-91); Augusto Jose Ribeiro (009.596.266-20); Augusto Luiz Paulo de Lima (240.031.827-15); Ayrthon de Souza Franco (007.269.901-91); Azuerio da Silva Leao (005.028.200-04); Benedicto Ronas da Conceição Santos (026.752.857-49); Benedito Pinto de Franca (053.454.727-34); Benicio Pereira de Souza (763.309.904-68); Bolivar Mazon (009.390.211-53); Braz da Cruz (018.578.945-53); Bruno Brum Alves Camelo (103.762.187-54); Carlos Alberto Pinheiro Barbosa (050.811.908-10); Carlos Lheopis Machado (007.784.431-91); Carlos Porfirio da Rocha (038.022.487-91); Carlos Vinicius Zacarias (030.218.277-21); Carlos de Assis Delvan (110.569.599-91); Celso de Mello Sarmento (117.047.627-90).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7358/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-020.266/2011-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Celso Dissenha Portes (005.919.399-91); Charles Michael Said Silva (453.315.373-91); Cirio Santos Rosa (013.264.060-00); Clarito Frozza (198.806.260-87); Claudia dos Santos Souza Monteiro (775.922.555-53); Claudino Pinto Maretoli (899.066.670-87); Claudio Aires Coelho Espinosa (020.915.957-05); Claudio Mendes Simoes (001.972.112-91); Cleoson Roberto Silva Santana (827.929.762-68); Cleverson Sai (001.363.049-07); Cosme Feliciano da Silva (603.037.787-68); Cosmo Micaela (077.943.047-68); Crisanto Quadros Rodrigues (054.243.990-53); Dalvesco Corrêa dos Santos (131.455.250-34); Daniel Rufino da Silva (114.576.786-91); Darcy Jeronimo dos Santos (086.754.307-87); David da Costa (779.145.897-72); Dilson Regis (007.797.339-91); Douglas Moura da Silva (117.151.487-54); Edivan Fuziel de Souza (708.957.082-72); Edson Francisco Lorenzi (007.233.042-20); Eduardo Mendes Soares (278.182.097-00); Elenilton Braz da Silva (019.153.204-53); Elio Jorge de Vasconcelos (321.747.997-15); Elis Chagas Ferreira (070.005.107-49); Ely Correia da Silva (460.037.544-00); Erasmo Miguel Buarque (131.295.464-72); Erlaine Leal Freitas (006.605.154-15); Erlei Antonio Silva Proença (501.345.748-34); Esmeraldo Alfaia (005.597.252-72); Etivaldo Maia Monteiro Filho (499.132.717-20); Evaldo Fernandes (207.159.517-34); Evaristo Correa Cardoso (029.028.342-68); Ezil de Magalhães Corôa (009.612.051-72); Fabiano Miguelotti Muller (016.159.537-52); Fabio Lanes Silva Rodrigues (081.097.477-01); Fabio Lucatelli Ulian (347.181.938-00); Fabio Madalena Silva (973.388.261-53); Fabio Ravanello Matos (051.013.489-02); Felismino Ananias (277.772.518-72); Fernando Cerqueira Macedo (013.903.125-18); Flavio Jose Conceiçao de Araujo (127.917.172-34); Floriano Aparício Teixeira (038.614.818-04); Francis Gonçalves de Oliveira (006.318.417-68); Francisco Barros Pereira Filho (235.048.033-04); Francisco Carlos Ferreira da Costa (181.108.192-49); Francisco Carlos de Moura (143.533.528-73); Francisco Carneiro da Silva (112.779.638-00); Francisco Hudson de Araujo Arruda (371.204.763-00); Franklin Felix de Barros (670.761.735-49).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7359/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-020.270/2011-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ranulfo Mendes (402.114.288-68); Raphael Vidal Dusi (018.928.606-78); Renato Fernandes de Andrade (019.962.664-20); Renato de Oliveira (016.308.710-52); Ricardo de Andrade Mendes (787.801.877-49); Ricardo de Siqueira Barreto (318.562.257-04); Rivaldo Jose da Silva (013.531.794-00); Roberth dos Santos Pereira (016.428.355-28); Roberto Henrique de Souza (335.102.297-20); Romildo Oliveira dos Santos (076.409.984-17); Ronaldo Costa Magalhães (254.140.627-49); Roque Spohr (332.383.910-20); Rui do Brazil Moreira da Silva (131.470.137-15); Santinor Alves da Rosa (110.151.109-59); Saul Elias Pranke (000.925.130-85); Savio Galvão Lacerda (119.776.801-78); Sebastiao Pereira (006.656.651-72); Sebastião Leão (004.691.067-00); Sebastião Teixeira de Siqueira (222.382.717-91); Sergio de Assis Schramm (092.644.008-00); Silvestre Manuel Freitas Noble (081.421.650-15); Silvio Pinheiro Bassedone (927.963.200-06); Sinval Geyer Mendonça (001.722.359-87); Telmo Rodrigues de Oliveira (045.922.470-00); Ubirajara Soares Sampaio (080.418.497-68); Ubiratan Pereira Gouveia (628.415.211-68); Ulisses Lisboa Perazzo Lannes (033.751.707-00); Urbano Liberato de Aguiar (004.440.142-68); Valdemar Daniel de Sousa Junior (799.838.129-91); Valdeni da Silva Junior (070.343.279-63); Vanderlei Jose Siqueira (081.071.140-00); Vilson Verner Schmorantz (048.236.640-00); Waldemiro Pegoretti (020.067.902-34); Waldez Lidio Correia Filho (426.455.147-15); Wilson Custódio Montanha (023.092.201-59); Wlademir dos Santos (112.655.902-49).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7360/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-020.516/2011-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ademar Machado (068.537.657-53); Alberto Alves Garibaldi (062.214.240-20); Alberto Alves Garibaldi (062.214.240-20); Alcebiades Muniz Filho (008.038.559-15); Aldo Freire Fagundes (032.752.137-68); Almir Macedo de Mesquita (000.539.023-00); Antonio Guedes Alcoforado (000.472.952-87); Armindo de Araujo Ferreira (125.663.148-53); Celso dos Santos Rodrigues (588.160.380-04); Cezario Silva Araujo (020.951.737-91); Clodomiro da Rosa Clós (048.237.450-00); Eneas Moretty de Almeida (075.668.167-72); Ernani Felix da Silva (008.213.900-82); Evaldo Fernandes (207.159.517-34); Francisco de Assis da Silva (013.350.573-15); Geraldo Pires de Carvalho (012.355.837-91); Gilberto Cardoso e Silva (002.107.223-04); Hallo Rinck Ribeiro (002.591.019-15); Haroldo Thaumaturgo Mendes de Moraes (039.743.167-87); Helio da Silva Belgues (044.991.667-72); Hermes

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Barbosa de Almeida (124.977.030-00); Hélio Vilela Barbosa (004.190.101-06); Hélio Vilela Barbosa (004.190.101-06); Jair Sartori (009.305.040-20); Jamir Claudio de Abreu (056.536.810-91); Joao Batista Rios (001.981.963-34); Joao Jose Cardoso da Silva (069.234.027-00); Joao Jose Cardoso da Silva (069.234.027-00); Joao Justino de Brito (003.918.753-53); Joao de Oliveira (153.768.857-04); Joemi Lana Quinn Lopes (009.167.577-49); Jose Antonio da Conceiçao (435.276.808-10); Jose Estevao dos Reis (043.244.989-20); Jose Geraldo Spinelli (001.935.855-53); Jose Giesbrecht (134.618.508-53); Jose Sady Magnanti (002.523.879-53); Jose Schieffelbein (004.623.060-20); Jose de Ribamar Rocha (001.492.173-15); Jose de Ribamar Rocha (001.492.173-15); José Flavio de Paula Pessôa Saboia (000.171.673-53); José Oscar Azambuja Segredo (003.860.901-06); Leo Futuro Rocha (076.338.820-34); Lourival Ribeiro do Rosario Filho (005.734.267-91); Lourival Ribeiro do Rosario Filho (005.734.267-91); Luiz Germano de Morais (140.243.228-34); Luiz Gonzaga de Oliveira (124.761.539-15); Manoel Feitosa Junior (010.016.394-72); Manoel Feitosa Junior (010.016.394-72); Manoel Vitorino do Amaral (003.095.831-87); Modestino Rossa (026.432.787-04).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7361/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-020.517/2011-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Nelson Lourenço Sodré (741.599.337-34); Nestor Geraldo Panizzutti (027.987.007-87); Nildo de Oliveira Costa (001.408.301-97); Nilton Rodrigues de Moura (051.440.195-87); Olivio Pinto (034.941.600-15); Oracy Moreira Reis (045.860.850-53); Orange Afonso Machado (057.271.620-68); Orozimbo de Oliveira (207.179.207-63); Oswaldo Nunes dos Santos (014.938.686-91); Ovande dos Reis (014.015.640-20); Paulo Luiz dos Santos (076.084.117-91); Pedro Angelo Kosloski (010.273.951-04); Pedro Carvalho de Melo (004.628.373-00); Peri de Avila Correia (046.720.200-10); Raimundo Nonato de Carvalho Melo (007.858.140-00); Roberto de Barros Ribeiro (022.500.987-00); Roberto de Barros Ribeiro (022.500.987-00).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7362/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-020.518/2011-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Roque Macedo Tavares (065.868.137-00).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7363/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-020.519/2011-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Rubens Couto (045.073.710-15); Rubens Ribeiro de Almeida (005.375.514-68); Sebastiao Celestino Irmao (007.117.565-20); Sebastiao Tenorio (145.559.648-53); Sebastião Alves Mourão (033.270.977-98); Sebastião Teixeira de Siqueira (222.382.717-91); Silas Manoel Camargo (113.995.708-20); Sydney Rabello de Vasconcellos (025.407.387-53); Sydney Rabello de Vasconcellos (025.407.387-53); Wanser Pereira Chaves (066.690.260-72).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7364/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-024.647/2011-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Abmael Pereira Santos (091.708.209-53); Abtomjerrisson Ribeiro Dias (838.625.445-91); Adauto Vieira de Paula (114.832.459-34); Adecio Izaias da Silva (730.464.697-72); Ademar Gomes (044.584.600-30); Ademir Correa (263.635.000-44)

1.2. Órgão: Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro-substituto Weder de Oliveira

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7365/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-024.655/2011-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Fabio Cesar Viana da Silva (314.755.438-40) e Fagner Gilgliori de Barros (520.798.132-34).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7366/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-024.668/2011-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Jose Dantas Filho (019.977.504-49).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7367/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-024.675/2011-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Luis Carlos Rodrigues dos Santos (177.926.651-00); Luis Henrique da Silva Cardoso (331.251.588-26); Luiz Alberto Falcao Beserra Filho (492.855.993-20); Luiz Alberto Orrico dos Santos (097.312.969-72); Luiz Antonio Berguenmayer Minuzzi (301.728.297-04).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7368/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-024.709/2011-5 (REFORMA)

1.1. Interessado: Sergio Bernardes (182.818.347-49).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7369/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-024.714/2011-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Valmar Peraça Ferreira (060.175.097-72) e Valmi Pedro Alves de Carvalho (541.190.060-34).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7370/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-024.736/2011-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Heitor Francisco Brasil Filho (552.514.398-49); Helcio Medeiros Ribeiro (048.807.497-53); Helio Antonio Ribeiro Simas (064.216.018-04); Helio Pereira Rosa (228.613.788-91); Helio dos Reis Soares (181.678.027-87); Helton Augusto Ferreira (265.879.807-59); Helvio Jose da Silva Amaral (371.211.037-53); Hemeterio Raymundo Guedes (044.797.268-53); Henri Ezequiel de Mendonça (028.803.342-68); Hermenegildo Melo Coelho (064.441.804-49); Homero Lucio de Abreu (385.871.307-49); Horácio Hudson Pinto Carneiro (070.369.494-49); Humberto Dantas Arboes (055.812.144-68); Humberto de Andrade (314.497.357-20); Humberto de Souza Ferro (003.835.381-49); Hélio Gomes Dias (554.163.308-72); Ironildo Costa Seelig (929.760.698-91); Isabel Gonçalves (085.682.818-18); Itamar Fernandes da Cunha (033.233.402-30); Ivan Jorge Gonçalves do Amaral (525.137.488-75); Ivan Silva Rodrigues (154.533.590-72); Ivani Martins Nery (054.810.230-91); Ivo Medeiros do Nascimento (006.122.354-91); Ivon Barbosa (011.333.900-30); Jack Sa Rego (017.837.777-53); Jailson Carlos Fonseca Lins (212.676.004-97); Jailton Jorge de Araujo Cordeiro (046.638.101-87); Jaime Carvalho de Oliveira Filho (042.125.172-72); Jaime Gilberto Silva Gomes (025.544.962-34); Jair Afonso Costa (140.642.276-20); Jair Angelo Vieceli (038.759.111-72); Jair Antonio de Araujo (740.758.968-20); Jair Antunes de Sousa Elias (013.045.547-40); Jairo Carneiro Magalhães (929.454.308-00); Jalbas Correia Matos (000.580.842-15); Jaldenir de Souza Moreira (053.694.364-87); Jamir Pires de Souza (093.479.336-00); Jayme Augusto da Silva Marques (090.396.437-68); Jeiel Eduardo dos Santos (029.692.972-72); Jeronimo da Silva Marques (967.657.988-20); Jidilse Jordão de Santana (548.486.448-87); Jjosé Luiz Vaz Neto (135.697.830-49); João Antonio Rodrigues Ventura (036.206.898-49); João Batista Carvalho Marcelino (715.621.768-20); João Batista Pereira da Silva (160.404.228-15); João Batista Ribeiro Lemos (054.606.384-53); João Batista da Luz (334.569.257-00); João Batista de Almeida (043.763.232-68); João Bosco de Carvalho (740.579.018-68); João Carlos Abreu (029.390.292-53).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7371/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-024.741/2011-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Levy de Faria Leite Junior (707.298.837-87); Libero Rossi Filho (130.368.317-20); Lorivaldo Polack (142.058.749-87); Lourenço Yrigoyen (033.784.387-20); Lourival Pelegrin (444.106.548-53); Lourival Vianna Dantas (028.777.837-15); Luciano Melo de Oliveira (255.351.617-72); Lucidio Chaves (001.051.719-72); Lucio Henrique Martins Buzinari (937.463.007-97); Luis Carlos Ferreira Gomes (230.179.887-91); Luis Claudio Botine (044.216.204-91); Luiz Alberto de Aguiar (074.222.611-53); Luiz Alberto de Oliveira Santos (270.350.937-53); Luiz Alexandre dos Santos (006.965.954-00); Luiz Antonio Serigati (577.014.588-91); Luiz Antonio Serra (238.604.217-00); Luiz Carlos Bady (198.945.700-20); Luiz Carlos Nei (142.809.810-00); Luiz Carlos Valuche de Azevedo (692.414.498-53); Luiz Carlos da Silva (635.761.808-00); Luiz Carlos dos Santos (094.421.460-68); Luiz Dias Gomes (042.763.297-87); Luiz Neri dos Passos (264.550.727-15); Luiz Neves Silveira (046.189.714-87); Luiz da Costa Cunha (137.946.470-68); Luís Rodrigues Barbosa (037.937.614-87).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7372/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:
1. Processo TC-024.745/2011-1 (REFORMA)
1.1. Interessado: Nilo Lima (242.990.817-49).
1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7373/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:
1. Processo TC-024.747/2011-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Paulo Fernando Paulinho de Almeida (030.088.197-53) e Paulo Henrique Carneiro de Amarante (037.549.528-20).
1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7374/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:
1. Processo TC-024.752/2011-8 (REFORMA)
1.1. Interessado: Ronaldo Jorge Carlos (176.389.337-53).
1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7375/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.
1. Processo TC-025.212/2011-7 (REFORMA)
1.1. Interessado: David Vieira Cabral (290.237.347-34); David Vieira Cabral (290.237.347-34).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7376/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.
1. Processo TC-025.214/2011-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Francisco Moreira do Nascimento (069.428.227-87); Francisco Moreira do Nascimento (069.428.227-87).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7377/2011 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o teor do subitem 9.2. do Acórdão TCU nº 2647/2007 - Plenário, que autorizou o arquivamento dos processos de tomada de contas especial cujo valor do débito, atualizado monetariamente, seja inferior a R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais);
Considerando que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, é no sentido do arquivamento do presente processo, em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara com fundamento nos arts. 143, V, 'a' do RI/TCU, art. 5º, § 1º, III e § 2º c/c art. 10, da IN-TCU nº 56/2007 e na forma do artigo 93 da Lei nº 8.443/1992, ACORDAM por unanimidade, em determinar o arquivamento do presente processo e inclusão do nome do responsável no Cadastro Informativo dos débitos não quitados de órgãos e entidades federais (Cadin) e em outros cadastros afins, na forma da legislação em vigor, bem como dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e ao responsável.

1. Processo TC-032.009/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Odair Justino de Souza (025.908.081-00)
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Goiás (SR(04)GO) Incra/MDA
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Goiás (Secex-GO)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7378/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao representante, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao responsável.
1. Processo TC-004.753/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Maria Angélica Borges da Silva.
1.2. Órgão: Tribunal Superior Eleitoral - JE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (3ª Secex).
1.5. Advogados constituídos nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7379/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao representante.
1. Processo TC-012.741/2009-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 17ª Região/ES - JT.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (Secex-ES).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7380/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao representante.
1. Processo TC-018.880/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Flávio Vieira Gadelha de Albuquerque.
1.2. Entidade: Município de Abreu e Lima - PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7381/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao representante.
1. Processo TC-026.173/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Município de Chã de Alegria - PE.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7382/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao representante, fazendo-se o alerta sugerido nos pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-029.539/2009-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Manoel Vieira de Santana (059.194.285-20).
1.2. Entidade: Município de Adustina - BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).
1.5. Advogado constituído nos autos: Isaias Andrade Lins Filho (OAB/BA nº 5.038).
1.6. Alerta:
1.6.1. alertar à Prefeitura Municipal de Adustina/BA, quanto à obrigatoriedade da expedição de comunicações específicas de notificação de recebimento de recursos federais pelo município, endereçadas aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais locais, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452/1997.

Ata n° 31/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (de Relação):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos n°s 022.834/2011-7 (Ministro Walton Alencar Rodrigues); 003.598/2011-0 (Ministro Augusto Nardes) e 020.115/2011-3 (Ministro José Múcio Monteiro).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta, de forma unitária e organizada sob n° 31/2011, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de n°s 7383 a 7412, que se inserem no Anexo desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação, bem como de Pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1° a 7° e 10; e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

ACÓRDÃO Nº 7383/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.525/2009-1 (c/ 1 anexo).
2. Grupo: I; Classe de assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados: Vanildo Valmir Voicikoski (CPF nº 008.260.899-76) e Inês Sborz Woicikoski (CPF nº 894.457.329-87), beneficiários de Antonio Woicikoski (CPF nº 342.960.429-04); Ilda Raphaeli Berri (CPF nº 775.163.629-72) e Dalzira Berri (CPF nº 078.192.289-54), beneficiárias de Benjamim Berri (CPF nº 096.573.209-68); Ana Maria Tavares de Oliveira (CPF nº 044.681.047-91), beneficiária de Décio Gorresen de Oliveira (CPF nº 051.986.897-85); Josely Hecke de Andrade (CPF nº 128.842.199-00) e Zilda Laurinho (CPF nº 275.692.689-20), beneficiárias de Eclídio Pedro Hecke (CPF nº 111.066.709-49); Fátima Rodrigues (CPF nº 648.546.809-97), beneficiária de Liberalino Rodrigues (CPF nº 378.730.089-91); e Jesuína Figueiredo da Rosa (CPF nº 539.016.659-00) e Dijalma Moises Silveira (CPF nº 547.790.229-91), beneficiários de Moyses Silveira Neto (CPF nº 105.524.219-87).
4. Unidade: Comando da 5ª Região Militar do Exército Brasileiro.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, nos quais foi interposto Pedido de Reexame pelo Comando da 5ª Região Militar do Exército Brasileiro contra o Acórdão nº 7.357/2009-TCU-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente Pedido de Reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. em consequência, alterar o teor do subitem 9.1. do Acórdão nº 7.357/2009-TCU-1ª Câmara, que passa a contar com a seguinte redação:
"*9.1. considerar:*
9.1.1. legais as pensões instituídas em favor de Ilda Raphaeli Berri, Dalzira Berri, Vanildo Valmir Voicikoski, Inês Sborz Woicikoski, Jesuína Figueiredo da Rosa, Dijalma Moises Silveira e Zilda Laurinho, ordenando o registro dos respectivos atos;
9.1.2. ilegais as concessões em favor de Ana Maria Tavares de Oliveira, Fátima Rodrigues e Josely Hecke de Andrade, negando o registro dos respectivos atos;"
9.3. tornar insubsistentes os subitens 9.2 a 9.5 do Acórdão nº 7.357/2009-TCU-1ª Câmara;
9.4. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Comando da 5ª Região Militar do Exército Brasileiro e aos interessados.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7383-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro que não participou da votação: José Múcio Monteiro.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7384/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC-011.558/2004-9 (c/ 4 anexos)
1.1. Apenso: TC-014.124/2008-5.
2. Grupo: II, Classe: I, Assunto: Recurso de Reconsideração.
3. Unidade: Município de Coari/AM.
4. Recorrentes: Edith Araújo da Silva, representante legal do espólio de Roberval Rodrigues da Silva (046.832.002-44), e Manoel Adail Amaral Pinheiro (137.996.732-53).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogados constituídos nos autos: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177), Jayme Pereira Júnior (OAB/AM 3.918), Gláucia Danielle Carneiro Gonçalves (OAB/AM 6.923), Josinete Sousa Lamarão (OAB/AM 6.429), Euraney da Silva Costa (OAB/AM 6.151) e Ernesto Costa (OAB/AM 4.120).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão nº 3.159/2005-TCU-1ª Câmara, que julgou irregulares a tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), contra os Srs. Roberval Rodrigues da Silva e Manoel Adail Amaral Pinheiro, respectivamente, prefeitos substituído e substituto, em razão de irregularidades verificadas na aplicação dos recursos transferidos pelo Sistema Único de Saúde ao Município de Coari/AM,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro no art. 32, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. não conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Edith Araújo da Silva, representante legal do espólio de Roberval Rodrigues da Silva, e Manoel Adail Amaral Pinheiro;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7384-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro que não participou da votação: José Múcio Monteiro.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7385/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.343/2004-1 (c/ 1 volume e 2 anexos).
1.1. Apenso: 020.874/2010-3
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.
3. Entidade: Estado de Tocantins (Hospital Distrital de Guaraí/TO).
4. Recorrente: Governo do Estado do Tocantins.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogado constituído nos autos: Marília Rafaela Fregonesi, Procuradora do Estado de Tocantins.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, Recurso de Reconsideração interposto pelo Governo do Estado do Tocantins contra o Acórdão nº 3.337/2010-TCU-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se em seus exatos termos a deliberação recorrida;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7385-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro que não participou da votação: José Múcio Monteiro.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7386/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.812/2007-2.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de reconsideração (Prestação de contas).
3. Interessado/Responsável:
3.1. Interessado: Petrobras Transporte S/A - Transpetro (02.709.449/0001-59).
3.2. Responsável: Petrobras Transporte S/A - Transpetro (02.709.449/0001-59).
4. Entidade: Petrobras Transporte S/A - Transpetro (02.709.449/0001-59).
5. Relator/Relator da deliberação recorrida:
5.1. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogado constituído nos autos: Álvaro Luiz M. Costa Júnior (OBA/DF 29.760).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Petrobras Transporte S/A contra o Acórdão 8.356/2010, 1ª Câmara, que julgou regulares com ressalvas as contas do exercício de 2006 de três dirigentes da empresa e regulares as dos demais gestores, bem como determinou a adoção de medidas corretivas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em conhecer do recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7386-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7387/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.333/2009-0.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame
3. Recorrentes: Luiz Gugé Santos Fernandes (333.610.025-91); Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana (272.750.865-49).
4. Órgão: Incra - SUPERINT. REGIONAL/BA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - BA (SECEX-BA) e Secretaria de Recursos (SERUR).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Carlo Bruno Lopes do Nascimento (OAB/BA 26.342).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelos Srs. Luiz Gugé Santos Fernandes e Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana em face do Acórdão 1.771/2011 - TCU - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelos Srs. Luiz Gugé Santos Fernandes e Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o Acórdão 1.771/2011 - TCU - 1ª Câmara;
9.2. dar ciência aos interessados da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7387-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7388/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.724/2011-3.
2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: VP Serviços Terceirizados Ltda., CNPJ: 04.607.444/0001-40.
3.2. Responsáveis: Hospital Federal da Lagoa - RJ (00.394.544/0204-53) e Vinicius de Lima e Silva Martins (051.508.977-01), pregoeiro.
4. Entidade: Hospital Federal da Lagoa - RJ.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa VP Serviços Terceirizados Ltda. contra ato praticado pelo pregoeiro do Pregão Eletrônico 3/2011, realizado pelo Hospital Federal da Lagoa - RJ;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;
9.2. dar ciência ao Hospital Federal da Lagoa sobre as seguintes impropriedades no tocante ao Pregão Eletrônico 3/2011, para contratação de serviços de limpeza e conservação hospitalar:
9.2.1. exigir, para habilitação da licitante, que todos os atestados de qualificação técnica refiram-se a hospitais de mesmo nível de complexidade, já que nem todos os serventes irão atuar em áreas críticas, o que afronta ao disposto no inciso I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993, que veda a inclusão de cláusulas que, de forma desnecessária, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame;
9.2.2. exigir, para habilitação da licitante, autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, o que afronta ao disposto no inciso I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993, que veda a inclusão de cláusulas que, de forma desnecessária, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame;
9.2.3. exigir, para habilitação da licitante, registro ou inscrição em conselhos de classe não vinculados diretamente à execução dos serviços de limpeza e conservação hospitalar, em afronta ao inciso I do art. 30 da Lei 8666/1993 e ao item 8.2 da Decisão TCU 450/2001 - Plenário;
9.3. dar ciência desta deliberação ao representante;
9.4. arquivar o processo, com fundamento no art. 169, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7388-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7389/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.454/2002-4.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (em processo de Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Embargantes:
3.1. Interessados: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (07.954.514/0001-25).
3.2. Embargantes: Antenor Manoel Naspolini (145.908.599-04); Paulo Parente Lira Cavalcante (119.769.693-87).
4. Órgãos: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (07.954.514/0001-25), Prefeitura de Aiuaba/CE; Prefeitura de Nova Olinda/CE; Prefeitura de Salitre/CE; Prefeitura de Saboeiro/CE.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin (manifestação oral).
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Wilson da Silva Vicentino - OAB/CE nº 12.844; Murilo Gadelha Vieira Braga - OAB/CE nº 17.744; Hercules Belarmino Júnior - OAB/CE nº 16.496; Leonardo Wandemberg Lima Batista - OAB/CE nº 20.623.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam Embargos de Declaração opostos por Paulo Parente Lira Cavalcante (anexo 5) e Antenor Manoel Naspolini (anexo 6), contra o Acórdão º 4.765/2011-Primeira Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. não conhecer dos Embargos de Declaração opostos por Antenor Manoel Naspolini;
9.2. conhecer dos Embargos de Declaração opostos por Paulo Parente Lira Cavalcante, para, no mérito, acolher-los;
9.3. alterar o Acórdão nº 4.765/2011-TCU - 1ª Câmara a fim de conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Paulo Parente Lira Cavalcante contra o Acórdão nº 1.458/2010-1ª Câmara, para, no mérito, dar-lhe provimento;
9.4. declarar insubsistente o julgamento pela irregularidade das contas do Sr. Paulo Parente Lira Cavalcante, bem como a respectiva condenação ao ressarcimento de dano e ao pagamento de multa, constantes do Acórdão nº 1.458/2010 - 1ª Câmara;
9.5. com fundamento nos artigos 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, todos da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas do Paulo Parente Lira Cavalcante, expedindo-lhe quitação;
9.6. dar ciência da presente deliberação aos embargantes e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7389-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7390/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.912/2011-0.
2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Representação
3. Interessada: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde (Funasa).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação da Sefip, acerca da acumulação ilícita de proventos por Domingos das Virgens.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 237, inciso VI, 240, e 260, § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. determinar à Sefip que adote as providências necessárias à revisão de ofício do ato de aposentadoria de Domingos das Virgens, apreciado pelo Acórdão 1.715/2007, 2ª Câmara, de 26/6/2007;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Fundação Nacional de Saúde e à Universidade de Brasília.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7390-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7391/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.353/2008-0.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Saúde (vinculador).
3.2. Responsáveis: Município de São José do Rio Preto/SP (CNPJ 46.588.950/0001-80) e José Liberato Ferreira Caboclo (CPF 029.640.907-34).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto - SP.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Luiz Antônio Tavolário (OAB/SP 35.377) - fl. 09.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 6557/2010 - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos recursos e negar-lhes provimento;
9.2. informar ao Município de São José do Rio Preto - SP que o recolhimento parcelado do débito, em 24 meses, foi autorizado pelo item 9.4 do Acórdão 6557/2010 - 1ª Câmara, sendo fixado, na oportunidade, o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar da notificação, e o das demais a cada trinta dias, com incidência, sobre cada parcela, dos encargos legais devidos, na forma da legislação em vigor e informado aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do artigo 217 do Regimento Interno/TCU;
9.3. dar ciência aos interessados;

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7391-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7392/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.822/2008-6.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (em processo de Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Francisco Chagas da Costa Freitas (037.664.892-91); Raimundo Nascimento Aragão (011.581.392-68).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Acre.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur) e 7ª Secretaria de Controle Externo (Secex-7).
8. Advogados constituídos nos autos: Edson Aniz Mahana (OAB/DF 14853; procuração à fl. 6, anexo 5) e Altevir Cavalcante de Souza (OAB/AC 172; procuração à fl. 20, anexo 2).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Francisco Chagas da Costa Freitas e Raimundo Nascimento Aragão contra o Acórdão 7.838/2010 - TCU - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7392-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7393/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.735/2010-2.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: D. Baumann Tecnologia Segurança e Engenharia Térmica Ltda (06.847.814/0001-42); Nossa Tecnologias e Serviço Em Ti Ltada Me (10.314.416/0001-38).
3.2. Responsável: Casa da Moeda do Brasil - CMB (34.164.319/0005-06).
4. Órgão/Entidade: Casa da Moeda do Brasil - CMB.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Tarley Max (OAB/DF 19.960) e Erika Dutra Xavier (OAB/DF 31.375).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos ao Acórdão 52/2011-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los.
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à embargante, bem como à Casa da Moeda do Brasil e à firma Aceco TI Ltda.,

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7393-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7394/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.792/2010-0.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame.
3. Interessada: Teresinha Elizabet Portella Ximenes (303.192.850-49).
4. Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, IFRN, em face do Acórdão 2.207/2011 - TCU - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame, interposto pelo IFRN, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o Acórdão 2.207/2011 - TCU - 1ª Câmara;
9.2. determinar a SEFIP que apure a responsabilidade do servidor que esteja dando causa à continuidade dos pagamentos irregulares, promovendo-lhe a citação, para efeito de aplicação de multa;
9.3. dar ciência aos interessados da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7394-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7395/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-003.125/2007-6 (com um volume e quatro anexos)
1.1 Apenso: TC-024.960/2010-1
2. Grupo I, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Estado do Piauí
4. Unidade: Estado do Piauí
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidades Técnicas: Secex/PI e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em fase de recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 8.050/2010-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 32, parágrafo único, e 33 da Lei nº 8.443/1992, bem como no art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. não conhecer do recurso, por ser intempestivo e não demonstrar a superveniência de fatos novos; e
9.2. notificar o recorrente a respeito deste acórdão.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7395-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7396/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-004.541/2011-1
2. Grupo I, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Geralda da Conceição Costa (ex-prefeita), CPF nº 308.314.746-53
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Coroaci/MG
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secex/MG
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em razão do não atingimento do objeto proposto no Convênio nº 2.861/2001, celebrado com a Prefeitura Municipal de Coroaci/MG, para a execução do sistema de abastecimento de água em comunidades do município.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c", 19, **caput**, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, § 6º, e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em:
9.1 - julgar irregulares as contas de Geralda da Conceição Costa e condená-la ao pagamento da quantia de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 29/5/2002 até a data da efetiva quitação, abatendo-se, na oportunidade, o valor de R$ 3.535,95 (três mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos) recolhido em 10/10/2005, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa);
9.2 - aplicar à responsável multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3 - autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.4 - encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para as medidas cabíveis.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7396-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7397/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-011.102/2001-7 (com 1 volume e 1 anexo)
2. Grupo II, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas Anual)
3. Recorrente: Banco da Amazônia, na pessoa do Diretor de Controle no Exercício da Presidência, Evandro Bessa de Lima Filho
4. Unidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/PA
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo BASA contra o Acórdão nº 367/2008-TCU-1ª Câmara, Relação nº 05/2008, Gab. do Ministro Guilherme Palmeira, proferido nestes autos de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, referente ao exercício de 2000.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para tornar insubsistentes as determinações contidas no Acórdão nº 367/2008-TCU-1ª Câmara, mantendo-se os demais termos da deliberação recorrida;
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7397-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7398/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.392/2010-0
2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil
3. Interessados: Antonieta Negro Busch (CPF 455.710.318-91), Christina Aparecida Ferreira Baria (CPF 073.612.018-14), Dirce de Morais Silva Santos (CPF 103.099.838-86), Izabel Cantelli Grassi (CPF 137.361.608-36), Marina Galante Oliveira (CPF 059.050.218-21), Mitzi Orlandi Nano (CPF 034.180.228-04), Vicente Pincinato (CPF 712.451.898-91) e Vitor Galante de Oliveira (CPF 233.391.688-57)
4. Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Jundiaí/SP
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de pensão civil a dependentes de ex-servidores da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Jundiaí/SP.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2°, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar legais as concessões de pensão civil a Christina Aparecida Ferreira Baria, Dirce de Morais Silva Santos, Marina Galante Oliveira, Vicente Pincinato e Vitor Galante de Oliveira, ordenando o registro;
9.2. considerar ilegais as concessões de pensão civil a Antonieta Negro Busch, Izabel Cantelli Grassi e Mitzi Orlandi Nano, recusando o seu registro;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias;
9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:
9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às interessadas cujos atos foram considerados ilegais, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas relacionadas no item 9.2 tiveram conhecimento do acórdão;
9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas;
9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7398-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7399/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.396/2010-6
2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil
3. Interessados: Ana Maria Vila Nova Simão (CPF 796.233.958-68), Benedito Roberto Mastrandea (CPF 542.826.328-87), Jupira Gomes de Oliveira (CPF 141.679.968-04), Maria José Costa Silva (CPF 122.844.028-01), Suely Silva de Souza (CPF 794.598.628-53) e Zulmea de Almeida Pellegrini (CPF 149.707.198-45)
4. Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Sorocaba/SP
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de pensão civil a dependentes de ex-servidores da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Sorocaba/SP.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2°, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar legais as concessões de pensão civil a Ana Maria Vila Nova Simão, Benedito Roberto Mastrandea, Jupira Gomes de Oliveira, Maria José Costa Silva e Suely Silva de Souza, ordenando o registro;
9.2. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Zulmea de Almeida Pellegrini, recusando o registro;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária;
9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:
9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada relacionada no item 9.2 teve conhecimento do acórdão;
9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas;
9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7399-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7400/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.406/2010-1
2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil
3. Interessados: Hugo Cadete (CPF 000.233.886-68); Jo Ann Silva de Assis (CPF 060.031.746-33); Jurema Teixeira Serio Pontes (CPF 127.877.107-78); Leila Cise Dantes Lodi (CPF 426.929.976-20); Maria Manoelina Marques (CPF 989.324.386-68); Rizete Veloso Medrado (CPF 714.894.286-15) e Yeda Therezinha Riveres Machado (CPF 391.996.656-20)
4. Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte/MG
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de pensão civil a dependentes de ex-servidores da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte/MG.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 6º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007 e art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206/2007, em:
9.1. considerar legais as concessões de pensões civis a Hugo Cadete, Jo Ann Silva de Assis, Jurema Teixeira Serio Pontes, Leila Cise Dantes Lodi, Rizete Veloso Medrado e Yeda Therezinha Riveres Machado, ordenando o registro;
9.2. considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão de pensão civil lançado, no sistema Sisac, em nome de Maria Manoelina Marques, haja vista que a incompletude no preenchimento de campo referente aos dados da beneficiária não permite formar juízo acerca do atendimento pela irmã dos requisitos para a percepção do benefício, especialmente no que se refere à ocorrência de invalidez anteriormente ao falecimento da instituidora;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo ato de pensão civil, via sistema Sisac, com a correção da omissão constatada no formulário de concessão indicado no subitem 9.2 acima;
9.4. determinar ao órgão do controle interno que, no exame dos atos sujeitos a registro, compare acuradamente as informações previamente cadastradas no sistema Sisac com aquelas constantes dos respectivos processos e, no caso de inexatidão ou insuficiência dos dados recebidos, devolva de imediato o processo à unidade de origem para correção das informações cadastradas na base do referido sistema;
9.5. determinar à Sefip que:
9.5.1. monitore o cumprimento da determinação para encaminhamento de novo ato corrigindo o que teve a apreciação de mérito considerada prejudicada;
9.5.2. faça permanecer no sistema Sisac o ato cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, de novo ato corrigido.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7400-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7401/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-025.252/2009-1 (com 9 volumes e 4 anexos)
2. Grupo I - Classe III - Relatório de Auditoria
3. Responsáveis: Dirceu Gabriel Merlin (CPF 230.396.551-91), Gerente de Administração e Finanças da IAGRO/MS; Felipe Miyahira (CPF 716.410.841-20), Servidor da IAGRO/MS; José Torraca, (CPF 007.706.801-78), Gestor de Patrimônio e Suprimento da IAGRO/MS; Orlando Baez (CPF 209.692.796-04), Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul; e Roberto Rachid Bacha (CPF 199.973.701-63), Diretor Presidente da IAGRO/MS
4. Unidade: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul - IAGRO/MS
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/MS
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria na aplicação dos recursos do Convênio nº 001/2007/MAPA/SFA/MS, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul - IAGRO/MS, com a interveniência desse Estado, visando ao desenvolvimento de ações de defesa e vigilância sanitária animal, em especial, a implantação da Zona de Alta Vigilância - ZAV (propriedades situadas entre a linha de fronteira e 15 km), em decorrência do surto de febre aftosa que acometeu a região em outubro de 2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 28, inciso II, e 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. acolher as justificativas de Dirceu Gabriel Merlin, José Torraca e Felipe Miyahira;
9.2. acolher parcialmente as justificativas de Orlando Baez;
9.3. rejeitar as justificativas apresentadas por Roberto Rachid Bacha e aplicar-lhe multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que esse responsável efetue e comprove perante o Tribunal o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir desta data até a do efetivo pagamento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.5. dar ciência à Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - IAGRO acerca das seguintes ocorrências, observadas na execução do Convênio nº 001/2007/MAPA/SFA/MS, de 20/09/2007, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanção aos responsáveis em futuras ações de controle empreendidas por esta Corte de Contas:
9.5.1 ausência de licitação para serviços de conserto e manutenção de automóveis com os recursos do convênio, em face da adesão ao Contrato nº 02/2007, por meio da celebração do Terceiro Termo Aditivo, de 10/03/2008, cujo objeto da licitação original, operacionalização de sistema informatizado, utilizando tecnologia de cartão eletrônico **Smart (Ship)**, é diferente dos serviços pagos, manutenção e conserto dos veículos, com o agravante da restrição ao caráter competitivo decorrente da limitação do universo dos prestadores de serviços ao se admitir a escolha apenas entre as empresas cadastradas pela contratada, em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 2° da Lei nº 8.666/1993;
9.5.2 transferência dos recursos destinados à publicidade da campanha da febre aftosa, da conta específica do convênio para a conta da Secretaria de Estado de Governo, em desacordo com o então vigente art. 20, **caput**, da IN STN nº 01/1997, ocorrência agravada pela falta de formalização de convênio e pelo fato de essa Secretaria não ter realizado licitação para a contratação dos mencionados serviços, uma vez que utilizou os serviços de empresas já contratadas, em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 2° da Lei 8.666/1993;
9.5.3 ausência de licitação para compra de combustíveis com os recursos do convênio, em função da adesão ao Contrato nº 04/2006, por meio da celebração do Quadragésimo Primeiro Termo Aditivo, de 27/09/2007, cuja licitação original restringe o caráter competitivo pelo não parcelamento do objeto e vinculação ao serviço de sistema de gerenciamento de frotas (serviço diferente do objeto), via cartão eletrônico, com o agravante de se incluir o cadastramento de fornecedores de combustíveis, em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 2° da Lei nº 8.666/1993;
9.5.4 especificação incompleta dos 20 (vinte) currais metálicos, principalmente para as carretas de transporte, objeto da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 010/2008, contrariando o disposto no artigo 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, fato que possibilitou o descumprimento integral do contrato pela empresa fornecedora e impediu que esses bens tivessem mobilidade (condição essencial para que fossem adquiridos) na defesa sanitária das propriedades em assentamentos e áreas indígenas, restringindo seu uso;
9.5.5 ausência de efetiva utilização de bens adquiridos pela IAGRO, em especial veículos avariados por colisões e com possibilidades de conserto, bem como currais metálicos não montados, para o desenvolvimento das ações previstas nas Cláusulas Primeira e Segunda do Convênio MAPA/SAF/MS nº 001/2007, de 20/09/2007;
9.5.6 termos de responsabilidade pela guarda de vários veículos em nome de servidores das regionais da IAGRO, principalmente dos Escritórios Regionais de Ponta Porã/MS e Amambai/MS, quando esses bens efetivamente estavam sendo utilizados pelos servidores da GDSA/IAGRO, em Campo Grande/MS, contrariando o disposto nos artigo 87 e 90 do Decreto-lei nº 200/67; e
9.5.7 ausência de informações nos relatórios de pagamentos de diárias/viagens sobre as atividades desenvolvidas pelos servidores beneficiários, contrariando as próprias normas de concessão de diárias da IAGRO/MS (Instrução de Serviço/IAGRO/DP nº 001/2009, de 06/03/2009, alíneas "i" e "j", e disposições do Manual/IAGRO - Sistema de Diárias - Convênio Federal);
9.6. dar ciência à Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul - SFA/MS acerca do acompanhamento deficiente da execução do Convênio nº 001/2007/MAPA/SFA/MS, de 20/09/2007, firmado com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - IAGRO, em desacordo com o então vigente art. 23 da IN STN nº 01/1997, evidenciado pelos achados de auditoria referidos no item 9.5;
9.7. encaminhar cópia do acórdão, relatório e voto que fundamentam esta deliberação ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para que, no âmbito de suas competências, adotem as providências que entenderem cabíveis, em função das possíveis irregularidades ocorridas nas contratações das empresas S. H. Informática Ltda. e Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda. pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para a prestação de serviços de manutenção e conserto dos veículos e para o fornecimento de combustíveis (Contratos nºs 002/2007 e 04/2006, respectivamente).

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7401-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7402/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. TC-009.481/2009-5.
2. Grupo: II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Geraldo Francisco da Costa, CPF n. 113.829.452-72, e Waldeir Nunes de Oliveira, CPF n. 199.736.752-15.
4. Entidade: Município de São Luiz do Anauá/RR.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secex/RR.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde/Funasa em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de São Luiz do Anauá/RR por força do Convênio n. 672/2001 (Siafi 439.439), cujo objeto era a execução de sistemas de melhorias sanitárias domiciliares na aludida municipalidade, conforme o plano de trabalho aprovado.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da presente relação processual o Sr. Waldeir Nunes de Oliveira;
9.2. com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **a**, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Geraldo Francisco da Costa;
9.3. aplicar ao responsável indicado no subitem 9.2 **retro** a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, caso não atendida a notificação;
9.5. encaminhar cópia do Acórdão, juntamente com o Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Roraima, nos termos do art. 209, § 6º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7402-31/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7403/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. TC 013.023/2011-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Alírio Elizeu Teixeira, CPF n. 093.955.631-68, ex-Prefeito.
4. Entidade: Município de Professor Jamil/GO.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secex/GO.
8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional da Saúde - Funasa contra o Sr. Alírio Elizeu Teixeira, ex-Prefeito de Professor Jamil/GO, em vista da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio n. 829/2005, que tinha por objeto a construção do sistema de abastecimento de água no Município.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **a**, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Alírio Elizeu Teixeira, ex-Prefeito de Professor Jamil/GO, e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas à Fundação Nacional de Saúde/Funasa, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas para cada parcela, até a data do efetivo recolhimento, na forma do Acórdão n. 1.603/2011 - Plenário:

Valor Histórico	Datas
R$ 160.000,00	26/01/2007
R$ 160.000,00	05/03/2007

9.2. aplicar ao responsável retromencionado a multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea **a**, do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Goiás, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 209, § 6º, **in fine**, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7403-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7404/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. 015.464/2006-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Responsáveis: José Zortéa, CPF 008.020.340-04; Jorge Solidônio Serpa, CPF 017.808.240-68; Paulo Fernando Presser, CPF 140.926.970-15; Ronei de Barros Viero, CPF 188.223.550-91; Sérgio Ivo Barth, CPF 263.309.030-34; Reni Luiz Stahl, CPF 141.445.499-68; Edelhardt Krause Filho, CPF 582.762.620-15; Francisco Renan Oronoz Proença, CPF 063.177.230-87; Paulo Gilberto Fernandes Tigre, CPF 001.477.290-68; Tânia Maria Lopes Irazoqui, CPF 148.195.890-91 e Roberta Almeida CPF 690.428.960-00.

4. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Senai/RS.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/RS.

8. Advogados constituídos nos autos: Wanderley Marcelino, OAB/RS n. 16.635; Lindomar dos Santos, OAB/RS n. 23.829; Gislene Beatriz Ströher, OAB/RS n. 33.421; Patrícia Cardoso Rosa, OAB/RS n. 53.619; Loiva Pacheco Duarte, OAB/RS n. 37.741; Sonia Terezinha Sanguiné, OAB/RS n. 16.358; Leonardo Rodrigo Silva Tonico, OAB/RS n. 55.521; Patricia Manica Ortiz, OAB/RS n. 58.370; e Patricia Rocha, OAB/RS n. 57.474.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Prestação de Contas Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Rio Grande do Sul - Senai/RS, relativas ao exercício de 2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Zortéa, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, e 19, **caput**, da Lei n. 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Fernando Presser, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **b**, e 19, parágrafo único, da Lei n. 8.443/1992;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Jorge Solidônio Serpa, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei n. 8.443/1992, concedendo-se-lhe quitação;

9.4. julgar regulares, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei n. 8.443/1992, as contas dos Srs. Ronei de Barros Viero, Sérgio Ivo Barth, Reni Luiz Stahl e Edelhardt Krause Filho, dando-lhes quitação plena;

9.5. condenar o Sr. José Zortéa ao pagamento das importâncias especificadas abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, na forma do Acórdão n. 1.603/2011-Plenário, para que comprove, perante o Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Senai/RS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea **a**, da Lei n. 8.443/1992:

Valor Histórico	*Data de ocorrência*
R$ 134.988,11	09/02/2005
R$ 136.099,95	04/03/2005
R$ 136.093,60	06/04/2005
R$ 139.591,23	05/05/2005
R$ 143.557,00	06/06/2005
R$ 144.361,41	06/07/2005
R$ 144.901,74	04/08/2005
R$ 144.903,38	06/09/2005
R$ 146.318,60	06/10/2005
R$ 147.702,44	07/11/2005
R$ 148.329,46	06/12/2005

9.6. aplicar ao Sr. José Zortéa:

9.6.1. a multa do art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6.2. a multa do art. 58, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar as multas individuais do art. 58, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, aos Srs. Paulo Fernando Presser, Francisco Renan Oronoz Proença e Paulo Gilberto Fernandes Tigre, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações;

9.9. determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Senai/RS que:

9.9.1. mantenha, junto à prestação de contas de concessão de diárias e de adiantamentos de viagens, documentação idônea suficiente para a comprovação dos gastos, na forma exigida pelo Procedimento 50/2006 - Sistema Fiergs/Superintendência Geral;

9.9.2. revise, se ainda não o fez, o Acordo Básico de Cooperação firmado com a Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais - FGBS, promovendo ajustes que visem a compatibilizar os objetivos constantes do Regimento do Senai e do Estatuto da FGBS, devendo o Acordo e os termos aditivos conterem os objetos acordados, a especificação de metas e os planos de trabalho, prazos de execução e data e forma de prestação de contas, além das outras informações tratadas pelo Procedimento de Qualidade PRR n. b942/001;

9.9.3. exerça controle sobre as prestações de contas do Acordo Básico de Cooperação citado no subitem anterior, de forma a verificar se os recursos financeiros, materiais ou humanos alocados ao projeto estão sendo direcionados para o atingimento de finalidades comuns, dentro dos objetos propostos e nas formas e prazos estabelecidos, a fim de evitar a prática de repasse de recursos diretos de caráter meramente assistencial pela FGBS, como verificado no Termo Aditivo n. 5, de 22/03/2005, o que refoge aos objetivos do Senai;

9.9.4. execute os contratos firmados com os parceiros da indústria do Rio Grande do Sul ou com os demais agentes públicos ou privados, aplicando as penalidades e as demais cláusulas estabelecidas, ou aditando-as em tempo, de forma de evitar situações como a firmatura intempestiva, em 05/12/2005, do Instrumento Particular de Aditamento de Rerratificação ao Contrato de Promessa de Compra e Venda, utilizado para dispensar penalidade prevista no termo original;

9.9.5. abstenha-se de concluir negociações com pagamento integral de valores relativos a bens, sem a concomitante transferência da propriedade, como verificado na aquisição do conjunto 206 do bloco 10 do Complexo Fiergs/Ciergs/Senai/Sesi;

9.9.6. ajuste os futuros processos seletivos às disposições contidas no Acórdão n. 2.305/2007 - Plenário, com a redação dada pelo Acórdão n. 369/2009 - Plenário, notadamente quanto à divulgação prévia dos critérios objetivos de avaliação dos instrumentos de aferição (provas, entrevistas e similares) utilizados no certame, com vistas a afastar os riscos de que a subjetividade da avaliação possa macular a impessoalidade e a publicidade da disputa;

9.9.7. observe o teor dos normativos internos, no que diz respeito à liberação de fornecimento de produtos ou de prestação de serviços a clientes inadimplentes, tendo em vista as ressalvas aos procedimentos dessa entidade efetuadas pela Controladoria Geral da União - CGU/RS no relatório de auditoria relativo ao exame das contas do exercício de 2005;

9.9.8. promova o adequado registro da conta "Sistema CNA - Conta Movimento", de modo a permitir aos órgãos de controle interno e externo uma leitura quantitativa e, especialmente, qualitativa dos valores registrados;

9.9.9. atenda, prontamente, às solicitações do órgão de controle interno, em cumprimento ao art. 26 da Lei n. 10.180/2001, a fim de não repetir as ocorrências relatadas pela Controladoria Geral da União - CGU/RS, no Relatório de Auditoria relativo ao exame das contas do exercício de 2005;

9.10. determinar à Controladoria Geral da União - CGU/RS que, nas próximas contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Rio Grande do Sul - Senai/RS:

9.10.1. pronuncie-se sobre as assessorias e consultorias vigentes, contratadas pelo Senai/RS;

9.10.2. manifeste-se conclusivamente sobre os acordos, convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres vigentes, em especial, sobre a definição dos objetos acordados, a especificação de metas e os planos de trabalho, o prazo de execução, a forma e a data de prestação de contas e as demais informações tratadas pelo Procedimento de Qualidade PRR 942/001, bem assim sobre os controles gerenciais empregados pelo Senai/RS durante as execuções dos termos;

9.10.3. verifique a adequação do Acordo Básico de Cooperação firmado entre o Senai/RS e a Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais - FGBS;

9.10.4. manifeste-se sobre a aquisição do imóvel de matrícula n. 13.010, constituído do conjunto 206 do bloco 10 do complexo Fiergs/Ciergs/Senai/Sesi (assunto tratado no Relatório de Auditoria/CGU n. 176045, contas do Senai/RS referentes ao exercício de 2005), em especial sobre:

9.10.4.1. a efetiva ocupação da área pelo Senai/RS, antes e depois da aquisição;

9.10.4.2. se o Senai/RS já ocupava a área antes da aquisição e qual foi a diminuição ou o aumento de custos em decorrência da aquisição;

9.10.4.3. expansão das atividades do Senai/RS que teriam motivado a aquisição;

9.10.4.4. se o Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - Ciergs ainda ocupa a área transacionada e a que custo;

9.11. remeter ao Ministério Público junto ao TCU o TC-018.557/2007-8, relativo à prestação de contas do exercício de 2006 do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Rio Grande do Sul - Senai/RS, para apreciação da conveniência e oportunidade da interposição de recurso de revisão em face do Acórdão 2.790/2011 - 2ª Câmara (publicado no D.O.U. de 10/05/2011), proferido naqueles autos;

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n. 8.443/1992.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7404-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7405/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 027.374/2008-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Bartolomeu de Ataide Teixeira, ex-Prefeito, CPF n. 005.792.975-00, Município de Maragogipe/BA, CNPJ 13.784.384/0001-22; Infratec Construções e Serviços Ltda., CNPJ n. 00.984.819/0001-65.

4. Entidade: Município de Maragogipe/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: 7ª Secex.

8. Advogados constituídos nos autos: Fábio Freire de Carvalho Matos, OAB/BA n. 14.194, Humberto Graziano Valverde, OAB/BA n. 13.908; Maurício Trindade Miranda, OAB/BA 13.776; André Silva Leahy, OAB/BA n. 11.206, Maurício Silva Leahy, OAB/BA n. 13.907.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em nome do Sr. Bartolomeu de Ataide Teixeira, ex-Prefeito, em decorrência da não-aprovação das contas dos recursos federais transferidos ao Município de Maragogipe/BA, por força do Convênio n. 2.806/1998, para a construção de uma unidade mista de saúde.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa da empresa Infratec Construções e Serviços Ltda., excluindo-a da relação processual destes autos;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, regulares com ressalva as contas do Sr. Bartolomeu de Ataide Teixeira, dando-lhe quitação;

9.3. com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, c/c o art. 22, parágrafo único, da Lei n. 8.443/1992, rejeitar as alegações de defesa oferecidas pelo Município de Maragogipe/BA e fixar-lhe novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove o recolhimento ao Fundo Nacional de Saúde do valor R$ 82.047,86 (oitenta e dois mil, e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos), atualizado monetariamente a partir de 09/04/1999, até a data da efetiva quitação, na forma da legislação em vigor;

9.4. determinar ao Município de Maragogipe/BA que, na hipótese da impossibilidade de liquidação tempestiva do débito, no mencionado prazo, adote providências com vistas à inclusão do valor da dívida em sua lei orçamentária, informando ao Tribunal as providências adotadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste Acórdão;

9.5. determinar à Secex/BA que acompanhe o cumprimento das medidas constantes dos subitens 9.3 e 9.4 desta Deliberação;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto, à Câmara Municipal de Maragogipe/BA, à Sra. Georgina Conceição Teixeira de Souza, à empresa Infratec Construções e Serviços Ltda. e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7405-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7406/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.273/2007-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Cleuza Maria da Cunha (020.178.571-49); Edgar Oliveira Carmo Neto (919.246.501-34); Elka Lima Hostensky (820.355.041-04); João Otávio Costa Nicola (057.363.231-68); Leandro da Cunha Pinto Pontes (922.274.651-15); Márcia Regina de Mello da Paixão (196.178.441-68).

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: 4ª Secretaria de Controle Externo (Secex-4).

8. Advogados constituídos nos autos: Sandoval Curado Jaime (OAB/DF nº 2.990); Milton de Sá Cavalcante Sobrinho (OAB/DF nº 9.621); Júlio Castro Cavalcante (OAB/DF nº 14.847); Paula Scafuto Rocha Mello Fernandes (OAB/DF nº 19.933); Alexandre Machado de Mendonça (OAB/DF nº 8.887)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão de dano causado ao erário no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem (Profae), tendo em vista a ocorrência de emissões irregulares de passagens aéreas e diárias.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 31 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. com fundamento nos arts. 174 e 175 do RI/TCU, anular, de ofício, a condenação de ressarcimento ao erário da Sra. Cleuza Maria da Cunha, dando nova redação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão TCU nº 2541/2009 - Primeira Câmara, nos seguintes termos:

"9.2. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Leandro da Cunha Pinto Pontes, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Leandro da Cunha Pinto Pontes e da Sra. Elka Lima Hostensky com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, e condená-los em débito, solidariamente, com os Srs. Edgar Oliveira Carmo Neto, João Otávio Costa Nicola e Márcia Regina de Mello da Paixão pelas quantias discriminadas, conforme adiante especificado, fixando-lhes, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU, o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal de Contas da União, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência até a data da efetiva quitação, na forma da legislação em vigor:

a)Responsáveis: Elka Lima Hostensky (CPF 820.355.041-04) e Leandro da Cunha Pinto Pontes (CPF 922.274.651-15)

SPD	Valor Histórico (em R$)	Data das Ocorrências
17586/2001	1.367,20	22/8/2001
Total	1.367,20	

b)Responsáveis: Elka Lima Hostensky (CPF 820.355.041-04), Edgar Oliveira Carmo Neto (CPF 919.246.501-34) e Leandro da Cunha Pinto Pontes (CPF 922.274.651-15)

SPD	Valor Histórico (em R$)	Data das Ocorrências
16244/2001	511,93	8/8/2001
Total	511,93	

c)Responsável: Edgar Oliveira Carmo Neto (CPF 919.246.501-34)

SPD	Valor Histórico (em R$)	Data das Ocorrências
15186/2001	1.882,81	27/7/2001
14993/2001	1.882,81	27/7/2001
Total	3.765,62	

d)Responsáveis: Elka Lima Hostensky (CPF 820.355.041-04), João Otávio Costa Nicola (CPF 057.363.231-68) e Leandro da Cunha Pinto Pontes (CPF 922.274.651-15)

SPD	Valor Histórico (em R$)	Data das Ocorrências
17585/2001	1.367,20	23/8/2001
Total	1.367,20	

e)Responsável: João Otávio Costa Nicola (CPF 057.363.231-68)

SPD	Valor Histórico (em R$)	Data das Ocorrências
25117/2001	658,40	5/11/2001
Total	658,40	

f)Responsáveis: Elka Lima Hostensky (CPF 820.355.041-04), Márcia Regina de Mello da Paixão (CPF 196.178.441-68) e Leandro da Cunha Pinto Pontes (CPF 922.274.651-15)

SPD	Valor Histórico (em R$)	Data das Ocorrências
15063/2001	1.491,13	2/8/2001
18661/2001	652,80	31/8/2001
20092/2001	652,80	11/9/2001
18979/2001	261,12	31/8/2001
15075/2001	1.491,13	30/7/2001
20190/2001	652,80	11/9/2001
17584/2001	1.377,20	3/9/2001
23312/2001	718,08	5/10/2001
Total	7.297,06	

g)Responsável: Márcia Regina de Mello da Paixão (CPF 196.178.441-68)

SPD	Valor Histórico (em R$)	Data das Ocorrências
22163/2001	718,08	5/10/2001
15073/2001	2.274,49	27/7/2001
25116/2001	658,40	5/11/2001
Total	3.650,97	

h)Responsáveis: Elka Lima Hostensky (CPF 820.355.041-04) e Leandro da Cunha Pinto Pontes (CPF 922.274.651-15)

SPD	Valor Histórico (em R$)	Data das Ocorrências
24706/2001	347,02	31/10/2001
15161/2001	300,46	13/8/2001
16527/2001	405,43	20/8/2001
Total	1.052,91	

i)Responsável: Leandro da Cunha Pinto Pontes (CPF 922.274.651-15)"

SPD	Valor Histórico (em R$)	Data das Ocorrências
10249/2001	1.200,00	18/6/2001
Total	1.200,00	

9.2. encerrar o processo em relação à sra. Cleusa Maria da Cunha, responsável falecida, com fundamento no art. 169, II, c/c o art. 212 do RI/TCU, em face da ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.3. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao interessado.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7406-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7407/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.258/2009-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Familiares do Saco do Capitão - BA - Santa Barbara - BA (06.094.088/0001-34); Ministério da Cultura.

3.2. Responsáveis: Familiares do Saco do Capitão - BA - Santa Barbara - BA (06.094.088/0001-34) e Justiniano Dias Torres (874.083.685-15).

4. Órgão: Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura (Minc) contra o Sr. Justiniano Dias Torres, presidente da Associação de Produtores Familiares do Saco do Capitão, situada em Santa Bárbara/BA, em decorrência da não aprovação da prestação de contas relativa aos recursos federais repassados, por meio do Convênio nº 529/2005 - MINC/FNC (Siafi nº 557838).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secex-BA que proceda ao desentranhamento da documentação que compõe as fls. 113/163 dos presentes autos, substituindo o conteúdo por cópias dos documentos originais;

9.2. encaminhar à Coordenação Geral de Orçamento Finanças e Contabilidade do Ministério da Cultura a documentação original que compõe as fls. 113/163 dos presentes autos, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à reanálise da prestação de contas relativa ao Convênio nº 529/2005-MIN/FNC, enviando posteriormente a este Tribunal relatório conclusivo sobre a regularidade da aplicação dos recursos repassados à Associação de Produtores Familiares do Saco do Capitão no âmbito do citado convênio;

9.3. restituir os autos à Secex-BA.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7407-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7408/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.091/2009-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Município de Barreiras/BA (13.654.405/0001-95) e Waldez Azevedo Gomes (110.731.525-53).

4. Entidade: Município de Barreiras/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. Waldez Azevedo Gomes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Waldez Azevedo Gomes, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art.12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Waldez Azevedo Gomes, com base nos arts. 1º, I, 16, III, 'b', da Lei nº 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir da respectiva data até a do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor:

Programa de Vigilância Sanitária:

Datas de Ocorrência	Valores Originais dos Débitos (R$)	Valores Originais dos Créditos (R$)
1/2/2002	2.434,88	0,00
1/3/2002	2.434,88	0,00
1/4/2002	2.434,88	0,00
2/5/2002	2.434,88	5.400,00
3/6/2002	2.434,88	12.035,73
1/7/2002	2.434,88	0,00
1/8/2002	2.434,88	0,00
4/9/2002	2.434,88	1.826,00
1/10/2002	2.434,88	0,00
8/11/2002	2.434,88	0,00
5/12/2002	2.434,88	0,00
15/1/2003	2.434,88	1.200,00
12/2/2003	2.434,88	0,00
11/3/2003	2.434,88	0,00

Programa de Vigilância Epidemiológica:

Datas de Ocorrência	Valores Originais dos Débitos (R$)	Valores Originais dos Créditos (R$)
1/2/2002	24.737,29	16.754,92
1/3/2002	24.737,29	15.749,86
1/4/2002	24.737,29	31.932,00
2/5/2002	24.737,29	31.817,52
3/6/2002	24.737,29	26.121,76
1/7/2002	24.737,29	23.009,31
2/8/2002	24.737,29	9.904,33
4/9/2002	24.737,29	26.636,92
1/10/2002	24.737,29	28.385,22
8/11/2002	24.737,29	21.350,26
5/12/2002	24.737,29	17.652,22
6/1/2003	24.737,29	29.259,93
6/1/2003	24.737,29	29.259,93
7/2/2003	24.737,29	19.024,06
12/2/2003	3.888,31	0,00
6/3/2003	28.625,60	28.249,89

Programa de Combate às Carências Nutricionais:

Datas de Ocorrência	Valores Originais dos Débitos (R$)	Valores Originais dos Créditos (R$)
3/1/2002	16.627,50	16.650,00
4/2/2002	16.627,50	0,00
1/3/2002	16.627,50	16.526,00
1/4/2002	16.627,50	16.526,00
2/5/2002	16.627,50	17.122,00
3/6/2002	16.627,50	0,00
1/7/2002	16.627,50	17.833,20

9.3. aplicar ao Sr. Waldez Azevedo Gomes a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, se assim for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7408-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7409/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.443/2008-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame

3. Recorrentes: Departamento de Polícia Federal, representado pelo seu Diretor, Luiz Fernando Corrêa, Perolinda Bezerra Pereira (CPF: 060.735.143-87), Maria Noélia Santos Zingano (CPF: 034.205.903-34), e Marlucia Alves Coelho e Silva (CPF: 013.988.733-49).

4. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - MJ.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) e Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Advogado(s): Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF 17.338) e Léo Rocha Miranda (OAB/DF 10.889).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão nº 3.519/2010-TCU-Primeira Câmara, que, dentre outros itens, deliberou pela ilegalidade das aposentadorias de Perolinda Bezerra Pereira, Maria Noélia Santos Zingano e Marlucia Alves Coelho e Silva.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos, com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo o Acórdão nº 3.519/2010-TCU-Primeira Câmara em seus exatos termos; e

9.2. dar conhecimento deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos recorrentes e ao Departamento de Polícia Federal - MJ.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7409-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7410/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.262/2010-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame.

3. Recorrente: Primeira Região Militar do Comando do Exército/Ministério da Defesa, representado pelo Subchefe do Centro de Controle Interno do Exército, Cel. Roberto Guimarães Borges.

4. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) e Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Advogado(s): não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Primeira Região Militar do Comando do Exército/Ministério da Defesa, representado pelo Subchefe do Centro de Controle Interno do Exército, Cel. Roberto Guimarães Borges,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

contra o Acórdão nº 6.310/2010-TCU-Primeira Câmara, que, dentre outros itens, considerou ilegal o ato de concessão de pensão civil instituída por Milton Francisco Gregório em favor de Maria dos Santos Gregório.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto, com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o item 9.2 e respectivos desdobramentos do Acórdão nº 6.310/2010-TCU-Primeira Câmara;

9.2. considerar legal, com fundamento no inciso III do art. 71 da Constituição Federal, a pensão civil instituída por Milton Francisco Gregório em favor de Maria dos Santos Gregório, determinando o registro do respectivo ato, nº de controle 10003401-05-2008-000006-0;

9.3. determinar à Sefip que corrija, no ato nº 10003401-05-2008-000006-0 do Sistema Sisac, o tempo de serviço para 23 anos, 7 meses e 1 dia, com base no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução 206/2007 - TCU; e

9.4. dar conhecimento deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à pensionista Maria dos Santos Gregório e à Primeira Região Militar.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7410-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7411/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.649/2007-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (CNPJ 11.435.633/0001-49).

3.2. Responsáveis: José de Almeida Campos, ex-secretário de obras (CPF 198.582.054-48); Sebastião Manoel dos Santos - ex-prefeito (CPF 052.475.354-72) e Selenge Selva Engenharia Ltda. (CNPJ 69.934.131/0001-42).

4. Entidade : Município de João Alfredo - PE.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE - Secex-PE.

8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Henrique Vieira de Andrada (OAB/PE 12.135), Dimitri de Lima Vasconcelos (OAB-PER 23.536), Márcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786), Marco José Albanez (OAB/PE 7.658), Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior (OAB/PE 17.301) e Liliane Cavalcanti Barreto Campello (OAB/PE 20.773).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão nº 505/2008 - 1ª Câmara, resultante da transformação de representação, oriunda do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE/PE, relatando irregularidades nas obras de construção de casas populares, com recursos do Contrato de Repasse nº 43.612-73 firmado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Programa Habitar Brasil e o Município de João Alfredo/PE, no ano de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Sebastião Manoel dos Santos, José de Almeida Campos e pela empresa Selenge Selva Engenharia Ltda.;

9.2. indeferir o pedido de realização de vistoria;

9.3. julgar irregulares as contas dos Srs. Sebastião Manoel dos Santos e José de Almeida Campos, nos termos do art. 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992;

9.4. condenar, solidariamente, os Srs. Sebastião Manoel dos Santos, José de Almeida Campos e a empresa Selenge Selva Engenharia Ltda., ao pagamento da quantia original de R$ 39.551,70 (trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar de 14/11/2000, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei, combinado com o art. 214, III, "a", do Regimento Interno/TCU;

9.5. aplicar, individualmente, aos Srs. Sebastião Manoel dos Santos, José de Almeida Campos e à empresa Selenge Selva Engenharia Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei n° 8.443/1992, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) pagamentos, incidindo sobre cada um, correção monetária e os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais;

9.8. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.9. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Caixa Econômica Federal, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7411-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7412/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.363/2008-3.

2. Grupo I Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT.

3.2. Recorrente: Dario de Oliveira Fauza (CPF nº 092.401.008-81).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (MCT).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP) e Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Adriana Carvalheira de Moura Carneiro Vilela, OAB/SP 235.423-S; Eduardo Augusto Mattar, OAB/SP 183.356; Flávia Toledo Leite, OAB/SP 237.086; Francisco J. Pinheiro Guimarães, OAB/SP 144.071-A; Francisco Pinheiro Guimarães N., OAB/SP 104.073-A; Ivie Moura Alves, OAB/SP 165.839; Laura Masseto Meyer, OAB/SP 274.845; Marcelo Lamy Rego, OAB/SP 144.795-A; Plínio Pinheiro Guimarães Neto, OAB/SP 144.072-A; Raquel Pompêo de Camargo Villela, OAB/SP 195.854; e Roberto Thedim Duarte Cancella, OAB/SP 144.265-A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Dario de Oliveira Fauza, ex-bolsista do CNPq, em face do Acórdão nº 6.288/2010-TCU-1ª Câmara, de 28/9/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I; e 33; da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente Recurso de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em conseqüência, o Acórdão nº 6.288/2010-TCU-1ª Câmara, em seus exatos termos;

9.2. deferir o pedido de pagamento parcelado, na forma do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do RI/TCU, cientificando-se o responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.3. expedir as comunicações processuais também para os advogados que patrocinam a defesa; e

9.4. dar ciência às partes e aos órgãos/entidades interessados.

10. Ata n° 31/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7412-31/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

MANIFESTAÇÃO ORAL

Na oportunidade do julgamento do processo nº 019.454/2002-4 (Acórdão nº 7389/2011), o Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, considerando as peculiaridades processuais do caso concreto, aonde não cabe mais recurso de reconsideração; e considerando, ainda, que se trata de embargos de declaração com efeitos infringentes, repercutindo, excepcionalmente, no mérito da decisão embargada, proferida em tomada de contas especial, implicando na necessária oitiva prévia do MP/TCU, manifestou-se, oralmente, em conformidade com a deliberação aprovada.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na oportunidade do julgamento do processo nº 025.812/2007-2 (Acórdão n° 7386/2011), após haver o Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues emitido seu relatório sobre a matéria, manifestaram-se, de acordo com o artigo 168 do Regimento Interno, o Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, ratificando o parecer constante dos autos, em consonância com o parecer da Unidade Técnica; e, em seguida, de acordo com a mesma fundamentação regimental, o Dr. Gabriel de Britto Campos (OAB-DF n° 15.219), que apresentou sustentação oral em nome da PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ao dar prosseguimento à discussão suspensa nos termos do artigo 112 do Regimento Interno, dos processos n°s 001.273/2007-0 e 005.258/2009-8 (v. Ata n° 25/2011), a Primeira Câmara, aprovou, por unanimidade, respectivamente, os Acórdãos n°s 7406 e 7407/2011 (v. Anexo I a esta Ata).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (unitários):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos n°s 020.722/2009-7 (Ministro José Múcio Monteiro) e 019.895/2011-9 (Ministro-Substituto Weder de Oliveira).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Walton Alencar Rodrigues, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Valmir Campelo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às quinze horas e cinquenta minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário

Aprovada em 5 de setembro de 2011.

VALMIR CAMPELO
Presidente

Poder Judiciário

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em cumprimento ao art. 5º da Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009, que dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências, (publicada no DOU, Seção 1, em 16/6/09, pág. 40-41.), publicar a relação de veículos da frota do Conselho da Justiça Federal, no Diário de Justiça, conforme quadro abaixo.

ANTONIO HUMBERTO BRITO

FROTA DE VEÍCULOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Atualizado em 31/08/2011

VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL			
ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACA
1	Toyota/Corolla	2010/2011	JHX 1031
2	Toyota/Corolla	2010/2011	JHX 1041
3	Toyota/Corolla	2010/2011	JHX 1051
4	Toyota/Corolla	2010/2011	JHX 1061
5	Toyota/Corolla	2010/2011	JHX 1071
6	GM/Vectra	1999/1999	JFP 6711
7	GM/Vectra	2002/2002	JFP 9374
8	GM/Vectra	2002/2002	JFP 9384
9	GM/Vectra	2004/2004	JFP 0936
10	GM/Vectra	2004/2004	JFP 0946
11	GM/Vectra	2004/2004	JFP 0956
VEÍCULOS DE SERVIÇOS			
ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACA
1	GM/Blazer	1997/1997	JFO 8842
2	GM/Corsa	2007/2007	JJE 2797
3	GM/Corsa	2007/2007	JJE 2807
4	GM/Corsa	2007/2007	JJE 2817
5	GM/Corsa	2007/2007	JJE 2827
6	GM/Corsa	2007/2007	JJE 2847
7	GM/Montana	2006/2007	JJE 1837
8	Fiat/Ducato	2011/2011	JIV 0681
9	M.Benz/Sprinter (van)	2001/2001	JFP 2534
10	M.Benz/Sprinter (cam.baú)	2000/2001	JFP 5983
11	M.Benz/Sprinter (ambulância)	2000/2000	JFV 2470
12	M.Benz/Micro-ônibus	1991/1991	JFO 7445
13	M.Benz/Micro-ônibus	1991/1991	JFO 7455

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES DO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

DECISÃO

Distribua-se o presente feito para melhor exame.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 31 de agosto de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2007.70.51.005973-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EURIDES PIRES COUTO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2005.81.01.512735-1
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALICE IRENE LOURENÇO
PROC./ADV.: JOSÉ GUERREIRO CHAVES FILHO OAB: CE-8393

PROCESSO: 2008.34.00.700468-7
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MARCELO JOSÉ LELES CARVALHO OAB: MG-107826
REQUERIDO(A): DAISY CRISTIANE SANTOS DE LIMA
PROC./ADV.: PATRÍCIA ELIZA ALVES MOREIRA OAB: DF-12562

PROCESSO: 2007.34.00.701378-5
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: CARLA PATRÍCIA PIRES XAVIER OAB: DF-21896
REQUERIDO(A): ALEXANDER JÓIA
PROC./ADV.: ANTONIO CORRADI OAB: SP-51646

PROCESSO: 2007.50.51.000801-1
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: RUI BARBOSA
PROC./ADV.: ROGÉRIO SIMÕES ALVES OAB: ES-9378
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.50.51.001320-8
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA PAIVA COCK
PROC./ADV.: CELSO MELLO OAB: ES-3592
PROC./ADV.: ELISSANDRA DA SILVA MENDONÇA OAB: RJ-115643

PROCESSO: 2007.33.00.712436-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OSVALDINA FERNANDES SOUZA
PROC./ADV.: EDSON FERREIRA LIMA OAB: BA-15468

PROCESSO: 2007.34.00.701019-7
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: LUCIANA F.G. PADILHA OAB: DF-15539
REQUERIDO(A): MARCIA HELENA LOPES SOARES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2009.33.00.703884-6
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0057168-38.2004.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: LUCIANA F.G. PADILHA OAB: DF-15539
REQUERIDO(A): LUZIA DE BRITO FIGUEIREDO
PROC./ADV.: NILTON LAFUENTE OAB: DF 16.858

PROCESSO: 0001638-19.2010.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO ROGERIO SCHNEIDERS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.: RAUL ANTONIO SCHMITZ OAB: RS-40717

PROCESSO: 2007.71.95.000666-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DAIANE LANCARIN PAESE E OUTROS
PROC./ADV.: HERMES BUFFON OAB: RS 29.996
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.72.59.002482-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALBINO BRUNETTO
PROC./ADV.: LUZIA IZABEL ROSA OAB: SC 13.866
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.38.00.741857-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERÔNICA DIAS MAGALHÃES DA SILVA
PROC./ADV.: SÍMONIDE GUTEMBERG OAB: MG-92049

PROCESSO: 2007.71.58.009687-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTÔNIA TAMIOZZO
PROC./ADV.: ROBERTO AUGUSTO KLIPPEL OAB: RS-76497
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.70.57.001816-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA SANTINA NUNES
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO OAB: PR-37294
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0008090-83.2010.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: DARCY CAMPOS DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.71.95.015216-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA DOLORES RODRIGUES OLIVEIRA
PROC./ADV.: ADEMIR JOSÉ FRÖHLICH OAB: RS-33407
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0023274-43.2010.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: ELÓIZA ROSA NOVAIS RIBEIRO
PROC./ADV.: HENEI RODRIGO BERTI CASAGRANDE OAB: MT-7483-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0000919-37.2010.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDERI DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: KARLA J. SCHWERZ OAB: RS-61344
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.70.95.000519-2
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de Paraná
REQUERENTE: ESPÓLIO EDGAR ATOS BARDDAL
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA OAB: PR-26296
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.34.00.700425-5
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALESSANDRO GONÇALVES DE RESENDE
PROC./ADV.: GENUÍNO LOPES MOREIRA JÚNIOR OAB: DF-10589

PROCESSO: 2005.38.00.758826-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SÔNIA APARECIDA ANDRÉ
PROC./ADV.: ANTÔNIO EURIPEDES SILVA

PROCESSO: 2008.71.95.008225-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZILDA RODRIGUES GOMES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.37.00.700886-1
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO PALMEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ RAIMUNDO COSTA MAGALHÃES OAB: MA-5713

PROCESSO: 2007.50.50.002133-0
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: LUIZ RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ERIKA SEIBEL PINTO OAB: ES-9181

PROCESSO: 2009.71.95.001907-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROBERTO GOZZI
PROC./ADV.: ELAINE PATRÍCIA BOFF OAB: RS-42375

PROCESSO: 0044490-49.2008.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: MERIVALDA LIMA MOTA
PROC./ADV.: MARCELO RAMOS CORREIA OAB: DF- 15598
PROC./ADV.: NILTON CORREIA OAB: DF-1291
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 2008.70.51.007733-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA HELENA LEODORO CARLOS
PROC./ADV.: THAIS TAKAHASHI OAB: PR-34202
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.71.55.003322-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA CARDOSO AGUIAR
PROC./ADV.: ACADIO DEWES OAB: RS-34270
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.70.51.005300-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ PEREIRA
PROC./ADV.: CLAUDINEY DOS SANTOS OAB: PR-24.317
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.37.00.701244-3
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ COSTA PINHEIRO
PROC./ADV.: MANOEL CESÁRIO FELHO OAB: MA-4680

PROCESSO: 2008.71.95.007676-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CARLOS EDILBERTO PIRES
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO CABRAL DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ZILDA MARIA LIFCZYNSKI PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0055731-54.2007.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEUZA MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2008.71.95.006851-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALDEMAR CARVALHO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024

PROCESSO: 2006.38.00.734282-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO DE PÁDUA ARAÚJO
PROC./ADV.: ANÍSIO ARAÚJO OAB: MG-88001

PROCESSO: 2008.50.50.002994-0
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ELIANA PEREIRA SERRA
PROC./ADV.: RODOLPHO RANDOW OAB: ES-9070

PROCESSO: 2008.39.00.700486-2
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: PAULINE MONTE DUARTE OAB: PA-13430
REQUERIDO(A): ALESSANDRO DE BARROS VIVONE
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 0011620-66.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JACIRA RIOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2005.70.50.014273-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MIGUEL MAZEPA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REDE FERROVIÁRIA FEDERAL
PROC./ADV.: JÚSSARA OLIVEIRA LIMA KADRI OAB: PR-12382
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 0011109-61.2010.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: ISABEL FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.71.95.014238-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FRANCISCO CARLOS DA LUZ MACHADO
PROC./ADV.: JOSÉ ADEMAR DE PAULA OAB: RS-48869
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.71.58.003424-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CELÍRIA PEREIRA ZIMMER BECKER
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.71.95.020626-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALDO ÁVILA DAMASCENO
PROC./ADV.: JOSÉ ADEMAR DE PAULA OAB: RS-48869

PROCESSO: 2009.70.50.008534-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRLI SALETE GONÇALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.71.95.006253-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRINEU FARIAS
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB: RS-56506

PROCESSO: 2008.71.95.002186-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO RICARDO LOTTERMANN
PROC./ADV.: SANDRA INÊS PETTER NEZELLO OAB: RS-26279

PROCESSO: 2009.70.57.001156-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA IZAURA DE PONTE
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO OAB: PR-37294
PROC./ADV.: MARCELO PEREIRA DA SILVA OAB: PR-43214
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0008525-17.2006.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: RAIMUNDA NONATA OLIVEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.71.95.023900-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VILSON FRECCIA
PROC./ADV.: GILSON JAURI ROSA DA SILVEIRA OAB: RS-34696
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.71.95.016643-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROBERTO MILITÃO ORTIZ PEREIRA
PROC./ADV.: LUÍS FERNANDO GUERREIRO GONÇALVES OAB: RS-44721
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.51.56.000022-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: VINICIUS ALVES VALENÇA COLONESE
PROC./ADV.: IGNEZ LEMOS OAB: RJ-125056
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2008.70.55.001102-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARGARIDA CRSCA GALESKI
PROC./ADV.: JULIANA DA COSTA MENDES OAB: PR 30.451
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2004.81.10.007914-4
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA HELENA DA SILVA BERNARDO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.38.00.701326-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: NELCI RAMOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.71.51.001836-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JULIO CESAR VASCONCELLOS DA SILVA E OUTRO
PROC./ADV.: WALDEMIR MARQUES OAB: RS-56061

PROCESSO: 2006.34.00.704277-9
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ERNNANY DA ROCHA SOUSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 0009571-41.2006.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: MIGUEL SOARES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.38.00.732920-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOEL SOARES MAGALHÃES
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727

PROCESSO: 0002950-15.2008.4.04.7158
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSÉ WICKERT
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0011312-59.2010.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: JOSÉ OLIVEIRA ROCHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.71.95.016866-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO AFONSO FEITEN
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.71.95.002802-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ORDALINO LOURENÇO
PROC./ADV.: CRISTIANE LAMBERTY OAB: RS-55770

PROCESSO: 2008.70.50.002439-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ZILDA DIAS DA CUNHA
PROC./ADV.: HUMBERTO TOMMASI OAB: PR-37541
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.71.95.000971-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUÍZA SUBSTITUTA DA VARA DO JUIZ. ESP. FED C. SUBSEÇÃO DE PELOTAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE : RUDNEI FERNANDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2006.71.95.023833-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VONI BIRK ARNOLD
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.70.52.001666-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): EMENEZES OLIVEIRA NEVES
PROC./ADV.: RUBENS PRATES JÚNIOR OAB: PR-31574

PROCESSO: 2008.72.51.003329-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SAUL DIAS
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA OAB: SC 9.105
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0061560-21.2004.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: CRISTIANE CAVALHEIRO RODRIGUES TÔRRES
OAB: DF-16539 REQUERIDO(A): ROBERTO GONZALES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANA LÚCIA AMARAL QUEIROZ OAB: DF-15247
PROC./ADV.: FREDERICO ALISSON PEREZ OAB: DF-15284
PROC./ADV.: EMERSON ÉRICO DA SILVA OAB: DF-15075

PROCESSO: 0060846-56.2007.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO GILBERTO DE SOUZA SOBRAL
PROC./ADV.: NADJA FERREIRA GUEDES OAB: DF-4000

PROCESSO: 2010.32.00.700090-1
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ALDÉRIO DA SILVA ROCHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.32.00.704388-7
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLARA JEAN CRUZ E OUTRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2006.37.00.701683-8
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZA VALERO DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2009.39.00.701879-2
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: MÁRILETH DE ARAUJO SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.71.95.025261-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SADI ZIMMERMENN
PROC./ADV.: RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES OAB: RS-53422
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.70.53.004437-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA TEREZA RODRIGUES
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA OAB: PR-16802
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.37.00.701633-1
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO FEITOSA DA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2009.70.53.002495-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIO CAMARGO PEGO
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ AGNER REGIANI OAB: PR-20557
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.72.51.004968-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA IZABEL DE ALBARNAES
PROC./ADV.: RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES OAB: RS-53422
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.39.00.701329-6
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DO ESPIRITO SANTO DE SOUSA MARINHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.32.00.704399-3
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA INOCENCIA SANTOS DE SÁ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2010.36.00.700057-8
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: ROSANE SALETE KRAMER HENKE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.50.50.008357-7
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: MÁRIA APARECIDA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANA MARIA DA ROCHA CARVALHO OAB: ES3844
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 2006.70.51.002825-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOAQUIM PEREIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: EDGAR NOBORU EHARA OAB: PR-37773
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.71.50.006536-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VERÔNICA ZETTERMANN CORREA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.32.00.703173-1
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: ELISABETE LUCAS OAB: AM-4118

PROCESSO: 2008.71.50.032452-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRONDINA PEREIRA DA LUZ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.70.52.001153-8
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIZABETH CARLUCCI SBARDELINI
PROC./ADV.: RUBENS PRATES JÚNIOR

PROCESSO: 2006.34.00.700610-0
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARISTELA DE FARIA ALVES
PROC./ADV.: MIGUEL JOAQUIM BEZERRA

PROCESSO: 2008.38.00.725368-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ALZIRA MEDEIROS SANTOS
PROC./ADV SUSIANY CUNHA MIRANDA FARIA OAB: MG-79395

PROCESSO: 2007.39.00.703299-1
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: SALVADOR CHAVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: VALDIR ALVES FILHO OAB: PA-15673

PROCESSO: 2007.34.00.701394-6
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: BEIJAMINA PEREIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: ALESSANDRA ALVES DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA -GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.38.00.738842-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALTER CARVALHO
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR MARIANO ABDALLA OAB: MG-75051

PROCESSO: 2009.70.52.001156-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): OSNI TONATTO
PROC./ADV.: RUBENS PRATES JÚNIOR OAB: PR-31574

PROCESSO: 2007.34.00.701393-2
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

REQUERENTE: ALUDIM MENEZ SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS IZIDRO MACHADO OAB: DF-19983

PROCESSO: 2007.71.95.019233-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE BANDEIRA
PROC./ADV.: CARLOS FRANCISCO ZWIRTES OAB: RS-66682
PROC./ADV.: KARLA J. SCHWERZ OAB: RS-61344

PROCESSO: 2009.50.51.000245-5
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: MARIA DO CARMO FACHIN
PROC./ADV.: KENIA PACÍFICO DE ARRUDA OAB: RJ-13351
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0016614-40.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDSON CELESTINO DA ROCHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2009.70.52.001160-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDEMIR TONTINI
PROC./ADV.: RUBENS PRATES JÚNIOR OAB: PR-31574
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 2007.33.00.712835-7
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOANA VIEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: RICARDO CARLOTO VIELMO OAB: BA-23570

PROCESSO: 2007.71.64.000489-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA VIRNA HOFMEISTER
PROC./ADV.: TADEU PAVONI OAB: RS-66170
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.72.64.000836-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FLORIANO FRANCO
PROC./ADV.: JOSÉ ENÉAS KOVALCZUK FILHO OAB: SC-19657
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA -GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.70.52.003103-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VILSON BRAZ ZANATA
PROC./ADV.: JANAINA BAPTISTA TENTE OAB: PR-32421

PROCESSO: 2007.39.00.702984-2
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OLINDA DA SILVA DANTAS
PROC./ADV.: FELIPE MARINHO ALVES OAB: PA-15587

PROCESSO: 2009.38.00.702476-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCOS GONÇALVES NETO
PROC./ADV.: GLEISER LÚCIO BORONI SOARES OAB: MG-80654

PROCESSO: 2006.37.00.701750-0
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ISA DO ESPÍRITO SANTO SILVA
PROC./ADV.: RAIMUNDO FLORÊNCIO PINHEIRO OAB: MA-6357

PROCESSO: 0012148-76.2008.4.04.7158
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MANOEL SUMIÃO CRISTALLDO SANTANA
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.33.00.713030-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAMILA CASTRO CAMPOS MACIEL
PROC./ADV.: MÁRCIO VELOSO SILVA OAB: BA-17727

PROCESSO: 2007.71.95.023616-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RENATO FONTANA
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO OAB: RS 49.563
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.71.95.009378-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTÔNIO BERNADINO DE SOUZA
PROC./ADV.: ELAINE NOEDI LUDVIG HAUBERT OAB: RS-35469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.50.51.002250-7
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO CARNIELLI
PROC./ADV.: MARIA REGINA COUTO ULIANA OAB: ES-8817

PROCESSO: 2006.39.00.702442-1
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CREUSO GONÇALVES LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2006.38.00.749737-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA CONCEIÇÃO MACEDO CARMO
PROC./ADV.: JÚLIO CEZAR DA SILVA OAB: MG-94148

PROCESSO: 2005.34.00.754768-0
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RIEDES RESENDE

PROCESSO: 2008.39.00.702103-6
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: BENEDITO FERREIRA MENDES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0022347-80.2007.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: WOLMAR NASCIMENTO ALVES
PROC./ADV.: MARIA FRANCISCA MOREIRA DA COSTA OAB: RS-18346
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.70.52.000439-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RICARDO SOLEY FOSTER
PROC./ADV.: MELINA AGUIAR ROSA OAB: PR-45147

PROCESSO: 2008.39.00.700647-9
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: ADORINA MARIA VELOSO
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO OAB: PA-12651
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.71.95.027440-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALFREDOLINA MONTEIRO PEREIRA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL PEREIRA DA COSTA OAB: RS-14504
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2004.51.60.013095-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: VALDECI PRECIOSO
PROC./ADV.: VANILCE BARCELLOS BRAGANÇA OAB: RJ 86.213
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 2008.70.51.008327-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DOMICE ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ARNALDI ZANONI OAB: PR-33213
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0002768-80.2009.4.04.7259
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AMARILDO FONTANA
PROC./ADV.: KARINI DOS SANTOS ALQUINI OAB: SC-28986
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.50.50.005106-7
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: ANA CAMATA ZUCHETTO
PROC./ADV.: CLAUDIO JOSÉ SOARES OAB: ES-4336
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 2007.39.00.703189-7
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: MANOEL BRITO DO ROSÁRIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.72.51.005375-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALBERTINO BATISTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA OAB: SC 9.105
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: HUMBERTO LUÍS DE SOUZA BOGAR

PROCESSO: 0000334-11.2010.4.04.7251
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSA KNIESS KUNZ
PROC./ADV.: JOSÉ GERALDO RAMOS VIRMOND OAB: SC-1232
PROC./ADV.: PEDRO ROBERTO DONEL OAB: SC-11888

PROCESSO: 2008.71.60.003236-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARMANTINO ALVES PEDRA
PROC./ADV.: ROSANA MATOS FERRER OAB: RS-70843

PROCESSO: 2007.50.50.000161-5
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUIZO FEDERAL DO 1º JEF DE VITÓRIA
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE : ELDA DE MORAES
PROC./ADV.: FREDERICO GUILHERME SIQUEIRA CAMPOS OAB: ES-14014

PROCESSO: 0000315-16.2007.4.04.7055
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ISABELI OLIVEIRA LOPES E OUTRO
PROC./ADV.: JANETE MARIA CLASER SILVA OAB: PR-24865

PROCESSO: 2008.50.51.001325-4
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSENILDA GOMES DUARTE
PROC./ADV.: TAÍS MARIA ZANONI OAB: ES-14275

PROCESSO: 2007.71.64.002713-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RENILDA KERN DA ROSA
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER OAB: RS-34712
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.39.00.701099-0
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: MARIA DE NAZARÉ PALHETA ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.71.95.001011-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDGAR NEUMANN
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER OAB: RS-23244
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.70.53.002011-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ILZA BERNADETE RIBEIRO BERNARDI
PROC./ADV.: ARY LÚCIO FONTES OAB: PR 12.601
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.70.51.002427-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: AMÉLIA HORVATICH
PROC./ADV.: MARCOS DUTRA DE ALMEIDA OAB: PR-25010
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: DANIELA PAZINATTO OAB: PR-27238

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTOS FÍSICOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.151.363, em que foi suscitado incidente de uniformização de jurisprudência, afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C, § 1º, DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 - STJ.DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA. DESCABIMENTO. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE AOS AGENTES AGRESSIVOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ.

1. Para a comprovação da divergência jurisprudencial é essencial a demonstração de identidade das situações fáticas postas nos julgados recorrido e paradigma.

2. Segundo asseverado pelo acórdão objurgado, o segurado esteve "exposto de modo habitual e permanente, não ocasional nem intermitente", ao frio e a níveis médios de ruído superiores ao

limite regulamentar (e-STJ fl. 254). A modificação dessa conclusão importaria em revolvimento de matéria fática, não condizente com a natureza do recurso especial. Incidência, na espécie, do óbice da Súmula n. 7/STJ.

"PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL APÓS 1998. MP N. 1.663-14, CONVERTIDA NA LEI N. 9.711/1998 SEM REVOGAÇÃO DA REGRA DE CONVERSÃO.

1. Permanece a possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais para comum após 1998, pois a partir da última reedição da MP n. 1.663, parcialmente convertida na Lei 9.711/1998, a norma tornou-se definitiva sem a parte do texto que revogava o referido § 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991.

2. Precedentes do STF e do STJ.

CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. OBSERVÂNCIA DA LEI EM VIGOR POR OCASIÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. DECRETO N. 3.048/1999, ARTIGO 70, §§ 1º E 2º. FATOR DE CONVERSÃO. EXTENSÃO DA REGRA AO TRABALHO DESEMPENHADO EM QUALQUER ÉPOCA.

1. A teor do § 1º do art. 70 do Decreto n. 3.048/99, a legislação em vigor na ocasião da prestação do serviço regula a caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais. Ou seja, observa-se o regramento da época do trabalho para a prova da exposição aos agentes agressivos à saúde: se pelo mero enquadramento da atividade nos anexos dos Regulamentos da Previdência, se mediante as anotações de formulários do INSS ou, ainda, pela existência de laudo assinado por médico do trabalho.

2. O Decreto n. 4.827/2003, ao incluir o § 2º no art. 70 do Decreto n. 3.048/99, estendeu ao trabalho desempenhado em qualquer período a mesma regra de conversão. Assim, no tocante aos efeitos da prestação laboral vinculada ao Sistema Previdenciário, a obtenção de benefício fica submetida às regras da legislação em vigor na data do requerimento.

3. A adoção deste ou daquele fator de conversão depende, tão somente, do tempo de contribuição total exigido em lei para a aposentadoria integral, ou seja, deve corresponder ao valor tomado como parâmetro, numa relação de proporcionalidade, o que corresponde a um mero cálculo matemático e não de regra previdenciária.

4. Com a alteração dada pelo Decreto n. 4.827/2003 ao Decreto n. 3.048/1999, a Previdência Social, na via administrativa, passou a converter os períodos de tempo especial desenvolvidos em qualquer época pela regra da tabela definida no artigo 70 (art. 173 da Instrução Normativa n. 20/2007).

5. Descabe à autarquia utilizar da via judicial para impugnar orientação determinada em seu próprio regulamento, ao qual está

vinculada. Nesse compasso, a Terceira Seção desta Corte já decidiu no sentido de dar tratamento isonômico às situações análogas, como na espécie (EREsp n. 412.351/RS).

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido" -Resp 1.151.363/MG (DJe 05/04/2011)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 2 de setembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2006.51.51.025383-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DALVA THEOTONIA DA SILVA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.51.025715-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GERALDO DE MORAES E OUTROS
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO OAB: RJ 76.206

PROCESSO: 2006.51.51.029081-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILBERTO PEREIRA DA SILVA E OUTROS
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO OAB: RJ 76.206

PROCESSO: 2006.51.51.032588-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALZIRA MORAIS PEDRO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.032594-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO CESAR DO NASCIMENTO ALENCAR
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.032597-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA DE SOUZA E SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.032605-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MAURÍCIO SILVA DA FRANÇA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.032641-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS PROC./ADV.: DELMA EYER HARRIS OAB: PF
REQUERIDO(A): PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.032612-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DIRCE MIGUEL
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.036618-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELENA SOARES
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.036840-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO FRANCISCO EDUARDO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.039113-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVAN VAZ DE QUEIROZ
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.51.039317-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WILSON RIBEIRO LOPES FILHO
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.51.039719-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ CLAUDIO REIS
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.51.039819-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ DE ALMEIDA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.51.041915-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RITA MARIA DE PAIVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.041917-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OLINDINA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.045877-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GLORIA MARIA COSTA AFFONSO
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.51.046454-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERA LÚCIA DE ALMEIDA SOARES
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO OAB: RJ 76.206

PROCESSO: 2006.51.51.047433-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO LUCIO DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.047815-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADILSON DE SOUZA
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO OAB: RJ 76.206

PROCESSO: 2006.51.51.049397-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIVALDO SANTOS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.049427-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCELO BARCELLOS DE MESQUITA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.049467-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ REGINALDO DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.049489-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DORACI ROSA COELHO PAULINO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.049505-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARGEMIRO SOARES DE ANDRADE
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.050495-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CAETANO PINTO DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.050611-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OTACÍLIO JOSÉ FERREIRA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.052439-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JAIR DE BARROS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.052445-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JORGE LOURENÇO DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.052473-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOCILDA RAMOS PEREIRA LINS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2006.51.51.052796-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ TEIXEIRA PERNAS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.052807-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSIMAR FRANÇA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.053005-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IZABEL MARIA DA COSTA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.51.053019-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ GONÇALVES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.51.053079-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO MARCELINO DE AZEVEDO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.51.053930-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDISON BATISTA DIAS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.52.002449-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUVANETE RODRIGUES
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.52.002539-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADILSON RODRIGUES DE CARVALHO
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.50.53.000350-6
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE FRANCISCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: FREDERICO AUGUSTO MACHADO OAB: ES-12249

PROCESSO: 2007.51.51.039640-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OCÉLIO DE SOUZA PAVÃO
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.50.50.002587-5
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ALONSO SARMENTO COUTO
PROC./ADV.: BRUNO DE CASTRO QUEIROZ OAB: ES-12203

PROCESSO: 2007.50.50.004002-5
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOAQUIM ASSIS SEVERINO
PROC./ADV.: BRUNO DE CASTRO QUEIROZ OAB: ES-12203

PROCESSO: 2007.50.51.003256-6
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO MENDES DE AGUIAR
PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA DOMENEGHETTI OAB: ES-12916

PROCESSO: 2007.51.51.000186-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ TERÉSIO TEIXEIRA
PROC./ADV.: ALICE B. CASANOVA OAB: RJ-137229

PROCESSO: 2007.51.51.002295-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLY DA SILVA IGNÁCIO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.002299-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.002347-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JORGE EXPEDITO PEREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.002425-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO MARTINS VIANNA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.002427-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL DE SOUZA RANGEL
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.003609-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ERCÍLIA DE CASTRO NOGUEIRA
PROC./ADV.: LUIZ CÉSAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.003722-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CELISA MARIA CARDOSO BERANGER
PROC./ADV.: LUIZ CÉSAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.003726-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GEORGES NIKOLAOS SKARAMAGAS
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.004215-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JULIO CESAR UBIRATAN DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.004428-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA GLÓRIA SARDINHA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.005321-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS ANTONIO ALVES FERREIRA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.005353-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE SOUZA BORGES DE LIMA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.007073-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARINA DE SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.007077-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GERALDINA FELIX DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.007278-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS PEREIRA DE SÁ
PROC./ADV.: PAULO ANTÔNIO DE FREITAS LOBO OAB: RJ-79566

PROCESSO: 2007.51.51.008151-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.008151-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.008154-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIANE PEREIRA CAMPOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.008180-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DÉBORA RODRIGUES NEVES
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.008199-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RISOLETA DA COSTA LOPES
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.008277-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADERBAL GIACOMO
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.008304-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO CARLOS MOREIRA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.008368-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ FERNANDO BORGES
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.008374-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HÉLIO REIS DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.008433-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ANTONIO DOMINGOS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.008744-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO FRANCISCO DAS CHAGAS
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO OAB: RJ 76.206

PROCESSO: 2007.51.51.009354-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.010234-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANISIO DE RIBAMAR MARTINS
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.010235-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO DAMIÃO DE AZEVEDO
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.014102-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLI SILVA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.014570-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIETE SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2007.51.51.014795-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDMAR SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO OAB: RJ 76.206

PROCESSO: 2007.51.51.015181-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JORGELINA DE AZEVEDO BASÍLIO
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.015412-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WALDIR NOGUEIRA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.016504-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ISRAEL SEVERINO DA SILVA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.016972-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARMANDO ALBINO
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO OAB: RJ 76.206

PROCESSO: 2007.51.51.018422-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TERESA PEREIRA SODRE
PROC./ADV.: EDUARDO GONH GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.018431-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ISMAEL GOMES BARRETO
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.018770-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDEM FREITAS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.021099-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JAIRISSON GARCIA DE ABREU
PROC./ADV.: ALINE DE ALENCAR CARTAXO OAB: RJ-138689

PROCESSO: 2006.51.52.003913-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DIMAS DOS SANTOS LIMA
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.54.004005-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS LIMA
PROC./ADV.: ENÉAS FERREIRA DA SILVA OAB: RJ 97.130

PROCESSO: 2006.51.57.000195-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARINDO ANTONIO PEREIRA
PROC./ADV.: SADINOEL OLIVEIRA GOMES SOUZA OAB: RJ 89.384

PROCESSO: 2006.51.57.000378-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ORACY CAMPELLO DE MORAES
PROC./ADV.: ALEXANDRE SOARES LOPES OAB: RJ-91288

PROCESSO: 2006.51.57.000765-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CREMILTON LIMA
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.57.001043-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GENILDA GOUVEA DOS ANJOS
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.60.003809-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDIR ALMEIDA DA SILVA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.67.001745-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO HIBES DO BRASIL
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.67.002693-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ESPÓLIO DE JORGE JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.67.002700-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO DE SOUZA RIBEIRO
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.67.002701-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO SIMÕES
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.67.002706-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDIR DUARTE DE SOUZA
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.67.002717-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BELMIRO VENÂNCIO GOMES
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.67.002777-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OSMAR DA CONCEIÇÃO FERNANDES
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.67.004361-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCIO RAMOS DE SOUSA
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.67.004371-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALDA PEREIRA DA SILVEIRA
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.67.004391-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MOACIR ALVES MARTINS
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.67.004401-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DANIEL FERNANDES DA SILVA
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2006.51.68.001664-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSANA BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CAROLINA PORTELA GAYOSO FREITAS OAB: RJ 118.550

PROCESSO: 2006.51.68.001664-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSANA BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CAROLINA PORTELA GAYOSO FREITAS OAB: RJ 118.550

PROCESSO: 2006.51.68.003817-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IONE GASPAR AFONSO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.68.004041-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WAGNER BATISTA FARIA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.68.004464-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERÍSSIMO GOMES FREITAS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.68.004471-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.70.50.004959-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CELMIRO DE OLIVEIRA CARDOSO
PROC./ADV.: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS OAB: PR-32845
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.70.51.006367-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ARLETE APARECIDA CRUVINEL
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.70.51.006367-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ARLETE APARECIDA CRUVINEL
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.72.95.011849-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ORLANDO CORREA
PROC./ADV.: ANTONIO DREVEK OAB: SC-6180

PROCESSO: 2006.72.95.019295-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANECIR RECHIA BEZ FONTANA CANDIOTTO
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE RODRIGUES OAB: SC 15.444

PROCESSO: 2006.83.00.500739-4
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: VALDOMIRO GOMES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-22366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.83.00.502519-0
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MÁRIA DO BOM PARTO SANTOS DE SOUZA
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-22366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.83.00.512260-2
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ZACARIAS JOSÉ PRADINES LINS
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-22366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.83.00.522322-4
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CICERO ALVES DANTAS
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-22366

PROCESSO: 2006.83.00.522644-4
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO SILVA AZEVEDO
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-22366

PROCESSO: 2007.38.00.720044-6
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ROSA SILVA
PROC./ADV.: ERLI SHWARTZ JÚNIOR OAB: MG-83856 E OUTRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2007.38.00.740054-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MACEDO
PROC./ADV.: JULIARDI ZIVIANI OAB: ES-97144

PROCESSO: 2007.38.00.740090-3
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADEMIR DO ROSÁRIO SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: JULIARDI ZIVIANI. OAB: MG-97144

PROCESSO: 2007.38.00.740163-8
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CARLOS PEREIRA
PROC./ADV.: JULIARDI ZIVIANI OAB: ES-97144

PROCESSO: 2007.38.00.740165-5
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROBERTO FERREIRA DO SACRAMENTO
PROC./ADV.: ANDRE LUIZ PINTO OAB: MG-94551

PROCESSO: 2007.38.00.743105-1
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIAS LOPES DE FARIA
PROC./ADV.: JULIARDI ZIVIANI. OAB: MG-97144

PROCESSO: 2007.38.00.743362-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: JULIARDI ZIVIANI OAB: ES-97144

PROCESSO: 2007.50.50.001897-4
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: MARIA DA PENHA SOEIRO
PROC./ADV.: FABIOLA FEITOSA DE ASSIS OAB: ES-13842

PROCESSO: 2007.50.50.002544-9
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GENECI DA SILVA
PROC./ADV.: FREDERICO AUGUSTO MACHADO OAB: ES-12249

PROCESSO: 2007.72.95.002845-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AMAURI JOSÉ DUTRA
PROC./ADV.: MAGALI CRISTINE BISSANI OAB: SC 8.954

PROCESSO: 2007.72.95.003530-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RENE EMILIO MARTINEZ MUJIGA
PROC./ADV.: JEAN CHRISTIAN WEISS OAB: SC-13621 E OUTRO

PROCESSO: 2007.72.95.005949-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): KASSIA MAYARA REINOSTRO
PROC./ADV.: MARCELO ANTONIO RÉGIS OAB: SC-16648

PROCESSO: 2007.72.95.003811-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ RENATO ANTUNES DE MORAES
PROC./ADV.: GIANCARLO ALMEIDA SCHVEITZER OAB: SC-22506

PROCESSO: 2007.72.95.002841-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUSTINA INÊS CERON FAGUNDES
PROC./ADV.: JULIANO ROSSA OAB: SC 11.507

PROCESSO: 2008.51.51.006839-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NELCI DOS SANTOS FARIAS
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2008.51.51.007134-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS PROC./ADV.: DELMA EYER HARRIS OAB: PF
REQUERIDO(A): PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROC./ADV.: LADISLAU DOMINGUES PORTO NETO OAB: RJ-137159

PROCESSO: 2008.51.51.007264-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MAYSA WEBER SANT´ANNA
PROC./ADV.: CLÁUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE OAB: RJ-106034

PROCESSO: 2008.51.51.007581-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SANDRA MARINHO DA SILVA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2008.51.51.008054-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANISIO GOMES DE LIMA
PROC./ADV.: TIAGO CAMPANATI STOLER OAB: RJ-134177

PROCESSO: 2008.51.51.008624-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OSMAR FARIAS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LUIZ CÉSAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2008.51.51.006664-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELSON ROSA
PROC./ADV.: CLÁUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE OAB: RJ-106034

PROCESSO: 2006.72.95.019529-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JURACY MUTERTE DA LUZ
PROC./ADV.: JULIANO ROSSA OAB: SC 11.507

PROCESSO: 2006.72.95.019327-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DARIMAR KLEINSCHMIDT
PROC./ADV.: CLAITON LUIS BORK OAB: SC-9399

PROCESSO: 2007.72.95.003791-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MADELAINE BERTO DE LIZ
PROC./ADV.: GIANCARLO ALMEIDA SCHVEITZER OAB: SC-22506

PROCESSO: 2007.72.95.002795-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADEMAR PADILHA
PROC./ADV.: JULIANO ROSSA OAB: SC 11.507

PROCESSO: 2007.72.95.002797-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ FELIX CORDEIRO
PROC./ADV.: JULIANO ROSSA OAB: SC 11.507

PROCESSO: 2007.72.95.002718-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUCAS FEUSER
PROC./ADV.: RONALDO PINHO CARNEIRO OAB: SC-0431

PROCESSO: 2007.72.95.002816-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LECIR MÁRIO PINTO
PROC./ADV.: JULIANO ROSSA OAB: SC 11.507

PROCESSO: 2007.72.95.002813-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELENIR SALETE SILVA
PROC./ADV.: JULIANO ROSSA OAB: SC 11.507

PROCESSO: 2007.51.51.018431-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ISMAEL GOMES BARRETO
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.004428-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA GLÓRIA SARDINHA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2005.36.00.912795-7
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO RAMOS DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ MORENO SANCHES JÚNIOR OAB: MT-4759

PROCESSO: 2007.51.51.015177-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDITH MARTINS
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.000121-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NYLSON PEREIRA DE MOURA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.054402-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERANI OZORIO CAETANO
PROC./ADV.: DANIEL DE LUCA GONÇALVES OAB: RJ-146118

PROCESSO: 2006.50.50.006436-0
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO NUNES FERREIRA
PROC./ADV.: FREDERICO AUGUSTO MACHADO OAB: ES-12249

PROCESSO: 2007.51.51.039671-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO JOSÉ CARDOSO
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2006.51.51.053174-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSEFA FELICIANA DA LUZ
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.52.003917-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCOS ANDRÉ DE CARVALHO
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507

PROCESSO: 2005.63.02.012035-0
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ AUGUSTO SOARES FILHO
PROC./ADV.: DANIELA VIRGINIA MATOS OAB: SP-193574
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2005.81.10.060059-6
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARNALDO ALMEIDA DE CARVALHO
PROC./ADV.: VINÍCIUS MAIA LIMA OAB: CE-13299

PROCESSO: 2005.81.10.060910-1
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERIDO(A): FRANCISCO CANDIDO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: VINICIUS MAIA LIMA OAB: CE-13299
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2005.81.10.060924-1
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MAURÍLIO DE SOUZA
PROC./ADV.: VINICIUS MAIA LIMA OAB: CE-13299

PROCESSO: 2005.81.10.061182-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NALISINETE DE LIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: VINÍCIUS MAIA LIMA OAB: CE-13299

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2005.81.10.062292-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO DE CASTRO
PROC./ADV.: VINÍCIUS MAIA LIMA OAB: CE-13299

PROCESSO: 2005.81.10.062624-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SILVA ALVES RODRIGUES
PROC./ADV.: VINÍCIUS MAIA LIMA OAB: CE-13299

PROCESSO: 2005.81.10.063256-1
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO IRANILDO DA SILVA LIMA
PROC./ADV.: VINÍCIUS MAIA LIMA OAB: CE-13299

PROCESSO: 2005.81.10.065194-4
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RICARDO SÁ BUSGAIB
PROC./ADV.: VINÍCIUS MAIA LIMA OAB: CE-13299

PROCESSO: 2006.51.51.016278-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BENEDITO DE OLIVEIRA VILLELA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2006.51.51.024759-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MAURICIO ABEL DE PAIVA
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO OAB: RJ 76.206

PROCESSO: 2006.51.51.044995-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA GLÓRIA CALIXTO DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.57.000195-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARINDO ANTONIO PEREIRA
PROC./ADV.: SADINOEL OLIVEIRA GOMES SOUZA OAB: RJ 89.384

PROCESSO: 2006.51.68.002489-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLY LUIZ TEIXEIRA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.68.004455-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DIOMEDES FERNANDES DE PAULA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.51.70.001459-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO RODRIGUES DE MELO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2006.63.02.009913-3
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOANA DARC INACIO DO PRADO
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA OAB: RJ139507
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.71.50.012142-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ FRANCISCO FLORES HENRIQUE
PROC./ADV.: JOÃO AUGUSTO MOOJEN OAB: RS-34572

PROCESSO: 2006.71.62.001886-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARI JOÃO MEOTTI
PROC./ADV.: PAULO FRANCISCO SARMENTO ESTEVES FILHO OAB: RS-59674

PROCESSO: 2006.72.95.019137-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEOPOLDINA MONDINI
PROC./ADV.: CLAITON LUIS BORK OAB: SC-9399

PROCESSO: 2007.50.50.001405-1
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ODILON MIGUEL DA SILVA
PROC./ADV.: FREDERICO AUGUSTO MACHADO OAB: ES-12249

PROCESSO: 2007.51.51.002350-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO BAPTISTA
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

PROCESSO: 2007.51.51.021127-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DELINA MARIA DE SÁ CASTRO
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO OAB: RJ 76.206

PROCESSO: 2007.51.51.021957-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WALDIR FAGUNDES SOBREIRA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.021959-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HAROLDO NERY DA SILVA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.021969-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JORGE BATISTA COSTA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.022442-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOAQUIM RODRIGUES DA COSTA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART OAB: RJ 113.883

PROCESSO: 2007.51.51.034771-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLENE SILVA PEREIRA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.034777-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LUCIA SOARES MONÇÃO
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.035457-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ARRUDA DE SOUSA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.035817-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO UCHÔA DE SOUZA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.035827-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SERGIO WILLIAM DE MOURA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.035869-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO RÔMULO BAYERL
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.51.51.036415-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO SOCORRO COSTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: LUIZ CLÁUDIO GAZINEO POYARES OAB: RJ-101607

PROCESSO: 2007.51.51.037890-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO RAIMUNDO DA SILVA
PROC./ADV.: DANIEL DE LUCA GONÇALVES OAB: RJ-146118

PROCESSO: 2007.51.51.037960-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VILMA DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: DANIEL DE LUCA GONÇALVES OAB: RJ-146118

PROCESSO: 2007.51.51.089490-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ ANTONIO GOMES
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO OAB: RJ 125.996

PROCESSO: 2007.72.95.001716-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZA SCHULTZ CARVALHO
PROC./ADV.: MARIA RAQUEL DUARTE OAB: SC 13.060

PROCESSO: 2005.63.02.012044-0
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTONIO BRAIDOTI
PROC./ADV.: DANIELA VIRGÍNIA MATOS OAB: SP 193.574
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.50.53.000350-6
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPIRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE FRANCISCO DOS SANTOS

PROCESSO: 2004.70.50.004267-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): INDIA MARIA DE FREITAS CUNHA
PROC./ADV.: EDENAN MARTINEZ BASTOS OAB: PR 8.843

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 548, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 11ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 18ª, 22ª e 24ª Regiões, crédito suplementar no valor global de R$ 322.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 57 da Lei n.º 12.309/2010, de 9 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011, c/c com o art. 4º da Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, Lei Orçamentária Anual - LOA 2011, e as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 6, de 28 de fevereiro de 2011, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 11 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 11ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 18ª, 22ª e 24ª Regiões, crédito suplementar, tipo 400, com compensação, no valor global de R$ 322.000,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ORESTE DALAZEN

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª. Região - Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª. Região - Bahia

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª. Região - Pernambuco

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7ª. Região - Ceará

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10ª. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11ª. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13ª. Região - Paraíba

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª. Região - Maranhão

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região - Goiás

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22ª. Região - Piauí

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24ª. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							23.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							23.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							23.000
			F	4	2	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							322.000
		ATIVIDADES							
02 128	0571 20G2	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados							322.000
02 128	0571 20G2 0001	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Nacional							322.000
			F	4	2	90	0	100	322.000
TOTAL - FISCAL									322.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									322.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2059/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1503/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 55, 63 e 65 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 14 de julho de 2011. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; ALOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA, Relator.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6888/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 22.083/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7407/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 120.074/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 24 de maio de 2011. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10809/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 144.855/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 23 de maio de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1481/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 7525/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de junho de 2011. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3539/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 0554/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 29 e 45 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de agosto de 2011. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10621/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 23.473/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de agosto de 2011. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4148/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Sindicância nº 0072/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de agosto de 2011. (data do julgamento) ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, Presidente da Sessão; RENATO FRANÇOSO FILHO, Relator.

Brasília-DF, 5 de setembro de 2011.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ACÓRDÃO

Acórdão nº 23/2011 - Processo Ético-Profissional nº 10/2010

Denunciante: Luiz Eduardo Fontenelle de Mayrinck

Denunciado: Méd. Vet. Venilton José Siqueira CRMV - MG n° 3101

Ementa-se: Julga-se, pela procedência da denúncia e pela aplicação da pena de "Censura Pública", nos termos do disposto na alínea "c", do artigo 33, da Lei n° 5.517, de 23 de outubro de 1968. (a). Méd. Vet. Nivaldo da Silva - CRMV-MG nº 0747 - Presidente; Méd. Vet. Fernando Cruz Laender, CRMV-MG nº 0150 - Conselheiro Relator.

FERNANDO CRUZ LAENDER
Relator

NIVALDO DA SILVA
Presidente

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHO

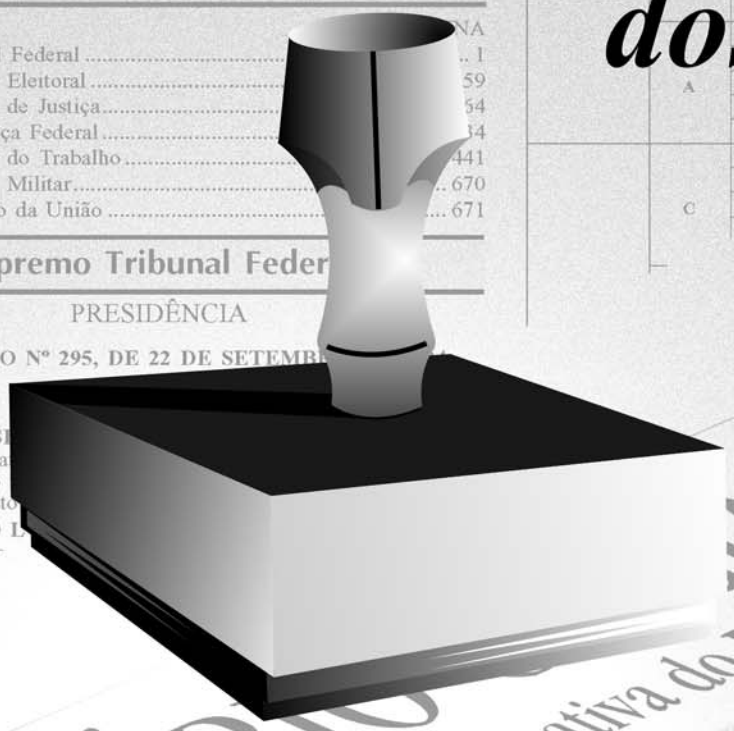
RECURSO 49.0000.2011.000919-3. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - T.E.D. X, Processo n. 044/03, de 28.02.2003. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo n. 2010.08.03620-05, de 20.07.2010. Assunto: Recurso contra decisão da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Pedido de Revisão. Liminar. Recorrente: W.C.T. (Advs: Wellington Cesar Thomé OAB/SP 188823, Alexandre Fagundes Costa OAB/SP 161055 e Aparecido Thome Franco OAB/SP 89007). Recorrida: Maria de Lourdes Bossa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Carlos Levenzon (RS). DESPACHO: "1. Trata-se de recurso interposto por W.C.T., direcionado ao Órgão Especial, inconformado que restou com julgamento realizado pela Segunda Câmara do Conselho Federal. (...) 8. Sucede que o provimento cautelar pretendido está calcado em documento novo, exibido nos autos. Trata-se de declaração firmada pela Representante de que nada mais lhe é devido pelo Representado. Ou seja, trata-se de documento cujo conteúdo corresponde à prova do cumprimento da penalidade disciplinar imposta, pois a suspensão era de 30 dias, perdurando até efetiva e real prestação de contas. Assim, esse documento merece ser analisado oportunamente pela Seccional de São Paulo, no que se refere ao exame do cumprimento da penalidade disciplinar imposta. 9. No Conselho Federal se examina, agora, o recurso interposto pelo Recorrente, em seu pedido de revisão do processo disciplinar. 10. Portanto, não há qualquer tutela recursal a ser deferida. Aqui não se examina o cumprimento da pena disciplinar. Examina-se pretensão de revisão do processo disciplinar, sob fundamento de erro de julgamento. 11. Ao demais, em relação ao provimento cautelar pretendido, não percebo a presença dos requisitos indispensáveis para acolhimento. No que tange ao "fumus boni júris", há de se considerar que o pedido de revisão de processo disciplinar foi rejeitado pela Segunda Câmara do Conselho Federal. Agora se examina recurso. E quanto ao "periculum in mora", a longa duração desse procedimento disciplinar conduz ao raciocínio da não presença desse requisito relativamente ao recurso interposto. 12. Nessa linha, indefiro a pretensão de obter provimento cautelar, nos termos expressos no recurso interposto. 13. Ciência aos interessados. 14. Inclua-se em pauta para julgamento do recurso interposto.

Porto Alegre para Brasília, 1º de setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LEVENZON
Conselheiro Federal - Relator

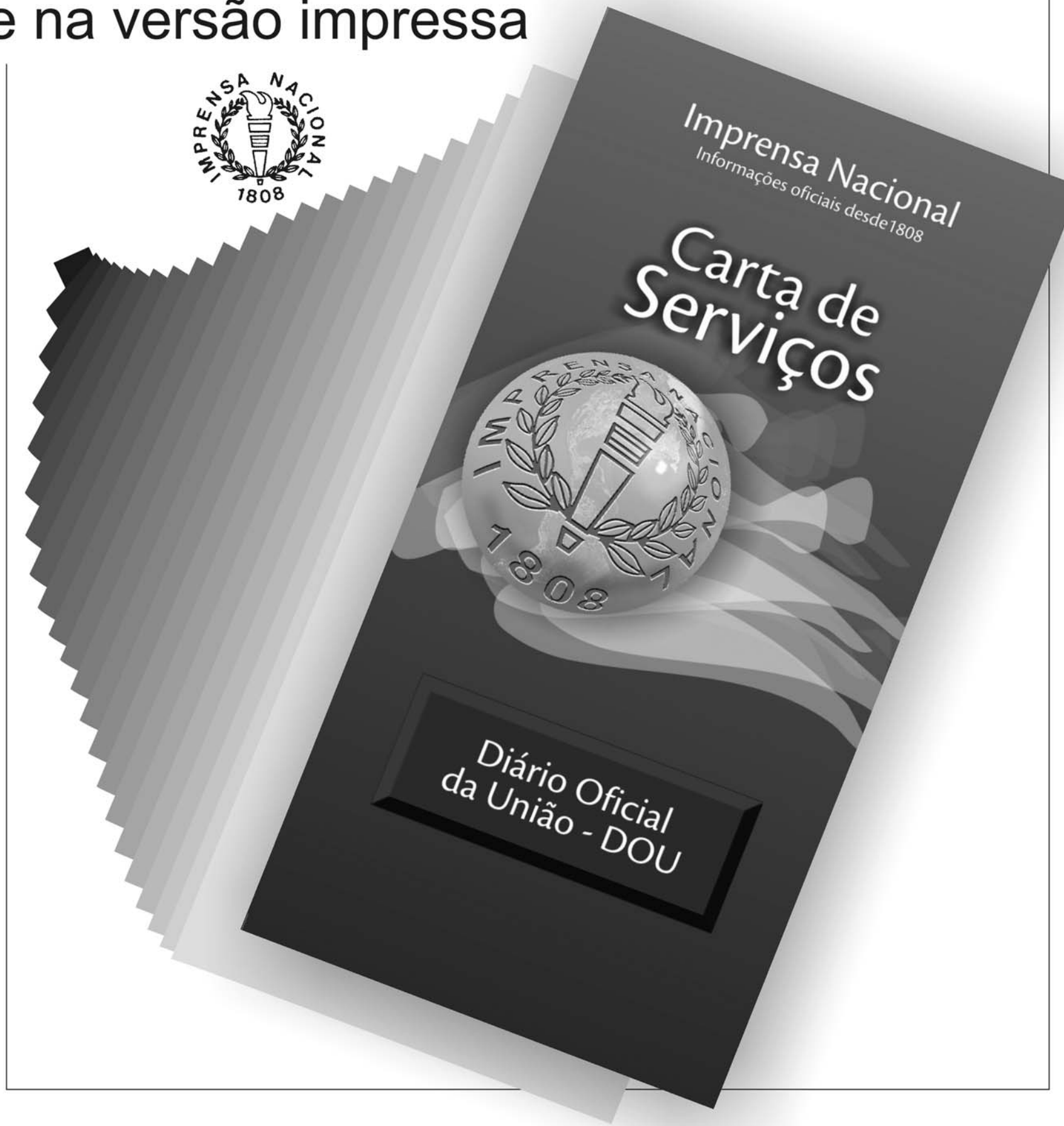
IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



Disponível no portal
www.in.gov.br
e na versão impressa



Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos, que são abatidos à medida que as matérias são transmitidas para publicação, evitando transtornos na comprovação de pagamento de boletos. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio da função **Crédito de Publicação**, disponível no sistema **INCom**.

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diarioficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405

